

Maria do Céu Brás da Fonseca

**HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO SÉCULO XVII: AS UNIDADES DE
RELAÇÃO NA PRODUÇÃO GRAMATICAL PORTUGUESA**

Universidade de Évora
2000

Maria do Céu Brás da Fonseca

**HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DO SÉCULO XVII: AS UNIDADES DE
RELAÇÃO NA PRODUÇÃO GRAMATICAL PORTUGUESA**



108004

Dissertação de doutoramento em
Linguística Portuguesa,
apresentada à Universidade de Évora
Orientador: Professor Doutor Jorge Morais Barbosa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PRIMEIRA PARTE – Historiografia linguística seiscentista	5
Capítulo I – Os estudos linguísticos sobre o português no século XVII	6
1. Apologias da língua portuguesa	21
2. Lexicografia do português	41
Capítulo II – Os estudos sobre línguas exóticas no século XVII	81
1. Actividade linguística no Oriente português	90
2. Lexicografia eurasiática	101
3. Actividade linguística no Ocidente português	127
4. Lexicografia eurobrasileira	145
SEGUNDA PARTE – Gramaticografia de Seiscentos: descrição e teoria das unidades de relação	160
Capítulo III – Artes de gramática do português	161
1. Sintaxe e morfologia das unidades de relação	187
Capítulo IV – Artes de gramática de línguas orientais	225
1. Estrutura morfológica: quadro das classes de palavras de relação	232
2. Estrutura sintáctica: comportamento das classes de palavras de relação	244
Capítulo V – Artes de gramática de línguas ameríndias	255
1. Estrutura morfológica: quadro das classes de palavras de relação	263
2. Estrutura sintáctica: comportamento das classes de palavras de relação	279
Capítulo VI – As unidades de relação. Gramática teórica	299
1. A relação e a indicação de função. Síntese conclusiva	322
Anexo I – Revisão bibliográfica da tradição linguística seiscentista no espaço português	342
Anexo II – “Pièce d’éloquence dictée en partie par Amaro de Robredo qui tend à appaiser les esprits des incrédules, ...”, de Aleixo Nicolau Scribot	353
Bibliografia	370
Índice onomástico da bibliografia	397

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a demarcação de limites temporais em investigações na área das ciências humanas é sempre de carácter arbitrário e artificial, mais ainda, de valor tão somente didáctico quando não sincronizada com divisões periodológicas estabelecidas, no caso, o termo *ad quem* do período da história da língua designado por português clássico em várias propostas de periodização. Em face destas, o jeito de accidentalização que leva neste trabalho a escolha da sincronia de Seiscentos só o concurso de factores de ordem externa poderá mitigar, factores que concorrem na avaliação de que “In most of the recently published full-scale works on the history of linguistics (...), the seventeenth century is not treated as fully as one would wish in view of the many important philosophical and linguistic contributions stemming from this century” (Sebeok, 1975: 277). Deste mal não enfermam as histórias da literatura, propulsoras de estudos mais alargados. Além de códigos literários e uma teoria poética e retórica já bem caracterizados, conhece-se, se não a larga faixa dos chamados *poetae minores*, o painel de conjunto do escol que, sobre ser pórtico das histórias da literatura, teve a fortuna de um ‘esboço biográfico’, como D. Francisco Manuel de Melo, ou de estudos estilísticos, teórico-literários e edições críticas parciais, já isentos das apologias e diatribes de outros tempos, como Francisco Rodrigues Lobo, António da Fonseca Soares, Manuel Bernardes, António Vieira, para só citar alguns de entre os maiores. Deficiências que ainda persistem ao nível dos *corpora* textuais, num futuro próximo, graças à fiabilidade filológica dos trabalhos em curso na Universidade de Coimbra (cf. Verdelho, E., 1997: 335-336), não serão mais argumento que obste aos estudos da língua portuguesa de Seiscentos. Neste campo, já muitos alicerces foram construídos (cf. Marquilhas, 1996; Maria Filomena Gonçalves, dissertação de doutoramento), desde que Ivo Castro afirmou que “tem de se resignar a fazer de cabouqueiro” quem quiser estudar o português clássico (1996: II, 136). Do ponto de vista da descrição sintáctica, o caboucar nos materiais textuais de Seiscentos obriga a que, uma vez debuxadas as linhas gerais do quadro sincrónico, se aquilate se esse fundo corresponde à arquitectura geral da língua plasmada nos autores acima referidos, ou se há dissonâncias relativamente à construção teórica. Dir-se-á que, no domínio da língua literária, certa forma de transigência é inevitável, sobretudo se se considerar a sintaxe como o uso reflectido de mecanismos gramaticais em nível elevado do seu conhecimento, na fronteira da estilística. Mas a bem conhecida forma translata de

poetar e pregar do conceptismo, as frases “em que a própria sintaxe se vê alterada” (Pontes, 1953: 425), as construções ‘já não rigorosamente gramaticais’ (*Id., ib.:* 427), finalmente os *perfos, agoras, quando*s que Raymond Cantel atestou em sermões de António Vieira (cf. 1959: 74 e ss.), deixam adivinhar terreno onde os caboucos são penosos de abrir.

Talvez por isso o trabalho que ora se apresenta não tenha aí chegado; do afã de escrutinar os juízos metalinguísticos da época sobre a sintaxe das unidades de relação que se tencionava estudar em *corpus* textual de D. Francisco Manuel de Melo, resultou inquirição demasiado demorada para se prosseguir nessa direcção. Ficou-se pelos instrumentos de codificação, gramáticas e dicionários, os dois manuais que servem de base à escolarização de uma língua, e apologias linguísticas, por toda a Europa bandeira dos vernáculos, mas lídima expressão do Seiscentismo português em virtude do fenómeno do bilinguismo, fontes, todas estas, à margem as já estudadas ortografias, que não defraudam o entusiasmo gramatical prometido pela centúria de Quinhentos. É que a historiografia linguística do nosso século XVII não é apenas a dos dicionários bilingues de português/latim e das gramáticas também elas bilingues de português/latim, se não na forma (a metalíngua explicativa), nos conteúdos; a seu lado, o confronto interlinguístico da expansão começa a produzir resultados editoriais por volta dos anos de 1595 (com uma gramática, a de Anchieta, e um dicionário, o trilingue *latino lvsitanicvm, ac iaponicvm*), e a partir daí o fluxo das publicações que puseram em contacto as línguas eruditas e europeias com idiomas exóticos, alastrou-se do Oriente para o Ocidente, conforme pôde e soube cada um dos protagonistas da acção missionária. Fazer jus a estes textos gramaticais, cujo conhecimento pontual se encontra desfasado relativamente ao quadro da ‘gramaticografia e lexicografia latino-portuguesas’ das épocas medieval e renascentista (Verdelho, T., 1995), e deles oferecer um panorama símil deste, condicionaram a estrutura algo rebarbativa do trabalho que se apresenta: separou-se a lexicografia (“Primeira parte”) da gramaticografia (“Segunda parte”); em cada uma destas vertentes da historiografia linguística, a metodologia adoptada foi a de abordar sucessivamente os textos sobre o vernáculo, os de línguas orientais e os de idiomas ameríndios, evitando-se, porém, leituras estritamente imanentes que sacrificam a dinâmica dos enxertos de tradição e inovação gramaticais; e na “Segunda parte”, o exame da produção gramatical incidiu sobre a forma como Amaro de Roboredo, João Rodrigues, Tomás Estevão, Luís Figueira, Luís Vincêncio Mamiani e outros trataram um dos problemas fundamentais da adaptação da

gramática latina às línguas vulgares, que é a transição de um sistema de declinação casual (pospositivo) para um sistema preposicional, tendo-se com isso em vista o estudo teórico das unidades de relação. Deixou-se este estudo para remate do trabalho (Capítulo VI), de molde a favorecê-lo por ser ter beneficiado com o acúmulo de informações que cada época sintetiza de criação e tradição, donde os gregos apareçam nos latinos, uns e outros na Idade Média e no Renascimento, e todos nos gramáticos do século XVII. Condensando este lastro tradicional, equacionado de acordo com as aporções linguísticas do funcionalismo de André Martinet, o capítulo da “Gramática teórica” (Capítulo VI) sobre o estudo das preposições, conjunções subordinativas e outras unidades de relação, não chega, porém, a capitalizar os esforços dos gramáticos da nossa história, nem a tirar todo o partido dos princípios sintáticos da teoria de André Martinet, que a complacência intelectual tende a esbater na sombra de outras correntes funcionalistas emergentes da Escola da Praga. Timbrar em dar-lhes, a uns e a outros, o relevo devido só a prazo relativamente mais largo poderia surtir.

Gratiarum actio. “Venerar os grandes sujeitos assi como é dívida é religião”, escreveu D. Francisco Manuel de Melo de um seu mestre, P^e. Baltasar Teles. A verdade é a mesma para quem tem sido o meu mestre desde que entrei na Universidade de Évora. O agradecimento que lhe deixo é por imperativo de consciência, mais do que em cumprimento do dever. À Cláudia, Filomena, Sr.^a D.^a Teresa e a todos os que ficam sem menção, o meu reconhecimento.

PRIMEIRA PARTE

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA SEISCENTISTA

CAPÍTULO I

OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS SOBRE O PORTUGUÊS NO SÉCULO XVII

É bem conhecida a divisão que José Leite de Vasconcelos fez da história da filologia portuguesa em quatro períodos, dos quais o segundo, com início no século XVI e *terminus ad quem* fixado em 1779, abrange um primeiro momento cronológico que ocupa os séculos XVI e XVII, onde se inscrevem os nomes de Fernão de Oliveira, João de Barros, Jerónimo Cardoso, Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira e Manuel Severim de Faria (Vasconcelos, J., 1929: 865)¹. Caracteriza as duas centúrias, e ainda parte da seguinte, certo número de preocupações que o mesmo investigador detectou nos autores nomeados, a saber, incrementar, em forma de letra, a produção lexicográfica, fixar as regras do idioma vernáculo, mas investido dos modelos da Antiguidade e conferir o máximo prestígio ao português, recorrendo a um discurso apologético (*Id., ib.*: 865 e ss.). Frente a este quadro, fica a impressão de pouco haver acrescentar ao facto de o século XVII seguir a senda trilhada pelos gramáticos quinhentistas, por onde já enveredaram alguns estudiosos da historiografia linguística e muitos investigadores da história e cultura que foram palco das primeiras criações gramaticais e ortográficas sobre o português². É já com alguma segurança que pisamos o terreno movediço do meio cultural em que se formou a mentalidade da nossa era de Quinhentos, dentro do contexto do Humanismo europeu que lhe deu origem. Estudos nacionais efectuados sobretudo a partir do decénio de 1960³, oferecem bases críticas seguras para compreender os liames que ligam o movimento humanista ao surto dos

¹ Sem se referir a autores seiscentistas, mas a “Estudos sobre a lingua portugueza no seculo XVII”, Francisco Adolfo Coelho (1881: 163-165) apresentou um mais ampliado elenco de nomes: Duarte Nunes de Leão, Agostinho Barbosa e João Franco Barreto a acrescer aos nomes de Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira e Manuel Severim de Faria, que, na lista de Leite Vasconcelos, pertencem ao período do chamado português moderno ou clássico.

² Ainda recentemente, a comemoração do V centenário do nascimento de João de Barros suscitou um movimento editorial de abordagens actualizadas de linguistas, historiadores e ensaístas sobre a época e a sociedade onde medrou o pensamento do gramático português. Veja-se, por exemplo, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, o n.º 27 da revista *Oceanos*, intitulado *João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento* (1996). E todos os gramáticos seus contemporâneos se nutriram da mesma placenta histórico-cultural.

³ O levantamento bibliográfico foi já feito por Isaltina das Dores Figueiredo Martins, *Bibliografia do humanismo em Portugal no século XVI* (1986), obra que faculta uma visão de conjunto do volume de trabalhos publicados. No campo dos estudos que destacam a acção dos gramáticos portugueses, consultaram-se os trabalhos pioneiros de Luís de Matos (1963, 1965), alguns dos muitos trabalhos de Américo da Costa Ramalho (1972, 1980) e José V. de Pina Martins (1970, 1973), e o estudo de Paul Teyssier sobre o humanismo português (1990: 1-26). Interessam também artigos publicados em *O humanismo português, 1500-1600* (1988).

estudos gramaticais e, como catalisador deste surto, o conúbio entre os letrados portugueses e os mestres vindos de fora ou lá formados. A impressão que referíamos talvez seja o efeito deste interesse pelo período que fundiu os resultados da abertura ao exterior, à Europa e ao Ultramar, na síntese fecunda que fez dele, pelo lado da cultura e literatura, a ‘época áurea das letras e artes lusitanas’, face à qual o século XVII foi julgado, durante algum tempo, ao sabor de preconceitos criados pela escola romântica⁴, e, do ponto de vista linguístico, o “século áureo da gramaticografia portuguesa” (Verdelho, T., 1995: 89), que, por sua vez, terá criado resistência tanto ao estudo da língua portuguesa do período de Seiscentos, quanto ao da sua historiografia linguística⁵. O juízo a respeito da decadência da língua portuguesa no século XVII, fruto das contendas sobre os usos e abusos da retórica barroca, que deram lugar à confusão entre estilo e língua, entre escola literária e forma gramatical (Coelho, 1881: 166), está hoje ultrapassado. Mas não vencido o défice de bibliografia gramatical do português clássico. O ponto da situação (especificamente da língua do século XVII) fê-lo

⁴ No terçar de armas que foi a polémica em torno do conceito de ‘decadência’ da cultura seiscentista, desde o romantismo (com Alexandre Herculano e Almeida Garrett) e passando pelas décadas finais de Oitocentos (com Antero de Quental e Oliveira Martins), há textos do primeiro quartel do actual século que fizeram história. Citemos os dois que fizeram estalar a chamada “polémica do Seiscentismo”. Em 1923, Manuel Múrias, de modo tão controverso quanto o são as questões que chamou a terreiro - o ensino jesuítico, a Inquisição, o culteranismo e o domínio castelhano, o sebastianismo - debatia-se pelo revisionismo das mesmas: “os críticos desta época [está em questão a época de 1580 a 1720] parece terem sido empolgados por uma estranha volúpia de maldizer. Não quiseram deter-se no esmiuçamento cauteloso das belezas da época, cuidando mais em avultar a mesquinhês que em todos os períodos literários existe, sem pensarem que a história desassombrada e impassível deve esponjar as grandes figuras e as grandes obras, colocando nos seus lugares os que treparam a situações que lhes não pertencem. (...) aqui, por via de regra, a História Literária, como a História Política, tem sido edificada ao sabor das paixões. – É o século dos Jesuítas? O século da Inquisição? Não pode ser um bom século! – Não obstante, com Jesuítas e Inquisição, nem por isso o século XVII deixou de ser, em Espanha, *el siglo de oro* da literatura” (1923: 18-19). Do outro lado da barricada, donde ripostaram prestigiados homens de letras às teses expendidas por Manuel Múrias, tomou a dianteira António Sérgio em conferência, intitulada “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, pronunciada em Coimbra, três anos depois: “Passa-se do Reino da Inteligência [Portugal do Renascimento] – para o Reino da Estupidez; e enquanto a França, a Suíça, a Itália, a Alemanha, a Holanda, a Inglaterra, fazem ampliar no século XVII as conquistas do Renascimento, com um grande esplendor de sol meridiano (o passo mais decisivo, decerto, de toda a história do pensar humano), nós regressamos à Idade Média [no que respeita à faina da investigação científica, da busca da inteligência do Universo]. Assim, pode dizer-se resumidamente, no ponto de vista intelectual, que a história do País no Seiscentismo é o espectáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa” (1972: 27). O Professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva reconstituiu todo este debate histórico (1971: 109-188, sobretudo as pp. 180-188).

⁵ A propósito do conceito de historiografia linguística, Miguel Ángel Esparza escreveu algumas páginas sobre os procedimentos deste tipo de investigação, de que se cita um breve excerto para situar este trabalho: “el interés fundamental de este género de investigación lingüística está tan lejos del simple afán de reconstrucción arqueológica, como del superficial y acrítico comentario descriptivo que no es capaz de ofrecer una interpretación de los hechos descritos. (...) Lo que parece interesar al historiógrafo es la indagación en las ideas motrices de los distintos paradigmas científico-lingüísticos y en las tradiciones, que muestran, en su sucesión o convivencia, continuidades y discontinuidades, ideas que afloran y se ocultan, semejanzas y desemejanzas con nuestros problemas actuales y relaciones evidentes con el escenario histórico-ideológico que las enmarca” (1997: 69).

recentemente Evelina Verdelho, num repertório dos 'Estudos realizados e trabalhos em curso sobre a língua portuguesa do século XVII' (1997: 325-339), onde mostra haver, contra os campos privilegiados do léxico e do estilo, uma precariedade de estudos microscópicos nas áreas da ortografia, fonética e fonologia, morfologia e sintaxe, áreas que, se exceptuarmos trabalhos mais recentes, têm sido estudadas à conta de manuais de história da língua (Neto, 1957; Teyssier, 1980; Castro, I., 1991) e de gramáticas históricas (Dias, A., 1918; Coutinho, 1938; Nunes, 1989; Ali, 1921).

No que concerne à história da linguística de Seiscentos, parte do que hoje dela se conhece, sobretudo do âmbito da lexicografia, vem também por conta das incursões que nesse domínio fez Telmo Verdelho ao investigar a história da gramática e da lexicografia latino-portuguesas na diacronia que vai até aos finais do século XVI. Se acima aludimos aos investigadores que enveredaram pela senda do pensamento linguístico renascentista, cumpre agora destacar o nome deste Professor, que, a partir de copioso acervo de material inédito ou pouco estudado, completou o já conhecido quadro gramatical do vernáculo com a descrição da gramaticografia latina pré e pós-alvaresiana, e da lexicografia latino-portuguesa (Verdelho, T., 1995). De forma independente, Telmo Verdelho, na gramaticografia e lexicografia latinas, e Maria Leonor Carvalhão Buescu, nos textos dedicados ao vernáculo (cf. Buescu, 1978 e restante bibliografia), coincidem no propósito de fornecer o quadro das ideias linguísticas do século donde irradiaram as linhas de força de um programa de estudos gramaticais, que antes de mais formava uma escola filológica do latim e do vernáculo, prosseguido no século XVII. Em termos genéricos, dir-se-ia que ao impulso cultural dos gramáticos humanistas sucedeu a acção dos gramáticos seiscentistas no processo evolutivo do pensamento gramatical linguístico. É de notar, embora na aparência seja um tanto supérfluo, que, se este programa, anunciado no século XVI, vai vigorar até ao fim da centúria seguinte, o seu tratamento terá conhecido, até pelo eco que lograram as muitas obras gramaticais entretanto publicadas, estratégias e formas de abordagem diferentes. Quais foram elas, ver-se-á na continuação deste trabalho, que, embora balizado pelo recorte dos séculos, não dispensa os pressupostos linguísticos de que se serviu Leite de Vasconcelos ao distinguir os séculos XVI e XVII no mesmo período filológico, da mesma maneira que a investigação linguística quinhentista sempre dá azo, se não no âmbito da gramaticografia, no dos estudos ortográficos e lexicográficos, a aduzir nomes como os de Agostinho Barbosa (1590-1649), Bento Pereira (1605-1681), João Franco Barreto (1600-c.1674) ou Amaro de Roboredo (XVI-XVII). Em cada

sincronia da história da língua, o equilíbrio entre o fluxo e refluxo da tradição e inovação reconhece-se na continuidade das lições de gramáticos precedentes, que abrem o caminho para a circulação das novidades linguísticas.

Paul Teyssier (1990: 1-26) evidenciou dois tópicos fundamentais do humanismo português, um de raiz nacional, outro oriundo de Itália, que têm de ser articulados com a acção dos nossos primeiros gramáticos, contemporânea da produção editorial respeitante às Descobertas. Não sobeja lembrar a coincidência desta acção, mormente da valorização do vernáculo, com o desenvolvimento da cartografia europeia. O traçar das fronteiras entre os reinos e os levantamentos corográficos e topográficos das regiões do mundo actuaram no sentido da consciencialização da individualidade linguística. Por outro lado, se os primeiros textos gramaticais do português, de Fernão de Oliveira e João de Barros, reflectem o papel universal da língua e, por acréscimo, evangélico na doutrinação dos povos africanos – lembre-se o movimento de jovens congueses e malabares em trânsito por Portugal, a fim de receberem educação literária e cristã (cf. Barros, J., 1540: 240) -, acontece também que a codificação gramatical do português, ao lado de um corpo doutrinal da didáctica do latim, estiveram ao serviço do contacto permanente que se manteve com a Europa culta, em virtude da grande safra de novidades colhida das Descobertas (Teyssier, 1990: 13-21). Além disso, não se pode esquecer, e pormenorizar-se-á na continuação deste trabalho, o tributo devido à acção dos missionários portugueses no estudo das línguas exóticas, que originou, desde meados do século XVI, uma intensa produção gramatical e lexicográfica em português, cujo trânsito pelo mundo se avalia da actual dispersão desse património bibliográfico. É certo que lá fora a situação do latim não era a mesma da do português e a deste, por sua vez, diferia da de outras línguas vulgares. Enquanto o latim, base da cultura humanística, era a língua culta internacional, os inventários das publicações quinhentistas relativas às actividades ultramarinas dos portugueses mostram que o nosso vernáculo jamais gozou da popularidade com que foram acolhidos o italiano, o francês e o castelhano. Diogo de Teive e Damião de Góis foram duas das vozes latinas que difundiram pela Europa notícias sobre a expansão dos portugueses; e mesmo as obras que consignavam em português a gesta lusíada eram divulgadas por traduções, no idioma itálico ou noutras ‘linguagens’ vulgares: para não citar senão duas das primeiras obras, já que, antes de 1550, foram escassas as saídas dos prelos portugueses respeitantes apenas à expansão, a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, foi vertida para francês, volvidos apenas

dois anos sobre a publicação do primeiro livro em 1551, e depois para alemão, italiano e inglês; a *Ásia ou Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*, de João de Barros, que começou a sair em 1552, teve uma primeira edição parcial em latim, em 1554, e outra cerca de um lustro mais tarde. Durante esta centúria e parte da seguinte, anda perto das duas centenas o rol de obras que, relacionadas com os feitos da expansão no Índico, saíram dos prelos portugueses e estrangeiros em língua latina e novilatina, com excepção da portuguesa (cf. Dias, J., 1982: 106-110). E se se for para o campo da bibliografia científica palpa-se ainda melhor o reflexo do prestígio do latim. Matéria médicas, tratados cosmográficos e obras genéricas das ciências naturais (física, botânica, zoologia) mostram um predomínio esmagador do idioma internacional durante todo o século XVII, porque assim se garantia a circulação de tais textos pelos homens cultos da época e, além disso, mantinha-se a dignidade atribuída à própria ciência (cf. Carvalho, R., 1988: 67-95). Parece, porém, ser algo diferente o panorama dos textos elaborados pelos nossos missionários sobre as suas actividades em terras das Descobertas, mesmo sem levar em conta as obras gramaticais, que essas previam outros objectivos e públicos-alvo, nomeadamente gramáticas e dicionários de idiomas da Índia, Japão e Brasil cuja metalíngua era o português. Ver-se-á adiante que, entre a extensa literatura de missionação escrita em português desde finais do século XVI e durante o XVII, têm valor de fontes históricas obras, aduzidas na bibliografia deste trabalho, de nomes como os padres Luís Fróis, Fernão Cardim, Paulo da Trindade, João de Lucena, Francisco de Sousa, Jacinto de Deus, para além das muitas páginas, também escritas em português, do epistolário de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, António Vieira e de outros missionários jesuítas.

Esta amostra da representatividade da língua portuguesa no quadro das primeiras publicações da historiografia ultramarina, relaciona-se com outro aspecto dos estudos gramaticais elaborados a partir de 1530 e cuja fonte é essencialmente italiana: chamou-lhe Paul Teyssier “patriotismo linguístico”, considerando-o protagonizado por aqueles que ilustraram a doutrina com a lição da arte da gramática (1990: 21-26). A atitude perante a língua é a mesma que Louis Kukenheim detectou nos gramáticos italianos, espanhóis e franceses de então (cf. 1932: 198). Faça-se uma breve recapitulação da

matéria que os investigadores atrás referidos, Maria Leonor Buescu e Telmo Verdelho já passaram em revista e examinaram à luz do contexto linguístico europeu⁶.

Desde Élio Antonio de Nebrija, quem primeiro encetou, por via da codificação gramatical, “engrandecer las cosas de nuestra nación” (1492: 112), o filão não parou de ser explorado em apologias da língua, inspiradas no modelo das ainda manuscritas no começo do século, mas já conhecidas *Prose della volgar lingua* do veneziano Pietro Bembo (só publicadas em 1525), paralelamente à multiplicação de gramáticas e ortografias que visavam os mesmos intentos ao ‘ilustrar’ as regras dos idiomas vernáculos. Em França, o movimento ganha raízes a partir da década de 40, com os manifestos dos poetas da “Pléiade” e, na esfera dos estudos gramaticais, os muitos trabalhos de Robert Estienne sobre a morfologia do francês⁷, depois de se ter ocupado da lexicologia, seguidos da tida por primeira gramática do francês, *Le tretté de la grammère françoëze* (Paris, 1550), de Louis Meigret⁸. Quanto a Portugal, fizeram aumentar o caudal várias obras. Depois da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca, 1492) de Nebrija, e adiantadas numa dezena de anos à de Louis Meigret, as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira e João de Barros, embora não possam considerar-se congêneres daquelas quanto à natureza, dado que menos teóricas e especulativas, acompanham-nas no movimento de codificação gramatical dos vernáculos europeus. Na segunda metade do século, a codificação do português passa pela fixação da sua ortografia com as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* (1574), de Pêro de Magalhães de Gândavo, e a *Ortografia da língua portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão, enquanto lá fora

⁶ Sobre a questão específica da “defesa e ilustração” das línguas vulgares, dispensa-se sublinhar a importância dos já clássicos trabalhos de Eugenio Asensio (1951: XL-LII e 1974: 1-16), Luciana Stegagno Picchio (1959: 5-54), Maria José de Moura Santos (1975: 517-528) e José G. Herculano de Carvalho (1964: II, 199-202).

⁷ Antes de publicar o *Traicté de la grāmaire françoise* (Paris, 1557), a análise morfológica dominou a atenção deste gramático e impressor da primeira metade do século XVI. O seguinte conjunto de obras é elucidativo de quão importante era o estudo das classes de palavras na exercitação gramatical: *La maniere de tourner en langue frācoise les verbes actifz, passifz, gerūdifz, supins & participes...* (Paris, 1526); *De gallica verborum declinatione* (Paris, 1540); *La maniere de tovrner tovttes especes de noms latins, en nostre langue françoise* (Paris, 1540); *Les declinaisons des noms et verbes...* seguido de *La maniere de tovrner les noms, pronoms, verbes tant actifs que passifs, gerondifs, supins, & participes...*, *Des hvict parties d’oraison* e *La maniere d’exercer les enfans a decliner les noms et les verbes* (Paris, 1546). Para a consulta de todas estas obras, vd. a sua edição conjunta em Estienne, 1972.

⁸ Mas já antes, sensivelmente desde 1400, a gramática francesa vinha sendo descrita por nacionais e autores ingleses. empenhados no ensino do francês a estrangeiros. John Barton, John Palsgrave, Jacques Dubois e Gilles du Guez (ou du Wez) são dos mais nomeados gramáticos deste movimento (cf. Kukenheim, 1962: 16 e ss.; Percival, 1975: 249). Entrado o século XVII, a importante *Grammaire et syntaxe françoise* (Orléans, 1607), de Charles Maupas, mantém o fluxo das obras “en faveur des étrangers qui en sont desireux” (cf. Maupas, 1607: folha de rosto).

saem grandes manuais dos vernáculos, como são as gramáticas de Cristóbal de Villalon (*Grammática castellana*, 1558) e do francês Pierre de la Ramée (*Gramere*, 1562). Destaquem-se, por fim, sensivelmente da mesma altura do *Diálogo de la lengua* (c. 1535), de Juan de Valdés, e da *Défense et illustration de la langue française* (1549), de Joachim du Bellay, os diálogos em defesa do português, onde Barros e Gândavo esgrimem argumentos que, quer Duarte Nunes de Leão, quer os seiscentistas Francisco Rodrigues Lobo, Manuel Severim de Faria e Álvaro Ferreira de Vera sustentarão, já em época de afirmação não apenas cultural, como também política, da hegemonia castelhana sobre Portugal e colateralmente sobre a própria língua portuguesa. Posto Filipe II houvesse jurado a soberania dos portugueses e ratificado a nossa língua oficial nas cortes de Tomar de 1581, a hora era a dos partidários da tese do castelhano primitivo, isto é, do castelhano como uma das 72 línguas originárias da *confusio linguarum*, depois corrompidas em “idiomas secundários”, de que o português era exemplo (Bahner, 1966: 111).

Mas nem por isso se verá alterar o quadro gramatical de reacção ao castelhano, mesmo porque, em conflito latente com esta teoria, exposta por Gregorio López Madera em finais do século XVI e mantida pelo seiscentista Gonzalo Correas, na sua *Arte de la lengua española castellana* (Salamanca, 1625), não faltaram as vozes que afinaram pelo diapasão da origem latina do castelhano, a chamada tese latinista (cf. Aldrete, *Del origen. y principio de la lengua castellana ò romãce que oi se usa en España*, Roma, 1606), cujos argumentos eram os mesmos que os nossos gramáticos aduziam em favor do idioma pátrio. Tendo-se muito embora em conta a nova conjuntura político-cultural, as apologias linguísticas da época não se distinguem das antecedentes pela intensificação do movimento de defesa da língua que ia sendo promovido em diversos campos da prática literária, nem a crítica ao castelhano, que não era a única língua de contraste, envolvia maior depreciação que a dirigida às demais línguas românicas. Que os primeiros 40 anos do século XVII puseram na ordem do dia o confronto dos valores do todo geográfico da Península é um facto de que a cultura do tempo oferece largos testemunhos e que tem sido pertinentemente assinalado, sob o enfoque da maior ou menor tendência centrípeta de Castela. O confronto acusava tanto as influências da língua e cultura hispânicas, que vinham detrás e durante todo o século se manifestarão de modo hegemónico, quanto as reacções contra elas alimentadas por um forte espírito de autonomia, que despertou com a união dinástica. A sugestão de uma cultura em fase

de apogeu, como era a do Seiscentismo espanhol (a que o romantismo estendeu o epíteto quinhentista de “século de ouro”⁹), ou a causa comum do anseio autonomista irão atingir sectores variados da cultura portuguesa do tempo e um compósito grupo de autores e artistas portugueses, que não apenas o círculo cosmopolita de letrados no saber antigo, tendo sido na actividade especificamente literária onde mais directamente se fizeram sentir, sob formas diferentes, segundo as características dos géneros e respectivos campos de influências, os efeitos de tal confronto. Se a poesia, a historiografia, o teatro, a parenética, foram, por um lado, campos de grande vitalidade de modelos culturais de raiz espanhola, foram também, por outro lado, importantes instrumentos linguísticos e políticos ao serviço dos valores estéticos do nosso vernáculo, por que propugnavam os apologistas, de João de Barros a Álvaro Ferreira de Vera, ao vindicar os dons da língua pátria, ao mesmo tempo que os meios mais comuns para manifestar e instigar reacções patrióticas que o movimento aclamatório de 1640 conjurou¹⁰.

É claro que este chamado “patriotismo linguístico” foi também alimentado por gramáticos portugueses da época e homens de letras cuja formação humanística não se desligava do estudo da gramática ou da actividade filológica e retórica. Os textos de carácter normativo, quer ortografias, quer dicionários, quer gramáticas do português e do latim, foram o resultado mais visível do movimento que intentou elevar o nosso vernáculo à dignidade de língua com foros universais, desde a época em que emergiram os seus primeiros estudos gramaticais até meados do século XVII, quando o castelhano se instalara, para ficar e durar até começado o século XVIII, nos hábitos literários dos portugueses. Face à popularidade deste romance entre os escritores, a concorrência do latim secundarizou-se e só não há que dizer que se neutralizou, porque a filiação latina da língua portuguesa era agora invocada, por gramáticos e escritores familiarizados com os clássicos greco-latinos, como argumento de excelência em relação ao concorrente literário, cuja origem latina fora já também defendida, no início do século, pelo humanista Bernardo Aldrete, no célebre *Del origen, y principio de la lengua castellana*

⁹ Segundo Juan Manuel Rozas, “El romantismo va a producir la primera gran ampliación del Siglo de Oro. Lo va a llevar a grandes zonas del siglo XVII, nada menos que hasta Calderón, que muere en 1681, y a nuevos géneros, sobre todo al teatro barroco, que ahora experimentará un auge inusitado en la apreciación universal” (1983: 65).

¹⁰ Sobre as influências, depuseram já José Ares Montes (1956) e Pilar Vásquez Cuesta (1988). Quanto à existência de uma “literatura de resistência”, são elucidativos os trabalhos de Eugenio Asensio (1974: 455-493), João Francisco Marques (1986 e 1989) e os mais antigos de Hernâni Cidade, *A literatura autonomista sob os Filipes*, (s.d. [1948]), e o 1º volume das *Lições de cultura e literatura portuguesas* (1959: 329 e ss.).

ò romãce que oi se usa en España (Roma, 1606): “se estampo en Roma - diz o Autor a propósito do local de edição -, porque donde tuuo origen la lengua, alli lo tenga tambien el libro, que trata de su principio” (1606: *Prologo del avtor*). Deve-se, porém, convir que a situação do bilinguismo luso-espanhol se manteve exactamente como opção estilística, em termos literários, mesmo por parte de autores, Francisco Rodrigues Lobo ou António de Sousa Macedo, por exemplo, a quem se devem apologias do português, e em todo o processo da militância política em que se envolveram os defensores da legitimidade da Restauração, de que o nome do diplomata português António de Sousa Macedo é novamente exemplo (cf. Delgado, 1986: 36). Subjacente à situação de diglossia com que Pilar Vásquez Cuesta caracterizou o bilinguismo dos escritores portugueses seiscentistas (cf. 1988: 84 e ss.), está o estatuto literário do castelhano, que se tornava concorrente com o português apenas como instrumento de expressão estética, devido, sintetizando razões, à atracção pelo gongorismo poético, para além do maior cosmopolitismo da cena cultural espanhola¹¹. Talvez por isso mesmo as apologias da língua que vieram a lume na primeira metade do século XVII, não evidenciem a mesma confrontação polémica que a questão português-castelhano suscitava no campo da literatura, nem sequer mais acentuadamente do que já acontecera no passado. É significativo que, ao historiar os vários momentos por que passou “La questione della lingua in Portogallo”, Luciana Stegagno Picchio salte rapidamente de Duarte Nunes de Leão, com a sua *Origem da língua portuguesa* (Lisboa, 1606), para Rafael Bluteau (*Vocabulario portuguez e latino*, Lisboa, 1712) e Jerónimo Contador de Argote (*Regras da lingua portugueza*, Lisboa, 1721), referindo de permeio apenas o “lavoro di bonifica e di affinamento” do P^c Amaro de Roboredo e o contributo dos ortógrafos seiscentistas (Picchio, 1959: 41 e ss.).

De facto, do ponto de vista linguístico, os motivos quinhentistas da defesa do vernáculo são ainda as razões do humanista Manuel Severim de Faria, no discurso *Das*

¹¹ António de Sousa de Macedo, quer na qualidade de diplomata, tendo exercido funções em Inglaterra e Holanda, quer na de cronista, utilizou nos seus escritos o castelhano, a língua que circulava nos centros eruditos e políticos. Assim, justifica a sua opção linguística em *Flores de España, excelencias de Portugal* (Lisboa, 1631) com o clássico argumento da maior universalidade do castelhano: “Mucha culpa parece resultarme de aqui, pues amando todos tanto su lengua, yó la dexo, y escribo esto en la Castellana, mas (...) como el amor de mi patria me incite a publicar sus excelencias por todo el mundo, dexados los respetos, me ha parecido mejor medio hazerlo en lengua Castellana, que acertó ser más conocida en Europa” (1631: 268). O argumento, de tão comum, estava previsto pelos defensores do uso do vernáculo. Álvaro Ferreira de Vera contrapôs-lhe, visando o adversário da nossa língua: “Se me disser algũ destes [homens], que compõe em Castelhana por ser lingua mais jêral, lhe direi, que está cego de cobiça, pois não vê, nem conhece a excellencia dos nossos escriptores (...)” (1631: 86v).

partes que ha-de haver na lingoagem para ser perfeita, e como a Portugueza as tem todas e algumas com eminencia de outras lingoas (Évora, 1624), ou do filólogo Álvaro Ferreira de Vera, no *Breves lovvores da lingva portvgvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua Latina* (Lisboa, 1631), até porque é bem visível em cada apologia a presença das anteriores, chegando alguns autores a optar pelo recurso à imitação simples¹² (não era ainda o tempo dos critérios de originalidade criativa, instituídos pela teoria literária romântica); e naturalmente as de Seiscentos inserem-se no veio aberto em gerações anteriores por Fernão de Oliveira e João de Barros. Como modelo tiveram, quer a mensagem doutrinária das primeiras defesas do vulgar, quer a prática linguística dos gramáticos seus autores. Apresentam, por isso, uma diferença fundamental em relação às precedentes, que nada tem de paradoxal com a atitude mimética: é que enquanto aquelas, as da sincronia de Quinhentos, são muito marcadas por uma forte componente teórica e especulativa, que advinha, ver-se-á adiante, da justificação das urgências imperiais e ultramarinas, como da reacção ao castelhano, os textos de Severim de Faria e Álvaro Ferreira de Vera (não se menciona António de Sousa Macedo, que reproduz o primeiro) apresentam, já definidos princípios teóricos, uma vertente essencialmente prática, quer de análise estilística, sintoma da grande motivação literária nas reflexões teóricas e normativas sobre o português, quer de descrição gramatical, sobretudo lexical e morfológica. Afigura-se que a defesa do vernáculo tal qual foi assumida pelo interlocutor português que Pêro de Magalhães de Gândavo pôs à disputa com o castelhano Falêncio, aparece agora um tanto mitigada pelo estudo gramatical e estilístico do português (e do latim) ou, se não, mais voltada para um ensino utilitário da língua, propulsionado pelas exigências da campanha expansionista relativamente ao uso do vulgar. Amaro de Roboredo dá mostras disso. Como adiante se verá, à data em que foram publicadas as apologias de Severim de Faria, primeiro, e de Álvaro Ferreira de Vera, depois, já Amaro de Roboredo escrevera sobre a prioridade “da conservação, & dilatação da Fee, & Imperio”, no leque dos objectivos de uma gramática comparativa da língua materna, que defendia no seu

¹² Fizeram-no António de Sousa de Macedo e Fr. António da Purificação, autores que se ocuparam de matérias de apologia da língua apenas marginalmente, em obras históricas ou de exaltação nacionalista. António de Sousa de Macedo incluiu nas suas *Flores de España, excelencias de Portugal* (Lisboa, 1631) o “Cap. XXII. De la bondad de la habla, ò lengua Portugueza”, onde confessa: “Porque aunque Duarte Nuñez de Leon ha escrito de ella [matéria apologetica], y modernamente Manuel Severim de Faria con tanta excelencia, que no tengo yó cosa, que dezir de nuevo, con todo, por no faltar a punto tan necessario, trasladaré lo que ellos dixeron” (1631: 268). Confronte-se a posição idêntica de Fr. António da Purificação, 1642: 23v-26v.

Methodo grammatical para todas as lingvas (Lisboa, 1619), um dos primeiros e talvez o mais importante texto da gramaticografia portuguesa de Seiscentos. O método expandido tinha também aplicação no estudo das línguas exóticas, a partir da observação contrastiva com o latim. Fosse na lexicografia bilingue e trilingue, ou na gramaticografia modelada pela *De institvione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), do P^e Manuel Álvares, que foi parcialmente traduzida para japonês em 1594, sempre o latim, em convívio com o português, mas levando-lhe vantagem devido ao seu maior prestígio escolar, constituíram os parâmetros de referência linguística para a fixação do uso das línguas exóticas. A implicação do latim nesta linguística emergente não pode desligar-se da intensa produção gramatical latina que na sua própria terra os portugueses levavam a cabo, mesmo pelo facto de o século XVII português ser um momento de excelência no número de edições da gramática do P^e Manuel Álvares¹³ e no surto dos seus comentadores, glosadores e reformuladores, que, aliás, facilmente se recenseiam. Não fosse pelos próprios títulos das obras, que logo indicam o tipo de leitura da gramática de Álvares - ‘advertências’, ‘anotações’, ‘explicações’ -, bastaria atentarmos no parágrafo de abertura da segunda carta do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney, para identificar alguns dos ‘alvaristas’, em desdouro dos quais se fez ouvir a voz do arcediogo da Sé de Évora (Verney, 1746: I, 135-136). Eram visados Bartolomeu Rodrigues Chorro e João Nunes Freire, cujas obras versam sobre os *Rudimenta*, a *Sintaxe* e *Prosódia*, e os padres José Soares e António Franco, que tratam apenas a matéria sintáctica, todos eles, com excepção do primeiro, que não era jesuíta, abrangidos pela proscricção pombalina¹⁴. O pomo da discórdia verneiana estava, como se sabe, no privilégio concedido ao estudo da gramática latina, que os programas dos cursos humanísticos ministrados nos colégios de Santo Inácio de Loiola contemplavam com base no regimento da arte de Manuel Álvares e, antes desta, no das tão populares gramáticas do flamengo João Despautério, subalternizado o ensino da língua materna. E ainda que Verney considere ter sido “no século passado [isto é, século XVII], que ressuscitou este método de ensinar a Gramática da própria língua” (1746: I, 32), nem o

¹³ Segundo o cômputo de Emilio Springhetti das edições que por todo o mundo se fizeram do *De institvione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572), de Manuel Álvares, o século XVIII soma globalmente maior número de edições, mas, em Portugal, foi o século XVII que atingiu esse pico quantitativo: 13 edições contra 3 e 9 nas centúrias de 500 e 700, respectivamente (Springhetti, 1960-61: 304).

¹⁴ Cf. *Alvará régio de 28 de Junho de 1759*: “prohibo que nas ditas classes de Latim se uze dos commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco, João Nunes Freire, Joseph Soares” (Andrade, A., 1981: II, 79-84). Sobre a polémica gerada em torno da gramática de Manuel Álvares, poderá ler-se António Freire, 1964: 334-389.

Methodo de Amaro de Roboredo, que partilha com poucas obras o espaço ocupado pela gramaticografia portuguesa de Seiscentos, nem o movimento das ideias linguísticas dos mestres de Port-Royal, que levou o seu tempo a manifestar-se, lograram aumentar o número de títulos referentes à gramática portuguesa, enquanto as publicações gramaticais latinas se sucederam durante todo o século em apreço. Que as ideias do *Methodo* de Roboredo sobre a prioridade da língua materna, em termos de ensino, como de metalingua da descrição gramatical, pudessem ter tido repercussão nos três últimos quartéis do século, como tiveram, e muito, depois deles, é natural; mas os princípios da *Grammaire générale et raisonnée* (Paris, 1660), de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, e o programa dos estudos concebido para as *Petites Écoles* de Port-Royal, só de forma clara se manifestarão pela primeira vez na gramática de Jerónimo Contador de Argote¹⁵, mais tarde recomendados, a par da *Minerva, seu de causis linguae latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sanchez de las Brozas (o *Brocense*), no preceptorado gramatical da reforma pombalina. O método portroyalino e a *Minerva* são pedras basilares das *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica ...* (publicadas no seguimento do Alvará régio de 28.6.1759; cf. Andrade, A., 1981: II. 84-95)¹⁶. Num período em que, por todo o lado, era visada a descrição das línguas vernaculares, uma das influências vindas de fora que mais se fez sentir na nossa gramática do século XVII, especificamente nas de Amaro de Roboredo, foi a *Minerva* do espanhol Francisco Sanchez, seguramente mais conhecida entre nós que o outro, mais antigo, *vade mecum* do ensino do latim além-fronteiras as *Scholae grammaticae* (Paris, 1559), do francês Pierre de la Ramée¹⁷. Todo o ensino posterior do latim vai

¹⁵ A fechar a introdução das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, Jerónimo Contador de Argote adverte: “alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza. porém os que forem versados na lição do novo methodo dos Padres da Congregaçãõ de Portroyal, e da Grammatica discursada do Padre Lami, veraõ que na explicação da Grammatica Portugueza observo a mesma doutrina, que elles observáraõ a respeyto da Latina” (1721: “Introducçam”).

¹⁶ Em 1760, foi publicada em Lisboa uma edição da *Minerva* (a anotada por Gaspar Scioppio, de 1663), que inclui, a título de aprovação, o texto do Alvará, por que V. Magestade ha por bem conceder à Direcção geral dos Estudos o Privilegio exclusivo de todos os Livros Classicos, e Diccionarios, que forem precisos para uso das Classes de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica ..., datado de 13.8.1759, com a licença de impressão para todos os manuais gramaticais e lexicográficos autorizados nas *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica...* (cf. Sanchez, ed. de 1760: pp. não numeradas).

¹⁷ Sobre a repercussão de Francisco Sanchez na gramática geral e filosófica subsequente, cf. Clerico, 1977: 125-143. Os dois citados manuais são os que W. Keith Percival (1975: 257) e Sylvain Auroux destacam da gramaticografia latina nascida na segunda metade do século: “Les traités latins de Linacre en Angleterre (1533), de Scaliger, Italien installé à Agen (1540), de Ramus professeur à Paris (1559) et de l’Espagnol Sanctius (1587) dominant leur siècle; ils font avancer des questions centrales, le rôle de la syntaxe, la mise en évidence de structures formelles de la langue, et leurs acquis profiteront à la compréhension des vulgaires” (Auroux, 1992: 219).

progredir com a marca destes dois gramáticos, gravada no fervor pelas causas lógicas e racionais da linguagem (“No se ha de dudar, por tanto, de que se ha de dar una razón a todas las cosas, incluso de las palabras” [Sanchez, 1587: 45]), e na preocupação pedagógica pela sistematização/simplificação gramaticais, que é a tónica do método ramusiano (cf. Chevalier, 1968: 250). Quanto à efervescência cultural europeia gerada nas primeiras décadas do século por obras tais a *Grammatica philosophica* (Milão, 1628), de Gaspar Schopp, o *De arte grammatica libri septem* (Amesterdão, 1635), de Gérard-Jean Vossius, ou o *Discours de la méthode* (Leida, 1637), de René Descartes, o seu influxo entre nós, se de verdadeiro influxo se pode falar no século XVII, receberam sobretudo a comunidade dos criadores literários, dos filósofos e historiadores (cf. Dias, J., 1953).

É de opinião Telmo Verdelho que, de finais do século XVI até à reforma do ensino iniciada pelo Marquês de Pombal em 1759, a história da gramática portuguesa passou “quase exclusivamente pela gramaticografia latina”, período durante o qual “Em vez de gramáticas do português (...) vão publicar-se apenas tratados ortográficos” (1995: 127, n. 40) e, segundo Maria Leonor Buescu, compêndios lexicográficos (cf. 1984: 15). Em contraste com as poucas gramáticas do vernáculo, note-se que, para além das obras directamente associadas à gramática latina do mestre jesuíta, saíram dos prelos, em primeira ou mais tiragens, compêndios gramaticais latinos de Amaro de Roboredo, Domingos de Araújo, Pedro Sanches de Paredes e João de Castello-Branco (este associado ao nome de Frutuoso Pereira), todos eles, acrescente-se, escritos em português (cf. **Anexo I**). Se este facto é circunstancial, não deixa de ser curioso que a comparação feita com alguns inventários de títulos das gramáticas latinas quinhentistas (cf. Verdelho, T., 1995: 98-99), embora fora de qualquer precisão quantitativa, aponte para uma maior utilização do português na gramaticografia latina de Seiscentos. No início do século, muitos anos antes de Verney, Amaro de Roboredo propugnava pelo descrição gramatical do latim em vernáculo: “Os que screverom Grammatica na lingua Latina, quãdo ella era vulgar, acertarom; (...) Os ã os seguirom despois que ella não foi vulgar (...) screverom debalde: porque os que não sabem Latim, não entendem suas artes; & os que as entendem, bẽ as escusão; porã entendem qualquer livro Latino” (1619: a3). À margem de toda aquela produção gramatical latina, de lado, em todo o caso fora dos interesses editoriais, ficou a actividade dos gramáticos do português, “epifenómeno do latim”, assim lhe chama Telmo Verdelho (1995: 21), que também a

secundariza em relação ao influxo da codificação ortográfica, assunto que entusiasmou os gramáticos europeus do século transacto, espanhóis, italianos e franceses, por esta ordem cronológica, unidos, ao menos os dois primeiros, pelos mesmos propósitos reformadores de uma escrita etimológica. Talvez tenha sido no século XVII que, já aberto o caminho pelas obras de Gândavo e Nunes de Leão, esse entusiasmo desceu a Portugal, envolvidos que estavam todos na busca da especificidade e nobilitação do vernáculo lusitano. E para marcar a distinção do português relativamente ao castelhano, era de excelente efeito a codificação ortográfica, porque índice de individualidade e contraste linguísticos. Quantitativamente superiores aos que chegaram detrás, os compêndios ortográficos de Seiscentos, pelo menos os publicados de Amaro de Roboredo, Álvaro Ferreira de Vera, Bento Pereira e João Franco Barreto, por esta ordem, e donde se destacam ‘o Barreto e o Vera’, como dizia Verney (1746: I, 109), constituem uma parte do *corpus* linguístico mais conhecido da época e que mais manuseado tem sido em estudos sobre a regulamentação de usos ortográficos¹⁸. A outra parte, sobre a qual também já se pode compulsar importante bibliografia, é formada pela lexicografia, isto é, o conjunto de dicionários, vocabulários e obras de natureza paralexiconográfica, onde as preocupações ortográficas ressurtam ainda, não apenas na sistematização dos modelos gráficos, mas também na própria regulamentação da escrita. O pequeno tratado “Da composiçã, derivação, e ortografia das vozes Latinas” com que Amaro de Roboredo introduziu o seu vocabulário trilingue *Raizes da lingua latina mostradas em hum trattato, e dictionario* (Lisboa, 1621) é especificamente consagrado a matéria ortográfica e configura uma espécie de suporte teórico que vai servir de base, quer à técnica dicionarística, quer à aprendizagem regular do léxico, como sugere o próprio Autor: “em poucos meses (...) se pode adquirir a prattica dellas [palavras de todos os livros Latinos] com o conhecimento da composição, derivação, e ortografia das dicções segundo o trattato que vai posto antes do dictionario”¹⁹. A matéria ortográfica, que, como se sabe, constituía uma das tradicionais quatro partes em que se dividiam os manuais de gramática, subsidiava, por vezes na forma de texto preambular, estes

¹⁸ Vd. Vasconcelos, F., 1932: 273-278; Marquilhas, 1987: 103-116; Gonçalves, 1992: 41-46; Verdelho, E., 1994: 445-463.

¹⁹ O excerto citado foi extraído da introdução “Ao Iviz deste artificio” (ponto 19 da numeração apresentada em margem das colunas) da obra *Porta de lingvas ov modo mviso accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa (...) com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino ...* (Lisboa, 1623), à qual se segue, como o título indica, o dicionário *Raizes da lingua latina*. Sendo esta uma obra independente daquela, com folha de rosto datada de 1621, supõe-se ter sido intenção do Autor fazer dela parte integrante do *Porta de lingvas*, de que, na verdade, Amaro de Roboredo não é autor. Referir-se-ão adiante ambas as obras.

tratados orto-lexicográficos, da mesma maneira que ortografias e dicionários são frequentemente introduzidos por sinopses gramaticais. Nove dos primeiros catorze capítulos da *Ortografia da lingua portvgveza* (Lisboa, 1671), de João Franco Barreto, tratam das clássicas partes do discurso, que o Autor considera “uma preparação para as regras de nossa ortografia” (1671: 65). Quanto às sinopses gramaticais que acompanham dicionários, o exemplo do dicionário de português de António de Moraes Silva, que manteve até à sua 9ª edição um epítome gramatical, não é único nem foi o primeiro. A história da lexicografia portuguesa até aos nossos dias, está cheia de exemplos de obras léxico-gramaticais, sobretudo dicionários de tipo escolar (vd. Vilela, 1990), e incluindo os resultantes da experiência dos missionários no confronto interlinguístico. Em geral, a actividade normativa dos autores da época manifestava-se na elaboração gramatical, paralelamente à de obras lexicográficas, ortografias e até apologias. O caso dos nomeados Amaro de Roboredo e Bento Pereira é um exemplo. Além de destacados gramáticos e ortógrafos, formam, com Agostinho Barbosa, um trio da geração de lexicógrafos pós-cardosiana que empreendeu a alfabetação do léxico português, aproveitando a experiência dos grandes modelos da dicionarística europeia, sobretudo o italiano Ambrósio Calepino, amiúde citado, e o português Jerónimo Cardoso, cujo *Dictionariũ latino-lvsitanicvm, et lvsitanico-latinvm* (Coimbra, 1570) conheceu pelo menos sete edições até ao meio do século XVII (cf. Almeida, 1959: 138).

1. Apologias da língua portuguesa

Tem-se ligado o nome de Francisco Rodrigues Lobo ao dos autores de apologias da língua portuguesa, embora, tanto quanto se sabe, a sua quota-parte nesse movimento se restrinja a uma síntese de posições anteriores, que coube a uma personagem literária expor na obra *Corte na aldeia*, saída dos prelos de Pedro Craesbeck, no ano de 1619²⁰. De facto, a 'questão da língua' é apenas uma de entre as muitas matérias, postas na ordem do dia pelo debate humanístico, de que se ocuparam os interlocutores dos dezasseis diálogos que compõem a obra. Mas a questão, porque ultrapassa o viés da alusão literária, tem sido apreciada no quadro da 'defesa e ilustração' do vernáculo, como justamente fez José Adriano de Carvalho na sua oportuna edição desta obra (vd. Lobo, 1619: 67-69, notas 16-18). Constituindo assunto do diálogo introdutório e sendo este louvor da língua portuguesa feito por uma das personagens - "o Doutor" - mais representativa da voz dos letrados humanistas, ele representa, desde logo, uma tomada de posição prévia em relação à língua, que é a da valorização do seu uso falado e escrito, e adequação para qualquer uma das discutidas matérias da criação literária, seja o diálogo, a epistolografia ou a arte de contar, tradicionalmente por conta das línguas clássicas.

Quer a introdução da matéria, quer a defesa empreendida retomam os mesmos argumentos que gramáticos anteriores haviam já expendido. Do lado dos agravos, o quadro é todo ele tirado das acusações que Pêro de Magalhães de Gândavo seleccionara para o português Petrónio rebater: "quero (...) que me ensineis se na prática, em voz, e na escritura considerada, tem bom lugar a nossa língua portuguesa, porque ouço de má vontade a alguns naturais que tratam mal dela e a condenam por grosseira e limitada" (Lobo, 1619: 67), assim se faz anunciar a matéria, ao jeito da pergunta colocada por Petrónio ao seu interlocutor castelhano, "qual he a razão que tendes pera julgar por tosca, & grosseira esta nossa lingua" (Gândavo, 1574: 44); continua outra personagem "vos confessarei (...) que os portugueses são homens de roim língua, e que também o mostram em dizerem mal da sua" (Lobo, 1619: 68), que, como no caso anterior, recorre

²⁰ Outros autores houve que se ocuparam marginalmente da defesa da língua, mas adoptando por estratégia a imitação da apologia de Manuel Severim de Faria. Já se viu que António de Sousa de Macedo trasladou em castelhano excertos daquele texto, distribuindo-os por itens que denominou 'excelências' (cf. 1631: 267-275); e Fr. António da Purificação, sob a invocação da autoridade do Chantre de Évora, faz da mesma apologia matéria do capítulo 10, "Das rezões porque esta historia se escreue em lingua portugueza", do prólogo de *Chronica da antiqvissima provincia de Portugal da ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipponia, & principal Doutor da Igreja* (Lisboa, 1642).

à expressão depreciativa “ruim língua” e ao comentário do castelhano Falêncio que servira de resposta, o de que “los mismos Portugueses siendo ella [língua] suya la desdeñam” (Gândavo, 1574: 56-57). Na contraposição de argumentos a favor da língua, a defesa é ilustrada por meio das suas virtualidades expressivas (estilísticas e retóricas), da sua ortografia, valorizada segundo o critério da pronúncia, mas reconhecido, ao mesmo tempo, o seu recorte etimológico, e finalmente por meio da sua *copia verborum et sententiarum*, esta uma das características mais valorizadas no cultismo do estilo seiscentista. A abundância de meios de expressão era a matéria-prima do ornato retórico, tal como o próprio Rafael Bluteau, já formado mentalmente segundo os cânones racionalistas, defendeu no seu *Vocabulario de sinonimos, e phrases portuguezas* (sobre o assunto, vd. Verdelho, E., 1981: 171-221). A apologia do português para fins literários foi a mais explorada vertente do discurso dos autores seiscentistas. Se já João de Barros invocara as qualidades estéticas da língua, conferindo-lhe a prerrogativa de possuir “majestáde pera cousas gráves”, “eficácia baroil que representa grandes feitos”, ‘gravidade e força para declarar, mover, deleitar e exortar seja em qual género de escritura’ e ‘copiosidade de vocábulos’ (1540: 398-401); se Pêro de Magalhães de Gândavo apresentou na sua defesa um dos primeiros elencos de escritores portugueses²¹, que visa à consagração; se já nestes dois Autores, portanto, a defesa do português passa pela sua legitimidade literária, serão as apologias de Seiscentos a enfrentar directamente o repto da ineloquência do vulgar para exprimir os mesmos conteúdos veiculados pela língua padrão que era o latim. “Organiser et régler une langue littéraire” é para Sylvain Auroux (1992: 21 e ss.) o segundo nível da codificação da língua vernácula, via regulamentação ortográfica e gramaticalização, a fim de a plasmar conforme ao modelo que visavam os gramáticos renascentistas ao defenderem estar a língua sujeita a arte. Acresce que contra o idioma português atiravam os próprios naturais as acusações de *ruim língua, tosca e grosseira*: “é que, polo pouco que querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte” diz Rodrigues Lobo (1619: 69), na esteira de Pêro de Magalhães de Gândavo (cf. 1574: 44). Estava lançado o mote para a discussão apologética. As possibilidades literárias do vernáculo abriram a questão, que desvia o debate do campo da maior ou menor universalidade da língua, onde a nossa desvantagem era clara e evidente, para a

²¹ Na poesia, Francisco Sá de Miranda, Luís de Camões, Diogo Bernardes e António Ferreira; na historiografia, João de Barros e André de Resende; na literatura mística, Fr. Heitor Pinto; nas novelas de cavalaria, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Francisco de Moraes (Gândavo, 1574: 61-63).

dimensão textual, aproveitando a galeria dos clássicos da literatura portuguesa. Daí as matérias de estilo e poética da língua exploradas, quer por parte de Rodrigues Lobo, mais nos restantes diálogos de *Corte na aldeia* do que no primeiro, onde apenas avança argumentos tópicos, quer de Manuel Severim de Faria.

O Autor de *Corte na aldeia* começa por enunciar as aptidões da língua, segundo os tópicos do *docere*, *delectare* e *movere* fixados pela retórica: “é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura”, isto é, adequada para todos os géneros de estilo (1619: 68-69). A eles se refere, logo a seguir, mas aludindo apenas à epistolografia e à história (cf. Castro, A., 1973: 73-77). Ainda no âmbito estilístico e retórico, Rodrigues Lobo aponta, também de forma meramente enunciativa, um outro motivo de louvor da língua, coincidente com o argumento da riqueza vocabular, que Duarte Nunes de Leão aduziu com abundantes factos demonstrativos (1606: 301-304), mas agora claramente adaptado a uma moda literária. A *copia sententiarum* deu ensejo ao aproveitamento literário de adágios e sentenças, que, segundo Rodrigues Lobo, a língua portuguesa ‘tem mais que todas as vulgares’ (1619: 69) e cuja voga, como ornato de estilo, está bem patente num conjunto vasto de obras seiscentistas, muitas de D. Francisco Manuel de Melo, incluindo adagiários publicados ou organizados na mesma altura.

Deverá ter-se por característica a presença de considerações ortográficas nas apologias de Seiscentos, pela possibilidade que ofereciam de distinguir e delimitar o português relativamente ao idioma vizinho. Giuseppe Tavani avança com a hipótese de a causa etimológica, acesa a partir de João de Morais Madureira Feijó, ter ganhado terreno “pelo desejo de tornar a língua portuguesa, até no plano gráfico, cada vez mais diferenciada da sua vizinha peninsular” (1987: 203). Mantém outro linguista que “a diferenciação pela ortografia é um índice de afirmação nacional” (Hagège, 1983: 11-68), em que se logra, no caso e passando o anacronismo do conceito contemporâneo de ‘nação’, a síntese entre a nobilitação do vulgar e o manifesto da identidade linguística. Os próprios ortógrafos activavam o confronto pelo exemplo do concurso dos dois padrões linguísticos, como, de resto, fizera Duarte Nunes de Leão. Codificar a grafia portuguesa face ao castelhano, foi processo usado pelos ortógrafos Amaro de Roboredo, Bento Pereira e João Franco Barreto:

M. (mestre) Dobram tambem as letras as dicçoens corruptas das Latinas?

D. (discípulo) Muitas: e as dobravam antigamente; o que se observava nas que tinham letra consoante entre dous *aa, ee, ie, oa, oo*, tirando-a: v.g. *saarar*, de *sanare*, *geerar*, de *generare*, *preegar*, de *praedicare*, *fee*, de *fides*, *moo*, de *mole*, *soo*, de *solus*: o que também praticavam em muitas Latinas, e Castelhanas, que acabam em *ana*, a que tiravam o *n*: v.g. *laã*, de *lana*; *irmaã*, de *hermana*;

Roboredo, 1738: 5

Se usarmos de *am*, nos assemelhamos aos Latinos, os quays assim nos nomes, como nos verbos, põem, *am: musam, legebam* (...). E nesta fôrma semelhantes aos Latinos melhor responderemos à ordinaria objecçam, que põem os Castelhanos à nossa lingua, tachandoa de grosseyra, dâdonos em rostos cada dia com os nossos ão, *aõ*, que elles adelgaçam, pondo *n*, em lugar de *m*.

Pereira, 1666: 65-66

[este ditongo *aõ*] he o mays frequente de nossa lingua, & sobre que ha varias opiniões; a minha he, que para o acortarmos nõs guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocábulos, que elle acabarem em ano, anos, acabaremos nõs ã *ãõ, aõs*.

Barreto, 1671: 100

Estão em causa a formação de hiatos resultantes da queda de consoantes intervocálicas, que, no caso de *-l-* e *-n-*, constitui um fenómeno particular ao galego-português, e o problemático ditongo *-ãõ*, ressaltado, à parte as opções em litígio de Bento Pereira e João Franco Barreto, como característico do português face ao castelhano (e a outras línguas vulgares). De entre as matérias sobre que recai a ‘ilustração’ da língua, a especificidade do nosso ditongo nasal tem lugar cativo, em referências que não chegam a ser, as mais das vezes, de natureza descritiva, senão valorativa, tratando-se evidentemente de valorizar mais do que a norma gráfica, codificada pelos ortógrafos, as marcas da diferenciação linguística português/castelhano, e os critérios subjacentes ao modelo ortográfico proposto.

Francisco Rodrigues Lobo não toca em matérias de grafia, mas a afirmação de que “Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala” (1619: 69) não deixa dúvidas quanto ao seu comprometimento com a concepção de uma ortografia fonética, de que tinham sido porta-vozes ortógrafos (e gramáticos) de um passado recente e de que o seu século também partilhou, com o concurso, é certo, de outras tendências. Como se sabe, o asserto de Rodrigues Lobo, segundo o qual a grafia devia aproximar-se o mais possível da fonética da língua, é quase a transcrição *ad verbum* dos que se encontram enunciados em obras gramaticais quinhentistas sobre o critério da pronúncia na regulamentação gráfica, também eles, por seu turno, inspirados na tradição latina, de que é modelo a máxima quintiliana “*scribitur quomodo sonat*”, sempre invocada a título de autoridade por Fernão de Oliveira, João de Barros, ou Duarte Nunes de Leão. Ora, a concepção baseada na pronúncia é também o traço comum da atitude apologética que,

em matéria de ortografia, assumiram os apologistas de Seiscentos, Rodrigues Lobo e os que o sucederam, Manuel Severim de Faria e Álvaro Ferreira de Vera, este último também na qualidade de ortógrafo. Todos eles, por mais ou menos sucinta que fosse a sua abordagem, proclamaram explicitamente a excelência de uma escrita conforme à pronúncia, tal qual vinha codificado nos manuais ortográficos. Formulado nos mesmos termos, o princípio ou a sua preponderância estendem-se às codificações ortográficas da segunda metade do século, empreendidas pelos ortógrafos mais tardios Bento Pereira e João Franco Barreto. De passagem, ouça-se, neste ponto, o primeiro:

“Para que guardemos certeza, ou verdade em nossa escritura, assim a devemos escrever, como pronunciamos & pronunciar como escrevemos. Doutra maneyra será nosso escrever mentiroso, por que se mente no fallar, quem falla contra o q̄ entende, tambem mente no escrever, quem escreve contra o que pronuncia. E o bom Portuguez para ser totalmente verdadeyro, deve ter verdade no escrever, como tem no falar” (Pereira, B., 1666: 28-29).

E a título de exemplo, recomenda a notação do *e* protético de “scribo”, e as grafias “fê” e “pò”, resultantes da crase das antigas vogais duplas em posição de hiato de “fee” e “poo”.

É certo que estas concepções teóricas estavam já fora do tempo da apologia de Rodrigues Lobo e das demais publicadas na primeira metade do século. Mas a escassa distância de *Corte na aldeia*, quatro anos antes, são publicadas as *Regras da orthografia da lingoagem portuguesa (...) Expostas em forma de dialogo* (Lisboa, 1615), de Amaro de Roboredo, o primeiro gramático seiscentista a ocupar-se de assuntos de ortografia num pequeno manual de catorze páginas, em forma de diálogo, dir-se-ia, um opúsculo de regras para principiantes. A estrutura de questionário assente nas perguntas de um mestre a que se subordinam elementarmente as respostas do discípulo, sugere isso mesmo. Se as regras ortográficas são expostas pelo discípulo, cabe, porém, ao mestre enunciar no último capítulo “O que deve observar o que deseja escrever certo”: e a primeira observação é “Que deveis escrever, como se pronuncia; fundamento principal da Orthografia”, seguida de “Que não escrevaes letras superfluas, que se não pronunciam” (Roboredo, 1738: 10). Voltará a repeti-las nas páginas dedicadas à ortografia em *Raizes da lingua latina*: “assentamos esta primeira [regra], como estribo, e fundamento de todas. A palavra se ha de escrever com aquellas letras, que pede a direita, e usada pronunciação” (Roboredo, 1621: 29-30).

Como se vê, Rodrigues Lobo tinha bem perto de si uma lição ortográfica, mesmo que muito elementar, sobre a importância da pronúncia e do critério horaciano do *usus scribendi* (cf. Roboredo, 1738: 12), que seguiu, pelo menos do ponto de vista da



enunciação teórica. É de notar a dissonância entre a prática ortográfica de Rodrigues Lobo e o critério da tendência fonética por si mesmo defendido em *Corte na aldeia*. Provam-na a oscilação “calidade”/“qualidade” (Lobo, 1619: 138, 141) e a manutenção dos hiatos *ea* e *eo*, os quais, nos critérios de edição do texto, José Adriano de Carvalho esclarece ter desenvolvido (*ea* > *eia*, *eo* > *eio*). Reportando a lição ao passado, não se pode deixar de citar Duarte Nunes de Leão, o ortógrafo quinhentista mais próximo do nosso Autor e cuja obra ainda lhe foi contemporânea, que ao fechar o capítulo dos ditongos, rejeita, com base na afirmação de que “a orelha nos ensina, que são letras soltas, e sem vínculo”, grupos como *ae* de *amae*, ou *eia* de *ceia*, já resolvido o hiato de *ea* por epêntese da semivogal (1576: 94). À cabeça das suas “Regras gerais da ortografia da língua portuguesa”, apresentara o gramático a de “escrever, como pronunciamos e assim temos de pronunciar como escrevemos” (1576: 133) princípio face ao qual o caso, dos mais conhecidos e controversos nos manuais de ortografia, da concorrência das unidades *c*, *qu*, *k* e *ch* (/k/), teve soluções diversas, que alternaram entre a manutenção das duas primeiras e a eliminação de *qu*, *k* e *ch* em favor de *c* com o mesmo valor. Para Bento Pereira os hiatos *ea/eo* e a forma “calidade” são condenados pela sua marginalização relativamente à norma padrão portuguesa, que era a língua de corte, o falar distinto de Lisboa e Coimbra²². Na tábua de “reformaçoens” com que encerra as suas *Regras gerays breves, e comprehensivas da melhor ortografia*, a intervenção correctora do jesuíta, sendo “em ordem a emendar, e melhorar palavras, que a ignorancia do vulgo corrompeo”, é significativa, por um lado, do uso geográfico e socialmente diverso da língua nos séculos XVI e XVII, por outro, do juízo depreciativo que tradicionalmente pesava sobre os falares setentrionais: assim, corrige os vocábulos *calidade* por *qualidade*, *rodeo* por *rodeyo*, *alheo* por *alheyo*, *cheo* por *cheyo* (Pereira, B., 1666: 82 e ss.). Já Manuel Severim de Faria, ocupado em nobilitar o vernáculo do reino, descrevia, em 1609, o seu falar rústico, grosseiro e tosco dos habitantes de Miranda de Douro, por oposição à língua de corte, isto é, a língua política ou o falar padrão: “Falaõ mal se os compararmos cõ a lingoagem de hoje politica porque alem de vsarẽ de algũas palauras antigas pronunciaõ os uocabulos cõ grande pressa fazẽdo somente assentos agudos e prolongos na primeira e ultima silaba da dicçaõ o que parece

²² Segundo J. Leite de Vasconcelos “A partir des XV^e-XVI^e siècles, la langue littéraire présente quelques caractères qui sont en désaccord avec le langage de la province du Minho, et d’accord avec le langage actuel du Centre du pays (Beira) et du Sud (...). Ainsi l’origine de notre idiome littéraire pourrait être, plutôt qu’ailleurs, cherchée à Coimbra ou à Lisbonne” (1901: 15). Cf. também Boléo, 1974: I, 291-307.

herdaraõ ainda dos suevos, e godos e de outras naçoens do Norte que nesta prouincia abitaraõ dos quais é peculiar esta pronunciaçaõ” (Faria, M., 1974: 116). Se não fala verdade quanto à influência dos povos do Norte, tem razão no que respeita aos arcaísmos lexicais e reconheceu-lhe José Leite de Vasconcelos crédito no tocante aos “assentos agudos e prolongos”, traços fónicos da pronunção mirandesa (cf. Vasconcelos, J., 1900: 109-120). E ver-se-á adiante que, no discurso *Das partes que há-de haver na lingoagem para ser perfeita, e como a Portuguesa as tem todas e algũas com eminência de outras lingoas* (Évora, 1624), sempre o seu prescritivismo em relação a traços fonéticos da região Centro-Sul, donde saía agora a norma, comporta a marginalização dos falares do Norte.

Mas a supracitada afirmação de Rodrigues Lobo - “Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala” - ficaria truncada se ignorássemos do seu contexto a frase “Tem [o português] de todas as línguas o melhor: a pronunção da latina, a origem da grega (...)” (1619: 69), que corresponde à contrapartida do ideal de uma *latinitas* que obsidiava todos os gramáticos do tempo, porquanto, quanto mais próxima estivesse a língua nativa da língua gramatical (leia-se, *do latim*), menos corrupção e maior prestígio apresentaria em relação ao idioma adversário, que, pelas mesmas razões, alimentava o nacionalismo filológico espanhol. No segundo dos três livros que constituem o *Del origen, y principio de la lengua castellana ò romãce que oi se usa en España* (Roma, 1606), Bernardo Aldrete empenha-se em demonstrar “que no solo el Romance deciendo de la lengua Latina, sino tambien (...) no està del todo destruida, i consumida”, debruçando-se sobre o parentesco lexical e gramatical (Aldrete, 1606: 188 e ss.). A mesma orientação que os gramáticos imprimiam às descrições morfológicas e sintácticas, isto é, conformidade com o paradigma latino, tomaram-na, quando era caso disso, na sua actividade normativa em matéria de ortografia. Dada a natureza rudimentar do manual ortográfico de Amaro de Roboredo, é de supor que as fontes documentais mais directas de *Corte na aldeia* tenham sido, pela proximidade cronológica, as obras de Duarte Nunes de Leão, cujas recomendações para que se escrevesse “officio”, “cavallo”, “doctrina”, “precepto”, etc., (Leão, D., 1576: 135) são significativas da tendência que aproximava a grafia da pronúncia antiga, recuperando letras etimológicas, não obstante o divórcio com o sistema fónico da língua. O consolidar de posições anteriores sobre a origem do português e a sua latinização gráfica, matérias aferidas uma pela outra, prenuncia que o influxo etimologizante atravessará o novo século refractário

a qualquer conflito com a tendência vernacular. Só aparentemente é paradoxal que a defesa de uma ortografia fonética coincida com o proclamar das marcas da sua filiação latina, ambas as atitudes reflectidas numa prática linguística (incluindo a gramatical) onde vernaculidade se opunha a relatinização (cf. Paiva, 1986: 375-397), sendo tão sustentável a emulação com o latim, quanto a estratégia de dignificação das características do vulgar, da sua individualidade e autonomia. Postularam-nas, os adeptos da tese do castelhano primitivo, a mais clara e condensada expressão da vernaculidade, de que foi porta-voz o gramático Gonzalo Correas, na primeira metade do século XVII. Ao proceder à “comparazion de las lenguas latina i castellana”, no último capítulo da sua *Arte de la lengua española castellana* (Salamanca, 1625), a relatinização linguística é dirimida por meio dos argumentos valorativos do castelhano, em matéria de pronúncia e ortografia, concluindo o Autor com a seguinte “opinion en que á de tener à estas dos lenguas: à la Latina por buena i nezesaria rrespetto de los estudios i de las zienzias, i santas escrituras i libros santos: à la Española Kastellana por mucho mexor, por su maior cunplimiento, i ser mas grave, llena, dulce, i bien sonora, clara i distinta, i mas estendida i xeneral” (1625: 494). Proselitismo à parte, tal posição vem por conta do movimento que visava promover o vernáculo em língua culta, polindo-o ao contacto com o latim. Longe de serem conflituais, sempre uma das duas orientações - filiação latina / autonomia ou individualidade do vernáculo - era invocada, consoante a circunstância, a título de complementaridade da outra, como se nota em Amaro de Robredo: “havendo-vos de apartar da boa Orthografia, seja para a Latina, descobrindo das palavras a origem; o que muito se deve atender, e saber, para bem escrever a Portugueza, regulando-se racionavelmente pelo uso, e boa pronunciaçãõ” (1738: 11-12). A exposição apologética de Rodrigues Lobo, porque alheia à prática normativa, está fora da dimensão intralinguística que abarcam a apologia de Manuel Severim de Faria e, no seu rastro, a de Álvaro Ferreira de Vera, donde, em lugar dos argumentos filológicos para demonstrar a filiação latina do português, é a consciência histórica do paradigma latino-romano que dita o prestígio intrínseco da língua. Revestem-se, por isso, de certa subjectividade os argumentos valorativos sobre a excelência do vulgar e a sua superioridade face às demais línguas (o castelhano, o italiano e o francês). Cre-se remontar à *Origem da língua portuguesa* (Leão, D., 1606: 310) o juízo, quase sempre emitido no contexto do português enquanto língua estrangeira, de que o nosso idioma ‘não tem a aspereza’ de outros, porque, diz Rodrigues Lobo, “a pronunciaçãõ não obriga a ferir o céu da boca (...), nem a arrancar

as palavras com veemência do gargalo” (1619: 69). Parece, aliás, terem todos os apologistas bebido a sua inspiração nesta fonte que foi a *Origem* de Duarte Nunes de Leão, sistemático que nela é o confronto entre *Nós portugueses dizemos... / Eles castelhanos dizem...*, no conjunto dos capítulos XIX-XXV, referentes a matéria de ‘defesa e ilustração’ da língua.

É exemplar, neste ponto, a dívida, nunca confessada, de Álvaro Ferreira de Vera, apologista. Nos seus *Breves lovvores da lingua portvgvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina* (Lisboa, 1631), publicados em complemento da *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* (Lisboa, 1631), mas com folha de rosto própria, logo se infere, a partir do passo proeminal “Porque a lingua Portuguesa senão toma das outras linguas com a facilidade, com que os Portugueses tomão as de outras nações?”, ser o texto que se segue proveniente do capítulo XXIII da *Origem da lingua portuguesa*, que Álvaro Ferreira de Vera se limita a copiar *ipsis litteris*. Não fossem as devidas adaptações, as quatro páginas da dedicatória a D. Manuel d’Eça corresponderiam perfeitamente a este capítulo da obra de Duarte Nunes de Leão. Basta cotejar os seguintes passos:

E, assim não é cada ũa letra senão ũa figura que é retrato da voz, cuja definição já vistes no nosso tratado da ortografia da lingua portuguesa. De maneira que as letras representam as vozes, e as vozes os pensamentos e conceitos da alma. (...) Tal é a pronunçiação das palavras que escrevemos com lh, que é pronunçiação particular dos Espanhóis, que nem os Hebreus nem os Latinos, nem os Gregos a podem pronunciar por suas letras, nem os Árabes e Mouros de África, com tormento. Pelo que, para significarmos o que pelo nosso alfabeto latino se não pode explicar, acrescentamos ao l a nota de aspiração, assim: lh, e os Castelhanos dobram o ll, erradamente por a razão que demos na ortografia.

Leão, D., 1606: 309-310

E asi não he cada hũa letra senão hũa figura, que he retrato da voz humana: como declarei no cap. I da diffinição da Orthographia Portuguesa. De maneira que as letras representão as vozes, & as vozes os pensamentos, & conceitos d’alma. (...) Tal he a pronunçiação das palavras, que escrevemos com, lh, que he pronunçiação particular dos Hespanhoes, que nem os Hebreos, Gregos, & Latinos a podem pronunciar per suas letras: nem os Arabes, & Mouros d’Africa com tormento. Polo que para significarmos o que pelo nosso alfabeto Latino se não pode explicar, acrescentamos ao L. a nota de aspiração, assi lh: & os Castelhanos dobraõ o L, assi ll erradamente pola razão, que dei na Orthographia no capitulo da ditta letra.

Vera, 1631: 78r-78v

Noutros passos, o Autor indica a origem dos empréstimos: “Prosa, & versos, que achei em Manuel Severim de Faria a este mesmo intento” (1631: 84v). De facto, os *Breves lovvores* constituem uma manta de retalhos das apologias de Manuel Severim de Faria e

Duarte Nunes de Leão, cuidadosamente cerzidos com palavras do Autor, num ou noutro ponto intercalando considerações de sua lavra. Os motivos de louvor, os textos abonatórios, os autores citados foram colhidos em Severim de Faria, sendo o aproveitamento tão volumoso que não reputamos de muito significativo o contributo original de Álvaro Ferreira de Vera, ressaltando as informações que sobre o mesmo assunto aduzira já na sua *Orthographia*, em relação, por exemplo, ao princípio da ortografia fonética. Encontramo-lo entre as clássicas “cinco qualidades, que se requerem para ser perfeita hũa lingua” - ser copiosa de palavras, boa na pronunçiação, “escreve o que falla”, ser apta para todos os estilos de compor e breve no dizer -, mas é na *Orthographia*, ao mesmo tempo que define esta matéria como “arte de escrever as vozes com as letras dividas á direita pronunçiação, e segundo sua origem”, que o Autor lhe confere o carácter de requisito da normalização gráfica de uma língua (*Id., ib.:* 1r-2v, 82v). Em relação às restantes qualidades, enquanto Severim de Faria lhes dedica demorada atenção, este seu sucessor fica-se pelo juízo, rasteado de Duarte Nunes de Leão, sobre a natureza compendiosa da nossa língua, “em muitas palavras; como Alvorço, Adherencia: e sobre todas esta Saudades; que com muitas palavras d’outras linguas senão pode explicar” (*Id., ib.:* 83r; cf. Leão, D., 1576: 303-304).

O tópico da filiação latina e da maior conformidade à língua-mãe como sinal de excelência do português é igualmente tirado das obras matrizes, mote, na de Manuel Severim de Faria, da matéria apologética do português, ignorado o embaraço que era a sua proclamada insuficiência em domínios - o ensino, a filosofia, a religião -, até aí exclusivos do latim. A hierarquização linguística medieval *latim* (com o grego e hebraico)/*vulgar* abre a questão da filiação latina em proveito da distinção do português. Partindo do passo do *Génesis* que apresenta o tema babélico da confusão das línguas, o Autor começa por analisar as supramencionadas cinco qualidades nas línguas do ideal trifárico da Renascença, o hebraico, o grego, o latim, para concluir pelo seu epíteto de “Princesas do mundo” (Faria, M., 1624: 80). É o primeiro passo para, destacado o latim das restantes línguas eruditas, abordar a emergência dos vernáculos e, segundo uma hierarquização feita em função da semelhança com a língua-mãe, introduzir a defesa do português, considerado mais próximo do modelo hierarquicamente perfeito: “E mostrando nós que a Portuguesa participa mais da Latina, e que na cópia, pronunçiação, breuidade, Ortografia, aptidão para todos os estilos, não é inferior a nenhũa das modernas, antes igual a algũas das antigas, com razão lhe poderemos dar o louvor da

língua perfeita, & de ser ãa das melhores do mundo” (*Id., ib.:* 80). São úteis à causa as referências contrastivas às terminações nasais *-n* do castelhano e *-m* do português, a esta associado o ditongo tónico *ão*, o único nasal, que “é próprio nosso”, explicitamente distinguido entre os restantes ditongos *ai, ae, au, ei, eu, oe, ou, ui* e apresentado como norma da língua comum, nascida no Centro-Sul (diz o Autor que o pronunciam as cidades de Lisboa, onde nasceu, Évora, onde viveu desde tenra idade, e Coimbra; cf. *id., ib.:* 86).

Em matéria de ortografia a sua posição aparece alicerçada, quer nos portugueses João de Barros e Duarte Nunes de Leão, quer nos ortógrafos castelhanos que cita, Francisco de Robles (*Reglas de ortographia*, 1533) e Mateo Alemán (*Ortografia castellana*, 1609), partidários das propostas de Nebrija, como o foram todos os seus conterrâneos seiscentistas, e alguns deles mais radicais arautos do critério ortográfico da pronúncia (caso de Gonzalo Correias, *Ortografia Kastellana, nueva i perfeta*, 1630). Ficou fora das “longuíssimas disputas” (Verney, 1746: I, 68) a abordagem superficial que Severim de Faria fez das terminações *-ão/-am*. Assumindo por princípio que “notoria cousa he, que na ortografia nos ficauão [as outras lingoas] todas inferiores; porque nenhuma cousa escreuemos, que não pronunciemos” (*Id., ib.:* 150), o Autor manifesta-se a favor da representação *-am*, valendo-se dos mesmos argumentos utilizados pelo P^e Bento Pereira, para o qual “nisso nos ficamos parecendo mays aos Latinos do que elles [Castelhanos] se parecem; porque se os Latinos acabavaõ frequentemente seus vocabulos de toda sorte em *am*: v.g. *Musam, famam, legebam, coram*, nós assim queremos acabar, para ficarmos mays semelhantes a Latinos, particularmente Romanos, do que aos Castelhanos” (Pereira, B., 1666: 66). Tal qual o jesuíta defendia *-am* pela sua semelhança com o latim, Severim de Faria contrapôs aos exemplos castelhanos de verbos (*aman, amaban*), substantivos (*pan, capitan, comparacion*), e preposições (*en, sin*), nas mesmas posições, a grafia *-m* e o ditongo *-ão*, que “é quasi como o, *am*, que os Latinos usam”, em formas como *musam, famam, amaveram, legeram, coram, quinam, quispiam* (1624: 87). E mais não diz sobre as terminações nasais, ficando por especificar, nos apresentados exemplos do castelhano, as ocorrências onde realizaria o ditongo português e aquelas onde *-m* marca a nasalização de vogal. Embora já unificadas em *-ão* as terminações nasais *-an (-am)* e *-on (-om)*, realizadas nos substantivos *pan* (< lat. *pane-*), *comparacion* (< lat. *comparatione-*) e *capitan* (neste caso, empréstimo do catalão ou genovês; cf. Louro,

1952: 37-65), ficam por conhecer as soluções propugnadas por Severim Faria para a representação das nasais finais, como se fica sem saber se imprimiria alguma regularidade ao uso de *-am* e *-ão* na morfologia verbal, nomeadamente na 6ª pessoa das formas átonas do presente e pretérito (perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito), e tónica do futuro.

O *Methodo grammatical* de Amaro de Roboredo, que já se viu ter servido de fonte a Severim de Faria, dá alguns indícios do que seria o estado da língua neste ponto da morfologia verbal. Apresentado o quadro da redução das quatro conjugações latinas a três, com a inclusão do verbo *defendere* na 2ª conjugação do português, o gramático seiscentista fornece, daqueles tempos verbais, um paradigma de terminações nasais da 6ª pessoa, baseado não tanto na distinção entre *-am* e *-ão*, mas na utilização de acentos para assinalar ou o ditongo tónico, ou o timbre de vogais acentuadas. Assim, as desinências *-arãõ*, *-erãõ*, *-irãõ* para o futuro de *amar*, *mover* e *vestir*; as átonas *-árom* e *-érom* de perfeito (*vestir* não é conjugado) e *-ávãõ* e *-iãõ* do imperfeito dos mesmos verbos; e *-ão* para o presente da 1ª conjugação (cf. Roboredo, 1619: 14-28). A vogal acentuada dos paroxítonos de perfeito e de imperfeito destina-se obviamente a estabelecer a distinção entre aquela desinência verbal átona e a tónica do futuro. Aliás, na *Orthografia*, Amaro de Roboredo confere ao acento uma função distintiva de carácter morfológico: “Do *agudó* se usa nas syllabas, que para differença pronunciamos altas, pois pronunciadas baixas, tem outra significação: v.g. *amára*; *amarà*, preterito, ou futuro” (1738: 12). Observe-se que, na ortografia da edição de 1805 do texto *Das partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita*, volvidos quase dois séculos sobre a sua redacção em 1622²³, a desinência verbal da 6ª pessoa do presente e imperfeito é também sistematicamente realizada como tónica, donde se atestem as formas *usãõ*, *pronunciãõ*, *faltãõ*, *mostrãõ* a par de *dãõ* e *sãõ*, e as formas *acabavãõ*, *ficavãõ*; por outro lado, quanto à 6ª pessoa do perfeito e futuro (de que curiosamente não se registou nenhuma forma de indicativo), a função distintiva caberia, não às terminações nasais *-am* e *-ão*, mas à oposição /a/ - /ɑ/ e às realizações [e] - [ə] (respectivamente, sílaba acentuada e sílaba não acentuada), nas desinências *-árãõ* (1ª conjugação verbal), *-êrãõ* (2ª conjugação), e a da 3ª conjugação é grafada *-irãõ* (*deixárãõ*, *alcançárãõ*, *vencêrãõ*, *pretendêrãõ*, *traduzírãõ*, *prohibírãõ*) (cf. Faria, ed. de 1805: 115-164).

²³ O manuscrito *Discurso das partes q̄ ha de hauer na linguagem pera ser perfeita, e como a Portugueza as tem todas e algũas com eminência de outras vulgares*, que se guarda na B.N.L., está datado de 18 de Agosto de 1622 e apresenta, no fecho, a indicação “Recitado a 29 de Agosto de 1622”.

A conformidade à lição ortográfica latina, por que passa a estratégia de dignificação do português, é ainda aproveitada para reprovar usos do castelhano, reputados por incorruptos, em favor, naturalmente, do idioma próprio. São considerados contrários à lição latina (cf. Faria, M., 1624: 90-91)²⁴:

- a conhecida confluência de *b* e *v* no fonema único /b/, realizado como oclusivo ou fricativo: “lendo por: *Volo Bolo*, e por: *Viuo, Bibo*, e por: *Vita, Bitá*”. O testemunho afecta, quer a situação, mais frequente na Idade Média, de *b-* e *v-* etimológicas iniciais, quer a de *-v-* (< lat. *-u-*) intervocálica;

- o ensurdecimento da fricativa palatal [ʒ] escrita *j*, com a conseqüente redução dos dois fonemas /s/ e /ʒ/, distintos até meados do século XVI: “Além disto pronunciam o *i*, como *x*, e por: *Badajoz*, dizem: *Badaxos*”;

- um aspecto do fenómeno do *seseo* que é a sonorização da sibilante [s]: “e o *s*, pronunciam por *z*, dizendo: *Zol*, por *Sol*”; e a afirmação seguinte “e o *h* [pronunciam], por *g*, como: *Huerta, Guerta*” supomos referir uma variante dialectal *guerta* de *huerta* (< lat. *hortus*).

Seguidor de Quintiliano em matéria de ortografia, Severim de Faria não deixa sem reparo a conservadora grafia francesa, apoiando-se na obra *Gallicae linguae institutio* (1550), do gramático francês João Piloto. Assim, duas curtas notas à complexidade do sistema vocálico francês e às consoantes finais mudas: “Pela demasia das letras vogais cometem os Franceses outro não menor erro; porque nenhum dos ditongos quasi pronunciam como escrevem, e acabando ordinariamente as dicções em consoantes, nas mais delas as não exprimem” (1624: 78). As críticas atingem também o italiano e o alemão, com a exploração da maior proximidade do português e do castelhano à língua-mãe, ou só do português quando a análise contrastiva envolvia a língua concorrente.

Vejam-se outras vertentes da questão apologética. Em matéria de funcionamento gramatical da língua, é também visível a dívida contraída para com a *Origem* de Duarte Nunes de Leão, muitas vezes citada, ou apenas nomeada para abonar determinadas afirmações. A doutrina expendida acerca da derivação lexical foi tirada do capítulo XX da *Origem*; a demonstração das palavras “que se não achão nas outras lingoas” tem a

²⁴ Sobre a história destes fenómenos, que interessam a um tempo Espanha e Portugal, poderá ver-se a obra de Amado Alonso, *De la pronunciación medieval a la moderna en español* (1967), onde são registados os testemunhos de gramáticos e ortógrafos espanhóis, franceses e alguns portugueses dos séculos XV a XVII.

sua matriz no capítulo XXI da mesma obra. A fidelidade com que segue esta fonte não esgota, porém, o volume e a variedade dos seus recursos documentais, que são consideráveis, atendendo a que abrangem um vasto elenco de autores, desde os antigos, Quintiliano, Cícero, aos gramáticos e humanistas do seu tempo, João de Barros, Pêro de Magalhães Gândavo, Bento Pereira, Amaro de Roboredo, Francisco Sanchez, entre outros estrangeiros. O quantioso número de autores e obras cujo conhecimento Severim de Faria acusa²⁵, justifica que esta apologia sobreleve todas as outras da mesma geração ou mais antigas, na informação sobre aspectos gramaticais, estilísticos e poéticos da utilização dos idiomas vulgares. No que respeita à concepção de ‘cópia de palavras’, ou ‘abundância de nomes e verbos’, sobre que incide a atitude apologética, com privilégio de duas maiores partes do discurso, distinguem-se claramente um domínio de análise linguística semântica e outro de descrição gramatical, onde predominam as matérias do sistema verbal do português. Neste âmbito, são abordados os seguintes factos da morfologia e sintaxe verbal:

- *Voz passiva*

Sabe-se que nenhuma das línguas românicas conservou a flexão passiva do latim, que foi substituída por uma perífrase onde figuram a forma conjugada de um verbo auxiliar e um monema de participio passado, a exemplo da usada na língua clássica para o pretérito passivo *littera scripta est*. Mas, ao lado deste uso, a língua portuguesa vale-se de uma construção passiva pronominal, distinta da correspondente activa por comportar o significante /se/, a qual não sendo do mesmo tipo sintético das formas latinas, conservou o emprego de *littera se scribit*. A nossa voz passiva, diz Severim de Faria, “supre bastantissimamente com estes pronomes, *Me, te, se: Nos, vos, se:* e por *Appellor, Appellaris*, dizemos chamo-me, chamas-te, etc., e por *Moveor, Movo-me:* e por *Vestior, visto-me*” (*Id., ib.:* 82). Atendendo ao valor passivo de certas formas verbais conjugadas com o pronome pessoal átono da mesma pessoa do sujeito, tal *baptizei-me*, o Autor estende o sentido passivo do monema *se* aos restantes pronomes átonos, em construções correspondentes a usos reflexos (cf. Câmara, s.d. [1974]: 77). Citados Duarte Nunes de Leão e Amaro de Roboredo, parece ter sido este último que, até na exemplificação, Severim de Faria acompanhou de perto, dada a abundante informação gramatical

²⁵ Manuel Severim de Faria mereceu um artigo de três colunas ao autor do “Catalogo dos autores e obras...” do *Diccionario* da Academia, onde, além de transcritos copiosos encómios de autores coevos, cabe um excuro prolixo acerca das virtudes e talento do escritor (1793: CLXXXII-CLXXXIII). O mais documentado estudo da sua vida e actividade literária foi feito por J. Leite de Vasconcelos, 1914: 235-266.

presente no *Methodo grammatical para todas as lingvas*, a respeito, quer da chamada ‘passiva ordinária’, quer da construção pronominal, sempre segundo uma perspectiva contrastiva. Cite-se apenas um passo da descrição de Amaro de Roboredo, para avaliar da leitura atenta de Severim de Faria: “*usamos hum rodeio de terceiras pessoas passivas feito das activas e do Accusatiuo, Se, como movia se, movera se, elle se movesse, mova se &c. (...) Tambem estes Accusativos, Me, Te, iuntos aas primeiras, e segundas pessoas fazem o mesmo rodeio de agente, que reciproca sobre si, mas em algũs verbos não corre bem; como Eu me fazia, tu te fazias; em outros si; como Eu me movia, tu te vestias, &c.*” (1619: 32-33).

Prossiga-se a ronda pelas particularidades gramaticais da língua portuguesa, a que se deve, segundo os nossos apologistas, a sua vantagem sobre os outros vernáculos.

- *Infinitivo pessoal ou flexionado*

De novo Severim de Faria recorre à autoridade de Amaro de Roboredo ao assinalar a especificidade do português quanto à forma conjugada do infinitivo²⁶ e à sua natureza substantiva: “Esta nossa conjugação, e declinação do infinitivo não têm os Italianos, nem Franceses” (1624: 83), nem, acrescente-se, os castelhanos, que o Autor não menciona, evidentemente por se tratar de um traço que permaneceu também no galego. A análise contrastiva com o infinitivo simples do latim, não flexionado, é feita por intermédio da *Minerva, seu de causis linguae latinae*, de Francisco Sanchez, que dedica o capítulo XIV do Livro I ao “*Infinitum verum impersonale*” (Francisco Sanchez, 1587: 104-116). Por ser a sintaxe desta forma característica das orações reduzidas, pode sempre considerar-se que o seu emprego, geralmente precedido de preposição (*a, para, por, antes, até, para* são as mais frequentes), é uma variante da subordinação em construções de conjunção (as mesmas preposições acrescentadas de *que*), resultando portanto de escolhas sintáticas com interesse para a variação estilística. Na literatura seiscentista, são sem conta as construções reduzidas de infinitivo pessoal, evidenciando-se o respectivo sujeito gramatical, coincida ele ou não com o do enunciado mínimo.

²⁶ É consensual, entre a maioria dos romanistas, ser esta forma verbal uma criação românica do português, mais exactamente do galego-português, atestada já nos textos mais antigos, embora Harri Meier note um infinitivo pessoal no dialecto napolitano antigo, em textos dos séculos XV e XVI. Sobre o assunto e as respostas que a linguística românica propõe para a questão da origem do infinitivo pessoal, poderão ler-se, entre numerosíssimos estudos, José Maria Rodrigues (1914: 73-78), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1920: 312-331), Harri Meier (1950: 115-132), H. Sten (1952: 83-142, 201-256), Knud Togeby (1955: 211-218) e, segundo uma perspectiva algo diferente, Axel Schönberger (1999: 41-77). Uma boa síntese das várias teorias encontra-se em Edwin B. Williams (1938: 185-188).

Exemplifique-se com as seguintes adverbiais, registadas em *Corte na aldeia* (Lobo, 1619: 105, 181, 195):

“Amanheceu o Sol tão claro e gracioso que alguns dos amigos, *por se lograrem* dele com a ocasião da caça, se espalharam pelos montes”; “e, *depois de gastarem* algũas palavras de comprimento, chegaram D. Júlio e Solino”; “e vão com a prática em muletas *até tomarem* assento com muito trabalho”; “disseram que, só *com comerem e usarem* muito do sal concebiam alguns animais”.

- *Futuro do conjuntivo*

Sobre esta criação de algumas línguas românicas, nomeadamente do português e do espanhol²⁷ (embora, neste caso, substituída cada vez mais pelo presente do conjuntivo), derivada do futuro perfeito latino, pode ler-se em Severim de Faria: “Levamos mais a estas línguas [italiana e francesa] outra ventagem, que é termos o futuro do conjuntivo: como eu *For*, ou Como eu *Amar* que lhe a elas falta em todos os verbos, e assi dizem somente, quando eu *Serei*. Quando eu *Amarei*” (1624: 83). Note-se a pertinência dos exemplos escolhidos. De facto, quer a expressão temporal, em tipos de orações hipotéticas, quer a comparação introduzida por *como* (cf. “Assim que, sejam os poderes e as pinturas quão parecidas [*como*] *quiserdes*, são as naturezas de ambos mui diferentes” [Lobo, 1619: 145]), exprimem-se em português por esta forma do conjuntivo (ou a respectiva composta), onde o francês utilizaria o único tempo do futuro que possui ou formas do indicativo. Amaro de Roboredo chama-lhe “segundo futuro”, alertando para o caso dos verbos fortes (*dizer* e *fazer*) em que não há homonímia com o infinitivo flexionado (Roboredo, 1619: 33).

- *Grau do adjectivo: superlativo sintético*

A este respeito, Severim de Faria emite o juízo de que “Carecem também os Franceses de todos os Superlatiuos, que nós temos com grande abundância: de maneira que por *Cristianissimo*, dizem: *Très Cristão*. E por: *Bonissimo*, *Très bom*” (1624: 83). Só admitindo que Severim de Faria visasse os usos linguísticos mais frequentemente atestados, sem tomar ao pé da letra as regras gramaticais da língua de contraste, se poderá aceitar a justeza da afirmação que sobreleva o emprego do superlativo analítico sobre o sufixo erudito *-issime* do francês. É sabido que as formas analíticas do superlativo (e também do comparativo), generalizadas em todos os idiomas neolatinos, suplantaram o uso das formas sintéticas latinas (registou-se a única ocorrência “antiquíssima” contra várias do padrão “muito (mui) antiga” em Lobo, 1619: 238,

²⁷ Ismael de Lima Coutinho reparte o uso desta forma verbal no espaço românico, pelo português, espanhol, romeno e dialectos italianos (1962: 343). Deverá, porém, excluir-se o romeno, cujo conjuntivo verbal possui apenas dois tempos: presente e perfeito, o primeiro simples, o segundo composto.

261), podendo ocorrer, embora já pouco tolerado no português do século XVII, o reforço pleonástico do superlativo em *-íssimo* por meio do advérbio *muito* (ou *mui*): *muito antiquíssimo*. Ao contrário do nosso idioma, onde tal sufixo permaneceu vivo mesmo nos registos interlocutórios, em francês ele subsistiu apenas em formas de tratamento de reverência (*éminentissime, illustrissime*), também de grande vitalidade entre nós (cf. Freire, F., 1746: 15 e ss.), ou em usos ocasionais meramente estilísticos.

Com este facto da morfologia do português terminam as reflexões gramaticais feitas no âmbito da aludida qualidade ‘cópia de palavras’, que, complementarmente, apresenta uma vertente de análise semântica, também de nomes (substantivos) e verbos, não tanto ao nível da significação, mas de algumas tradicionais relações lexicais, construídas a partir da comparação das unidades. Passe-se então para o domínio semântico, para o cômputo dos aspectos lexicais que constituem motivo de apologia. As “quatro demonstrações” com que o Autor visa provar a abundância de nomes e verbos na nossa língua podem sintetizar-se nos seguintes aspectos (Faria, M., 1624: 83 e ss.):

a) *relação semântica de sinonímia* (em termos da pluralidade de meios de expressão): “muitos verbos, que significam ãa só acção” e “número dos nomes que há pera ãa mesma cousa”;

b) *derivação lexical*: “multidão de vocabulos que nascem de ãa só palavra”;

c) *criação lexical*: “muitos termos, que a língua Portuguesa tem de verbos, e nomes, que explicam particulares cousas, e acções, que em nenhũa outra língua nem por palavras próprias, nem por circunlóquios se podem declarar”.

Note-se, desde já, que as alíneas a) e b) não são senão extensões do fenómeno mais geral da criação lexical, enquanto factores ou resultados da renovação e enriquecimento do léxico. Percebe-se facilmente que as considerações sobre as especificidades lexicais do português vêm do capítulo XXI da *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, coincidindo também a respectiva exemplificação: lá encontramos os empréstimos ou as importações vocabulares *aderência, alvoroço, atinar, paio, pairar, primor, tomar-se de alguma coisa, mano, saudade* (Faria, M., 1624: 84). Ainda no âmbito dos processos usuais de inovação e mudança lexicais, é citado o mesmo Autor quinhentista a propósito da derivação vocabular, fenómeno particularmente produtivo na dinâmica lexical das línguas particulares, sobre o qual, no século em apreço, também Amaro de Roboredo se debruçara com delonga (cf. Roboredo, 1621: 7 e ss.). Severim de Faria ilustra-o com um

extenso paradigma derivacional da forma nominal *pedra*. São explorados os sufixos adjectivais (de regra, incluem-se nos nominais) *-ado*, *-oso* (nos sinónimos *pedregoso* e *pedroso*, este substituído pelo emprego daquele) os nominais *-ada*, *-aria*, *-al*, *-eiro(a)* e o aumentativo *-ulho* (*pedregulho* do mesmo radical de *pedregoso*), o verbal *-ar*, sem dúvida o mais produtivo de todas as conjugações, como será visto adiante; os prefixos latinos *a-*, *des-*, *em-*; e as formações sinonímicas *pedranceira* e *pedrouço* (cf. Faria, M., 1624: 84). Assim se forma um paradigma de quinze unidades que implicam reestruturações do ponto de vista morfológico, porque se distribuem por diferentes classes gramaticais - substantivos, verbos e adjectivos - , para além das transformações semânticas inerentes aos valores dos diversos monemas que constituem cada palavra. Sendo a descrição lexical de Severim Faria sistematicamente referenciada pelo contraste com o latim, é este um dos momentos em que o Autor chama a si o juízo de desagrado de Pêro de Magalhães de Gândavo para com a língua castelhana, a propósito da perturbação semântica da evolução do latim *oculum* e *mirare*: “dizendo: *Ojos*, não diz *Ojar*, senão, *Mirar*: e dizendo, *Mirar*, não chama aos olhos, *Miros*, no que se conhece notória impropriedade” (*Id., ib.:* 84).

As reflexões em torno da sinonímia surgem por via do fenómeno de designação múltipla, que responde a escolhas efectuadas em função de formas de expressão. A descrição da identidade de significados é também explorada segundo aspectos contrastivos entre o português e o latim: partindo do que se pode chamar o traço de significado ‘reduzir um livro a menor leitura’ do latim *abbreviare*, o Autor forma a série verbal do português *abreviar*, *recopilar*, *resumir*, *epilogar*, *epitomar*, *compendiar*, *encurtar*, cujas realizações actualizam aquele traço de significado, à parte os específicos contextos de ocorrência e os vários graus de correspondência significativa. A observação de que “E nem por estes nossos verbos serem derivados de nomes Latinos, se podem chamar também Latinos, pois os Latinos não auebaram estes nomes, e os Portugueses sim” (*Id., ib.:* 83) peca por algum excesso. De facto, houve verbalização, por meio do sufixo *-ar*, das formas nominais latinas *epilogus* e *epitome* (o prefixo *epi-* assinala a origem grega), cujos significados respectivos de ‘fim, conclusão do discurso, peroração’ e ‘resumo, extracto’ se conservaram nos actuais derivados *epilogar* e *epitomar*. Mas não é igual o caso das demais formas verbais: do latim *compilare* ‘saquear, plagiar’, derivou *recopilar*, que se especializou no significado da forma mais culta *compilar*; para *resumir* e *compendiar* encontra-se a origem verbal *resumere* ‘tornar de tomar, recomeçar, renovar’ e *compendiare* ‘abreviar, encurtar’, este a par da

forma nominal *compendium* ‘economia, proveito, abreviação’, provavelmente mais antiga; quanto a *encurtar*, é derivado do latim vulgar *curtare* ‘diminuir, cortar’, com origem no adjetivo *curtus* ‘truncado, cortado, incompleto’. Detectam-se pelos significados originários, que por vezes aparecem de forma circular, os traços de significado comuns aos verbos portugueses seriados, embora alguns tenham desenvolvido sentidos especializados. Como a descrição de Severim de Faria é sempre relativa às duas categorias gramaticais *nomes* e *verbos*, a exemplificação da sinonímia passa para a relação entre nomes. Serve de demonstração o conjunto de termos *adágio*, *provérbio*, *rifão*, *exemplo*, *sentença*, *ditado*, *anexim*, termos que ainda hoje lexicógrafos e paremiólogos ensaiam distinguir²⁸, tão frequente é a sua comutabilidade, em virtude de elementos de conteúdo reputados idênticos, isto é, uma equivalência denotativa que é sentida pelos locutores, evidentemente com abstracção de evocações conotativas. Quaisquer que sejam as concepções de sinonímia, defendidas por diferentes correntes da semântica estrutural, e as propostas para caracterizar a relação, - critério distribucional, comutabilidade, análise sémica -, tornou-se axiomático na linguística que, tanto a absoluta sinonímia é contra a própria estrutura interna do léxico, porque não há diferenças de expressão sem contrapartida no conteúdo, quanto o fenómeno de designação múltipla é um efeito de especializações estilísticas ou de escolhas de registos de língua. É evidentemente a concepção aristotélica de que “os sinónimos [são úteis] para o poeta” (Aristóteles, 1998: 180) que interessa a Severim de Faria explorar, em apoio da matéria expendida sobre poética e retórica, na apresentação de outra qualidade da língua portuguesa, a sua aptidão para os três géneros de estilo, sublime, médio e humilde. Ao longo de sete páginas, o elenco dos destacados por Severim de Faria autores e obras da nossa história literária, é digno de ser considerado um segundo catálogo bibliográfico, mais extenso e comentado que o de Pêro de Magalhães de Gândavo (1574: 61-63), pela preocupação metodológica de cobrir os vários géneros literários, pelo propósito de justificar em cada um o valor estético da língua, pela

²⁸ A mais recente colecção de provérbios é da autoria de José Pedro Machado, que observa, a abrir o seu *O grande livro dos provérbios*: “Não pretendo desenvolver considerações sobre os conceitos de *adágio*, *aforismo*, *anexim*, *apoteagma*, *axioma*, *ditado* (lá diz o ditado ...), *dito*, *dizer*, *exemplo*, *máxima*, *parémia*, *preceito*, *prolóquio*, *provérbio*, *refrão*, *rifão*, *sentença*, etc., designações por vezes usadas indiferentemente como se de sinónimos se tratasse. (...) Na verdade, também não os sei distinguir com exactidão, mas, como creio, não estou só nesta ignorância” (1997: 7). De tempos mais recuados, veja-se, por exemplo, o artigo “sentença, principio, maxima, apophthegma, proverbio, adagio, rifão, ditado, paremia, aphorismo” do *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da lingua portugueza* (Paris, 1878), de Roquete e Fonseca. No estudo “Descrição semântica e funções semanfóricas do provérbio”, Jürgen Schmidt-Radefeldt assinalou, do ponto de vista semântico, algumas características distintivas de *aforismo*, *máxima*, *sentença* e *apoteagma*, relativamente ao *provérbio* (1984: 213- 235).

invocação de argumentos de autoridade de João de Barros sobre a propriedade do português (cf. Faria, M., 1624: 92-97).

2. Lexicografia do português

Disse-se atrás que, a par dos manuais de ortografia, foi a produção lexicográfica um domínio privilegiado na investigação linguística de Seiscentos. O conhecimento que hoje temos da matéria deve-se ao labor da investigação realizada no decénio de 1960 a 1970 por Justino Mendes de Almeida, quem primeiro trouxe a lume um acervo de novos dados bibliográficos, que o mestre Leite de Vasconcelos não coligira no seu artigo de 1929 sobre a história da filologia portuguesa, uma vez que, da lexicografia pós-cardosiana, apenas nomeia Agostinho Barbosa, Bento Pereira e Rafael Bluteau (cf. Vasconcelos, J., 1929: 868-869). A estes considerados *autores maiores*, que, com Jerónimo Cardoso à cabeça, tutelaram, por aquela ordem, a lexicografia portuguesa, Justino Mendes de Almeida consagrou os primeiros estudos monográficos, detalhados e documentados: sucederam-se, também na ordem cronológica, “O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso” (1959: 137-152), “Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo português da língua latina” (1965: 31-40) e, em terceiro lugar, “Lexicógrafos portugueses da língua latina - A *Prosodia* de Bento Pereira” (1967: 5-12). Por comparação, serão certamente *menores*, como sugere Justino Mendes de Almeida (1969: 8), os nomes de Amaro de Roboredo, Fr. Pedro de Poiars († 1678) e Fr. Tomás da Luz (1633-1713), que completam a série de lexicógrafos seiscentistas do português, incluída na secção “XL. Vocabulários, e prosodias” do ‘Índice de matérias e autores’, fornecido por Diogo Barbosa Machado (1741-1759: IV, 614-615). Observe-se que o estatuto de menoridade, quando se lhes atribui, é o resultado de factores diversos, onde confluem razões atinentes mais a uma visão de conjunto de todas as obras congéneres, do que à apreciação qualitativa de cada uma das obras legadas. Em termos relativos, se o *Diccionario lvsitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias...* (Lisboa, 1667), de Pedro de Poiars, e a *Amalthea sive hortus onomasticvs* (Lisboa, 1673), de Tomás da Luz não primam pelas inovações, a singularidade no tratamento do material lexical é talvez o maior trunfo do valor intrínseco destas obras. No caso de uma das obras atribuídas a Amaro de Roboredo, a *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623), afigura-se mesmo que terá sido aberto um veio mais tarde explorado por Bento Pereira em *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portugueza* (Lisboa, 1655). O facto de as obras acabadas de referir configurarem um tipo de elaboração lexicográfica muito diferente do clássico *Dictionarivm lvsitanicolatinvm ivxta seriem alphabeticam* (Braga, 1611), de Agostinho Barbosa, e da tão divulgada *Prosodia in*

vocabularivm trilingve, latinvm, lvsitanicvm, et castellanivm (Évora, 1634), como do *Thesouro da lingua portvgvesa* (Lisboa, 1647), de Bento Pereira, talvez seja o verdadeiro motivo por que Leite de Vasconcelos distinguiu apenas estes dois últimos lexicógrafos seiscentistas, ao invés da sua apreciação segundo a bitola da maior ou menor nomeada. É que, não sendo vasta a actividade lexicográfica da época, sobretudo em confronto com a da centúria anterior, ela recobre vários tipos de dicionários. Segundo as estratégias utilizadas face ao léxico, podem distinguir-se as seguintes categorias:

- Dicionários bilingues lusitânicos-latinos e vice-versa;
- Dicionários trilingues de latim-português-castelhano;
- Dicionários de nomes próprios e de sentenças, envolvendo as mesmas três línguas, latim, português e castelhano.

Dois aspectos, por serem sintomáticos da época, ressaltam destes tipos de dicionários, a saber, o interesse pela língua castelhana e o gosto pelas sentenças, este com largos antecedentes na lexicografia de Quinhentos, já que, além da exercitação linguística, os *loci communes* serviam particularmente os interesses humanísticos da edificação moral, uma vez definidos, nos manuais de retórica, como “frase que aparece com a pretensão de valer como norma reconhecida do conhecimento do mundo e relevante para a conduta na vida, ou como norma para a própria conduta na vida” (Lausberg, 1967: § 398). Não respeitam, porém, estes aspectos ao *Dictionarivm lvsitanicolatinvm* de Agostinho Barbosa, que se enquadra mais no modelo da lexicografia cardosiana. É este dicionário lusitânico-latino o primeiro texto lexicográfico do século XVII e a primeira alfabetação lexical a seguir, contra a tendência dominante dos dicionários bilingues ordenados pelo latim, a técnica da nomenclatura vernácula do *Dictionarivm, ex lvsitanico in latinvm sermonem* (Lisboa, 1562), o segundo dos três dicionários de Jerónimo Cardoso, que, antes de integrar o *Dictionariũ latino-lvsitanicvm, et lvsitanico-latinvm* (Lisboa, 1570), foi impresso à parte oito anos antes. Já o percurso editorial do “primeiro lexicógrafo português” fora, portanto, inverso ao dos mestres europeus Nebrija e Robert Estienne, cujos *Vocabulario español-latino* (Salamanca, c.1495) e *Dictionnaire françois-latin* (Paris, 1541) são o resultado de um processo de inversão da metodologia bilingue dos seus anteriores dicionários ordenados do latim para o vernáculo, castelhano e francês, respectivamente (cf. Wooldridge, 1978: 43). Assim com a única edição do único dicionário de Agostinho

Barbosa em relação ao do lexicógrafo antecedente: “parece ter aproveitado, por uma dessas operações de ‘virar do avesso’, o Dicionário de latim-português (1569/70) de Cardoso” (Verdelho, T., 1995: 325). A opção por um repertório do léxico português há-de relacionar-se com alguns factos epocais, não esquecendo que o século XVII foi o momento das grandes criações lexicográficas em língua nacional das primeiras Academias: o primeiro tomo do *Vocabolario degli Accademici della Crusca* foi publicado em Veneza em 1612 e o *Dictionnaire de l’Académie Française*, instituição fundada em 1635 por Richelieu, distou do fim do século os mesmos seis anos que mediarão do início do século à publicação do *Thresor de la langve francoise tant ancienne que moderne* (Paris, 1606) de Jean Nicot²⁹; no espaço ibérico, as congéneres obras das reais academias são, como é sabido, posteriores à centúria de 1600, mas averbe-se o famoso *Tesoro de la lengua castellana o española*, de Sebastião de Covarrubias Orozco, “el primer diccionario etimológico general de la lengua castellana digno se tal nombre” (Lope Blanch, 1990: 155), publicado em Madrid no mesmo ano do dicionário de Agostinho Barbosa. Embora a obra de Agostinho Barbosa continue a ter no latim a língua-padrão, ela é representativa do trabalho de normatização do nosso vernáculo, que compartilha, com todos os outros instrumentos de fixação do uso da língua, gramáticas e apologias, também fundadas no latim, do movimento de promoção dos idiomas vulgares. Por outro lado, se para o apuramento e fixação da boa latinidade o *Dictionarium latino-lusitanicum et uice uersa* (Coimbra, 1570), de Jerónimo Cardoso, não acusava quebras de prestígio, como provam as suas três reedições, de 1588 (Coimbra, impressor régio João de Barreira), 1592 (Lisboa, Alexandre de Sequeira) e

²⁹ A apresentação da página de rosto é a seguinte: *Thresor de la langve francoise, tant ancienne que moderne. Avqvel entre avtres choses sont les mots propres de marine, venerie, et faulconnerie, cy devant ramassez par Aimar Ranconnet (...). Revev et avgmenté en ceste derniere impression de plvs de la moitie; par Jean Nicot (...). Avec vne grammaire francoyse et latine, et le recueil des vieux proverbes de la France. Ensemble le nomenclator de Iunius, mits par ordre alphabetic, et creu d’vne table particuliere de toutes les dictiones.* No índice cronológico da história da língua francesa, Ferdinand Brunot sintetiza num parêntese a tradição textual deste dicionário, quando o apresenta como “dernière transformation de l’oeuvre de Robert Estienne [*Dictionnaire françois-latin*]” (1937: XVIII). Algumas novidades lhe terá, porém, introduzido Jean Nicot, que chama a si o direito de propriedade: “je Jean Nicot autheur de ce liure ...”, escreve no artigo “Chartre” do *Thresor*, referindo-se também à sua função de embaixador de França em Portugal entre 1559 e 1561. Ora, durante o período da missão em Lisboa, viu Luís de Matos que o contacto com a língua e o convívio com escritores portugueses (Fernão de Oliveira, Damião de Góis, e talvez João de Barros e Pedro Nunes), repercutiram-se na sua actividade literária, especificamente no *Thresor* (cf. Matos, 1952: 95 e ss.). À parte a questão da sobreposição de autorias, que, como salientou Telmo Verdelho, “é um dado característico da reprodução dos dicionários” (1995: 240), certo é que, nado o Autor por volta de 1530, o *Thresor* não podia senão basear-se solidamente na lexicografia de Quinhentos. A edição de 1606 do dicionário foi reproduzida em 1621, com rosto alterado para “revev et avgmenté en ceste derniere impression de plvs de la moitie, par lean Nicot”, visando o livreiro David Douceur, à força do artificio da fachada, um sucesso editorial que até à data a obra não conhecera (cf. Brandon, 1904: 90).

1601 (Lisboa, António Álvares), no lapso de tempo entre a publicação deste e o de Agostinho Barbosa, é natural que o lexicógrafo vimaranense fosse movido pela preocupação de repertoriar o emergente idioma pátrio, seguindo as pisadas de ilustres filólogos humanistas do espaço românico.

O percurso da nossa lexicografia renascentista, referenciado pelas obras de Jerónimo Cardoso, foi já traçado por Telmo Verdelho (1995: 217 e ss), que a coloca sob o influxo dos modelos lexicográficos europeus de Nebrija, Robert Estienne e Ambrósio Calepino, cuja influência e trânsito na sequente lexicografia de Seiscentos é também sensível, chegando mesmo, no caso português, a ser tão evidente quanto a presença tutelar do nosso “primeiro lexicógrafo”. Sendo certo que este acusa o conhecimento dos três grandes lexicógrafos, de que o espanhol é o mais destacado, em relação aos seiscentistas são aqueles um recurso de autoridade, ao lado dos clássicos latinos por que constantemente se abonam os nacionais Agostinho Barbosa, Amaro de Roboredo e Bento Pereira e, com mais razão, Jean Nicot e Sebastião Covarrubias. Junto deles, o valimento de Nebrija, Robert Estienne³⁰ e do modelo calepino apresenta-se de forma variada. Por um lado, a tradição lexicográfica do *thesaurus*, de que dá conta Sebastião de Covarrubias quando justifica o título do seu dicionário: “por cõformarme cõ los q̃ hã hecho diccionarios copiosos y llamados Tesoros, me atreuo a vsar deste termino por titulo de mi obra” (1611: “Al lector”). A designação de *tesouro*, tomada “par antonomasie presque en toutes les langues, dautant que (...) l’or est l’excellẽce, le fleuron et la supereminence de la richesse” (Nicot, 1606: 628), é aplicada na lexicografia como forma de lustrar a doutrina que presidiu à concepção da obra. E o esmalte deste paradigma dicionarístico é a exaustividade do *corpus* seleccionado e a

³⁰ Embora menos conhecido entre nós, dado o menor número de edições do seu *Dictionarivm, sev latinae linguae thesaurus, non singulas modo dictiones continens, sed integras quoque Latine, & loquendi, & scribendi formulas* (Paris, 1531; em edições posteriores figura com o título *Thesaurus linguae latinae*) e a proibição da obra pelo Tribunal do Santo Ofício (cf. Verdelho, T., 1995: 315, 346 e ss.), a presença do dicionarista francês é visível ainda durante todo o século XVIII. Citam-no Rafael Bluteau, no “Vocabulario de vocabularios” do *Supplemento ao Vocabulario portuguez e latino* (1712: IX, 544); Luís António Verney (1746: I, 236); ou Pedro José da Fonseca na sua primeira obra lexicográfica *Parvum lexicon latinvm lvsitana interpretatione adiecta* (Lisboa, 1762). Quanto ao período de Seiscentos, terá sido por efeito da censura literária que o nome do tipógrafo régio foi, salvo raras excepções, reduzido ao silêncio na qualidade de lexicógrafo, apenas referenciado pela indicação bibliográfica do *Thesaurus linguae latinae*. Uma das excepções encontra-se na obra, manuscrita até data recente, mas com licenças de impressão datadas de 1672, *Micrologia de Camões* (Lisboa, 1982), de João Franco Barreto, que por três vezes cita o nome “Estephano” (ou “Stefano”) a propósito da onomástica de “Albis”, “Bisancio” e “Sapho”. Outra explicação para tal silêncio, esta mais prosaica, pode estar no facto de o nome do autor não figurar no frontispício das primeiras edições senão como editor: “Ex officina Roberti Stephani”, num exemplar da edição de 1536, da Biblioteca Nacional de Lisboa.

sobrecarga informativa, no que respeita, quer aos artigos, introduzidos valores metafóricos, variações estilísticas e mesmo níveis de língua, quer à própria configuração do dicionário. A obra de Jean Nicot traz, em apêndice, um *Exact et tres-facile acheminement a la langve francoise, par lean Masset. Mis en latin par le meme Avthevr, povr le sovlagement des estrangers*, pequeno tratado de morfologia do francês sobre cada uma das nove partes da oração (1606: 1-32); um dicionário francês-latim de provérbios, que inclui “Explications morales d’avcvns proverbes commvns en la langve francoyse” (*Id., ib.:* 1-24); e, por fim, um calepino octolingue (envolvendo o latim, grego, francês, italiano, espanhol, inglês, alemão, e a(s) língua(s) então falada(s) nos Países Baixos, nomeadamente a Bélgica e a Holanda³¹) de “omnivm rervm propria nomina”, com um glossário latino-grego (*Id., ib.:* 1-190). Quanto aos artigos, salta à vista logo no conspecto de páginas do *Thresor*, a densidade do texto pelo cúmulo de informações relativas a uma língua moderna pela primeira vez tratada num dicionário monolingue. A mesma impressão de saturação informativa colhe-se também do *Tesoro de la lengua castellana, o española* (Madrid, 1611) de Covarrubias Orozco, para o qual Lope Blanch considera mais adequado o epíteto de ‘enciclopédico’ (1990: 155)³². Note-se, desde logo, que o procedimento de alfabetar contextos no lugar de entradas, tão comum num dicionário bilingue vernáculo-latim como o de Agostinho Barbosa, constitui nestes *tesouros* uma forma de acesso à significação do lema, o que torna os artigos mais extensos. Vejam-se alguns dos contextos que integram a seguinte entrada do *Thresor*:

Seigneur, Vient du latin, Senior, et est vn mot dont tant le françois que l’italien et l’espagnol vsent, pour en parlant faire honneur à celui qu’on ne veut nommer par son seul nom. Il est vray que l’espagnol et l’italien y adioustent le plus souuent le nom du personnage, Sennor Gonrales, Signor Antonio, ce que le françois ne fait si ce n’est par imitation d’eux. (...) Seigneur commis sur quelque affaire, Satrapa. Tout grand et puissant seigneur Dynastes dynastae. Seigneurs qui ont puissance et autorité sur le peuple, Potestates, Optimates. Les grands seigneurs d’vn país, royaume, ou armée. Principes. Caesar. Proceres. T. Liuius. Lib. I. ...

Nos artigos de entradas como “Couler”, “Danger”, “Demande” (“Demander”), “Esperer” (“Esperance”), “Esperit”, “Faire”, “Femme”, “Grand” (“Grandement”,

³¹ Algumas vezes o Autor distingue o flamengo do holandês: “Phasianus, (...) AL. Fasan, fassan. B. Fasaen, fasant *Flandris*. G. Faisant. IT. Fasano, fagiano. H. Faisan. ANG. Phesan”; “Nasturtium, (...) AL. Kressig, gartenkresz. B. Kersse, tuynkersse *Holandis*. G. Cresson de iardie, alenois, nasitort. IT. Nasturtio, agresto. H. Nastuerço, malpica” (1606: 16, 44 “Nomenclator octolingvis omnivm rervm propria nomina continens”).

³² São palavras de Juan M. Lope Blanch: “No obstante que su autor declara reiteradamente que su propósito fundamental ‘no es tratar las materias *ad longum*, sino tan solamente las etimologías de los vocabulos’, muchas veces parece olvidarse de ello para dedicarse a reunir en su obra todos los conocimientos de la época en torno a los conceptos seleccionados” (1990: 155).

“Grandeur”), “Iuge” (“Iugement”, “Iuger”), “Lettre”, “Memoire”, “Opiner” (“Opinion”), “Porter”, “Rime” (“Rimer”), são arroladas longas listas de contextos em uma ou mais colunas, que exemplificam também usos linguísticos de formas derivadas.

E no *Tesoro* de Covarrubias Orozco o procedimento é análogo:

ACHAQVE, Lat. causa, causatio, occasio. Anton. Nebr. El Padre Guadix, dize ser Arabigo achaqui, que vale querellarse o querellar. La escusa que damos para no hazer lo que se nos pide o demande, de do naciò el prouerbio. Achaques al viernes, por no ayunarle: Achaque vale, algunas vezes indisposicion que aun no rinde del todo al paciëte, ni le derrueca en la cama, sino que la passa en pie. Achaque, la denunciacion que se haze con soplo, para componerse con el, y sacarle algun dinero, sin proceder mas adelante. Achacar a vno que ha hecho cosa indeuida, es denunciar del, por solos indicios, sin auer bastante prouança. Achacoso, el que anda en oie con algunas indisposiciones ligeras. Achaquiëto, el ñ de poco mal, y cõ poca ocasiõ se quexa de qualquiera cosa ...

As diferenças registadas no enunciado dos artigos deduzem-se de um esquema básico de artigo preenchido, no seguimento da entrada, por uma informação normativa (de tipo etimológico, fonético ou morfológico) e a explicação do significado, que transita para a sua apresentação implícita em contextos, introduzidos sentidos metafóricos, variações estilísticas e expressões fraseológicas, que o recurso frequente à tradução latina permite distinguir. Será talvez o abuso das traduções latinas no dicionário monolíngue *Thresor de la langve francoise* a marca mais flagrante do tributo devido à autoridade do dicionário bilingue de Robert Estienne, sobretudo porque esta prodigalidade latina contrasta com a parcimónia de Sebastião de Covarrubias no uso da língua clássica apenas em citações de fontes, ou evidentemente em informações complementares de etimologia³³:

[AZÚCAR] Açucar. Este vocablo es bien conocido, pero la gente vulgar piensa ser arábigo, por tener el artículo *a*. Pero es cierto que los árabes tomaron de la lengua latina y de la griega muchas dicciones, y las hicieron propias; y una dellas es azúcar, de *a*. artículo lunar, y *saccharum*, nombre griego σάκχαρον *mel arundinibus collectum gunmi, modo candidum ad fragile*. Lábrase en España, y también se trae de fuera, y en especial de las Islas de Canaria; usamos della para muchos regalos, conservas y también para medicinas. ... (Covarrubias Orozco, 1611 [ed. de 1995]).

Em contrapartida, é vincada originalidade a frequência com que o lexicógrafo francês se detém no apuramento de relações entre as línguas românicas espanhola, italiana, a língua de *oc* e, de quando em quando, a portuguesa. Assim, depois da definição ou explicação do lema e antes da sua contextualização, vêm informações de gramática comparada, quanto à forma e ao sentido da palavra em duas ou mais línguas:

³³ Sobre os equívocos etimológicos, ‘noticias fantásticas’ e ‘explicaciones ingenuas’ de vocábulos do dicionário de Covarrubias Orozco, vd. Lope Blanch, 1990: 153-212.

Chere, (...) *L'espagnol castillan dit Cara; et le portugais Caraoun; et le languedoc Care, pro vultu, facie, ...*

Disgrace, *Est de prononciation italienne. Le françois deuroit dire Desgrace, tout ainsi qu'il dit Desfaueur, Deshonneur, Destruire, et tels autres que l'italien escrit et prononce Disfaoure, Dishonore, Distruggere. Et l'espagnol conformément au françois, Disgracia, Desfaour, Deshonra, Destruir. ...*

Embuscade, *C'est vn mot imité de la prononciation espagnole Embuscada, le tirant l'espagnol de Imboscata italien. ...*

Empereur, (...) *l'espagnol disant Emperador, Imperatrix, et l'italien disant Imperatore, Imperatrice. En ceste sorte le françois depuis quelque tēps en ça combien qu'il retienne sa terminaison naïfue au masculin Empereur, il a prins vne terminaison estrangere au feminim Imperatrice, là où les anciens disoyent Emperiere. ...*

Falot, (...) *Aucuns disent Phanot: Mais le françois change la consone n, en l, en maints mots prins du grec ou du latin, comme font l'espagnol et l'italien aussi, disant Bologne, Bolonia, Bologna, ...*

Faon, *Qu'on prononce comme s'il estoit escrit Fan, ainsi qu'on fait Paon par Pan, et Laon par Lan (non ia à la façon des portugais, qui en tels mots que cestuy Iohaon, font resonner la voyale o)...*

Oultre, *preposition locale (...) Oultre mer, quelquefois sont deux dictions separées (...) Et quelquefois ce n'est qu'un seul mot, qui est aduerbe local, et tantost nom adiectif acut. (...) Le portugais compose de mesme Alemeio ce que le latin dit trans Tagum, comme Trigo d'alentejo, Triticum Transtaganum, ...*

Poure, (...) *Pauper, duquel mot latin il vient, estant la diphthonge latine au, prononcée par le françois presque ainsi que la voyele o, et la consone p, tournée en v consone, tout ainsi que l'espagnol la tourne en sa moyenne, disant Pobre (...) le mot languedoc mesme vient du latin Pauper par syncope et methathese, qui sont les deux figures plus vsitées par les natiōs Gauloises és emprunts qu'ils font des vocables latins.*

Sole, (...) *Sole en oultre par metaphore se prent pour vne espece de poisson de mer, de la figure d'une semelle qui est poisson de grande requeste, Solea aut lingulaca, lequel mot le portugois retient en son vulgaire appellant ce dit poisson Lenguadi.*

Vendredi, (...) *et pour ce les ecclesiastiques le nomment Sexta feria, Le droit seroit Venredi, mais le françois pour plus aisée prononciation y interpose la consone D, l'italien dit Venerdi, Et l'espagnol Viernes, Mais le languedoc et peuples adiacens le tournent ce deuant derriere disans Diuendres, ...*

Entrosam nas estratégias de acesso à significação a explicação etimológica e a própria descrição gramatical, de que é exemplo o procedimento de associar o valor da unidade gramatical *oultre* ao significado do lexema *Alentejo*. Quanto aos nossos dicionários bilingues, veja-se que aspectos da tradição e do género *tesouro* neles se manifestam.

O dicionário *Raizes da lingua latina* (Lisboa, 1621), de Amaro de Roboredo, corresponde à versão trilingue latim-português-castelhano que faltou no percurso das edições políglotas do *Dictionarium octolingve* (Leão, 1634) ou do de *decem lingvarvm* (Lião, 1585), de Ambrósio Calepino, de cujo confronto interlingue sempre esteve ausente o idioma português. A filiação está assinalada no título da obra: *Raizes da lingua latina mostradas em hum trattato, e dictionario: isto he, hvm compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, quantidade, e frase dellas*. Quer dizer que Amaro de Roboredo acrescentou ao rol das edições do

Calepino uma versão seiscentista saída de prelos portugueses, que entrosa os já clássicos latim e espanhol com uma língua europeia ainda não incluída no universo multilingue do Calepino. Em Agostinho Barbosa e Bento Pereira a influência do lexicógrafo italiano e do francês Robert Estienne ultrapassa o âmbito de fontes do *corpus* lexical, já que ambos servem para abonação ou aval literário da ortodoxia do termo latino num determinado contexto. Por rápida que seja a consulta dos dicionários, logo se depara com:

Abade Bento. Abbas, abbatis, penul. prod. Thesaurus...
Abadia deste. Abbatia, ae. Thesaurus...
Abanos de camisa. Redimicula colli. (...) apud Thesaurum
Vinho de acintro. Absynthites, absynthitae (...) Vide Thesaurum linguae latinae.
Adro de Igreja. Coemeterium, ij, apud Thesau.
Amador. Amans, tis. Amator, oris (...) Vide Thesaur.
Caualo que anda de andadura. Tolutarius equus (...) apud Thesaurum linguae latinae
Cousa que tem grande boca, ou grandes queyxadas. Macticus, a um (...) apud Thes.
 Agostinho Barbosa, 1611

*Abretana³⁴, *Região de Misia*. (...) ex *Calep*.
 *Abronychus, *Hũ Atheniense nobre*. (...) ex *Calep*.
 Acapis, *Rio de Asia*. (...) ex *Calep*.
 Acontius, *Monte de Boecia*. (...) *Thesaur*.
 Aegiale, *A molher de Diomedes*. (...) ex *Thes*. ...
 aegiros, *O chopo*. aruore (...) ex *Tes*.
 aegloga, ae, *Pratica de cousas pastoris*. (...) ex *Calep*.
 Aepea, ae, *Cidade de Laconia* (...) ex *Thes*. ...

Bento Pereira, 1634

Documentar o valor específico de um termo com profusas remissões a fontes clássicas e humanistas é uma estratégia lexicográfica que, quer Agostinho Barbosa, quer Bento Pereira, ostentam logo no texto das portadas dos seus dicionários: vem o *Dictionarivm Ivsitanicolatinvm* com “optimis, probatisq. doctissimorum auctorum testimonijs perutili quadam expositione locupletatum”; quanto à *Prosodia*, apresenta “innumeras dictiones, vel Ecclesiasticas, vel in vtroq; iure frequentes, vel apud auctores classicos in vsu, quae Calepinum, Thesauriq; collectores praeterierunt, & in nullis vocabularijs reperiuntur”. E no prefácio “Ad lectorem” Bento Pereira volta a nomear os dicionários de Cardoso, Calepino e o *Thesaurus linguae latinae* de Robert Estienne, a que recorreu, além de outras obras gramaticais de Manuel Álvares, Despautério e Antonio de Nebrija, que tratam da quantidade das sílabas. Se o registo de autoridades se revela uma garantia de propriedade lexical, a contextualização das entradas, que com os autores citados vêm os passos das respectivas obras, constitui uma mais valia em termos

³⁴ São notadas com asterisco formas bárbaras, ou de uso pouco comum.

lexicográficos, sobre os dicionários de Jerónimo Cardoso. Comparem-se, por exemplo, as seguintes séries formadas a partir da entrada *bicho*, no dicionário de Agostinho Barbosa e no congénere, lusitânico-latino, de Cardoso:

Bicho. Vermis, is, m.g. Pli. lib.19. c.18.

Bichinho. Vermiculus, i, p.c. Pli. lib.10. c.62.

Bichosa cousa. Verminosus, a, um, pen. prod Pli. lib.17. cap.10.

Ter bichos. Vermino, as, p.c. Cornel. Celsus. Seneca lib.2. Natural quaest. c.31. Martial lib.14. Si tibi morosa prurigne verminatauris, Arma damus tantis apta libidinibus.

Bicho da seda. Bombyx, bombycis, p.p.mas.g. Plin. lib.11. c.22.

Bicho, que roe o trigo, ou ceuada. Cis, Thesaur.

Bicho, que roe a madeira. Tereido, p.p. teredinis, p.c.f.g. Plin. lib.16. c.41.

Bicho, que roe a roupa, e os liuros. Tinea, ae, Horat. I. epist.21.

Agostinho Barbosa, 1611

bicho. Vermis, is.

bichinho. Verniculus.

bichosa cousa. Verminosus, vermiculosus, a, um.

Jerónimo Cardoso, 1570³⁵

A mais valia da informação mede-se tanto em profundidade como em extensão. Em profundidade, resulta manifesto o enriquecimento lexicográfico que promana das equivalências latinas abonadas por remissões a Plínio o Moço, Cornélio Nepos, Juvêncio Celso, Séneca, Marcial, Horácio e Robert Estienne (*Dictionarium seu linguae latinae thesaurus*, 1531). Mesmo admitindo algum excesso de erudição em tão vasto elenco de Autores citados para um pequeno número de diferentes conceitos - *vermis* (com o diminutivo e os derivados verbal e adjectival) e os lexemas do seu campo semântico *bombyx*, *cis*, *teredo*, *tinea* -, a imagem que se oferece é de rigor e exaustividade na exploração de vários matizes semânticos. Serve de bitola a verificação do reduzido número de entradas por coluna deste dicionário, devido à estratégia das abonações, face à provisão lexical de cada uma das colunas do dicionário de Jerónimo Cardoso: em média 15 contra 30 lemas, oscilando entre mínimos de 5 lemas por coluna no dicionário de Agostinho Barbosa (cf. 1611: c. 90) e máximos de 44 lemas por coluna em Jerónimo Cardoso (cf. 1570: c. 3, p. 34). A diferença explica-se pela quantidade de abonações de autoridades que se alinham nos artigos do dicionário seiscentista, com o propósito, dir-se-ia, de documentar valores lexicais, mas também de sobrelevar o valor das fontes literárias para a promoção do vernáculo. Na página de rosto do dicionário,

³⁵ Cita-se o *Dictionarium ex Ivsitanico in latinvm sermonem* pela penúltima edição do *Dictionariũ latino-lusitanicvm, et Ivsitanico-latinvm* (Lisboa, 1694), de Jerónimo Cardoso. Como é natural, apresenta várias diferenças formais relativamente à sua edição independente, de 1562 (Lisboa, João Álvares), de que se viu o exemplar da Biblioteca Nacional.

depara-se, aliás, com as expressões *locupletatum*, a propósito das fontes clássicas, e *copiosissimo*, sobre as 65 páginas introdutórias, a quatro colunas, de um índice latino de palavras e frase - o “Index verborvm, nominvm, ac dictionvm latinae linguae, que in hòc dictionario continentur” -, expressões, dizia-se, estas ou outras do mesmo tipo, que são recorrentes em quase todos os textos lexicográficos da época, como atributos de excelência dos inventários quantitativamente grandes. Qualidade e quantidade, em resultado das novas aquisições vocabulares, equivaliam-se, a ponto de os lexicógrafos procederem a balanços quantitativos do material lexical original, como adiante se verá em relação a Bento Pereira. No dicionário de Agostinho Barbosa, a vantagem em termos de extensão é outra dimensão inovadora, correspondente ao acréscimo de novos vocábulos e locuções, pese embora se considere que o acerto da afirmação de Justino Mendes de Almeida sobre “o substancial aumento de palavras e frases em relação ao léxico de Cardoso” (1965: 36) há-de referir-se a uma situação mais pontual que sistemática. A análise comparativa dos *corpora* lexicais é elucidativa disso mesmo. De alguns exercícios de comparação, análogos ao exemplificado nos excertos citados, ou ao que Justino Mendes de Almeida desenvolveu para a série de entradas relativas a *cavalo* (*Id., ib:* 38-40), que de doze passam a uma trintena em Agostinho Barbosa, pode concluir-se pelo enriquecimento lexical deste dicionário, em particular no que respeita a frases e muitos sintagmas, alguns em formas cristalizadas³⁶. Mas também o confronto sumário de pequenas secções alfabéticas, numa amostragem superficial, sugere-nos o parecer de que não são extraordinárias as aquisições lexicais de Agostinho Barbosa, atendendo a que meio século de evolução do português mediou entre a publicação dos dois dicionários. Um cômputo rápido de alguns dados numéricos permite uma avaliação aproximativa das diferenças lexicais registadas nos dois inventários: o número de entradas correspondente à ordenação “A Ante B” no dicionário de Agostinho Barbosa é de 158 e em Jerónimo Cardoso terminam em “Abusam” as 163 entradas de *Ab*; de “Acabar” até ao fim da série alfabética “A Ante C”, Agostinho Barbosa tem 211 entradas e Jerónimo Cardoso 208; a série “A Ante O & P” é formada por 161 lemas em Agostinho Barbosa e 190 em Jerónimo Cardoso. À primeira vista, as 1206 colunas do

³⁶ Note-se que a penúltima edição, datada de 1694, do *Dictionariũ latino-lusitanicvm, et lvsitanico-latinvm* (Lisboa, Domingos Carneiro), de Jerónimo Cardoso, contém, de páginas 204 em diante, um pequeno dicionário lusitânico-latino de sintagmas e frases recolhidas de Agostinho Barbosa: “Varii loquendi modi, sive phrases elegantissimae ex praecipuis Auctoribus decerptae, praesertim ex Marco Tullio Cicerone: ex lingua Materna in Latinam redactae, & collectae ex thesauris linguae Latinae, & Dictionarij eruditissimorum nostri temporis virorum Augustini Barbosa, Bartholomaei Bravi, & Morelli Campani, in hac ultima editione auctae, & illustratae”.

dicionário seiscentista representam uma extensão face à qual as 285 da obra de Cardoso, que não contém nenhuma das habituais páginas preliminares de licenças, dedicatórias e prefácios, parece terem sido concebidas, não para publicação em obra independente, mas como a versão “uice uersa” do dicionário latim-português de 1570. Porém, afora as diferenças de mancha gráfica - páginas impressas a duas colunas, contra três do dicionário de Cardoso (no exemplar que consultámos), e menor número de lemas por coluna, devido à estratégia das abonações -, que deixam a impressão de grande desequilíbrio numérico, considera-se que talvez o diferencial quantitativo entre os dois dicionários não seja extraordinário, se se contrapuser ao enriquecimento lexical registado em certos momentos do dicionário seiscentista a ausência de muitos vocábulos que se contam em Jerónimo Cardoso. Nota-se, sim, grande ampliação na dicionarização de frases, a ponto de, por vezes, no lugar das entradas estarem autênticas definições lexicográficas:

Alpendre das eiras, onde se recolhem as nouidades, quando choue. Nubilarium, ij. Columel. lib.2. cap.6. ...

casúlo da espiga, onde encerra o grão de trigo, cêteo, ou de ceuada. Gluma, ae, Var. lib.1. de Re rust. cap.49.

Tendeyro, que vende papel, ataques, alfanetes, agulhas, e cousas semelhantes, que por outro nome se chama bofoninheyro. Institor, p.c. institoris, Iunen. Sat.7. Liu.6. ab Vrb. Ouid.I de Arte. *Cousa, que nasce, ou viue na terra, ou que tem algũa cousa de terra.* Terrenus, a, um, p.p. Terrestris, & e, adiect. Vt, ...

Testo com que se cobrem as panellas, ou cousas semelhantes. Operculum, i, p.c. Cato de Re rustic. cap.10. ...

Não são mais completas as explicações que Félix Gaffiot apresentou para os equivalentes vernáculos de *nubilarium*, *gluma*, *institor*, *terrenus* e *operculum*, no seu *Dictionnaire latin-français* (Paris, 1934). Tendo sido feita a inventariação do *corpus* lexical dos vernáculos a partir dos dicionários monolíngues ou bilingues de latim-vernáculo, o processo que conduziu à alfabetação de frases teve origem na dificuldade em encontrar uma equivalência termo a termo, isto é, uma forma bem delimitada, um vocábulo único, para traduzir a entrada latina (cf. Verdelho, T., 1995: 248-250). Por outro lado, no processo de inversão das definições dos dicionários de latim-vernáculo em entradas, a tendência seria para alfabetar, sem alteração, o texto da explicação na língua vulgar. Por isso, os equivalentes portugueses apresentam-se sob a forma de sintagmas explicativos e não de palavras, com consequentes interrupções da ordem alfabética: a entrada *Cousa, que nasce, ou viue na terra, ou que tem algũa cousa de terra* vem alfabetada na sequência de *terra*, por exemplo. É tão evidente serem estas

entradas tributárias das definições de dicionários de latim-vernáculo, que nelas deparamos com o emprego quase sistemático de uma metalinguagem própria das especificações semânticas ou informações parafrásticas, como os articuladores sintáticos “aliàs”, “ou” e a abreviatura “i.” (*isto é*) que, sendo do mesmo tipo dos elementos de ligação *significa, quer dizer* ou a cópula, a técnica lexicográfica reserva para a vocabulário de explicação das definições. Citemos, ao acaso, as seguintes entradas:

Almotaçar. i. por um preço ás cousas, q̄ se hão de vèder; Bradar com alguem, aliàs repretender; cano per onde corre a agoa, aliàs alcatruz; Causador, ou auctor de algũa cousa; coar algũa cousa, aliàs apurar, & alimpar; Fazer algũa cousa mal, i. não a fazer bem, e como deue.

Cada entrada contém a descrição do significado do lema e quase se poderia dizer que cada um dos artigos inclui uma informação bilingue mais uma explicação semântica do tipo das de um dicionário de significação. Além deste tipo de frases dicionarizadas, ocupa um lugar tão importante neste como no dicionário de Jerónimo Cardoso, a ordenação de estruturas sintagmáticas cristalizadas, correspondentes a expressões proverbiais, ou não fosse este um século de abundante literatura paremiológica: *A bom entendedor poucas palauras; Quem as bragas não ha doyto, as costuras lhe fazem nojo* (na sucessão de *Bragas*); *Em boca cerrada não entra mosca* (na sucessão de *Boca*); *De dous males se há de escolher o menor* (na sucessão de *Mal*); *Malhar em ferro frio*. O procedimento não é inédito, uma vez que tem antecedentes na lexicografia cardosiana, e vai abrir um século de intensa compilação de sentenças e provérbios, dicionarizados segundo vários critérios de ordenação, como adiante veremos noutras obras. Particularmente produtivo na formação de expressões fraseológicas mais ou menos cristalizadas pelo uso é o processo de explorar as valências dos verbos com complementos diversos, que, além de realizarem valores específicos, ilustram o funcionamento sintático da língua: a título de exemplo, a forma infinitiva *dar* é 41 vezes alfabetada em sintagmas predicativos tão diferentes como *Dar de graça, ou de merce; Dar a conhecer; Dar de beber; Dar credito a algũa cousa; Dar agradecimento; Dar gosto a alguem; Darse ás letras; Dar conta da lição o discipulo ao mestre*. Considerem-se ainda outras informações gramaticais presentes no dicionário, que vão muito além das designações das classes de palavras a que pertencem as entradas: “aduerbium”, “adiectiuum”, “verbum” e “nomen” constituem a nomenclatura mais registada. Nota-se na sucessão das entradas, que o Autor intentou articular os artigos entre si segundo determinados nexos sintáticos, imprimindo certa regularidade a

sintagmas elucidativos do funcionamento da língua, de molde a transformar uma obra de consulta num instrumento gramatical do português. Exemplifica-se com as seguintes séries de artigos:

Abarcada cousa. Complexus, a, um, Particip. passivae significationis. Cic.pro Rosc. Amerino. ... *Cousa que abarca.* Complectens, tis. Particip. Cicer. 4. Academ. Particip. activae significationis...

Aborrecida cousa. Odiosus, a, um, penult. prod. Adiectivum. Vt, ...
Cousa que aborrece, ou aborreceo. Osus, a, um. Participium. Vt, ...

Acompanhada cousa. Comitatus, a, um, pe. pr. Participium passivum. Vel nomen ex participio. Vt, ...

Cousa, que acompanhou. Comitatus, a, um, p.p. Bellum comitata foemina ...
Cousa, que acompanha. Comitans, p.p. comitātis, Partic. Vt, ...

Regelada cousa. Gelatus, a, um, p.p. Glaciatus, a, um, p.p. Particip. Vt, ...
Cousa, que regela, ou congela. Glacialis, & e, p.p. adiect. Vt, ...

A utilização do substantivo *cousa* para marcar a função determinante do adjetivo e distingui-lo do seu emprego nominal, como se regista nas entradas *Amigo, Amiga cousa* e *Amiga, aliàs Manceba*, foi já detectado nos dicionários de Jerónimo Cardoso por Paul Teyssier, que lhe chama “conector”, no caso, com implicações na concordância em género (Teyssier, 1990: 221). Não é surpreendente tal estratégia. Mais não fazem estes lexicógrafos senão seguir a lição dos gramáticos relativamente à definição do nome adjetivo segundo o traço distintivo da sua compatibilidade sintáctica com o nome substantivo. O que se pode sumariar das definições dos gramáticos³⁷ é, em confronto com a caracterização semântica do substantivo, a prioridade atribuída ao critério sintáctico para explicar a noção de qualidade ou de propriedade expressa pelo adjetivo e aplicada ao substantivo determinado, que sempre aparece com a forma arquilexemática *cousa*. Do nome substantivo diziam que expressava uma substância ou objecto e, secundariamente, tinha função subordinante; da subclasse do adjetivo referiam primeiro a dependência sintáctica e depois a característica de actualizar o conteúdo de um elemento determinado. Dependência sintáctica e actualização semântica são também as características que apresentam os sintagmas predicativos expandidos do núcleo *cousa*. Do ponto de vista da morfologia do português, a análise remeteria para a

³⁷ Citam-se apenas dois Autores de gramáticas vulgares, anteriores ao nosso lexicógrafo: para António de Nebrija “Adjectivo se llama, por que siempre se arrima al substantivo, como si le quisiésemos llamar arrimado” (1492: 177); para João de Barros, “Nome ajetivo ao que nam tem ser per si, mas está encostado ao sustantivo e póde receber em si ésta palavra *cousa*, como quando digo: Ó que fermoso caválo, que brávo touro. Este[s] nome[s] fermoso e brávo sam ajetivos, porque nam podemos dizer fermoso e brávo sem lhe dármos nome sustantivo a que se encóstem” (1540: 301).

apreciação do participípio como uma das classes de palavras (na tradição das gramáticas latinas clássicas de Prisciano e Donato), ou como uma forma especial do verbo (segundo as propostas gramaticais renascentistas, exceção feita a Nebrija e seus seguidores), caracterizada pelo facto de participar da natureza do nome e do verbo, sendo a perspectiva sintáctica a da equivalência existente entre as expansões relativas *que abarca, que aborrece, que acompanha, que regula* e a função adjectiva de *abarcada, aborrecida, acompanhada, regelada*. A dimensão do confronto bilingue, com a distinção das formas latinas do participípio presente e do participípio passivo, suporta o tipo de análise que fez Antonio de Nebrija na sua *Gramática de la lengua castellana*: “Las significaciones del participio son dos: activa y passiva. Los participios del presente todos significan acción, como *corriente*, el que corre; *serviente*, el que sirve. Los participios del tiempo pasado significan común mente acción; mas algunas vezes significan acción, como estos: *callado*, el que calla; *hablado*, el que habla; *porfiado*, el que porfia; *osado*, el que osa ...” (1492: 203). Assim se evidencia que a função adjectiva dos dois participípios latinos, que passaram em português às formas em *-nte* e *-ado/-ido*, pode ser expressa pela oração de pronome relativo com antecedente nominal, uma vez que constitui uma determinação, em todos os casos comparável à do adjectivo referido ao nome. É isso mesmo muito evidente quando as duas construções, a da oração relativa e a da expansão adjectiva, são apresentadas na mesma entrada e traduzidas, quer pelo participípio do presente latino, quer pelo participípio perfeito:

Adormecida cosa. i. cosa, que dorme. Dormiens, tis. Participium. Terent. Adelph, 4, 5.

Luzente cosa, cosa que luz, ou que tem luz. Lucens, tis. Particip. Virg. 6. Aeneid. Lucidus, a, um. pen. corr. adiectium. Plin. lib.2. cap.79. Luculentus, a, um, adiectium. Vt, ...

No seguimento da determinação adjectiva têm lugar entradas ocupadas com a flexão de grau e a formação do advérbio modal por meio do sufixo *-mente*, do mesmo modo sistemático que se registou nas estruturas anteriores. Assim:

Abastada cosa. i. rica. Abundans, tis. Participiũ siue nomen ex participio. Copiosus, a, um. Diues, diuites, penult. cor. Adiectiu. ...

Cosa muyto abastada, aliàs rica. Opulētissimus, a, um. Ditissimus, a, um. Adiectiua. ...

Abastadamente. Abundanter. Copiosè, pe. prod. Opulenter. Aduerbia. ...

Accomodada cosa. Commodus, a, um, pen. cor. aduerb.(...) Accommodus, a, um, p.c. adiect. ...

Cosa muyto acomodada. Peridoneus, ea, eum, adiect. ...

Accomodadamente. Commodè, pen. cor. Accomodatè, p. p. Aptè, Appositè, p. cor. aduerb. ...

Branda cosa. Mitis, & hoc mite. Lenis, & hoc lene. Clemens, tis, Placidus, a, um, pen. corr. Blandus, a, um. Facilis, & hoc facile, p.cor. Mansuetus, a, um, pen.prod. omnia sunt adiectiua, ...

Cousa muyto brãda. Mitissimus, a, ũ, pe. c. adiect. Lenissimus, a, um, pen. corr. adiectium. Clementissimus, a, um, pen. c. adiect. ...

Brandamente. Placidè, pen. corr. aduerbia. Mitè. Mitissimè, pen. corr. aduerbia. Clementèr. Blandè. Lenitèr, pen. c. aduerb. Mansuetè, pen. prod. Quietè, p. p. aduerbia. ...

cobiçosa cousa. Cupidus, a, um, p. c. adiect. Appetens, p. c. appetentis. Particip. ...

cousa muyto cobiçosa. Cupidissimus, a, um, p. c. adiect. (...) Appetentissimus, a, um, pen. c. adiectium. (...) Cupientissimus, a, um, pen. cor. adiectiuũ, ...

cobiçosamente, i. com cobiça. Cupidè, pen. corr. aduerbium. Vt, ...

piadosa cousa. Misericors, p. c. misericordis. Clemens, tis. Pius, a, um, adiectiua. Vt, ...

cousa muyto piadosa. Pijssimus, a, um, p. c. superlatium, ...

piadosamente, i. com piedade. Piè, (...) Clementèr, aduerb. ...

Salta à vista a abundância informativa das glosas latinas, onde se acumulam formas adjectivas e seus derivados adverbiais por meio da desinência *-e*, que distribuem entre si a significação do termo português. Do ponto de vista lexicográfico, o conjunto das equivalências latinas recria um quadro semântico mais amplo que a equação sémica do vocábulo de entrada, pelo abundante recurso à redundância sinonímica, como se o confronto bilingue acareasse todo o categorizado património escrito do idioma clássico com o recente investimento numa língua sucedânea daquele idioma. Uma tão larga série de unidades qual *mitis* (adv. *mite*), *lenis* (adv. *leniter*), *clemens* (adv. *clementer*), *placidus* (adv. *placide*), *blandus* (adv. *blande*), *facilis*, *mansuetus* (adv. *mansuete*) não poderia deixar de assegurar a transparência semântica do equivalente vernáculo *Brando* e, mais importante, introduzir matizes significativos, que são um factor de exercitação das “condições denotativas” (Wierzbicka, 1995: 29) do uso lexical. Mas outro aspecto, não menos saliente, dos artigos acima citados é que a intenção do Autor parece ter sido adequar a seriação lexical à efectiva escolarização, orientando o leitor no funcionamento gramatical de adjectivos e advérbios. Se não, vejamos.

A flexão do adjectivo em grau superlativo é regularmente expressa pelas construções analíticas. Quer dizer, face ao sistema flexional da superlativação latina, com a desinência *-issimu*, que entrou no português por influência erudita, a nossa língua apresenta meios linguísticos de graduação que são essencialmente sintagmáticos: a construção perifrástica do superlativo relativo e uma estrutura sintáctica formada por advérbios quantitativos antepostos ao adjectivo. É este último processo sintáctico, comum, como já atrás foi referido, a todas as línguas vulgares, em substituição do método sintético latino, que Agostinho Barbosa evidencia nas entradas *cousa muyto abastada*, *cousa muyto cobiçosa*, etc., cujos equivalentes latinos são formas superlativas sintéticas. Admitindo embora que o Autor foi levado a dicionarizar tais sintagmas por

força de um exercício prévio de tradução dos latinos *cupidissimus*, *opulentissimus* ou *ditissimus*, sempre é de notar que a sua presença regular no seguimento da forma neutra do adjectivo não deixaria de ser gramaticalmente explorada. Em primeiro lugar, tratar-se-ia de evidenciar que, em português, a flexão de grau superlativo (e também comparativo; cf. Vilela, 1994: 123-140) não faz parte do sistema morfológico da língua, mas caracteriza o adjectivo em tipos específicos de construções sintácticas; depois, que um desses tipos, o correspondente à intensificação da qualidade do adjectivo, é formado pela anteposição do advérbio *muito*. Por outro lado, o emprego sistemático desta construção atesta ser o processo de formação sintética limitado no seu uso, porque proveniente do latim erudito, e limitado também em extensão, porque o uso nega a certos adjectivos as formas de tal espécie.

Do adjectivo, mais precisamente da sua forma feminina, o Autor faz ainda derivar os advérbios modais pelo tão produtivo mecanismo, que segue o modelo do latim vulgar, da sufixação em *-mente* (< lat. *mens*), apresentada por todos os gramáticos dos vernáculos. A produtividade do sufixo adverbial está bem patente na derivação recursiva dos adjectivos, já que, em princípio, qualquer um desses monemas pode passar a sintema adverbial: além dos já apresentados, vejam-se ainda os exemplos *enuejosa / enuejosamente; floxa / floxamente; luxuriosa / luxuriosamente; madura / maduramente; peruersa / peruersamente; regradada / regradamente; uniuersal / uniuersalmente; vulgar / vulgarmente*. Em conexão com a função determinante do adjectivo e segundo um critério sintáctico colocacional, também a relação de determinação verbal em *viuer virtuosamente; viuer mal, e desconcertadamente; viuer concertadamente, e com prouisão*. Mas o mais importante e talvez original da dicionarização das formas adverbiais é a concepção gramatical que ressuma das entradas onde o sintagma *preposição + regime (substantivo)* é apresentado a título de variante do sintema *adjectivo + -mente*: *cobiçosamente, i. com cobiça; piedosamente, i. com piedade*. Regista-se, inclusive, o artigo “*Com tirania. Tyrannidè, pen. cor. aduerb, Cic.5. Verr.*”, na falta de um equivalente adverbial em *-mente*. A originalidade considerada deve-se ao exclusivismo das definições gramaticais do advérbio com base na sua forma invariável e na sua natureza de qualificativo/determinante do verbo (eventualmente, também do adjectivo e do advérbio), que vigoraram até à gramática de Port-Royal. Amaro de Roboredo ainda define o advérbio como “palavra, que carece de Numero, & Regencia, & altera as outras palavras [verbo, adjectivo e advérbio], a que se ajunta como Adjectivo” (1619: 70). Com a *Grammaire générale et raisonnée* (Paris,

1660) foi difundida e logo explorada por vários gramáticos (cf. Argote, 1721: 170) a existência de sintagmas do tipo *preposição + substantivo*, caracterizados pelo desempenho de funções semânticas equivalentes às do advérbio: “dans les langues vulgaires, la plupart de ces adverbes s’expriment d’ordinaire plus élégamment par le nom avec la préposition: ainsi, on dira plutôt *avec sagesse, avec prudence* (...) que *sagement, prudemment* ...” (Arnauld/Lancelot, 1660: 107). A exemplificação restrita aos advérbios de modo indica ser aquela identidade apresentada a título de mera característica semântica ocasional, o que suscitou ao académico Ch. P. Duclos, nas “Remarques” com que fez acompanhar a edição de 1754 da *Grammaire*, o comentário “la *plupart* ne diz pas assez. Tout mot qui peut être rendu par une préposition et un nom, est un adverbe, et tout adverbe peut s’y rappeler. *Constamment*, avec constance. On y va, on va dans ce lieu-là” (*Id., ib.:* 108). Deste primeiro passo que foi a concepção de uma equivalência semântica, vieram depois as implicações sintáticas, de que já dá mostras Jerónimo Soares Barbosa no fim do Livro III da sua *Gammatica philosophica da lingua portugueza* (Lisboa, 1807). O carácter funcional da identidade em questão passa por detectar-se que os elementos de conteúdo comuns aos dois sintagmas, advérbio de modo e locução adverbial, fazem deles variantes da mesma expressão linguística, comutáveis em certos contextos de expansão verbal, pressupondo já interpretada a noção de complementação sintáctica. A simples equivalência de significado que se reconheça estar na origem da estratégia lexicográfica de Agostinho Barbosa revela a consciência de haver escolha da unidade significativa *com*, em função de certos elementos de conteúdo comuns ao sentido geral de “maneira, modo” adquirido pelo sufixo *-mente*, e que permitem a actualização sintáctica da função modal da preposição. Note-se que a identidade funcional está assinalada nos complementos coordenados do sintagma predicativo *viuer concertadamente, e com prouisão*, onde *concertadamente* e *com prouisão*, sendo formalmente diferentes, assumem a mesma função sintáctica. São formas de expressão diferentes para o mesmo significado genérico “expressão de modo”.

Algumas das características apresentadas encontramos-las no segundo dicionário de português-latim publicado no século XVII, que retoma a tradição do título *thesaurus*. O *Thesouro da lingua portvgvesa* (Lisboa, 1647), da autoria do P^e Bento Pereira, dicionariza também e até em maior número, séries derivacionais do tipo:

Abastada cousa. *Copiosus, a, um. Abundans, antis.*

Abastadamente. *Abundanter, Affatim, Largiter.*

Aborrecida cousa. *Odiosus, a, um. Inuisus, a, um. Fastidiosus, a, um.*

*Aborrecidamente³⁸. *Inuisè, Odiosè.*

*Beneuola cousa. *Beneuolus, a, um.*

*Beneuolamente. *Amabiliter. Beneuolè.*

Escolhida cousa. *Electus, a, um. Delectus, a, um.*

*Escolhidamente. *Electè. Lectissimè.*

Sem que precise de demorar-se muito com a identificação de fontes ou modelos lexicográficos, o leitor é advertido, desde o rosto da obra, de que o dicionário de Agostinho Barbosa assistiu à nova recomposição da nomenclatura portuguesa: lê-se na portada que “*Tem todos os vocabulos portugueses que trazem Cardoso, e Barbosa, e de nouo outros muytos mil, em tanta copia, que só os vocabulos acrescentados são outros tantos, e mais, que todos quantos tem os sobreditos vocabularios*”³⁹. Além da informação sobre a ampliação do *corpus* lexical dicionarizado, algumas vigílias o Autor terá gasto na aritmética da superioridade numérica. Como já fizera na *Prosodia*, onde ostenta as suas quase 5.000 palavras contra as 22.167 do dicionário de Jerónimo Cardoso (cf. o prólogo “Ad lectorem”), também nesta obra lá vem o cômputo, não muito rígido, note-se, da vantagem lexical, por comparação com o primeiro dicionário lusitânico-latino de Seiscentos:

Entre a palavra Encartada cousa, e a palaura Encodeadura traz só dous, e nós quarenta e sete. Entre Eterna, e Examinar traz só dous, e nós quarenta e hum. Entre Inouar, e Instrumento traz seis, e nós quarenta e seis. Entre Recambio, e Reclamar, traz hum, e nós quarenta e sete. Entre Trado, e Traçaça, traz noue, e nós setenta e sete.

A ampliação do *corpus* das entradas é em grande parte desencadeada pela exploração de grupos de palavras que possuem a mesma raiz e derivam umas das outras: da entrada “Eterna”, o Autor formou o paradigma derivacional “Eternamente”, “Eternidade”, “Eternizada cousa”, “Eternizar”, ausente do dicionário de Agostinho Barbosa; com base

³⁸ Formas não atestadas no dicionário de Agostinho Barbosa. Vem no rosto da obra a informação: “E assim pera que se veia a falta de vocabulario em que estauamos, com descredito de nossa lingoa, sendo injustamente de algũs julgada por menos copiosa, pode aduertir o curioso leitor nos vocabulos que leuaõ este sinal * porque nenhum delles traz o Vocabulario de Barbosa, que he o mais copioso: & se bem aduertir, acharà que muy de ordinario vão assinalados a fio seis, dez, vinte, & mais ...”.

³⁹ Além dos dois lexicógrafos, mais vinte e três referências bibliográficas, entre autores e obras, preenchem o elenco das fontes de informação nomeadas sob a rubrica “Avthores portvgveses, os qvae todos se leram pera se fazer este Vocabulario”: na lexicografia citam-se Manuel Barreto e o *Vocabulario da lingoa do Iapam com adeclaração em Português* (Nagasáqui, 1603); João de Barros, Duarte Nunes de Leão, Francisco de Andrade e Fr. Bernardo de Brito aparecem na lição da História; no âmbito da literatura religiosa, nomeadamente da hagiografia e catecismo, Fr. Diogo do Rosário, P.^o João de Lucena, P.^o Cristovão de Matos, Fr. Bartolomeu dos Mártires, Fr. Nicolau Dias, Fr. Pantaleão de Aveiro; finalmente, os consagrados da nossa literatura, Fr. Heitor Pinto, Camões e Diogo Bernardes.

na etimologia comum, formou a série “Cabeça”, “Cabeça de agoas”, “Cabeçada”, “Cabeção, tributo”, “Cabeceira”, “Cabecinha”, “Cabeçudo, i, de grande cabeça”. Ainda que tal procedimento propicie a exercitação de bom número de fenómenos do funcionamento da língua, nota-se que a ampliação lexical vem a par de uma redução do enquadramento normativo e gramatical. Faltam as referências clássicas que fixam o uso autorizado das formas dicionarizadas; exclui-se o fluxo das citações para contextualizar a nomenclatura; reduz-se substancialmente a alfabetação das longas estruturas frásicas (reservadas para um outro *corpus*, o “Das frases portvgvesas ...”, publicado à parte), sempre passíveis de exploração gramatical; aliviam-se as entradas dos sintagmas predicativos e preposicionais apostos ao lema a título de explicação semântica, mas também de esclarecimento gramatical. Por tudo isto, subscrevem-se as palavras de Telmo Verdelho sobre ser este dicionário “antes de mais nada, uma obra intrinsecamente didáctica” (1982: 362), acrescente-se, escolar, na depuração de tudo o que era pormenorizada informação gramatical e sugestão para a análise sintáctica, no dicionário de Agostinho Barbosa. Alargue-se o cotejo de Bento Pereira às definições das entradas que apresenta para demonstrar a ampliação lexical:

Encartada cousa. Proscriptus, a, um. Participiũ, Cic. 3. Verr.

Encodeadura. Incrust Atio, onis. Budaeus.

Eterna cousa. Aeternus, a, um. Sempiternus, a, ũ, adiect. Cic. Post reditum in senatu.

Examinar. Examino, as, p.c. Expendo, is, expendi, expensum, Plin. Epist.107. Examina singula verba, & expende. Diligentèr examine verborum omnium pondera, Cic. in Orat. Malè verum examinat omnis. Corruptus iudex. Horat. 2. Serm. Saty.2. Cic. lib.1. Offic. Quae cõtemplantes expendere oportebit, quid quisq habeat.

Innouar, i. fazer innouação, ou mudar o que esta feyto. Nouo, as. Cic.lib.3. de Legib. Nihil habui sanè, non modò multum, quod putarem nouandum in legibus.

Instrumento. Instrumentum, i, Suet. in Vespasian. c.8. & ex iure ciuili, & Pontificio.

Recambio. Publica permutatio, Cicer. Appio lib.3. epist.5.

Reclamar. Reclamo, as, pen.prod. Repugno, as, Cicero Ver.6. Res agitur in Senatu, vehementèr ab omnibus reclamatur. Theatra tota reclamant, Cic.3. de Orat. Omnibus viribus alicui rei repugnare, Cicero Tusc.3.

Encartado. *Proscriptus, a, um.*

Encodeadura. *Incrustatio, onis.*

Eterna, ou eternal cousa. *Aeternus, a, um. Sempiternus, a, um.*

Examinar. *Examino, as. Expendo, is. Pondero, as.*

Innouar. *Nouo, as. Innouo, as.*

Instrumento. *Instrumentum, i.*

Recambio. *Faenoris iterano.*

Reclamar. *Reclamo, as.*

Trado de carpinteiro. *Terebra, ae.*

Trapaça. *Versura, ae.*

Bento Pereira, 1647

Trado. Terebra, ae, pen. cor.

Trapaça. Versura, ae, p.p.

Agostinho Barbosa, 1611

A simplificação do texto lexicográfico, e consequentemente a sua configuração mais escolar, além de sacrificar a lição dos autores clássicos, implica sobretudo o prejuízo maior das matérias gramaticais agregadas à definição. Com uma esquemática equivalência das unidades, termo a termo ou polinomial - duas ou mais formas latinas para a entrada portuguesa -, e dispensando a maior parte das habituais estratégias para a análise sintáctica, o *Thesovro da lingoa portvgvesa* é tipicamente um dicionário bilingue ou um dicionário de tradução para o utente que procura um equivalente na língua de chegada. Não será alheia a esta estratégia a variedade de orientações que se podem detectar na actividade linguística de Bento Pereira, onde se individualizam, como linhas dominantes de labor, a faceta de lexicógrafo, a de ortografista nas *Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor ortografia* (Lisboa, 1666) e a do gramático na *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672). As variadas facetas permitem valorizar em separado cada uma das matérias do campo da análise linguística e, ao mesmo tempo, conferem unidade à actividade pedagógica do mestre de retórica do Colégio do Espírito Santo, de Évora.

O *Thesovro da lingoa portvgvesa* foi precedido de treze anos pela *Prosodia in vocabularivm trilingve latinvm lvsitanicvm et castellanivm* (Évora, 1634), e ambos passaram a ser impressos num só volume a partir de 1661, supostamente a 2ª edição da *Prosodia*, segundo a hipótese mais segura a respeito do percurso editorial desta obra⁴⁰. Quer dizer, um só volume compilava um dicionário latino-português e português-latino, o qual interrompeu o fluxo das edições do compêndio lexicográfico de Jerónimo Cardoso quando a *Prosodia* passou a ser *in vocabularium bilingue, latinum, et*

⁴⁰ Foi já traçado por Justino Mendes de Almeida, com base em diversas fontes. Para melhor identificação das edições que aqui se referem, transcreve-se o resultado da síntese que elaborou para o percurso editorial da *Prosodia* (1967: 6, n.2): Évora, Manuel de Carvalho, 1634; Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643; Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1656; Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1661; Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1669; Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1674; Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1683; Évora, Universidade, 1697; Évora, Universidade, 1711; Évora, Universidade, 1723; Évora, Universidade, 1732; Évora, Universidade, 1741; Évora, Universidade, 1750; em 1759, aquando das reformas pombalinas para a instrução pública, estava no prelo uma outra edição, que veio a sair em 1780 com o título *Magnum lexicon latinum, et lusitanum*, sem indicação do autor da ampliação, o P.^c Manuel Pina Cabral, só mencionado nas edições seguintes deste dicionário. Como até hoje não foram localizados exemplares das edições de 1643 e 1656 da obra de Bento Pereira, citados por Diogo Barbosa Machado (1741-1759: I, 508), é de considerar a hipótese de 2ª edição para a *Prosodia* saída em 1661.

lusitanum (Évora, 1697)⁴¹, e enquanto isso, sem que estivesse em causa a subsidiariedade dos dois dicionários, destacava-se pela versão trilingue latim-português-castelhano. A inclusão do castelhano entre as línguas de saída em todas as edições que vieram a lume desde 1634 até finais do século, colhe significado no contexto do bilinguismo luso-espanhol. Pode sempre supor-se a intenção de modelar este dicionário pelo figurino lexicográfico do Calepino plurilingue - citado na portada da *Prosodia*, novamente nomeado a propósito das fontes no prólogo “Ad lectorem” e por uma terceira vez nas edições onde figura um extenso *Catalogus auctorum, et librorum, è quibus collecta vocabula, addita, vel correctata* -, atendendo sobretudo a que a experiência de um calepino trilingue envolvendo o português, fora já realizada por autores lusitanos: primeiro, pelos jesuítas no *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum* (Amacusa, 1595), com uma terceira língua, no caso, não indo-europeia, e depois por Amaro de Roboredo, no abreviado calepino intitulado *Raizes da lingua latina* (Lisboa, 1621). No conjunto da lexicografia de Seiscentos, os dois dicionários *Raizes da lingua latina* e *Prosodia*, ambos publicados durante a vigência da união dinástica, com um intervalo de treze anos, consubstanciam o modelo do dicionário trilingue que apresenta o português e o castelhano como línguas de saída. Além de cultivado literariamente, o castelhano, que se tornara familiar também pela difusão escolar dos manuais de Nebrija, é objecto de descrição linguística. Se foi uma língua de cultura no Portugal de Seiscentos, tendência mais marcante no período em que a Península esteve sob o domínio da monarquia dual (veja-se o largo uso do castelhano em obras editadas por autores portugueses depois de 1580; cf. Asensio, 1974: 455-493), e se nem sempre tal língua era manejada por boa

⁴¹ Do confronto sumário das várias edições da *Prosodia*, ressaltam dois momentos fundamentais no percurso editorial da obra. O primeiro corresponde à edição de Lisboa de 1661, que passa a incluir, com paginação diferente (até à edição de Évora de 1741), os seguintes títulos, já antes impressos à parte: *Thesovro da lingoa portvgvesa* (Lisboa, 1647) e *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portuguesa* (Lisboa, 1655), constituído por “Primeira parte das frases portvgvesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas: como tiradas de M. Tulio, & outros authores de primeira classe” e “Segvnda parte dos principaes adagios portvgveses, com seu latim prouerbial correspondente”. A última edição que saiu no século XVII - Évora, 1697 -, a mais cuidada, na opinião de Telmo Verdelho (1987: 186, n. 11), ficou também marcada pela supressão do castelhano (a *Prosodia* passou a bilingue) e por ter sido substancialmente melhorada, graças ao P^c Matias de S. Germano. A estas diferenças, que Justino Mendes de Almeida (1967: 5-12) e Telmo Verdelho (1982: 358-367) deram a conhecer, acrescem outras concernentes já não ao *corpus* lexicográfico, mas aos textos prefaciais: nas edições de Évora, o prólogo ao leitor é precedido por uma declaração da Universidade (“Eborensis academia ad lectorem”); há uma pequena tábuca de abreviaturas de extensão variável de edição para edição; por último, verificou-se que o *Catalogus auctorum, et librorum, è quibus collecta vocabula, addita, vel correctata* não consta da edição que aqui se segue, a de Lisboa de 1661, omissão não despicienda, dada a importância fundamental das mais de três centenas de referências bibliográficas, entre autores e obras, que constituem este índice.

parte dos nossos escritores com a mesma destreza de D. Francisco Manuel de Melo, seria natural surgirem instrumentos de normatização linguística, destinados a fixar elementos diferenciadores dos dois idiomas. Por outro lado, mau grado pouco esclarecidos os efeitos do bilinguismo luso-espanhol na morfologia e sintaxe da nossa língua, sabe-se que o tecido lexical foi o mais permeável à impregnação espanhola, donde se compreenda que as atenções dos autores no âmbito do confronto interlingue se voltassem predominantemente para a prática lexicográfica. Em Amaro de Roboredo, adiantando-se ao ensino comparativo preconizado no século seguinte, a observação contrastiva entre o latim (esporadicamente o grego) e os idiomas vernáculos, sempre a partir do português como metalíngua, no que à análise gramatical diz respeito, assume o carácter de método da descrição linguística. Assim, o convívio do português com o castelhano e o seu confronto lexical com o latim em *Raizes da lingua latina*, é fruto de um fácil bilinguismo, mas também consequência do que defendera e já praticara em obra anterior.

É de supor que este dicionário tenha sido levado em conta por Bento Pereira na elaboração da *Prosodia*, uma vez que muitas das características aqui marcantes da presença do Calepino, já se reconhecem nas *Raizes da lingua latina*, que consigna no próprio título a anotação “hvm compendio do Calepino”, mais para legitimar as estratégias lexicográficas e o próprio acervo lexical. Também Amaro de Roboredo portanto, aproveitou aquele *corpus* latino das entradas, as traduções hispânicas e a informação prosódica, marcada pelos sinais convencionais das sílabas breves e longas, a par de algumas inovações na configuração lexicográfica. Sendo este dicionário introduzido por um tratado “Da composiçam, derivação, e ortografia das vozes latinas”, o Autor assinala, nas próprias entradas ou no conjunto das respectivas traduções, o processo de formação prefixal, que inclui entre os mecanismos da composição. Esclarece o procedimento numa “Advertencia qve se deve primeiro lêr”, escrita a duas colunas, em português e latim:

Para mostrar as raizes da lingua Latina, as quaes não são outra cousa mais que as palavras simples, e primitivas, pus antes da simples as particulas componentes, e depois da primitiva, as palavras derivadas, nesta forma. Ad De Per Red-AMO isto he, Adamo, Deamo, Peramo, Redamo. Am anter-atio-ator-atorius, &c. quer dizer, Amanter, Amatio, Amator, Amatorius, &c.

Em séries alfabéticas como as correspondentes às preposições latinas *ab*, *ex* ou *in*, causa alguma surpresa ao leitor depararem-se sequências de entradas cujo prefixo

vem destacado: “āb-svm”, “āb-sīsto”, “āb-sōlvo”, “ēx-prīmo”, “ēx-torqvēo”, “ēx-
v̄bēro”, “īn-čīto”, “īn-cōlvmīs”, “īn-đīco”. Ou, de outra forma:

Lōqvōr, eris: utus. ac. 489. *Fallar, dizer*. Hisp. *Hablar*. Loqui ad voluntatem, & ad voluptatem; aperte turpiter apud aliquem: confidenter, convenienter, emendate, cum gravitate (...) Al-Col-Circum-De-E-Inter-Ob-Prae-Per-loquor.

Do ponto de vista gramatical, constam dos artigos as categorias morfológicas “Adverbium”, “Praepositio” e “Deponens”, e rudimentares informações sintáticas sobre regências nominais ou verbais, do tipo “Accusativum regit”, “Ablativum admittit”, “Genitivum admittit”; ao nível do significado, são frequentemente apontados, ou contextos para a palavra de entrada, ou fontes de abonação literária, e remissões, por indicações numéricas, à obra *Ianua linguarum* (Salamanca, 1611), compêndio bilingue de sentenças latinas traduzidas para espanhol, da autoria do jesuíta hispânico William Bathe⁴². Quanto às traduções portuguesa e castelhana, o Autor informa a razão por que não é sistemática a colocação em paralelo de tais unidades lexicais: “*faltando a [interpretação] castelhana, sabe que a mesma palavra sem nenhũa differença he Portuguesa, e Castelhana, ao menos quanto aas letras, e significação, posto que a pronunciação seja diversa*” (“Advertencia”)⁴³. Terá sido a mesma razão que assistiu a idêntico procedimento por parte de Bento Pereira. Muitos são os artigos da *Prosodia* donde estão ausentes as equivalências em espanhol de nomes próprios, em abundância

⁴² *Ianua linguarum sive modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas*, de William Bathe, jesuíta irlandês refugiado em Espanha. Uma tradução inglesa do prefácio desta obra, o seu estudo e uma biografia de William Bathe encontram-se no trabalho de Seán P. Ó Mathúna, *William Bathe, S. J., 1564-1614. A pioneer in linguistics*: “*Ianua Linguarum with its bilingual presentation enjoyed widespread popularity in the seventeenth century, but the author himself was quickly forgotten*” (Ó Mathúna, 1986: 78), provavelmente porque, como diz Amaro de Roboredo, o seu “inventor ... humilitatis gratia nomen non dedit” (1623: “Ao iviz deste artificio”). Prova dessa popularidade foi a quantidade de publicações que se lhe seguiram durante a centúria, adaptadas a várias línguas, nomeadamente inglês e francês. Segundo G. A. Padley, “one of the best-known of these adaptations was Scioppius’ *Mercurius quadrilinguis* (Padua, 1637) with parallel sentences in Latin, Greek, Hebrew and Italian” (1985: 340). Também não faltou uma versão portuguesa, nem de menor êxito, a avaliar pelas palavras de Ó Mathúna: “the Lisbon edition was a manifestly successful effort to adapt Bathe’s text to normal classroom conditions. From a pedagogical point of view it was the most interesting of all editions” (1986: 84). O modelo foi ultrapassado pela cópia, a *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623) e já antes, a segunda parte do *Methodo grammatical para todas as lingvas* (1619: 79-181).

⁴³ A actividade de tradução é um dos tópicos que Amaro de Roboredo mais problematizou um pouco por toda a sua obra. O assunto foi muito bem notado por Sabio Pinilla e Fernández Sánchez, que recensaram os textos do seiscentista mais ricos em dados teóricos para uma história da tradução (cf. 1998: 177-180). Valeria a pena uma demorada inquirição do conceito de traduzir que promana da obra do seiscentista, sob a dupla viseira do gramático e do tradutor, e uma larga pesquisa da contrapartida metodológica, isto é, a focagem do campo de aplicação do discurso teórico. O que sobressai com maior nitidez, e atendendo à defesa simultânea da boa escolha de palavras e da sua ligação ponderada, é a procura de um equilíbrio ideal entre os dois pólos ‘tradução *ad verbum*’ e ‘tradução *ad sensum/ad sententiam*’ (cf. Roboredo, 1623: “Introdvçam para as sentenças”).

neste dicionário, e de outros lemas. Logo a abrir o dicionário, na primeira coluna, sucedem-se os lemas de onomástica geográfica e histórica, só com a explicação na língua materna:

Abaea, ae, *Hum lugar na enseada Messeniaca*. I.br. 2.lon. vt patet ex Graeco.

**Abagarus*, *Visorey de Edessa*. pen.br. ex doct.

Abalus, *Hũa ilha do Oceano*. I.br. pen.br. ex Reg. Desp.

Abambulo, as, *Apartarse*. I.br. ex Ab. pen.br. ex ambulo.

**Abana*, ae, *Hũ rio da cidade da Damasco*. I.b. ex ab. 3.

Correspondendo embora as duas obras ao tipo de dicionário trilingue e por idênticas que sejam as orientações lexicográficas, considerando a matriz comum do dicionário do monge italiano, a restrita divulgação do manual de Amaro de Roboredo, só por uma vez reimpresso em edição conjunta com a tradução portuguesa *Porta de línguas* (Lisboa, 1623), não tem paralelo com a história da *Prosodia*, que alcançou repercussão duradoura na praxe do ensino dos mestres jesuítas. A *Prosodia* na lexicografia e a *Arte* do P^e Manuel Álvares na gramática constituíram o regimento dos estudos latinos no período em que a disciplina pedagógica dos jesuítas se encontrava mais fortalecida e exclusivista. Atinge a dezena o número de edições que a notabilizaram até à proscricção do seu uso pela reforma pombalina dos estudos menores, cujas *Instrucçoens para os Professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica* preceituavam “Não consentirão que os estudantes uzem da *Prozodia* de Bento Pereira, pelo perigo que há de se lhes imprimir, logo nos primeiros annos, a multidão de palavras barbaras, de que está chêa” (Andrade, A., 1981: II, 84). Depois de ter vingado ente nós por mais de cem anos, influência que perdurou mesmo depois do meio do século XVIII, tornou-se, a seguir à *Arte* do P^e Manuel Álvares, a segunda obra malquistada nos novos rumos pedagógicos traçados pelo ministro de D. José I, a cujo primeiro acto reformista, que foi o Alvará Régio de 28 de Junho de 1759, se sucedeu avultada documentação, constituída por decretos, provisões, cartas e termos de responsabilidade, onde a sorte da *Prosodia* ia da apreensão à destruição pelo fogo, para além de serem cominadas penas severas a todos os mestres que a usassem nas suas classes (cf. Andrade, A., 1981: II [Documentação]; Verdelho, T., 1982: 347-351). Foi também a segunda obra, a contar da substituição da gramática alvaresiana pela paradigmática *Minerva* de Francisco Sanchez, a ser implacavelmente destituída por um novo ‘lexicon latino-lusitanum’, ainda inexistente à data do diploma legal de 28.6.1759, mas concebido ‘sem excesso de autoridades, breve e onde sumariamente fossem declarados os significados naturais e figurados mais frequentes nos autores lidos pelos

alunos' (cf. Andrade, A., 1981: II, 87). Tudo características de um paradigma lexicográfico diferente do representado pelo dicionário de Bento Pereira, paradigma que viria a consubstanciar-se na obra do P^o Pedro José da Fonseca, composta por determinação superior para substituir a extinta *Prosodia*, o *Parvum lexicon latinum lvsitana interpretatione adiecta ad vsvm lvsitanorum adolescentium, in lvcem editvm ivssv Josephi I Regis Fidelissimi* (Lisboa, 1762), de facto um pequeno dicionário orientado para o público estudantil, conforme ao prescrito no § XII das *Instrucçoens* (cf. Almeida, 1969: 198-210). A inclusão de barbarismos, imputada à *Prosodia*, foi um eco de críticas anteriores que, entre outras acusações, condenaram o registo de palavras não pertencentes ao período áureo da língua latina. Luís António Verney foi o primeiro a assacar-lhe responsabilidade por 'não distinguir as idades dos vocábulos e desterrar da latinidade muitos nomes latinos, enquanto incluía outros bárbaros' (1746: 186), mas é no *Apparato critico para a correccão do Diccionario intitulado Prosodia in vocabularium bilingue digesta* (Lisboa, 1755), de André Lúcio de Resende (pseudónimo de António Pereira de Figueiredo), onde se podem encontrar averbadas muitas das infiltrações estrangeiras que maculavam o *corpus* latino da *Prosodia*, e observações sobre o uso incoerente do asterisco em vocábulos reputados por seguros, latinos e frequentes nos autores clássicos (sobre o *Apparato critico*, vd. Almeida, 1969: 27-36). Excesso de vozes bárbaras e défice de vernaculidade contrapuseram-se nas censuras dirigidas à obra durante a fase governativa do Marquês de Pombal (1750-1777).

Um dos aspectos da organização da *Prosodia* particularmente envolvido no emprego de barbarismos é a insistente formação de séries lexicais construídas com base nos modelos de derivação. As possibilidades excessivas da derivação mobilizam a capacidade do Autor em matéria de neologia, pela concorrência de sufixos não especializados semanticamente. De "orbis, is", "peto, is, iui, itum" e "tolero, as", por exemplo, cria os seguintes paradigmas de entradas (destacados em itálico), formados por alguns lexemas fora do uso da época:

Orbicularis, orbicutatus, orbicularitas, orbiculatim, orbile, orbitus, orbicus, orbita, orbitosus; petax, petitio, petacitas, petitor, petitus, petitorius, petitorium, petitrix, petisco, petesso; toleranter, tolerantia, toleratio, tolerabilis, tolerabiliter.

Objecções havia também à estrutura dos artigos, nomeadamente quanto ao uso indiscriminado de sinónimos: "nem mostra com exemplos os significados próprios e figurados de cada palavra" é opinião de Verney (1746: 186). No seu conjunto, os artigos apresentam, além das respectivas traduções portuguesa e castelhana, os seguintes

elementos informativos: distribuição da quantidade prosódica; etimologia no que concerne à origem grega dos lemas, e a formas compostas e derivadas; por último, já se viu atrás que os artigos trazem constantemente abonações de autoridades em autores latinos com citação dos textos. Sobre a informação relativa à quantidade das sílabas, que deu o nome ao título do dicionário, sendo prática de que se colhem exemplos na tradição lexicográfica pré-calepina, deve assinalar-se a forma original e o modo sistemático como vem apresentada na quase totalidade das entradas. As indicações prosódicas são anotadas por meio de abreviaturas, que o Autor desenvolveu numa pequena “Declaração pera melhor se conhecer o qve ordinariamente vai escrito por breue”: assim, *I.*, *2.*, *3.* e *pen.* designam respectivamente a 1ª, 2ª, 3ª e penúltima sílabas; *bre.* (ou *br.* e *b.*), *lon.*, e *com.* as quantidades breve, longa e comum (ancípite). O conhecimento da quantidade vocálica seria certamente indispensável num período de tão grande exercitação versificatória como foi o século XVII, onde o domínio da métrica latina era propedêutico para a boa estruturação rítmica dos versos modernos. Menos importantes, do ponto de vista de um tradutor, são as informações etimológicas fornecidas para os lexemas de entrada cuja origem é grega e para os que pertencem a determinado paradigma de derivação ou de composição, considerado neste o mecanismo da prefixação, amplamente desenvolvido no latim. Em cada um dos artigos são assinalados, como processos de formação lexical, a sufixação, classificada no âmbito da derivação, enquanto os fenómenos de prefixação e aglutinação são abrangidos pela composição. Em síntese:

- “ex deriu.” (“ex der.” ou “ex deriuat.”) indica a derivação latina nas entradas “Abbatissa, ae” (de *abbatia*), “Accuraté” (forma adverbial derivada do adjectivo), “alluio, onis” (do verbo *alluo*), “honestum, i” (de *honor*), “nepotor, aris” (de *nepos*);
- “ex comp.” (ou “ex composit.”) indica as formas aglutinadas das entradas “horripilo, as” (*horreo* + *pilus*), “nihilipendo, is” (*nihil* + *pendo*), “paruifacio, is” (*parvus* + *facio*); a mesma informação para os compostos formados por prefixos, como “Abrenuncio, as” (*ab* + *re* + *nuntio*), “aduno, as” (*ad* + *uno*), “antefero, ers” (*ante* + *fero*), “perutilis, le” (*per* + *utilis*);
- no caso dos prefixos anteriores e de outros, o processo de formação vem também indicado por meio do radical, de que são exemplos “ex ambulo” para a entrada verbal “Abambulo, as”, “ex breuis” para a entrada “Abbreuio, as”, “ex habeo” para a entrada “antehabeo, es”.

Evidentemente que a grande produtividade de cada um destes prefixos para o enriquecimento lexical é explorada pelo lexicógrafo na elaboração dicionarística. O artigo “ante, *Antes, ou diante*. Ante, delante. ...” dá entrada a uma trintena de novos lemas, formando estes um paradigma derivacional do advérbio ou preposição *ante*:

anteactus, anteambulo, antepio, antecedo, antecessor, antecessorius, antecello, antecursor, antedico, anteexpectatùm, antefactum, antefero, antefixa, antegenitalis, antegredior, antehac, anteloquium, antelucanus, antelucor, ...

Destaque-se no processo de composição lexical o papel dos radicais e prefixos de origem grega para a formação de uma nomenclatura latinizada, que Bento Pereira explorou na sua *Prosodia*, outra vez em parceria com os dicionários de Ambrósio Calepino. São muitas e longas as séries de entradas construídas com base em elementos de origem grega, que as encabeçam em artigos individualizados. Assim, dão origem a compostos prefixos gregos como “hypo, *Praep. Grae. Sub, subter*” e “para, *Praep. Grae. Pera com, ou Alem. I.2.bre. ex Reg.50*” ou radicais tais:

Amphi, *praep. Graeca. Quod circiter.*

hieros, a, um, *Quod sacer, a, um.*

Hippos, *O cavalo.*

Homo, inis, *O homem, ou mulher. I.bre. Increm.br. Virg. I. Aeneid.*

Orthos, *Quod rectus, a, um.*

philos, *O amigo. I.br. Mart. 2.43.*

phone, *Quod vox, vocis.*

physis, *A natureza. Naturaleza. I.br. Alexan. Nequam.*

Note-se que estes elementos servem a ampliação de uma nomenclatura essencialmente científica, e toda a terminologia filosófica e literária grega detectada na *Prosodia* revela um pouco do cabedal de helenismos eruditos incluídos na obra. Deixando de lado os mais comuns como *analogia, hypothesis, philosophia, topos*, aduziremos uma amostra do vocabulário filosófico erudito cuja origem “ex Grae.” (ou “ex Gr.”) vem expressamente referida: *adiaphoria* (< gr. *adiáphoron* “indiferença moral”), *anamnesis* (< gr. *anámnēsis* “memória, recordação”), *homoeosis* (< gr. *homoiōsis* “assimilação”), *horos* (< gr. *hóros* “limite, definição”), *noema* (< gr. *nóema* “pensamento”), *nomos* (donde *nomophylax* e *nomotheta*, do gr. *nómos* “costume, convenção, lei”), *phronesis* (< gr. *phrónesis* “sabedoria, prudência”). No domínio da poética, muitos termos literários (alguns oriundos do campo filosófico grego) apresentam definições consagradas nos tratados de retórica:

Allegoria, ae, *Figura de Rhetorica, pella qual damos a entender outra cousa contraria do que as palauras significão. 2.lon. 3.br. ex Gr. pen.lon. ex Calep.*

Anaphora, seu Epanaphora, *A figura que chamão repetição. I.2.bre. ex Desp. pen.br. ex Gr.*

Anastrofe, *Figura, idest, inuersio verborum, quando as palauras se poem fóra de seu lugar ordinario. I.br. ex Desp. pen.br. ex Gr.*

Acresce que a lista do vocabulário grecizante deverá estender-se a um grande número de termos em relação aos quais o Autor não menciona tal origem, como se verificou nas entradas *anaplerotica* (< gr. *anaplérosis* “enchimento”), *orexis* (< gr. *órexis* “apetite”), *organum* (< gr. *órganon* “instrumento, órgão”), *pistis* (< gr. *pístis* “fé, crença”).

Merece ainda nota um último aspecto deste dicionário, sensível nos exemplos de artigos que se têm vindo a citar, relativo à dicionarização de nomes próprios, prática que durante o século XVII teve curso em dicionários bilingues, os únicos onde a inserção de nomes próprios é usual, ao mesmo tempo que era retomada em vocabulários onomásticos. Assim se apresentava também a tradição. A indexação do vocabulário histórico, geográfico e mitológico feita pelos lexicógrafos seiscentistas, vem integrar-se na numerosa família dos ‘dicionários de nomes próprios’ que a erudição humanística fez surgir. Pelo seu cabedal de informações são de facto obras eruditas que, ultrapassando a simples explicação de nomes próprios, rastreiam muitos dados da cultura clássica e muitas novidades históricas e geográficas dimanadas dos descobrimentos marítimos. Também na onomástica sobressaem os nomes dos precursores Nebrija, Calepino e Robert Estienne, com as mesmas obras que influenciaram a lexicografia em geral, ou, no caso de Nebrija e R. Estienne, com específicos vocabulários de nomes próprios, integrados num quadro bibliográfico mais amplo (Vd. Verdelho, 1995: 279 e ss.). Enquanto Bento Pereira seguiu a formulação dos dicionários de Calepino, enxertando na *Prosodia* vocabulário onomástico, outros lexicógrafos do tempo patenteiam estratégias hauridas em fontes diferentes. No seu dicionário lusitânico-latino, Agostinho Barbosa optou por compilar em separado quinze páginas de nomes geográficos, de regiões, cidades, vilas, rios e outros lugares, num apêndice intitulado, à maneira enumerativa deste género lexicográfico, *Dictionarivm aliqvarum regionvm, civitatvm, & oppidorum, fluuiorum, montium, & locorum, quibus antiqua tempora vti solebant, ex probatis Auctoribus collectum* (1611: 1-15), que, sem dúvida, tem a sua matriz no dicionário de nomes próprios anexado pelo editor Sebastião Stockammer ao léxico de Jerónimo Cardoso⁴⁴, embora dele se distinga pela orientação bilingue:

Andaluzia, Prouincia de Hespanha. Baetica, vel Turdetania.
Constantinopla, cid. De Thracia, ou Turquia. Byzantium, vel Constantinopolis.

⁴⁴ Trata-se do “*Dictionarivm aliqd de propriis nominibus celebriorum virorum, populorum, regionum, locorum, insularum, urbium, oppidorum, montium, fluuiorum, & fontium; nec non aliorum complurium scitu dignorum nominum, ac rerum*”, *collegit, e adjecit in studiosae juventutis commodū Sebastianus Stochamervs Germanus* (Cardoso, J., 1570: 142 e ss.). É um dicionário de significação, já que as glosas explicativas vêm igualmente em latim.

Fluuião, Rio de Aragão. Clodianus.
Serra de Estrela em Portugal. Tapiaeus mons.

Nem em número de entradas, nem em variedade onomástica, quase restrita à geografia, nem mesmo noutras informações que não sejam uma breve explicação, seguida da tradução latina, tem este dicionário português-latim de Agostinho Barbosa grande fôlego, limitado pelo seu estatuto de suplemento, o mesmo que possuíam os dicionários de nomes próprios publicados em anexo aos textos lexicográficos de Nebrija e ao de Jerónimo Cardoso (cf. Verdelho, T., 1995: 282). É deste carácter sintético que fará memória Fr. Pedro de Poiares já na segunda metade do século, para justificar a sua própria obra de topónimos: “Bom he o Vocabulario do Doutor Augostinho Barbosa, que fez de nomes proprios, mas he muito deminuto, porque sômente tem nouecentos & cincoenta nomes, pouco mais, ou menos. Bom Cardoso, mas deminuto; bom Nebrissa, mas deminuto”. A nova compilação que anuncia é o *Diccionario lvsitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias; cidades; villas; castellos; lugares; rios; mares; montes; fontes; ilhas; peninsulas; isthmos; &c.* (Lisboa, 1667), onde rastreia, ao lado, daqueles modelos, vasto elenco de fontes de referência, quer lexicográficas - Calepino, R. Estienne, P^o Manuel Álvares, Bento Pereira -, quer literárias - entre os latinos, Virgílio, Horácio, Ovídio e Cícero; os poetas italianos Petrarca e Sannazzaro; o nosso Luís de Camões -, contando com hagiografias, obras de história sagrada, e alguns dos mais modernos e conhecidos estudos de geografia, como eram o do humanista Rafael Volaterrano ou o *Theatrum orbis terrarum*, de Abraão Ortelius (cf. *Liuros, que li pera fazer este vocabulario*).

A obra é dimensionada numa perspectiva de acesso aos textos sagrados. Todo o prólogo “Ao leitor” serve a Fr. Pedro de Poiares, padre seráfico da Província da Piedade, tido por douto na geografia e história, sacra e profana, para justificar a necessidade de explicar lugares obscuros da Sagrada Escritura, descrever “lugares da Terra sancta, de que no Texto Euangelico se faz mençam”, noticiar concílios e nomes das Histórias Eclesiásticas, tendo em vista o bom ofício do pregador. Pela citação de alguns autores religiosos de histórias eclesiásticas e de obras lexicográficas de âmbito religioso, como Francisco Jimenez de Cisneros, São Jerónimo, o “Venerauel” Beda, ou o “Doutor Seraphico” São Boaventura, percebe-se a sequência de continuidade entre este e uma já longa tradição de dicionários ou vocabulários de exegese bíblica (cf. Verdelho, T., 1995: 266-268). Muito embora o escopo religioso, o dicionário de Fr. Pedro de Poiares não é de tipo eclesiástico. Tirante certas matérias do género da

desenvolvida no §. XVII sobre as dioceses hispânicas - “Nome dos bispados de Espanha” -, a elaboração lexicográfica não se orienta aqui em direcções diferentes das seguidas noutras obras onomásticas, por autores que fazem render a sua erudição ou bagagem humanística, não tanto em demonstrações de originalidade, mas em notícias de tipo enciclopédico acerca de nomes próprios, veiculados por historiadores, filósofos, geógrafos, oradores, mitógrafos e mesmo teólogos. No século XVII, quem melhor deu acolhimento a este caudal de notícias acumuladas em numerosas fontes, foi João Franco Barreto na obra, que segue a estrutura dos vocabulários de nomes próprios, *Micrologia em a qual se explicam todos os nomes proprios, istorias, fabulas, nomes peregrinos, e lugares escuros, conteudos em os Lusíadas de Luis de Camões, e em suas rimas primeira, segunda e terceira parte* (Lisboa, 1982), só recentemente publicada, mas com licenças de impressão datadas de 1672. Se o *corpus* camoniano, também compulsado por Pedro de Poiares, era rico e sugestivo em termos onomásticos, o saber do seu comentarista não lhe ficava atrás. Comparado com este trabalho lexicográfico, o *Diccionario* de Pedro de Poiares é de bem menor vulto, porque se fica por topónimos, sobre os quais, porém, mais alguma matéria é fornecida, além da sua tradução latina e explicação histórico-geográfica. É que antes deste “Diccionario, ou vocabulário dos nomes proprios de terras”, com paginação diferente, o Autor preenche cerca de uma centena de laudas, organizadas por parágrafos temáticos em número de 40 (ou 43, consoante os exemplares), sobre variados assuntos, onde prevalece o fundo da cultura greco-latina: sobre os “Nomes de cidades que acabam em polis”, por exemplo, esclarece que

“Os Chronistas, que escreuem vulgarmente em sua lingua, nam escreuendo em Grego, ou Latim, fallando nestas Cidades, sô dizem: Em Andrinopoli, em Christopoli, em Sebastopoli, ou cousa semelhante. Mas nam he bastante declaraçam destes nomes de Cidades, hase de dizer o nome vulgar, porque estes nomes Gregos, mais sam sobrenomes, que declaram o fundador da Cidade, ou sua bondade, do que nomes da Cidade, v. g. Grationopolis quer dizer Cidade de Gratiano, & vulgarmente chamase Grenoble. Argyropolis Cidade da Prata, pella bondade, & riquezas que nella ha” (1667: 13-14).

Uma curta amostragem de alguns dos temas tratados dá uma ideia da heterogeneidade de assuntos que são suscitados, mais ou menos directamente, pelo estudo da toponímia:

§. II. Quaes sam as maiores cidades, e melhores do mundo?

§. V. De que terra foram os sete Sabios de Grecia?

§. VI. Terras que tem ventos proprios.

§. XV. Nomes latinos, que se dam à terra.

§. XX Repartiçam dos Bispados de Espanha, conforme Raphael Volaterrano liuro 2. de sua Geographia, fol. 2.

§. XXI. Regioens, e cidades do Nouo mundo com seus nomes latinos, assi como as poem Leuino Apollonio Gandobrugano do Delphinado de França, na Chorographia do nouo mundo, e Perù. fol. 7. e inde.

Se em certos parágrafos as informações são meramente descritivas, com listagens de nomes e citação das respectivas fontes, noutros é à etimologia que o Autor vai buscar o maior número de dados para explicar formas toponímicas modernas do português e de outras línguas, e o sentido que acabaram por tomar. Explora sobretudo as evoluções de sentido, remontando à forma latina, grega ou árabe de onde derivou o topónimo moderno. Poucas vezes se apoia na fonética histórica: excepcionalmente aludiu à sonorização da velar surda intervocálica quando, a propósito de “Abobriga, Arabriga, Arcobriga, ...”, adverte “que muitas vezes o G. se muda em C. & dizemos, Abrobrica, Arabrica, &c.” (1667: 29); poucas vezes também se detém em matéria de morfologia: já de saída, nos três penúltimos parágrafos (XXXX a XXXXII), apresenta breves definições semânticas do nome adjectivo, tendo em vista os chamados adjectivos pátrios e gentílicos, bem como do nome substantivo próprio, associando-lhe os conceitos de “prenome” e cognome, e faz uma rápida incursão no domínio da prosódia, com o estudo da quantidade silábica de *Celtiber*, *Cecrops* e *Cyclops* (cf. 1667: 102-103). A segunda parte desta obra é, como já se disse, formada por um dicionário português-latino, cujos artigos, no seu conjunto, apresentam a seguinte estrutura: entrada, descrição geográfica do topónimo e tradução latina. Assim:

Almourol, Castello de Portugal: *Morus-j; Morum-j; Moro-onis*.

Bedoe, rio de Africa: *Tamuada-ae*.

Beneunte, lugar de Portugal: *Aritium Promontorium; Aritium Praetorium*.

Bengala, Reino da India: *Gangaridum Regio*.

Valença do Minho, villa de Portugal, Entre Douro & Minho: *Valentia-ae*.

Velona, Cidade de Grecia; alguns escreuem Vallona: *Apollonia-ae; Audon-nis*.

Mas o que mais sobressai no conjunto dos artigos do dicionário é todo o manancial de informações que o Autor adianta àquelas, quando a importância do topónimo assim o justifica. “Babylonia”, “Barcellos”, “Eluas”, “Espanha”, “Lusitania”, “Portugal” são alguns dos que suscitam ao Autor pequenas dissertações geográficas, históricas e mesmo culturais, a ponto de, como acontece em relação ao topónimo “Espanha”, os assuntos virem distribuídos por parágrafos. O quadro das matérias é de teor enciclopédico. Juntamente com os topónimos e a sua origem etimológica, a obra veicula, a seu respeito, uma amplíssima informação que serve de fundo comum a qualquer dicionário enciclopédico, como são as matérias concernentes a aspectos da fundação de cidades, acidentes geográficos, personalidades e factos históricos,

manifestações das ciências e artes, tudo documentado na autoridade dos autores antigos, mas revelador também da leitura dos modernos. A elaboração lexicográfica afasta-se, por conseguinte, de um dicionário de língua, no sentido em que está mais orientada para o conhecimento humano, em geral, do que para o estudo do léxico. Não é substancialmente diferente, neste âmbito, a obra de João Franco Barreto, *Micrologia de Camões*, a não ser pelo fundo literário e poético que a presença de Camões não podia deixar de lhe conferir. Integrada no movimento da crítica camoniana que acompanhou a nossa literatura seiscentista, a obra visa o enquadramento cultural da épica e lírica do poeta, por via da exploração das suas referências históricas, geográficas e mitológicas, com um desenvolvimento não comparável ao trabalho de Pedro de Poiares, que, aliás, João Franco Barreto conheceu e citou, mas similar do ponto de vista da estruturação do mundo do conhecimento. Aproxima-as aquilo que as distingue do dicionário de nomes próprios de Agostinho Barbosa, ou da alfabetação da mesma matéria feita por Bento Pereira na *Prosodia* e que, ao mesmo tempo, as caracteriza como obras lexicográficas mais comprometidas com a cultura da época.

Da mesma maneira, os dicionários de frases e sentenças que correram neste período, correspondem às solicitações do discurso barroco e, em certa medida, configuram a formação escolar do momento. No campo da retórica barroca, o terreno onde germinou a prática oratória foi alimentado por uma abundante colecção de obras que seriavam passos tirados dos textos sagrados e de autores profanos para servir às finalidades específicas da actividade parenética, que exigia aos seus ministros a técnica e a habilidade de persuadir por meio de razões bem concertadas e engenhosos argumentos. Chamaram-se a estes argumentos ‘conceitos predicáveis’, ou sentenças colhidas da Sagrada Escritura e de textos da patrística, pelos quais o pregador demonstrava as verdades da matéria escolhida e, consoante a sua arte, convencia os ouvintes. Com os conceitos predicáveis pautando a construção do sermão barroco e o método português de pregar, processo de trabalho que detectou Aníbal Pinto de Castro ao estudar a sua origem e difusão (1973: 66-141), não admira terem deles saído numerosas colecções que, funcionando como compêndios de retórica ou de poética, constituíam instrumentos de trabalho para o exercício do púlpito. Deve-se também ao mesmo Professor o mais exaustivo recenseamento destas colectâneas⁴⁵, cuja motivação

⁴⁵ Para se avaliar da popularidade das colecções de conceitos predicáveis durante o século XVII, fez-se o levantamento das organizadas por autores seiscentistas, recorrendo às notícias biobibliográficas de Barbosa Machado, que se guardam, quase todas manuscritas, em livrarias conventuais (cf. Castro, A.,

literária lhes confere objectivos mais específicos do que os visados pelos dicionários bilingues de frases.

Vem a propósito dos títulos em metáforas florais (vd. da nota 45, *Açafate de flores de conceitos ...*, *Sylva conceptuum ...*, *O jardim da Sagrada Escripura ...*) e da organização das matérias por “florilegia” e “areolae”, procedimentos bem sintomáticos da estética barroca, referir o dicionário português-latim do último quartel do século XVII, *Amalthea sive hortvs onomasticvs* (Lisboa, 1673), de Fr. Tomás da Luz, professo da Ordem Militar de Cristo, no Convento de Tomar. O conteúdo e a estrutura formal da obra confirmam o comprometimento literário que o título, com a referência ao mitónimo clássico *amaltheia* e aos cultismos *ortus*, *florilegia* e *areolae* deixa adivinhar, uma vez que a inventariação das entradas por temas supõe levantamentos exaustivos e permite explorar as redes de relações das unidades. O dicionário consta de dois florilégios (com diferentes paginações), divididos em 27 e 41 aréolas, respectivamente, constituindo cada uma um campo lexical que se subordina a experiências diversas: os reinos animal (quadrúpedes, vermes, peixes, aves), vegetal (árvores e frutos, plantas e flores) e mineral, as designações de artefactos humanos (armas, trajes sacros e profanos, calçado, instrumentos musicais, moedas) ou actividades do mundo social (festividades, jogos, tipos de discurso, géneros poéticos), tudo domínios que se apresentam relativamente estruturados e sobre alguns dos quais semanticistas contemporâneos abrem debates. Note-se que a estratégia de seriar o vocabulário de acordo com conteúdos arquilexemáticos está também marcada pela escolha de uma categoria

1973: 134-138): Fr. Filipe Moreira (1606-1645), *Conceitos predicaveis* (4 tomos manus. da livraria do Convento da Graça de Lisboa); Fr. João de Sahagum (†1682), *Conceitos escriturarios* (3 tomos manus. da livraria do Convento da Graça de Lisboa); Fr. Antonio de Almada (†1715), *Alfabetos de conceitos predicaveis* (manus. da livraria do Convento da Graça de Lisboa); P^c Bento Pereira (1605-1681), *Concionabilia* (manus. sobre “materias predicaveis” do Colégio dos Jesuítas de Beja); Fr. Amaro dos Anjos (†1729), *Suor alheo destillado pelo lambique da paciencia e Açafate de flores de conceitos, e provas predicaveis por ordem alfabetica* (ambos manus. da livraria do Convento de S. Bento de Enxobregas); Fr. Francisco de S. Tomás (1661-1726), *Extracto de lugares, e conceitos dispostos pela ordem do abecedário para melhor, e mais facil uso, e intelligencia* (manus. da livraria do Convento de S. Bento de Enxobregas); Fr. Francisco de Santa Maria (1653-1713), *Conceitos, provas, autoridades, sentenças, e erudições sagradas, e predicaveis* (2 tomos manus. da livraria do Convento de S. João de Enxobregas); Fr. Carlos de S. Boaventura (1633-1707), *Discursos predicaveis aprovados com a Sagrada Escripura, e autoridade dos Santos Padres* (2 tomos manus. do Convento da Serra de Ossa); Fr. Tomás Teixeira (1648-1720), *Conceitos predicaveis* (manus. da biblioteca do Convento da Santíssima Trindade de Lisboa); Fr. Fernando de Santo António (1613-1690), *Sylva conceptuum sacrae scripturae, et aliquidum SS. PP. ad usum proprium* (manus.); Bartolomeu Lobo de Moura (1638-1719), *Epitome predicativo, em que está recopilada grande copia de conceitos concionatorios* (manus.); Fr. Cristovão de Lisboa (†1652), *O jardim da Sagrada Escripura disposto de modo alfabetico* (Lisboa, 1653); Anónimo, *Conceitos de Fr. Antonio das Chagas* (o manus., da Biblioteca Pública de Évora, é provavelmente dos princípios do século XVIII, uma vez que traslada frases da obra de Fr. António das Chagas, *Sermões genuínos e práticas espirituais*, publicada em 1690 [cf. Pontes, 1953: 283]).

gramatical, o substantivo, sendo a dicionarização de adjectivos e de formas verbais sempre sujeita a fenómenos de hipóstase análogos aos registados em “*Escrito, ou bilhete. Epistolium*”, “*Seguro. Charta securitatis*”, “*Comer. Comestio*” (Poiares, 1673: II Florilégio, 22, 26, 28). Já a função determinante do adjectivo tem um papel muito activo no estabelecimento das oposições entre as unidades, permitindo distinguir *Beldroega / Beldroega braua, Cardo / Cardo syluestre / Cardo morto / Cardo penteador / Cardo sancto / Cardo corredor / Cardo alcouceiro, Canela / Canela grossa / Canela falsa* (*Id., ib.:* I Florilégio, 23-25). Quando não é adjectivo, cabe à determinação pelo substantivo e pela expansão relativa esse papel de indicar relações opositivas: *Livro / Livro de contas / Livro de doutrina / Livros, que tratam da Republica* (*Id., ib.:* II Florilégio, 23). Em qualquer caso, a motivação das diferentes estruturas do processo *determinatum - determinans* é de ordem semântica. Não se vê a dicionarização de frases configurada nos moldes da análise sintáctica que outras obras lexicográficas e toda a formação escolar, como atrás se mencionou, reproduziam.

Saliente-se que o *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), de Amaro de Roboredo, concede um amplo espaço à “copia de palavras” e à “frase”, que, segundo o Autor, devem usar-se na exercitação gramatical: “Experimentei, que o discipulo, que souber estas sentenças com destreza, entenderá qualquer livro Latino de conceito claro, e muito melhor sabendo derivar, e compor. Muitas palavras sabe per este excellente artificio em poucos meses, que em muitos annos as não encontraria” (1619: 79). A segunda das três partes de que consta o *Methodo grammatical* é formada por 1.200 sentenças, colhidas, di-lo o próprio Autor, da obra do irlandês William Bathe, *Ianua linguarum* (Salamanca, 1611) e que, quatro anos depois, constituiriam o *corpus* do vocabulário *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623), de que Amaro de Roboredo tem por atributo de autoria a simples tradução para português. A inclusão de tais frases num manual de gramática é prova da sua importância para o estudo da língua e notar-se-á, além disso, que a sua publicação posterior em obra independente, acompanhada de um pequeno tratado de teor filológico, estaria também orientada para a exercitação literária. Dos objectivos e características formais desta obra fala o Autor nos três textos preambulares - “Ao iviz deste artificio”, “Prologo, e capitvlos qve abrem porta para todas as linguas ordenadas pelo inventor” e “Introduçam para as sentenças” -, retiradas algumas ideias do prefácio de *Ianua linguarum*:

- a obra é formada pelas 1.200 sentenças, organizadas, não alfabética, mas tematicamente nas doze centúrias que constituíam a obra de William Bathe,

subordinadas a assuntos como “Da virtude, e do vicio em commum”, “Da prudencia, e imprudencia”, “Da temperança, e destemperança”; além de incutir normas de conduta moral, visava-se a prática literária e retórica, estando-lhe subjacente, quer a exercitação sintáctica, já que tais frases apresentavam-se como modelos de vernaculidade gramatical, quer a exercitação lexical, uma vez que “muito mais facilmente se aprenderão os vocabulos com o uso destas sentenças, nas quaes se conteem os fundamentos de todos” (Roboredo, 1623: 5);

- as traduções portuguesa e castelhana, justifica-as Amaro de Roboredo em função da aprendizagem do latim e das duas línguas vulgares - “para que o que ja sabe a vulgar, entenda assi as sentenças latinas (...), para que o que ja he douto, e destro na lingua latina o seja tambem na vulgar” (*Id., ib.:* 17)⁴⁶ -, no contexto da defesa sistemática de uma gramática comparada para o ensino do português;

- na apresentação das sentenças, a ordem das unidades é indicada por meio de algarismos a elas sobrescritos, “os quaes como de voz viva, todas as vezes que os vires, te ensinarão assi a derecha explicação da composição” (*Id., ib.:* 22), ou seja, o modelo da *ordem natural* do enunciado (que caberá aos gramáticos filosóficos do século XVIII dilucidar) e, indirectamente, regras de compatibilidades sintácticas, segundo o esquema (*Id., ib.:* 36-37):

4	6	5	3	2	4	6 us.	5 is, is.f.	2	1 a, ae.f.
<i>Debaxo de hum vil vestido está muitas vezes</i>					<i>Sub sórdida veste saepe sciëntia.</i>				
1									
<i>sciência.</i>									
<i>Debaxo de vil vestido muchas vezes ai sciência.</i>									

1	2	3	1 as, atis.f.	2 ro, ris.ac.	3 a, ae.f.
<i>A novidade acquêre graça, ou favór.</i>			<i>Nóvitas acquirit grátiam.</i>		
<i>La novedád adquiêre agrado.</i>					

1	2	3	5	4	1 iscor, eris.	2	5	4 vis, eris, m.f.	3
<i>Lémbtrate que es totálmente pô.</i>					<i>Reminiscere te omnino púlverem esse.</i>				
<i>Acuérdate que eres totálmente polvo.</i>									

Acresce ainda uma pequena coluna à direita com o perfeito e o supino dos verbos latinos usados. O quadro é muito sugestivo da preocupação pela componente gramatical, originalidade relativamente à *Ianua linguarum* salmantina que não passou

⁴⁶ A mesma ideia em William Bathe: “This method will supply students of grammar and rhetoric with a more copious store of vocabulary within three months than any other would yield in three whole years: this is especially true of the classical languages, namely Hebrew, Greek and Latin. (...) Likewise it will facilitate those who either through necessity, or with a view to praiseworthy relaxation, desire to learn one of the more useful and reputable modern language, for example Spanish, German or French, since the meaning of all words is provided in sentences” (Ó Mathúna, 1986: 111-112).

despercebida a Seán P. Ó Mathúna: “Without any doubt de Roboredo’s edition was a far superior classroom textbook to that first published in Salamanca” (1986: 86), isto é, a publicação de William Bathe que, segundo o mesmo estudioso, “did not set down specific teaching strategies nor did he offer the same scientific data in support of his views” (*Id., ib.:* 85). Do lado da versão latina, a morfologia é tratada em sincretismo com a sintaxe. As declinações casuais e em simultâneo a declinação de género dos nomes (substantivos e adjectivos), por um lado, as conjugações e regências verbais, por outro, constituem, sendo o nome e o verbo os fundamentos de todo o discurso, uma parte fundamental do sistema gramatical, cuja aprendizagem repercute-se na manipulação do vocabulário, mas é sobretudo garante da estruturação sintáctica. A indicação de que o caso identifica a função sintáctica é feita pelos algarismos, cuja sucessão, muitas vezes interrompida pela omissão da cópula (veja-se o exemplo da 1ª frase), marca a ordem das palavras e portanto o seu valor sintáctico. Pouco se detiveram os nossos gramáticos seiscentistas na discussão sobre a ordem *directa* ou *invertida* do enunciado, porque este era moldado pela sintaxe da língua-mãe e por uma forte componente retórica que os fazia sobrevalorizar uma “sintaxe figurada”: “As palavras da Oração do Grammatico põi o Rhetorico em sitio quasi opposto”, afirma Amaro de Roboredo ao fornecer algumas “regras da collocação rhetorica” (1619: 203). Ao contrário, os gramáticos franceses desde cedo reivindicaram para a sua língua, contra as transposições do latim, a ordem *nominativo-verbo-acusativo-dativo*, em conformidade com a razão e a ordem do pensamento. A obra *Le tretté de la grammère françoèze* (Paris, 1550), de Louis Meigret, é uma das primeiras manifestações linguísticas desta consciência nacional - “si nou’ considerons bien l’ordre de nature, nou’ trouuerõs qe le stile Françoës s’y ranje beacoup mieus qe le Latin” (Meigret, 1542-1551: 143v) - que os autores seguintes alimentarão com descrições gramaticais particulares, profundas e sistematizadas. Logo a abrir o novo século, o magistério de Charles Maupas em *Grammaire et syntaxe françoise* (Orléans, 1607), dirigida a falantes estrangeiros, não prescindiu de um rigor e aprofundamento sintácticos⁴⁷, até então não conseguidos, nem promovidos entre os gramáticos portugueses.

⁴⁷ A análise de Charles Maupas nesta gramática atinge as restrições à *ordem natural* das unidades no enunciado. Descreve a estrutura sintáctica dos constituintes da frase: “Nostre langue aime à suivre, en l’arrangement de nos mots, l’ordre naturel de l’entendement, qui est que la diction regissant soit devant la regie (...). Qui est cause qu’elle ne permet un tel meslange & entrelacement de paroles comme la latine & quelques autres. Partant, nous commençons ordinairement par le nominatif qui precede son verbe, vient l’accus. ou le dat. ou tous deux si le propos le requiert, puis l’adverbe; ou bien l’adverbe soudain apres le verbe, puis les cas accus. dat.” (1607: 126r-126v); especifica a posição do sujeito relativamente ao verbo:

A formalização sintáctica de Amaro de Roboredo estende-se às regências verbais, assinalados os complementos por “ac.” (acusativo) e “d.” (dativo), de acordo com a explicação dada no prólogo: “Se o verbo na tua materna te suspender a orelha com sua significação, como oração imperfeita, a tee lhe ajuntares seu caso, esse verbo rege accusativo (...). Se não te suspender a orelha; não quer accusativo” (*Id. ib.*: 33). Do lado da tradução portuguesa estão os equivalentes numéricos dos constituintes da frase. Ao nível lexical, tal estratégia permite uma análise comparativa do vocabulário, lexema a lexema, da mesma forma que qualquer dicionário de língua apresentaria *debaixo:sub; vil:sordidus, a, um; vestido:vestis, is; muitas vezes:saepe; ciência:scientia, ae*. Quer isto dizer que, enquanto texto bilingue, ou trilingue se se considerar a versão castelhana, a obra responde positivamente ao confronto interlingue de um dicionário de língua. Do ponto de vista sintagmático, os tópicos de análise possíveis são todos os ditados pela construção do discurso linearizado da maneira como surge no processo de comunicação. Alguns dos aspectos mais sugestivos da exemplificação atrás apresentada são:

- a não coincidência entre a numeração indicativa do lugar respectivo das unidades, segundo a chamada ordem directa, e a ordem por que efectivamente se sucedem as palavras em cada enunciado; vale dizer que, privilegiada a matéria no campo da sintaxe figurada, tributária da retórica enquanto se manteve a distinção *sintaxe natural/sintaxe figurada* (cf. Chevalier, 1968: 143 e ss.), a descrição deixava o campo aberto para uma ampla gama de construções, autorizadas por factores de ordem lógico-semântica (selecção de tópicos frásicos, por exemplo), ou mais valias estéticas, sendo secundário o processo sintáctico que era a posição dos elementos frásicos;
- o registo de que a coordenação de unidades do enunciado é da ordem da não progressão sintáctica (veja-se a numeração atribuída ao sintagma “graça, ou favor”);
- o confronto entre este e o fenómeno da subordinação, exemplificado na expansão substantiva da frase *Lémbrete que es totalmente pô*.

Se a literatura seiscentista é especialmente caracterizada pelo seu “discurso engenhoso”, na expressão de António José Saraiva (1980), quanto maior a mestria e destreza no

“Il nous advient bien quelquefois de postposer le nomin. à son verbe, ce qui n’est pas trait d’apprenti, mais de bien versé en la langue, de le faire avec grace” (*Id., ib.*: 127v); distingue a posposição obrigatória da facultativa do pronome sujeito: “les pronoms nominatifs vont apres le verbe immédiatement (...) és adversative elegamment exprimees par cette conjonction *Si* pour *Toutesfois*. *Vous me blasmez, si fay-je mon devoir, un tel ne sçait rien, si a-il esté long temps à l’ecole. Vous faites du Seigneur, si sçait-on bien qui vous estes (...)*” e “il est licite de changer, ou mettre indifferemment le pronom avant le verbe, ou apres bien qu’apres, le langage semble plus vigoureux & de meilleure grace. À sçavoir, Phrases en suite de quelques parties indeclinables, comme quelque adverbe, ou conjonction, telles que, *Lors, alors, àdonc, Tant, àtant, Si, Aussi, à ce, Partant, Bien, &c. (...)*” (*Id., ib.*: 61r-62r).

manejo das técnicas da arquitectura sintáctica, mais eficazes seriam os efeitos que se procuravam obter. Ora, nesta obra lexicográfica, como noutras, o vasto campo onde se podiam forragear ditos subtis e frases sentenciosas em tom de *magister dixit*, era também de molde a favorecer o conhecimento dos meios linguísticos que permitiam realizar tais agudezas nas formas de expressão, em relação aos quais entram em linha de conta tanto as possibilidades lexicais, como os modelos e estruturas sintácticas pertencentes ao sistema da língua.

Comparada com esta, a obra de Bento Pereira *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portuguesa* (Lisboa, 1655), sendo do mesmo género lexicográfico, é menos sugestiva do ponto de vista da análise sintáctica. Claro que o trânsito escolar de um dicionário fraseológico valia para o exercício de memorização e a concomitante interiorização da sintaxe das línguas. O próprio preceptorado do ensino dos jesuítas conferia à competência nas línguas clássicas e nas técnicas filológicas o carácter de requisitos de base do homem cultivado. O *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portuguesa*, constituído por duas partes, “Das frases portvgvesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas” e “Dos principaes adagios portvgveses, com seu latim proverbial correspondente”, seria uma obra de uso quotidiano no domínio da prática literária, em latim e na língua nacional, onde os alunos assimilavam, com as elegâncias da linguagem, a sensibilidade e o conteúdo moral que as frases inculcavam. Por isso é que, anexada à *Prosodia* (a partir da edição de 1661), com os títulos das duas partes que a compõem, a obra foi abrangida pelo expurgo bibliográfico da reforma pombalina.

Embora distintas as duas partes do *Florilegio*, organizadas cada uma de forma específica, subordinadas cada uma a orientações lexicográficas diferentes, apresentam muitos pontos de contacto no que respeita à ténue fronteira entre ‘adágios portugueses’ e ‘frases portuguesas’ que facilmente resvalam em ditos com forma proverbial de sentença. A primeira parte da obra é quase um dicionário português-latino de contextualização de lexemas, dispostos por ordem alfabética e apresentados como conceitos-chave de um grupo de frases a eles subordinado. Cada um dos lexemas vem inserido em diferentes contextos, de modo a esclarecer os conteúdos particulares que transporta. Sob o vocábulo “Desterro”, por exemplo, aparecem:

Andar no desterro. *In exilio vitam agere, degere, trahere. Exulare.*

Comprar o desterro, ou degredo. *Religionem, e exilium redimere.*

Chamar alguém do desterro. *Aliquem restituere. Aliquem ab exilio reuocare: in patriam deducere.*

Condenar alguém ao desterro. *Aliquem exilio afficere mulctare.*

O Prof. Telmo Verdelho já salientou que não foi gratuita a escolha dos cerca de 600 vocábulos, verbos e substantivos sobretudo, apresentados com o estatuto de entradas, a que se subordinam alguns milhares de frases, contabilizando uma média de sete contextos para cada um (Verdelho, T., 1982: 362-367). O exemplo apresentado de *desterro* não é senão um indício da permeabilidade dos conteúdos que atravessam verticalmente este texto lexicográfico, à conjuntura histórica do período da Restauração e às dominâncias de uma cultura literária enquadrada na actividade didáctica dos jesuítas. Esta tessitura histórica reflecte-se na própria contextualização, em frases sugestivas do universo escolar das ‘humanidades’, de contextos políticos, ou da acção de monarcas e de casas nobres. Vejam-se: “ElRey D. Manoel muito acrecentou. i. dilatou, augmentou, estendeo, & ampliou o Imperio Portuguez” (para o vocábulo “Acrecentar”); “Grauissimos danos padeceo Portugal com a morte de seu princepe Theodosio” (para “Dano”); “Ninguem mais que eu sentio a perda da patria” (para “Doerse”); “Homem douto em todo o genero de letras” (para “Douto”). Traduzidas, segundo o Autor, para ‘as mais puras e elegantes frases latinas, tiradas de Marco Túlio e de outros autores de primeira classe’, alguns desses lugares selectos aproximam-se dos ditos e sentenças coligidos na segunda parte do *Florilegio*, que apresenta uma configuração mais próxima de um manual especificamente lexicográfico. As frases, portuguesas e algumas castelhanas (“Dime con quien trata, dirtehe quien eres”; “En tu villa como en tu villa, y en Seuilla como en Seuilla”), também traduzidas para latim e alfabetadas pelo encabeçamento da letra inicial, são provérbios, sentenças morais ou simplesmente formas sintagmáticas cristalizadas pelo uso, do domínio da expressão paremiológica, cujo aproveitamento literário, no século XVII, foi proporcional ao interesse pela sua recolha em colectâneas. São talvez expoentes destas duas vertentes D. Francisco Manuel de Melo, que chegou a compor uma *Feira de anexins* (publicada postumamente em 1875), além de em todas as suas obras ser possível respigar exemplos do nosso rifoneiro, ou expressões a que deu jeito proverbial, e, no campo das colecções, o licenciado António Delicado, com a conhecida obra *Adagios portugueses* (Lisboa, 1651)⁴⁸, que não é estranho ter sido uma fonte consultada por Bento Pereira. Curioso no

⁴⁸ O título dado à estampa é *Adagios portuguezes reduzidos a lugares communs*, pello leccenciado Antonio Delicado, Prior da igreja de Nossa Senhora da Charidade, termo da cidade de Evora. Natural da Villa de Alvito, na Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1651. Os adágios são distribuídos, por ordem alfabética, em temas do género “Afeição”, “Amizade”, “Avareza e cobiça”, “Cavallo”, “Caça”.

seu “Dos principaes adagios portvgveses, com seu latim prouerbial correspondente” é a frequência dos comentários interpretativos do “latim prouerbial”, que, pela sua natureza de textos mínimos de forma fixa, nem sempre se tornavam de fácil inteligência para o leitor não munido da panóplia da erudição clássica, sobretudo quando envolviam assuntos da simbologia mitológica ou sectores da história antiga. Aduze-se três exemplos destes casos de glosas explicativas, os dois primeiros sobre o legendário pastor Endimião, condenado a perpétuo sono, e os martírios do herói Hércules; o último sobre a história da personagem Cresso (ou Cresos), vítima da sua própria acção:

Dorme como pedra em poço. *Endimionis sonū dormit*. Porque o pastor Endimião namorado da lua sêpre dormia.

Nacido em má hora. *Quarta lunanatus*, porque nesta dizem naceo Hercoles, o qual passou muitos trabalhos.

Quê bẽ tem, & mal escolhe, por mal que lhe venha nam se anoje. *Lydo non erat negotium*. Porq̃ Cresso Rey dos Lydos estando bem & pacifico, escolheo guerra co Cyro Rey dos Persas, do qual foi vécido.

O que muito favorece este texto são as traduções latinas, não a abundância de provérbios, que esses coligiam-se de várias colectâneas anteriores, e as explicações dos lugares difíceis dos Antigos, assim assegurando o contacto com o bom latim, acompanhado da respectiva doutrina e conteúdo moral.

CAPÍTULO II

OS ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS EXÓTICAS NO SÉCULO XVII

Enquanto a gramaticografia portuguesa se desenvolvia na sombra da latina, assiste-se, durante o nosso século XVII, ao concretizar do interesse e curiosidade que “l’aventure de la communication transbabélique” (Buescu, 1988: 276) havia despertado por línguas não só desconhecidas, como inteiramente estranhas ao modelo universal greco-latino e mesmo à família indo-europeia. Ensaíram os gramáticos portugueses renascentistas as primeiras abordagens de tipo lexicográfico das novas realidades linguísticas de reinos extra-europeus; simultaneamente ou em paralelo, esboçaram os pioneiros da missão as primeiras tentativas de descrição gramatical de línguas da Índia e, mais tarde, do Brasil; finalmente, consolidou-se, na centúria de Seiscentos, o momento decisivo da elaboração dos instrumentos pedagógicos destinados a fixar o uso das línguas de territórios do Oriente e do Ocidente, dispositivos de aprendizagem que foram as gramáticas e artes, os vocabulários e dicionários. Precedem-nos um primeiro momento editorial do género, por volta de meados do século XVI, a que pertencem os catecismos e cartinhas⁴⁹ que, escritos nos próprios idiomas locais utilizados na missão, permitiam pregar aos nativos na sua língua e, supletivamente, alfabetizá-los no português, como se verá em seu tempo. Impressas umas e deixadas outras manuscritas, estas obras, de que os missionários foram promotores, começam a surgir no momento em que a política de expansão e difusão da língua portuguesa se vê reforçada pela acção dos agentes de ensino ao fomentarem a aprendizagem de línguas orientais e ameríndias, como medida profiláctica e europeísta de instaurar a comunicação para depois melhor exercer o magistério. A “gramática da comunicação” seria propedêutica da “gramática da língua”, se é que podemos extrapolar estes conceitos do seu contexto original e admitir a disjunção “gramáticas da língua ou gramáticas da comunicação?” (Torres, 1986: 25). Em matéria de comunicação, era aos nativos já cristianizados e alfabetizados, bem como aos peritos nas línguas estrangeiras, a quem cabia a função de

⁴⁹ A sua precedência aos outros instrumentos pedagógicos, gramáticas e dicionários, não é fruto do acaso. As seguintes observações de Justino Mendes de Almeida, que valem para o português, têm, no caso, igual oportunidade: “Pedagogicamente incipientes [as obras do tipo das cartinhas], continham na língua cristã os princípios fundamentais da cristã doutrina. Foram elas, sem dúvida, o início dessa acção nobilitante de expansão do nosso idioma. Seguiram-se-lhe, gradualmente, novos instrumentos linguísticos, entre os quais sobressaem os vocabulários e dicionários, os quais pressupõem desde logo um estágio mais avançado no conhecimento da língua” (1982: 550).

línguas ou intérpretes⁵⁰ no momento das primeiras trocas de palavras com as populações desconhecidas. O tópico depara-se-nos em todos os escritos (diários, cartas, relações) da época da expansão ultramarina, com um relevo directamente proporcional ao destaque que merecia a situação de incomunicabilidade provocada pela ausência dos tradutores: “E como nã leuáuem língua que os entendesse [populações da costa atlântica] nã podéram auer fala delles”, escreveu João de Barros ao historiar os feitos dos portugueses na Ásia (1552: I, 86). A necessidade dos intérpretes e, por outro lado, as notícias carreadas pelos missionários sobre o poderoso meio de catequismo que era falar a língua indígena, condicionaram a política educativa ultramarina a agir em duas frentes: o ensino do português e a aprendizagem de línguas que o P^e Luís Fróis qualificou de ‘copiosas e abundantes de vocábulos’ (Garcia, 1598: I, 416v), contra outras que P^e António Vieira epitetou de “bárbaras e incógnitas” (1679-1748: V, 382), referindo-se às ágrafas do Novo Mundo. Longe de progredirem à margem uma da outra, as trajectórias das duas frentes de acção confluíram no processo de sistematização gramatical das línguas exóticas⁵¹, primeiro agenciado no plano do apostolado da língua materna, mais

⁵⁰ Os chamados na Índia “topazes” (<dravidiano *tuppasi*) e no Extremo Oriente “jurubaças” (<malaio *jurubahasa*: *juru* “perito” e *bahasa* “língua”), aqueles que tratavam com os estrangeiros. Sobre os topazes, vd. o testemunho do P^e Belchior Nunes Barreto, em carta de Cochim de 1557 (Garcia, 1598: I, 48r); sobre o papel da figura do “jurubaça” no estabelecimento dos contactos entre Macau e Portugal e na mediação dos respectivos interesses, vd. Jorge Manuel Flores, 1995: 107-121. Sendo o português a língua de comunicação, para o recrutamento e formação dos intérpretes eram seguidas várias estratégias, pressuposta a conversão ao cristianismo: fazer cumprir penas de degredo, como forma de povoamento; acolher na Metrópole nativos a fim de receberem a necessária educação literária e, reciprocamente, enviar para as novas terras “meninos órfãos (...) com o fim expresso de ‘pregar’ o santíssimo nome de Jesus Cristo aos gentios” (Leite, 1965: 63) e habituá-los ao convívio com a língua portuguesa. Deste intercâmbio dá notícia o P^e Manuel da Nóbrega: “alguns dos órfãos, que de Portugal enviaram, que depois cá admitimos na Companhia, são agora muito úteis operários. Esta troca queria eu fazer ao princípio, e enviei alguns mestiços, e deles um está agora em Coimbra” (1955: 390-391).

⁵¹ O conceito de “línguas exóticas” (ou “línguas bárbaras”) tomamo-lo de empréstimo a Maria Leonor Carvalhão Buescu, que assim se refere a línguas asiáticas (em especial, o japonês, e idiomas das famílias dravídica e árica) e a línguas indígenas da América (em especial, o guarani e a chamada ‘língua geral’; cf. Buescu, 1983). A designação vem do emprego original de “exótico” para referir as regiões estranhas ao mundo europeu e o vocabulário dos campos semânticos da flora, fauna, religião, etc., que, com os conceitos, foi importado (cf. o artigo “O vocabulário exótico na ‘Histoire des Indes’ - 1553”, de Herculano de Carvalho, 1964: I, 39-69). A excentricidade que se atribuía a este vocabulário percebe-se pelo escárnio a que dava azo quem dele usasse. Diz Rodrigues Lobo que “o segundo descuido é quando o discreto (...) conta (...) histórias da Índia, ou de outras regiões remotas onde esteve, dizendo as cousas com muitas palavras dos nomes próprios daquelas partes, que há alguns que, em colhendo na prática Ormuz, Malaca ou Sofala, não sabem dar um passo sem *palanquins*, *bajus*, *catanas*, *boís*, *larins* e *bazarucos* e outras palavras que deixam em jejum o entendimento dos ouvintes” (1619: 193-194; sublinhados acrescentados). Quanto a “línguas bárbaras”, a expressão pegou desde que João de Barros assim se referiu ao mapa linguístico do português: “como os Gregos e Roma [h]aviam por bárbaras totalas outras nações estranhas a eles, por nam poderem formár sua linguágem, assi nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando quérem imitar a nossa” (1540: 357). Cerca de dois séculos mais tarde, o gramático Jerónimo Contador de Argote caracterizou da mesma maneira os dialectos ultramarinos, “como India, Brasil, &c. os quaes tem muytos termos das linguas

tarde, passada a época mental da cruzada, valorizado *de per si* no quadro das actividades de missionários franciscanos e jesuítas⁵². Antes de averiguar os resultados deste processo no Oriente e no Brasil, convém prestar alguma atenção ao preceptorado da língua portuguesa, desde a primeira hora articulado com intenções catequéticas.

No domínio das relações entre a expansão ultramarina e a língua portuguesa, sabe-se como os gramáticos quinhentistas secundaram o impulso das medidas de D. Manuel em favor do ensino do português, que, logo no limiar do século, foi levado para África e para a Ásia, antes de chegar à América. Diversas fontes da nossa história de Quinhentos autorizam-nos, porém, a pensar que, antes da leva dos compêndios gramaticais, já outros instrumentos didácticos - as cartinhas ou cartilhas - teriam entrado na dinâmica da cultura escolar ao serviço da expansão em África e, sobretudo, no Oriente, que foi o objecto primordial das atenções de D. Manuel. Desde 1504, no dizer do cronista da *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, são enviados para o reino do Congo “mestres de ler, e screuer”, para cuja acção se destinavam os “muitos liuros de doutrina Christã” (Góis, 1949: 180), catecismos, devocionários e, com certeza, cartinhas, que, segundo o esquema já descrito destas obras⁵³, constituíam manuais de iniciação à leitura e ao dogma católico. Aliás, esta última finalidade transformava-se no melhor instrumento daquela nas mãos de mestres ou sacerdotes, radicados no Congo desde as primeiras expedições promovidas por D. João II⁵⁴. Afirmações semelhantes, embora sem

barbaras, e muytos vocabulos do portuguez antigo” (1721: 300); e, já nos nossos dias, o filólogo brasileiro Gladstone Chaves de Melo retoma a expressão “língua bárbara” para o tupi (cf. 1946: 33).

⁵² O legado dos jesuítas no campo dos estudos de línguas exóticas excede em muito a quota-parte que ficou de outras ordens religiosas. Escreveu um historiador oficial da Companhia que “Sobretudo (...) se tornaram altamente benemeritos da sciencia das linguas comparadas, que prodigiosamente avançou desde o seculo XIX, e áquelles obreiros da civilização christã deve o seu principio e os primeiros materiaes” (Rodrigues, F., 1917: 337). Por outro lado, note-se que, tal como em Portugal, também além-fronteiras o ensino constituiu o objectivo e actividade preponderantes da Companhia de Jesus, sob o influxo da qual se formou uma rede de instrução pública e particular em todos os territórios das conquistas: na Índia, dez colégios e três seminários; no Japão, seis colégios e dois seminários; na China, quatro colégios e um seminário; no Brasil, nove colégios e um seminário (*Id., ib.:* 164 e ss.). Sobre a distinção entre colégios e seminários, vd. Leite, 1938-1950: VII, 142-143.

⁵³ Nos três trabalhos que ao assunto dedicou Fernando Castelo-Branco (1971: 109-152; 1972: 291-315; 1988: 309-323), pode verificar-se que, por via de regra, as cartinhas apresentam duas partes essenciais, das quais a primeira é uma propedêutica da leitura, com uma alfabeto e um silabário, a segunda é de doutrinação religiosa e enuncia, de maneira mais clara e com um conteúdo doutrinal mais rico, os cânones da doutrina religiosa. É claro, portanto, que estes instrumentos de trabalho serviam as finalidades específicas da empresa evangélica, ao mesmo tempo que se adequavam à aquisição de conhecimentos nos bancos escolares.

⁵⁴ O quadro tem uma expressão bastante directa na “Década primeira” da *Ásia*, de João de Barros, quando é traçada a história de “Como foy descuberto o reyno de Congo per Diógo Cam”, capitalizando o papel dos actores e promotores da conversão, paralela ou simultaneamente às outras acções que integravam a praxe dos envolvidos nas conquistas: tomar “algũas álmas pera lingoas” e, na torna-viagem, “vjr se com

camparem pelo optimismo, fez, por seu turno, Afonso de Albuquerque, escrevendo de Cochim ao Rei, em 1 de Abril de 1512: “Em cochim achey hũa arca de cartinhas por omde imsynam os meninos, e pareceo me que voss alteza as nam mandara pera apodrecerem estando narca, e ordeney hum homem casado aquy, que imsynase os moços a ler e esprever” (Albuquerque, 1884: 44-45). Estas informações alargam-se com os dados que Américo Cortez Pinto forrageou no vasto campo das fontes históricas sobre o “ensino dos indígenas” (1948: 237 e ss.), empreendido em vida de D. Manuel e em fase ainda mais recuada das expansões ultramarinas: em 1515, na embaixada de Duarte Galvão à Etiópia, “mandava elRei D. Manuel de presente ao Negus, uma biblioteca de cerca de 2.500 volumes!” (*Id, ib.:* 238), entre cartinhas, catecismos e outros livros; e já com as primeiras expedições que deram início à obra civilizadora do Congo, para além dos mestres e livros de que dá testemunho Damião de Góis, até “dois impressores alemães de Estrasburgo e Norlingen, teriam resolvido ir para lá tentar fortuna” (Munzer *apud* Pinto, *Id, ib.:* 242). Com base documental nas crónicas de D. João II, escritas por Rui de Pina e Garcia de Resende, também Artur Anselmo (1981: 75-83) que corrige alguns equívocos de Américo Cortez Pinto, faz remontar à última década do século XVI o início de uma política de exportação de obras impressas para o Ultramar do tipo das cartinhas, de largo consumo entre nós (cf. Marquilhas, 1996: 200 e ss.).

Embora se saiba que as únicas notícias bibliográficas de obras precursores da cartinha que João de Barros publicou em 1539, vêem, uma da *Bibliografia* de António Joaquim Anselmo - a *Cartinha pa. ensinar a leer. Cõ / as doutrinas da prudencia. E os / dez mandamētos da ley: Cõ suas / contras*, de 1534⁵⁵ - e outra, mais indirecta, por Alvará Régio de 17 de Março de 1539, onde a licença passada ao impressor Germão Galharde para “fazer novamente a impressão da *Cartilha* por onde se ensinavam os meninos, de D. Diogo de Ortiz, bispo de Viseu” (Deslandes, 1988: 38) indica ter existido uma edição anterior, não identificada, embora, dizia-se, escassos estes elementos bibliográficos, resulta não se infirmar o juízo de Américo Cortez Pinto a respeito da provável publicação de cartinhas na época de D. Manuel. Não pode duvidar-se das acções, melhor ou pior logradas, ao serviço da difusão do português. Elas acumulam-se em muitas laudas da literatura da época, de roteiros de viagens a narrativas da gesta missionária e muitas obras de carácter científico ou especificamente literário, que as

⁵⁵ Esta obra anónima está descrita no nº 600 da *Bibliografia* de António Joaquim Anselmo (1926) e foi estudada por Fernando Castelo-Branco nos artigos citados de 1971 e 1972.

enquadram no âmbito de uma atitude política convencional de doutrinação multissecular, quando não no de uma missão espiritual universalista.

Reter desta visão o “patriotismo linguístico” (Teyssier, 1990: 21 e ss.) e aproveitar a difusão das realizações do humanismo - as duas linhas que pautaram o movimento de promoção cultural da língua portuguesa -, foi a estratégia dos gramáticos portugueses para acertarem a hora das suas opções formativas pelo relógio da realidade circundante. Se já Fernão de Oliveira participara do programa das *línguas, companheiras do império* (cf. Nebrija, 1492: 109), essa mesma militância assumiu-a João de Barros ao serviço do dever da cruzada ultramarina. O apelo para que “apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes” (Oliveira, 1536: 45) anuncia um programa, de que ressaí, instigada pela atitude apologética que chegava de fora, a preocupação dos gramáticos em fixar a língua para fazer dela um instrumento de cultura e expansão. Depois de Fernão de Oliveira definir a matéria, o *corpus* das obras didáticas de João de Barros respondia ao programa, a que também o historiador foi sensível, dentro das razões do seu empenho pedagógico e cultural. Ambas as obras, a gramatical e a histórica, que lhe valeram um elogio no “louvor da língua portuguesa” de Pêro de Magalhães de Gândavo (1981: 61, 63), convergem na visão de que a atitude doutrinária de estabelecer a língua “companheira do império” é correlata da cruzada portuguesa, e estas conexas com a empresa de dilatação da fé. Assim se compreende que o Autor das *Décadas* se embrenhe frequentemente em reflexões de natureza lexicográfica sobre as línguas exóticas, que dariam glossário talvez mais rico que o original, embora modesto vocabulário português-malaiala do suposto autor Álvaro Velho, do roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama⁵⁶; e, por outro lado, abra os

⁵⁶ Como a edição crítica de José Pedro Machado e Viriato Campos do roteiro da viagem de Vasco da Gama (cf. Machado, J.,: 1969) não inclui este vocabulário, poderá consultar-se a listagem da “linguagem de Calecut” em Neves Águas (1987: 101-102). Quanto ao manancial de informações lexicográficas das “Décadas” de João de Barros, veja-se, a título de exemplo. No campo da etimologia, a propósito dos títulos dos soberanos D. João II e D. Manuel, João de Barros faz uma longa dissertação sobre “que cousa é título”, começando pelo seu significado e sentidos, até chegar à definição de *rei* e *senhor*, a partir da comparação dos lexemas e dos seus respectivos radicais latinos (*Déc.* I, liv^o VI, cap. I); noutro momento, a etimologia dos vocábulos *mesura* e *cortesia* é motivo para uma digressão comparativa dos hábitos civilizacionais da Europa com os costumes dos “barbaros” (*Déc.* II, liv^o V, cap. II). As designações dos títulos dos patentados merecem, por via de regra, uma atenção que excede a sua mera transposição para a forma portuguesa equivalente: são informações quanto à origem da designação, que normalmente entra na composição do nome próprio, quanto aos parâmetros culturais que determinam o seu uso, quanto à posição que lhe convém relativamente ao nome próprio (vd. “Xároc”, “Utimitirája” e “Tuam” na *Déc.* II, liv^o IV, cap. IV; liv^o VI, cap. III). Há uma tendência para descobrir no nome próprio um qualquer valor

seus trabalhos pedagógicos com uma cartinha onde atribui ao português a primazia no ensino dos nativos indianos e africanos, pois “gente em que tanto obrou a língua portuguesa (...), que linguágem per árte pódem máis fâcilmente aprender senám aquela que neles obrou salvaçám?” (Barros, J., 1540: 240).

Semelhantes reflexões conferem unidade ao conjunto editorial de *Gramática da língua portuguesa* e *Diálogo em louvor da nóssa linguágem*. Por necessidade metodológica de juntar a teoria à prática, os reforçados sentimentos de expansionismo linguístico de bem conhecidos excertos do *Diálogo*, não podiam deixar de ter a sua contrapartida no trabalho de normatização da língua e codificação do seu uso feito na *Gramática*, campo de exposição gramatical tributário das línguas clássicas, atento às línguas românicas, mas um tanto arredio às novas realidades linguísticas que dimanavam dos Descobrimentos. As alusões restringem-se a ocasionais exemplos de “barbarismos”, situados no campo “Das figuras”: “nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando quérem imitár a nóssa [linguágem]” (Barros, J., 1540: 357). E os exemplos aparecem no âmbito da determinação entre o adjectivo e o substantivo - “nam diremos hómem boa, ca (...) parecerá máis fála de negros que de bom português” (*Id., ib.:* 350) - e no emprego corrente do infinitivo por outras formas verbais (*Id., ib.:* 343). Apesar da marginalidade destes dados, sobretudo do ponto de vista descritivo, e apesar do seu fraco teor informativo, já se sublinhou (Buescu, 1984^a: 35, na sequência de Moura, 1823: 341, 352), que são definidores de uma atitude comparativa e por isso mesmo, acrescenta-se agora, constituem passos para aplanar o caminho da gramaticalização das línguas exóticas.

A atitude renovadora de Amaro de Roboredo no *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619) é significativa do capital de experiência acumulado. Já num período de ascensão do estudo das línguas exóticas, os argumentos da cruzada linguística, usados na defesa do seu método, quanto à metalíngua da descrição e à estratégia comparativa, revelam uma visão de progresso em relação ao tópico da “conservação, & dilatação de Fee, & Imperio”:

conotativo, se não um sentido, pelo menos um atributo ou significação simbólica que, adquiridos por associação cultural, supram a falta do equivalente de tradução reconhecido: assim as explicações etimológicas e morfológicas fornecidas para os nomes próprios que possuem uma função comunicativa, em virtude de derivarem de elementos expressivos, presentes em *Déc.* I, liv^o IV, cap. XI; *Déc.* II, liv^o V, cap. II. Finalmente, o processo de substituição de designações pelas equivalentes da língua materna: como na listagem de Álvaro Velho, João de Barros apresenta o correlativo português do vocábulo ou expressão oriental, seja no âmbito da denotação de uma palavra só, ou de algo cuja descrição requer um sintagma (*Déc.* I, liv^o III, caps. VIII-IX; liv^o IV, cap. VIII; liv^o IX, caps. I, III; liv^o X, cap. I; *Déc.* II, liv^o II, cap. IX; liv^o III, caps. II, IV; liv^o IV, cap. IV; liv^o V, cap. I; liv^o VI, cap. I).

“A terceira commodidade [do *Methodo*] he ajuda da conservação & dilatação de Fee, & Imperio. Porque reduzindo a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo para os domesticar: & comunicãdolhes pelo mesmo a nossa, facilmête se irão introduzindo apos a lingua as leis, & apos as leis os costumes, q̃ per menos tempo aborreirão; & sobre tudo a doutrina Christãã, q̃ mais importa. Impresa foi também de Gregos, & Romanos pretenderem perpetuar seu nome, & Imperio não sômête pela espada, mas pela lingua, ensinãdo a per arte, & introduzindo a pelas causas judiciais nos seus tribunaes, & dando officios publicos nas provincias conquistadas, a quem a melhor sabia” (Roboredo, 1619: a4 verso-b).

O objectivo de espalhar o português pelos territórios conquistados, apresentado em símile da expansão da língua de Roma pelos vários territórios do Império, fazia parte de um programa que já vinha detrás e era comum ao plano da gramática de Nebrija. Facilitar a aprendizagem do latim, codificar a língua e com ela concorrer para a construção do império colonial foram os três objectivos fixados pelo castelhano (cf. Nebrija, 1492: 113-114), assim como pelos renascentistas Fernão de Oliveira e João de Barros, nas obras fundadoras da normatização dos vernáculos peninsulares. Mas, comparativamente com este ideário linguístico, há uma diferença de atitude e de orientação crítica no preconizado por Amaro de Roboredo, cuja tradução mais visível é o facto de a “língua dos Barbaros” poder aceder ao *status* de língua gramatical, marca de originalidade e também de marginalidade no contexto da gramaticalização do vulgar. Uma vez cultivada, a língua tornar-se-ia apta para veicular qualquer conteúdo. Em lugar do seu desarreigo, por força da militância do português, a situação que se depara é a defesa por igual de uma pedagogia gramatical do nosso vernáculo e das línguas das terras descobertas, através de um estudo que, pretendendo-se comparativo, teria o português e o latim como línguas de confronto. ‘Reduzir a lingua dos Barbaros (...) ao mesmo Methodo’ correspondeu a uma ampla vivência linguística dos autores deste século, sobretudo jesuítas, na emergência de uma gramaticografia e lexicografia de idiomas não europeus. Este horizonte objectual – fornecer um método que abra portas à gramaticalização de línguas vernaculares – foi decerto um dos mais determinantes factores de quanto se produziu na época. O bem conhecido *Ianua linguarum* (Salamanca, 1611), do jesuíta William Bathe, formado na escola do cultivo de línguas estrangeiras⁵⁷, foi destinado à actividade missionária que o Instituto abraçava: “It will be a great help to missionaries who preach the gospel in pagan lands, when they learn

⁵⁷ São normas das *Constituições* da Companhia de Jesus: “como, geralmente falando, são de muito proveito os estudos humanísticos de várias línguas, a lógica, a filosofia natural (...), serão estas as matérias que hão-de estudar os que se enviam aos colégios”; “Para tornar mais fácil a comunicação com outras culturas e dentro da Companhia, todos os Nossos em formação, Escolásticos e Irmãos, além da sua

foreign vernacular languages. It will enable confessors to understand the secret anxieties of foreign penitents” (Ó Mathúna, 1986: 111). De par com tal ensino, ou melhor prólogo desse saber, o reduto do preceptorado das línguas clássicas⁵⁸. Que no século XVII, a gramaticografia de línguas vernaculares tenha progredido sob a hipertrofia do latim, é resultado de um sistema educativo dominado pela Companhia de Jesus, em cujas escolas o estudo das línguas clássicas era pautado por exigências extremas. Percebe-se, por isso, que toda a produção linguística integrada na actividade missionária dos jesuítas (e demais ordens religiosas), encetada no reinado de D. João III para algumas línguas da Índia e, quatro décadas volvidas, estendida ao território linguístico do Brasil, possua a característica comum da observação contrastiva com o latim, por diferentes que sejam os tipos de línguas estudadas.

Passe-se então ao inventário das obras gramaticais de línguas nativas do período de Seiscentos e à natureza dos instrumentos de aprendizagem que fixaram o seu uso, com breves apontamentos sobre as circunstâncias do seu ensino, distinguindo, em cada caso, o campo das acções empreendidas no Oriente e no Brasil, dois espaços de missionação diferentes do ponto de vista histórico e cultural. Não fossem outros elementos, como a superioridade civilizacional do gentio do Oriente⁵⁹, ou o estabelecimento da imprensa em Goa, em 1556, que o Brasil só conheceu no século XIX, bastaria, para bem avaliar dessa diferença cultural, atentar-se no facto de os

língua própria, aprendam uma ou duas línguas modernas; todos se familiarizem com a língua inglesa e aqueles que a têm como própria, aprendam outra dentro das mais universais” (1997: 103, 245).

⁵⁸ As anteriores normas, acrescem as seguintes: “Todos, mas em especial os que frequentam os estudos humanísticos, falarão em latim. Aprenderão de cor o que lhes for indicado pelos professores. Exercitarão o estilo em numerosas composições, e deve haver alguém para as corrigir. Poderão também alguns, com o parecer do Reitor, ler em particular certos autores dos que não se estudam na aula. Uma vez por semana, depois da refeição, um dos mais adiantados fará um sermão, em latim ou em grego, estimulando-os ao que é de maior perfeição em Nosso Senhor”; “A formação teológica, tanto doutrinal como prática, sobretudo na nossa época, exige conhecimento das letras humanas, e das línguas latina, grega e hebraica. Deverá, portanto, haver bons professores destas matérias, e em número suficiente. E onde for necessário ou útil para o mesmo fim, poderá havê-los também de outras línguas, como o caldeu, o árabe ou o indiano, tendo em conta os diversos países e os motivos que possam induzir a ensiná-las” (*Constituições*, 1997: 108, 120).

⁵⁹ Na literatura a metáfora das duas estátuas de mármore e mirto para distinguir comportamentos e culturas entre os povos das cidades do Oriente e os índios das florestas brasileiras (cf. Vieira, 1674-1748: V, 408); na epistolografia jesuítica, os relatos são mais realistas. Sobre o Japão, escreveu o P.^o Luís Fróis: “Seus mosteiros são de muita renda, seus costumes & modo de proceder no exterior de grande observação, os liuros de sua seita são em extremo eloquentes, & escritos polo mais alto estilo de todos os outros, de maneira que sua lingoagem commumente a não entemdem senão homens muito letrados & instruidos nas letras da China” (Garcia, 1598: I, 235r); “assi como pera pregar na corte de Roma ou nas vniuersidades de Coimbra, Salamãca, Paris &c. se requerẽ pessoas mui versadas em letras, e insignes na eloquẽcia: da mesma maneira os Bonzos ã pregaõ nos seus mosteiros nesta corte [Miac], he pasmo ver a eloquẽcia que tem em sua lingoa, que parece nenhum preceito de Tullio, nẽ de Quintiliano lhe falta” (*Id., ib.*: I, 309r).

missionários terem chegado a terras de Vera Cruz já com um saber de experiência feito em meio século de evangelização no Oriente.

1. Actividade linguística no Oriente português

Relativamente à influência da língua portuguesa no Oriente entre os séculos XVI e XVIII, David Lopes considera que ela revestiu ainda “outra forma, a forma didáctica dos dicionários e das gramáticas para uso dos missionários naquelas paragens” (1936: 140), ao que a seguir anexa uma lista de obras, das quais oito (entre dicionários, vocabulários e artes de gramática), saídas no século XVII, quase todas de oficinas tipográficas jesuíticas do Oriente. Postos ao serviço da instrução alfabetizada e da comunicação religiosa, estes e outros manuais congêneres de que existe notícia, vieram a lume na sequência de uma política de aprendizagem das línguas orientais, que fora sendo prosseguida por autoridades civis e eclesiásticas desde o meio do século XVI. A matéria foi objecto de deliberação em decretos dimanados dos cinco Concílios Provinciais de Goa, celebrados entre 1567 e 1606, com representantes superiores da Ordem Franciscana e da Companhia de Jesus. Prova da irrefragável importância das decisões tomadas nestes Concílios é que eles vêm citados em todos os trabalhos que às comunidades gentias do Oriente respeitam, atento terem tido os Concílios uma voz activa na defesa do respeito pelos povos a descoberto das leis portuguesas. A defesa dos direitos, que mais não é senão a consciência de uma missão de apostolado cristão, compagina-se com o disposto em decretos que, do primeiro ao último Concílio, recomendaram a aprendizagem das línguas do país, segundo os objectivos da evangelização. Vejamos por partes o teor de tais decretos.

O 1º Concílio, de 1567, “encomenda muito encarecidamente aos prelados procurem ter em seus Bispados pessoas de confiança que aprendão as lingoas, e possam ser sacerdotes”, uma vez que a pregação “será tanto mais fructuosa quanto os pregadores tiverem maior noticia da lingua daquelles a quem hão de pregar”(Rivara, 1862: 10); no 2º Concílio, de 1575, recomendação idêntica é feita aos prelados, com vista à cristianização dos gentios na sua própria língua (*Id., ib.:* 91); o 3º Concílio (1585), a propósito “Da doutrina e cathecismo commum”, ordena “que se faça hum compendio da doutrina christãa em lingua portugueza, a qual se ensinará (...), e se tresladará nas linguas da terra onde houver conversão, e se ensinará nellas”, para além de outras disposições relativas a “Livros, que se hão de tresladar, e fazer de novo” (*Id., ib.:* 139, 149); o 4º Concílio (1592) repete a recomendação anterior e manda que as igrejas sejam providas de sacerdotes que “saibão bem a lingua da mesma terra” (*Id., ib.:* 188); o 5º e último Concílio, de 1606, dispunha expressamente que “nenhum sacerdote secular nem

regular seja promovido a vigário de Igreja alguma curada, sem saber a língua de seus freguezes, na qual será examinado, e aos que ao presente são vigários sem a saberem, limita seis meses de tempo da publicação deste Decreto para a aprenderem, depois dos quaes se a não tiverem sabido, os ha *ipso facto* por suspensos, e lhes tira toda a jurisdição sobre os ditos freguezes” (*Id., ib.* : 226-227).

Por excessiva que possa parecer a pormenorização destes decretos, merece atenção a insistente preocupação do poder eclesiástico em relevar, entre curtos intervalos de tempo, a mais-valia da instrução vernácula. Seria tal insistência resultado de um efeito perverso de resistência contra esta instrução, posto a guardassem os padres mestres⁶⁰? Conhecem-se, por fontes documentais, as não poucas dificuldades, talvez maiores no Brasil do que no Oriente, por que passavam os missionários na aprendizagem de línguas que exigiam a reconversão de tradições gramaticais e a transliteração de caracteres desconhecidos em letras romanas, com as necessárias adaptações fonéticas. Sirva aqui de amostragem o testemunho elucidativo de um perito na língua tâmul, o jesuíta Henrique Henriques, em carta ao fundador da Ordem, escrita do Indostão, a 31 de Outubro de 1548:

“quando luego vine a esta Costa [Cabo de Comorim], quise empear a deprender la lengua y a ler, y halléla tan trabajosa que no tuve confiança de la poder alcançar; y así desistí, y allende de la dificultad de la lengua, tuve siempre buen topaz. Así que descuydava de aprendella, y en el tiempo que el P. M. Francisco [Xavier] vino de Maluco, que fué en el mes de Febrero de 1548, no sabía hablar más que dos palabras de la lengua. En aquel tiempo me dexó el topaz por tener otras ocupaciones. Determiné de aprender la lengua, y así de día y de noche no hazía otra cosa (...). Tuve una manera de arte para aprenderla, porque así como en latín aprenden conjugaciones, así trabajé yo de aprender esta lengua, conjugava los verbos; y allar los pretéritos, futuros, infinitivo, subjuntivo, etc., me custó muy grande trabajo; también aprender el acusativo, genitivo, dativo, y así los otros casos; y así aprender cuál se ha de poner primeiro, si el verbo, si el nombre o pronombre, etc.” (Wicki, 1948: I, 285-286).

E quanto à fonação peculiar, acrescenta “porque la pronunciación della es muy dificultosa y muy diferente de la nuestra, a las vezes no me entiendem todos” (*Id., ib.*: I, 286)⁶¹. Estas observações, que amiúde lhe vêm ao bico da pena no epistolário (cf. a carta

⁶⁰ É disso elucidativo o testemunho do missionário P.^o Belchior Nunes Barreto (1520-1571): “Hos que himos pera o Japão avemos de ter muyto cuidado de saber muito bem a limgoa, porque hé gramde meo [pera] – asi nós como os Padres que de Portugal vierem pera o Japão – poder muito fructificar, damdo-nos Deus Nosso Senhor aquella graça e espiritu que pera a empreza que nos imvia se requiere” (Wicki, 1948: III, 137).

⁶¹ As mesmas dificuldades eram sentidas na aprendizagem de outras línguas. Em finais do século XVII, o cronista jesuíta Francisco de Sousa fazia as seguintes observações de tipo fonológico a propósito do concani: “A principal dificuldade desta lingua consiste na pronuncia, porque o seu alfabeto tem mais letras que o nosso, as quaes verdadeiramente são letras diversas das nossas, & para se proferirem, he necessario dar hum certo geyto à lingua, & como nós em Salcete as suprimos com os nossos caracteres, são muito poucos os que lhe sabem dar aquelle proprio, & natural soído, que pedem as orelhas dos paysanos. A segunda dificuldade he da parte dos nossos ouvidos; porque os Canarins fallaõ com muita

de Cochim de 1551, *id., ib.:* II, 159, 165), são, aliás, de experiência feita na redacção de uma gramática da língua tâmul, a *Arte da lingua malabar*, que compôs por volta do meio do século⁶², e de um *Vocabulário* da mesma língua, supostamente coevo da gramática, de cuja existência apenas temos notícia documental⁶³. A *Arte*, pelo contrário, conserva-se manuscrita no património bibliográfico nacional e, segundo se percebe acompanhando a cronologia das cartas, terá circulado manuscrita em várias versões, fruto de sucessivas reformulações do seu autor ao longo de uma dezena de anos⁶⁴, já que frustes foram as tentativas que em seu tempo fez para a imprimir (cf. Hein, 1977: 127-157),

Sobre o apostolado jesuítico no Oriente, diversas informações fornecidas por cronistas da Companhia de Jesus e modernamente filtradas pelos seus historiadores oficiais, mostram ter existido, contra todas as dificuldades, um intenso estudo das línguas locais neste meio século que antecede Seiscentos. Duas fontes como a *História da vida do Padre Francisco Xavier* (1600), do P.^e João de Lucena, e o *Oriente conquistado a Jesus Cristo* (1710), do P.^e Francisco de Sousa, que têm servido de manuais ao estudo da missão portuguesa no Oriente, dão notícia de escolas de línguas, de sânscrito e de línguas faladas como o tâmul e concani, criadas em terras sob o padroado dos inicianos e em seminários fundados para a instrução dos seus irmãos de officio (cf. Sousa, 1710: 887, 901). Por outro lado, a fazer fé na cronística de Quinhentos e Seiscentos, uma abundante literatura linguística foi produzida pelos primeiros

velocidade, & a cada passo cortaõ as palavras, donde nace que mais facilmente nos explicamos com elles, do que elles se explicaõ com-nosco. Sendo tão pouco escrupulosos em devorar syllabas inteyras, saõ taõ acautelados em pronunciar as letras dobradas, & aspirar os agãs, que se assim o naõ fizerem, mudaõ totalmente o significado: Kellem com l dobrado significa o fogo: Kelem com l simplez, està feito, Khelem com aspiraçãõ, comeo. Quando proferem as letras dobradas, carregaõ com ambas as consoantes sobre a vogal, que vay diante, & isto por tal modo tocando com a ponta da lingua no ceo da boca, que se percebe muy bem a differença da letra simplez: & a este ponto se reduz toda a diffcultade dos Europeus na pronuncia deste idioma” (1710: 902).

⁶² Em carta enviada de Cochim ao Provincial de Portugal, em 12 de Janeiro de 1551, afirma: “si quisieren aprender la lengoa, y a leer y escrever malavar, fácilmente lo pueden hazer con la arte que es hecha” (Wicki, 1948: II, 166).

⁶³ A respeito desde *Vocabulário*, suscitam algumas reservas as informações de Diogo Barbosa Machado (1965: II, 449-451), que, como se sabe, muito e muitas vezes forrageou nas narrativas dos padres jesuítas. Utilizando uma dessas fontes, a narrativa apologética do P.^e João de Lucena, *História da vida do Padre Francisco de Xavier* (1600), o bibliógrafo atribui a Henrique Henriques as seguintes palavras de João de Lucena “e em breve tempo saiu com a arte e vocabulário da língua, com espanto dos naturais...”, que efectivamente eram dirigidas a um seu companheiro de evangelização, o P.^e Francisco Henriques (Lucena, 1989: 145-146). Também não é líquido o juízo de propriedade que se fundamenta nas seguintes palavras do P.^e Henrique Henriques: “Tinhamos á dias hum vocabulario feito. Este anno passado se trabalhou de se acrescentar, e passarão de dous mil vocabulos os que são acrescentados” (Wicki, 1948: VI, 751).

⁶⁴ Data de 1564 o seguinte testemunho: “Este ano se fez muito nella [a gramatica], fazendo-a mais breve em muitos passos e muito mais clara. Irmos mais ao cabo da lingua, fez que as regras, que se vão dando,

missionários que embarcaram para as missões do Oriente⁶⁵. De entre esta literatura, pesa sobre a produção franciscana o silêncio até ao século XVII, e nada ficou ou nada se conhece, impresso ou manuscrito, dos trabalhos que Frei Paulo da Trindade nomeia da época em que compôs a *Conquista espiritual do Oriente*, entre os anos de 1600 e 1636. Pelo contrário, o quinhão enorme dos jesuítas nessa produção literária teve, desde a segunda metade do século XVI, repercussão duradoura em crónicas e cartas. Sabe-se do trânsito, no meio escolar autóctone, de uma literatura cristã da autoria de Francisco Xavier, que conta com compêndios doutrinários escritos em português e traduções para tâmul de catecismos latinos: “verteo com exquisita diligencia, & summo trabalho de Latim em Tamul o modo de persinar, & benzer, o Symbolo da Fè, os Mandamentos, o Padre nosso...” (Sousa, 1710: 204) e, em passo anterior, “Para cõmodo dos meninos compoz Xavier hum tratado de Doutrina Christãa, que se imprimio em Goa no anno de mil quinhentos, cincoenta & sete: mas agora usamos da cartilha do Padre Marcos Jorge, vertida na lingua da terra pelo Padre Thomas Estevão natural de Londres, cuja versão corre em todas as Igrejas do mesmo idioma [concani]” (*Id., ib.:* 45). Antes de entrar no século XVII, com Tomás Estevão e a sua *Dovtrina christam em lingoa bramana canarim* (Rachol, 1622), a que o cronista inaciano alude, precisem-se mais alguns dados de época anterior. Não se conhece exemplar algum da primeira edição do catecismo português de Francisco Xavier, feita em Goa um ano depois do estabelecimento da imprensa, decerto o primeiro livro saído dos prelos do Colégio de S. Paulo. Mas, por esta altura, havia já três anos que um catecismo em tâmul corria impresso por Germão Galharde, sob recomendação régia, *a Cartilha que contẽ breuemẽte ho que todo christão deue aprẽder pera sua saluaçam* (Lisboa, 1554), versão tamúlica de um catecismo

sejão mais claras e mais breves. Hé tãobem esta alingujem mui dificultosa no ler e screver; este ano se derão tãobem humas regras pera, sem tanta dificultade, se aprender” (Wicki, 1948: VI, 396).

⁶⁵ Há notícia, por exemplo, de obras gramaticais e lexicográficas dos padres João Fernandes (1526-1567) e Gaspar Vilela (1526-1572), aquele italiano de nascimento: “O q̃ mais sentimos, pola falta que depois fez, foraõ hũs liuros do irmaõ Joaõ Fernãdez que ha muitos annos que hia escreuẽdo na lingoa de Iapaõ (...). Por em Iapão ate agora naõ auer arte conforme a ordem que tem a latina por onde se padecia detrimento no aprender da lingoa, determinou o irmão Ioaõ Fernandez (por entãõ ter algũ vagar, & desposição pera se ocupar nisso) de a fazer com suas conjugações praeteritos, sintaxi, e mais regras necessarias cõ dous vocabularios por orde do alfabeto hũ que começa em portugues, & outro na mesma lingoa. Gastou em compor isto seis ou sete meses, ate que pola bondade de Deos lhe deu fim” (Garcia, 1598: I, 146r-147r). E sobre o P.^o Gaspar Vilela, tem-se o testemunho de Luís Fróis em carta datada de 1565: “Fala a lingoa desta corte [Miaco], q̃ he a principal; e mais polida de todo o Iapaõ mui correntemete, prega, & confessa nella. Tẽ tresladado algũs liuros deuotos, & de boa doutrina na mesma lingoa. Agora vai fazẽdo a frolsactorum pera consolaçãõ dos Christãos: o qual esta meo feito” (*Id., ib.:* I, 177r).

português, feita por três apóstolos índios⁶⁶. Salta à vista a designação de *cartilha*, comum nos manuais destinados ao ensino das primeiras letras, para um livro de instrução religiosa, o que mostra quão próximas estavam, quando não confundidas na mesma prática pedagógica, as matérias do ensino escolar e da doutrina cristã. Era esta, aliás, a síntese fecunda visada nos decretos acima referidos dos Concílios Provinciais. Que o catecismo em língua tâmul e as muitas outras obras do mesmo género constituíram uma manifestação da actividade linguística dos padres, mostrou-o Maria Leonor Buescu ao enquadrá-lo numa estratégia pedagógica de abordagem de línguas estrangeiras, que se servia de um registo bilingue - tâmul e português - e de um discurso didáctico em forma de questionário (Buescu, 1982: 26-27)⁶⁷. A par das listas vocabulares, ordenadas tendo em vista o acto de comunicação, e da redução das línguas locais a regras ou artes de gramática, que visavam a aprendizagem normativa dos quadros gramaticais, tinha lugar uma docência religiosa em obediência aos fins apostólicos e didacticamente aclimatada à realidade: a apresentação das verdades da fé, feita por meio de um atractivo esquema de pequenas perguntas e breves respostas, com a tradução em português, conduzia a uma aprendizagem da língua ao nível de estruturas sintácticas elementares. Não será, aliás, por acaso que um catecismo concebido em forma de diálogo entre *Guru* e *Sissu* aparece incluído numa compilação lexicográfica do século XVII, o *Vocabulario da lingua canarim*, manuscrito anónimo, que adiante se voltará a referir.

Igual estratégia de ensino manteve-se pelo século XVII adentro e acentuou-se mesmo em consonância com uma dinâmica que Francisco Rodrigues atribuiu ao então ‘crescente fervor dos missionários no estudo das línguas’ (1917: 345). O primeiro

⁶⁶ A obra tem o nº 650 na *Bibliografia* de António Joaquim Anselmo. Inocêncio Francisco da Silva, que confessa desconhecer exemplares deste raro catecismo, descreve-o: “*Cartilha que contém breuemête ho que todo christão deue aprêder pera sua saluaçam. A qual elrey dom Joham terceiro deste nome nosso senhor mandou imprimir ã lingua Tamul e Portugues cõ ha decraraçam do Tamul por cima de vermelho. Foy impressa a presente obra em a muy noble e sempre leal cidade de Lixboa per mandado Delrey nosso senhor, e vista pola sancta inquisição: impressa por Germam Galhardo, impressor de S. A. aos 11 de feureiro. anno de mil e quinhêtos e cincoêta e quatro annos. Lausdeo.* No verso do rosto tem: *Prologo de Vicente da Nazareth, e Jorge Carualho, e de Thomé da Cruz, Indios. A elRey nosso señor sobre ha doctrina xpãa que S. A. lhe mãdou tresladar na lingua que se chama Tamul*” (1858-1923: VII, 433-434).

⁶⁷ Revejam-se alguns aspectos já aqui aflorados nas razões que Toru Maruyama encontra para incluir estas obras na categoria de *linguistic studies*: “1. Most of the Christian Doctrines by the Jesuit Mission Press (...) are based on the Christian Doctrine by Marcos Jorge, which was in the tradition of *Cartilhas*, a booklet for children for reading and writing. Furthermore, this booklet was usually a hybrid of children’s elementary reading books and Christian Doctrine in sixteenth and seventeenth century Portugal; 2. In most cases the Christian Doctrine was made earlier than other religious works, and was utilized as missionaries’s language text in various regions of the Portuguese expansion; 3. Some of the Christian Doctrine have translations in the indigenous languages printed side by side with the original” (1996:1).

catecismo concani publicado na centúria de Seiscentos, foi a *Dovtrina christam em lingoa bramana canarim*⁶⁸ (Rachol, 1622), que, conforme o testemunho do cronista Francisco de Sousa, atrás citado, o P.^o Tomás Estevão traduzira de uma popular cartilha de doutrina cristã e ordenara em forma de diálogo “pera ensinar os mininos”⁶⁹. Muito popular este catecismo, a ponto de suplantar o do mestre Francisco Xavier, é um documento apreciável por ser o mais antigo catecismo impresso em língua concani que se conserva no nosso património bibliográfico, já que de outro conhecido, cronologicamente anterior, apenas existe notícia documental (cf. Estevão, 1622: 7-9). Transparece do título o acentuado didactismo da obra. Não é só o escopo de educar as crianças, mas também o processo dialógico do texto que bem define o propósito de atingir pela vivacidade espontânea do discurso um público não iniciado nos preceitos da moral cristã. Ainda a organização das matérias e o seu registo trilingue - português, concani e latim - igualmente evidenciam fins didácticos. É, de facto, de ensino religioso que trata a obra, estruturada em forma de questionário de mestre (“Guru”) a discípulo (“Sissu”), cujas respostas são a exposição de conceitos orientados pelas perguntas daquele, segundo a matéria de que trata cada capítulo: *Quer quer dizer Christão?* “Christaũ mhannaze quitẽ?”; *do sinal do Christam que he asanta Cruz; do Padre nosso* “Padre nossacho arthu”, e demais preceitos doutrinários, apresentados em português no título dos capítulos, com ou sem o registo em concani interlineado. A estes ensinamentos básicos, a *Ave-Maria*, o *Padre Nosso*, a *Salve-Rainha*, o *Credo*, que formam um conjunto de lições de iniciação cristã em língua concani, seguem-se em latim ditames de comportamento, orações e preces da liturgia católica, destinados a atingir o grupo mais circunscrito dos iniciados na língua erudita, fossem missionários ou neoconvertidos lançados nas mesmas tarefas.

Deixa-se para os concanófilos a investigação do modo como este primeiro europeu que traduziu uma cartilha utilizada na catequese da cristandade da metrópole,

⁶⁸ A língua brâmana ou canarim designava na época não o idioma do Canará, que é uma língua dravídica, mas o concani, vernáculo de Goa e de toda a costa do Concão, de origem sanscrítica. Segundo Sebastião Rodolfo Dalgado, “Os nossos antigos escritores deram-lhe vários nomes: *concana*, *concanica*, *brâmana-goana*, *goana*, *canarim*, *canarina*” (1919: 380).

⁶⁹ A obra figura a título de instrumento de ensino gramatical no “Cathalogo das Artes de Gramatica”. A Justino Mendes de Almeida cabe o mérito da descoberta e divulgação deste manuscrito da B.N.L. (século XVIII), que inclui, entre a grande maioria de títulos gramaticais setecentistas, alguns atribuídos ao século XVII. Amaro de Roboredo, Bento Pereira, Álvaro Ferreira Vera, Domingos de Araújo, Luís Figueira, Pedro Dias, Luís Vincêncio Mamiani são nomes contemplados nesta lista e, entre eles, o de Tomás Estevão com a obra “Doutrina christam na lingua bramana canarim” (Nº 156). O facto é bem prova de que os catecismos figuravam lado a lado de outros manuais de instrução gramatical (cf. Almeida, 1977: 109-126).

resolveu o problema da codificação de conceitos doutrinários para os quais as religiões indianas, tão alheias à ortodoxia católica, não dispunham de vocábulos apropriados. Algo, porém, podemos dizer sobre o assunto, a partir do que é observado pelos próprios autores com relação ao processo de obviar a falta de equivalentes satisfatórios, isto é, lexemas cujos significados cubram a mesma gama de situações. A abrir a *Declaracam da dovtrina christam (...) Composta em lingoa Bramana vulgar pello Padre Diogo Ribeiro* (Rachol, 1632), podem ler-se, no “Prologo e advertencia ao leitor”, os juízos que o jesuíta português Diogo Ribeiro emitiu sobre a adopção de vocábulos hindus neste seu catecismo, comum, no método expositivo (forma de diálogo) e no essencial da doutrina, ao do P^e. Tomás Estevão. Como já este fizera dez anos antes, o P^e. Diogo Ribeiro serviu-se de lexemas da religião hindu para designar realidades do cristianismo, por um processo de adaptação de significados que se esvaziaram do sentido pagão, substituído pelo elemento religioso da igreja institucional. Acontece com a palavra “vaincuntha” que o Autor traz a exemplo:

“... palaura (Vaincuntha) de que vzo nesta minha cartilha, aqual palaura em lingoa Canarim entre os gētios significa o seu paraiso delles em que moram seus pagodes: porem ja hoie na mesma lingoa entre os Christãos se toma & se entende pollo nosso paraiso da gloria & bemaumenturança em que esta & mora o nosso verdadeiro Deos com seus Santos: & assi neste sentido se vza ja cômūmente da dita palaura (Vaincuntha) naõ so entre Cristãos Rudes, mas tambem entre os que se bem entēdem” (1623: “Prologo”).

E adianta curiosa explicação para o procedimento de utilizar a palavra da língua nativa, mesmo sendo mínima a equivalência de significados, em vez de tomar de empréstimo um lexema do português:

“Sabida couza he (...) que as vozes, & palauras como seiam sinais ex instituto & impositione hominum, como dizem os Logicos, sò aquillo significam, q̄ os homens quiseram significassem, o que sendo tanto assi se acontecesse depois quererem q̄ huma palaura, que dantes significaua huma cousa, signifique outra, claro esta que começam ja a significar esta, & naõ aquella” (*Id.*, *ib.*: “Prologo”).

Encontra-se aqui o reflexo do pensamento lógico-gramatical nominalista, que prolonga o velho conflito grego entre a concepção da linguagem como *thésis* (“convenção”) ou *physis* (“natureza”). Se há uma adaptação de formas lexicais já existentes a novas realidades, tal o proposto pelo Autor, então a linguagem reflecte a lógica da mente humana, mas com independência das *proprietates rerum*, que o mesmo é rebater o paralelismo instituído entre as estruturas linguísticas, as operações do intellecto e a constituição do real. Uma vez destruído este edificio pela concepção de que os vocábulos não são senão nomes convencionais, a tese dos nominalistas irá vigorar no

pensamento dos lógicos até ao dia em que nele se baseará Saussure. O que acontece com estas palavras do concani, que ‘dantes profanas ficaram santificadas’ (*Id., ib.:* “Prologo”), não é tanto uma redefinição do seu conteúdo descritivo à luz de conceitos teológicos diferentes, mas uma ampliação do sentido além do seu uso prototípico (cf. Wierzbicka, 1995: 17), hábil expediente para predispor os indígenas a aceitarem os valores e costumes do cristianismo. Cativar as populações para o apostolado cristão era, de resto, o alvo visado por todas as obras escritas nas línguas locais durante o período de Seiscentos. No campo da literatura cristã, textos de natureza bíblica e hagiografias como o *Discurso sobre a vinda de Jesu-Christo Nosso Salvador ao mundo* (Rachol, 1616), de Tomás Estevão, poema escrito em língua marata, reeditado em 1646 e de novo em 1654, ou o *Tratado sobre os milagres, que pellos merecimentos do gloriozo Sancto Antonio, assi em vida do Sancto, como depois de sua morte, foi nosso Senhor seruido obrar, com a vida do mesmo Sancto* (Rachol 1655), que o P^e. António de Saldanha compôs em concani⁷⁰, devem considerar-se narrativas de *exempla*⁷¹, cuja intrínseca riqueza sugestiva dispensava atavios retóricos para persuadir as populações à conversão e, ao mesmo tempo, ao abandono dos seus costumes ancestrais. Extenso é o elenco de autores seiscentistas, jesuítas e franciscanos, que cultivaram nas línguas da terra este tipo de literatura de *exempla*, imbuída das mesmas concepções edificantes que inspiraram a ideia de cruzada⁷².

A promoção das línguas nativas, através do desenvolvimento desta literatura religiosa autóctone, encontrava eco da parte do poder político de Seiscentos, cuja atitude proteccionista das línguas orientais foi uma constante até quase ao dobrar do século, fosse por conveniência de uma política diplomática ou de uma política cultural. Já na vigência do reinado de D. Pedro II, a história da cultura indígena, assim o denuncia Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, foi marcada “pela sentença de exterminio, que o governo do Estado fulminou contra a lingua dos naturaes” (1858: 35), por lei de 1684

⁷⁰ António de Saldanha (1599-1663) é autor de outras obras ascéticas em língua concani, das quais as impressas saíram do Colégio de Rachol, muitas sem datação, provavelmente pelos anos de 1650 (Machado, D., 1965: I, 382). Entre as obras manuscritas conta-se um vocabulário de concani (vd. Anexo I).

⁷¹ Para a caracterização da natureza dos *exempla*, veja-se a obra de Maria Lucília Gonçalves Pires, 1980: 181 e ss..

⁷² No seu *Ensaio historico da lingua concani*, que ainda hoje deve considerar-se um clássico da bibliografia sobre o assunto, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara inclui uma “Bibliotheca concani, ou subsidios para o estudo methodico da lingua concani”, onde constam muitas dessas obras seiscentistas que entram no género tão cultivado das colecções de *exemplos* (1858: 79-201). O *Ensaio histórico da língua concani* foi publicado conjuntamente com uma reedição da *Arte da lingua canarim* (Rachol, 1640), do P^e. Tomás Estevão, em 1857. Em vez desta edição, utiliza-se uma de 1858, que foi acrescentada de vários documentos.

emanada do vice-reinado do Conde de Alvor, que proibia o uso das línguas maternas em favor da língua portuguesa⁷³. Cunha Rivara foi um acérrimo defensor e ilustre estudioso da língua concani, mas haverá decerto nas suas palavras um excesso de zelo à causa, porquanto a proibição, mau-grado de determinação superior, pouco efeito teve na sorte das línguas vernáculas, que continuaram a ser usadas e cultivadas pelas ordens religiosas até à época do “Seminario dos rapazes portuguezes e naturaes, em que se criem, estejam instruidos em todas as linguas destes Paizes e tambem no Latim”, instituído em Chorão no tempo do Marquês de Pombal, para manter a tradição do estudo das línguas indígenas (Andrade, A., 1984: 786-787).

Abundante informação dos séculos XVI e XVII relativa ao empenho da administração portuguesa na difusão destas e de línguas do Japão e China pode encontrar-se, quer nos dois volumes monumentais das *Cartas qve os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos reynos de Iapão & China aos da mesma Compnhia da India, & Europa, des do anno de 1549 até o de 1580* (Évora, 1598)⁷⁴, quer na preciosa colecção dos *Documentos remetidos da Índia*, vulgarmente conhecidos por *Livros das monções*⁷⁵, que encerram a correspondência trocada entre o governo da metrópole e o estado da Índia, desde 1584 em diante. Eram idênticas, em matéria de ensino das línguas locais, as preocupações que inspiraram esta recíproca correspondência, a do Oriente sob o prisma da premente realidade que impunha o seu estudo como elementar medida de difusão do cristianismo e da cultura europeia, a de Lisboa, escrita longe do teatro das operações, veiculando a perspectiva imperial de administração dos interesses de todo o Oriente português. Uma constante política de proteccionismo detecta-se no epistolário do tempo em que reinava Filipe II e governavam o estado da Índia D. João Coutinho, seguido do seu sucessor Fernão de Albuquerque. De forma análoga às recomendações dos Concílios Provinciais, cartas assinadas por punho régio obrigavam ao conhecimento das línguas locais os ministros da igreja e anunciavam providências contra as infracções do deliberado: “que se cumpra

⁷³ Dispunha o Alvará de lei de 27 de Junho de 1684 que “para se facilitar esta communicacão entre todos, se applicarão os naturaes a fallarem a lingua portugueza, e os Parochos e mestres das escolhas ensinarão aos meninos a doutrina christã no mesmo idioma, para que pelo tempo em diante fique sendo para todos commum. sem mais usarem da materna” (*apud* Rivara, 1858: 36).

⁷⁴ Os dois volumes foram reeditados em fac-símile, em 1997, com apresentação de José Manuel Garcia, edição que aqui se segue.

⁷⁵ Dos 62 livros que constituem esta colecção, alguns foram publicados, entre 1883 e 1935, pela Academia das Ciências (tomos I-IV), sob a direcção de Raimundo António de Bulhão Pato, e pela Imprensa Nacional (tomo V). Modernamente, voltou a Academia das Ciências a retomar a edição deste importante núcleo documental, em 5 tomos (VI-X), preparados pelo académico António da Silva Rego e impressos em, respectivamente, 1974, 1975, 1977, 1978 e 1982.

inteiramente a ordem que tenho dado para que os ministros das christandades de Salsete e Bardês saibão a lingoa ordeno ao arcebispo dessa cidade que nas visitas que fizer se informe disto particularmente e que achando que a não sabem alguns dos providos daquellas igrejas vos dê conta disso pera proverdes outros em seu lugar como vos encomendo muito que façais succedendo o cazo que se trata” (Rego, 1974: VI, 328). Sob a jurisdição dos franciscanos e jesuítas estavam, respectivamente, as comunidades cristãs de Bardês e Salsete, desde que os territórios foram incorporados ao estado português em 1544, facto que promoveu a aprendizagem das línguas nativas por parte de uns e de outros, embora com maior felicidade entre os jesuítas, segundo o testemunho de Cunha Rivara (1958: 21). Lutas domésticas à parte, é facto que não explicarem os missionários de Bardês “o sagrado Evangelho na lingoa dos naturaes” foi motivo de queixas formuladas pelos responsáveis locais em cartas que seguiam para Lisboa, em resposta a preocupações idênticas sentidas, à distância, no Reino (Rego, 1978: IX, 326-330). A linguagem de Filipe II, no passo da carta acima transcrito, dá-nos o tom da usada noutras epístolas, cujas respostas, assinadas por vice-reis e governadores da Índia, evidenciam a ressonância das ordens régias no relato da parte pedagógica do ensino das línguas orientais que tocava a cada uma das ordens religiosas. Em 1621, escrevia de Goa Fernão de Albuquerque que procedia “ao provimento das igrejas conforme a ordem que Vossa Magestade sobre isso tem dada, em caso que os religiosos que as tem a cargo não saibão dentro de tres annos a lingoa da terra e eu hey que pouco lugar poderá isto ter nas igrejas que administração os religiosos da Companhia, e de São Francisco porquanto tem muitos sogeitos que sabem bem a lingoa, e alguns que compoem livros nella” (Rego, 1975: II, 178). De missionários portugueses das demais congregações religiosas, que depois destas se fixaram na Índia, mormente dominicanos, agostinhos e oratorianos, não consta que saíssem obras em línguas da terra durante o período de que se trata, que ficou essencialmente marcado pela actividade dos jesuítas e por uma produção literária cujo valimento lhes fez tributar generosa protecção do governo local⁷⁶.

Desta produção literária, para além dos já referidos catecismos e obras ascéticas, comuns quanto à edificação religiosa, afim da alfabetização, importa detalhar as obras

⁷⁶ Ouça-se o governador Fernão de Albuquerque: “lembrando a Vossa Magestade que os religiosos da Companhia merecem particular favor de Vossa Magestade porque allem do muito que se aventajão de todos os outros nas matterias da chrandade e conversão das almas e mais sugeitos que lhes he necessario crear e ter para isso, por elles somente terem a seu cargo mais chrandades e missões que as outras religiões juntas, são tambem mui uteis ao serviço de Vossa Magestade em tudo o que se lhes encarrega” (Rego, 1975: II, 601).

inteiramente a ordem que tenho dado para que os ministros das christandades de Salsete e Bardês saibão a lingoa ordeno ao arcebispo dessa cidade que nas visitas que fizer se informe disto particularmente e que achando que a não sabem alguns dos providos daquellas igrejas vos dê conta disso pera proverdes outros em seu lugar como vos encomendo muito que façais succedendo o cazo que se trata” (Rego, 1974: VI, 328). Sob a jurisdição dos franciscanos e jesuítas estavam, respectivamente, as comunidades cristãs de Bardês e Salsete, desde que os territórios foram incorporados ao estado português em 1544, facto que promoveu a aprendizagem das línguas nativas por parte de uns e de outros, embora com maior felicidade entre os jesuítas, segundo o testemunho de Cunha Rivara (1958: 21). Lutas domésticas à parte, é facto que não explicarem os missionários de Bardês “o sagrado Evangelho na lingoa dos naturaes” foi motivo de queixas formuladas pelos responsáveis locais em cartas que seguiam para Lisboa, em resposta a preocupações idênticas sentidas, à distância, no Reino (Rego, 1978: IX, 326-330). A linguagem de Filipe II, no passo da carta acima transcrito, dá-nos o tom da usada noutras epístolas, cujas respostas, assinadas por vice-reis e governadores da Índia, evidenciam a ressonância das ordens régias no relato da parte pedagógica do ensino das línguas orientais que tocava a cada uma das ordens religiosas. Em 1621, escrevia de Goa Fernão de Albuquerque que procedia “ao provimento das igrejas conforme a ordem que Vossa Magestade sobre isso tem dada, em caso que os religiosos que as tem a cargo não saibão dentro de tres annos a lingoa da terra e eu hey que pouco lugar poderá isto ter nas igrejas que administração os religiosos da Companhia, e de São Francisco porquanto tem muitos sogeitos que sabem bem a lingoa, e alguns que compoem livros nella” (Rego, 1975: II, 178). De missionários portugueses das demais congregações religiosas, que depois destas se fixaram na Índia, mormente dominicanos, agostinhos e oratorianos, não consta que saíssem obras em línguas da terra durante o período de que se trata, que ficou essencialmente marcado pela actividade dos jesuítas e por uma produção literária cujo valimento lhes fez tributar generosa protecção do governo local⁷⁶.

Desta produção literária, para além dos já referidos catecismos e obras ascéticas, comuns quanto à edificação religiosa, afim da alfabetização, importa detalhar as obras

⁷⁶ Ouça-se o governador Fernão de Albuquerque: “lembrando a Vossa Magestade que os religiosos da Companhia merecem particular favor de Vossa Magestade porque allem do muito que se aventajão de todos os outros nas matterias da chrandade e conversão das almas e mais sujeitos que lhes he necessario crear e ter para isso, por elles somente terem a seu cargo mais chrandades e missõis que as outras religiõis juntas, são tambem mui uteis ao serviço de Vossa Magestade em tudo o que se lhes encarrega” (Rego, 1975: II, 601).

gramaticais como as artes, vocabulários e dicionários, que, sobre serem meios de ensino elementar, visavam directamente fixar o uso das línguas.

2. Lexicografia eurasiática

O número das obras lexicográficas de que há notícia documental excede largamente o das que se conservam no nosso património bibliográfico, sobretudo no tocante às de autoria de religiosos franciscanos. Perdidas na sua quase totalidade, ou de paradeiro desconhecido, ao que não terá sido alheio o seu registo manuscrito – recorde-se que a imprensa em Goa e Macau esteve sempre ao cuidado dos jesuítas –, as obras gramaticais dos frades menores não faltam, porém, nos registos bibliográficos (como a *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado), nem delas se esqueceram os irmãos de ofício Fr. Paulo da Trindade, na história do apostolado franciscano, escrita entre 1630 e 1636, à qual deu o título de *Conquista espiritual do Oriental* (Lisboa, 1962) e Fr. Jacinto de Deus, no *Vergel de plantas, e flores da Provincia da Madre de Deos dos Capuchos Reformados* (Lisboa, 1690). Mencionar-se-ão aqui algumas das referidas por Paulo da Trindade, reservando-lhes lugar no repertório bibliográfico do **Anexo I**. Entre os que compuseram “livros na língua da terra para catequizar e instruir nas coisas de nossa santa fé aos nossos convertidos”, refere Fr. Paulo da Trindade os nomes dos seus contemporâneos Fr. Gaspar de S. Miguel, autor de “uma *Arte da Língua Canarim*; e dois *Vocabulários* pelas letras todas do alfabeto, português e canarim”, logo seguido do de Fr. Pedro de S. Brás, que teria escrito em língua chingalá para os indígenas de Ceilão, uma “*Arte e Vocabulário*” (1962: 349-353). Poucas mais informações se poderão adiantar. Barbosa Machado (1965: II, 363) apenas regista o primeiro Autor, com as mesmas notícias e lista de obras, que nada indica tenham chegado a imprimir-se. Aliás, segundo Cunha Rivara (1858: 81, 130), ficaram manuscritas estas e mais obras religiosas do escritor, de que o capuchinho macaísta Fr. Jacinto de Deus fornecera pormenores descritivos⁷⁷. Do mesmo tempo e também de franciscanos, há outros trabalhos manuscritos sobre a língua concani, hoje igualmente perdidos, que se recensaram das fontes citadas e coligiram no **Anexo I**.

⁷⁷ Entre os franciscanos mencionados, foi Fr. Gaspar de S. Miguel quem lhe mereceu maior atenção: “O Padre Frey Gaspar de São Miguel compoz hum livro com admiravel policia em estylo poetico de toda a doutrina Christãa, & outro com a mesma traça, & mayor energia, sobre os quatro Novissimos a modo de Dialogo, a que deu titulo Vivaqhomallã, que val o mesmo que declaraçam da Fé, com hum doutissimo tratado confutatorio dos enganos em que traz o diabo a estes cegos idolatras, & noticias de quem foraõ seus Idolos & contém seis mil versos. Fez outro tratado em proza na mesma lingua, de estaçoens, que devem os Parochos fazer a suas ovelhas, em que se ensinaõ os mysterios de nossa Santa Fé, & se explicaõ os sete Sacramentos, & os preceitos do Decalogo: compoz mais o Baculo Pastoral, o Simbolo de Granada: mais outro livro sobre os sete Sacramentos: hum Simbolo de Belarmino, quatro Sermonarios, hum Calepino, hũa Arte, & hum Manual para os Parochos, & Reytores” (Deus, 1690: 10).

É diferente o quadro das obras gramaticais de autores jesuítas, não tanto quanto à sorte das obras, que muitas andam também perdidas, sobretudo os dicionários luso-sínicos (cf. Ramos, 1996: 109-117) e japoneses, mas porque, ainda assim, mais significativo é o número das chegadas até nós, donde maior o seu contributo para a documentação gramatical deste lapso de tempo, e mais extenso o rol das línguas descritas em artes e vocabulários. Para além do concani, o japonês prendeu a atenção dos missionários jesuítas até aos últimos anos da dinastia filipina, época em que o Japão se fechou ao contacto com Portugal, e depois o anamita, a partir da segunda metade do século, quando, estabelecidos os contactos comerciais com o reino da Cochinchina, os jesuítas se instalaram naquelas paragens. Vejam-se alguns textos. A abrir o século, embora não a série de obras lexicográficas, tem-se o *Vocabulario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por algvns Padres, e Irmãos da Companhia de IESV*⁷⁸, saído em 1603 da imprensa jesuítica de Nagasaqui e acrescentado de um suplemento em 1604, ano da publicação de uma *Arte da lingoa do Iapam* do P.^e João Rodrigues⁷⁹, que estaria já na forja, pois a ela aludem os Autores do vocabulário nos textos prefaciais. Merece este vocabulário que lhe se dedique alguma atenção, não pelo acaso de ser cronologicamente o primeiro impresso da série seiscentista de dicionários bilingues das línguas orientais, mas porque, na mesma medida desta precedência no tempo, algumas reflexões dos textos prefaciais sobre a estratégia lexicográfica seguida e a metodologia global adoptada na obra, antecipam um procedimento de rigor que só se registará em obras lexicográficas da segunda metade do século. O texto lexicográfico é introduzido por um “Prologo” e “Algũas aduertencias necessarias pera o vso, & intelligencia deste Vocabulario”, e seguido de um “Svpplemento” (fl. 331r), devidamente integrado no conjunto da obra por vários esclarecimentos “Ao leitor”⁸⁰. O

⁷⁸ Jordão de Freitas fez a descrição de uma cópia manuscrita desta obra, pertencente à Biblioteca da Ajuda (1905: 440 e ss.). Guarda-se um exemplar impresso na Biblioteca Pública de Évora, de que foi feita uma edição fac-similada (Japão, 1998), usada neste trabalho.

⁷⁹ As informações de alguns catálogos bibliográficos permitem asseverar o facto de o P.^e João Rodrigues ter sido um dos colaboradores deste vocabulário, se não mesmo o seu responsável, como sugere Carlos Sommervogel ao mencionar a obra sob o nome de “Jean Rodriguez” (1890: VI, 1970). Na *Nouvelle biographie générale* (1963: t. 42, 488), vem que “Selon toute probabilité, João Rodriguez avait travaillé à ce recueil, qui eut pour collaborateurs les Pères de sa compagnie”.

⁸⁰ O cuidado e rigor postos na elaboração deste vocabulário, prova-os uma advertência, entre outras que poderiam citar-se, como esta: “esta estrelinha* nos lugares onde se achar, significa, que aquellas vocabulos posto que estão impressos no corpo do Vocabulario, todavia ou se lhes acrecenta algum outro sentido, ou se emmenda nelles algũa cousa, ou se declara melhor” (1603: 331v). Mais exactamente, confirmou-se que os vocábulos repetidos no suplemento apresentam normalmente extensões de sentido do seu valor. Veja-se o exemplo: “Boroboroto. Adu.* ¶ *Item, Modo de estar o vestido roto, e*

texto do prólogo, para além de focar problemas referentes à natureza do dicionário e aos motivos que determinaram a sua publicação⁸¹, é rico em informações sobre o contexto editorial da época, dado remeter para obras que a antecedem em poucos anos. No contexto das alusões bibliográficas, não passa despercebida a referência a um anterior “Dictionario da lingua Latina impresso com a declaração em Portuguez e em Japão”, que permite identificar como fonte o famoso, a justo título, *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum* (Amacusa, 1595)⁸². Original na história da lexicografia da época, este dicionário, levado a cabo sob a invocação do nome de Ambrósio Calepino, foi o primeiro impresso em língua japonesa onde são cotejados o latim e o português com uma língua local, cuja tradição escrita não alfabética era desconhecida. Em cada artigo do dicionário, depois da entrada em latim, vêm as respectivas glosas em línguas portuguesa e japonesa, acrescidas, por vezes, de informação gramatical e exemplificação em contextos, segundo o modelo: “A, AB, ABS, praepositio. Lusitanicè de, da, do. Iaponicè. Yori, cara, ni. A, ab, significat merum à loco, vt redeo ab agro. Lus. Torno do campo. Iap. No yori modor. Item, Significat tempus, vt à pucro. Lus. Desde menino. Iap. Yò xò yon (...)”⁸³. À semelhança dos registos trilingues então utilizados em cartilhas e catecismos, estão em contacto três línguas, uma antiga, uma europeia e uma não europeia, a primeira a partir de uma das edições do dicionário de Calepino, enquanto para as equivalências do português, Telmo Verdelho detectou a presença do *Dictionariũ latino-lusitanicvm, et lvsitanico- latinvm* (Lisboa, 1570) de Jerónimo Cardoso, como obra de referência (Verdelho, T., 1995: 450-458).

esfarrapado” em acréscimo de “Boroboroto. Adu. Modo de se quebrar, ou esboroar algũa cousa como barro, ou terra que se desfaz, ou como grãos, e arroz quando se entorna”.

⁸¹ “Sendo o Vocabulario meyo tam necessario, & importante pera aprender qualquer lingua, ha muito tempo que os Padres da Companhia, que estamos em Iapão desejauamos sair com elle impresso pera os Padres, & Irmãos que vem de novo a cultiuar, & augmentar esta Christandade, terem algua maneira de guia, & ajuda pera aprender esta lingua: mas por que pera isto se requeria muita noticia, & experiencia do vso desta lingua, & mais exacto exame dos vocabulos, não se podia em breue tempo fazer tam grande obra” (“Prologo”).

⁸² Como era hábito na época, a obra tem um título bem mais longo, que se passa a transcrever: *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac Iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum: in quo omissis nominibus proprijs tam locorum, quam hominum, ac quibusdam alijs minus vsitatis, omnes vocabuloru significationes, elegantioresq̃ dicendi modi apponuntur: in vsum & gratiam iaponicae iuuentutis, quae latino idiomati operam nauat, nec non Europeoru, qui Iaponicu sermonem addiscunt*. In Amacvsa in collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Superiorum. Anno M.D.XCV.

⁸³ A edição fac-similada de Hirosato Iwai (1953), por onde se cita, é mais completa do que uma cópia manuscrita existente na Biblioteca da Ajuda, que abre com o verbo *Abedo, is*, em virtude de duas folhas preliminares em branco.

Conferindo os dois dicionários de língua japonesa, apura-se que ambos apresentam sensivelmente a mesma extensão, que ronda o número apreciável, para a lexicografia da época, de 30.000 entradas, e outros pontos de contacto, no tocante à sua organização formal. Mas sem dúvida que se o *Vocabvlario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues* teve a sua matriz no trilingue de 1595, certamente enriqueceu de melhoramentos os dados nele hauridos, desde logo quanto à ampliação do *corpus* lexical do português, em virtude da diversidade e novidade de referências que as entradas do léxico japonês terão sugerido⁸⁴. Qualquer manual de lexicografia ensina, e tê-lo-ão os missionários aprendido por experiência, que à produção de “Dictionaries for the speakers of the source language vs. dictionaries for the speakers of the target language” não quadra tratamento igual: “The first issue is ‘vocabulary selection’ (what items are to be entered in the dictionary)” (Al-Kasimi, 1977: 21-22)⁸⁵. A este facto hoje apriorístico não faltam indícios de sensibilidade atendível dos missionários. Os leitores do *Vocabvlario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues* são informados de que “nelle se poẽ muitas palauras Cobitas mais correntes” (“Prologo”), esclarecimentos acrescidos no artigo “Cobi, uru, ita. *Ter a couza em si algũa graça, ou particularidade que contenta.* ¶ *Itẽ, Ser Cobito, e estraugante em falar palauras nouas e exquisitas. Vi, Cobite yũ. Falar estas palauras extraordinarias, e selectas*”. Se este *Vocabvlario* é exaustivo do ponto de vista lexical, não se poderá asseverar, nem convenientemente ajuizar da afirmação, adiantada no prólogo, de que nele se declara “não somente o sentido corrente, & vso ordinario dos vocabulos, mas também o extraordinario, & metaphorico, & muitos, mui varios, & elegantes modos de falar que te assi na pratica, como na escritura”. Que as glosas dicionarísticas são frequentemente extensas, atesta-se em vários exemplos recolhidos ao acaso. E a recorrente inserção contextual das entradas japonesas permite, se não avaliar “elegantes modos de falar”, pelo menos, identificar, através das equivalências em língua portuguesa, vários usos da palavra de entrada, assim se distinguindo os seus respectivos sentidos correntes e mais figurados. Mas indo por partes, comece-se pela organização do vocabulário e estruturação dos artigos, desde logo

⁸⁴ Em relação à variedade de áreas significativas, Charles Ralph Boxer escreveu que “It includes the technical terms of Buddhism and Japanese Literature, gives copious examples of colloquial expressions, and makes a careful distinction between the dialect of Central Japan and that of Kyushu” (1950: 350-351).

⁸⁵ A operação é das mais estudadas no âmbito da lexicografia. Veja-se o artigo “The selection of entries for a bilingual dictionary”, de Donald C. Swanson (Householder/Saporta, 1967: 63-77).

delineadas nas “Algũas aduertencias necessarias pera o vso, & intelligencia deste Vocabulario”, onde o leitor é posto ao corrente da técnica lexicográfica utilizada.

O mais interessante destas advertências e talvez mesmo original, pois que não se integrava nos hábitos nem na metodologia dos autores deste tipo de obras, é a informação sobre o registo de variantes diatópicas (dialectos de Kami e Shimo), diafásicas (poesia, escrita, vocabulário búdico) e diastráticas (linguagem vulgar), que aparecem anotadas de modo muito sistemático, por meio de abreviaturas⁸⁶. Fazem também parte das advertências indicações fonéticas sobre a distribuição da quantidade prosódica de algumas sílabas, e ortográficas, visando regras de ordenação alfabética. Quanto aos artigos, já se percebeu que estão transliteradas para o alfabeto latino, quer as formas da entrada, em japonês, quer a sua contextualização, apresentada no seguimento da definição. Sem se referirem os casos que evidenciam uma tradução ou equivalência mais ou menos aproximada, por existirem equivalentes portugueses, do tipo “Betni. *Adu. De outra maneira, ou differentemente*”, fala-se intencionalmente em definição, uma vez averiguado que, mais do que a tradução, é a explicação do significado o meio privilegiado de tratar os vocábulos que não apresentavam na língua portuguesa equivalentes capazes de saturar os respectivos valores. Está em causa o papel que cabe à glosa semântica de colmatar, pelo recurso à sinonímia e à perífrase, as perdas de informação que ocorrem no confronto das línguas ou ainda, ver-se-á a seguir, de preencher as lacunas próprias da não isomorfia entre os vocábulos de um par de línguas, por não serem as mesmas as realidades por eles designadas. Cabe observar que, como é sabido, a possibilidade de codificação não é uniforme nem necessariamente constante (já o afirmava, em 1823, José Vicente Gomes de Moura ao enunciar regras para ‘verter de latim para português’, cf. 1823: 400), por razões culturalmente explicáveis, as mesmas, aliás, que fizeram chegar ao léxico português grande número de vocábulos exóticos. O significado do vocábulo japonês chega-nos assim por meio de uma definição em língua portuguesa, apresentada como uma paráfrase e é deduzível também dos contextos apresentados. Neste quadro, compreende-se que o largo espaço concedido à exemplificação de usos da palavra de entrada seja uma forma de apresentação implícita

⁸⁶ O texto respeitante diz o seguinte: “Ordinariamente quando o vso da palaura nas partes do Cami he diferente do de cà destes Reinos do Ximo, ou de outras partes, dizemos no Cami se diz assĩ, ou se vsa desta maneira, &c. Quando somente se vsa neste Ximo, pomos no cabo da palaura, ou da declaração della hum, X. (...) quando a palaura serue somente na poësia, pòmós hum P. qñ só na escritura como em liuros, ou cartas hu S. qñ he palaura do Buppô, pomos Bup. (...). Quãdo no cabo da dição, ou declaração está hum B. quer dizer que aquella palaura he baixa”.

de informação. Se a definição é, por vezes, breve ou quase lacónica, não se reputa porém de insuficiente, dado que a abundante contextualização recria um quadro semântico aproximativo do valor do lexema e compensador de algumas lacunas que se podem assacar à economia lexicográfica. Aliás, de regra, verifica-se que o desenvolvimento da definição e o da contextualização do vocábulo variam em razão inversa de proporção: uma definição breve é quase sempre reforçada por meio de exemplificação e, inversamente, a definição mais parafrástica ocorre em ausência de contextos situacionais. Os seguintes artigos do *Vocabulário* mostram esta tendência:

“Aa. *Interieção de dor, ou tristeza.* ¶ *Vt, Aa canaxij cana O cousa triste.* ¶ *Itê, Aliquando interieção de admiração. Vt, Aa vobitaxiya. O cousa grande, ou enorme.* ¶ *Item, De alegria. Vt, Aa vrexiya. O como folgo.* ¶ *Itê, De duuida. Vt, Aa vobotçucanai coto cana. O cousa duuidosa.* ¶ *Item, He particula de respõder si, como quẽ cõsente, ou aprova o q̃ se diz.”*

“Abare, uru, eta. *Verbo defect. Destruirse, e desfazerse a casa por si, pouco usado neste sentido.* ¶ *Vt Iyeua cajeni abare, ameni cutçuru. A casa se desfaz cõ o vento, e apodrece cõ a chuua.* ¶ *Item, Abare uru. Ser desordenado, ou desmanchado como os meninos no brincar.* ¶ *Cono varanbega abarete tamuranu. Não ha poderse valer cõ este menino, que assi brinca, e se desordena.* ¶ *Abareta fito, abaramono. Homem mal criado, e desconçertado, e impertuoso.* ¶ *Nezumiga abaruru. Andarã os ratos saltando, e correndo.* ¶ *Xixiga abaruru. Virem os porcos de mato liurementemente aos campos, e sementeiras, e danificalas”.*

“Batabata. *Adu. Modo de soar batendo o passaro azas, ou de soar couza que se bate, ou toca hũa na outra”.*

“Betto. *Nome de hũa certa dignidade.* ¶ *Itê, Homem que he como cabeça, ou official principal nalgũa pouoação”.*

A criação de contextos para a interjeição *Aa* é fundamentalmente a instauração dos seus próprios valores. Mas a função dos exemplos, no caso de *Abare, uru, eta*, vai mais longe do que explicitar a informação semântica contida na definição. É que os enunciados são sintacticamente criados em conformidade com o valor linguístico da categorização de “Verbo defect.”, que está implicado na informação da glosa sobre o desuso de *destruir-se e desfazer-se a casa por si*. Donde a presença dos complementos instrumentais “com o vento”, “com a chuva”, no primeiro contexto; donde também o sentido mais metafórico dos restantes contextos relativamente aos dois verbos, sinónimos entre si, actualizados na definição. Quanto aos dois últimos artigos aqui exemplificados, a sua análise evidencia o recurso a dois processos conhecidos para contornar a dificuldade de tradução: em vez de um lexema equivalente, o correlativo português do onomatopaico “Batabata” é um sintagma; no caso de “Betto”, é referenciado um *denotatum* (“dignidade” ou “official”) a que é possível, pelas suas propriedades, aplicar o lexema. Ambos os artigos são suportados por glosas explicativas, e ainda que fora de qualquer enquadramento contextual, a sua análise sémica, por breve que fosse, permitiria

distinguir dois ou três traços de significado para cada um dos vocábulos. Bastam para a descrição semântica as glosas explicativas, onde se detectam a redundância sinonímica, e o recurso a hiperónimos e a semas distintivos. Do ponto de vista das informações linguísticas, os artigos citados, que registam as categorias gramaticais das entradas, são excepções à regra que constitui neste vocabulário a ausência de terminologia gramatical. Averbam-se também como excepções as entradas onde ocorre a designação “Adu.”, a única classe cujo registo merece referência. Daqui pode deduzir-se ter sido este vocabulário menos orientado para o esclarecimento gramatical, e mais para a aprendizagem do vocabulário e exercitação lexical do japonês. Há ainda um outro aspecto a notar, no âmbito do acesso aos valores denotativos e/ou conotativos do vocábulo de entrada, embora neste caso, ao contrário dos anteriores, não se trate da existência de equivalentes portugueses. Alude-se aos vocábulos que, por não serem conhecidas as realidades por eles designadas, apresentam uma definição descritiva, visando sobretudo a informação explícita sobre os novos referentes. A muitas “palauras nouas e exquisitas”, qual se citou atrás, associava-se a novidade dos conceitos que elas exprimiam, de vastas áreas culturais desconhecidas ou mal conhecidas. Todo o mundo de referências sobre a fauna e a flora, a religião e os costumes dos povos, a sua organização civil e militar aparece denotado em definições onde, dada a inexistência de equivalentes de tradução reconhecidos, não é questão descrever significados, mas encontrar para as novas realidades uma codificação capaz de adquirir a mesma especificidade de significado do vocábulo a definir. É o que se regista nas entradas:

“Gezzurimono Varias flores, passaros, e cousas semelhantes, q̃ se fazem de certo pao precioso pera ornato de varias cousas”.

“Sacagome Arroz, de que se faz vinho”.

Já atrás se mencionou a produtividade dos sistemas linguísticos em aumentar as possibilidades de codificação de objectos que, por razões culturalmente explicáveis, não estão lexicalizados na língua; além dos já referidos, são conhecidos outros recursos de que as línguas dispõem para colmatar as lacunas lexicais: empréstimos, estrangeirismos, neologismos, ou simples informação enciclopédica (cf. Vilela, 1994: 153). Embora não caiba, neste momento, averiguar a ocorrência de tais fenómenos no quadro das definições lexicográficas deste vocabulário, é de assinalar que parece ser o predomínio da informação motivada pelo sentido enciclopédico, a melhor resposta ao interesse de descrever na língua portuguesa as novas realidades resultantes do saber empírico, conquanto essa informação de tipo enciclopédico não ultrapassa o domínio do

conhecimento didáctico dos dicionários de língua⁸⁷. Não se trata evidentemente de fornecer um saber global, nem, por outro lado, de uma prática de acesso à significação, antes da exposição de dados da realidade referencial, que advinham da aplicação à observação, de modo suficientemente redundante para assegurar o entendimento. Sabe-se do fenómeno de importação, pelo português europeu, de grande número de vocábulos de origem oriental. Ora, se com as palavras eram também importados conceitos, não se esqueça que, uma vez dependentes de determinado recorte da realidade, era necessário distingui-los entre si, até porque a importação lexical envolve mudanças na estrutura de um sistema linguístico. Fossem os informes fornecidos suficientemente explicativos do vocábulo, que maior seria o grau de compreensão geral da estrutura semântica onde ele funcionava. Não sobeja lembrar que este e outros vocabulários faziam parte de um conjunto de instrumentos pedagógicos de normatização da língua, pensados no quadro de um programa geral de ensino e aprendizagem das línguas exóticas. Neste âmbito, não é surpreendente, mas também não passa despercebido, o facto de os vocabulários da época se distinguirem entre si pela variedade de estratégias utilizadas em termos de técnica lexicográfica. Dos dados que se vêm registando sobre o *Vocabulário da lingua de Iapam com a declaração em Português* (Nagasaki, 1603), pode atestar-se a sua originalidade face ao anterior dicionário trilingue de 1595, e, não fossem estas poucas informações, bastaria reparar em que, uma vez excluído o latim deste vocabulário bilingue, as definições em língua portuguesa tornam-se muito mais parafrásticas do que nos dicionários onde também o latim era língua de tradução, o que só por si constitui inovação. Mas prossiga-se o giro pelos dicionários da época e respectivas técnicas lexicográficas para verificar a diversidade de soluções adoptadas.

Sob a mesma perspectiva, tem interesse referir a obra do dominicano espanhol Diogo Collado, *Dictionarium sive thesauri linguae iaponicae compendivm* (Roma, 1632), publicada em latim, castelhano e japonês, sendo o latim a língua de entrada e o castelhano, que se tornara familiar aos ouvidos dos portugueses, a língua de mediação,

⁸⁷ Segundo esclarece Telmo Verdelho, a distinção que o filósofo francês D'Alembert, um dos fundadores da *Enciclopédia* (1752), aí estabelece entre dicionário de palavras, dicionários de factos e dicionários de coisas, vinha sendo delineada desde a prática lexicográfica do Renascimento, onde a delimitação do conhecimento enciclopédico relativamente à informação didáctica terá actuado como catalisador dessa distinção (Verdelho, T., 1995: 245-247). Entre nós, Rafael Bluteau, que serviu de intermediário da cultura francesa num período de transição de valores, não ignorou no *Supplemento ao vocabulario portuguez, e latino*, a classificação de, por um lado, dicionários enciclopédicos que “como o de Moreri (...) envolvem e revolvem os tempos passados” e, por outro, dicionários de línguas, onde “se achão todas as disciplinas com os termos, de que usaõ, alfabeticamente explanadas; apparecem [desde] descripçoens das plantas, dos animaes, dos insectos, dos Mineraes (...) [a] termos de Naçoens do Oriente, e do Occidente tirados das Relaçõens, que ficaraõ de curiozos, que por terras estranhas andaraõ” (1712: 536-537).

do qual dicionário se supõe existir, se não um manuscrito original português, pelo menos, uma tradução⁸⁸. É obra sem grande fôlego se comparada com as suas congéneres em língua japonesa, mas apesar de as notícias bibliográficas a darem por pouco representativa da galeria dos manuais linguísticos japoneses⁸⁹, vale, quanto a nós, como índice da diversidade de técnicas da elaboração lexicográfica. Vale sobretudo, acrescente-se, como manual que, entre os dicionários de tipo escolar, suscitaria o ensino gramatical da língua, porquanto o *corpus* latino indexado nas entradas é predominantemente constituído por locuções e estruturas frásicas, mais parecendo este um dicionário de frases do que de palavras. Como nos clássicos europeus de Nebrija, Calepino, Robert Estienne e Jerónimo Cardoso, os vocábulos aparecem à cabeça de uma série sucessiva de sintagmas de que são núcleo, determinado por formas adjectivais: *Aqua, ae; Aqua calida; Aqua clara; Aqua congelata; Aqua congelata se abluo*. Noutros casos, são sintagmas preposicionais (*Absque dolore*), sintagmas adverbiais (*Alter locus*), locuções e frases diversas que aparecem alfabetadas, em vez de palavras graficamente delimitadas. Ainda que sem qualquer informação sobre categorias gramaticais, compreensivelmente tratando-se de entradas desta natureza, afigura-se ser este dicionário, do ponto de vista pedagógico, um bom manual de orientação dos mecanismos gramaticais subjacentes às relações sintácticas que contraem as unidades. O conjunto das entradas fornece um quadro gramatical implícito, que vai desde as estruturas sintagmáticas mais simples - a relação de determinação entre o nome e o adjectivo, por exemplo - até à expansão de enunciados mínimos, sempre com as traduções castelhana e japonesa. Sem ir muito além das primeiras páginas, eis algumas entradas do dicionário, que tipificam relações sintácticas (as formas de entrada e as equivalências castelhanas vêm sublinhadas):

a) sintagmas cujas unidades se relacionam por determinação e coordenação

“Candidus et rubicundus. blanco y colorado. xàcu biacu no iro”.

“Multa millia hominum. muchos millares de hombres. fuxen nin”.

“Regnum Chinae. reino de China. taïto”.

“Regnum proprium excellens. reino excelente proprio. jõ cocũdo”.

⁸⁸ Num artigo dedicado a gramáticas japonesas, aparecido no *Jornal do commercio*, de 27 de Janeiro de 1869, e reproduzido no *Diccionario* de Inocêncio Francisco da Silva (1858: X, 341-342), Figanière escreveu, referindo-se a uma versão conjunta deste dicionário e de uma *Ars grammaticae japonicae linguae*, do mesmo Autor, “O manuscrito portuguez da arte e do diccionario, de que se imprimiram alguns exemplares em pergaminho, existe no collegio pontificio da propaganda fide”. O exemplar que se encontra na Biblioteca da Ajuda é trilingue latino-castelhano-japonês, e é de crer que assim seja o original (Freitas, 1905: 500-505).

⁸⁹ Jacques-Charles Brunet cita o parecer de J. P. Abel Rémusant: “Ces deux ouvrages [*Dictionarivm e Ars grammaticae*] sont, au jugement du *Journal des Savants* (octobre 1825), les plus incomplets et les plus fautifs de tous ceux que l’on connaît sur le même sujet” (Brunet, 1965: II, 132).

b) enunciados expandidos por coordenação e subordinação

“*Aqua congelata se abluo. banñarse con agua elada. covòri mīzzu cūmi, u*”.

“*Candela per totā noctem durans. cādelas que duram toda la noche. ari vāqe*”.

“*Mundo et purifico. limpiar y purificar. qiyome, ùru*”.

“*Regressus ad patriam et regnum proprium. buelta asu reino. qicòcu*”.

Este quadro mantém-se ao longo das 353 páginas do dicionário: vários tipos de sintagmas e frases de complexidade sintáctica variável, traduzidos em duas línguas. Relativamente ao modelo português de Agostinho Barbosa, particulariza-se esta obra pela língua descrita e favorecimento de campos semânticos, ligados à realidade quotidiana e a um universo cultural próprio. Ficavam, assim, salvaguardados os interesses do clero educado na terra. Quer dizer, este tão grande envolvimento da sintaxe incrementava naturalmente o estudo da língua japonesa, facilitando a comunicação entre os europeus e os nativos, mas, ao mesmo tempo, era de excelente efeito na educação dos que estudavam gramática latina nos conventos e colégios das ordens religiosas, para habilitação ao sacerdócio. De um lado, os *mousinhos* (ou *mósinhos*), moços empregados nos serviços religiosos das igrejas, que, após a devida educação, enfileiravam no clero secular para as tarefas do proselitismo cristão; de outro, os recém-chegados, missionários sobretudo, empenhados em usar o japonês como língua de missão. Para estes, não deixaria de ser meio de exercitação lexical do japonês um dicionário onde podiam forragear vocabulário, expressões e frases suficientes para satisfazer as necessidades linguísticas imediatas que emergiam da prática quotidiana da comunicação. As suas dimensões modestas são um índice de diferente utilização escolar. Mais do que uma obra de consulta destinada a mestres, tal qual eram os grandes dicionários, um manual de acesso fácil, de divulgação generalizada e manuseio frequente, ajustado à prática comunicativa. Ao aspecto que acima se considerou prova de algum investimento gramatical e de adequação ao exercício escolar, acresce portanto a eficácia de um *corpus* lexical, constituído por expressões ligadas à realidade referencial. Nestes termos, sem embargo das deficiências e inexactidões no tratamento da língua japonesa, que imputam diversos autores a este texto, deve o seu lugar ser considerado no contexto da produção dicionarística da época, de que não aparece desligado em termos de técnica lexicográfica. O processo das entradas fraseológicas já vinha de outros dicionários bilíngues de línguas exóticas, nomeadamente do concani.

Volta-se novamente ao vernáculo de Goa para referir um manuscrito de 1626, o *Vocabvlario da lingoa canarim, composto pello P^e. Dioguo Ribeiro da Comp^a. de*

*IESV*⁹⁰, vocabulário que se poderá também classificar de fraseológico. Saliente-se que, de entre os vários vocabulários manuscritos da língua concani, de autores jesuítas e franciscanos (vd. **Anexo I**), este, composto por Diogo Ribeiro, decerto com intervenção de outras mãos, é o mais citado e o que maior número de cópias fez circular, provavelmente com títulos diferentes e nem sempre fáceis de identificar quando a autoria ou a direcção se escondem sob a designação genérica de “Padres da Companhia de Jesus”. A tão grande difusão de cópias manuscritas não terá sido alheio o facto de, contendo versões em português-canarim e canarim-português, permitir o acesso à nomenclatura das duas línguas. No exemplar da Biblioteca da Ajuda, as duas versões estão formalmente agrupadas em duas partes, cada uma a duas colunas por página, embora, por vezes, de modo um tanto acrítico, os artigos ocupem o lugar das entradas, que também nem sempre se distribuem por ordem alfabética, quer devido às subdivisões do tipo Ab, Abh, Ach, Ad, dentro de cada letra, quer ainda à intercalação frequente de sintagmas e frases, ou interferência da formação derivacional, que quebram a ordenação alfabética⁹¹. É curioso notar os frequentes espaços em branco existentes na transição

⁹⁰ Este exemplar manuscrito encontra-se na B.A. e consta de duas partes: a primeira, até ao fl. 186, *Vocabulário da lingua da terra, composto pello P.^c Dioguo Ribeiro da Comp.^a de IESV. Do uzo do P.^c Amaro de Azeuedo, tresladado a sua custa*, corresponde à versão canarim; do fl. 187 ao 399, vem a tradução portuguesa, intitulada *Vocabulário da lingua da terra, traduzido de Portuguez em Cannarj pello P.^c Dioguo Ribeyro da comp.^a de IESV, do uzo do P.^c Amaro de Azeuedo da mesma Comp.^a, e treslalado a sua custa. Segunda parte*. É este vocabulário um de entre os vários da língua concani que se encontram em bibliotecas portuguesas e goenses, e cuja semelhança ou, inclusive, identidade dos títulos nem sempre permite distingui-los, mesmo quando o cotejo é possível. Não cabem aqui, nem seria possível reduzir a uma nota, reflexões textuais relativas à tradição manuscrita deste vocabulário, que se supõe ser grande. Deixa-se apenas o seguinte apontamento, a título de orientação para o que acima se dirá. Na lista de obras luso-asiáticas apuradas por David Lopes (1936: 144-145), conforme à “Bibliotheca Concani” de Cunha Rivara (1858: 79-201), figura o manuscrito *Vocabulário da lingua canarim, feito pelos padres da Companhia de Jesus, que residem na Christandade de Salcete, e novamente accrescentado com varios modos de follar pelo Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia. Anno de 1626*, que, assim intitulado, não corresponde ao mencionado da B.A., nem ao também manuscrito seiscentista *Vocabulário da lingua canarina com versam portugueza*, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino e há uns anos editado em fac-símile pela Junta de Investigações do Ultramar (1973). A coincidência de datas, porém, e o facto de a todos estes manuscritos andar associado o nome de Diogo Ribeiro levam a supor que o manuscrito apresentado por David Lopes e Cunha Rivara é, ou um dos dois que se recenseou na B.A. e no A.H.U., ou uma cópia com um título diferente. Em face destes recenseados, o que se pode adiantar, com as devidas reservas de uma análise comparativa superficial, é que o manuscrito do A.H.U. coincide com a versão portuguesa do vocabulário da B.A., correspondente à 2ª parte, que aventamos identificar como exemplar de cópia. O manuscrito do A.H.U. seria, portanto, uma cópia da versão portuguesa, que, noutros exemplares manuscritos, corria conjuntamente com a versão canarina num só volume.

⁹¹ A título de exemplo, veja-se a seguinte série de unidades da subdivisão *Ba*: depois de “Barba”, vêm “As barbas depenar”, “Barba pintada de branco”, “Barba sã cabelos”, “Barba ã enche o Rosto”, “Desbarbado”, “Barba debode”, “Barba mal cortada”, “Barbaçudo”, “Barba crecida”, “Barba forcada” e, a acabar a lista do que mais parece o campo idiomático derivado de *barba*, “Barbado que tẽ barba forcada”. Sob o mesmo ponto de vista formal, o manuscrito do A.H.U. distingue-se em termos de sistematicidade lexical e apresenta inovações na configuração: as duas colunas de cada página estão separadas por linhas verticais; é mais rigorosa a ordenação alfabética das entradas, que se destacam dos artigos em nítida marginação; passam a contextos, incluídos nos artigos, muitos sintagmas que no

desses grupos alfabéticos, como se em previsão de ulteriores realizações lexicais, assim como são frequentes, por razões diferentes, muitos espaços deixados em branco no alinhamento de entradas de vocábulos portugueses, que ficaram sem a respectiva tradução. Mas isso só se regista em entradas do português, que as da versão canarim-português estão abundantemente preenchidas. Mesmo que se considere a hipótese de uma actualização constante do material linguístico seleccionado e, por outro lado, de um exercício de redacção gradual e paulatino, em virtude de sucessivas reescritas dos artigos, ainda assim, é de supor uma interrupção provocada pela utilização de um *corpus* lexical português, que seria inibidor de uma tradução dentro das limitações do mundo referencial, em alguns vocabulários superadas pelo recurso às glosas explicativas, como atrás se viu. Encontram-se neste vocabulário exemplos bem elucidativos: ficaram sem tradução concani as séries de unidades “Vila”, “Vilão”, “Vilãa”, “Vilania” e “Vua pendurada”, “Vua passada”, “Vua moscatel”, “Vua ferral”, “Vua branca”, como, mais atrás, “Videira”, “Vindima”, “Vindimar”, “Vindimador”, “Vindimadeira”. Os espaços em branco têm, no caso, significado. Significam, se bem se devassam, a dificuldade em encontrar designações para referir um tipo de organização administrativa e social, que era desconhecido, e para referir diversas espécies de um fruto, cuja cultura não existia na região⁹². É assim verdade que “A primary problem in the composition of a bilingual dictionary is to decide whether the work is intended principally for the speakers of X-language or the speakers of Y-language”, uma vez que “It is clearly impossible to pay equal attention to both X-speakers and Y-speakers in one and the same work” (Harrel, 1975: 51). Os espaços em branco, por outro lado, relacionam-se com a metodologia adoptada no preenchimento dos artigos, cujo modelo apresenta apenas as traduções, seguidas ou não de contextualização, em lugar de definições ou glosas parafrásticas. Mas não parece daí decorrer défice de significação. É que, percorridas muitas folhas do manuscrito, registou-se que o número de sintagmas e frases apresentados no seguimento de um lema, pouco importa, para o caso, se a título de exemplificação ou sob a forma de novas entradas, é suficientemente abundante para fornecer um quadro significativo

manuscrito da B.A. aparecem sob a forma de entrada. A título de exemplo, confronte-se nos dois manuscritos a sequência de entradas que segue o artigo “Châkâry. ie. seruiço”.

⁹² O exemplo que fornece Al-Kasimi ajuda a compreender o problema em questão: “Because of the usual limitation on the size of the dictionary, the editor should select his entries in accordance with the purpose of the dictionary. If an English-Arabic dictionary is intended for Americans, there is no point in including the sporting terms of American football, which is unknown in the Arab world. But if the dictionary is designed for the Arabs, these terms may be included in the dictionary since an Arabic learner might encounter some of these terms in their sporting senses in American newspapers and magazines” (1977: 22).

capaz de compensar a ausência de glosas semânticas. Se não, veja-se. No fl. 36v deste *Vocabvlario*, o verbo “Bater” suscita quase uma coluna inteira de entradas, preenchidas pelas seguintes locuções e frases variadas:

a) de tipo idiomático: “Bater as azas o galo, ou passaro”; “Bater as palmas” (e “Bater de palmas”); “Bater moeda”; “Bater os dentes cõ frio”; “Bater os dentes cõ raiva”; “Bater nos peitos”; “Bater o coração estar cõ sobre salto”;

b) em forma de enunciado: “Bater a testa no chaõ pera se ferir”; “Bater chaõ”; “Bateraõ a angana fazendo liza”; “Bater o ferro ou couro o Alparq^{to}”; “Bater roupa”.

A especificidade semântica que adquire o lema *bater* em cada um dos sintagmas é de ordem a considerá-los entradas compreendidas no mesmo artigo, a título de acepções ou efeitos de sentido. À falta de glosas ou paráfrases explicativas, encontram-se os empregos efectivos da palavra, circunscritos os seus valores semânticos através deste procedimento contextual, que evidencia determinado recorte da experiência humana. Poderiam multiplicar-se os exemplos de ocorrências desta natureza, tão frequentes que seria caso considerar o processo de expansão sintáctica uma característica da estruturação lexicográfica deste vocabulário. Acrescente-se a técnica da exploração derivacional: “Batedor cõ ã bate o chaõ”; “Batedor cõ ã batẽ os mainatos a roupa”; “Batedoura de pao”. A formação de paradigmas derivacionais, de grande produtividade na selecção do vocabulário, fornece uma imagem da exercitação linguística do dicionarista, sobretudo ao nível dos paradigmas sufixais:

- “Abundância”, “Abundante”, “Abundamẽte”, “Abundar em riquezas”;
- “Abreuiar”, “Abreuiadura”, “Abreuiadamente”, “Abreuiada cousa”, “Abreuiador” (todos sem tradução);
- “Acabar”, “Acabada cousa”, “Acabamento”, “Acabadamente”;
- “Bebada cousa”, “Bebadice”, “Bebado”, “Bebedor”, “Beber”, “Baberagem”;
- “Bolor”, “Borolenta cousa”, “Abolorecer”.

Em qualquer um dos casos, expansão sintáctica e exploração derivacional, os artigos não incluem mais do que as respectivas equivalências do concani, e as excepções a esta regra ocorrem em casos pontuais de entradas, cujos contextos são transformados em paráfrases explicativas, por motivos nem sempre muitos claros. Sirva de exemplo o texto que se apresenta no termo da seguinte sequência:

“Bailar. Nâchâtâ

Bailar fazer bonifrates. Khâmbã sutrã khellâitâ

fazer bailar os noiuos tomãdo no colo hũ o noiuo, outro a noiua ou tambem metidos no palanquĩ, e os que o tem as costas bailaõ, e fazem bailar aos noiuos. Thongã. â.”

Este texto adicional, que interrompe a sequência das entradas alfabéticas, parece tratar-se de uma especificação de significado do sintagma, formalmente destacado pela maiúscula, “Bailar fazer bonifrates”, a título de uma explicação propriamente enciclopédica de uma entrada privilegiada pelo Autor, por razões que se prenderão com a realidade da experiência quotidiana. Corresponderá, portanto, esta informação a um contexto semanticamente marcado, que o respectivo equivalente de tradução só vem corroborar, e o mesmo se diga, *mutatis mutandis*, para os demais casos em que o sentido particular de um lema é desenvolvido em paráfrase explicativa e diferenciado em termos de tradução.

Se até agora não se falou em definição, enquanto operação lexicográfica, foi porque reservava-se o termo para caracterizar o tipo de informação que é fornecido nos artigos da segunda parte deste vocabulário, correspondente à versão canarim-português. Não que a metodologia adoptada pelo Autor seja aqui diferente. Também nesta segunda parte, serve de modelo o artigo preenchido com a tradução portuguesa e a aplicação da entrada em contextos: “Alălo. y. ê. Fresco” / “Alăly mâssăly. Peixe fresco”. A inovação consiste em apresentar no lugar do equivalente português, talvez nem sempre disponível, uma definição lexicográfica do lema, de forma sobretudo desenvolvida quando visa a denominação não de objectos, mas de conceitos. Vejam-se alguns exemplos, entre os muitos registados:

“Addădoddi. y. Diuisăo da familia   dous domicilios como faz  os gentios tendo a metade de sua familia na terra dos mouros outra a metade na dos xp os”.

“Au t ru.  . Vinda, ou appar cia em   fing  os gentios   os seus Deoses v  ou aparec  no m do tomando ora h a figura, ora outra pera fazer alg a guerra, ou matar alg  gig te, sobre que fing  infinitas patranhas, espicialmente do seu Deos Vijxnu ao qual da  dez Vindas p cipaes noue ja passadas e hua por Vir”.

“Ch llit . Mexer como a panela de arros, ou caril,   esta no fogo, tamb  uoluer, ou virar decima pera baixo o bate, ou outra cousa   se bota  ao Sol, tambem. Vd c  ch llit . Agoar o arecal c  gamelinha de ma ”.

“Dh ddo, e . Numero por onde se reparte o foro e outro gasto, tambem 4^a parte do pezo da ma . id est seis arrateis, sendo a ma  de 24 arrateis”⁹³.

Comece por notar-se considerarem-se estas defini es pouco explicativas de conte dos, mas sobretudo descritivas dos referentes das entrada. V em-se as raz es e encontra-se

⁹³ O manuscrito do Arquivo Hist rico Ultramarino apresenta li es coincidentes destes quatro artigos. As variantes registadas n o s o de molde a invalidar a hip tese avançada na nota 41, quanto a serem c pias o manuscrito do A.H.U. e a 2^a parte do manuscrito da B. A..

fácil explicação para o facto. É que as definições, mais do que semânticas, são descritivas de determinada configuração da cultura material e espiritual: estão em causa, de um lado, objectos da cultura material, como são as medidas de peso ou os artigos de culinária; de outro, formas do culto de Vishnu e dos seus *avatares*. Ambos, objectos e entidades, constituíam, por um lado, realidades desconhecidas para os portugueses, donde se compreenda lidar-se com uma informação enciclopédica acerca da realidade, em lugar de uma análise semântica, e, por outro lado, essas mesmas realidades estavam seccionadas no mundo por um léxico para o qual os portugueses não dispunham de equivalentes. Prova disso é que as definições são, elas mesmas, recursivas de termos de origem oriental, como *caril*, *bate*, *arecal*, portanto, contêm informação adicional aos elementos de significação da palavra de entrada. Se tal onerava a tarefa dos leitores, também lhes facilitava o acesso ao conhecimento da realidade cultural, cuja língua era descrita por autores portugueses tendo em vista, é de crer, interesses apropriativos e visando um termo *ad quem* que se situava no público português. Cremo-lo em face de vários indícios, que não apenas os carreados pela história das conquistas. Num manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, não datado, mas situado no trânsito do século XVI para o XVII, lê-se *Vocabulario da lingoa canari. Começa polo alphabeto dos nomes da nossa lingoa pera que mais facil mente se achẽ os nomes que buscarmos*. Embora anónimo, é de supor ser de autoria portuguesa, uma vez que seguem-se a este título⁹⁴ entradas portuguesas. Do ponto de vista da prática lexicográfica, a única particularidade a assinalar neste pequeno vocabulário é a alfabetação de entradas em contiguidade semântica: de modo muito frequente, os lemas, sejam vocábulos ou sintagmas, são repetidos duas, três e quatro vezes, tantas vezes quantos os seus diferentes sentidos ou acepções na língua de chegada, a avaliar pelas diferentes traduções concanis. Logo a abrir o vocabulário, vêem-se alfabetadas numa página as entradas:

“Abafarsse assi / Abafarsse assi / Abafamento / Abainhar / Abainhar / Abaixar a outrẽ / Abaixar a outrẽ / Abaixarsse assi / Abaixarsse assi / Abaixar a cabeça / Abaixar a cabeça / Abaixar o corpo / Abaixar o corpo / Abaixar o corpo / Abaixar o corpo”.

⁹⁴ Desconhece-se se este é o título original do vocabulário. O manuscrito, muito truncado no começo, apresenta nos três primeiros fólios um conjunto de entradas portuguesas, ordenadas de “A amte g” a “A amte l”, e só depois de várias páginas em branco, o título referido. Note-se que há mudança de letra entre estas duas partes.

Se cada acepção nova é considerada um vocábulo/sintagma novo e tem o seu lugar numa entrada particular, em vez do processo de agrupamento dos itens, compreende-se que os artigos não incluam senão as respectivas traduções.

Em outro manuscrito anónimo, que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa, o *Vocabulario da lingua canarim*, com letra do século XVII, é adoptada idêntica metodologia de alfabetar em várias entradas a mesma palavra ou sintagma. Embora não possa afirmar-se que este tratamento lexicográfico das unidades lexicais obedece a uma metodologia delineada no sentido da distinção homonímica e polissémica, registam-se frequentes entradas que parecem marcar uma distinção semântica, mais ou menos nítida, em relação às unidades lexicais que figuram noutras entradas. O conjunto das entradas “As dos dados”, “As do jogo”, “As direitas”, “As escõdidas” tem por base a homonímia das duas formas “As”, cujos sentidos o contexto permite diferenciar, à margem das definições. Da mesma forma, as descrições diferentes de “Assentarse”, “Assētar a outrē”, “Assētarse de joelhos”, “Assētar a outrē de ioelhos”, “Assētar o arrayal” são susceptíveis de uma análise em termos de alargamento de significação da unidade “Assētar”. Afigura-se assim que a repetição de entradas lexicais neste e noutros vocabulários bilingues, está a favor de uma tradução aliviada dos problemas que resultam dos casos de homonímia e polissemia.

Este último vocabulário manuscrito é dos que melhor evidencia uma estruturação claramente didáctica, em que não faltam um suplemento de “Algũs Nomes e uerbos que se uão achando afora dos que estão no uocabulario” (fl. 223), um suporte fonológico adequado à prática da leitura, “Aos que querẽ leer por este caderno” (fl. 224), sequer um diálogo canarim de iniciação religiosa polarizado nas figuras do “Guru” e do “Sissu” (fl. 226v). Já se pôs em relevo o valimento do ensino religioso no quadro das formas de alfabetização e a fecundidade pedagógica da catequização feita nas línguas da terra. Anexar a um vocabulário de português-canarim um pequeno catecismo na língua de tradução é significativo de que o investimento gramatical nas línguas da terra era enviesado por intenções apologéticas e, por outro lado, é bem a prova de que o exercício da docência religiosa dependia ancilarmente dos instrumentos de normatização das línguas. O autor deste vocabulário queixa-se da “falta de hũ original dalgũ bon mestre da letra canarj de donde se a de tomar a uerdadeira orthographia de todas as palauras” (fl. 224), e se se acrescentar a este o motivo da

dificuldade que oferecia o conhecimento desses caracteres, eis por que os missionários católicos foram obrigados a engendrar um sistema de transcrição em alfabeto romano. Ora, a transposição de um para outro alfabeto ou, como aparece nas gramáticas da época, ‘saber quais as letras que respondem às da terra’, exigia adaptações das respectivas estruturas fonológicas. Para adaptar os caracteres romanos à fonética indiana, de molde a serem representados todos os sons e tonalidades do idioma, adoptaram os primeiros missionários de Goa certo número de convenções e regras fonológicas, a que uns tantos autores se referiam ao comporem gramáticas ou textos de natureza lexicográfica, e a elas recorriam para a sua impressão em caracteres romanos. Ora, neste vocabulário, reputam-se de grande interesse as breves observações registadas sobre o sistema ortográfico canarim (fl. 224), não pela originalidade, mas porque nos textos manuscritos o cumprimento dessas normas estava longe das imposições tipográficas dos impressos. Aqui se deixam reproduzidas, omitindo as exemplificações em caracteres canarins:

Na lingua canarj ha duas maneiras de (a) hũa longa outra breue a longua responde a (...) a breue responde a (...)

A longua ten pronũciação dos nossos (...)

A breue ten pronũciação mto. diferete (...)

A primeira (a) tẽ sinal (â) como Bâpâ a 2ª não ten nada como neste uocabulo paramespôru. Mas coãdo se a de carregar o accento nelle se faz assi (á) como se ve no uerbo âssá onde a primeira he longua e tal ten sinal na segũda tâbe se carrega. E por ysso ten tambẽ seu sinal (...) o mesmo sinal serue pera todas as mais vogaes que hão de ser longuas.

Estas seguintes .dd .ll .nn .tt cõ suas aspiraçois ddh tth não são duas letras senão hua e respondẽ a outras letras en canarj.

Está-se perante indicações de leitura, cujas normas nem sempre coincidiam com as convencionalmente adoptadas nas obras impressas. A vogal breve que o autor representa por “a” é tipograficamente uniformizada em *a* itálico, donde se tenham registado vocábulos como “*paramespara*”, “*amacam*”, “*pramanny*”. Quanto ao mais, percorridas as várias páginas que os gramáticos da época dedicaram ao alfabeto, ortografia, pronúnciação e acentuação do canarim, vale dizer-se que a brevidade desta descrição em nada afecta o rigor das informações, não restritivas a particularidades ortográficas, uma vez que denotam a consciência linguística das unidades de segunda articulação. O próprio autor afirma que “Por estas regras se podẽ arazoadamte. sinalar todas as pronũciações das letras da terra e imprimir tambẽ liuros e le los”. Os vários sons representados pelo *a* breve do alfabeto; a existência das consoantes dobradas *dd*, *ll*, *nn*, *tt*, caracterizadas pela articulação retroflexa das respectivas consoantes dentais; e a

realização das oclusivas aspiradas [dh] e [th], são as apresentadas características fonológicas do canarim e também de outras línguas da Índia.

Sabe-se da prática, ainda hoje em uso, da inclusão de pequenos manuais de gramática em obras lexicográficas, de utilização escolar, que retomam, mais ou menos directamente, a metalinguagem normativa e gramatical da classificação morfológica. Além da componente fonética, são fornecidos conteúdos gramaticais da morfologia da língua de tradução, sempre no âmbito das classes de palavras. É esta composição que se vai encontrar num dicionário de anamita-português-latim, elaborado, segundo tudo leva a crer, pelo P^e. Gaspar do Amaral, se bem que tenha sido publicado sob a autoria do jesuíta francês Alexandre de Rhodes⁹⁵. A abrir o *Dictionarivm anamiticvm lusitanvm et latinvm* (Roma, 1651), o esclarecimento, à cabeça do primeiro capítulo “De literis & syllabis quibus haec lingua constat”, é o de que “Non agimus hic de characteribus quibus Tunchinenses seu Annamitae vtuntur in suis scriptionibus, qui sunt difficillimi, e penè innumeri”, informados assim os leitores sobre a adopção do alfabeto latino, mais uns poucos caracteres chineses, e acentos e sinais diacríticos para expressar os tons (“De accentibus & alijs signis in vocalibus”, Capvt II). Segue-se, conforme à tradição gramatical da classificação de partes do discurso, a divisão das palavras do anamita em classes, segundo o critério morfológico da variação/invariação formal das palavras: de um lado, estão os paradigmas dos nomes, pronomes e verbos; de outro, o capítulo das partículas, “De reliquis orationis partibus indeclinabilibus”, com as preposições, os advérbios, as interjeições e as conjunções. Fecha este excurso gramatical um conjunto de alguns “Praeceta quaedam ad syntaxim pertinentia”, à boa maneira da concepção de sintaxe como extensão da morfologia (ou etimologia). Sobre a análise morfológica, o estabelecimento das classes paradigmáticas, a definição das sete classes e o subjacente discurso gramatical, empreendidos neste breve manual gramatical⁹⁶, reservam-se para o

⁹⁵ Ao que parece, a redacção da parte anamítica e da parte portuguesa deste *Dictionarivm anamiticvm lusitanvm et latinvm* coube, respectivamente, aos jesuítas portugueses Gaspar de Amaral e António Barbosa. Em momento posterior, terá sido acrescentada a tradução latina, da responsabilidade de Alexandre de Rhodes, segundo as informações do preâmbulo “Ad lectorem”, por si assinado: “aliorum etiam eiusdem Societatis Patrum laboribus sum vsus praecipuè P. Gasparis de Amaral & P. Antonij Barbosae, qui ambo suum composuerant dictionarium, ille à lingua Annamitica incipiens, hic à lusitana, sed immatura vterque morte nobis ereptus est. Vtriusque ego lucubrationibus vsus, latinam etiam linguam Eminentissimorum iussu Cardinalium addidi, quae, praeter alia commoda, vsui sit ipsis indigenis ad linguam latinam addiscendam”. Para além deste texto preambular, são também de sua autoria um prólogo-dedicatória aos Cardeais da Congregação da Propaganda Fide, uma “Linguae annamiticae sev tvnchinensis brevis declaratio”, que é uma sùmula gramatical, de fonética e morfologia do anamita e um “Index latini sermonis”.

⁹⁶ Tentando descobrir o paradeiro de uma “grammaire Annamitique ou Tonquinoise composée par le P. Rhodes. *Linguae Annamiticae sev Tvnchinensis brevis declaratio*”, que regista Carlos Sommervogel

próximo capítulo algumas observações que hão-de integrar-se numa leitura de conjunto da gramaticografia das línguas exóticas no século XVII. Ainda no âmbito da estrutura geral do dicionário, refira-se um último texto, este já não preambular, mas em apêndice à obra lexicográfica, o extenso “Index latini sermonis”, um *corpus* lexical latino, que, tendo indicadas as páginas das respectivas ocorrências, pode considerar-se a versão vice-versa do dicionário anamita-latim, considerando apenas um par de línguas. Inverte-se neste índice a direcção da tradução. Se no dicionário trilingue o latim é uma das línguas de tradução, neste índice o seu estatuto é o de língua de partida, cujos equivalentes anamitas estão localizados por uma indicação das respectivas ocorrências: “Aequalis, le. p.25. p.31. f.218. m.429”⁹⁷, “Aptare penicillum, vel pennam, m.74”. O que atrás se disse sobre os interesses apropriativos da descrição das línguas orientais é também aqui confirmado. O dicionário trilingue, podendo ser manuseado a partir das entradas latinas alfabetadas no índice, ganhava um uso activo por parte dos missionários europeus⁹⁸, conhecedores das letras antigas, que dele se serviriam não apenas para compreender a língua estrangeira, mas sobretudo para produzir textos, em vista da comunicação efectiva com os locais. A vantagem era, portanto, unilateral, e assim acontecia devido aos próprios objectivos práticos destes dicionários, a começar pelo conhecimento das línguas e a terminar na aprendizagem cultural, que levavam a privilegiar uma descrição na base da autoridade de uma língua clássica. Do ponto de vista da prática lexicográfica, são utilizadas estratégias de definição comuns: figura nos artigos abundante contextualização das entradas, com as respectivas traduções portuguesa e latina. Exemplifiquemos, seleccionando também os artigos dos itens latinos acima apresentados:

“âm: *quentura moderada*: calor moderatus. âm minh: *ter ò corpo quente*: calesco, is. âm áo: *enrouparse contra ò frio*: calefieri vestibus. bình âm *caldeirinha de aqueitar agoa*: ahenum ad calefaciendam aquam. nâu cho âm, hâm âm: *aqueitar pouco*: calefacere parum”;
 “bàng: *cousa igual*: aequalis, e. bàng nhau: *iguais entre si aequales inuicem*”;
 “buât bút: *temperar o pincel, pena*: aptare penicillum, vel pennam”;

(*apud* Hervás, *Idea dell'Universo*) a propósito de Alexandre de Rhodes, veio-se a identificar tal gramática com este texto inserto no dicionário (Sommervogel, 1890).

⁹⁷ A abrir o índice, o Autor explica que “columnam in tres partes diuidimus principium scilicet, medium, & finem, quae notantur vna e tribus literis P. M. F. adhibitis ante columnae numerum. p, denotat columnae principium quod vndecim circiter lineas priores comprehendit. m, designat medium, totidem ferme lineas complectetur in medio columnae. f, denique finem significat”.

⁹⁸ No *Dictionary of lexicography* (1998), de R. R. K. Hartmann e G. James, “**active dictionary** – A type of DICTIONARY designed to help with encoding tasks, such as the production of a text. In monolingual lexicography, the typical example of an active dictionary is the THESAURUS, whose main function is to provide vocabulary choice of the writer; in bilingual lexicography, the function addressed is translation into the foreign language. The PASSIVE DICTIONARY, by contrast, is aimed primarily at decoding tasks such as reading”.

A este modelo de artigo, que oferece apenas as traduções do lema e, quando é caso, dos contextos, acrescentam outras estruturas, onde ressaltam procedimentos da técnica lexicográfica que respondem à especificidade dos dicionários bilingues de línguas orientais, que se tem vindo a apresentar. Em muitos artigos da maior parte destes dicionários, encontram-se glosas descritivas, que a falta de um equivalente de tradução impunha para descrever vocábulos, cujos domínios de significação eram desconhecidos ou, pelo menos, não adaptados aos universos de comunicação do mundo ocidental. Este procedimento é ainda mais reiterativo, donde mais parafrástica se torne a descrição, quando há contextualização do vocábulo da entrada. Apontem-se apenas dois exemplos:

“bach: *fallar com honra a o mestre da ley, como Vossa Paternidade: Vestra Paternitas.*
bach duc thài ca: *supremo grao de honra com que se falla a o Superior ou Padre grande:*
supremus gradus honoris qui datur supremo magistro legis”;

“cân viá: *certa rama em que cuidão os gentios vai a alma do Rey em hũa supeistição que fazem:* ramus quidam cui putant pagani infidere animan Regis cum celebrât superstitionem quam vocant obuiationem animae Regis”.

Tanto como a glosa descritiva, um outro processo activo neste dicionário de ampliar a informação semântica da entrada, é a definição parafrástica. Não é aqui questão da falta de equivalência termo a termo, no que respeita à forma portuguesa, como à latina; nem se trata da transparência semântica de vocábulos novos, indicada anteriormente. Ao definir o vocábulo por meio de um enunciado semanticamente equivalente - tal o conceito de paráfrase -, o autor alarga-lhe a significação, com acréscimo de novos elementos informativos que, por vezes, mais parecem observações de sentido, sugeridas pelo valor do vocábulo. A evidência deste processo de ampliação é tanto maior porque circunscrito à parte latina do artigo, que, segundo os indícios referidos, terá constituído um aditamento, de mão diferente, à versão portuguesa. Observem-se os seguintes artigos:

“âm duong: *terra e ceo: terra & coelum, putant esse duas partes in quas diuiditur primum principium, caelum vocant Patrem, & terram Matrem; coitum etiam maris & foeminae, âm duong, modeste dicunt*”;

“chay: *ieiium: ieiunium, ij. cum scilicet abstinent à carne & pisce at saepius in die comedunt.* ngày an chay: *dia de ieiium: dies ieiunij, iam introductum est hoc vocabulum ad significandum Christianorum ieiunium.* nhà chay: *caza em que os gentios rezão pollas almas & offerecem cousas de seu ieiium: domus in qua Ethnici preces fundunt pro animabus defunctorum, & pro illis offerunt edulia omnia praeter carnes & pisces*”.

Dir-se-ia que a versão latina desenvolve o significado das entradas pela actualização de elementos de sentido, no caso de “terra & coelum”, e por uma particularização de elementos sémicos da palavra “ieiunium”, de molde a que adquirisse, nas palavras dos

autores da época, *significação mais germana* face aos valores e costumes do cristianismo.

As várias advertências dos autores de trabalhos lexicográficos e o pormenor das informações descritivas com que muitas vezes introduzem os respectivos trabalhos, deixam adivinhar que o exercício de adequar o *corpus* lexical de uma língua europeia ou clássica ao de uma língua de origem diferente, além de desconhecida, justapondo entre si significados ou apenas designações, quando de simples tradução se tratava, longe de ser uma tarefa fácil, exigiria uma técnica de elaboração ainda mais complexa do que o processo de gramaticalização, ou não fosse o léxico o campo tradicional dos ensaios de estruturação. Nos textos prefaciais, de que já se apresentaram exemplos, a par da exposição das dificuldades que se deparavam ao autor, vem quase sempre a resposta das soluções práticas encontradas para a elaboração do dicionário. A um vinténio do fim do século, e a fechar o rol das obras lexicográficas conhecidas, é publicado, a título póstumo, o *Vocabulário tamulico com a significação portvgveza* (Malabar, 1679), cuja justificação, apresentação e metodologia, o seu autor, Antão de Proença, expõe num texto prefacial dirigido “Ao leitor pio e zeloso”⁹⁹. As razões que assistem à publicação da obra não fogem ao estereótipo: “porque o vocabulario de huã lingoa hê principal ajuda, pera consiguimento della” e porque “todos desejam o da lingoa Tamulica”, pretende o Autor satisfazê-los e servir a “todos aquellos, que moidos do zelo da saluaçam das almas, se applicam a o estudo da lingoa Tamulica”. E os quatro textos das “Censuras”, que antecedem a aprovação inquisitorial e são subscritos por padres peritos na língua, pautam-se pela mesma regra: obra há muito desejada para a conversão dos gentios e cultivação dos cristãos em terras onde se falava o tâmul.

Quanto à apresentação da obra, sobreleva no discurso do Autor a consciência de que a vantagem do seu vocabulário sobre outros anteriores não é senão relativa, pois não alcança dar uma resolução definitiva ao trabalho da elaboração lexicográfica que descreve. Assim, projecta exaustão na inventariação das unidades lexicais, mas deixa o caminho aberto para ulteriores realizações: “Prometo mais copia nas palauras (...). Aduirto porém, que naõ prometto tanta copia de palauras que esgota a lingoa Tamul”; promete transparência ao nível da significação, mas sem conseguir exactamente delimitá-la: “Prometto significaçõens mais germanas (...). [Aduirto porém, que naõ]

⁹⁹ A utilização de epítetos a acompanhar o vocativo *leitor* fazia parte de uma estratégia de comunicação, característica dos prólogos de textos da época. A Prof^a Maria Lucília Gonçalves Pires estudou as normas do género em “Prólogo e antiprólogo na época barroca” (1980^a: 31-57).

prometto tanta certesa nas significações que não necessitem muitas palauras de mais madura consideraçãõ”; finalmente, quanto às diferentes realizações do sistema da língua, considera que “seria melhor por [palauras] assi altas, como baixas, puras e corruptas, conforme o q̃ a diuersidade de gente vsa (...). Com particular advertencia das, q̃ só andaõ em gente baixa, & rustica, e das que correm so nas prayas & Reyno de Iafanapattaõ”, porém “como, pera por palauras, que na quellas partes somente correm requeria alguns annos de residencia nellas, deixo esta curiosidade pera ovtro tempo” (“Ao leitor pio e zeloso”). As advertências que assinalam e balizam o espaço de pesquisa do *Vocabvlario tamvlico*, são também significativas, primeiro, da panaceia que é a procura de exaustividade num texto lexicográfico e, em segundo lugar, dos limites da actividade lexicográfica ao tempo desenvolvida, cujas operações, de coligir, inventariar, seleccionar, classificar e definir unidades, por tradução ou explicação, além de dependentes das circunstâncias de trabalho, seguiam uma linha de orientação marcada, neste caso como nos demais, pelo interesse em “seruir pera os PP. da quelle Reino, & Costa”. De modo ainda mais explícito, “nam faço este pera Tamuis, se nam pera Lusitanos” acrescentou o Autor. Outra foi, porém, a sua perspectiva em matéria de escrita do tâmul, imprimindo uma inflexão ao procedimento comum da transliteração, que lhe daria direito a adjudicar-se de ineditismo na metodologia adoptada. Ao invés da habitual romanização das línguas nativas, por falta de tipo vernáculo nas tipografias locais, foi adoptado o alfabeto dravídico para o tâmul, e as unidades que servem de entradas escritas nos respectivos caracteres, ao que parece, abertos em madeira por um indígena do Malabar, Ignacio Aichamoni, impressor do vocabulário. Aparentemente, não deixa de ser paradoxal este procedimento numa obra destinada prioritariamente a “Lusitanos”, que a tradição contínua da literatura de línguas exóticas habituara ao alfabeto romano. Entre argumentos do tipo ‘não acudir ao desejo dos preguiçosos’, ‘satisfazer a curiosidade de muitos’, ‘ajudar aos que lêem livros escritos em língua tâmul’, sempre vai, porém, o jesuíta português intercalando comentários à difícil complexidade dos caracteres dravídicos, à multiplicidade de sinais diacríticos, ao embaraçoso sistema da fonética indiana. Valem ao leitor as prévias indicações, fornecidas no texto intitulado “Da ordem, qve se guarda neste vocabvlario”, que o orientam no *mare magnum* gráfico desse alfabeto. A começar, a técnica de alfabetação, que “como os vocabularios, dispostos pello Alfabeto, se inuentassem pera, facilmente se acharem as palauras, q̃ se buscam, entam o vocabulario estará melhor disposto, quando

mais facil for pera o intento”. Referidos o valor e importância da ordem, dita alfabética, que conscientemente assume como elemento decisivo da elaboração dicionarística, com alguma demora se detém na justificação e explicação do estratagema de que se socorreu para classificar convencionalmente as entradas (de A a Z), em jeito de ressarcimento do leitor pelo encargo da leitura do alfabeto dravídico. Assim que começa a expor a metodologia do vocabulário, esclarece, não sem hesitações, reconhecidas pelo próprio, que “escreuendo tudo em caracteres Tamulicos, siguo a ordẽ das letras, como se estiuesse escrito nas lusitanas; & assi com letras Tamulicas venho a seguir o Alfabeto lusitano”, escudando a arbitrariedade em razões de ordem pedagógica, alegadamente pertinentes dado “o embaraço, e uariedade de letras tam cõtrarias, e barbaras a nossa pronuçia, que hã no Tamul”. Para o provar, enceta uma análise linguística que deve considerar-se descritiva do funcionamento de unidades da segunda articulação no tâmul, sendo especificado o valor que as respectivas vogais e consoantes apresentam no português. A partir da correspondência entre letras e fonemas, o leitor é informado sobre os vários sons que possui uma letra e sobre a função distintiva que desempenham alguns desses fonemas. Podemos sintetizar a exposição do Autor (“Ao leitor pio e zeloso”):

- a letra **சு** corresponde aos sons *cha, xa, sa, ja*, presentes na palavra **சுரம்**, que pode ser lida **churam, *xuram, juram, suram*, os dois primeiros significantes não atestados no tâmul, os últimos significando “febre” e “voz”, respectivamente;
- na unidade **சுரம்**, distinguem-se as formas do par mínimo *cayam* “corpo” - *gayam* “ferida”, por oposição dos fonemas /k/ e /g/, escritos **க** ;
- idêntico raciocínio desenvolve o Autor para outras consoantes oclusivas: /t/ e /d/, representadas ortograficamente por **து**, opõem-se em **துளம்**, *tandu* “talo” - *dandu* “exército”;
- o par mínimo *padey* “estrada” - *badey* “tormento”, da forma **பாதை** ilustra a oposição das bilabiais /p/ e /b/ da letra **ப** .

São, de facto, aspectos da fonologia do tâmul, estes que o Autor observa e interpreta a propósito da ordenação alfabética. E quando se debruça sobre a ‘figura, valor e pronúncia dos caracteres tamúlicos (vogais e consoantes)’ detém-se já não em operações da análise fonológica, mas em pormenorizadas observações de fonética

articulatória dos sons atestados no tâmul¹⁰⁰. A estas informações linguísticas, que visam orientar o leitor na pesquisa vocabular, acrescem outros aspectos relativos ao vocabulário propriamente dito, que comungam das mesmas preocupações didáticas. Todo o vocabulário, constituído por 541 folhas a duas colunas de entradas, está duplamente ordenado na sequência do alfabeto latino, primeiro distribuídas as entradas em tâmul, pelas letras de A a Z, e depois agrupadas segundo subdivisões do tipo Ab, Ach, Ad, Ag. Assim configurado e com a equivalência fonética entre o alfabeto latino e o alfabeto tamúlico, estava assegurado o acesso ao texto. Do ponto de vista lexical, tem-se a informação de que a selecção do *corpus*, operada a partir da experiência do próprio Autor, como falante e leitor de tâmul, contou também com recolhas e compilações lexicográficas ao tempo disponíveis em forma manuscrita¹⁰¹, já que, embora este vocabulário de língua tâmul seja reconhecidamente o primeiro a chegar aos prelos, desde meados do século XVI que se empreendia o estudo de línguas do ramo dravídico. Não se esqueçam a *Arte* e o *Vocabulário* da língua tamúlica compostos pelo P^c Henrique Henriques, nem as notícias *de auditu* sobre a intensa actividade linguística desenvolvida pelos primeiros jesuítas que com S. Francisco Xavier chegaram à Costa do Malabar. Com termos de comparação linguística, para além da disponibilidade lexical, é normal que o vocabulário de Antão de Proença tenha ampliado o conjunto lexical e alargado, quanto à metodologia, o rigor da técnica lexicográfica. Em relação a outros vocabulários bilingues, os artigos evidenciam inclusive uma forma mais abreviada de apresentação das definições, que corresponde às características de permanente reactualização de significados. Se a esta brevidade se associa um efeito de eficácia, faltam termos de comparação - outros vocabulários de tâmul - para bem ajuizar. Assim mesmo, registar-se-ão algumas poucas notas a respeito da estruturação dos artigos deste vocabulário.

¹⁰⁰ Uma das consoantes é assim caracterizada: “A letra [____], hé totalmente barbara a nossa pronuncia; porê hé precisamente necesario, perceberlhe o natural, o qual hê, como se pronunciassemos o nosso. R. [distinto da articulação de outro fonema, o “R dobrado, como torre, morra”] mais assima do seu lugar, & Ferido com a ponta da lingoa virada quasi nada pera sima, aonde comesa o plano, & lizo do ceo da boca. E quando esta letra se acha dobrada. [____]. Dobra tambem a força, com que se fere, & fica, como se acha se pronunciassemos o nosso. T. no lugar explicado de sorte, q̄ quem quizer logo acertar cõ estas pronuncias, pronuncie, naturalmente o nosso. R. singelo, & o nosso. T., e va subido com a lingoa, & ferindo; e quando chegar a ferir no fim do aspero, que sobre os dentes vay subindo, pronunciará direitãmête o. [____]. e o. [____]. o primeiro singelo, e o segundo dobrado” (“Ao leitor pio e zeloso”).

¹⁰¹ Antão de Proença alude a trabalhos do P^c Ignacio Bruno, do célebre P^c Roberto de Nobili (1577-1659) e do seu contemporâneo P^c Manuel Martins (1597-1656), um dos insignes missionários do Reino de Maduré, versado em várias línguas locais, entre elas o tâmul.

É sempre possível avaliar-se a brevidade das definições, dadas ora em português, ora em latim, pelo grau de equivalência termo a termo, mas sempre se notará que neste vocabulário um outro aspecto da técnica lexicográfica, visível nas glosas, único nível objecto desta análise, parece estar implicado nessa tendência para definições breves. Tal aspecto consiste em criar paradigmas derivacionais, mais na base da exploração do fenómeno de conversão (ou hipóstase) do que pelos recursos da afixação. Sem se problematizarem de momento a natureza teórica do fenómeno nem a área, se a morfologia, se a semântica, donde releva o seu estatuto, registre-se apenas que, nas traduções portuguesas, é particularmente fecundo o processo da mudança de categoria gramatical das unidades, de que resultam séries paradigmáticas que apresentam, no conjunto do vocabulário, uma distribuição muito regular. Retiraram-se alguns exemplos dos primeiros fólhos (1r-2r, 5r, 13r):

- | | |
|---|--|
| a) “Furtar.” | b) “Desejo.” |
| “Fazer furtar.” | “C. que desejou, ou desejada.” |
| “Furto.” | “C. que não deseja, ou não hé desejada.” |
| “Cousa furtada, ou que furtou.” | “Fazer desejar.” |
| “Cousa não furtada, ou que não furtou.” | “Desejo.” |
| “Acção de furtar.” | “C. que deseja, ou desejada.” |
| “Cousa furtada, ou que furta.” | “Desejar.” |
| “O furtar.” | “O desejo.” |
| c) “C. ornada, ou ã ornu.” | d) “Costume, exercício, vzo com.” |
| “C. não ornada.” | “C. acostumada.” |
| “Fazer ornar.” | “C. não acostumada.” |
| “ornato.” | “Fazer acostumar.” |
| “C. que orna.” | “Costume, exercício.” |
| “Ornar, enfeitar.” | “O acostumarse” |
| “O ornar” | “Acostumarse, habituarse” |
| “Ornato, enfeite” | |

Tanto quanto a regularidade das soluções adoptadas nas traduções portuguesas, merece nota a diversidade dos processos gramaticais envolvidos na formação destas séries paradigmáticas, cuja análise pormenorizada, ainda que apenas no plano sincrónico, levaria longe. De forma esquemática, e deixando de lado as rudimentares estruturas sintácticas da negação, que não passam de expansões das construções adjectivas (“Cousa não furtada, ou que não furtou” em expansão de “Cousa furtada, ou que furtou”), estão em causa factos de derivação dos *nomina actiones*, sobretudo por conversão, com maior incidência no processo de nominalização do infinitivo e na caracterização do participípio em termos do chamado adjectivo verbal. Substantivar o infinitivo por meio do artigo determinante, que lhe atribui a capacidade de flexão, é um processo característico das línguas com artigo, tanto que dá origem a frequentes sintagmas lexicalizados. Nos

exemplos apresentados, assim se distinguem quanto à função os sintagmas “o furtar”, “o ornar”, “o costumarse”, bem como, por derivação, o emprego substantivo do deverbal *desejo* do sintagma “o desejo”. Mas as traduções portuguesas apresentam outras soluções, nomeadamente com o particípio, que se enquadra no esquema geral do infinitivo quanto às possibilidades de conversão. Paralelamente à substantivação do infinitivo, é considerada, no processo de tradução, a função adjectiva do particípio, que o Autor faz equivaler, quer à frase relativa, quer ao valor activo do verbo: “Cousa furtada, ou que furtou”, “C. que desejou, ou desejada”, “C. ornada, ou q̃ ornu”. Fala-se em função adjectiva, porque os particípios “furtada”, “desejada”, “ornada” ocorrem como típicos modificadores ou apostos da expressão nominal “cousa”, donde o Autor lhes atribua uma função e distribuição idênticas às das orações relativas. O facto é, aliás, mais evidente quando se confronta o procedimento de substituir estas estruturas reduzidas pelas formas plenas, isto é, com a presença do chamado verbo auxiliar da passiva: “C. que não deseja, ou não hé desejada”. Uma e outra estruturas aparecem, mais do que uma vez, repetidas para traduzirem entradas diferentes, e bem assim outras glosas portuguesas, cuja repetição, textual ou parcial, com recurso neste caso à sinonímia (cf. “ornato” / “ornato, enfeite”), é consequência da assimetria das línguas. Em virtude da dificuldade de encontrar equivalentes exactos entre as línguas confrontadas, percebe-se que um verbo de significação genérica como *fazer*, seja tão frequentemente repetido nas construções *fazer* + infinitivo, a título de auxiliar da significação verbal.

3. Actividade linguística no Ocidente português

“O título que o mesmo Jesus teve na cruz estava escrito nas três línguas, que só então se não chamavam bárbaras: a hebreia, a grega, a latina: e estas três são as que se professam nas universidades da Europa, e nas quais é tão eminente a Companhia, como se vê na estampa de seus escritos. Porém depois que o Calvário se estendeu a todo o mundo, e nele se arvorou o estandarte do Crucificado, o título da cruz já é composto de todas as línguas, por bárbaras e incógnitas que sejam. Quão praticada fosse a do Brasil nesta nossa província, bem o testifica a primeira arte, ou gramática dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta, e com razão se pode estimar por um dos seus milagres. Bem o testificam as outras que depois saíram mais abreviadas, e os vocabulários tão copiosos, e o catecismo tão exacto em todos os mistérios da fé” (Vieira, 1674-1748: V, 382-383).

De entre os muitos sermões vieirianos relativos ao tema da diversidade linguística no vasto continente americano, quase sempre por metáforas bíblicas recorrentes na época, como a do Pentecostes, a famosa “Exortação em véspera do Espírito Santo” que se citou, é talvez a mais pragmática descrição do envolvimento missionário dos de Loiola no ministério próprio do seu Instituto, consignado nas *Constituições* (1997: 112): “Procurarão dominar bem a língua vernácula, ter previstas e à mão as coisas mais úteis para tal ministério”¹⁰². Em primeiro lugar, percebe-se, nas palavras do P^e. António Vieira, a dinâmica de um processo linguístico que, da segunda metade do século XVI ao final do século XVII, começou com a consciência das diferenças entre as línguas nacionais do novo mapa político, passou pela adaptação do quadro gramatical latino aos vernáculos, em simultâneo com a defesa das gramáticas vulgares para os falantes nativos, e chegou à fase do confronto de idiomas não europeus até há pouco desconhecidos, tão susceptíveis como os antigos latim, grego e hebraico, de ‘reduzir a arte’, fossem ou não providos de tradição escrita. Das mais insistentes defesas de elevar tais idiomas ao *status* de línguas gramaticais encontram-se na obra de Vieira, nos sermões e, de forma mais documental, na literatura epistolar da série do apostolado missionário (cf. Vieira, 1735/1746: I, 261 e ss.; II, 442 e ss.). Conjugam-se, portanto, a tendência gramatical do tempo, em que o tema da *confusio linguarum* se tornara mais do que uma passagem bíblica, e o empenho dos missionários cristãos em imprimir

¹⁰² Mais especificamente: “Quando num colégio ou universidade se projectasse formar pessoas para serem enviadas aos Mouros, ou aos Turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para os Índios, o indiano. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderão ser mais úteis noutras regiões” (*Constituições*, 1997: 121). Em diversos textos oficiais outorgados pelo fundador Santo Inácio de Loiola, vem inscrito o objectivo primeiro de “former dans les lettres, la philosophie et la théologie des membres de la Compagnie venus de tous les pays, afin qu’ils puissent ensuite remplir – particulièrement dans les régions infectées par l’hérésie – les missions apostoliques qui leur sont confiées: ‘non solamente

disciplina gramatical a algumas das línguas indígenas para facilitar o apostolado católico. Desta simbiose resultou toda uma literatura didáctica muito genericamente conhecida pelo nome de tupinologia¹⁰³, cujo público alvo era estrangeiro, constituído por missionários não nativos.

No sermão citado, porque pregado por ocasião da posse do cargo de visitador da Companhia para toda a América portuguesa (província do Brasil e missão¹⁰⁴ do Maranhão e Pará), em 1688, e porque destinado a exortar os irmãos noviços ao estudo das línguas indígenas, foi em forma de balanço que o P^o António Vieira expôs o activo e o passivo do labor linguístico dos seus irmãos de roupeta, a quem era cometida a tarefa de conversão dos índios. Para saldar o passivo - “a conquista universal do novo mundo do Maranhão, e grande mar do rio Amazonas” (*Id., ib.:* V, 385) -, que ao Norte, sob a ameaça de franceses e holandeses, a gesta inaciana só chegou mais tarde e especificamente à Amazónia já muito adiantado o século XVII, lá está, como forma de converter os ouvintes, a eloquência com que narra o episódio bíblico do dom do poliglotismo infundido nos apóstolos pelo Espírito Santo, graça *gratis dada*, que nos missionários era “adquirida e comprada a preço de muito estudo e grande trabalho” (*Id., ib.:* V, 381)¹⁰⁵. O exemplo do milagre do dia de Pentecostes e de outros mitos bíblicos era também profiláctico na catequização, outra estratégia das prédicas missionárias, a par do método dialógico, com que os jesuítas mimoseavam as populações indígenas, de modo a registar no seu imaginário colectivo os valores das sociedades evoluídas. Demonstra-o o P^o Luís Vincêncio de Mamiani na introdução do seu *Catecismo da doutrina christã na lingua brasilica da nação kiriri* (Lisboa, 1698): “o meyo principal

insegnar li bene disposti a ricevere la verità, ma anche convincere li repugnanti e inimici di quella” (Julia, 1996: 116).

¹⁰³ Tem-se consciência de que a designação não está isenta de equívocos, uma vez que não cobre toda a herança da linguística missionária, nem a realidade dos estudos linguísticos indígenas no Brasil. Com a autoridade que se lhe reconhece em matéria de línguas ameríndias, J. Mattoso Câmara Jr. advertiu que “é necessário evitar o equívoco de supor que nisso consiste a genuína linguística indígena e que a tupinologia supre quaisquer outros estudos nesse particular” (1965: 107).

¹⁰⁴ Sobre o conceito de missão, vd. Leite, 1965: 102. A política de aldeamentos consistia em arregimentar núcleos de indígenas (lembre-se que os tupis caracterizavam-se pelo nomadismo), fixando-os em aldeias e reduções (grupos de aldeias indígenas, geridas à volta de uma missão jesuítica).

¹⁰⁵ A comparação do dom prodigioso das línguas, que Vieira frequentes vezes atribui a S. Francisco Xavier, com a experiência vivida pelos missionários jesuítas é bastante mais exemplar na *Clavis prophetarum*: “Quando (...) percorremos selvas e florestas em direcção à barbárie, achamo-nos completamente mudos e surdos; mudos, porque falando não somos entendidos; surdos, porque ouvindo não entendemos; por isso, somos forçados a incumbir-nos, ou quase a sucumbir, da pesadíssima tarefa de aprender as suas difíceis e obscuríssimas línguas, sem nenhum guia ou luz que nos oriente, arrancando dos fundamentos as formas totalmente abstrusas das novas gramáticas e, de tão obscuras, como que adivinhando-as: quando aos Apóstolos, pelo contrário, foram ensinados num momento, sem esforço nem estudo da sua parte, os dialectos de todos os povos” (Santo, 1997: 49).

para persuadir aos gêtios a fê de Christo he a noticia das suas linguas tam necessaria, que o mesmo Christo a quiz communicar com um prodigio aos primeiros missionarios do mundo, que foraõ os Apostolos” (1698: “Ao leytor”). A mesma intenção, por detrás destas narrativas exemplares, que prevaleceu na literatura dos *exempla* bíblicos, escrita em língua concani (cf. *supra*, ponto 1.).

Quanto ao haver acumulado à data em que Vieira proferiu na Baía a “Exortação em véspera de Espírito Santo”, contabilizou-o o pregador na trilogia dos instrumentos didácticos que eram as gramáticas, os vocabulários e os catecismos ou doutrinas (expostos em forma de diálogo). De facto, por esse tempo (finais dos anos 80), seria já ampla a divulgação e utilização de gramáticas e catecismos que, depois da *Arte de grammatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*, (Coimbra, 1595), de José de Anchieta, haviam saído de prelos portugueses na primeira metade do século:

- a *Arte da lingua brasilica* (Lisboa, 1621), de Luís Figueira, didacticamente mais estimável que a sua primogénita;
- o *Catecismo na lingoa brasilica, no qval se contem a svmma da doutrina christã. Com tudo o que pertence aos mysterios de nossa sancta fê & bõs costumes* (Lisboa, 1618), de António de Araújo, reeditado em 1686 por Bartolomeu de Leão¹⁰⁶;
- e de linguas africanas, cujos primeiros textos e gramáticas aparecem no século XVII (cf Alexandre, 1968: 1391), a *Doutrina christã. Composta pelo P. Marcos Iorge da Companhia de IESV (...). De nouo traduzida na lingoa do Reyno do Congo, por ordem do P. Mattheus Cardoso* (Lisboa, 1624); e o catecismo *Gentio de Angola svfficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta fe (...). Redvsida a methodo mais breve pello Padre Antonio de Couto* (Lisboa, 1642)¹⁰⁷.

Quanto aos vocabulários, esses, incertos os nomes dos autores, por incertas havemos também as obras e respectivas datas. Por várias que sejam as notícias de listas ou glossários de palavras das línguas indígenas, cuja autoria se desvaneceu ou confundiu nas muitas mãos por que passaram em cópias manuscritas, certeza só a da existência da relação de Pero de Castilho, *Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil*

¹⁰⁶ *Catecismo brasilico da doutrina christã, com o ceremonial dos sacramentos, & mais actos parochiaes. Composto por padres doutos da Companhia de JESUS, aperfeiçoado, e dado a luz pelo padre Antonio de Araujo da mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressão pelo P. Bertholameu de Leam da mesma Companhia*, Na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1686. As alterações introduzidas regista-as o próprio responsável da edição na dedicatória “Aos religiosos da Companhia de Jesus do Estado do Brasil”: além de alterações de conteúdo, procedeu à modernização do vocabulário e à actualização da ortografia.

¹⁰⁷ O catecismo foi composto pelo P.^e Francisco Pacconio e postumamente publicado por António de Couto, sem prejuízo para a justa honra do verdadeiro Autor. Diz o P.^e António de Couto: “Armas [contra a idolatria] chamo hum liurinho posthumo, intitulado, *Gentio de Angola svfficientemente instruido nos mysterios de nossa santa fê*, que o Padre [Francisco Pacconio] deixou escrito, & eu reduzi a mais breue methodo, explicando nelle breuemente os principaes mysterios da fê em a lingua Portuguesa, & de Angola, que lhe corresponde da outra parte, & accomodandome à capacidade dos negros” (cf. “Prologo aos amantissimos padres...”). A autoria da obra aparece, assim, ora em nome do italiano, ora no do angolano.

(composto em 1613), e do *Vocabulario na lingua brasilica*, de Leonardo do Vale. Levem-se também em conta obras sobre línguas da área espanhola, nos territórios do sul do Brasil e da região platina, onde missionários espanhóis e portugueses actuaram durante o período da monarquia dual e depois dele: a *Arte de la lingua quechua, general de los indios do reyno del Peru* (Lima, 1616), de Alonso de Huerta; do guarani, a vertente meridional do tupi¹⁰⁸, saíram em impensas madrilenas o *Diccionario guarani para el uso de las misiones* (Madrid, 1642), do P^e. Velázquez, e de Antonio Ruiz de Montoya, o *Catecismo de la lengva gvarani* (Madrid, 1640), o *Tesoro de la lengva gvarani* (Madrid, 1639) e a *Arte, y bocabvlario de la lengva gvarani* (Madrid, 1640), obras decerto ao serviço da missionação portuguesa. A unidade do conjunto destes instrumentos é dada pelo objectivo que visavam. Ao lado dos vocabulários e gramáticas, enfileiravam os catecismos com um valor formativo para a edificação religiosa, embora a realidade conduzisse à sua utilização no ensino da língua. Posto que diferentes quanto ao método e orientação crítica, a sua complementaridade no campo da vida escolar é facto assente e verificado documentalmente desde a conquista do mundo novo do Oriente, que serviu de termo de comparação para os tempos posteriores. No primeiro catecismo seiscentista da língua chamada “brasílica” e depois “geral” (o tupi), o seu Autor adverte

“aos que desejão aprender a lingoa, pera com ella acodirẽ ao fim de sua vocaçãõ; que todos estes dialogos, instruções, & mais cousas annexas lhes podem administrar hũa materia de lingoa muy ampla, pera lhes naõ faltar (andando nelles bem vistos) a necessaria pera o bẽ espirital dos indios, que pretenderem o entrar, ou depois de entrados conseruarse no sagrado gremio da immaculada Igreja Romana” (Araújo, A., 1618: “Prologo”).

Em conformidade com este princípio, regra geral os catecismos são introduzidos por observações sobre a pronúncia do idioma utilizado como metalíngua, descrições fonéticas simplificadas sob a forma de *advertências* ou *observações*, que ainda se podem ler em muitos catecismos das missões portuguesas ultramarinas, precedentes às descolonizações políticas dos anos 50 e 60. O “tupí jesuítico”, fórmula feliz de Mattoso Câmara Jr. para singularizar a estandardização da língua operada pelos missionários, revela em mais de um ponto tendência para a simplificação, no caso, de traços fónicos que, segundo o eminente professor e linguista brasileiro, porque muito exóticos ou de difícil pronúncia, ficavam de fora (cf. Câmara Jr. 1965: 104). Os próprios gramáticos

¹⁰⁸ O guarani, um dos ramos da família tupi-guarani cuja separação em dois grupos linguísticos distintos remonta aos séculos VIII-IX, foi falado na faixa litorânea desde S. Vicente até ao Paraguai, onde ainda hoje está em uso, embora mesclado de castelhano.

missionários alertam para o facto. Sirva de exemplo José de Anchieta: “nunqua se pronuncia B. in principio dictionis sem m. & posto que por jncuria se escreuesse sem m. sempre se lhe ha de prepor, vt pro *Baê*, dizse, *Mbaê*, porque precedente o genitiuo, ou adiectiuo não he soffriuel pronunciarse sem m.” (1595: 2r). Quer dizer, o fomena nasal η , interpretado como o grupo consonântico [mb], perdia a nasalidade em posição inicial por vício de pronúncia, o que, aliás, é extensivo a outras oclusivas pré-nasalizadas, [nd] e [ng] (fonemas tupis \underline{n} e η , respectivamente), também características da fonologia de línguas africanas. É o que se verifica no quimbundo, descrito por Pedro Dias na *Arte da lingva de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, mãy, & senhora dos mesmos pretos* (Lisboa, 1697), para uso dos padres da Companhia no Brasil, que se ocupavam da conversão dos escravos trazidos de Angola: “As letras seguintes, B. D. G. V. Z. se lhe poem antes a letra N. v. g. Nburi, Carneiro. Ndungue, Traças. Ngombe, Boy. Nvula, Chuva. Nzambi, Deos” (Dias, P., 1697: 1)¹⁰⁹. O mesmo traço é registado no catecismo *Gentio de Angola svfficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta fé* (cf. Couto, A., 1642: “Advertencias para se ler a lingua de Angola”), que o jesuíta P^o António de Couto, perito na língua por ser natural de Angola, dirige “aos amantissimos padres da nossa Companhia de IESV em Angola, & Brasil, occupados na instrucçam, & doutrina dos negros em os mysterios de nossa santa fé”.

Este simplificar de traços fónicos, bem como o reduzir ao mínimo possível a estrutura gramatical são fenómenos correntes em situações de contacto de línguas, mais especificamente na formação dos chamados crioulos: em qualquer um dos casos, tem-se uma língua estrangeira que, descrita gramaticalmente ou usada como instrumento de comunicação por indivíduos de diferentes proveniências linguísticas, tende naturalmente a ser simplificada. Nada de estranho à história da difusão da língua portuguesa no mundo, conquanto importe observar que, no caso do tupi, a simplificação é mais traço inerente, que não propriamente *modus faciendi* do gramático, como adiante se evidenciará. Se o tupi era língua estrangeira para os autores que o descreviam e que o haviam aprendido na qualidade de falantes não nativos¹¹⁰, eram também estrangeiros

¹⁰⁹ É diverso o tratamento que tiveram estes grupos consonânticos, quer do tupi, quer do quimbundo, na passagem para o português. A tendência geral foi a perda da nasal inicial (*beiju* < tupi *mbeiu*), mas casos houve em que o grupo se conservou, por vezes devido a uma vogal protética (*Angola* < quimbundo *Ngola*).

¹¹⁰ O forcejo por interpretar a língua variava igualmente segundo o grau de proficiência dos informantes línguas: “he tam embaraçada esta lingua assim na pronunciaçaõ, como nas suas frases, que os mesmos nossos religiosos bons linguas, nunca concordáraõ no modo, com que se houvessem de escrever, & pronunciar muitos vocabulos. Mas reparando eu que nas necessidades, mais val o remedio dado á pressa,

aqueles a quem pretendiam ensinar a pronúncia da língua, donde se compreenda que não se quedassem em registos pormenorizados, sistemáticos e fiéis dos traços fonéticos. O catecismo tupi de António de Araújo é encabeçado por “Advertencias pera a pronvnciaçam da lingoa conteuda neste liuro” (1618: 1r-3v), que, na sua 2ª edição, o P^e. Bartolomeu de Leão ampliou numa descrição compósita da articulação de sons, de regras ortográficas e traços fonéticos (cf. Araújo, A., 1618):

“G, he aspero ferindo A, O, V, brando porém, sobre E, I, Y como na palavra portuguesa Gigante. Mas quando tiver H, immediatamente junto a si, ferirá com asperesa E, I, exemplos sejaõ, Aimoinghé, meto dentro: Namonhanghi, naõ faço. (...) Y, he nota da voz gutural, que se fórna na garganta dobrada a lingoa com a ponta inclinada abaixo, & lançado o halito opprimido na garganta, com hum som mixto, & confuso entre I, & mais V, & que naõ sendo I, nem V, envolve ambos”.

Também o *Catecismo da doutrina christã na lingua brasilica da nação kiriri* (Lisboa, 1698), de Luís Vincêncio Mamiani, traz nas páginas preliminares “Advertencias sobre a pronunciaçã da lingua kiriri”; e mais um exemplo do nítido aproveitamento gramatical dos diálogos de iniciação cristã é o facto de todos os catecismos, salvo raras excepções, utilizarem na exposição dialogada, o registo bilingue (língua indígena/português ou latim), sempre com a mesma justificação. Para Luís Vincêncio Maminani era de molde a que

“os novos missionarios por essa via vendo os exemplos na lingua, & a significação no vulgar idioma, possaõ mais facilmente alcançar as frases, & o modo de fallar, & assim aprender mais depressa a lingua” (1698: “Ao leytor”).

Para outro jesuíta, o P^e. Mateus Cardoso, que apostolou no afamado reino do Congo,

“A causa de por nesta obra¹¹¹ o Portugues por cima do Mucicongo, foi pera ã os Portugueses possaõ aprêder a lingoa Mucicõga, & os Mucicõgos, a Portuguesa. E como as palauras portuguesas vão respõdendo as da lingoa de Congo, não podem guardar a sua colocação, assi como estaõ postas, mas guardalahão se cada hũa se poser em seu lugar” (Cardoso, M., 1624: “Prologo ao leitor”).

ainda que não seja com toda a perfeição, (...) do que dilatalo com a esperança de maior perfeição, ...” (Mamiani, 1698: “Ao leytor”). O idioma em causa é o quiriri, uma das línguas do interior (os quiriris eram uma tribo índia do sertão da Baía), pertencente à família *Kariri*: “La famille *Kariri* occupait primitivement un vaste territoire au Nord du río São Francisco, entre ce fleuve et les Serras dos Kayiris et dos Kayiris novos. Sous l’influence des missionaires, ces Indiens ont été concentrés à l’ Ouest de Bahia, dans les missions de Pedro branca, Cana brava et Notuba. La famille comprend: les *Kariris* proprement dits, avec deux dialectes le *Kipea* ou *Kaitiri* du río São Francisco (missions Cana brava et Notuba) et le *Dubukua* ou *Kiriri* de la Serra dos Cayiris novos” (Rivet/Loukotka, 1952: 1128).

¹¹¹ É o catecismo *Dovtrina christã. Composta pelo P. Marcos Iorge (...). De nouo traduzida na lingoa do reyno do Congo, por ordem do P. Matheus Cardoso* (Lisboa, 1624), que não é desajustado juntar às obras aqui referidas, uma vez que os domínios congolezes incluíam a sul a zona norte de Angola, donde, a partir de meados do século XVI, começou a exportação de escravos para o Brasil. Aí preponderaram, na centúria seguinte, os negros do sul de África, pertencentes ao grupo bantu.

As técnicas mais recorrentes são a interlineação da tradução portuguesa (ou latina) e a apresentação do texto em duas colunas:

Dizei vos minino, qual he o sinal do Christão?
M. Boba guêye mulêque, quiâquiâu equicinsu quiâ Christão?
A santa Cruz
D. A santa Cruz
Porque?
M. Muêbi?
Porque nella nos remio Christo nosso Senhor.
D. Yanquîbo munâ muâ tucanguîdi o Christo Fumuêtu.
(Cardoso, M., 1624: 5v-6r)

M. Sodé itçohó Tupã?	M. Quãtos Deoses ha?
D. Bihéwidóbae.	D. Hum só.
(...)	(...)
P. N. N. Prí nhewó ená?	P. N. N. Abrenuncias Satanae?
R. Prihÿ.	R. Abrenuncio.

(Mamiani, 1698: 42, 167)

O *Catecismo de la lengva gvarani* (Madrid, 1640), do P^e Antonio Ruiz de Montoya, especifica mesmo “texto de la doctrina christiana: en lengva gvarani, y castellana” (Ruiz de Montoya, 1640: 1). Por motivo deste bilinguismo, os catecismos eram obras de compromisso quanto à sua utilização, meio termo entre o manual onde o missionário estudioso da língua estrangeira “se não souber ainda expeditamête fallar na sua lingua [dos índios kiriri], poderá ler assim como está o Dialogo” (Mamiani, 1698: “Ao leytor”), e o objecto de leccionação activa, voltado para a formação doutrinária e linguística dos índios: “não he necessario, que os indios aprendaõ todas as repostas, pois naõ saõ capazes disso; mas sómente as orações, & as repostas das perguntas geraes da doutrina” (*Id., ib.*: “Ao leytor”). Permitiam assim tais instrumentos que os missionários portugueses aprendessem o idioma local e os seus nativos a doutrina religiosa, secundada pelo uso do português. É esta uma particularidade distintiva dos catecismos relativamente aos outros materiais didácticos, quer vocabulários, quer gramáticas escritas em português, planejados não para as populações das línguas descritas, antes para a formação do pessoal missionário. Formação que não era fácil.

Voltando ao excerto da “Exortação em véspera de Espírito Santo”, note-se que, conquanto se reconhecesse a Anchieta fama de santidade idêntica à do navarro Francisco Xavier nas Índias, atribuir Vieira a natureza de milagre à sua *Arte* não é senão uma das muitas metáforas do prodígio que constituía a gramaticalização das línguas ameríndias. “Milagre”, “desesperação” (Vieira, 1674-1748: I, 24-25), “martírio”, “dificultósíssimo estudo” (*Id., ib.*: V, 384), “horror”, “empresa muito árdua” (*Id., ib.*: V, 416) são

predicados usados pelo pregador barroco para caracterizar nesta parte do mundo a empresa de ‘reduzir a arte’ as suas estranhas e tão diversas línguas. Não há que estranhar o sensacionalismo. Se o tupi foi transformado em língua geral pelo uso que dele fizeram colonizadores e missionários no intercuro com os índios, a partir do litoral brasileiro, já em relação às outras muitas línguas indígenas do interior menos acessível, a impressão que lhes causaram está bem patente na denominação de “línguas travadas”, isto é, línguas bárbaras, assim classificadas em virtude da sublimação do tupi litorâneo, difíceis de pronunciar, cuja variedade, além de impedimento à conversão, obstava à fixação gramatical. Na pena do escritor barroco, o assunto não dispensa um olhar para o modelo que era, à luz ocidental, o nível superior do Japão e China: enquanto no “Japão, onde há cinquenta e três reinos (...), a língua, ainda que desconhecida, é uma só”; enquanto na “China, império vastíssimo, dividido em quinze províncias, capaz cada uma de muitos reinos (...), a língua, ainda que desconhecida, é também uma”; no “Maranhão, posto que não tenha nome de império, nem de reino”, os missionários “vêm pregar a gentes de tantas, tão diversas e tão incógnitas línguas, que só uma cousa se sabe delas, que é não terem número” (Vieira, 1674-1748: V, 413-414). A comparação linguística é pertinente a vários níveis, desde logo em termos do panorama editorial, que A. H. de Oliveira Marques qualifica de limitado científica e literariamente, sobretudo em comparação com o Oriente, concedendo o historiador que “as realizações de relevo verificaram-se apenas no estudo das línguas e dos costumes indígenas e na consequente publicação de gramáticas, vocabulários e catecismos” (1972: II, 254). Percebe-se que a abundância de estudos linguísticos no Japão se deveu, entre outras razões, à existência de uma língua mais ou menos unitária, acima da multiplicidade de dialectos e independente deles. Testemunho definitivo desta unidade linguística é o dos missionários jesuítas ao definirem o lexema “cuniqiödan” no *Vocabulario da lingoa de Iapam com a declaração em português* (Nagasaki, 1603): “Diferença das linguas, ou modo de falar de cada reino ainda que todos vniuersalmente falem a mesma lingua” (*Vocabulario*, 1603: 130)¹¹². Quanto ao Brasil, vão em sentido contrário os testemunhos sobre o mapa linguístico, a começar pelo sugestivo título da gramática de José de Anchieta, *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595), revelador de diferenciação

¹¹² Já em 1565, em carta escrita de Sacai, o P^o Gaspar Vilela dava conta da mesma realidade linguística unitária, veiculadora de unidade cultural: “He este Reino de Iapaõ grande, no qual ha como se disse acima, setenta e seis Reinos. Sendo tantos como são he tudo hũa lingoa sem se misturar outra algũa, o que he certo grãde sinal que todos estes Reinos viraõ ao gremio da santa madre igreja” (Garcia, 1587: I, 197 r).

linguística. Na base desta diferenciação está o xadrez étnico do território brasileiro, a ênfase posta pelos memorialistas de Seiscentos na enumeração das várias nações ameríndias e respectivas línguas, não sem laivos de algum etnocentrismo da presença portuguesa, que a elas se sobrepôs com a criação de um instrumento de comunicação comum:

“para o sertão e campos de Caatinga vivem muitas nações Tapuyas (...); têm outra lingua, vivem no sertão antes que cheguem ao Aquitigpe e chamão-se *Nacai*. Outros ha que chamão *Oquigtajuba*. Ha outra nação que chamão *Pahi* (...), têm diferente lingua. (...) Ha outros que chamão *Parahió*, é muita gente e de diferente lingua. Outros que chamão *Nhandeju*, tambem de diferente lingua. (...) Outros que vivem para a parte do sertão da Bahia que chamão *Guayaná*, têm lingua por si. Outros pelo mesmo sertão, que chamão *Taicuyú* vivem em casas, têm outra lingua. Outros no mesmo sertão, que chamão *Cariri*, têm lingua diferente. (...) Outros que vivem muito pelo sertão a dentro, que chamão *Anhehim*, têm outra lingua. Outros que vivem em casas, que chamão *Aracuaiati*, têm outra lingua. Outros que chamão *Guaranaguaçu*, vivem em covas, têm outra lingua. Outros muito dentro no sertão que chamão *Camuçuyara*, (...) têm outra lingua” (Cardim, 1939: 175-176).

Desde os estudos iniciados pelo alemão Carlos Frederico von Martius, figura tutelar da linguística sul-americana, foram quantificados na ordem da centena os grupos linguísticos em que diversos etnólogos, nomeadamente o francês Paul Rivet, repartiram as línguas indígenas brasileiras, segundo as áreas geográficas onde eram faladas. Focalizando especificamente estas línguas, o checo Chestmír Loukotka, que não era etnólogo, mas colaborara com Paul Rivet no estudo das “Langues de l’Amérique du Sud et des Antilles” (cf. Rivet/Loukotka, 1952: 1099-1152), aumentou a complexidade das divisões linguísticas com filiações descobertas entre grupos aparentemente afastados, o que, na grande família tupi, por exemplo, o levou a distinguir “línguas do sul e norte”, “línguas centrais”, “língua mesclada com zê”, “línguas mescladas com aruak”, “língua mesclada com karaib e aruak” e “línguas mescladas com arikém e aruak” (Loukotka, 1939: 163-164). Mas estudos feitos segundo critérios igualmente genéticos e tipológicos, assinados por Aryon Dall’Igna Rodrigues (cf. 1987: 41-98) ou Mattoso Câmara Jr. (cf. 1965: 139-171) têm por resultado sínteses mais simplificadoras. Já que se tem falado na família tupi, o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues considera-a um dos sete ramos do tronco macro-tupi (constituído pelo tupi-guarani, mundurucu, juruna, ariquéim, tupari, ramarama e mondé), subdivididos em línguas (...) e estas, por sua vez, em dialectos (...) (cf. Rodrigues, A., 1987: 41-98).

Longe de todos estes critérios que o advento da linguística propriamente dita trouxe à classificação das línguas no século XX, os informes que o citado historiador e etnógrafo P^o Fernão Cardim apresenta em “Da diversidade de nações e línguas” (1939:

170-181) visavam, antes de mais, levar ao conhecimento do homem culto europeu notícias das novas terras e gentes. Sob o título genérico de *Tratados da terra e gente do Brasil*¹¹³, reúnem-se matérias englobadas na chamada história natural e social que têm hoje o valor de depoimentos presenciais para a historiografia brasileira; e, para a ciência linguística, posto que de línguas sem monumentos escritos onde colher tradições e fixar etapas evolutivas trate a descrição do jesuíta, o perfil multiétnico e plurilinguístico aí traçado tem o interesse documental, que é em regra o de todos os testemunhos idênticos a este, de coleta feita *in loco* de nomes de várias línguas, algumas entretanto extintas. Claro que, em tão heterogéneo *melting pot* de nomes tribais e respectivas línguas, ao lado de merecimentos, desde logo o estudioso previne-se contra certas falhas básicas: estropiamento de vocábulos, nomes não pertencentes ao *ababheenga* (a língua tupi antiga) e vocábulos que poderão ser de mera inventiva, são algumas das restrições que coloca Baptista Caetano ao capítulo “Da diversidade de nações e línguas” (Cardim, 1939: 191). Especificamente sobre o Maranhão, várias figuras de proa da missão seiscentista acompanharam o juízo que António Vieira fez das muitas línguas travadas dessa parte do Novo Mundo, enumeradas algumas, o *nheengaíba*, o *juruna*, o *tapajó*, o *terembé*, o *mamaiana*, em que terá redigido catecismos (cf. Vieira, 1735/1749: I, 339), hoje desconhecidos se porventura existem. O luxemburguês João Filipe Bettendorff, também ele autor de dois catecismos nas línguas dos *tapajós* e *urucuçus* maranhenses, segundo testemunho directo (cf. 1910: 168), deixou, na qualidade de cronista da acção dos missionários em prol dos índios do Maranhão, notícia das gentes de “mui diferentes línguas”, em diversos momentos da sua *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (ca. 1698) (cf. Bettendorff, 1910: 142). Note-se que com as expedições e conquistas do europeu seguia também a propagação da língua tupi nos territórios povoados por tribos indígenas não tupis (os *tapuias*, vocábulo tupi equivalente a “bárbaro, inimigo”), que não possuíam a unidade

¹¹³ Título de conjunto proposto em 1925 por Afrânio Peixoto para os seguintes três tratados do jesuíta Fernão Cardim: *Do clima e terra do Brasil e de algumas cousas notaveis que se achão assi na terra como no mar; Do principio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimonia;* *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (São Paulo), etc. desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o Padre Christóvão de Gouvêa.* O primeiro e segundo manuscritos da Biblioteca de Évora, apareceram originalmente publicados em versão inglesa na famosa colecção “Purchas his pilgrimes”, do coleccionador londrino Samuel Purchas, sob o título *A treatise of Brazil written by a Portugall which had long lived there* (Londres, 1625) e com autoria de Manuel Tristão; a *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuitica* foi, de todos os escritos de Fernão Cardim, o primeiro a ser impresso em português por Francisco Adolfo Varnhagen, em 1847. Deve-se a Capistrano de Abreu, Baptista Caetano e Rodolfo Garcia a publicação conjunta das três obras em 1925, bem como, ao primeiro destes historiadores brasileiros, a identificação correcta da autoria dos trabalhos publicados por Samuel Purchas.

linguística daqueles. Esta irradiação do tupi, além de fenómeno linguístico normal para a língua mais importante e falada, foi um instrumento de colonização política, porque serviu à ideologia de uma língua comum, um elemento de unificação de todo o território sob o domínio português (sobre o processo de tupinização dos tapuias, pode ler-se Barros, M., 2000: 2 e ss.). Ora, como o real povoamento do Estado do Maranhão só se verificasse depois da expulsão dos franceses, em 1621, ainda aí campeavam as línguas travadas quando na Baía, Rio de Janeiro e São Paulo já o originariamente idioma bárbaro se tornara geral, a língua tupi ‘suave, elegante, mas estranha e copiosa’ (Figueira, 1621: “Aos religiosos *da Companhia de Jesus da Provincia do Brasil*”), reduzida a regras ou arte gramatical (outros encómios à perfeição da língua podem ver-se na reedição de Julio Platzmann da *Arte de Anchieta*, 1874). Nos documentos históricos que são as *Cartas* do P^e António Vieira sobre as missões do Maranhão, colhem-se referências, já depois do meio do século, à “língua geral da terra” (1735/1746: I, 532), à “língua do Maranhão” (*Id., ib.:* II, 503), mas ainda em 1691 o velho missionário jesuíta falava do uso das diversas línguas indígenas como coisa efectiva: “os índios são catequizados e doutrinados nas suas próprias línguas, assim os negros o são na sua” (*Id., ib.:* III, 622).

Quanto ao sul do Brasil, por onde a missionação e a expansão do tupi para lugares do interior começaram na segunda metade do século XVI, a obra do P^e Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* (Lisboa, 1663), complemento natural da que Bettendorff restringue à catequese no norte, dá também algumas notícias. O jesuíta, que missionara em África antes de se fixar no Brasil, consagra certos capítulos à “variedade das lingoas”, explicada à luz da diferenciação linguística do latim, com fundamento nos mesmos argumentos de evolução e corrupção, usados por Duarte Nunes de Leão na *Origem da língua portuguesa*:

“Assim como a lingua portugueza por corrupção de uns vocabulos, e introdução de outros veio a deixar de ser lingua latina, e ficou lingua portugueza: e como antes de chegar ao estado, em que hoje a vemos, teve tantas mudanças de lingoas, que hoje não são entendidas: porque acabou nos portuguezes a lingua primeira, que fallavam em tempo de Tubal, que dizem ser caldaica, e se mudou em outra, e esta em outra, e depois na latina, e ultimamente na que hoje fallamos: e como desta latina se formaram tantas especies, como são castelhana, galega, franceza, e outras. Assim tambem todas estas variedades tem acontecido nas lingoas do Brasil, que por semelhantes corrupções, e introduções de vocabulos, e semelhante mudança de lugares, se veio sua primeira lingua a corromper, e mudar em tão varias especies, até chegar á multidão, que hoje se conta de mais de cem diversas; umas de nenhum modo entendidas das outras, outras em parte” (Vasconcelos, S., 1663: 50).

De todas estas línguas travadas, não sendo insignificante o campo dos estudos seiscentistas de que há notícia, preenchido por vocabulários, gramáticas e catecismos, é, porém, magro o património recuperado (cf. **Anexo I**). Tirante as obras sobre o quiriri do P^o Luís Vincêncio de Mamiani que chegaram até nós em letra de forma, levaram sumiço ou encontram-se em paradeiro desconhecido, a serem conclusivas as fontes de informação, textos manuscritos das línguas dos índios *aroás*, *aracujus*, *sacacas*, *goianas*, *ingaíbas*, *mazaunús* (todos do norte do Brasil) e *maromomins* (estes do sul). Inclusive é duvidosa a sua identificação, por vicissitudes históricas que foram obliterando títulos exactos na condensada informação ‘fez arte e catecismo’ ou ‘fez vocabulário e arte’, assim como a tribo e língua visadas na designação genérica de ‘tapuias’ para todos os índios de língua não tupi. Fica mesmo por saber se tais obras foram conhecidas *de visu*, ou se são citadas apenas em repetição de informações de bibliógrafos anteriores. Confrontando fontes e notícias biobibliográficas, apurou-se, do período em apreço e além dos já referidos catecismos de António Vieira e João Filipe Bettendorff, o seguinte elenco de obras sobre línguas travadas que não venceram a barreira da imprensa:

- uma gramática, um dicionário e um catecismo na língua dos maromomins, obras, se de várias se trata, escritas pelo P^o Manuel Viegas (ca. 1533-1608), conhecido por “pai dos maromomins”;
- um catecismo na língua dos ingaíbas, composto pelo P^o Manuel Nunes (1606-1676);
- dois trabalhos do P^o João de Barros (ca. 1639-1691), um vocabulário e um catecismo na língua quiriri, sumariamente referidos por *Catecismo e língua dos tapuias*;
- um *Vocabulario kiriri*, que o P^o Luís Vincêncio Mamiani (1652-1730) concluía em 1696;
- ao franciscano Boaventura de Santo António (1659-1697) são atribuídos o *Vocabulario do idioma sacaca*, o *Confessionario com admoestacções sobre os mandamentos* (no mesmo idioma), o *Breve dialogo sobre a doutrina christã* na língua dos goianas, a *Arte da lingua dos aroás* e, já do tupi, a *Arte da lingua commua, a que chamaõ geral*;
- também do tupi, há noticia de um *Cathecismo para o gentio do Brasil*, composto por Fr. Francisco do Rosário († 1649) (cf. Jaboaão, 1761: I, 215-216);
- obras de natureza religiosa de Fr. Joaquim da Conceição (sécs. XVII-XVIII), nomeadamente três *Confessionarios* nas línguas dos aroás, aracujus e mazaunús, e *Explicação breve dos mysterios mais essenciaes da nossa santa fê* em aroá;
- de falares africanos, assimilados por importação dos escravos de África, está inventariado um *Vocabulário português-angolano*, que o P^o Pedro Dias (1622-1700) redigia em 1694.

Mas em relação ao tupi, todas estas línguas nativas têm o aspecto de substratos a que se sobrepôs aquela variedade supra-regional, em zonas, sertão adentro, onde colonizadores e missionários, aloglotas do ponto de vista de tais falas incompreensíveis e impossibilitados de usar o português, tiveram por força de recorrer ao tupi como língua de necessidade, isto é, de intercurso prático, posto que língua segunda para certas tribos. E se não cabe aqui levar em consideração a influência inversa, é exactamente porque este tupi de estrato era já uma língua trabalhada pelos missionários para servir de

instrumento de comunicação geral (cf. Câmara Jr., 1965: 101 e ss.), portanto posta a resguardo da interferência de outros idiomas bárbaros. Isso mesmo se percebe no testemunho do franciscano Vicente do Salvador, dado na sua *Historia do Brasil*, que se considera a primeira obra do género (data de 1627 a sua conclusão):

“Os mais barbaros se chamam *in genere* Tapuhias, dos quaes ha muitas castas de diversos nomes, diversas linguas, e inimigos uns dos outros. Os menos barbaros, que por isso se chamam Apuabetó, que quer dizer homens verdadeiros, posto que tambem são de diversas nações e nomes, porque os de S. Vicente até ao rio da Prata são Carijóz, os de Rio de Janeiro Tamoios, os da Bahia Tupinambas, os do rio de S. Francisco Amaupiras, e os de Pernambuco até o rio Amazonas Potyguarás, comtudo todos falam um mesmo language e este aprendem os religiosos que os doutrinam por uma arte de grammatica que compoz o padre Joseph de Ancheta, varão santo da ordem da Companhia de Jesus” (Salvador, 1931: 53).

É a descrição do território maioritariamente tupi: ao longo da faixa costeira, entre, *grosso modo*, a foz do rio Jaguaribe (Ceará) e o estuário platino (onde seria edificada a cidade de Montevideo, no século XVIII), distribuía-se as tribos *potiguaras*, *tupinambás*, *amoipiras*, *tamoios* e *carijós*, que falavam originariamente o tupi ou línguas do grupo tupi. Utilizaram-na também os tapuias, mas por a terem substituído à própria. Ter-se tornado geral, a mais importante e falada das línguas indígenas até ao nosso século (conforme menciona Paiva Boléo, 1974: I, 256), foi efeito do contacto praticamente exclusivo dos primeiros europeus com a língua da área costeira, ocupada por tribos tupis que chegavam do sul, expulsando os seus primitivos ocupantes. A etapa inicial do relacionamento com as populações de gentios podia contar com a intermediação dos línguas, mas seguia-se, para o mercador e explorador, a conveniência em utilizar um falar nativo veicular, e, para o missionário, o dever de pregar na língua do povo a converter, tal qual ensinara o milagre do Pentecostes.

Concomitante ao movimento de unificação do tupi, enquanto veículo privilegiado de contacto entre europeus e indígenas, foi o investimento na sua fixação gramatical, que, sobre ser um imperativo da missão doutrinária, a prazo surtiria o processo de aculturação linguística visado. Certos foram os efeitos no panorama linguístico de Seiscentos, centúria cujos últimos 50 anos conheceram algum volume de publicações. Segundo fez o filólogo Serafim da Silva Neto, a centúria divide-se a meio por dois períodos diferentes quanto ao quadro das línguas faladas, marcados cada um, ora pela existência de uma população bilingue e preponderância da língua brasílica, ora por uma fase de expansão da língua portuguesa depois de 1654 (data da expulsão dos holandeses), decorridos mais de cem anos sobre o movimento dos primeiros contingentes de europeus (cf. Neto, 1950: 67 e ss.). Atravessa-os, porém, a longa

convivência das duas línguas, melhor ainda, o estreito contacto entre “a *língua geral*, a linguagem tosca e rude do negro e do índio, o Português da terra [tendente à criouliização] e o Português dos reinóis [o português lusitano]” (Neto, 1960: 25). Especifique-se com dados de Sílvio Elia (1987: 203-221): por um lado, o grupo autóctone das línguas indígenas, com o tupi a dominar; por outro, o das línguas transplantadas - o português e as línguas africanas, estas preponderantes no século XVII -, de cujo contacto se terá formado um falar crioulistico ou semicrioulistico (cf. Neto, 1950: 97). Algo que ressalta da síntese dos testemunhos seiscentistas relativos a esta convivência é o facto de, no nexos de causalidade habitualmente estabelecido entre a expansão da língua portuguesa e o deperecimento da geral, haver não tanto uma linha contínua de evolução, antes um sinuoso acontecer de várias situações. É que nem a generalização do tupi ocorreu à custa do português, nem o ascendente que a língua românica foi ganhando ao longo do século XVII acabou com o uso simultâneo da língua geral. Passe-se rapidamente pelo primeiro aspecto para depois focalizar o lado das línguas indígenas.

Sem o sensacionalismo das notícias assinadas por Teodoro Sampaio, que chegou a afirmar que “Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português” (1901: 48), mas com a austeridade científica dos testemunhos coligidos e interpretados criticamente, o linguista brasileiro Silva Neto mostrou que ainda no período de maior influência do tupi, já a língua portuguesa estava institucionalizada no ensino dos colégios jesuíticos, a par das classes de latim (cf. 1950: 50 e ss.). Além das escolas existentes em todas as aldeias, concebidas inicialmente para a alfabetização em português, colégios e seminários, onde se introduziram matérias como o latim¹¹⁴ e humanidades, filosofia, teologia e mesmo matemática, para o ensino de portugueses e indígenas convertidos, foram instituições criadas à medida que se edificavam cidades e fundavam núcleos populacionais¹¹⁵: o Real Colégio da Baía, frequentado pelo menino prodígio que se

¹¹⁴ Para além do mestre de latim José de Anchieta, o P^o. Manuel da Nóbrega refere-se, em carta datada de 1553, a um outro “mancebo gramático de Coimbra”, que ensinava gramática (vale dizer, gramática latina) no colégio da vila de São Vicente (cf. Nóbrega, 1955: 172).

¹¹⁵ Note-se que a actividade escolar foi matéria de ordenação no “Regulamento das aldeias indígenas do Maranhão e Grão-Pará” (1658-1661), também conhecido por “Visita”, com que António Vieira organizou a vida interna das aldeias e missões do Maranhão: “irão (...) todos os Nossos, para a Escola, que estará da nossa Portaria para dentro; aonde os mais habeis, se ensinarão a ler e escrever, e havendo muitos se ensinarão também a cantar, e tanger instrumentos para beneficiar os officios divinos; e, quando menos, se ensinará a todos a doutrina cristã, e em caso que o não possa fazer o Padre, ou será seu Companheiro, que sempre é o que mais convém, ou fará algum moço dos mais práticos na doutrina, e bem acostumado” (Leite, 1938-50: IV, 112).

chamou António Vieira, e outros dois colégios, do Rio de Janeiro e Olinda, também de fundação régia; a primeira escola do Estado do Maranhão, aberta por Luís Figueira, à roda de 1626, que aí introduziu o ensino do latim e humanidades; o Seminário de Belém da Cachoeira, fundado nos finais do século XVII por Alexandre de Gusmão, constituíram alguns dos mais famosos estabelecimentos da rede de instrução pública e particular montada pela Companhia, e que lhe deu um maior ascendente sobre a população estante (veja-se uma relação de colégios em Leite, 1965: 253 e ss.). Em 1618, o Autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*¹¹⁶ dizia que em Pernambuco “Os padres da companhia teem escolas publicas aonde ensinam a ler e escrever e latinidade, e pelos mais mosteiros se leem as artes e theologia, donde saem consummados theologos”, chamando à vila de Olinda “uma Lisboa pequena” e ao Brasil, decerto focalizada a capitania de Pernambuco, “praça do mundo, (...) academia publica, onde se aprende com muita facilidade toda a policia, bom gosto de fallar, honrados termos de cortezia” (Brandão, 1943: 65, 155). ‘Policia’, ‘bom gosto de falar’, ‘cortezia’ são, em significação genérica, virtudes identificáveis com a civilidade e a *urbanitas* do homem de Corte que, em Portugal, Rodrigues Lobo idealizava no “perfeito cortesão” (cf. Carvalho, J., 1964: II, 243-265), destacado do vulgo pelo cultivo das letras. No Brasil não se vislumbrava a corte que em Madrid florescia, nem existiam os focos de vida social das muitas academias que proliferaram na Lisboa seiscentista¹¹⁷. Idêntico modelo social alimentava, porém, o apostolado missionário. Tem-se disso uma boa amostra no *Diálogo sobre a conversão do gentio*, de Manuel da Nóbrega, composto por 1556-1557: aspirava-se para os índios a civilidade dos judeus, gregos e romanos, “todos mais polidos, sabem ler, escrever, tratão-se limpamente, souberão a filosofia, inventarão as sientias que agora há”, polimento e cultura em que os inacianos apostavam a sua actividade pedagógica, já que “Terem os romanos e outros gentios mais policia que estes não lhes veio de terem

¹¹⁶ Durante largo tempo anónima, o problema da autoria desta obra foi resolvido por Capistrano de Abreu, que a atribuiu ao português Ambrósio Fernandes Brandão, desde 1583 estabelecido em Pernambuco e Paraíba, onde permaneceu até 1618, data da composição dos *Diálogos*.

¹¹⁷ Sobre o movimento académico do século XVII, vd. Palma-Ferreira, 1982: 19-44. Questões filológicas e literárias, já de reacção anti-barroca nas “Conferências Eruditas e Discretas” (1696), onde pontificaram os ilustres Rafael Bluteau e Francisco Xavier de Meneses, foram debatidas, desde o início do século, em academias de Évora, terra do Chantre Manuel Severim de Faria. Os seus *Discursos vários políticos*, publicados em Évora, em 1624, sobre temas tão díspares como ‘as partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita’, ‘o exercício da caça’ ou ‘a origem e antiguidade das vestes eclesiásticas’ (cf. Faria, M., 1624), dão uma ideia da diversidade dos debates suscitados no convívio entre intelectuais das Academia Sertoniana (1615), Academia dos Ambientes (1615?) e Academia Eborense (1620). Só no século XVIII as academias começaram a fazer carreira no Brasil, com funcionamento em tudo idêntico ao das metropolitanas. Instituída a primeira em 1723, a “Academia Brasilica dos Esquecidos” foi o remoque ao desinteresse do Reino pelas artes e letras da colónia.

naturalmente melhor emtendimento, mas de terem melhor criação e criarem-se mais politicamente” (Nóbrega, 1955: 239). Lustrar o gentio do Novo Mundo com o ensino das letras, finalmente. Ao uso do português, o falar polido e disciplinado em gramáticas, associava-se, portanto, um tónico conteúdo cívico, sancionado sobretudo quando, em 1757, baixou da metrópole a provisão de inspiração pombalina que, em benefício exclusivo da língua oficial portuguesa, proibia o emprego do tupi, na mesma altura em que os jesuítas foram expulsos do Brasil. Por motivo desse prestígio se compreende que alguma vez o idioma europeu, embora permeável à influência do tupi, tenha sido abandonado à sua criouliização, nem mesmo na fase em que muitas práticas europeizantes, da cristianização à educação em geral, foram postas de lado em prol da conversão.

Obedeceu a esta mesma estratégia o estudo das línguas locais, sobretudo da língua tupi, que começou a ser designada *geral* na segunda metade de Seiscentos. Decerto preponderantes no início da colonização a língua geral e, em proporções menores, outros falares indígenas, continuaram a ser usados pelo século XVII adentro, já em plena fase de alargamento das missões e da administração portuguesa. O Maranhão, onde a evangelização só chegou mais tarde, como já se salientou, é normalmente apresentado como exemplo de permanência excepcional do tupi além do meio do século, em contraste com outras partes do Brasil. Não é, porém, exemplo único. Sabe-se que em São Paulo (antiga aldeia de Piratininga, fundada pelo P^c Manuel da Nóbrega), ponto nevrálgico de movimentação das expedições bandeirantes¹¹⁸ para o interior, ainda em 1694 o português não transpusera os umbrais dos colégios, enquanto corria o uso comum do tupi, segundo testemunho de António Vieira: “as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (Vieira *apud* Neto, 1950: 51). E se é verdade que em relação a outros lugares da orla marítima, Baía ou Rio de Janeiro, são expressivas do esmorecimento do tupi as tão citadas palavras do mesmo Vieira “que direi eu ao colégio da Baía, ou que me dirá ele a mim, quando nesta grande comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são mui contados aqueles em que se acha?” (1674-1748: V, 383), também do sermão apresentado *in limine* deste capítulo, note-se que devem as mesmas datar-se de 1688 e não de 1657, conforme

¹¹⁸ Para a análise do conteúdo de *bandeira*, vd. Andrade, N., 1995: 202-207.

apontam linguistas que averiguaram o recuo da língua geral a partir de 1654 (cf. Neto, 1950: 74-75). Não a ponto certamente de travar a produção tipográfica, porquanto continuassem a aceder aos prelos obras que se integravam na actividade escolar dos missionários. Já se tocou no assunto das publicações saídas na segunda metade de Seiscentos, mas especifique-se agora:

- em 1686, o P^o Bartolomeu de Leão fez sair o *Catecismo brasilico da doutrina christã*, em 2^a impressão do *Catecismo na lingua brasilica, no qual se contem a svmma da doctrina christã* (Lisboa, 1618), do P^o António de Araújo.
- a *Arte da lingua brasilica* (Lisboa, 1621), do P^o Luís Figueira, teve 2^a edição em 1687, alterado o título para *Arte de grammatica da lingua brasilica*, revista e emendada por outras mãos, como se infere do teor das licenças e aprovações;
- no mesmo ano de 1687, o P^o João Filipe Bettendorff fazia publicar na oficina de Miguel Deslandes, o seu *Compendio da doutrina christam na lingua portugueza e brasilica (...) à maneira de dialogos accomodados para o ensino dos indios*¹¹⁹;
- a *Arte da lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, mãy e senhora dos mesmos pretos*, do P^o Pedro Dias, precioso auxiliar para a evangelização dos escravos negros no Brasil, foi publicada por Miguel Deslandes em 1697;
- do P^o Luís Vincêncio Mamiani saiu em 1698, na mesma ilustre casa impressora do século XVII, o *Catecismo da doutrina christã. Na lingua brasilica da nação kiriri* e um ano depois a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri* (Lisboa, 1699);

Não devendo embora confundir-se a estatística da produção com os dados relativos ao estado das línguas nativas, sempre é de supor certa vitalidade das línguas descritas gramaticalmente, e as correcções de que tais obras foram objecto em segundas edições sugerem o seu efectivo trânsito escolar. A licença de impressão da gramática de Luís Figueira (edição de 1687) foi assinada pelo Provincial Alexandre de Gusmão, que anuncia “emendas, & additamentos”, confirmados na aprovação de Lourenço Cardoso, mestre da língua tupi: “vi esta emenda dos erros que a impressão causou na Arte da lingua brasilica do Padre Luis Figueira de nossa Companhia: & achei estar no verdadeiro estilo da lingua brasilica, & com mais clareza tudo o emendado”. Também Bartolomeu de Leão alerta os leitores para as alterações introduzidas na nova edição do catecismo de António de Araújo:

“sae com alguma variedade. Porque se trocaraõ alguns vocabulos daquela idade [1618], que já hoje estranha o commum idioma dos brasis, em outros, que são hoje vulgares. A escritura se emendou em orthographia mais proporcionada á locuçaõ brasilica. No texto da doutrina, & dialogos he rara a alteraçãõ. Pois só se mudáraõ algumas sentenças, que o exercicio de tantos annos notou menos perceptíveis: & em seu lugar se substituirãõ outras com termos, & palavras mais necessarias á intelligencia dos mysterios que aqui se inculcaõ” (Araújo, A., 1618).

¹¹⁹ Não se teve acesso a este exemplar impresso que se guarda na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mas apenas a uma cópia manuscrita da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Ms. 1089), intitulada *Doutrina christã em lingua geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua g [geral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos*. O catecismo está escrito em forma de diálogo, com o texto em tupi e latim.

Se a língua muda porque funciona, princípio do funcionalismo linguístico que retoma a concepção humboldtiana da língua como actividade ou “energúia” (cf. Justo, 1986: 122), do esclarecimento de que foram eliminados arcaísmos vocabulares e sintácticos, e modernizada a ortografia, torna-se claro ter o uso do tupi atravessado várias sincronias, como entende o linguista Aryon Dall’Igna Rodrigues ao reconhecer que “Os documentos do séc. XVIII já registam sensíveis divergências em relação ao estado da língua atestado nos séculos XVI e XVII” (1959: 4). Mais ainda, forçoso é reconhecer a existência de determinado estado da língua, modelo pelo qual era aferida a evolução linguística¹²⁰. Note-se ainda outro ponto. A conhecida influência que, no português levado para o Brasil, tiveram o tupi e outras línguas dos numerosíssimos escravos negros, sobretudo de Angola, não é apenas um magno passivo de que se nutrem as efemérides comemorativas. Essa influência, que ainda hoje se problematiza ter ocorrido por adstrato no caso do tupi, e mais por substrato, no das línguas africanas (cf. Dietrich, 1999: 157 e ss.), é resultado de uma situação de bilinguismo algo duradoura, ou, quando não, da existência de uma variedade linguística, a língua geral, que determinadas comunidades indígenas usaram correntemente e que certos grupos europeus foram conservando em contacto com o português, posto que por interesses apropriativos, nomeadamente de catequese religiosa, da parte dos missionários cristãos. A eles se deverá tributar a vitalidade de todos esses falares, por via do movimento da sua gramaticalização.

¹²⁰ Tanto assim é que, reportando-se à segunda metade do século XVIII, Maria Cândida Drummond Mendes Barros sugere, com base nos trabalhos do P.^o João Daniel (1722-1776), a “coexistência de duas variedades de tupi com funções e status distintos”, isto é, a “língua geral antiga” (ou “verdadeira língua geral”) e a “língua geral corrupta” (Barros, M., 2000: 2).

4. Lexicografia eurobrasileira

A percuciente visão de Telmo Verdelho configura determinado quadro linguístico do assunto em epígrafe: “No espaço linguístico ultra-europeu, experimentaram os portugueses a urgência da elaboração lexicográfica de modo mais premente do que na sua própria terra” (1995: 377). E no caso das línguas indígenas brasileiras, sustente-se agora, com maior intensidade ainda do que no das línguas do Oriente civilizado, se se quiser avaliar, mesmo superficialmente, o diferencial de métodos, preocupações e problemas. O confronto revela a distância que vai do empirismo utilitário das listas de palavras à investigação rigorosa e sistemática do calepino trilingue *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum* (Amacusa, 1595), que se saiba nunca imitado para as línguas do Brasil. Entre o português escrito e as línguas faladas existia um vácuo: faltavam todos os produtos culturais - documentos e monumentos, no sentido de testemunhos da memória colectiva (cf. Le Goff, 1997: 95-106) -, que são refacções de um sistema de escrita, já documentado milenarmente nos livros sacros indianos, nas elites letradas chinesas, nos templos budistas e confucianos das civilizações asiáticas. Se o mundo era novo, não menos era a humanidade que lá vivia, sem “fé”, nem “lei”, nem “rei” (Vieira, 1674-1748: II. 28). metáfora com que memorialistas já anteriores a Vieira, assinalavam a ausência dos grafemas *f*, *l* e *r* (representando a vibrante [r̄]) do então criado alfabeto tupi. A acrescer à característica de línguas ágrafas, ou a jusante dela, imputavam-lhes os gramáticos missionários, quer desadequação lexical às realidades e conceitos da ortodoxia católica, quer insuficiência de elementos de expressão analítica para cobri-los. Fizeram-no Mateus Cardoso e Luís Vincêncio Mamiani, sob a dupla viseira da missão catequética e da disciplinização linguística:

“Chamão os naturais de Cõgo, ao Spirito São Santo Monho Auquissi, & a Cruz, Iquetequêlo: das quais não quis vsar como nem também de outras palauras, porque não explicaõ bẽ a natureza, & propriedade das cousas, porque Monho Auquissi quer dizer alma santa, & alma santa, se pode chamar qualquer da dos bem aventurados, assi não he palaura propria que signifique a terceira pessoa da Sãtissima Trindade. Iquetequêlo quer dizer forca. E bẽ se vê que não significa a Cruz, pelo que me pareceu melhor vsar das proprias palauras, Spirito Stão, & Cruz e de outras” (Cardoso, M., 1624: “Prologo ao leitor”);

“Por faltar nesta lingua vocabulos, que expliquem com propriedade o significado de algũas palavras, q̄ se usaõ nas Orações, Mysterios da Fè, & outras materias pertencentes a ella, usamos das mesmas vozes portuguezas, ou latinas” (Mamiani, 1698: “Advertencias sobre a pronunciação da lingua kiriri”).

Bartolomeu de Leão, que procede da mesma maneira na reimpressão do catecismo do P^e. António de Araújo, acrescentou a razões de necessidade, decorrentes de lacunas lexicais, motivos de decoro, em que tem mais parte a fortuna dos contextos que a realidade significativa:

“a exemplo dos portuguezes, que nas orações conservaõ algumas palavras latinas, & juntamente por decoro das mesmas palavras, & por necessidade se abraçaõ, & admitem nas Oraçoens, & Dialogos palavras latinas, & portuguezas: quaes são Cruz, Ave, Salve, Igreja, Sacramento. Por decoro; porque os mysterios, que nesses vocabulos se contém, mais respeito conciliaõ nestes vocabulos, que nos vulgares brasilicos. E para se entenderem, diffusamente os explicaõ os Dialogos. Por necessidade; porque ao gentio brasil faltaõ com o uso, & noticia de muitas cousas, as palavras cõ que possaõ verterse” (Araújo, A., 1618: “Adveatencia sobre a ortographia, & pronunciação deste Catecismo”).

Ausência de isomorfia e número limitado de designações para conceitos que os missionários usavam na prática doutrinária (“Têm mui poucos vocábulos para lhes poder bem declarar a nossa fé” escreveu Nóbrega, 1955: 60), não podiam deixar de motivar a actividade lexicográfica, porque a arregimentação mais ou menos metódica do vocabulário correspondia a uma solicitação escolar e assistia ao exercício diário da acção missionária. Lembre-se o emprego de intérpretes nas confissões, solução de recurso não apoiada superiormente¹²¹; lembre-se, na mesma esfera de valores, que a primeira e mais urgente tarefa levada a cabo pelos missionários foi a de traduzir para tupi orações e rudimentos da doutrina cristã¹²², para o que se impunha encontrar os nomes mais adequados a realidades não facilmente codificáveis. Para designações do credo religioso, como “Espírito Santo”, “Jesus Christo”, “Christão”, “Santissima Trindade”, “Cruz”, “Santa Igreja Catholica”, a cada passo intercaladas no texto tupi (cf. Araújo, A., 1618: 1, *passim*), valia o recurso ao português ou latim. Mas considere-se para o nativo brasílico, que o europeu luso assimilara a ser bárbaro sem atributos éticos ou intelectuais (“gente bestial e de pouco saber” noticiou o cronista Pero Vaz de Caminha, cf. 1967: 241), considere-se para estes a codificação daquilo a que L. Zgusta chamou “culture-bound words” (1971: 295) de um património europeu com 2.500 anos de tradição! Considere-se, por outro lado, o reverso da situação, que era a imprescindibilidade de, por motivos de natureza política e estratégica, conhecer os nomes daquelas realidades que já Pero

¹²¹ Donde a desinteligência entre o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes, e Manuel da Nóbrega, que, em 1552, expunha ao P^e. Mestre Simão dúvidas sobre “se se poderão confessar por interpete a gente desta terra que não sabe falar nossa lingua, porque parece cousa nova e não usada em ha christandade” (Nóbrega, 1955: 144).

¹²² Antecede o P^e. António de Araújo, com o *Catecismo na lingua brasilica* (Lisboa, 1618), não pequeno rol de autores que, na segunda metade do século XVI, compuseram ou traduziram para tupi textos de doutrina cristã. Vejam-se os nomes de Pedro Correia, Leonardo Nunes, José de Anchieta, Manuel Viegas, João de Aspícueta Navarro e outros na lista de manuscritos recenseados por Cabral, 1880: 197 e ss.

Vaz de Caminha intentara designar à luz dos seus referentes culturais, chamando “castanheiro” ao “urucu” (“traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos”) ou “pega” ao “japu” (“Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas”) (Caminha, 1967: 243, 247)¹²³. Para edificar espiritual e temporalmente, o selo das ordens religiosas foi dar nomes à realidade, prática que colhia tradição na pedagogia jesuítica da aquisição da *copia verborum*, “ which would equip the student to speak spontaneously and with conviction in the many situations in which he found himself” (Ó Mathúna, 1986: 138). Eis agora, perante um mundo à parte do saber medievo e clássico, uma dessas situações, em que a experiência acumulada aproveitava à aprendizagem do vocabulário. No caso, a exercitação lexical nasceu do confronto bilingue e da própria comunicação em geral, no sentido em que Georges Matoré perspectiva os dicionários dirigidos a um público “qui a surtout besoin de se documenter d’une manière superficielle et rapide sur les sujets les plus variés” (1968: 190). Compreende-se, por isso, que a origem da exercitação lexicográfica consistisse em instrumentos de trabalho não mais do que simples listas de palavras, organizadas individualmente por temas ou ordem alfabética para uso das comunidades religiosas ou de manuseio particular, de que a história poucos testemunhos guardou. Mas é fácil de adivinhar o seu trânsito escolar, mesmo porque o costume não era novo. Durante a Idade Média, tiveram larga utilização compilações anónimas do mesmo tipo, os léxicos metódicos, “où les mots sont classés par matières: (...) des listes de mots désignant des parties du corps humain, des plantes, des animaux, des ustensiles de cuisine, etc.” e mesmo os glossários, “généralement bilingues, qui alignent parfois alphabétiquement, mais le plus souvent sans ordre, des mots latins qui, paraissant offrir des difficultés de compréhension, ont été traduits dans une langue connue à l’intention des clercs, que leur ignorance empêchait de lire les Ecritures” (Matoré, 1968: 50-52). Por uma das listas seiscentistas que chegou até nós, *Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil* (São Paulo, 1937), de Pero de Castilho¹²⁴, é de supor outras mais

¹²³ Em fontes seiscentistas já os termos são de uso corrente. Confrontem-se abonações no *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi* (São Paulo, 1978), de Antônio Geraldo da Cunha: “detevesse ainda hũ pedasso depois de meu recado em fim veio cõ hũ maço de frechas e seu arco na mão, elle todo almagrado cõ urucu” (1608, L. FIGUEIRA, *Relação da missão do Maranhão*); “os dias passados me trouxeraõ a amostrar hũ passaro que me disseraõ chamarse Japu – de hũa cor amarela dina de estimar” (1618, A. FERNANDES BRANDÃO, *Diálogo das grandezas do Brasil*).

¹²⁴ Pelas informações acrescentadas que o título comporta, tem interesse citá-lo na íntegra: *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas, & terceiras pessoas & mais differenças q̃ nelles ha; mujto necessarios aos confesores que se occupão no menisterio de oouir confissões, & ajudar aos jndios onde de contino seruẽ. Juntos por ordem alphabetica, pera mais facilmente se acharẽ,*

de domínios de significação relativos a grandes categorias de análise do real. A do corpo humano foi organizada alfabeticamente num vocabulário tupi-português e português-tupi, publicado já no nosso século; uma outra, de relações de parentesco, com a mesma estrutura de texto lexicográfico, só não tem a forma de vocabulário parcial, temático, porque incluída no catecismo de António de Araújo (ed. de 1686, de Bartolomeu de Leão). Trata-se do “Catalogo dos nomes de parentesco, que ha entre os brasis”, para honra do officio da confissão, já que “se pôde tal vez embaraçar o confessor com os nomes do parentesco, que ha entre a gente brasilica, conforme as circunstancias, que na confissão podem ocorrer” (Araújo, A., 1618: 267), e certamente proveito dos aprendizes da língua geral, uma vez que, como já foi demonstrado em vários estudos, a rede dos termos de parentesco apresenta soluções diversas, ademais do estreito círculo das relações básicas. Note-se que também Pero de Castilho especifica no título do seu vocabulário o arrazoado seguinte: “Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil (...) mujto necessarios aos confissores que se occupão no menisterio de ouir confissões, & ajudar aos jndios onde de contino servẽ”. O catálogo do P^e Bartolomeu de Leão apresenta todas as características de um vocabulário tupi-português, desde os equivalentes do lema, a sentidos particularizantes, contextualização e mesmo informações dispensáveis num dicionário bilingue, como são os dados etimológicos (cf. *Id.*, *ib.*: 267-274):

Acycoêra. Etymologicamente significa pedaço: usase vulgarmente pelo irmão, e irmãa carnal uterinos.

Cymêna, Padrasto do varaõ, e da femea: ut xe cymêna, que val o mesmo que marido de minha mãy.

Membycunhã. Sobrinha da femea, se he filha de qualquer de suas irmãas. Tambem significa a enteada da femea, ut xe membycunhã.

Yra, Sobrinho filho da irmãa do varaõ. He tãbem o primo filho da tia, ou do tio irmão do pay do varaõ: e juntamente o tio filho da avó do varaõ. Tambem se toma pelo enteado do varaõ, xe riyra.

Dado que a própria lexicografia é condicionada por elementos diferenciadores das línguas em confronto, tais instrumentos de trabalho, posto que parciais e não sistemáticos, seriam os mais configuradores das novas realidades oferecidas ao homem europeu, no que toca à identificação dos referentes do mundo extralinguístico. E se se pensar, como atrás foi notado, na perplexidade destes homens ao impacto das novas observações reais, bem patente em muitos e variados escritos, avalia-se a investigação

& *saberẽ*. O pequeno glossário, manuscrito datado de 1613 e cujo autor incontestemente é Pero de Castilho, foi publicado por Plínio Airoso em 1937.

que no domínio do léxico terá resultado do primeiro contacto dos missionários com as línguas indígenas do Brasil. Por outro lado, vantagem dos *corpora* lexicais sobre a actividade gramaticográfica, é que eles são ampliados e aperfeiçoados ao acaso da aprendizagem. Por alguma razão, na maior parte dos testemunhos dos primeiros missionários, ressaí o sinete das suas preocupações relativas não tanto ao equipamento lexicográfico, mas à redução da língua geral a regras ou arte gramatical: “Se lá tiverem alguma maneira de ensinarem na língua brasílica, mandem-no-la, porque de outra maneira dificultosamente se lhes meterá na cabeça, ainda que lhes vozeem cada hora e cada momento”; “quanto a modo de *Arte*, não alcanço ainda para se fazer, nem me parece que teem senão certos vocábulos que servem em geral” (Leite, 1938-50: II, 549), são depoimentos de fragilidades bibliográficas, com exclusão dos vocabulários, porque menos necessários face a outros instrumentos, as tais listas de palavras ou nomenclaturas em letra de mão, de fácil socorro para a comunicação imediata. Inclusive, de eficaz utilização gramatical, pois que o exercício de tradução, aliado à alfabetização de locuções e mesmo estruturas fráscas, servia ao funcionamento da língua. Tal “a inevitável proliferação de catecismos particulares” (Leite, 1965: 217), cada missionário organizaria para seu uso colecções de palavras e frases arrumadas conforme o entendimento, que constituíam esboços de vocabulários, correndo de mão em mão, sem naturalmente a marca bibliográfica *ne varietur*.

Só assim se compreende o desfasamento entre a produção manuscrita recenseada pela historiografia linguística e o espaço vazio, só tardiamente pontuado, da produção editorial portuguesa (cf. **Anexo I**), também em contraste manifesto com a lexicografia da área espanhola: o guarani teve dicionários impressos desde o princípio do século, assinados por Afonso Barzana, Velázquez e Antonio Ruiz Montoya; e a codificação de diversas línguas do México – o nahuatl, o tarasco, o zapoteca, o mixteca – começara em meados de Quinhentos¹²⁵. Quanto ao grupo das línguas tupi, do volume de vocabulários de que se dá notícia, nenhum passou, ao tempo, da letra de mão para a letra de forma e poucos são os sobreviventes identificados inequivocamente. Da lista dos que “já hoje se não póde assegurar a existencia” (Cabral, 1880: 197), consigna-se um dicionário a Manuel Viegas e guardam-se reservas acerca de um tão nomeado vocabulário de José de

¹²⁵ Da língua nahuatl, o *Vocabulario* (México, 1550), de Fr. Alonso de Molina; o tarasco foi codificado no *Vocabulario en lengua de Mechuacán* (México, 1559), de Fr. Maturino Gilberti, e na *Arte y diccionario en lengua michuacana* (México, 1574), de Fr. Juan Bautista de Lagunas; o *Vocabulario en lengua zapoteca* (México, 1578), de Fr. Juan de Córdova; o *Vocabulario en lengua mixteca* (1593), de Fr.

Anchieta (cf. Leite, 1938-50: II, 552 e ss.), ambos supostamente da transição do século XVI; e na centúria de Seiscentos, bibliógrafos contam vocabulários manuscritos dos padres João de Barros, Pedro Dias, Luís Vincêncio Mamiani e dos franciscanos Boaventura de Santo António e João de Deus. Do mesmo período, outros vocabulários manuscritos haverá por identificar, alguns sem nome de autor, nem data, nem título, assim mesmo trasladados em cópias dos séculos XVIII e XIX¹²⁶. Chegaram até nós duas de tais cópias seiscentistas, que se saiba as únicas do período em apreço publicadas, na íntegra, já contemporaneamente e expungidas de problemas de autoria e filiação em aberto: linhas acima citou-se a pequena relação de Pero de Castilho, *Nome das partes do corpo humano pella lingua do Brasil*, cuja autoria e data de composição esclareceu cabalmente o professor de língua tupi-guarani, Plínio Airosa (cf. Airosa, 1937: 7-24); foi também já referido o *Vocabulario na lingua brasilica*, de Leonardo do Vale, nome em lugar do qual se lê o de José de Anchieta nas hipóteses de autoria adiantadas pelo mesmo professor na sua edição do vocabulário (cf. Airosa, 1937: 57 e ss.)¹²⁷. Tem este a natureza de léxicon global da língua brasílica, ordenado do português para o tupi, que se incluiria na categoria de dicionário geral, quantificando-se este em número de

Francisco de Alvarado; Fr. Domingo de Santo Antonio publicou em Valhadolide, em 1560, um vocabulário do quichua.

¹²⁶ Veja-se na Biblioteca Nacional de Lisboa um pequeno vocabulário português-tupi referenciado pelo título *Vocabulario guarani do séc. XVI* (Cod. 9614), com letra do século XIX e seriação de lemas relativos apenas à letra C (“Cabeça humana sem corpo” é o primeiro lema deste opúsculo; “Cortar bem, ou bom corte ter ferram^{ta}” e “Corta cõ ella” os últimos). Na mesma biblioteca guarda-se um intitulado *Vocabulario da lingua Brazil* (Cod. 3143; vocabulário português-tupi), anónimo e sem data, cuja letra coincide com a do manuscrito *Doutrina christãa em lingoa geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g [geral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (B.G.U.C.: Ms. 1089). Sendo este uma cópia do *Compendio da doutrina christam na lingua portugueza e brasilica (...) à maneira de dialogos accomodados para o ensino dos indios* (Lisboa, 1687), de João Filipe Bettendorff, é de supor que ambos, vocabulário e doutrina, sejam do século XVII. Pertencem à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: o *Diccionario da lingua geral do Brasil* (Ms. 81), datado de 1771, e o *Diccionario da lingua brasilica* (Ms. 94), este de tupi-português, aquele de português-tupi, com pequena introdução gramatical sobre a conjugação verbal. Apresentando ambos letra do mesmo copista, serão obras coevas.

¹²⁷ Conhecida por “códice piratiningano de 1622”, esta obra que Plínio Airosa editou em 1937, é uma cópia anónima de um original que nunca se teve nas mãos, coevo da gramática de José de Anchieta, e cuja autoria, mercê de um emaranhado de probabilidades biográficas, andou atribuída ao autor da primeira gramática da língua brasílica e a Pero de Castilho. Os estudos do ilustre P^o Serafim Leite fecharam a contenda: “Facto ‘certo e efectivo’, adquirido para a ciência histórica, é que Leonardo do Vale o escreveu ‘ótimo, abundante e muito útil, com que é fácil aprender’. Testemunho, oficial e autêntico, do Provincial Marçal Beliarte, dado em 1591, conhecido em 1938, e que vincula para sempre o nome de Leonardo do Vale ao ‘Vocabulário da (ou na) língua brasílica’. Porque o descreve com qualidades tão próprias e características dum perfeito vocabulário, que, sendo o primeiro e assim perfeito, se porventura lhe tocaram depois, foram retoques de revisão; e qualquer cópia desse período (fins do século XVI – princípios do século XVII), que exista nos Arquivos, seja qual for a sua letra ou caligrafia, é de Leonardo do Vale, como autor principal ou único. Num e noutro caso, autor” (1946: 190). Sobre outras cópias manuscritas, vd. **Anexo I**.

5.000/6.000 entradas¹²⁸; o primeiro é um vocabulário temático, de escassas 439 entradas de nomes e locuções do campo semântico do corpo humano, distribuídas em percentagens desiguais de cerca de 60% para a parte relativa ao tupi-português e a restante para a do português-tupi, o que significa que os dois vocabulários não dão conta do mesmo *corpus* lexical. Aqui se anotam algumas das razões desta distribuição desigual, mas racional. Saliente-se, antes disso, que, embora o dicionário de uso passivo (no caso, tupi-português) e o de uso activo (português-tupi) constituam a mesma realidade sob angulações diferentes que se interferem a cada instante, “the lexicographer should include more entries with more senses in the former than in the latter”(Al-Kasimi, 1983: 158). Em relação ao lexicógrafo Pero de Castilho, está na base desse procedimento o seguinte quadro:

- Diferentes entradas do tupi apresentam o mesmo equivalente português, revertidos os respectivos textos nos artigos do vocabulário português-tupi. Acontece com:

“Acangapê” e “Acangiape” – “casco da cabeça”

“Apîra” e “Apitêranameîma” – “Moleira”

“Bopitéicâba”, “Bopitéraicâba”, “Pobobôca” e “Pópitéjcâba” – “Riscos da palma da mão”

“Motiâ” e “Potiâ” – “peitos. por aqta. parte do pescosso até o vasio”

“Membinhemonhãgâba”, “Pitangurû” e “Pitangnhemonhãgâba” – “Matrix in foeminis”

“Tetimã iguâ”, “Tetimã oô” e “Timãoô” – “barriga da perna”

- Por inabilidade do escriba seiscentista ou falha do exemplar de cópia (fosse o texto original ou versões recebidas), há artigos incompletos, sem a equivalente tradução portuguesa nem, portanto, correspondência na segunda parte do vocabulário. Casos de:

“Açôca. xe. de. y.” [*xe, de, y* ou *c* são significantes da 1ª, 2ª e 3ª pessoas de um monema de posse; cf. o título do vocabulário]

“Tapiâaiya. xe. de. y.”

“Tebîra. qui muliebria. xe. de. y.”

- Há verbetes do vocabulário tupi-português ausentes da versão vice-versa. Não aparecem os artigos correspondentes a:

“Miçã apira. a ponta de dedo do pee. xe. de. y.”

“Moapêapîra. pontas das unhas da mão. xe. de. y.”

“Moâpira. pontas dos dedos das mãos. xe. de. y.”

“Muruã apîra. a ponta do embigo. ex. de. y.”

“Muruã coâra. o buraco delle. xe. de. y.”

“Tapiâ. testiculi. saculos. xe. de. y.”

¹²⁸ Independentemente das actuais noções sobre “lêxico geral” e “lêxico fundamental”, que podem obter-se em Matoré, 1968: 191 e ss., Rosengren, 1979: 280-300 ou Beněs, 1979: 301-313, note-se que a obra do jesuíta irlandês William Bathe, *Ianua linguarum* (Salamanca, 1611), apresentava para memorização uma lista de 5.300 palavras, dimensão que Ó Mathúna comenta da seguinte forma: “A word list of more than 5,000 items may appear unrealistically large, even for a time when curricula were less crowded for language students” (1986: 154).

No quadro da assimetria das línguas, as situações denotam genericamente fenómenos característicos do confronto lexical entre uma língua que evoca um universo de referências diferente do sistematizado nos dicionários de latim e mesmo dos vernáculos europeus, e um idioma que, face à língua mãe, enfrentava o repto da propriedade e adequação linguísticas. Assim, faltam no português vocábulos para exprimir todos os valores denotativos e conotativos dos significados do lema tupi, donde a repetição de glosas (“moleira” para “apîra” e “apitêranameîma”), forçando-se a sua capacidade extensiva; por outro lado, com salvaguarda de eventuais corruptelas do copista e de lições defeituosas das versões recebidas, há determinados conteúdos que ficaram por traduzir, sinal de lacunas lexicais reconhecidas pelos próprios missionários (cf. *infra* nota 133), tanto mais frequentes quanto maior é a compreensão de sentido. Finalmente, deve ainda observar-se que, sendo característico dos dicionários ordenados da língua estrangeira para a língua materna o seu uso passivo¹²⁹, segue-se que não alfabetar significados portugueses em entradas do *corpus* lexical do português-tupi, corresponde a propósito evidente de realçar o seu uso não activo, como é claro em “a ponta do embigo” (ou “o buraco do embigo”) e procede em “testiculi”, à luz da ética judeo-cristã. Serve de aferidor o vocabulário português-tupi de Leonardo do Vale, orientado, este sim, no sentido da produção: nenhuma das entradas genéricas “Jmbigo”, “Dedo da mão” ou “Unha, ou unhas da mão” deste *Vocabulário na lingua brasilica*, é cindida em realizações hiponímicas do tipo das registadas por Pero de Castilho, “a ponta do embigo”, “pontas dos dedos das mãos” ou “pontas das unhas da mão”. O princípio da hiponímia é a compreensão denotativa, passível de se ampliar a um valor extensional sem impedir a comunicação. Dir-se-ia mesmo que a explicitação semântica de grande parte do conhecimento lexical de uma língua é da natureza da hiperonímia definitória. Só como método e como teoria se procede à restrição de significado ou à oposição lexical a partir da semelhança de conteúdos, que é o que está na base dos estudos dos campos conceptuais, ou inventários de palavras agrupadas segundo determinada experiência, trazidos para primeiro plano da semântica estrutural por Jost Trier. Ora a pequena nominata das partes do corpo humano “pella lingua do Brasil” segue o princípio da delimitação do léxico em paradigmas de unidades que transportam um mesmo conteúdo genérico, e porque trata, já não de significações, mas da análise taxionómica da realidade, tanto mais representativo será o domínio da experiência quanto mais exaustiva

¹²⁹ “The user of a bilingual dictionary is primarily concerned with *understanding* a foreign language and scarcely at all with *expressing* himself in a foreign language” (Harrell, 1967: 54).

for a listagem de unidades¹³⁰. Faz parte, portanto, certo grau de organização estrutural em termos de hiponímia, a partir de unidades superordenadas. O caso de “cabello” é um exemplo elucidativo e clássico das especificações semânticas que relacionam as unidades sob a implicação: “La tendencia ordenadora del mundo, reflejada en el lenguaje, se inclina a dar a la palabra *pelo* un contenido conceptual cada vez más amplio, es decir, a reunir en este género (*pelo*) numerosísimas especies” (Wartburg, 1946: 280), espécies bem determinadas na obra de Pero de Castilho. Confrontem-se tais com o procedimento convencional de Leonardo do Vale:

Cabello da cabeça. Âba.
 Cabello das ventas. Apíguarâba.
 Cabellos do çobaco. Gijguîrâba.
 Cabellos dos peitos. Motiãâba.
 Cabello do corpo. Çâba.
 Cabellos do trazeiro. Tecoâra âba.
 (...)
 Coxa pella parte trazeira. Anaguîra.
 Coxa da parte do uão dellas. Cupîg.
 Coxa da parte dianteira. Uûba.

Castilho, 1937

Cabelo de cabeça. – Aba.
Cabelo todo o mais q. não he de cabeça, e de qualquer bruto tirando a como de caualo. – Çâba.
 (...)
Coixa da perna. – Uba.
Coixa da parte trazeira. – Anãguîra. E a parte supor. della iunto da nadega. Anaguiquýtinga, he lugar mortal ou a ferida delle.

Vale, 1938

E se se levar também em conta a primeira parte do vocabulário de Pero de Castilho (tupi--português), acresça-se às séries: “Tacapecâba. os cabellos daquela parte [barriga, ventre]”; “Tendibaâba. os cabellos da barba”; “Ûba poã. a ponta da coxa junto ao giolho”; “Ûbipi. arreigada da coxa junto a virilha”¹³¹. Como vocabulário temático, o texto lexicográfico de Pero de Castilho, que não explicita evidentemente relações de hiponímia¹³², torna manifestas certas oposições de sentido, porque cobre de forma mais exaustiva e sistemática o domínio genérico expresso na arqui-unidade “tetê” (“corpo

¹³⁰ Mas o ideal da exaustividade motiva também os estudos de campos semânticos e de campos lexicais que têm sido apresentados para domínios da experiência particularmente favoráveis à estruturação. Dentro dos limites do lexicograficamente possível, os investigadores optam pelas estratégias de inventariação lexical mais adequadas à realidade tratada. Afigura-se, contudo, que, no actual estado dos conhecimentos, pouco se poderá ir além do modelo aplicado num dos estudos mais recentes, o das designações de “calçado” em francês, por Henriette Walter: “Dans l’impossibilité pratique de réunir un corpus assez vaste pour que tous les lexemes existants aient une chance d’y figurer, on peut mettre à profit les données qui fournissent les dictionnaires, qui sont les répertoires les plus complets, à défaut d’être exhaustifs, de la langue” (Walter, 1985: 276).

¹³¹ Algumas das especificações de significado do português *coxa* são parte de uma série de alterações semânticas em cadeia que envolveram *femur* (“coxa”) e *crus* (“perna”) na vizinhança imediata do latim *coxa* (“anca”). O etimologista Wartburg reconstituiu de forma clara as várias fases do processo (cf. 1946: 193-194).

¹³² Poucos dicionários o farão, pelo menos de modo sistemático: “The lexicographer will frequently have considerable difficulties in detecting these relations [as relações entre ‘general word’/‘hyperonym’ e ‘specific word’/‘hyponyms’] in this excerpted contexts or in eliciting the necessary contexts, or information from his informants” (Zgusta, 1971: 94).

humano”). Em vez disso, encontram-se no vocabulário de Leonardo do Vale, entradas e definições que são superordenadas em relação aos subconjuntos dos nomes *cabelo* e *coxa*.

Mas a diferença dos procedimentos de lexicalização não fica por aqui. De facto, ela tem repercussões na forma como os autores responderam diversamente a problemas resultantes da questão genérica das assimetrias lexicais, envolvendo também o latim no confronto entre o tupi e português. Fê-lo Pero de Castilho, que, em lugar do português, usou, qualquer que fosse a direcção da tradução, os latinismos “canalis membri”, “caput membri”, “fimus”, “fimus inter proeputiū et caput membri”, “genitale viri”, “matrix in foeminis”, “membrum circuncisū”, “membra capitis tegmen”, “mes in foeminis” “partes externa vtrinque”, “podex”, “pubes in foeminis”, “pubes in maribus”. Largo, mas nem por isso variado o leque de artigos que substituem o português ao latim, todos eles relativos a uma nomenclatura quase sempre remetida ao cemitério da língua, por socialmente inconveniente. A coincidência dos casos afasta a hipótese da presença do latim a título de língua de referência, em alternância com o português, tal qual se regista nos catecismos, em orações e protocolos usados nos sacramentos (cf., por exemplo, a “Ordem, e fôrma do bautismo” em Mamiani, 1686: 172); e se regista também em textos lexicográficos, como o *Vocabulario da lingua Brazil*, manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (cf. nota 126), que apresenta lemas bilingues do género “A preposição de movimento ad locum”, “Aceitar a palavra, stipulari”, “Acepilhar ou aplinar, polire”, “Babar se salivare”. Nas obras em apreço, o uso do latim corresponde, antes, à procura de uma referência autorizada para nomenclatura que perderia a dignidade se exposta em linguagem vulgar e da qual só se tratava em práticas específicas, com discreto juízo. Haverá neste proceder razões de ordem moral, que os padrões da pureza evangélica consignavam em quanto se referisse a realidades algo reservadas e secretas. Note-se que a defesa das noções morais da civilização cristã é tónica constante nas apreciações que saíram da pena dos jesuítas sobre o modo de ser e de viver dos nativos. A todo o passo se lêem verberações contra o desregramento dos costumes, a sensualidade (cf. Nóbrega, 1955: 66) ou a inverecúndia da nudez (cf. Cardim, 1939: 147), mesmo com afago de algumas noções de moral natural. A mesma ética presidiria à adopção do latim por parte dos lexicógrafos, em matérias que assim ganhavam em merecimento. Autoridade e prestígio do latim constituem exactamente as razões primeiras do procedimento em questão, sintomático de que o latim continuava a ser a língua de cultura e de ciência apta

para veicular conteúdos que o vernáculo bárbaro e tosco não exprimia decorosa e eficazmente. Leonardo do Vale ainda contrapôs: “uocabulo honesto e conforme ao modo português” pode ler-se em aposto da tradução dos lemas “**Circuncidar**” e “**Partes secretas**”, mas mantém o latim como língua de entrada e de definição em “**Membri uerile**”, “**Membrum muliebre**” ou “**Pubes ium.** – Tacoaba, maxime in feminis, et maribus”¹³³. Por outro lado, utilizar literariamente o latim era consequência da existência de um património teórico a que acudir, sobretudo estando em causa domínio científico de cátedra no uso do latim¹³⁴, por ritual que fosse já na época, como pretendeu fazer ver João de Barros ao caricaturar a imagem do médico latinista trapalhão (cf. Barros, J., 1532: 46). Mas as matérias científicas, e especificamente as respeitantes às ciências do corpo humano, continuaram a ser um reduto do latim quando no século XVII aumentou o número de obras médicas “em vulgar”. No que respeita aos missionários, é inclusive de admitir o caso de lhes faltar a linguagem vernácula adequada ao assunto tratado. Note-se que, desde o início da colonização, foi sentida a falta de livros que “nos fazem muita míngua para dúvidas, que cá há”, queixava-se Manuel da Nóbrega em encomenda bibliográfica ao Reino (Leite, 1965: 109)¹³⁵. E o facto certo, adquirido em testemunho directo de Leonardo do Vale, da “pobreza do portugues para as mtas. miudezas desta lingoa” (cf. a antepenúltima nota), que comprometia a tradução para a língua nacional,

¹³³ Apesar de extenso, merece ser citado o seguinte artigo do *Vocabulario na lingua brasilica*, que traduz bem, pela pormenorizada exposição com fecho latino, como o uso da língua mãe se prestava para a solução de escrúpulos ou casos de pudor em matéria de terminologia anatómica: “**Lingoa como de mato roçado que ficou em pe não de todo dezapegado do outro, mas quasi.** – Cepigçama. Diz-se e serue a mtas. cousas outras, mas a pobreza do portugues para as mtas. miudezas desta lingoa foy causa de tam fraco exemplo. Daqui uem um uerbo. Aimoepigcam. i. cortey de hũa parte, e da outra não de todo, mas de maneira q. ficou por algum piqueno pedaço ou parte continuãdo cõ o todo, como se o mar diuidisse duas ilhas ou algũa posta ficãdo comtudo algum estreito caminho por cortar, ou subir pollo qual se fosse de hũa a outra a pe enxuto. O principal significado deste uocabulo a cuja semelhança se diz tudo isto (posto que o quizera calar) he o interualo q. ha inter pudenda mulieris, et ejus podicem”.

¹³⁴ “Lingua commua dos Sabios, e das Sciencias”, tal qual vem expresso nos *Estatutos* da reforma pombalina dos estudos universitários, de 1772, que lhe conferiram o carácter de requisito de base dos opositores à Faculdade de Medicina, uma ciência com longa tradição de nobreza. Além do consignado sobre a obrigatoriedade dos compêndios redigidos em latim, “que houverem de servir para as lições públicas das Escolas, não só da Theologia, mas tambem de todas as outras Faculdades, e Sciencias”, dispunham os *Estatutos* que os estudantes médicos “Em primeiro lugar deverãõ ter adquirido o conhecimento necessario da Lingua Latina, de sorte que a entendam e escrevam correctã, e desembaraçadamente”, e recomendavam (portanto, sem carácter vinculativo) a instrução nas línguas vivas inglesa e francesa (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1773: I, 66 e III, 12-13).

¹³⁵ Outro testemunho, este do cronista Simão de Vasconcelos, afina pelo mesmo diapasão: “Aqui [São Paulo] nesta pobreza se abriu a segunda classe de grammatica [gramática latina] que teve o Brasil (porque já na Bahia se tinha aberto uma) frequentavam-na nossos irmãos, e bom numero de estudantes brancos, e mamelucos, que acudiam das villas circumvizinhas. Lia esta classe o irmão José de Anchieta: occupação em que perseverou alguns annos, com grande aproveitamento de seus discipulos, e com maior opinião de sua santidade. O trabalho era excessivo: ainda naquelle tempo não havia nestas partes copia de livros, por onde podessem os discipulos aprender os preceitos da grammatica” (Vasconcelos, S., 1663: 83-84).

configura-se na própria apresentação das entradas do *Vocabulario na lingua brasilica*, explicadas miudamente por evidente insuficiência de expressão. Caso estranho de um vocabulário feito do português para o tupi, mas perceptivelmente pensado do tupi para o português.

O afingar-se esta obra de Leonardo do Vale um vocabulário de tradução (ou bilingue) feito à medida dos equivalentes tupis, não é apenas consequência da alfabetação de frases. Na *Arte, y bocabvlario de la lengua gvarani* (Madrid, 1640), de Ruiz de Montoya, encontram-se igualmente entradas tipo “Açelerarse el vso de la raçon”, “Assomar las piedras del rio quando baixa, y los que nadan assomar las cabeças”, “Boluer a los pecados passados”, “Como quiera que lo hizieres està bueno”, sem que se detecte, com a mesma nitidez, o que a seguir se menciona sobre o vocabulário de Leonardo do Vale. Por outro lado, a insuficiência da elaboração do português, que onerava a inventariação do *corpus* a alfabetar, não basta para justificar as configurações textuais das entradas, onde a circunstância da língua estrangeira ser alheia aos quadros mentais do mundo clássico parece alimentar também a expressão perifrástica. Os seguintes artigos dão uma ideia:

“Estoruar não dando geito como o ramo q. não deixa apontar ao q. quer tirar com frecha. – Naimoecatuy ut Naxēboecatuy”;

“Gauar ou gabar alguem do q. fez, ou dice, não tem pprio. uerbo, mas ha aduerbios q. iuntos aos uerbos fazem o mesmo sentido. s. – Murû. E. Muruangaba. ut. Aê. eu disse. Aêmuruãgaba, quasi dicat, eu disse-lh’o mui galantemente, ...”;

“Miga do caldo com farinha ou beiju de manra. [maneira] se desfaz todo em hũa massa ou polme. – Mînígpigrõ”;

“Pinguelo como o de esparrela ou Mundê. – Potãya, l, Ypotãya. Nota q. no Mundê alê deste comũ, q. está preso por hũa cordinha, como o da esparrela, ha outros dous q. polo ajudarem no mesmo off^o de armar, e desarmar se podem també chamar pinguelos. s. hum modo de esteirinha feita de uarinhas delgadas, q. toma quasi todo o uão do mūdê; ...”;

“Reiqueimar não como a mostarda ou rabaños, senão como os bribigões, e hũa fruita q. chamão Jaracatiã, e outras. – Xejoçar. O mesmo se diz tambem do tacto como de algumas eruas, q. chegando ao rosto, ou noutra parte arde; como tambem fazem as que chamão carauelas de guine uermelhas que o mar lança fora; ...”

Conhecimentos e experiências não convergentes dos falantes das línguas são a matéria apresentada para tradução tupi e, note-se desde já, para explicação de significados, como se de um dicionário monolingue ou de significação este se tratasse. As entradas na língua materna incluem nomenclatura que não corria no português europeu, referem realidades desconhecidas e descrevem especificidades de funcionamento gramatical do tupi: os vocábulos “beiju” (do tupi *mbeijú*, “bolo de farinha de mandioca”), “mundê” (do tupi *mundê*, “armadilha de caça”) e “jaracatiã” (do tupi *jarakatia*, “palmeira”) são

tupinismos registados no primeiro século da descoberta (tendo alguns permanecido na norma brasileira e no português europeu); e todo o mundo do conhecimento veiculado nas entradas portuguesas está orientado para a organização e estruturação de um universo de referências tupis. A situação está contemplada nos manuais teóricos de lexicografia. Do princípio de que “The basis of the list of prospective entry-words is, of course, the lexicon and semantic of the (native) source language”, tira-se a regra geral dos dicionários bilingues, que, no caso de confronto entre língua europeia e língua exótica, assim se fixa: “in a society with a different culture and in a geographical and other extralinguistic milieu castly different from that of the source language, it will be necessary to take into consideration also the target language when the entry words of the source language are selected” (Zgusta, 1971: 309). Obedece a regra à natureza do dicionário activo, cuja finalidade é a da produção¹³⁶. “Beiju”, “mundé”, “jaracatiá”, “janipapa” ou toda a série de nomes da toponímia brasileira, “Ilha da Cananêa”, “Ilha de Uillagalhão”, “Ilha de Maricaha”, etc., que têm acolhida nas entradas do dicionário de Leonardo do Vale, eram palavras vivas para os utentes do português (ou da sua variedade brasileira), no interesse dos quais se cuidava da modalidade escrita. Quer dizer que, sendo este vocabulário ordenado pelo português, os lemas estão condicionados por elementos diferenciadores da língua de tradução, pelo seu universo semântico, e o lexicógrafo adequa-lhe a nomenclatura então usada a cotio. Duas consequências daí advêm. Primo, a saturação informativa dos lemas, preenchidos por estruturas fráscas (“**Que he isso lâ, respondendo ao q. chamou**”) ou transformados em definições, pois cumpria fornecer aos falantes da língua materna a competência linguística que lhes falecia para formas referentes a uma realidade nova. É corrente, por isso, a desproporção entre a prolixidade dos lemas e a fixação lexical do tupi, quase como descrição invertida de um suposto *corpus* dicionarístico do tupi. Veja-se “**Estoruar não dando geito como o ramo q. não deixa apontar ao q. quer tirar com frecha**” para o equivalente “Naimoecatuy”, ou ainda:

“**Fio ou cordão como de cõtas e todo o em q. se ãfia, como a corda dos pescadores cõ q. fazem a cambada.** – Cigcig. ut Boigrigcig, cordão de contas, etc.”;

¹³⁶ Embora já referido este assunto, as seguintes palavras de Samuel E. Martin são esclarecedoras da diferença entre o dicionário que visa a produção e o que visa a compreensão: “We must make an early decision: WHO will use the dictionary? If it is a Japanese, he will want much more information included in the English representations (information on the pronunciation, the syntatic class, the inflection, etc.) than he will need on the Japanese side; if he is an American, he will want more than just the graphic representation of the Japanese. The native speaker of a language is in a position to supply much information that must be made explicit for either the foreigner” (1967: 154).

“São, ou sã estar a pessoa ou qualquer outra cousa sã doença, ou ferida, sem rotura, ou podridão, ou qualquer outro dano. – Naxemarãni”;
“Tingir o marido a molher, ou outra, ou ellas a elle apegango-lhe o janipapa de que hia tingindo conhecendo-se, ou dormindo iuntos nũa rede. – Aimojanigpaguer. act.”.

A segunda consequência não diverge desta primeira, a não ser em termos de codificação do espaço gráfico. É que as definições do lema transitam para o espaço reservado ao equivalente de tradução, entre um e outro circulando explicações semânticas, por definição ou por sinónimos (como *pinguelo* e *esparrela* para “mundé”), de tal modo que, não fosse a própria sequência linear, muitos artigos poderiam ser lidos em “vice-versa”, com reversão dos dois componentes da sua micro-estrutura. O imperativo das glosas explicativas ou dos “explanatory [descriptive] equivalents” (Zgusta, 1971: 319-320)¹³⁷ é também resposta à ausência de isomorfia entre as línguas, que não é simples questão de vocabulário, tipificada nas já referidas “culture-bound words” (*Id., ib.:* 294 e ss.), mas afecta também e directamente o sistema gramatical.

Como o artigo atrás citado, os seguintes mostram domínios da morfologia e sintaxe explorados no *Vocabulario na lingua brasilica*, informativos de traços característicos do tupi:

“**Até, praep. usq. ad.** – Pê, como se hum partice da Bahia p^a Porto Seguro, e dicece: Tiaço xeirũnamo Nhoecembepe nhoté. Uai comigo somente até os Iheos”;

“**Com. prepo. instrument.** – Pupe ut Jtâ. pedra. Jtâpupe com pedra”;

“**Em Eu, em tu falando, fazendo, etc. aduerbio.** – Abê. Çupibê. Remebê, no fim do uerbo. ut. Guinheengabe xenheengarupi, em eu falando”;

“**Oje, preterito.** – Jeî. Ojeî. Jeîê”;

“**Oje futuro.** – Cori. Corie. Coriecori. Entre os Tupis serue o Cori de preterito e futuro”;

“**Oxala dezejando.** – Temomã. ut. Ourtemomã, oxala uiese. Marajaçoaramomã. Marajaçoaramotemomã. ut. Marajaçoaramoturimã: o mesmo he Marajaçoaramone senão que se lhe não aiuntão uerbo dirão, mo, em lugar de mã, o mesmo he. Be momã, ut. Ourbe momã. i. oxala elle uiera”;

“**Ser, sum, es, fui.** – Aicô, ut, Aicô debojaramo. i. sou teu criado, e sem elle. i. o uerbo Aicô, porq. na uerdade não parese auer na lingoa este uerbo, mas incluisse em certos modos de falar. ut. Xeruba. i. meo pay. Yxerub, est nihi pater, e porq. neste modo se entende tanto habeo como sum, es, fui, fica mais pprio. este Deraigrayxe uel Xeruba endê, porqto. aqui não se pode entender outro senão sum, es, fui, e cõtudo se algum he pprio. expresse he o primeiro”.

¹³⁷ Além destes, Ladislav Zgusta tipifica os “translational or insertible equivalents”. Não é líquida, porém, como o próprio Autor reconhece, a diferença entre os dois tipos de equivalentes de tradução: “The main distinction is that when choosing a translational, insertible equivalent, the main concern is given (within the boundary of correct possibilities) to its ability to be used in a fluent, good translation of whole sentences, to be inserted into contexts of the target language whereas the explanatory or descriptive equivalent is chosen in order to give more information about the lexical unit of the target language”. Por outro lado, se se considera aqui serem os equivalentes tupis do tipo “explanatory or descriptive” é atendendo a outra característica: “The explanatory equivalent is very practical when a lexical unit of the source language is to be handled, the designatum of which has no or no precise counterpart in the target language” (Zgusta, 1971: 319, 321).

Não são informações normativas ou simples metalinguagem gramatical camufladas sob a massa dos dados semânticos; erige-se a matéria gramatical como desiderato da descrição lexicográfica, suposto que era o objectivo do uso e prática linguística do tupi. Assim, o sistema das preposições pospostas ao nome por elas regido; o valor aspectual de partículas que se pospõem ao verbo ou, mais precisamente, um sistema verbal onde as noções de tempo, modo e aspecto são representadas por partículas de tipo adverbial pospostas ao verbo (*então*, “aèreme, para o imperfeito; *já*, “uman”, para o perfeito; ou a portuguesa-arábica *oxalá*, “temomã”, para o conjuntivo); a inexistência do verbo substantivo *ser*, subentendido, bem como *ter*, em formações de nome combinado com o pronome pessoal. Ficando de remissa os assuntos gramaticais, ver-se-á mais adiante que algumas destas características são comuns a todas as línguas exóticas que os missionários trouxeram ao conhecimento do europeu.

SEGUNDA PARTE

**GRAMATICOGRAFIA DE SEISCENTOS: DESCRIÇÃO E
TEORIA DAS UNIDADES DE RELAÇÃO**

CAPÍTULO III

ARTES DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

No quadro da gramaticografia portuguesa de Seiscentos, cumpre equacionar dois pontos de vista, na aparência contraditórios: por um lado, o juízo abalizado de Telmo Verdelho de que “Em rigor, não se pode mesmo falar do ensino da língua portuguesa, ou pelo menos da escolarização da sua gramática, antes do século XVIII. Foi o Marquês de Pombal (...) quem decretou tal ensino” (1995: 25); por outro lado, acrescente-se agora, se seguirmos o rastro das linhas de força da gramática seiscentista que o crivo do tempo deixou passar para a geração pombalina de gramáticos, logo daí se colhe uma imagem dominada pela ideia central da defesa da língua materna. Ao nível das apologias linguísticas, estamos entendidos quanto ao rol de batedores - Duarte Nunes de Leão, Rodrigues Lobo, Manuel Severim de Faria, Álvaro Ferreira de Vera - que, situando-se, as mais das vezes, no terreno patriótico, activaram a discussão da diferença linguística para capitalizar o prestígio da língua. Ponham-se agora em equação os dados de ordem metalinguística pressupostos nos dois pontos de vista supramencionados, e que correspondem à vertente descritiva do processo a que Sylvain Auroux (1992: 28) chama de “grammatisation”, isto é, “le processus qui conduit à *décrire* et à *outiller* une langue sur la base des deux technologies, qui sont encore aujourd’hui les piliers de notre savoir métalinguistique: la grammaire et le dictionnaire” (sentido que Maria Leonor Buescu atribui ao termo “gramaticalização”; cf. 1983). Por tardio que tenha sido o empreendimento de dotar a língua de instrumentos normalizadores, o mesmo Sylvain Auroux fala de uma “grammatisation massive” (1992: 11 e ss), que alastrou da Europa quinhentista com o concurso dos acontecimentos maiores para a história da ciência gramatical, que foram a renovação do ensino gramatical do latim, na medida da nova cultura das línguas nacionais, e a campanha expansionista por África, Ásia e América. Ao ritmo das descobertas sucedem-se a gramatização simultânea das línguas do mundo descoberto e a promoção do português, ao menos enquanto língua de descrição gramatical, não mais serodidamente lá fora do que cá dentro, por obra dos missionários portugueses, desde meados de Quinhentos. Quanto à fixação da língua, não pode ter-se por secundário o papel dos nossos gramáticos seiscentistas no palco da renovação gramatical. Se observarmos o percurso da institucionalização do vulgar desde as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, ver-se-á que, à medida da produção

dos tratados gramaticais e ortográficos, dos dicionários bi- e monolíngues, a questão de gramaticalizar o vernáculo vai abrindo novos tópicos. Fazer da língua-objecto a metalíngua da sua descrição gramatical e fixar o uso da língua emergente contrastivamente com o modelo da gramática latina, processo paulatino de superação da hierarquia do par *latim/vulgar*, são agora as prioridades do cultivo dos vernáculos, uma vez consagrado o seu *status* de línguas gramaticais, ainda que na base do latim. Em Portugal, o peso da língua clássica no espaço da gramaticografia seiscentista sobrelevou ainda o das reflexões em torno do vernáculo, apesar da dinâmica de mudança. Não está em causa a importância do vernáculo, ou a falta de métodos didácticos para a aprendizagem das línguas, mas a ausência de textos gramaticais do português. Enquanto as reflexões teóricas são em grande parte accionadas pelas apologias linguísticas, e houve várias, só as experiências gramaticais de Amaro de Roboredo pontuam o espaço quase vazio da gramaticografia portuguesa, sobretudo se comparado com o campo de ensaio gramatical de outras línguas europeias. Da própria Espanha, apesar da vizinhança geográfica e cultural, não foi aproveitado o exemplo da significativa codificação gramatical do vernáculo, assinada por autores nacionais. Bartolomé Jiménez Patón, Gonzalo Correas e Juan Villar são os mais citados nomes de entre o seguinte elenco bibliográfico:

- Bartolomé Jiménez Patón, *Instituciones de la gramática española* (Baeza, 1614);
- Ambrósio de Salazar, *Espejo general de la gramática en diálogos, para saber la natural y perfecta pronunciación de la lengua castellana* (Rouen, 1614);
- Juan Luna, *Arte breve, y compendiosa para aprender a leer, escribir, pronunciar y hablar la lengua española* (Londres, 1623);
- Diego de la Encarnación, *Grammaire espangole expliquée en françois* (Dovay, 1624);
- Gonzalo Correas, *Arte de la lengua española castellana* (Salamanca, 1625);
- Gonzalo Correas, *Trilingve de tres artes de las tres lenguas castellana, latina i griega, todas en romanze* (Salamanca, 1627);
- Ambrósio de Salazar, *Secretos de la gramática española* (s.l., 1632);
- Juan Angel Zumarán, *Grammática y pronunciación alemana y española, española y alemana* (Viena, 1634);
- Ambrósio de Salazar, *Principios para aprender la lengua española, declarados por la lengua francesa, en forma de abreciación de la gramática* (Paris, 1642);
- Juan Villar, *Arte de la lengua española. Reducida a reglas, y preceptos de rigurosa gramática* (Valência, 1651).

Em França, alguns factos da primeira metade do século, destacados por F. Brunot e M. Cohen, dão uma imagem do rumo que levava a institucionalização da língua nacional:

- 1624 - é concedida “l’autorisation de soutenir des thèses en français” (Cohen, 1973: 182);
- 1635 - o cardeal Richelieu funda a Academia francesa, aprovado nos seus estatutos que “la principale fonction de l’Académie sera de travailler avec tout le soin et toute la diligence possible à donner des règles certaines à notre langue, et à la rendre pure, éloquente et capable de traiter les arts et les sciences” (Brunot, 1922: III, 35);

1637 - publicado o *Discours de la méthode*, René Descartes provou ser o francês uma língua de ciência;

1641 - a par da Sorbonne latina, Richelieu “avait fait ouvrir un collège moderne où l’enseignement était donné en français” (Cohen, 1973: 182).

Face a este contexto, o quadro da gramaticografia portuguesa de Seiscentos apresenta, nomeadamente em número de espécies bibliográficas, um cunho relativamente anacrónico e arcaizante, que já vinha detrás. A corrente gramatical abundantemente alimentada pelo humanismo europeu tardou a chegar à periferia da Península, tão centrífuga dos centros de modernização cultural que a ignora W. K. Percival ao afirmar que “the vernacular grammatical writing of the fifteenth and sixteenth centuries was confined almost exclusively to Italy, France, and the Iberian peninsula” (1975: 232). A própria hegemonia da cultura alvarística, de que nos ficou um considerável património (vd. **Anexo I**), potenciou desde logo a situação de vestibularidade das gramáticas vulgares¹. Bartolomeu Rodrigues Chorro, João Nunes Freire, José Soares e António Franco são, não apenas comentadores e glosadores da obra do gramático madeirense, epítetos por que ficaram conhecidos, mas tradutores do *De institvione grammatica libri tres*, que aparece em versões portuguesas como as *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposiçam do P. Manoel Alveres* ou o *Promptuario de syntaxe*, este uma tradução alargada do livro II, “De syntaxe”. Vejamos que imagem destes e outros autores nos dá a gramaticografia subsequente.

Amaro de Roboredo, Beneficiado na Sé de Viseu e “um dos mais celebres grammaticos portuguezes” (Silva, I.,1858: I, 54), e o jesuíta Bento Pereira são os dois únicos autores de que a história da gramática portuguesa faz memória, em tempo de acesa discussão sobre a aprendizagem gramatical baseada em livros escritos em latim, sobre a memorização de regras e textos (porque sobrevalorizado o retido pela memória), ou ainda sobre o uso do latim falado nas aulas de gramática. Tudo motivos por que se argumentava contra os métodos usados pelo Autor da *Prosodia*, tendo sido António José dos Reis Lobato um dos mais aguerridos opositores (cf. 1770: XIX-XXVI), e a favor do gramático transmontano, que, precoce e paradigmaticamente, arguiu as deficiências de tais métodos de ensino. O testemunho do século XVIII acerca da acção destes gramáticos (vd. **Quadro I**), perfila dois padrões apreciativos, um valorizado tanto quanto o outro é reprovado. Por um lado, confere-se modernidade aos tentames de

¹ Note-se que os estatutos da Universidade de Coimbra de 1612, confirmados por D. João IV em 1653 e vigentes até à reforma pombalina, reforçavam o destaque das três línguas eruditas (latim, grego e hebreu), sem sinais de abertura relativamente às línguas modernas (cf. Marques, A., 1972: II, 128 e ss.).

Quadro I

	Amaro de Roboredo	Bento Pereira
José Caetano		“Naõ ha entre nõs melhor diccionario latino que a Prosodia do Padre Bento Pereira da Companhia de Jesus: a de meu uso he da septima edicçaõ feita no anno de 1697” (1735: “Prologo ao leitor”, 12).
António Félix Mendes	“ Por ser taõ difficultoso, como prejudicial, ensinar pelo methodo, de que hoje se usa, taõ differente do que praticaraõ Clenardo, Rezende, Pinello, Soares, Martins, Cardoso, Vega, Roboredo, e outros muitos Professores desta Faculdade, ...” (1741: “Ao leitor”).	
Luis António Verney		“tomara que me dissessem (...) por que razão se haja de carregar a memória dos pobres estudantes com uma infinidade de versos latinos, e outras coisas que não servem para nada neste mundo. Chega este prejuizo a tal extremo, que o P. Bento Pereira escreveu uma Ortografia Portuguesa em Latim” (1746: I, 141) ^b .
Aleixo Nicolau Scribot	“Se o Methodo que elle [Amaro de Roboredo] produzio, fosse propriamente meu, eu não o julgaria tão bom por desconfiança das minhas proprias forças. Tendo tal guia, parece fundamento sufficiente para não recear de errar. (...) Amaro de Roboredo he abonador da minha empreza. Podem lêr os curiosos o Prologo do seu Methodo (...). Havemos de dar à Amaro de Roboredo a primazia entre todos os Methodistas dos seculos passados, e do seculo presente, por ter descuberto a idéa singular da taboa grammatical” (1752: X-XI).	
António José dos Reis Lobato	“Esta necessidade da Grammatica materna tem conhecido geralmente todas as nações (...) nós os Portuguezes temos a Fernão de Oliveira, João de Barros, bem conhecido pelos seus doutissimos escritos, Amaro de Roboredo, o P. Bento Pereira, ...” (1770: IX-X). “Amaro de Roboredo no seu Methodo Grammatical para todas as linguas, impresso em Lisboa em 1619, trata da Grammatica Portugueza para melhor intelligencia da Latina; porém não dá a necessaria noticia das diversas declinações dos Nomes, e Conjugações dos Verbos, assim regulares, como irregulares, admittindo tambem por preposições muitas palavras, que o não são. No Tratado da Syntaxe tem muitos defeitos, por querer regular quasi em tudo a Syntaxe Portugueza pela Latina” (<i>Id., ib.:</i> XIX) ^a .	“Da Arte do P. Bento Pereira, impressa em Leão de França no anno de 1672, podia deixar de fallar por duas razões: 1ª Por ser escrita na lingua Latina, por cuja razão só póde servir para aquelles, que tiverem sciencia da dita lingua: 2ª Por se achar este Author reprovado por Sua Magestade Fidelissima; porém como poderãõ dizer, que a reprovação só cahe sobre a Prosodia Latina do mesmo Author, e não sobre a dita Arte, se me faz preciso mostrar-lhes, que se esta não está reprovada, o estão algumas das suas doutrinas, por serem as mesmas, que seguio o P. Manoel Alvares na sua Grammatica Latina, de que Sua Magestade Fidelissima prohibio o uso nas escolas” (<i>Id., ib.:</i> XIX).
Bernardo de Lima e Melo Bacelar	“A infancia da nossa lingua actual principiou com a éra: a puericia com o sexto seculo: a juventude com o nosso Reino: e a virilidade com o reinado de D. Dinis. As guerras de D. Fernando até D. João II reprimirão os seus progressos. Sigêo, Aires Barbosa, e André de Rasende com a lingua Grega: João de Barros, Fernão d’Oliveira, Nunes de Leão, e Amaro de Roboredo, com as edicções das suas Grammaticas em 1540, 1552, 1570, e 1619 não só restaurarão o perdido, mas lhe dêrão huma grande perfeição” (1783: 11-13).	
<i>Diccionario da lingua portugueza, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1793.</i>	“Foi hum dos que entre nós se oppôs com mais vigor ao absurdo de se ensinar por artes compostas em Latim a Grammatica da lingoa Latina. Para o desterrar das escolas publicou muitos escritos, em que offereceo outro methodo mais facil, regular e breve que todos os que até aquelle tempo se havião seguido. O seu Methodo Grammatical para todas as linguas he obra de grande merecimento, e a mais philosophica, que temos em Portuguez sobre esta materia. (...) O Autor investigando com profunda meditação os fundamentos, de que se tomárão as regras, faz dos que são communs a todas as linguas applicação áquelles, que particularmente convém á Latina, e Portugueza, observadas as differenças, que dependem dos usos e idiotismos a cada huma dellas peculiares” (1793: CLXXV).	“A maior parte de suas obras dirigidas á instrucção da mocidade, á cultura da lingoa Latina e patria, e ao progresso da literatura nacional o constituem devidamente hum Autor estimavel, ...” (<i>Id., ib.:</i> LXVIII)

^a As restantes alusões a Amaro de Roboredo vêm em notas de rodapé, com citações do *Methodo grammatical para todas as lingvas* sobre: o proveito em saber a gramática da lingua materna (*Id., ib.:* XI); a necessidade de uma rede escolar para o ensino do português (*Id., ib.:* XII); o serviço prestado pelas gramáticas na fixação da lingua portuguesa (*Id., ib.:* XVII); o destaque que a obra de Amaro de Roboredo concede à gramática de Francisco Sanchez de las Brozas (*Id., ib.:* XXIX).

^b Salgado Júnior já assinalou, nas anotações à sua edição do *Verdadeiro método de estudar*, a evidente confusão de Verney entre as duas obras de Bento Pereira, *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia* (Lisboa, 1666), escrita em português, e a *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda* (Lisboa, 1672), esta sim em latim, com passos transcritos das *Regras gerays*.

reduzir a princípios a gramática portuguesa, bem como de renovar a didáctica latina, por outro, e em paralelo, argui-se o magistério acorde com o método alvarístico, conquanto continuasse a sair dos prelos quantiosa bibliografia dos seus adeptos (vejam-se as edições das obras de Bartolomeu Rodrigues Chorro e António Franco em **Anexo I**).

A hora era a de uma política da língua materna. Muitas vezes se salientou que o caminho aberto por Luís António Verney para a modernização do ensino, implementada pelo pacote das reformas pombalinas da instrução pública, vinha já sendo trilhado por outros setecentistas que tinham em comum a mesma atitude renovadora. Assim José Caetano e António Félix Mendes. O acolhimento que tributaram aos gramáticos da centúria anterior (e a outros de Quinhentos) parte da censura ao “taõ difficultoso, como prejudicial” método usado pelos mestres de gramática latina, vale dizer, ensino da Companhia de Jesus. Para o pedagogo José Caetano “He certo, que para entrar a entender os livros latinos, e fallar a mesma lingua, senaõ necessita de tantas e taõ multiplicadas regras: nem pelo enfadonho estudo destas se deve deixar o fim principal de saber as locuçoens latinas. E nisto nos excedem hoje tanto as naçoens do Norte, quanto nos séculos passados admiraraõ varoens insignes portuguezes peritissimos na lingua latina” (1735: “Prologo ao leitor”, 10-11), de que é exemplo Bento Pereira. A reforma da didáctica latina começou com compêndios escolares como a *Prosodia* e as gramáticas de Amaro de Roboredo, muito antes de praticar-se o disposto nas novas leis do ensino público. E não fique sem reparo o facto de a gramática de António Félix Mendes, um dos manuais adoptados no novo sistema de instrução do marquês de Pombal (cf. o artigo 7 do Alvará de 28.06.1759; Andrade, A., 1981: II, 81-82), ser uma versão refundida da seiscentista *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começaõ aprender* (Lisboa, 1627), de Domingos de Araújo, sinal do valimento, junto dos reformistas pombalinos, de uma gramática latina centenária, que desde o título anuncia propósitos de simplificação. É bem visível no “Methodo que deve seguir o mestre que ensinar por esta Arte”, explanado por António Félix Mendes, o percurso de uma aprendizagem em tudo semelhante ao método que propusera Amaro de Roboredo, quer no *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), quer na *Grammatica latina, mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras* (Lisboa, 1625), desde a prévia instrução sólida na gramática portuguesa, ao uso das sentenças de *Ianua linguarum* para exercitar o vocabulário e a sintaxe da língua latina. Embora de forma mais discreta que o também professor régio Aleixo Nicolau Scribot

(cf. *infra*), colheu das obras do gramático seiscentista o que mais lhe interessava para executar o programa oficial de estudos a que estava obrigado por inerência de funções.

Quanto a António José dos Reis Lobato, outro dos comentadores dos gramáticos seiscentistas, o seu prestígio estava por essa altura no auge, uma vez fixada a sua *Arte da grammatica da lingua portugueza* (Lisboa, 1770) como texto oficial para a escolarização da gramática portuguesa². Não admira, pois, ver ratificada a proscricção pombalina do jesuíta Bento Pereira com uma crítica demolidora à sua *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscensa* (Leão, 1672) (cf. Lobato, 1770: XIX-XXV). Mas nem o absolutismo da instrução pública pombalina, nem a instrumentalização doutrinária do gramático setecentista, ideia muito disseminada desde que José Leite de Vasconcelos escreveu que “Reis Lobato foi em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico” (1929: 867), implicaram, da parte do gramático, o emparedamento de frestas por onde passava a influência dos autores seiscentistas. Note-se que a *Prosodia* é tida por “thesouro da lingua portugueza” (Lobato, 1770: XXV) e o *Methodo grammatical* de Amaro de Roboredo, ignorado na legislação relativa ao material didáctico, tão citado que se torna pontual a crítica ao tratamento de aspectos morfológicos e sintácticos (*Id., ib.:* XIX). Que para a defesa da aprendizagem do português em paralelo com a língua de Cícero, e a desta por outros métodos que não os do sistema alvarístico, todos estes comentadores tragam a terreiro, por encómio ou contestação, a actividade de gramáticos seiscentistas, é significativo do seu envolvimento nas reformas pedagógicas da época de Pombal. As menções remontam à data de domínio da arte de Manuel Álvares, com a qual a *Prosodia* de Bento Pereira partilhou, alguns anos depois, o espaço das aulas dos jesuítas, enquanto as gramáticas de Amaro de Roboredo preanunciavam um processo de simplificação da didáctica do latim, porque, afirma-o o próprio Autor, saíram “fora da strada de todos os outros [métodos], a qual se sempre seguirmos nunca nos melhoraremos” (Roboredo, 1619: a2 verso).

A crítica verneiana, empolada em tudo quanto se relacionasse com o sistema pedagógico jesuíta, dos métodos às matérias professadas e autores seguidos, excedeu-se ao julgar a *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672) de Bento Pereira, pelos capítulos da “Orthographia lvsitana latine breviter exposita tractatu

² Cf. o Alvará régio de 30.9.1770, “por que Vossa Magestade he servido ordenar, que nas classes de Latinidade sejam os mestres obrigados, quando receberem discipulos, a instrui-los previamente na Grammatica Portugueza, composta por António José dos Reis Lobato, ...”, publicado na edição de 1817 (e noutras) do manual de A. J. dos Reis Lobato.

duplici” (1672: 286 e ss.), que efectivamente foram retirados (e traduzidos) de um manual de ortografia portuguesa, escrito em português, em 1666; em contrapartida, nada manifesta sobre a intermediação formante de Amaro de Roboredo no ensino da língua materna, porventura mais credora da sua atenção. Se em relação a Bento Pereira a acusação não procede, o silêncio sobre as propostas de Amaro de Roboredo não significa que as não conhecesse, nem que fosse por intermédio do aval de terceiros, como indirecto terá sido o conhecimento de muitos outros gramáticos e ortógrafos. Num contexto pedagógico globalmente considerado retardatário, não é crível que Verney, embora afastado do país e mais envolvido com os ambientes culturais italiano e francês, ignorasse as propostas didácticas de um Autor adepto de “reduzir primeiro a arte a lingua Materna; & logo a Latina, Grega, & Hebrêa”, de “crearse hũa cadeira da lingua Materna ao menos nas Cortes & Vniversidades, ou cõverter hũa das Latinas (...) em Materna” (Roboredo, 1619: a3 verso-a4) e que tinha por referências principais os gramáticos Nebrija e Francisco Sanchez, “duas luzes (...) nesta arte as melhores de sua idade, e de todas as atrasadas (Roboredo, 1625: “Prologo”). A estratégia verneiana de recorrer a textos epistolares para exercitar a morfologia e sintaxe da língua materna está demasiado próxima da fonte roboreana para ter sido colhida de ideia em segunda mão, de Jerónimo Contador de Argote (cf. 1721: 311 e ss.). O plano, defendido no *Verdadeiro método de estudar*, de ‘dar aos estudantes um livro de cartas fáceis’, nelas ‘apontar as partes da oração e as regras principais da sintaxe’ e, em fase posterior, ‘obrigar os estudantes a escrever cartas, introduzindo entre dois uma correspondência epistolar e ensinando-lhes os tratamentos e modo de escrever a diversas pessoas’ (Verney, 1746: I, 35-37) fora originalmente apresentado pelo gramático seiscentista, primeiro no *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), e depois na *Grammatica latina, mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras* (Lisboa, 1625):

“Das cartas de Cícero se podem para isto traduzir dez ou mais, de conceito, & frase clara: na qual tradução, sabidas primeiro algũas centurias da Cópia, se mostre a Grammatica Materna, & nas cartas de Cícero, que irão defronte, se mostre a Latina ponto por ponto. E outras dez tambem escolhidas se podem deixar sem tradução, para que o ouvinte depois de explicadas as traduza aa imitação das primeiras. E a todas se pode ajuntar hũas breves repostas na Materna, imaginando ser a pessoa a quem Cícero screveo: para que o discipulo as vá traduzindo em Latim, & armando ao exercicio epistolar” (Roboredo, 1619: b3; cf. também 1625: “Advertencia do exercicio desta arte”)³.

³ A ideia de adoptar as cartas de Cícero para aulas de português e de latim fez escola. Note-se que, por volta de 1888, Augusto Epifânio da Silva Dias publicava *Cartas selectas de Cícero annotadas para uso*

Como se pode perceber, o estudo é pautado pela análise comparativa dos fenómenos da declinação, conjugação, concordância e regência das línguas em confronto, que constitui a primeira das três etapas da descrição linguística do método proposto, sendo as duas últimas dedicadas ao nível do léxico, ou cópia na terminologia de Roboredo (as 12 centúrias de sentenças da *Ianua linguarum*), e ao da frase.

Como já muito bem viu António Banha de Andrade (cf. 1981: I, 320-324), a validação deste método, que irá sendo descortinado, teve um expoente maior em Aleixo Nicolau Scribot, um dos estrangeiros recrutados pela administração pombalina para exercer funções de professor régio de gramática latina, cargo que desempenhou um tanto ao arrepio das *Instrucçoens para os professores de gramatica latina*, ... (cf. Andrade, A., 1981: II, 84 e ss.), porquanto, já se disse, não constavam do material didáctico aconselhável e permitido as obras do gramático seiscentista, por quem nutria verdadeira admiração. Proclama-o no *Acordo engenhoso, que conduz a estabelecer paz entre os Alvaristas, Sanchistas, e todos os grammaticos de bom juizo* (Lisboa, 1752)⁴, um dos textos pedagógicos que alimentou o prélio oratoriano-jesuíta:

“Deveis tomala a peito [a empresa de um novo método], por ser hum meyo de restaurar o estudo da lingua Latina, o mais efficaz, o mais seguro, e o mais prompto que nos deixou Amaro de Roboredo. A sua Arte, se se reimprimir, conforme o novo risco que já está delineado, escurecerá as melhores Artes. Eu trabalho a honrar a memoria de hum vosso nacional, tirando das trêvas o seu Methodo, propondo-o como o unico no seu genero, e descobrindo nelle huma prenda que

das escolas, com o mesmo intento do gramático seiscentista. Questões e princípios da epistolografia, subordinada a cânones sociais e linguísticos bem codificados, formavam uma arte que, se o Humanismo não inventou, certamente transformou em poderoso instrumento de pedagogia gramatical, vertente da gramaticografia humanista já explorada por Telmo Verdelho (cf. 1995: 69-70). Com Nicolau Perotto na linha da frente dos teorizadores, já que os seus *Rudimenta grammatices* (1468) incluíam, além de secções de morfologia e sintaxe, uma sobre a composição epistolográfica, as *artes epistolandi* foram campo de grande fecundidade pedagógica, explorada por muitos humanistas italianos. Manuel Breva-Claramonte especificou o seguinte dos escritos didácticos de Juan Luis Vives: “escribió dos cartas que contenían un plan de estudios para los niños, o *Epistulae duae de ratione studii puerilis* (Lovanii, 1524). (...) En estas cartas, Vives expone con brevedad y precisión el camino que tienen que seguir los niños para adquirir los conocimientos básicos del latín y de los autores clásicos. (...) En 1536, salió a la luz su arte de escribir cartas o *De conscribendis epistolis libellus vere aureus*, Basileae” (1994: 22-24).

⁴ Dado como saído da pena de Amaro de Roboredo, convirá transcrever o título completo da portada, buscando as razões dos investigadores que apresentam tal paternidade (cf. Simão Cardoso, 1994: 175): *Acordo engenhoso, que conduz a estabelecer paz entre os Alvaristas, Sanchistas, e todos os grammaticos de bom juizo, proposto como hum meyo efficaz para extinguir todas as contendias que ha em varias partes sobre o modo de ensinar grammatica latina, e dado em resposta a quem falla contra o Methodo ultimamēte experimentado por Aleixo Nicolao Scribot, professor regio da lingua latina, e inventado no seculo passado por Amaro de Roboredo, &c.* (Lisboa, 1752). Índícios intratextuais e factos da época mostram que a expressão atributiva “por Amaro de Roboredo” é indicativa não de autoria, mas de agente gramatical do “Methodo (...) inventado no seculo passado” e que efectivamente foi posto em prática pelo francês Aleixo Nicolau Scribot. A própria confissão “Encubrir-me-ha o nome deste Author Portuguez [Amaro de Roboredo], por ser mais suave aos ouvidos, e me parecer muito mais attendivel” (1752: X), as muitas alusões autobiográficas que não se reconhecem em Amaro de Roboredo, e o quadro cultural das referências à reforma dos estudos e à acção do seu mentor são provas sobejas para dirimir a ambiguidade da autoria.

naõ tem nenhuma das outras Artes usadas em França, Italia, em quasquer partes. Tem em si Portugal os alicerces de huma reforma naõ sò admiravel, mas tambem digna de ser invejada pelos mais Reynos” (1752: 28-29).

Propugnava o professor régio, tal António Félix Mendes fizera, pelo método pedagógico de Amaro de Roboredo, exposto nas várias gramáticas. Aí encontra as bases de uma reforma da didáctica do latim, com que protesta uma metodologia de ensino alternativo ao usado nas aulas dos jesuítas. Insistentemente referidos o “Prologo” e uma “taboa grammatical” do *Methodo*, esta, com certeza um quadro mnemónico de declinações e conjugações, hoje desaparecida da maior parte dos exemplares da obra⁵, todas as regras e princípios teóricos que Nicolau Scribot enuncia visando a simplificação do estudo das línguas, vêm do articulado gramatical de Amaro de Roboredo (cf. Scribot, 1752: III-VIII):

- reduzir “os nominativos, e as linguagens a huma norma que até então não tinha sido praticada, nem conhecida nos Collegios”;
- afastar-se o ensino “da praxe vulgar, deixando aquellas preoccupações, que adquiridas com a criação dos pays, ou dos mestres, tinhaõ cegado os entendimentos”;
- dar “aos principiantes aquellas noticias geraes das partes da oração, da concordancia, e regencia, repartidas em 12 pequenas lições”;
- iniciar o estudo pela gramática portuguesa, porque “Que cousa mais natural, do que servir-se da sua lingua para entender outra estranha? (...) Quem sabe reger a sua lingua, saberá mais facilmente a regencia da lingua latina, porque huma grammatica com outra tem muita similhaça”;
- entender “que os principiantes, sem terem o trabalho de decorar, podem não sò declinar, e conjugar, mas tambem entrar logo a construir, e a fazer orações, conforme as regras explicadas de viva voz no exercicio de verter portuguez em latim”;
- usar, em fase propedêutica, a “taboa grammatical”, de modo a exercitar “juntamente a memoria, e o juizo, ajudando-se hum a outro”, exercicio que “depende de huma combinação artificiosa que se acha em toda a taboa”.

Cada proposta gramatical, cada recomendação metodológica pode ser documentada com trechos do pedagogo seiscentista. Em vez das gramáticas de António Pereira de Figueiredo e de António Félix Mendes, produtos oratorianos paralelos à arte do P.^e Manuel Álvares, as opções bibliográficas do reformador francês (extensivas a Jerónimo Contador de Argote), foram para textos que, precedendo de um século as grandes

⁵ Num outro texto de Aleixo Nicolau Scribot, *Pièce d'éloquence dictée en partie par Amaro de Roboredo* ..., a que já a seguir se fará referência, o seu Autor afirma: “Votre illustre Compatriote fut le premier à innover dans la Grammaire, en reduisant les mots à un ingénieux artifice, et en mettant sur une Carte les éléments de la Grãmaire, les Déclinaisons, les Conjugaisons. Nous avons eu le malheur de perdre l'impression de la dite *Méthode Grammaticale*; on n'en trouve que très peu d'exemplaires; deux qui paroissent, n'ont point de Carte; mais à la page 78 qui est le propre lieu de la Carte, on voit les vestiges d'une feuille arrachée. Il est probable que les Maîtres de ce temps là craignant la ruine de leur Méthode, firent main basse sur Amaro de Roboredo” (cf. Anexo II, onde se transcreve este discurso). De facto, nos três exemplares do *Methodo grammatical* pertencentes à B.N.L., não consta a dita “taboa grammatical”, nem são visíveis vestígios de folhas rasgadas. O exemplar da Biblioteca Pública de Évora apresenta um salto entre as páginas 78 e 81, eventualmente o local dessa suposta tabuada.

mudanças pombalinas, cortaram no seu tempo com a corrente de ensino agora considerada obsoleta e ultrapassada. O corte incidia evidentemente no método de ensino alvarístico, porque em matéria de língua materna a questão era codificar ou gramaticalizar (“Pode ser que seja eu o primeiro, que rompa o mato da minha Materna”, diz Roboredo no sentido da inovação, cf. 1619: *b* verso). Inovação é também a tónica de outro discurso do mesmo Aleixo Nicolau Scribot, que coloca o gramático transmontano no centro das reformas pedagógicas:

*Pièce d'éloquence dictée en partie par Amaro de Roboredo qui tend à appaiser les esprits des incrédules, et à détruire l'empire tyrannique que les Jésuites exerçoient sur la Jeunesse, ayant fait prévaloir leur Méthode en Portugal de telle sorte, que la plupart de leurs usages subsistent encore aujourd'hui; mal très-préjudiciable au crédit de la Réforme*⁶.

O complicado e demorado ensino jesuíta, pela didáctica formalista e abstracta da língua latina, são o alvo contra que atira o Autor (cf. **Anexo II**: 4-5), em defesa de um método - o de Amaro de Roboredo - que faz seu, mostrando, à luz própria da época, a sua versão daquele que considera “la meilleure des Méthodes” (*Id., ib.:* 7). Os muitos encómios verbais, tais “Votre illustre Compatriote fut le premier à innover dans la Grammaire”, “Personne n’attendoit de Portugal un pareil coup de maître”, “j’aurai recours à son autorité” (*Id., ib.:* 5-7), brotam de uma experiência pedagógica pessoal que revelou a eficácia daquele método, agora acrescido de outras valias. São estas o investimento na memória visual, a partir da generalização a toda a gramática do sistema de tabuadas com esquemas gerais das matérias de morfologia e sintaxe. A “taboa grammatial” das declinações e conjugações de Amaro de Roboredo foi o ensejo para “reduire la Grammaire en six Cartes”, cada uma equivalente a fases da aprendizagem gramatical. Para as noções básicas, “un abrégé des premiers principes”, quer do português, quer do latim, e “la Carte des Déclinaisons et des Conjugaisons Latines sera mise sous leurs yeux”; “Après que les Ecoliers auront traduit une page, ou une demie page de l’Auteur Latin, le Maître leur fera rendre compte des Genres de tous Noms de la

⁶ A seguinte informação, colocada em forma de título, esclarece a autoria deste texto manuscrito, que se reproduz no **Anexo II**: *Discours adressé aux plus insignes Grammairiens de Portugal dans lequel M. Scribot Professeur Royal de la Langue Latine leur propose la Méthode d’Amaro de Roboredo enrichie de nouvelles remarques pour traduire élégamment le Portugais en Latin et le Latin en Portugais, sans expliquer les Auteurs mot à mot, comme on fait dans les Classes, étant une des principales causes de la décadence des Etudes*. Embora não datado (o *Inventario dos manuscritos, Collecção Pombalina*, Lisboa, 1891, da B.N.L., nada adianta quanto à descrição do códice pombalino onde se encontra o texto), passos como o seguinte permitem atribuir-lhe uma cronologia posterior ao *Acordo engenhoso*: “Un exemplaire [do *Methodo grammatical*, de Amaro de Roboredo] avec la Carte étoit mis en dépôt dans la bibliotheque d’un Grand de Portugal, un de mes premiers bienfaiteurs, je veux dire, M. le Comte de Castelo Melhor. Je trouvai ce trésor par un pur hazard l’an 1761 au mois de Septembre, et je circonscie le fait à cause des doutes qui pourroient naître” (cf. **Anexo II**).

dite page, leur montera dans la Carte des Genres chaque regle à laquelle chaque Genre se rapporte”; o mesmo exercício repete-se para a carta das “regles des Prétérits”; quanto às duas últimas, regras de sintaxe e noções de prosódia, a metodologia de ensino segue a usada na 2ª parte do *Methodo grammatical* (com as 12 centúrias de sentenças que integram a obra *Porta de lingvas*): “Chaque mot Latin de ce Recueil sera accompagné de certains caracteres distinctifs, de sorte qu’un Enfant qui une fois entendra les signes placés dans les espaces interlinéaires sur les Noms, sur les Verbes, sur les Particules, distinguera au premier coup d’oeil dans chaque phrase Latine ce qui est Nom, ce qui est Verbe, ce qui est Particule; si c’est un Nom Substantif ou Adjectif, de quelle Déclinaison il est, de quel Genre, en quel nombre, et en quel cas; si c’est un Verbe Actif, ou Passif, ou Neutre, ou Déponent; de quelle conjugaison il est, en quel Moeuf, en quel temps, en quel nombre et en quelle personne; quelle espece de Particule est celle-ci, ou celle-là, si c’est un Adverbe, ou une Conjonction, ou une Préposition, ou une Interjection; il y trouvera aussi la racine de chaque Nom, celle de chaque Verbe, et son Prétérit, et chaque page aura des notes relatives à la Grammaire, aux regles de la Syntaxe qui se rencontreront dans chaque phrase” (*Id., ib.:* 8-12).

Tem-se aqui traçado o percurso da aprendizagem das línguas pelas coordenadas gramaticais de Amaro de Roboredo. Sem sombra de dúvidas que, mesmo não tendo tido sorte editorial nem o *Methodo*, nem a escrita em português *Grammatica latina*⁷, pois não foram reeditadas, posto o demandasse Aleixo Nicolau Scribot, na esperança do aditamento de um terceiro compêndio à lista oficial dos textos didáticos do latim, as obras do Beneficiado na Sé de Viseu chegaram às bancas dos estudantes e mestres de gramática latina e portuguesa, que fruía de protecção real. Deduzimos duas razões fundamentais deste facto. Primeira, por ser o seu *Methodo grammatical para todas as lingvas* o programa de um estudo gramatical que introduziu a aprendizagem da língua materna paralelamente ou em precedência à latina, o que demonstra a que ponto a concepção do vernáculo como língua de ensino e de ciência não foi uma criação *ex nihilo* do cérebro iluminado de Verney. Segunda, porque se situa, aberta e conscientemente, no caminho da confrontação das línguas modernas, aliada à reforma da gramática latina. É esse o ponto de partida para conceber regras particulares de cada língua e certos princípios (universais) ou explicações lógicas que sejam válidas para todas as línguas. Afirmações como as a seguir transcritas explicitam tal intento:

⁷ Ou a anterior, hoje desconhecida, *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breve tempo, escripta na lingua portugueza, com muitos exemplos na latina* (Lisboa, 1615). A ela se refere Amaro de Roboredo no prólogo do *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), em termos que levam a supor a sua fraca recepção: “Porque lhe chamárom confuso [o *Methodo* dirigido sô aa Latina],

“Fomos certamente collegindo per esta ordem a differença, & conveniencia natural das linguas (...). Porque acho grande confusaõ nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou todas” (Roboredo, 1619: *b verso-b2*).

“Pretẽdia q̄ fosse este Methodo vniversal (...). Ordenei poucos preceitos, porque *Melius est ponere principia finita, quam infinita* [Aristóteles, *Physique*⁸]. E muitos delles saõ vniuersaes; porque, *Oportet principia semper manere* [Aristóteles, *Physique*]” (*Id., ib.: b4*).

“o que mais podia estimar he ficar com os principios commũs para saber facilmente outras linguas” (*Id., id.: c4 verso*).

E o desejo de encontrar axiomas ou constantes a que obedeçam todas as línguas, tem por base, quer a atitude de ‘racionalizar’ a gramática, quer o estabelecimento de um paralelismo entre a linguagem e o pensamento, que o mesmo é dizer, explicar as estruturas linguísticas a partir de categorias lógicas pretensamente universais:

“a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão” (*Id., ib.: b*).

“Havia hũa sò lingua quando a razão era mais unida” (*Id., ib.: b4 verso*).

“Que a arte como depende da razão, melhorandose a razão se pode melhorar a arte sem prejudicar” (Roboredo, 1625: “Prologo” 1r).

“Nella [*Grammatica latina*] achará o Mestre regras novas: porem mui ajustadas com a razaõ” (*Id., ib.: Prologo 3*).

Uma gramática seiscentista que se anuncia desde o título *para todas as línguas*, dá boas razões para invocar os epítetos *geral*, *racional*, *universal* que foram adquirindo as gramáticas a partir de Port-Royal, primeiro em França e só na transição do século XVIII, de modo consistente, em Portugal (são exemplos paradigmáticos as três gramáticas filosóficas de Melo Bacelar, Couto e Melo e Soares Barbosa) e Espanha (cf. Gómez Asencio, 1981: 23 e ss.). É evidente que nem tudo se encontra marcado pelo cunho da originalidade na *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (Paris, 1660), de Antoine Arnauld e Claude Lancelot. As ideias de universalidade e racionalismo gramaticais tinham avançado terreno ainda antes dos cartesianos de Port-Royal. Os postulados *princípios comuns a outras línguas*, *preceitos universais*, *gramática dependente da razão*, dos excertos citados do *Methodo grammatical para todas as lingvas* e da *Grammatica latina* são a síntese fecunda de duas influências maiores do gramaticalismo ocidental pré-portroyalino. Primeira, a doutrina medieval dos modistas, com as suas investigações sobre os ‘modos de significação’ das categorias gramaticais, que respeitam não tanto à significação, mas à relação entre a maneira de

deminuto, instavel, nem querião que se intitulasse verdadeiro, ainda que de sua verdade constasse” (1619: *a2*).

⁸ A obra citada de Aristóteles desenvolve uma teoria científica geral, que os baptizados modistas do século XIII aplicaram a pressupostos da ciência gramatical (cf. Kelly, 1977: 107-124).

significar do nome, do verbo, da proposição, da cópula verbal, etc., e as respectivas designações: “*je souffre, souffrant, souffrance* signifient une même chose; mais ce sont trois parties du discours différentes puisque ces mots ont chacun un mode de signifier distinct, renvoyant à une propriété différente de la chose”(Rosier, 1983: 45). A base filosófica em que assenta esta gramática especulativa dos modistas, e que será depois reconsiderada pelos gramáticos e lógicos de Port-Royal, é o paralelismo entre a linguagem (a *vox* e a *dictio*) e a lógica da mente humana, expressa pela *propositio mentalis*. A segunda influência veio do novo fôlego que os gramáticos renascentistas inculcaram à *ratio* aristotélica. À concepção dos modistas de que a estrutura gramatical é uma constante da estrutura lógica do entendimento, Amaro de Roboredo associou o primado da *ratio* renascentista, haurida em Julius Caesar Scaliger (*De causis linguae latinae*, 1540) e Francisco Sanchez (*Minerva, seu de causis linguae latinae*, 1587). Os primeiros forneceram-lhe o fundamento da universalidade (cf. Rosier, 1983: 31 e ss.), porque sendo a linguagem o reflexo do pensamento lógico, existiriam supostamente categorias comuns ao pensamento humano verificáveis em todos os idiomas (cf. Coseriu, 1979: 181); e os segundos a natureza científica da gramática, ou da gramática universal, discutidas e ensinadas as suas grandes regras gerais, que são as *causas* subjacentes à organização linguística. Sistematizar essas causas lógicas da estrutura gramatical agora numa língua moderna é o intento do gramático seiscentista, em resultado da confluência das duas correntes do pensamento linguístico. Mas se o Autor se coloca declaradamente no campo da *ratio*, isso não significa que faça tábua rasa ou subalternize o conhecimento empírico dos dados da língua, isto é, a lei do *usus* tal qual considerado no humanismo gramatical dos séculos XV-XVI. É certo que o edifício universalista do *Methodo grammatical para todas as lingvas* não tem bases empíricas, nem o esboço de comparativismo a que ele dá ocasião tem alguma outra similitude com a gramática comparada do inglês Francis Bacon além da coincidência aleatória no tempo. Não obstante os propósitos *bona fide* do Autor ao revelar “inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas linguas que não sei” (1619: b4), só o português e o latim (esporadicamente, também o grego e hebraico, línguas clássicas, em todo o caso) servem de referência para esboçar esta gramática geral, as únicas línguas, no fim de contas, sobre que incide o descritivismo do *usus* e a análise racionalista, como também a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (Paris, 1660) não é o equivalente morfológico e sintático do léxico de Calepino. E talvez nesta dependência face ao latim

esteja a base do racionalismo gramatical, conforme observou Lia Formigari pelo lado da gramática filosófica, que assiste às concepções de Bacon:

“philosophical grammar, confronted with the fact that there were now a number of learned languages, could no longer be equated, as it had been in the past, with the analysis of Latin, the language par excellence. It is perhaps worth noting that all the great Renaissance grammars claiming to be investigations of the ‘causes’, i. e. of the intrinsic rationality and consistency of language (such as Scaliger’s *De causis linguae latinae* and Sanctius’s *Minerva*) were in fact Latin grammars” (1988: 46).

Seja como for, nas línguas objecto de análise, por parte de Amaro de Roboredo, a observação do uso (ou do bom uso) atravessa verticalmente todo o estudo gramatical e suscita mesmo o fundo racional: “introduzio o uso a razão considerada” diz Amaro de Roboredo (1625: “Prologo”), situando-se entre a tradição humanística da correcção e uso dos melhores autores (do latim sobretudo), e a concepção de que a gramática, em conformidade com essa tradição definida como “arte de fallar” (Roboredo, 1619: 64), apresenta uma parte explicativa, da ordem da razão, que é comum a várias línguas particulares. Não há contradição de pensamento. Revalidar a vertente do *usus* com fundamentos racionais prossegue durante toda a primeira metade do século, ao cabo da qual a *Grammaire générale et raisonnée* alcança “les vrais fondements de l’art de parler” (Arnauld/Lancelot, 1660: “Préface”). Reiterando-se aqui a lição do mestre da arte de bem falar que foi Vaugelas⁹, os dois Autores de Port-Royal deduziram o modelo de uma gramática capaz de, primeiro, explicar por procedimentos de demonstração as regras descritivas e normativas do bom uso, e verificar, depois, o que era funcionalmente aplicável a todas as línguas: “Ceux qui ont de l’estime pour les ouvrages de raisonnement, trouveront peut-être en celui-ci quelque chose qui les pourra satisfaire, et n’en

⁹ A figura do purista é a caricatura mais comum do gramático francês Claude Favre de Vaugelas, para quem *le bon et bel usage* era “la façon de parler de la plus saine partie de la cour conformément à la façon d’écrire de la plus saine partie des auteurs du temps” (Vaugelas, 1647: 10). As suas *Remarques sur la langue française* (Paris, 1647) constituem uma espécie de miscelânea gramatical, onde cabem as mais variadas matérias de língua (observações gramaticais, semânticas, etimológicas e prescrições baseadas na língua da corte), razão por que estas ‘Remarques’ nem sempre são contadas entre os manuais de gramática. O Autor justifica-se: “Mais on me dira qu’il y avait une autre espèce d’ordre à garder plus raisonnable et plus utile, qui était de ranger toutes ces remarques sous les neuf parties de l’oraison, et de mettre ensemble premièrement les articles, puis les noms, puis les pronoms, les verbes, les participes, les adverbes, les prépositions, les conjonctions et les interjections. Je répons que je ne nie pas que cet ordre ne soit bon, et si l’on juge qu’il soit plus commode ou plus profitable au lecteur, il ne sera pas mal aisé, par une seconde table et par une seconde impression, d’y réduire ces remarques quoique, pour en parler sainement, il ne servirait qu’à ceux qui savent la langue latine” (*Id., ib.*: 30). De facto, a obra de Vaugelas, a partir da qual as ‘remarques sur la langue’ tornaram-se um género fecundo (cf. Ayres-Bennet, 1991: 1-16), facilmente se reduziria a um manual de gramática, ao contrário de outras posteriores do mesmo tipo. O tratado de F. de Callières *Du bon, et du mauvais usage. Dans les manieres de s’exprimer. Des façons de parler bourgeoises. Et en quoy elles sont différentes de celles de la Cour* (Paris, 1693) é bem mais uma descrição de usos sociais da língua. “Voicy, Monsieur, une nouvelle conversation sur les façons de parler

mépriseront pas le sujet, puisque si la parole est un des plus grands avantages de l'homme, ce ne doit pas être une chose méprisable de posséder cet avantage avec toute la perfection qui convient à l'homme; qui est de n'en avoir pas seulement l'usage, mais d'en pénétrer aussi les raisons, et de faire par science ce que les autres font seulement par coutume” (*Id., ib.:* “Préface”). Afigura-se que a asserção “La grammaire est l'art de parler” (*Id., ib.:* 3) foi para os gramáticos de Seiscentos fórmula convencional, acrónica e um tanto híbrida do ponto de vista teórico, que contempla o registo do uso em simultâneo com a interpretação racional dos factos da língua. Autoridades e uso, por um lado, que Amaro de Roboredo encontrou nos latinos, nem sempre autoralmente identificados, sem cair no seu confronto com usos comuns, frequentemente invocados; do lado coetâneo da orientação racionalista, é de votar antecipadamente por Francisco Sanchez, na mesma linha das causalidades gramaticais do subsequente cartesianismo. A este respeito, os gramáticos espanhóis puderam estanciar na própria tradição nacional. Em duas obras do tempo, a *Arte de la lengua española castellana* (Salamanca, 1625)¹⁰, de Gonzalo Correas, e a *Arte de la lengua española* (Valência, 1651), do jesuíta Juan Villar, percebe-se como a dicotomia uso/razão se fundira em síntese, não sem o aprazimento doutrinário do Brocense:

“La Gramatica es arte, ò zienza de hablar concertada i propiamente en la orden de las palabras, considerada i sacada de la conformidad i conzierto del hablar natural ò usual de las xentes en sus lenguas; (...) Arte de Gramatica se dize la que contiene i enseña los prezetos xenerales que convienen à todas las lenguas, i los particulares que pertenezem à sola aquella de que trata” (Correas, 1625: 129).

“La gramatica es arte, que con sus reglas y preceptos enseña hablar acertado y congruamente. El fin de la gramatica es la congruidad, que las partes de la oracion pueden tener entre si mismas, y lo consigue con el exercicio y uso de sus quatro partes: que son la ethymologia, sintaxi, prosodia, y ortografia” (Villar, 1651: 1).

Ao modelo de uma gramática que se declara *arte*, por engendrar regras e normas de correcção, ajustam-se o razoabilizar de preceitos para todas as línguas e a instrução mediante o exercício, que Juan Villar defende, mais perto de Nebrija que da *Minerva*¹¹.

du bel usage, & sur celles qui n'en sont pas”, assim tem início a primeira de duas conversas em que participam vários intervenientes (cf. Callières, 1693: 1-2).

¹⁰ Licenciada desde 1626, a obra ficou manuscrita até que um académico da Real Academia Espanhola a trouxe a lume em 1903. Foi modernamente editada e prologada por Emilio Alarcos García (Madrid, 1954).

¹¹ Mas a ideia da homologia das línguas (das românicas, pelo menos, em relação à matriz latina) a par da existência de regras particulares consagradas pelo uso é comum a Juan Villar, como está bem claro no prólogo que dirige “A el letor”: “Enseñado a la experiencia de tiẽpo largo que la lengua vulgar de qualesquiera naciones, adquirida con sola imitacion de el comun uso, no ayudada de arte, o reglas conq̃ lo que de nuevo se va en ella introduciendo, se corrija, y ajuste, padece frequentes alteraciones y mudanças, no en el numero de las partes de la gramatica, ni las de la oracion, concordancias, y otras

Repare-se que as regras gramaticais obtêm-se já não do bom uso dos grandes autores latinos, mas do “hablar natural ò usual de las xentes en sus lenguas”, o que, em termos de formulação, pelo menos, difere do pendor imitativo e reverencial dos franceses Charles Maupas e Antoine Oudin para com “les bons auteurs & les modernes” (Oudin, 1632: 44). Como se irá vendo, no veio aberto pela obra do Brocense insere-se o pensamento gramatical de Jiménez Patón, de Gonzalo Correas e de Juan Villar; as diferentes trajectórias que cada um seguiu, dada a visão essencialmente prescritiva e normativa do último, e a desigual fortuna do seu labor, já que a obra do primeiro é simples opúsculo, sem a sistemacidade do tratado de Gonzalo Correas, não invalidaram a marcha do equilíbrio entre *ratio* e *usus*, que conferiu afinidade a este compósito grupo.

A coincidência de estratégias de descrição da língua é sinal da presença de constantes no pensamento gramatical da primeira metade do século. Ressalte-se o propósito predominantemente pedagógico e a ele adstrito o ensino do vernáculo, propedêutico do de latim; a descrição gramatical contrastiva, privilegiado o latim, mas intentando-se ampliá-la às línguas modernas; a observação de dois níveis de descrição gramatical, particular e geral. Amaro de Roboredo e Gonzalo Correas justificam da seguinte forma o estudo dos respectivos vernáculos:

... a lingua Materna se ha primeiro de ensinar per arte aos mininos. (...) Saberão os principiantes per arte em poucos annos, & melhor a lingua Materna, que sem arte sabẽ mal per muitos annos (...); & serão mais certos, & apõtados no que fallão, & screvem: terão mais copia de palavras, & usaraõ dellas com mais propriedade. (...) Saberaõ per regras de compor, & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntarlhe palavras externas com soffrivel corruçaõ, & formar outras de novo: para que com menos rodeios se possaõ explicar os conceitos & as sciencias, quando na Materna se queiraõ explicar. (...) Saberão fugir de palavras externas ainda naõ recebidas quando teem proprias, por naõ mostrarem que a lingua he mais pobre.

Roboredo, 1619: a4

... tuve sienpre deseo años á de hazer una Arte acomodada, que sirviese à los estranxeros de istrumento para adquirir mas bien i fazilmente el Castellano, i fuese ghia para los niños Españoles, que an de estudiar Latin, para la arte i lengua Latina, i aun para la Griega i Hebrea: porque sienpre me parezió, desde que tuve esperienzia de enseñar estas lenguas, que se á de començar por la gramatica vulgar, que á de andar al prinzipio de la Latina, i que los niños comienzen à leer i escribir por ella en las escuelas.

Correas, 1625: 9

A causa do estudo prioritário da língua materna, que advogaram Amaro de Roboredo, o espanhol Gonzalo Correas e os fundadores das *Petites Écoles* de Port-Royal (Pierre

qualesquiera cosas, que a todas las lenguas son comunes, pero si, en lo que a cada qual es particular y propio”.

Nicole, Claude Lancelot e Antoine Arnauld, entre outros), e o ensino gramatical equacionado em moldes de método, segundo a especificidade das actividades do aluno e do mestre, constituíram dois dos vectores da elaboração gramatical vernacular e mesmo latina durante a primeira metade do século. Frutuoso Pereira, autor da *Arte de gramatica, latina, portugueza, benedictina* (Lisboa, 1652; sobre a autoria desta obra, cf. informações em **Anexo I**), procede segundo tais coordenadas na fixação da gramática latina. Primeiro, o estabelecimento de um processo didáctico:

“Esta Arte não se lançou tanto das partes do empyrico, q̄ desemparasse o methodico, mas pretende constituir o methodo em tão facil modo de obrar (effeitos de larga experiêcia) q̄ o preceito iūtamēte receba efficacia e esplendor do uso, e lho cōmunique” (Pereira, F., 1652: “Prologo”);

depois, a aprendizagem prévia da língua portuguesa:

“A experiencia tẽ mostrado [e a rezão o dicta] q̄ a lingua latina se deue aprender maes por regras de outra gramatica vulgar q̄ pelas proprias, e q̄ o portuguez, do conhecimento da sua gramática ha de proceder ao da latina, com q̄ em breue a poderà usar como materna” (*Id., ib.:* “Prologo”).

Em França, vamos encontrar, na rede escolar de Port-Royal¹², o magistério dos teólogos jansenistas e, sob a sua alçada doutrinária, o nome de Claude Lancelot associado à renovação do ensino das línguas clássicas. Os seus ‘nouvelles méthodes’ de latim (1644) e grego (1655), escritos em francês, são sinal do ambiente escolar receptivo à simplificação gramatical, tendo em vista a efectiva aprendizagem das línguas “qui nous sont étrangères & inconnuës”:

“Puis que le seul sens commun nous apprend qu’il faut tousjours commencer par les choses les plus faciles, & que ce que nous sçavons desja, nous doit servir comme d’une lumiere pour esclairer ce que nous ne sçavons pas, il est visible que nous nous devons servir de nostre langue maternelle comme d’un moyen pour entrer dans les langues qui nous sont étrangères & inconnuës” (Lancelot *apud* Donzé, 1967: 8).

Em simultâneo com a voga das ideias cartesianas, estavam então no auge estratégias tais de simplificação gramatical, que começaram a ditar o ensino da língua desde o fim do século XVI, por influência das obras do francês Pierre de la Ramée e do espanhol Francisco Sanchez¹³. Em Portugal, coube primeiro a Amaro de Roboredo expô-las

¹² A notoriedade do mosteiro de Port-Royal des Champs ficou a dever-se, em grande parte, à abertura, em 1637, das chamadas *Petites Écoles* (nome por que se distinguiam dos colégios das Universidades), regidas pelos *Messieurs* (varões leigos e eclesiásticos também conhecidos por *Solitários*), que se opunham à pedagogia dos jesuítas. Foco de irradiação das ideias jansenistas, estas escolas agenciaram profundas reformas do sistema educativo (cf. o Livro IV “Écoles de Port-Royal” da obra de Sainte-Beuve, 1953-54).

¹³ Jean-Claude Chevalier, depois de referir os “efforts pour simplifier” as gramáticas latinas que corriam desde finais do século XVI (1968: 391), volta a notar o mesmo no âmbito de Port-Royal: “Un trait constant des grammaires depuis près d’un siècle, c’est la recherche de la simplicité, trait postulé par la

doutrinalmente, logo seguido por outros gramáticos enfileirados nas mesmas ideias. Os longos prólogos dos seus *Methodo grammatical para todas as lingvas e Grammatica latina*, de resto habituais em toda a obra do Autor, são textos de vincada originalidade no domínio ermo da reflexão linguística. Manifestos de doutrina gramatical, as diversas etapas da didáctica da língua (cf. 1625: “Advertencia do exercicio desta arte”) e a própria estrutura do manual de ensino têm aí o seu regimento. À reforma da gramática latina há-de associar-se o seu estudo segundo o plano que Amaro de Roboredo traçou sob o nome de “metodo da Natureza” e “metodo de Doutrina”. Além do recurso ao português como metalíngua da descrição, o método está configurado na direcção do registo de usos à sistematização das regras:

“convem primeiro subir assi das partes ao todo, isto he, dos exemplos para as regras, a q̃ chamão metodo da Natureza; e ao mestre convem o descer desse todo para suas partes, isto he, da regra para os exemplos, a que chamaõ metodo de Doutrina. E porque as partes são primeiro q̃ o todo, e o homem primeiro he discipulo q̃ mestre, primeiro se ha de dar a hũ minino a sua arte para subir, q̃ a do mestre para descer” (1625: “Prologo”, 2r).

Estratégias idênticas adoptarão outros gramáticos latinos, como Domingos de Araújo¹⁴. Os termos em que está gizado o itinerário pedagógico de Amaro de Roboredo merece algumas considerações à luz dos novos rumos do pensamento europeu, nomeadamente francês, num século que foi de mais valias na história da gramática, talvez a maior fruto da publicação da *Grammaire générale et raisonnée*. Sabe-se que a ciência gramatical da escola de Port-Royal não ficou imune ao influxo da investigação filosófica cartesiana. O pensamento linguístico do gramático Claude Lancelot e do lógico Antoine Arnauld, enquanto permaneceu íntegro na moldura aristotélica (sobretudo o do último; veja-se o segundo discurso de *La logique ou l'art de penser*), não esteve divorciado das guinadas históricas que a filosofia do francês René Descartes provocou no rumo das ciências. Conhece-se a tese de Noam Chomsky em fazer da “linguistique cartésienne” portroyalina um antepassado da sua gramática generativa, pela filiação de conceitos

méthode ramusienne, qui vise à hiérarchiser les analyses en les appuyant sur quelques principes élémentaires” (*Id., ib.*: 485). O outro factor catalisador da mudança foi a circulação das ideias de Descartes: “Au centre de ces diverses activités, Arnauld; mais, avec lui, Lancelot qui s’occupe de l’enseignement des langues, Nicole, de la Logique, l’un et l’autre éprouvant le besoin de rédiger en de petits livrets des méthodes plus claires, comme le mouvement déclenché par la révolution cartésienne semblait en exiger” (*Id., ib.*: 489).

¹⁴ Observa no prólogo da *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começã aprender* (Lisboa, 1627): “vim a persuadirme, que a principal rezaõ [porque muitos q̃ principiaõ os estudos os deixã] era porq̃ se lhe metia nas mãos não a sua Arte porque deuerã aprender, mas a do mestre pera ensinar, que excede sua capacidade. A outra ser muy necessario aos que aprendem algũa das Artes liberais breuidade, e clareza, e naõ podendo sair de dous extremos, de deminuição de preceitos, ou escuridade neles”.

como o da criatividade, o da existência de estruturas profundas comuns a várias línguas, o da engendração de estruturas de superfície, ou o da distinção dos constituintes relativos. Contestou-se ou não o parentesco gramatical, já longamente discutido, o que mais importa desta tese é o subscrito por muitos linguistas sobre o cartesianismo da *Grammaire générale et raisonnée*. Quem não o admite (“it is a mistake to consider the *GGR* a work of ‘Cartesian linguistics’”, cf. Lakoff, 1969: 363), preconiza antes a influência da *Minerva*, de Francisco Sanchez. Mas não se esqueça que o Brocense teve em comum com Descartes o mesmo desapego da tradição escolástica de influência aristotélica e o fervor por um método racionalista de investigação. A ‘strict copulation between reason and language’, que Lia Formigari viu na linguística inglesa de Seiscentos (1988: 39) foi também a forma como a gramática geral francesa, entre nós anunciada no impulso renovador de Amaro de Roboredo, se instituiu científica pela busca das causas da organização linguística. Assim, conceitos linguísticos e respectivas abordagens da *Grammaire*, sendo tributários da obra do gramático espanhol, aparecem filtrados pela corrente racionalista da filosofia de Descartes. É essa a ilação a tirar da interrogação de Jean-Claude Pariente “Pourquoi ne pas admettre qu’Arnauld et Lancelot aient pu être sensibles dans certains cas aux convergences entre les thèses de Sanctius et celles de Descartes?” (1985: 52). O desejo de racionalizar a gramática serve de resposta, sobretudo se se admitir, com José Luis Abellán, que a obra filológica *Minerva, seu de causis linguae latinae* é “un libro de filosofía, pues su propósito es tratar de las causas de la construcción gramatical del lenguaje” (Abellán, 1984: II, 227). Já se aludiu ao facto de a *Grammaire* manter em lugar cimeiro a *ratio* renascentista, tanto quanto os seus autores são, como diz Guy Harnois, “résolument rationalistes parce que cartésiens” (Harnois, 1928: 21); racionalismo indicado no aposto do título: “Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondements de l’art de parler, expliqués d’une manière claire et naturelle; et les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et des principales différences qui s’y rencontrent” (cf. as edições de Michel Foucault [1969] e de Jean-Marc Mandosio [1997]). Tiram-se outros argumentos para sustentar o mesmo:

- se a grande novidade da *Grammaire générale et raisonnée* foi a definição do papel da proposição e portanto a criação de uma sintaxe autónoma (cf. Chevalier, 1968: 490), não sobeja lembrar que para Descartes a frase efectivamente realizada constituía o elemento racional por excelência da comunicação humana¹⁵;

¹⁵ O que distingue o homem da máquina, primeiro, e depois do animal, é, mais do que o uso de uma linguagem, a possibilidade de combinar unidades significativas em frases – esta uma das teses que

- segundo Jean-Claude Pariente (1985: 56-57), não-de enquadrar-se na teoria que o filósofo francês desenvolveu sobre o entendimento humano, as operações de *conceber*, *julgar* e *raciocinar* com que Arnauld e Lancelot sustentam a divisão original das partes do discurso em “objets des pensées” (a que pertencem *nomes*, *artigos*, *pronomes*, *participios*, *preposições* e *advérbios*) e em “la forme et la manière de nos pensées” (onde entram *verbos*, *conjunções* e *interjeições*) (cf. Arnauld/Lancelot, 1660: 45 e ss.);

- outro sinal do cartesianismo de Port-Royal respeita à teoria das orações relativas (cf. Pariente, 1985: 60 e ss.), não tanto do ponto de vista da distinção entre as expansões restritivas e explicativas, empreendida na *Grammaire* (cf. Arnauld/Lancelot, 1660: 87-90), mas segundo a análise lógico-gramatical de Pierre Nicole e Antoine Arnauld, que introduzem na classificação condições de verdade, universalidade e falsidade (cf. Arnauld, 1979: 156 e ss.).

Com os conceitos linguísticos vem o *método* da sua demonstração, que, conforme aos raciocínios do modelo científico construídos pelo filósofo francês para bem conduzir a razão na busca da verdade (cf. Descartes, 1637: 26), é um dos pontos inconfundíveis da afinidade entre as gramáticas da época. A simplificação gramatical passa por um método de investigação e exposição que segue a ordem analítica do demonstrar, do mais específico para o genérico, garantindo-se sempre a validade dos princípios gramaticais com exemplos autorizados por bons escritores, até chegar a certas regras gerais de funcionamento das línguas. Compreende-se assim que Jean-Claude Chevalier, situado na análise dos factos gramaticais e respectivos métodos de exposição, considere que “ces oeuvres [gramáticas elaboradas até 1660] s’adjoignent les unes aux autres (...). Les conditions sont un peu différentes selon les pays, mais la démarche méthodologique est partout la même et ne remet pas en cause les principes du formalisme” (1968: 452). Reconhece-se nestas ‘démarches’ a mesma preocupação pelo rigor demonstrativo que moveu Descartes a procurar um sistema universal do saber, sob inspiração do formalismo das deduções matemáticas. O método de investigação criado,

Descartes expõe na V parte do seu *Discurso do método*. Citam-se os passos mais significativos: “embora se possa conceber uma máquina de tal modo feita que profira palavras, algumas das quais mesmo a propósito das acções corporais que causam qualquer mudança nos seus órgãos: como por exemplo, perguntar o que é que se lhe quer dizer, se a tocarem em qualquer órgão, ou gritar que se magoou se a tocarem noutra, e outras cousas semelhantes - não se concebe porém que combine essas palavras de maneiras diversas para responder com oportunidade a tudo que se disser na sua presença, como podem fazer os homens mais embrutecidos. (...) é uma cousa digna de nota o não haver homens, tão embrutecidos e tão estúpidos, sem exceptuar mesmo os loucos, que não sejam capazes de combinar várias palavras e de compôr com elas um discurso que lhes permita exprimir os seus pensamentos; o que não acontece com nenhum outro animal, por muito perfeito ou bem gerado que tenha sido” (Descartes, 1637: 67-68).

tão firme quanto o das ciências exactas, permitiria chegar a formulações igualmente incontrovertidas noutros ramos do saber e do pensamento. Como é sabido, os princípios do raciocínio deste método, que tem por ponto de partida a filosófica dúvida metódica, são baseados na articulação das *regra da evidência*, *regra da análise*, *regra da síntese* e *regra da enumeração*, a aplicar em todas as áreas do conhecimento: a análise ou exame dos factos, parte por parte, começando pelo que têm de mais conhecido e particular; a síntese ou a composição das regras a partir da observação dos exemplos, na ordem empírica do conhecimento; e a enumeração exaustiva de todos os elementos da experiência humana (cf. Descartes, 1637: 65-66). Após o *Discours de la méthode* (Leida, 1637), esta estratégia de investigação irrompeu na história da gramática francesa, a começar por Claude Lancelot, que, em 1644, abriu a série das obras *Méthode* com os seus “nouvelles méthodes” de latim (1644), grego (1655), espanhol (1660) e italiano (1660). A partir daí e até ao fim do século não parará o fluxo de gramáticas que ostentam nas portadas as designações de *método* ou *metódico*¹⁶.

Face ao quadro gramatical traçado na nota anterior, ressalta o cariz francamente inovador do *Methodo grammatical para todas as lingvas* de Amaro de Roboredo, e dos próprios “metodos” que leva à prática na *Gramatica latina*, ao propor um ensino gramatical por etapas progressivas, do simples para o complexo, e executar na análise sintáctica o programa de uma descrição pormenorizada e faseada dos factos da cadeia falada, em vista das regras gerais. Combinando sabiamente os sucessos de Nebrija e de Francisco Sanchez com o movimento quinhentista das gramáticas vulgares, Amaro de Roboredo deduziu uma teoria gramatical a caminho do ritmo das inovações francesas e talvez o seu maior mérito tenha sido a capacidade de projectar o futuro do presente em termos de descrição gramatical. Neste âmbito, o ritmo de atraso do que se recebeu de fora, já que a primeira referência explícita a Port-Royal veio de Jerónimo Contador de Argote (cf. 1721: “Introducçam”), teve por reverso o ritmo de antecipação do que o gramático português seiscentista produziu como novidade adiantada. Fê-lo, porém,

¹⁶ Veja-se: Claude Irson, *Nouvelle methode pour apprendre facilement les principes et la pureté de la langue françoise* (Paris, 1656); Jean-Marie Filz, *Nouvelle methode ou abregé de la grammaire et de la rethorique* (Paris, 1658); François d'Aisy, *Nouvelle methode de la langue françoise* (Paris, 1674); Jean Menudier, *Le secret d'apprendre la langue françoise en riant (...) avec une nouvelle methode* (Frankfurt, 1680); Denis Vairasse d'Allais, *Grammaire methodique contenant un abregé des principes de cet art* (Paris, 1681); Jean Meyer, *Le maitre de langue muet, ou instruction methodique pour apprendre de soy même les principes de la langue françoise* (Nuremberg, 1683); Jean-Robert des Pepliers, *Grammaire royale françoise & allemande contenant une methode nouvelle & facile* (Berlim, 1689); Pierre Marin, *Nouvelle methode pour apprendre les principes et l'usage des langues françoise et hollandoise* (Amsterdão, 1694); L. Charbonnet, *Les principes de la langue françoise ou grammaire methodique pour l'usage de la jeunesse* (Halle, 1699).

demasiado isolado no contexto português, sem parceria nem, ao longo de todo o século, movimento de continuidade das reformas que agenciou e que além-Pirenéus ganhavam vulto. Retardou, entre nós, a percepção colectiva e individual das reformas do gramático português, as quais, no dizer do latinista José Vicente Gomes de Moura, ‘erão (ao menos no nosso ensino publico) tão attendidas como os vaticínios de Cassandra, em quanto a Europa attendia ás reflexões de Bacon’ (1823: 354), e quando se fizeram sentir constituíam já o passado das outras nações. Só quando a gramática portuguesa começa a acolher os primeiros ecos dos portroyalistas, já bem dobrado o fim do século, é que as ideias gramaticais de Amaro de Roboredo saem do anonimato e vêm à tona das reflexões sobre o vernáculo. No domínio da análise sintáctica, campo por excelência de aplicação dos princípios metodológicos enunciados nos prólogos, o método traduz-se na descrição casuística da estrutura frásica, sintagma a sintagma, vistos os processos sintácticos, relação por relação. Não resulta daqui um amontoado de regras, excepções e escólios prejudicial à explicação de conjunto da matéria tida por indispensável e recomendável aos discentes. Ao contrário, este descritivismo fraccionador vem na linha do desejo de simplificar, expresso no próprio título da gramática latina. Nos rudimentos da sintaxe latina, por exemplo, estudam-se as regras gerais do fenómeno de concordância, remetidos para a sintaxe figurada (“Figuras da oração”) os casos excepcionais de silepse. A partir da frase de Séneca *Apertado animo he, a quẽ as cousas terrestres deleitaõ* “*Angustus animus est, quem terrena delectant*”, são individualizados por pontos cada um dos sintagmas que atesta uma das clássicas regras da concordância (Roboredo, 1625: 91-93):

1. Concordância do adjetivo com o substantivo (relação de determinação)

“*Angustus animus. Mostra a concordia de substantivo com o adjetivo em genero, numero, e caso*”;

2. Concordância do relativo com o antecedente (subordinação relativa)

“*Animus, quem animum. Mostra que o relativo concorda com o substantivo antecedente em genero, e numero somente porque cada hum pertence a seu verbo diverso, o, Animus, pertence a, Est, e, Quem, pertence a, Delectant. Mas se repetirmos o substantivo antecedente depois do relativo, ficarão concordados como adjetivo, e substantivo. Porem raramẽte se repete; e mais frequẽtemẽte se cala depois: e antes, e depois algũas vezes*”;

3. Concordância do substantivo (sujeito) com o verbo

“*Animus est: terrena delectant. Mostra que ao nominativo de singular se ajuntará terceira pessoa de singular; e ao nominativo de plural se ajuntará a terceira pessoa de plural; depois que, Ego, tomou pera si as primeiras pessoas todas, e, Tu, as segundas*”;

4. Concordância do acusativo com o infinitivo (sintaxe do sujeito em orações completivas)

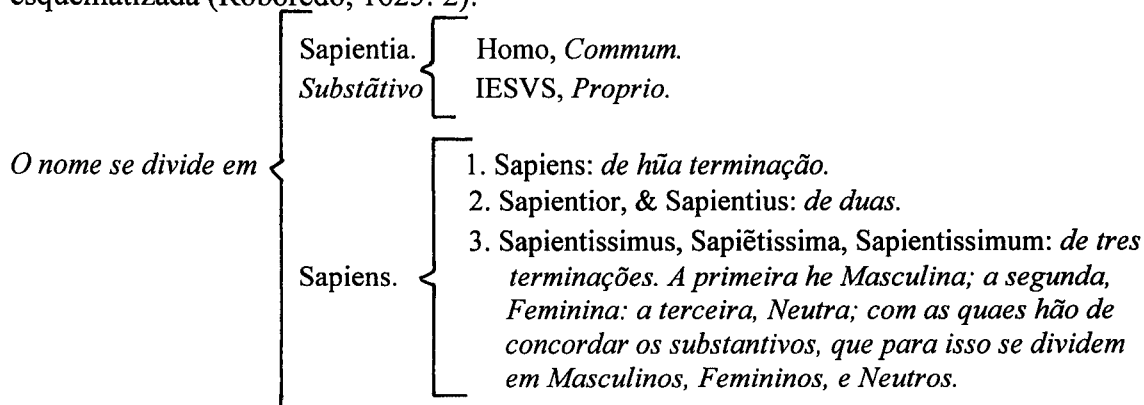
“Angustum animum esse, dixit Seneca. *Mostra-se que se o verbo se abaixar ao infinitivo o substantivo se abaixará ao acusativo para concordarem ambos. Porque o infinitivo tem duas propriedades: a primeira, que quer per concordia antes de si accusativo: a segunda, que depende de outro verbo, ou de oração a modo de substantivo regido*”;

5. Concordância da resposta com a pergunta

“*A quem delectão as cousas terrestres? Responde; Delectão ao animo apertado.*

Quem delectant terrena? Responde: Delectant animum angustum. *Mostra que a pergunta, e reposta concordão em caso, tempo, e numero; e em pessoa quando entra terceira pessoa na pergunta, a qual se faz per todos os casos*”.

A funcionalidade didáctica do texto destaca-se também pelo investimento na memória visual. Menos descritiva e argumentativa, a *Grammatica latina* apresenta uma mancha tipográfica variegada, com quadros sinópticos e gráficos que permitem uma leitura global e mnemónica. A divisão do nome nas subclasses do substantivo e do adjectivo (sendo este mesmo utilizado para exemplificar paradigmas das declinações) é assim esquematizada (Roboredo, 1625: 2):



A par das línguas antigas, as modernas estrangeiras. O movimento de promoção dos vulgares e o mais estreito convívio entre as nações fizeram crescer o interesse e a curiosidade linguística pelas línguas que progressivamente se foram tornando veiculares. Uma das vertentes deste interesse foi a que Claude Lancelot favoreceu com os manuais *Nouvelle methode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne* (Paris, 1660) e *Nouvelle methode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole* (Paris, 1660), isto é, manuais elaborados para o ensino das línguas vivas estrangeiras. Neste diálogo com as línguas modernas europeias os portugueses de Seiscentos não podem deixar de ser ouvidos, por pouco que seja o crédito numérico dos trabalhos realizados. Conhecem-se:

- o manuscrito de 1640 *Arte de grammatica italiana*, de Manuel Pires de Almeida;
- de João da Costa, a *Arte da lingua franceza para facil e brevemente aprender a ler, escrever e falar essa lingua* (Lisboa, 1679), a primeira, para Inocêncio da Silva (1858: III, 354-355), das muitas gramáticas francesas que se seguiram sobretudo no século XIX;
- a *Sintaxe franceza* (Leão, 1680), do P^e. Tomás, referenciada no “Cathalogo das artes de gramatica” (cf. Almeida, 1977: 112).

Além deste, o outro caminho por onde enveredaram os gramáticos foi o manifesto de um ensino gramatical das línguas nativas professado ao serviço de estudantes estrangeiros. A gramática francesa que Charles Maupas publicou em 1607 e dirigiu “A tovs seigneurs et gentils-hommes, d’autre langue & país, amateurs de la langue françoise” (cf. Maupas, 1607), engrossa a fileira dos estudos gramaticais que, desde a transição do século XVI, com antecedentes (vd. o Livro V “De las introduciones de la lengua castellana para los que de estraña lengua querrán deprender”, da gramática de Nebrija, 1989: 237), vinham sendo orientados de forma a que os estrangeiros pudessem utilizá-los. Lembra falar, desde logo, daqueles estrangeiros que, fora da Europa evoluída, davam os primeiros passos na aprendizagem dos vernáculos (cf. Roboredo, 1619: a4 verso) e salientar que tal iniciação estava cometida a um grupo de missionários multinacionais do mundo católico, cuja língua franca era o latim. Imperativo, pois, facultar-lhes o acesso a textos gramaticais de alguma forma acomodados ao idioma culto internacional, fosse pelo seu emprego como língua de explicação, ou por uma formalização gramatical latina, que transmitia ao vernáculo toda a sua latinidade. A reacção do jesuíta Bento Pereira foi escrever em latim uma gramática da língua portuguesa, com uma parte de ortografia, a *Ars grammatica pro lingva lvsitana addiscenda* (Leão, 1672), que, podendo também servir aos “domesticis”, visava directamente acautelar o ensino do português lá fora. O eixo do interesse de Bento Pereira fixou-se nas nações estrangeiras: “meus iste liber nuncupatur *Ars grammaticae pro lusitanorum lingua ab exteris nationibus addiscenda*” (1672: *Dedicatória*, a4). Mas no prefácio “Ad lectorem”, visando directamente o ensino além fronteiras da Europa, orientou-o para os negociantes, agentes de intercâmbio linguístico, e para os missionários encarregues da mensagem evangélica, que, facilitando-se-lhes a aprendizagem da nossa língua, assegurariam as suas refrações culturais:

“Est enim perspicuum in spiritualibus et temporalibus sperari maximum emolumentum ex facilitate addiscendae nostrae linguae, ut exteri, sive mercatores suis opibus nos ditent, & nostris ditentur, sive concinatores pervadant usque ad sines orbis, seu lusitani imperij, ubi nationes barbaras veris Evangelij divitiis locupletent” (Pereira, B., 1672: “Ad lectorem”).

É claro que a abundante informação contrastiva entre os vernáculos e o latim, quando não a adopção do modelo gramatical latino na normatização das línguas nacionais, impulsiona também a sua internacionalização. É esse o ponto de vista do gramático castelhano Bartolomé Jiménez Patón ao justificar as suas *Instituciones de la gramatica española* (Baeza, 1614):

“estas Instituciones, y los demas precetos que acerca desta lengua se podran dar no son para nosotros sino para los estrangeros que la desean sauer y el medio mas comun que entre nosotros y ellos ay para entendernos es la lengua latina por eso para comunicarles la nuestra la bamos equiparando en lo que tienē diferencia” (1614: 27v-28r).

O confronto rege-se pela *Minerva* de Francisco Sanchez. Não sendo a obra de Jiménez Patón uma gramática completa, apenas a parte da etimologia relativa às classes de palavras, tanto que foi anexada a outro manual, nem por isso são menos visíveis, quer a matriz clássica, quer algumas originalidades gramaticais, cuja aceitação e aproveitamento por parte do mestre salmantino Gonzalo Correas foram já detectados (cf. Quilis/Rozas, 1965: 81-95). A primeira evidência da obra é a desvalorização da componente formal da gramática. Sem os tradicionais paradigmas da conjugação verbal e da flexão nominal (excluída a declinação casual) é a discussão teórica em torno das partes do discurso, a sua classificação e definição, que segue mais de perto, não raro *pari passu*, a gramática latina de Francisco Sanchez. Não é evidentemente estranho que, do ponto de vista doutrinal, tanto Jiménez Patón como Gonzalo Correas dependam dos humanistas que no Renascimento começaram a renovar e a aplicar os gramáticos greco-latinos ao estudo das línguas vulgares. Mas a posição de um e de outro frente ao legado gramatical não é exactamente a mesma, nem a de ambos confere com o prescritivismo de Juan Villar: mais comprometida com o *magister dixit*, a do primeiro, baseada em autoridades como Platão, Aristóteles (os dois filósofos gregos na linha da frente das teorias sobre as partes do discurso), Aristarco, Varrão, Quintiliano, Nebrija e Francisco Sanchez (1614: 5r-5v); crítica, a de Gonzalo Correas, que, latente o conflito com precipitados doutrinários de longo uso, ao invés de concessões à tradição gramatical rompe em observações do tipo “no tengo de sighir su vulgo, ni cosa que no esté puesta en rrazon, solo porque le dixesen otros” (1625: 135). Por sua vez, Juan Villar elaborou uma gramática com vista à estabilização idiomática, reservado, como costumava estar à gramática prescritiva, o tratamento da etimologia das oito partes da oração, da sintaxe, prosódia e ortografia, por esta ordem. Terçando armas por purismos gramaticais¹⁷, conquanto doseado o seu normativismo com explicações e princípios (*causae*) do agir

¹⁷ A título de exemplo da acentuada orientação prescritiva, veja-se a crítica ao uso do plural *quienes*, etimologicamente invariável: “De los acabados en consonantes [nomes singulares] se sacan *alguien*, y *quien*, que por no usarse en el plural, nunca lo forman. Aun que algunos van introduciendo el plural *quienes*, pero tan sin fundamento, ni necesidad, y con pronunciación tan desabrida, como si de *alguien* forman *alguienes*” (Villar, 1651: 8-9). Ainda a propósito da formação do plural: “los que dicen *frases*, *maravedises* y *rubies* se oponen a el uso de los doctos en nuestra España practicado desde que recibio la lengua que oy tiene, hasta los tiempos presentes. Pues aun entre los mas cultos son mas los que acabã estos plurales en *is* que no los que en *es* (...). Y si con todo esso algunos gustaren de acabar en *es* en el plural los nombres ya referidos repase que les deberá poco la gramatica Española” (*Id., ib.*: 12-14).

linguístico, atendeu fundamentalmente a regras, preceitos e normas que conferissem à língua espanhola a mesma firmeza que a *ars* proporcionara à língua latina.

Como se verá a seguir, as analogias estabelecidas com a gramática latina, sobretudo por via do manual de Francisco Sanchez, são o principal suporte para a gramaticalização do castelhano e de todos os vernáculos, em geral, ao mesmo tempo que os aspectos contrastivos constituem pontos de referência para marcar a individualidade própria de cada um desses vernáculos. A própria *Grammaire générale et raisonnée* (Paris, 1660), cujo método Jean-Claude Chevalier arrisca situar no âmbito do comparatismo, está centrada nas “deux langues les plus familières au lecteur, le latin et le français” (Chevalier, 1968: 497). Passe-se então à análise dessa dupla visão, de contrastes e analogias, na descrição morfológica e sintáctica das chamadas unidades relacionais e à verificação do modo como os gramáticos fixaram as ditas regras gerais e particulares.

1. Sintaxe e morfologia das unidades de relação

No seguimento das observações anteriores a respeito da dívida de Jiménez Patón para com o Autor da *Minerva, seu de causis linguae latinae*, cumpre demonstrar o grau de aproveitamento, por vezes quase textual, desta obra de Francisco Sanchez, desde logo significativo do preito ao cânone gramatical latino e à autoridade dos citados mestres Varrão e Quintiliano. De Francisco Sanchez disse Amaro de Roboredo, ao comparar os conhecimentos de língua latina deste com os de Cícero e Varrão, que “Elle [soube] mais grammatica, & estes mais latim. (...) aquella alcançou mais grammatica, & estes sabião mais copia, & frase com mais propriedade, porque como materna lingua a usavão des os berços” (1619: b). Ora, a fidelidade com que Jiménez Patón segue aquela fonte e o apreço pelos autores latinos é prova de que o gramático seiscentista, consubstanciando o tópico da proximidade entre o latim e o vernáculo, recorre à gramática latina como modelo formal e factor de contrastividade. Vejamos algumas das matérias de *Instituciones de la gramatica española*, a obra de Jiménez Patón restrita às partes do discurso *nome, verbo, preposição, advérbio e conjunção*, subsidiárias do livro I “De partibus orationis” da *Minerva*, sem embargo do seu sistema tripartido (“Estos elementos son tres: nombre, verbo y partícula”, Sanchez, 1587: 15). O cotejo das definições de categorias gramaticais é ilustrativo (para a *Minerva* segue-se a tradução espanhola de Riveras Cárdenas, 1976):

- Se foi de Platão, como diz o Autor seiscentista, que tomou a doutrina do nome e do verbo, fê-lo por intermédio de citações do Brocense, por sua vez inspirado nas categorias aristotélicas:

“Qualquier cosa que se enuncia, o es permanente, como *arbor, durum*, o es algo que fluye, como *currit, dormit*. Llamamos cosas permanentes o constantes a aquellas cuya naturaleza persiste; a esta clase la llamaron nombre. Decimos que fluyen aquellas cuya naturaleza existe en tanto en cuanto ellas existen; a esta clase la llamaron verbo”.

Sanchez, 1587: 50

“Todas las cosas del mundo ò son permanentes como *el hombre, arbol*. Y estas se llaman nombres: Otras ay cuya naturaleza dura en quãto se exercita la tal cosa como *corre, ama*: y este es verbo”.

Jiménez Patón, 1614: 6r

- A concepção de que o participio não é uma parte da oração distinta do nome segue a já formulada por Francisco Sanchez:

“*Participium* no se dice por tomar parte del verbo y parte del nombre, sino por tomar parte del verbo, siendo por completo adjetivo nominal y verbal”.

“El participio no hace distinta parte de la oracion quel nõbre, porque es cierta manera de nombre verbal adjetiuo, y si por alguna causa auia de ser parte distinta fuera por sinificar con

Sanchez, 1587: 93

tiempo, no significa luego no es. Porque *Amans* en latin, y *Amante* en español puede ser de todos tiempos, como *soy amante amans sum, fui amante amans fui*".

Jiménez Patón, 1614: 15r-15v

- Sobre o pronome, chama a si uma definição muito próxima da presente na *Minerva*:

"rechacemos los pronombres de las partes de la oración por no dudosas razones. Primeiro de todo, si el pronombre difiriese del nombre, su naturaleza podría explicarse por medio de una definición; pero no hay ninguna definición del nombre, ni puede descubrirse ninguna adecuada y verdadera; por tanto, no existe ningún pronombre. ¿ Por qué acontece el hecho de que la definición del nombre no exclue al pronombre? Pongamos un ejemplo: *ego, tu*; apliquemos el que Aristóteles, al tratar de la oración, recuerda sólo el nombre y el verbo".

Sanchez, 1587: 51

"El pronombre tambien no constituye distinta parte de la oracion quel nombre. Porque si lo fuera tuvierá difinicion particular que declarara su naturaleza y no le conuiera la que le dan al nombre como le conuiene y quadra luego tambien es nombre. Porque se declina por casos y no significa con tiempo. Demas desto Aristoteles dixo de la oracion que cõstaua del nombre y del verbo consta deste que llaman pronombre, y del verbo luego es lo mismo que el nombre".

Jiménez Patón, 1614: 16r-16v

- Na definição da conjunção como elemento interoracional está presente a influência do gramático renascentista, para quem tal unidade unia orações, não palavras:

"La conjunción no une casos iguales, como neciamente se enseña, sino oraciones solamente, pues se dice (...) 'compré un caballo por más de cien monedas de oro' y (...) 'compré un caballo por más dinero'; 'Pedro y Pablo discuten', esto es 'Pedro discute' y 'Pablo discute'".

Sanchez, 1587: 104

"Conuenia que las oraciones que constan de las quatro cosas dichas [nome, verbo, advérbio e preposição] se trauasen y atasen entre si y para esto aproueche la conjuncion como yo leo y tu oyes (...). La conjuncion junta semejantes oraciones como *tu lees, y Pedro escribe*".

Jiménez Patón, 1614: 6v, 7v

- Com base na natureza não convencional, mas natural da interjeição, negar-lhe o estatuto de parte da oração, que gramáticos coevos de Jiménez Patón lhe outorgaram, é também uma influência clara da *Minerva*:

"Explico así que la interjección no es parte de la oración: lo que es natural es lo mismo en todos, los gemidos y los signos de alegría son iguales entre todos, luego son naturales; pero si son naturales no son partes de la oración".

Sanchez, 1587: 50

"La interjecion en latin, griego, ó español, no hace parte de oracion. Porque las partes de la oraciõ an de sinificar por aluedrio de los hombres, y no naturalmente. La interjeciõ es vn afecto del animo q̄ sinifica sus pasiones naturalmẽte luego no puede cõstituir parte de la oraciõ".

Jiménez Patón, 1614: 23r-23v

Mas em muitos momentos da análise, o gramático do castelhano assume-se como gramático do vulgar, giro de pensamento que obriga a forragear nos esquemas

clássicos os elementos de uma doutrina própria. Explicitamente, Jiménez Patón afasta-se do padrão latino mais comum da classificação da interjeição como classe de palavras independente e anota, em contraste com o sistema canónico de Donato, a presença do artigo que o modelo grego oferecera¹⁸: “Aduiertase que esto [los articulos] tiene comun la lengua española, con la griega (...). Lo que no tiene el latin” (1614: 11v). Concretiza-se assim a dialéctica das apologias linguísticas do vernáculo entre o tópico da sua filiação latina e o da sua autonomia e individualidade face à língua clássica. A par do molde reflexivo e normativo do latim, a estratégia de dignificação passava por demonstrar a existência de novas realidades linguísticas em termos contrastivos. É que desviarem-se os gramáticos dos esquemas latinos não significava subtraírem-se à sua doutrina, porque de nenhum deles se pode afirmar que tenha resistido ao eclectismo gramatical. A via ecléctica servia de rumo para a descrição gramatical, que idealmente devia combinar a independência do pensamento em face do sistema tradicional, com o que dele era garantia de rigor normativo. Talvez este clectismo como prelibação de independência doutrinária seja de todos os tempos. Porque as mudanças são sempre relativas, a modernização e actualização a que procedeu Juan Villar na sua gramática espanhola, afinando pelo diapasão greco-latino das partes da oração, na concepção do *nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, interjeição e conjunção*, como na definição de cada uma destas unidades, são originalidades operadas sobre a bitola daqueles valores gramaticais: “Los accidentes que suelen pertenecer a el nõbre, son su declinacion, casos, numeros, personas, articulos, y generos. Pero estes accidentes no se hallan igualmente en todas las lenguas, pues en la nuestra ni tienen casos, ni declinaciones nuestros nombres” (Villar, 1651: 6). Se algumas destas novidades doutrinárias, agenciadas já por Jiménez Patón, acusam certa distância epistemológica em relação ao pensamento gramatical antigo, a própria realidade linguística confrontava os gramáticos com paradigmas diferentes, no que toca quer às categorias primordiais do nome e do verbo, quer às incluídas sob a designação genérica de *partículas*. O nome, diz Jiménez Patón, “(en lengua española) no se declina por casos sino se varia con preposiciones como *el ombre, del ombre, para el ombre*” (1614: 7r) e na ausência de

¹⁸ Além do clássico estudo de Gustave Guillaume (1975), sínteses bem documentadas da concepção do artigo na gramaticografia portuguesa dos séculos XVI a XIX podem ver-se em Barbara Schäfer (1992: 717-731) e Maria Filomena Gonçalves (1995: 117-129). Em relação à posição dos gramáticos portugueses Amaro de Roboredo e Bento Pereira, averbe-se que o primeiro avança alguns passos no reconhecimento sintáctico da função determinativa do artigo. Se o Autor refere que “*quando se pospõi [ao substantivo] he relativo (...) como, o tempo tira a tristeza consumindo a*” (1619: 47), está latente a sua natureza de modalidade do nome enquanto marca de género.

casos, “Las lenguas (...) se ayudan para variar las diciones (como diximos) de las preposiciones” (*Id., ib.:* 12v); quanto ao verbo, “Las conjugaciones son tres y no quatro (como algunos quisieron fuesen à imitacion de los latinos) y se conocen en los infinitiuos” (*Ib., ib.:* 18r); advérbios “no ay tantos como en la lengua latina” (*Id., ib.:* 22r) e preposições “tãbiẽ son menos ã en latin. *A. para sin. con para con, de, cõtra hacia. hasta.* Los hispanismos ã les correspõdẽ à las demas latinas ò son nombres, ó adverbios españoles” (*Id., ib.:* 23r); da classificação morfológica emerge uma componente sintáctica, particular da língua em análise, como o uso de *a* acusativo: “En cosas animadas por la mayor parte se pone la preposicion como *siruo à Pedro* (...). En cosa sin alma estan sin ella como *amo la verdad, leo los libros, oyo el Euangelio*” (*Id., ib.:* 20r). A extensa citação de regras, que poderia repertoriar-se também na *Arte* de Juan Villar, é intencional para se reconhecer que postular a existência do vernáculo em termos contrastivos era *praxis* gramatical tanto quanto encontrar no modelo clássico o seu próprio modelo. E o processo de agregar as diferenças a identidades gramaticais implicava reajustes na estruturação das matérias didáticas. O enxerto revelou-se, no imediato, inovador. Não é por acaso que várias destas obras, sintetizando a formulação gramatical de autores precedentes, apresentam uma distribuição e tratamento originais dos conteúdos, deixada de lado a rígida divisão da gramática em partes e posta a reflexão sobre o sistema casual num plano sintáctico que pouco tem a ver com os paradigmas flexionais. Acumula-se a isto o enquadramento das matérias segundo os dois níveis da descrição linguística, particular e universal, este individualizado em parte independente na gramática de Amaro de Roboredo (cf. “Livro terceiro. Da vniversal explicaçam resolvtiva & compositiva das partes da oração exemplificada na lingua latina”, 1619: 64-78). Comece-se por examinar a organização das matérias para chegarmos ao tratamento das unidades designadas por *partículas*, então como modernamente (por Hermann Paul e, mais tarde, Jespersen), que cobrem as categorias da preposição, conjunção e advérbio. Esta classificação, adiante-se já, nasceu e assim se manteve nos muitos séculos de gramaticalismo pós-aristotélico, caucionada por propriedades comuns a preposições e conjunções, desde a sua natureza invariável ao carácter relacional (intuiu-o Scaliger; cf. Chevalier, 1968: 206), e ao facto de constituírem paradigmas dificilmente delimitáveis ou formados *ad hoc*. Note-se que no grupo das preposições que Juan Villar considera denotarem “relacion, o respeto que a otras dize la parte de oracion, a quien se jũtan, que es el nombre”, contam-se advérbios

como “el rededor”, “debajo”, “dentro”, “detras”, “lexos” e locuções adverbiais como “a escondidas” (1651: 55).

O plano estrutural constitui a primeira nota de originalidade da gramática que, *in limine*, proclama um método para todas as línguas. O *Methodo grammatical para todas as lingvas* afasta-se radicalmente da tradição, uma vez organizado em três partes atípicas - “Grammatica exemplificada na portuguesa, & latina”, “Copia de palavras exemplificada nas latinas”¹⁹ e “Frase exemplificada na latina, em que se exercitam as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica” -, a primeira das quais, no último dos três livros que a compõem, distingue os níveis de análise particular/universal; no caso, as regras gramaticais portuguesas, dos princípios gerais que se observam por contraste entre as “linguas vulgares” e as “linguas scholasticas” (cf. 1619: 64-78). Não há alusão tácita às tradicionais partes em que se subdividia a gramática, nem sequer a divisão proposta é susceptível de qualquer analogia com as estruturações quadripartidas (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe) ou bipartidas (etimologia e sintaxe) da gramática clássica. Não é só na última parte do *Methodo* que o Autor se dedica de forma independente às sintaxes comparadas do latim e do português, incluindo os habituais princípios da sintaxe figurada (cf. 1619: 182-241); também nas duas primeiras partes, a adaptação dos esquemas da gramática clássica às gramáticas vulgares é feita mediante um discurso explicativo que cobre, além do nível morfológico, a zona de abordagem mais irregular que era a sintaxe. Do ponto de vista da concepção, dir-se-ia que este *Methodo* refracta o vigor sintáctico da obra do pré-renascentista Guarino Veronese (cf. Perciaval, 1975: 238 e ss.), por ser uma ‘sintaxe portuguesa’, ou uma ‘sintaxe contrastiva do português’, que é uma outra forma de perspectivar o mesmo quadro gramatical que Jean-Claude Chevalier assim aprecia a propósito da *Grammaire et syntaxe françoise* (Paris, 1607), de Charles Maupas: “Une réforme assez considérable, c’est la suppression de la partie de Syntaxe” (1968: 421). Quer dizer, tomou-se a parte pelo todo; a parte que no século anterior fora objecto de tímidas aproximações - “Le XVI^e siècle a, en vain, cherché à poser les bases d’une syntaxe” (*Id., ib.*: 421) -, depois

¹⁹ Esta segunda parte, “Copia de palavras exemplificada nas latinas, artifício experimentado para entêder latim em poucos meses”, que contém 1200 frases latinas de natureza sentenciosa, constitui o *corpus* de *Porta de lingvas* (Lisboa, 1623), obra cujo projecto é aqui anunciado: “Outro dia a tornarei portuguesa [a segunda parte] com boas crescenças, com o favor divino: artifício de que se colherá mais copia em seis meses, que do caminho ordinario em quatro annos. (...) Na tradução, que fizer emparelharei como me for possível a latina, & portuguesa, em que se irá vendo a conveniencia, differença, & propriedade de cada hũa” (1619: b4 verso-c). Como já se viu, o português e o castelhano são as duas línguas de tradução.

de privilegiada em fontes medievo-renascentistas, cobre agora, na obra de Maupas, cada um dos capítulos gramaticais apresentados à maneira de estudo morfológico:

- estuda-se o capítulo “De l’article” conjuntamente com a sintaxe das preposições *de* (também *du, de la, de l’, des*) e *à* (também *au, à la, à l’, aux, ès*), que são tidas por “prepositions desquelles nostre langue se sert pour arranger ses mots, & les adapter les uns aux autres”, para cada uma registados os respectivos valores e empregos, em ligação com regimes verbais (complemento das construções passivas, por exemplo) (Maupas, 1607: 22r e ss);

- estudam-se, na classe do nome, unidades que aí figuram interinamente por ocasião de determinada compatibilidade sintáctica: “Vous remarquerez aussi aucunes prepositions, ou adverbs qui semblent devenir noms entant que nous leur adaptons toutes sortes d’articles masculins. De ce nombre sont, *Lendemain, Dedans, Dehors, Apres, Arrière, Devant, Dessus, Dessous*” (*Id., ib.:* 55v);

- estudam-se os vários paradigmas do grupo dos pronomes ao mesmo tempo que fenómenos da determinação nominal, tal o papel dos adjetivos e pronomes possessivos: “*Mon, Ton, Son*, ne vont iamais sans des substantifs expres apres aux; Au contraire *Mien, Tien, Sien*, ne se plaisent pas avec un substantif à leur suite (...). Toutesfois estans precedez au nombre singulier de ces termes, *un, une. Ce, cette. Quelque, nul* (...) ils reçoivent en bonne syntaxe devant, ou apres eux les substantifs expres en signification indefinie. *un ami mien*; ou *un mien ami m’a convié à souper*” (*Id., ib.:* 82r, 83r);

- estudam-se em “Du verbe”, os padrões sintácticos da ordem das unidades, nomeadamente a posição relativa do sujeito (“Nostre langue aime à suivre, en l’arrangement de nos mots, l’ordre naturel de l’entendement, qui est que la diction regissant soit devant la regit”; *id., ib.:* 126 r e ss.) e outros factos da sintaxe francesa, como o emprego do infinitivo na complementação verbal: as construções *verbo + infinitivo / verbo + à + infinitivo / verbo + de + infinitivo*²⁰ (cf. *id., ib.:* 150r e ss.);

- estuda-se no participio a natureza invariável em género e variável em número da forma verbal²¹, pese embora o gramático admita o já raro acordo de feminino “*Les vertus*

²⁰ Sobre a sintaxe destas construções do francês clássico, numa perspectiva contrastiva com o francês moderno, vd. Fournier, 1998: 64 e ss.

²¹ Estando convencionado atribuir-se à Academia francesa, em sessão de 3 de Junho de 1679, a paternidade da regra da invariabilidade do participio presente (“on ne déclinerait plus les participes actifs”; cf. Brunot, 1922: III, 329), Jean-Pierre Seguin põe em relevo o contributo de gramáticos da primeira metade do século: “La théorie de l’invariabilité du participe présent, quand il n’est pas pur adjectif sans rection verbale, a été suggérée par Maupas (...), précisée par Oudin, imparfaitement

reiglantes de la vie humaine (...) les voluptez corrompantes les bonnes moeurs ...” (mas prefere o emprego das relativas *les vertus qui reiglent, les voluptez qui corrompent*) (*Id., ib.:* 156r); e quanto ao participio passado, a regra de Marot sobre o acordo com o verbo *avoir* manteve-se durante o século XVII “l’*évangélie des nouveaux grammairiens*” (Brunot, 1922: III, 601): diz Charles Maupas que “si le dit participe vient apres son substantif patient, c’est à dire, sur lequel il s’applique & agit, qui luy est rapporté par l’entremise d’un relatif accus. ou d’un pronom accus. prepositif, lors le meilleur est qu’il y conviène en genre & en nombre, autrement le langage seroit fautif & soloccisme” (1607: 157r);

- estudam-se, por fim, com sucessivas remissões para outras partes do discurso, o advérbio, a preposição e a conjunção, segundo critérios semânticos e também sintáticos; dos primeiros saem definições como: “On peut prendre pour adverbes, tous mots qui sans declinaison ou cojugaison adjoints aux verbes participes ou noms adjectifs, servent à emplir, estendre, retraindre ou autrement expliquer & modifier leur signification” (*Id., ib.:* 160v); os segundos cobrem afirmações do tipo “la conjonction *Si*, qui fournit à nostre langue plusieurs usages & à mesure, varie de syntaxe” (*Id., ib.:* 174v), a seguir atestada com as diferentes construções da conjunção.

Não se reduza este sincretismo morfossintático a simples consequência de uma obra de “syntaxe françoise” como é a de Charles Maupas. A *Grammaire françoise* (Paris, 1632), de Antoine Oudin, que confessa a dívida para com o sintaxista Maupas²², dispensa o mesmo tratamento às matérias sintáticas. O índice de matérias desta gramática é uma listagem de cada uma das partes do discurso, desdobradas em diversas categorias (género, número, tempo, voz, etc.), em cujo estudo não cabe distinguir o *De usu* da etimologia do *De constructione* da sintaxe.

Resulta flagrante, neste ponto, a formalização sintática da declinação casual, por força da tipologia nominal das línguas românicas. É verdade que, como aponta Timo Riiho, “el abandono del sistema casual se considera como un paso trascendental hacia la formación de un sistema lingüístico llamado analítico, sustituto del antiguo sistema sintético” (Riiho, 1979: 35). A consciência da deflexionalização nominal implicou mudanças articuladas da análise sintática, também porque assumido que as

formulée par Vaugelas qui s’obstine à ne voir que ‘gérondifs’ invariables et participes variables” (1999: 243).

²² O Autor expõe “Avx cvrievx” os seus intentos: “Mon dessein n’estoit que d’augmenter la Grammaire du sieur Maupas: toute-fois y ayant recogneu force antiquailles à reformer, et beaucoup d’erreurs à

“partezillas”, assim chamado por Nebrija e Gonzalo Correas o trio preposição / conjunção / advérbio, eram os esteios mais seguros do edifício gramatical: “si me alargo en ellos - diz Correas por referência aos advérbios - á sido por descubrir muchas frases i elegancias de nuestra lengua, que destas partezillas se hazen, en que tienen mas dificultad los estranxeros. I lo mesmo será en las conxunziones e interxeziones” (1625: 351). E note-se que a distinção entre o advérbio e a preposição não era líquida. Bem se aperceberam os gramáticos do campo escorregadio que era a sintaxe dos elementos de relação, no seu projecto de uma ‘gramática geral’. Bem intuíram na análise contrastiva das línguas, que as estruturas gramaticais na base do relacionamento sintáctico preposicional e conjuncional eram as de maior especificidade linguística, onde a aprendizagem (e a tradução) maiores dificuldades encontrava²³. Verifica-se que, no caso concreto das preposições, a abordagem sintáctica de Amaro de Roboredo e de Gonzalo Correas atravessa verticalmente toda a gramática, porque sendo por natureza unidades funcionalmente sintácticas, o seu estudo é desdobrado em vários momentos de sincretismo morfossintáctico. Tanto que Gonzalo Correas, chegado ao capítulo “LXXV. Costruzion de la particula”, reconhece o seu esvaziamento de conteúdo: “porque de las particulas queda dicho en sus lugares lo que basta (...), no rresta que dezir aqui cosa de inportanzia” (1625: 373). É significativo também o facto de o gramático português, escritas as primeiras cinquenta páginas que compõem o “Livro primeiro” do *Methodo*, epilogar a matéria nos seguintes cinco pontos normativos da sintaxe tradicional: regras de concordância; factos de regência preposicional; expressão de complementos adverbiais; “conhecimento dos verbos incertos, & certos”, respectivamente os que especificam e dispensam objecto directo; emprego do relativo (cf. Roboredo, 1619: 53). Segue-se daqui a prioridade conferida à análise sintáctica.

Operando ainda os gramáticos com o sistema da declinação casual dos nomes, em virtude da representação paralela das duas línguas (latim e vulgar), a ele sobrepõem, ora a construção de paradigmas sintácticos como “A Fee”, “Da Fee”, “Aa Fee”, “Sem Fee”, etc., para os casos latinos (cf. Roboredo, 1619: 5), ora definições que apenas

reprendre, outre vne confusion de discours repetez, obscurs, et pedantesques, ie me suis resolu de vous en faire vne moderne” (Oudin, 1632: “Avx cvrievx”).

²³ Que “no es posible llegar al conocimiento profundo de una lengua mientras no se adquiera el dominio completo de su sistema preposicional. Y esto no sólo se aplica a quienes aprenden una lengua extranjera, sino también a quienes estudian y usan la propia” escreveu-o García Yebra (1984: 722), na sequência de muitos outros gramáticos, por relação a entropias de vária espécie interferentes no uso e tradução de preposições do espanhol, francês, inglês e alemão. Não é acaso vir esta observação em obra de *Teoría y práctica de la traducción*, onde García Yebra expôs, em capítulo de mais de cem páginas, “Discrepancias en el uso de las preposiciones” entre as quatro línguas referidas.

contemplam a declinação como acidente morfológico das categorias de género e número, substituída, em alguns casos, a noção de declinação pela de variação (cf. Jiménez Patón, 1614: 12r). Amaro de Roboredo, que procede a uma sistemática descritiva comparativa, erige em pilha paradigmas paralelos das declinações dos nomes - cinco declinações latinas a que faz corresponder os três agrupamentos fundamentais do português -, acompanhados pelo emprego do vocábulo num eixo sintagmático virtual (cf. 1619: 2-5):

Nominativo	Alt-us	<i>Quem.</i>	Nominativo	Fid-es	<i>A fee.</i>
Genitivo	Alt-i	<i>De quem.</i>	Genitivo	Fid-ei	<i>Da fee.</i>
Dativo	Alt-o	<i>A quem: Pera quem.</i>	Dativo	Fid-ei	<i>Aa fee, pera a fee.</i>
Accusativo	Alt-um	<i>Quem padece.</i>	Accusativo	Fid-em	<i>a fee recebe.</i>
Vocativo	Alt-e	<i>Quem se chama.</i>	Vocativo	Fid-es	<i>ô fee.</i>
Ablativo	Alt-o	<i>Sem q̃. Com q̃. Em que. Onde. De que. Dõde.</i>	Ablativo	Fid-e	<i>Sem fee, com fee, na fee, da fee.</i>

Na *Grammatica latina*, onde a sintaxe é também tratada em sincretismo com a morfologia, mesmo constituindo uma parte independente da gramática, o Autor usará de um procedimento idêntico para evidenciar a substância gramatical contrastiva das duas línguas (1625: 6):

Vso dos casos.		
Nominat.	Gest-us	<i>O gesto seja modesto.</i>
Genitivo	Gest-us	<i>A modestia do gesto grave.</i>
Dativo	Gest-ui	<i>Ao gesto, pera o gesto serve.</i>
Accusat.	Gest-um	<i>Deixa o gesto; contra gesto.</i>
Vocativo	Gest-us	<i>Oh gesto, se fosses modesto.</i>
Ablativo	Gest-u	<i>Cõ gesto, em gesto, do gesto.</i>

Quanto à *Arte* de Gonzalo Correas, não foge à praxe da “declinazion al modo latino”: el señor/del señor/al señor, para el señor/con el señor, etc.; mas postula também, na própria definição do nome, o papel da preposição em substituição das desinências casuais, delas distinguidas as marcas formais de número e a categoria de género, que o artigo explicitava (1625: 139, 153):

“Nonbre es aquella palavra i boz con que se nonbra cada cosa, i tienne xeneros, articulos, numeros, casos ò diferencia de casos con preposiciones: no tienne declinazion por cadenzias, porque es invariable en castellano; i no se declina como en latin, i griego: solamente tienne dos terminaciones, una para el singular, i otra para el plural: las preposiciones hazen las diferencias de los casos”.

Poucas páginas adiante, adoptando o Autor uma estrutura inteiramente semelhante à da *Grammaire* de Port-Royal, depois do estudo do nome e tratados o género, o artigo e o número, vem um capítulo de “Los casos o diferencias de casos” (cf. “Des cas et des prépositions, en tant qu’il est nécessaire d’en parler pour entendre quelques cas”, em

Arnauld/Lancelot, 1660: 58), onde assomam de novo as relações entre a preposição castelhana e o sistema morfológico das línguas modelo, mas fundamentalmente se documenta em detalhe a distribuição do emprego das preposições. Por discutíveis que sejam hoje as diferenças e afinidades entre casos e preposições (sintetizou-as metodicamente Rubio, 1966: 165-171), o ponto de vista de Gonzalo Correas corresponde a uma *praxis* gramatical que a linguística moderna considera resolvida²⁴. Na descrição do papel atribuído à nova categoria é inequívoco que as relações entre os sistemas casual e preposicional são de identidade (ou apenas afinidade) funcional, à parte diferenças formais e oscilações de interpretação quanto ao respectivo comportamento sintático: “Los griegos i latinos conocen i tienen casos: nosotros no; mas las diferencias de hablar por ellos, si las conozemos: las cuales diferenciamos i hacemos con preposiciones” (Correas, 1625: 147). Nos mesmos termos: “porque no tenemos casos los Españoles, tratara la nuestra [construção] de las preposiciones, pues por ellas conseguimos lo que por los sus casos los latinos” (Villar, 1651: 82). Parafraseando os dois autores: conhecemos e praticamos com outros instrumentos linguísticos as “diferencias de hablar” que no tipo linguístico flexional são expressas fundamentalmente por desinências nominais específicas. Jiménez Patón, que terá sido uma das fontes do mestre de gramática da Universidade de Salamanca, escrevera nas suas *Instituciones* que “El nombre (en lengua española) no se declina por casos sino se varia con preposiciones como *el ombre, del ombre, para el ombre*” (1614: 7r). Não há por que associar os casos, ou melhor, as designações dos casos à expressão de funções, uma vez que eles são entendidos tão-somente como etiquetas, motivadas pela tradição gramatical. Acontece, porém, ser esta motivação tão forte que a concepção da inexistência de casos, segundo a inequívoca asserção de que “Los griegos i latinos conocen i tienen casos: nosotros no”, não obstruiu a que a identidade *patris/du père* ou *patri/au père* (cf. nota 24) sobrelevasse a fixação dos nomes na forma única de acusativo para qualquer função sintática. Donde a análise das preposições no plano do sistema casual. Tal vínculo mantém-no Gonzalo Correas. A sua análise espelha serem

²⁴ Descreveu-a o linguista Viggo Brøndal em *Théorie des prépositions*: “La définition des prépositions comme équivalents de cas s’explique historiquement par l’état de dépendance, très étroite à l’origine, dans laquelle la nouvelle grammaire se trouvait par rapport à l’antiquité. Voyant les cas du latin remplacés par des prépositions: le génitif par le latin vulgaire *de* (...), le datif par *ad*, l’ablatif et le locatif par des mots plus variés, on conclut à l’équivalence, et c’est ainsi que nous trouvons toujours dans les grammaires pratiques *du père* présenté comme un génitif (= *patris*), *au père* comme un datif (= *patri*)” (1940: 10).

consideradas ‘signos de casos’²⁵ as oito preposições que, na relação nominal e na subordinação verbal, servem ao genitivo, acusativo, dativo e ablativo: “*De* es preposizion de genitivo”, “*A* es preposizion de dativo”, “*Para* es preposizion lexítima i propia de dativo”, “*La à* es tanbien preposizion de acusativo”, *con/en/de/por/sin/so* são preposições de ablativo (*Id., ib.:* 148-151). E estão ao serviço dos casos latinos, na medida em que cabe-lhes seleccionar ou indicar um nome não declinado que expressa a mesma circunstância do caso. Substituindo-os, tinham por função distingui-los, quando se sabe que a remodelação tipológica de todo este sistema tornou inútil tal distinção. Prova de que a mantém Gonzalo Correas é o facto de considerar, paralelamente ao paradigma formado por *a, para, de, en, con, por, sin, so*, outro grupo de preposições “si ansi queremos llamarlas” que “se pueden tener por adverbios”, uma vez que não expressam relações marcadas por casos: *a ante, cabe, contra, entre, hasta, hazia, segun, sobre, tras* chama o gramático partículas ou “preposiciones de acusativo, si no las queremos tener por adverbios, como algunas vezes claramente lo son, i lo suelen ser en latin” (*Id., ib.:* 335). Quer dizer que é ainda na base das características morfológicas (desinências) do sistema casual, que Gonzalo Correas estabelece o emprego das preposições, o que não difere muito da relação de regência que Amaro de Roboredo lhes afecta. Para o gramático espanhol “La preposizion es una particula que se pone antes del nonbre para determinar la diferencia de los casos, i sinificar alguna cosa que en ella consiste. Sinifica su nonbre anteposizion, i es palabra latina, adonde *pre* es lo mesmo que *ante* i *antes*, ò *delante*” (Correas, 1625: 334). Consensual a definição etimológica da preposição, que dita a diferença, e logo o confronto, em relação às partículas posposicionadas (os casos latinos, ou mesmo posposições de algumas línguas exóticas), a partir dela pode medir-se o diferencial dos critérios utilizados segundo a ênfase posta no nível morfológico ou sintáctico.

Em Amaro de Roboredo, privilegiada a componente da sintaxe na análise gramatical, prevalece a comum noção da regência prepositiva, que o Autor situa no livro “Da vniversal explicaçam resolvtiva, & compositiva das partes da oração”, a título de regra geral: “Preposição he palavra, que carece de numeros, & rege casos, a que se antepõĩ; & faz composição com outra palavra (...). Em algũas linguas ha tambem

²⁵ É de Pietro Bembo a designação *signi dei casi* que aqui tomamos de empréstimo para referir as unidades a que Gonzalo Correas atribuía a função de assinalar os casos latinos. A doutrina gramatical apresentada pelo humanista italiano em *Prose della volgar lingua* (Veneza, 1525), vai no sentido de distinguir as preposições de ‘signos dos casos’: “il se demande s’il ne vaudrait mieus considérer les

preposições, que regem genitivo, & dativo; como na portuguesa, & grega; mas na latina regem soamente accusativo, & ablativo. Em qualquer lingua he limitado o numero dellas” (1619: 68). A definição vaza-se em observações contrastivas entre o latim e os vernáculos. À luz do sistema latino, onde as partículas adverbiais antepostas a acusativo e ablativo eram um processo auxiliar da declinação, Amaro de Roboredo começou por apresentar, no “Livro primeiro. Da explicação compositiva das partes da oração portuguesa, & latina”, uma lista de preposições (de mistura com advérbios e locuções), divididas pelos mesmos dois casos. Assim (cf. 1619: 10-12):

<i>Preposições de accusativo</i>	<i>Preposições de ablativo</i>	<i>Preposições de accusativo, e ablativo</i>
<i>Para, iunto, atee, com, em, por, contra, aquem de, ao redor, alem de, diante, ...</i>	<i>A, de, desde, sem, com, diante, em presença, segundo, por, atee, ...</i>	<i>Para, contra, em, debaixo, sobre, encima de, ...</i>

A descrição é, neste ponto, decalcada da gramática latina. Ao lado desta lista, está a das respectivas preposições latinas com exemplos de vários usos. Mas no livro dos princípios universais às “linguas vulgares”, por contraste com as “linguas scholasticas” (1619: 64 e ss.), lá vem a definição da preposição a minar o terreno do dativo e genitivo latinos sem preposição, além de mais um traço característico da tipologia das línguas românicas que foi a redistribuição do emprego destas unidades: *de*, por exemplo, com as funções das latinas *de*, *ex*, *ab*, e do caso genitivo, como resulta patente da descrição que o Autor faz dos casos (cf. *infra*). Outras novidades relativamente à matriz de Prisciano, isto é, ao molde dos critérios formal (“pars orationis indeclinabilis”) e sintáctico colocacional (“quae praeponitur aliis partibus vel oppositione vel compositione”), só a de que a preposição rege o caso que precede²⁶ ou, noutra formulação menos latinizante, rege um nome (“Apos do nome se segue a preposição que o modifica, & rege”; Roboredo, 1619: 10). Considerar as preposições regentes de casos cobre os fenómenos admitidos por Gonzalo Correas, porque a regência indica selecção de determinada variação formal (faz-se abstracção das línguas sem flexão casual), mas é sobretudo índice de uma análise virada para a sintaxe e para o que nela será o complemento verbal. A meio do século, na gramática do espanhol Juan Villar, a teoria dos casos é já

particules *di, a, da* comme des ‘signes de cas’ que comme des ‘prépositions’” (Kukenheim, 1923: 108, 140).

²⁶ Dá-se por desconhecido em Prisciano o termo *regere*, que especializava um sentido gramatical não coincidente com os atribuídos a *exigere*, *deservire*, *desiderare*, *determinare* (cf. Chevalier, 1968: 92 e Auroux, 1992: 164-166). Mas na gramática medieval eram usados “the terms *regere* and *velle* to refer to the influence of a verb on the case of its associated nominal expressions, and the term *determinare* to refer to the converse relation holding between a nominal expression and the verb or other word which governs it” (Percival, 1975: 236).

desvalorizada, quer na morfologia, onde casos e declinações só por referência ao latim correm parilhas com a descrição nominal, quer na sua dimensão sintagmática, que se articula agora em torno das possíveis regências preposicionais. Não são estas unitariamente consideradas como função, mas o jesuíta espanhol fez delas descrição acorde com tipos de complementação (Villar, 1651: 82-86):

“siempre que el nombre haze en la oracion officio de persona q̄ posee (...) á de tener la preposicion *de*, como quando dezimos; *esta ley es de Dios: este precepto es de la Iglesia*”;

“Quando el nombre significa, o denota adquisicion; que es lo mesmo que ser la persona a quien viene daño, o provecho, o para quien es la cosa, se le dan las preposiciones *a* o *para* como quando dezimos, *da a Iuan esta carta, esta carta es para Pedro*”;

“Tambien la preposicion *a* se da a la persona que padece, quando es nombre proprio, como quando dezimos, *Francisco ama a Dios y enseña a Iuan*: pero quando es apelativo igualmente suele negarsele ou darsele, si es de persona: como *el maestro enseña los discipulos o a los discipulos*: mas si el apelativo no es de persona, nunca se le debio dar preposicion [aunque algunos se descuidan, y se la dan] por lo qual diremos *leo la leccion, cozgo las flores, no a la leccion, a las flores*”.

Entre nós, e em época anterior, a descrição das realidades gramaticais cobertas pela noção de complemento não atingira ainda tal grau de formalização. Apesar disso, o ponto de vista claramente logicista de uma sintaxe assente na chamada ordem directa dos vocábulos na frase, que caracterizava as construções da regência preposicional - donde definições como “*De, rege genit. quando per ordem direita vai entre dous sustantivos*” (Roboredo, 1619: 47) -, inclina a postular a substituição já consumada da estrutura gramatical sintética da língua latina pelo tipo analítico das línguas onde o relacionamento sintáctico ocorre, entre outros meios, por palavras autónomas, as preposições. Talvez por isso mesmo, porque o termo ‘caso’, agora mais operatório do que consequente do ponto de vista gramatical, se esvaziou de conteúdo, substituído pela noção de sintagma locucional, se verifique a necessidade de os gramáticos explicarem miudamente, ademais do nome, o que é cada caso. Fê-lo Amaro de Roboredo segundo o viés das regências. No livro dedicado às categorias universais, o cabimento que, a esse título, nele têm os casos nominativo, vocativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo, decorre do facto de a distinção dos respectivos regimes actualizar normas sobre a ordem das palavras e o emprego das preposições, as quais, pela própria descrição contrastiva entre “*linguas scholasticas*” e “*linguas vulgares*”, mostram serem processos sintácticos gerais de funcionamento das línguas. A exposição segue-se ordenada por pontos, em número de seis (Roboredo, 1619: 73-75):

“1. O nominativo he principio de oração, o qual todo o verbo pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora ...”;

- “2. O genitivo na lingua portuguesa, & noutras vulgares, sempre he regido da preposição De, expressa ...”;
- “3. O dativo na latina sempre se rege per modo de aquisição (...). Nas outras linguas se rege o dativo ou de modo de aquisição, ou de preposições ...”;
- “4. Qualquer verbo activo pode reger depois de si accusativo, ou o regem as preposições de accusativo (...). Nas linguas scholasticas os verbos activos incertos stando na voz passiva tomaõ para seu nominativo, o mesmo accusativo, que tinham na activa ...”;
- “5. O vocativo he sômente para chamar, ou mostrar a cousa a que a practica se endereça ...”;
- “6. O ablativo sempre se rege de preposição expressa, ou entendida de fora; mas per figura ellipse muito elegantemente se cala a preposição em algũas linguas; & sem figura na latina se houvêra a preposição de antepor ao tempo, modo, instrumento, preço, louvor, vituperio, parte do animo, ou corpo, causa ...”.

De igual forma, a descrição feita por Gonzalo Correas no já referido capítulo de “Los casos o diferencias de casos” (cf. 1625: 147-152) apresenta uma focagem sob os mesmos dois ângulos: ordem dos vocábulos e uso das preposições. Registrar tais processos no quadro descritivo do sistema casual constitui um progresso assinalável em relação ao empirismo sintáctico das gramáticas renascentistas, ainda latente o problema da declinação casual dos nomes nas línguas vulgares (cf. Buescu, 1984^b: 163 e ss.), e uma aproximação das concepções de Antoine Arnauld e Claude Lancelot sobre o valor relacional da preposição: “les cas et les prépositions avaient été inventés pour le même usage, qui est de marquer les rapports que les choses ont les unes aux autres” (Arnauld/Lancelot, 1660: 102-103). É uma das ilações que fazem os autores da gramática de Port-Royal, ao passarem em revista os casos latinos, para cada um aludindo à respectiva construção românica, no capítulo “Des cas et des prépositions, en tant qu’il est nécessaire d’en parler pour entendre quelques cas” (*Id., ib.*: 58-64). A ilação logrou uma formulação definitiva a meio do século seguinte, de intensa actividade no âmbito da gramática geral, com as “Remarques” de Charles Pinot Duclos à *Grammaire générale et raisonnée*:

“Les cas sont nécessaires dans les langues *transpositives*, où les inversions sont très-fréquentes, telles que la grecque et la latine. Il faut absolument, dans ces inversions, que les noms qui expriment les mêmes idées (...) aient des terminaisons différentes, pour faire connaître au lecteur et à l’auditeur les différents rapports sous lesquels l’objet est envisagé. Le français et les langues qui, dans leur construction, suivent l’ordre analytique, n’ont pas besoin de cas” (“Remarques”, Arnauld/Lancelot, 1660: 65).

Nestas línguas, “les rapports sont marqués par des prépositions, ou par la place du mot”, dissera linhas acima (*Id., ib.*: 64)²⁷. Ainda longe destas sínteses conglutinadoras de

²⁷ Data de 1754 a edição da *Grammaire générale et raisonnée* com as *Remarques* do membro da Academia francesa Charles Duclos, que tomou por base o texto da 2ª edição (1664). No assunto em apreço, a ‘remarque’ de Duclos não era original. Já três anos antes, o inglês James Harris explicitara, na sua célebre gramática universal, que “les langues modernes (...) n’ont point en effet de cas; mais elles y

teoria, que só têm par na gramática portuguesa de finais do século XVIII²⁸, mas inteiramente consentânea com as observações de Duclos, é a concepção sintáctica, expressa pelo Autor do *Methodo grammatical para todas as lingvas*, de que “a composição das partes da oração, começa per nominativo, e consta de concordia antes da palavra, de regencia depois da palavra regente, e do sitio dellas”, considerada a regência ao nível estrito das construções preposicionais (Roboredo, 1619: 47). Em conformidade, vêm as explicações pautadas por normas de colocação sintáctica das unidades:

“*Quando a preposição, De, rege genitivo não lhe respõde a latina cõ letra algũa (...). Tambem esta preposição rege genit. depois destes adiectivos cõmum, proprio e outros: e depois de algũs verbos q̄ vão nas frases (...). Esta preposição, A, rege dativo, depois destes adjectivos, commum, proprio, e dos que significão, conveniencia, inconveniencia, dano, proveito (...). Esta preposição, Pera, rege dativo antepondose a pessoas, e quando se vsa depois dos adjectivos, e verbos*” (*Id., ib.:* 48-49).

O emprego de uma preposição na cadeia linear do discurso exigia, por força dessa mesma ordem directa ou natural, a actualização de determinado caso ou palavra de categoria diversa.

Operar com a noção de palavra ou mesmo nome é já um tergiversar da alçada formal e latinizante, que afectava os casos a um número restrito de categorias gramaticais. Por outro lado - e aqui está o fulcro da reconversão gramatical -, conceber a regência em termos da sequência *preposição + palavra*, neutralizada a noção de caso, contribuiu para evidenciar a autonomia do sintagma a partir da natureza centrífuga da partícula sobre a qual recaía a marca da subordinação ao verbo ou ao nome. Ao mesmo tempo, a valorização do complemento é correlata da pouca atenção prestada ao valor relacional da preposição. O estudo do sintagma autónomo *preposição + nome* centralizado na natureza do seu núcleo, é o melhor indicador de que os factos de regência eram tidos mais como caracteres positivos do que como relações. Recorrendo às representações gráficas de Bernard Pottier (cf. 1962: 128), na combinação A- R- B

supplément par deux moyens: ou par la place qu’elles font occuper aux mots, ou par des prépositions” (1751: 259).

²⁸ A atenção que aqui nos merece a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (Lisboa, 1770), de António José dos Reis Lobato, fica-se pelo teor de certas notas de rodapé, que, do ponto de vista do enquadramento teórico da gramática portuguesa, valem por muitas páginas de análise gramatical marcadamente latinizante. Vejam-se, por exemplo, as notas que acompanham o estudo do nome, nas lições I, II e III (Lobato, 1770: 12 e ss.). Na *Gramática filosófica da lingua portugueza* (Lisboa, 1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, encontram-se também conceptualizações inovadoras sobre o comportamento das preposições, nos capítulos relativos aos “Adjuntos ao agente, ou nominativo”, da 1ª parte da gramática, e aos “Adjuntos do accionado, paciente, ou caso”, da 3ª parte, não obstante o Autor secundarizar as classes chamadas “syncategorémas” (1783: 60), à maneira dos lógicos.



(“dormir *dans* le jardin”), a relação R-B ganhou um estatuto autónomo frente à relação sintáctica A-R, não obstante a consciência, que se detecta nos exemplos atrás citados de Amaro de Roboredo, de ser A o elemento seleccionador pela preposição. Daqui à concepção do papel relacional da preposição entre os dois elementos A e B não vai grande distância, mas o salto qualitativo só o concretizarão os autores da *Grammaire générale et raisonnée*, com a definição “marquer les rapports que les choses ont les unes aux autres” (Arnauld/Lancelot, 1660: 103). Pese embora o gramático espanhol Juan Villar recorra ao termo “relacion” para definir o paradigma das preposições (cf. 1651: 55), afigura-se que o valor gramatical de tal conceito, que hoje constitui o fulcro de modernas teorias sobre a preposição²⁹, só avançou a fundo com o magistério de Port-Royal. No entretanto, os gramáticos concentraram a atenção na unidade do sintagma formado por *preposição + regência*, definindo as condições de emprego das preposições relativamente às unidades regidas e menos, como se disse, o papel que lhes cabia na indicação do elo subordinativo. Ainda que nem sempre concordes quanto à natureza dos elementos regidos por preposição, se só palavras com flexão casual (substantivos, adjectivos), ou todas as classes de palavras, inclusive estruturas sintagmáticas, nem haja normalmente referência explícita ao assunto, a exemplificação a que recorrem os gramáticos fornece dados de análise. Nas abonações que apresenta Gonzalo Correas para o “uso de las preposiciones”, os elementos regidos aparecem actualizados por substantivo (*el libro de Pedro, vengo de la plaza, persighió à su enemigo, está con sus amigos, en verano, por el camino*), adjectivo (*vestir de azul, andar de negro*), infinitivo (*para comer, para guardar, por venir à valer, por alcanzar onra*), preposição (ou complemento preposicional) e advérbio (ou complemento adverbial): “Para se pone antes de otras preposiciones: *para conmigo, para con él, para en medio, para por la mañana*, i con adverbios: *para quando venga, para nunca bolver, para quando aguardais*; lo mesmo que *à quando, hasta*³⁰ *quando aguardais*” (cf. 1625: 148-151).

²⁹ É a visão portroyalina que Viggo Brøndal toma à conta de princípio geral do funcionamento das preposições: “Pour ce qui est de la classe comme telle, elle semble suffisamment définie si on dit qu’elle exprime la relation en général; à l’intérieur de ce cadre, il faudra donc définir chaque préposition particulière comme la somme de relations spéciales” (1940: 11).

³⁰ *Hasta* é preposição incluída no grupo das que não distinguem casos e apresentam regime opcional, que o mesmo é dizer, pertencem ao paradigma das preposições se seleccionam acusativo, ablativo ou genitivo, e, porque o regime é possível, mas não obrigatório, podem comportar-se como advérbios. Chama-lhes o Autor preposições “ausolutas i sueltas, que no determinan claramente caso zierto, mas no inpede nada esta su indeterminazion al sentido de la orazion (...), i ansi se pueden tener por adverbios” (Correas, 1625: 335). Alarcos Llorach distingue as funções preposicional e adverbial de *hasta*, comparando os seguintes enunciados: *Subieron hasta la cima / Hasta subieron a la cima* e, com o pronome oblíquo antecedido de

A especificidade do quadro apresentado denuncia já a cobertura de fenómenos gramaticais inerentes ao funcionamento do sistema preposicional nas línguas vulgares, a começar pelo tipo de unidades regidas, não exclusivamente formas mínimas, mas também sintagmas de natureza diversa. Se os casos afectam apenas sintagmas nominais, que podem comportar adjectivos, as preposições regem, além destes, sintagmas preposicionais (*para con él, para en medio, para por la mañana*) e verbais (*por venir à valer, por alcanzar onra, para nunca bolver*³¹, *para quando venga, para quando aguardais*). Por outro lado, face às três clássicas regências casuais - o acusativo regido pelo verbo em virtude da sua transitividade, o genitivo pelo nome e o ablativo por preposição -, nota-se, em primeiro lugar, que, para o genitivo, o Autor, e bem assim todos os gramáticos da época, segue não só o modelo latino, empregando *de* na relação nominal, isto é, na subordinação de um substantivo a outro (*el libro de Pedro*), senão que também aplica de muito o seu uso na complementação verbal, com o valor de ablativo (*vengo de la plaza*). Juan Villar fixa mesmo a regra: “Tambien se da la preposicion *de* a el lugar donde venimos, como *vengo de Roma*” (1651: 83). Ora, relacionar o ablativo com a complementação verbal em termos de “contiguidade externa”, entendendo-se, com Lisardo Rubio, que todo o ablativo situa a acção verbal por referência a elementos exteriores à acção em si mesma (cf. Rubio, 1966: 156), foi o ângulo de análise privilegiado pelos gramáticos na caracterização das preposições. Quer dizer: o ablativo é o *casus praepositionis* por excelência, pois “no puede estar sin una dellas [preposições *con, en, de, por, sin, so*], porque en ellas se conoze ser ablativo” (Correas, 1625: 150); e as preposições regem palavras que designam várias circunstâncias de um processo ou estado, não havendo dúvidas sobre a sua eficácia em marcar tipos de relação que o falante pretenda exprimir. Estão debuxadas as grandes linhas donde emergirá, na época da revolucionária *Encyclopédie* (Paris, 1751-1780), de Denis Diderot, o quadro teórico da noção de complemento circunstancial, as mais das vezes prepositivo, devida a um dos partidários da doutrina portroyalina, o religioso Gabriel Girard (1677-1784) (sobre esta paternidade, vd. Chevalier, 1968: 611, 681)³².

preposição, *Llegaron hasta mí, La petición llegará hasta ti / Hasta yo me asusté, Hasta tú te convencerás* (1994: 219).

³¹ Analogamente à análise sintáctica do português, a actual gramaticografia espanhola classifica estes sintagmas em orações de infinitivo introduzidas por preposição, as quais nem sempre se podem desdobrar em “proposiciones sustantivas de verbo personal introducidas por *que*” (Alcina Franch/Manuel Blecua, 1994: 744-747).

³² A função adverbial preenchida pelo complemento circunstancial foi assinalada por G. Girard na obra *Les vrais principes de la langue française – la parole réduite en méthode conformément aux lois de*

No contexto das inovações sobre a teoria dos complementos que Du Marsais, primeiro, e depois Nicolas Beauzée puseram em marcha na *Encyclopédie*³³, doravante ocupando aquela teoria o lugar da sintaxe do regime, a designação “circunstancial” (aplicada ao advérbio e ao complemento preposicional), que era antiga, “reprend de la vigueur dès le moment où l’analyse des contenus devient prédominante” (*Id., ib.:* 611). Uma vez definido o adjectivo *circonstanciel* como “les mots [ordinairement des adverbes, des prépositions avec leurs compléments, etc.] qui [dans la construction d’une phrase] marquent les circonstances, les modifications différentes qui peuvent plus ou moins influencer sur la signification du verbe” (Du Marsais/Beauzée, 1782-1786: I, 398), a análise do conteúdo impôs-se para distinguir as circunstâncias da complementação verbal, que respondiam aos *loci* da retórica clássica *quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando*³⁴. Dos elementos gramaticais encontrados por este método das perguntas, procede a própria noção de complemento, aplicável à relação *sujeito-predicado*. É de Nicolas Beauzée a observação, que fez história no pensamento gramatical, de que “On doit regarder comme *complément* d’un mot, ce qu’on ajoûte à ce mot pour en déterminer la signification, de quelque manière que ce puisse être” (1782-1786: I, 441). Excluído o *quis*, que representa o autor da acção (*locus a persona*), os restantes símbolos do hexâmetro operam na classificação dos complementos verbais: a *quid* aplica-se a complementação em geral, ligada ao verbo directamente e por intermédio da preposição; as restantes questões reenviam para os *locus a loco, locus ab instrumento, locus a causa, locus a modo, locus a tempore*.

Esta análise gramatical das determinações adverbiais encontrou condições para medrar na focagem da preposição pelo lado dos valores semânticos feita na gramática

l’usage, saída em 1747, por alturas da laboração na *Encyclopédie* e da exploração das análises de Port-Royal: “[Les fonctions] constatent les parties qui peuvent être admises dans la structure de la phrase, pour en faire le tableau de la pensée. Je trouve qu’il faut d’abord un sujet et une attribution à ce sujet; sans cela on ne dit rien. Je vois ensuite que l’attribution peut avoir, outre son sujet, un objet, un terme, une circonstance modificative, une liaison avec une autre, et de plus un accompagnement étranger ajouté comme un hors-d’oeuvre, simplement pour servir d’appui à quelqu’une de ces choses ou pour exprimer un mouvement de sensibilité occasionné dans l’ame de celui qui parle” (*apud* Chevalier, 1968: 681).

³³ Da dirigida por Diderot e d’Alembert, *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Paris, 1751-1780), saiu a versão *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature* (Paris, 1782-1786), síntese em três volumes das “deux parties des connaissances humaines, unies par un principe commun, qui est l’art du langage” (*Avertissement*). Foi seu responsável Beauzée, que juntou a inovações teóricas a reformulação de muitos artigos da primogénita *Encyclopédie*. Assim aconteceu com o artigo *Complément*, sucedâneo do dedicado a *Régime*.

³⁴ Veja-se, na *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature* (Paris, 1782-1786), a entrada *circonstances*: “On appelle ainsi un *lieu commun* des plus féconds; les rhéteurs l’expriment par ce vers technique: *Quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando*. Ce qui comprend la *personne*, la *chose*, le *lieu*, les *moyens*, les *motifs*, la *manière*, & le *temps*”. O assunto é retomado no artigo *Complément*.

do século precedente. O enfoque aí registado põe de manifesto mais uma constante das definições da preposição, a sua capacidade significativa, que virá a ser o epicentro de todas as discussões sobre a sistematização da classe. Sobre ser invariável e *prepositiva* ao seu regime, acumulando-se ainda a estas a mais esporádica característica relacional, ela funciona também no plano de noções categóricas (modo, causa, direcção, proveniência, etc.), onde alguns dos nossos gramáticos se perderam com análises atomizadoras. Sendo o critério de análise puramente semântico, não se estranham as demoradas descrições da multiplicidade de sentidos atinentes a cada uma das preposições, inclusive latinas:

“*Con* significa instrumento, i modo con que algo se haze (...); tambien aiuntamiento i compañia (...). *En* significa lugar en que ò adonde algo está ò se pone, ò mete, i tiempo (...). *Por* significa causa i fin porque algo se haze (...). Significa tambien medio, personas, i terzeros (...). Significa ansimesmo lugar por donde se va, ò se viene, ò se anda (...). *Sin* significa privazion i falta, ...” (Correas, 1625: 150-151),

“No modo, instrumento, & pena se entende, *Cum*. No louvor, vituperio, ornamento, crime, pena, & medida: *De, Ex, E*. No preço, & peso, se entende, *Pro, Prae*. Na parte do animo, ou corpo, & lugar onde, se entende, *In*. No lugar, donde se entende, *Ab, A, Ex, De*. Na materia, & composição se entende *Ex, E, De, ...*” (Roboredo, 1619: 75).

Diferente é o painel apresentado na gramática de Port-Royal. Os efeitos de sentido que descrevem os Autores acima citados, são sistematizados em traços nocionais básicos, mais próximos dos valores linguísticos que opõem as unidades do paradigma na expressão de tipos de relação. Por exemplo (cf. Arnauld/Lancelot, 1660: 103):

de lieu, de situation, d'ordre	}	chez	<i>Il est chez moi.</i>
		dans	<i>Il est dans Paris.</i>
		en	<i>Il est en Italie.</i>
		à	<i>Il est à Rome.</i>
		hors	<i>Cette maison est hors de la ville.</i>
		sur (sus)	<i>Il est sur la mer.</i>
		sous	<i>Tout ce qui est sous le ciel.</i>
		devant	<i>Un tel marchait devant le roi.</i>
		après	<i>Un tel marchait après le roi.</i>
du temps	}	avant	<i>Avant la geurre</i>
		pendant	<i>Pendant la guerre</i>
		depuis	<i>Depuis la guerre</i>
de la cause	}	(efficiente) par	<i>Maison bâtie par un architecte.</i>
		(matérielle) de	<i>de pierre ou de brique.</i>
		(finale) pour	<i>pour y loger.</i>

Levados pelo aspecto semântico, os gramáticos igualaram também sintacticamente estes conjuntos de *preposição + nome*, considerando-os regimes verbais de ablativo ou, na tradição posterior à *Encyclopédie*, *complementos circunstanciais*,

cuja lista, como adverte Nicolas Beauzée, nunca é senão exemplificativa (“Il ne faut pas douter qu’une métaphysique pointilleuse ne trouvât encore d’autres compléments [circonstanciels], qu’elle désignerait par d’autres dénominations”; 1782-1786: I, 443). De uma maneira ou de outra, caracterizados tais conjuntos em termos sintáticos de adjuntos circunstanciais ou adverbiais, temos criado o caldo em que nasceu e progrediu a confusão sintática dos complementos preposicionais. As preposições acompanhadas do seu regime são expressão de ablativo ou complementos circunstanciais; estes complementos, que designam circunstâncias verbais de tempo, lugar, modo, etc., são equivalentes a expressões adverbiais. Ao nível sintático, o raciocínio só não é silogístico, porque a inferência mediata destas duas premissas não tem o carácter conclusivo de que as preposições introduzam, sempre e em todos os contextos, expansões adverbiais marginais ao verbo, isto é, fora do âmbito da sua regência. Tenha-se presente que a equivalência semântica *advérbio* = *preposição* + *substantivo* é sempre possível, mas que a inversa não vale incondicionalmente do ponto de vista sintático. Será necessário esperar pelos gramáticos da *Encyclopédie* para ver tal facto reconhecido, conquanto não inteiramente discutido. Nicolas Beauzée distinguiu dois tipos de complementos, consoante as unidades determinadas tenham uma “signification générale”, caso em que “exigent nécessairement un *complément*, dès qu’il faut assigner quelque degré déterminé”, ou tenham uma “singification relative à un terme quelconque” e então “exigent de même un *complément*, dès qu’il faut déterminer l’idée générale de la relation par celle d’un terme conséquent” (1782-1786: I, 441 e ss.). No respeitante à complementação verbal, a exemplificação é elucidativa. Na primeira categoria:

“*on aime* simplement & sans détermination de degré; *on aime peu*, *on aime beaucoup*, *on aime ardemment*, *on aime plus* ou *moins* ou *aussi sincèrement qu’un autre*, *on aime en apparence*, *on aime avec une constance que rien ne peut altérer*; voilà autant de manières de déterminer le degré de signification du verbe *aimer*, & conséquemment autant de *compléments* de ce verbe”.

Na categoria dos “verbes relatifs”:

“*aimer Dieu*, *craindre sa justice*, *aller à la ville*, *revenir de l’armée*, *passer par le jardin*, *ressembler à un autre*, *se repentir de sa faute*, *commencer à écrire*, *désirer d’être riche*, &c: quand on dit, *donner quelque chose à quelqu’un*, *recevoir un présent de son ami*, les verbes *donner* & *recevoir* ont chacun deux compléments déterminatifs de l’idée de la relation qu’ils expriment”.

A distinção dos dois grupos reflecte o problema crónico da delimitação de fronteiras entre aqueles adjuntos adverbiais que são ‘termos acessórios’ e os considerados ‘termos integrantes’, que a gramática normativa sempre hesitou em classificar de forma

inequívoca, chamando-lhes “complemento terminativo”³⁵ ou, mais recentemente, “complemento relativo” (cf. Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 419, 436). Que a forma de alguns circunstanciais, preenchidos por advérbio (*on aime beaucoup*) ou sintagma preposicional (*on aime en apparence*), não é determinada pela regência verbal prova-o o seu enquadramento na categoria de verbos usados intransitivamente (*on aime*). E prova de que há complementos preposicionais exigidos pela regência do verbo (*aller à la ville*), é o seu enquadramento sintáctico paralelo ao objecto de *aimer Dieu* ou *craindre sa justice*. Encontrada a ponta do fio condutor da pesquisa, o Autor não logra, porém, deslindar conseqüentemente a questão, já que acaba por cair na polaridade entre complementos circunstanciais e complementos de objecto. Da parte dos gramáticos seiscentistas, o mesmo problema dos complementos preposicionais, longe do nível explicativo e taxionómico, deparou-se no campo da análise descritiva. É o que se regista na descrição de Gonzalo Correas do “uso de las preposiciones”. Nela sobressaem duas diferentes estratégias de exemplificação, que não são arbitrárias do ponto de vista da regência verbal. Ora o Autor, frente a determinados valores linguísticos (“tempo”, “fim” e “lugar”, no caso concreto), abona usos de sintagmas autónomos como *de noche, para comer, en verano, por la calle*, cuja escolha é independente de qualquer núcleo verbal; ora recorre a sintagmas que, porque lhes atribui uma função específica decorrente, se não da natureza gramatical do verbo, certamente da sua natureza semântica, actualiza nos enunciados *di al mozo el libro, mató à su padre, voi para el rrio, viene de Indias* (cf. Correas, 1625: 148-151).

Concorrendo ambos os tipos, sintagmas autónomos e enunciados, para ilustrar o uso preposicional, a escolha de uns e de outros não pode ter-se por gratuita, quando o conceito de recção como forma de relação entre o verbo e os complementos, um dos mais sistemáticos assuntos dos compêndios de gramática, suscitava da parte dos autores grande minúcia e preocupação de normalização no estabelecimento de paradigmas

³⁵ Assim designa o gramático Bento José de Oliveira a “palavra ou oração que, por meio das preposições convenientes se juncta a verbos, adjectivos, substantivos e adverbios de significação relativa, para servir de termo d’essa relação. Ex.: Entregar-se *ao* estudo. – Habilita-se *para* o magistério. – Metter-se *em* casa. – Situado *na* praia. – Trocar ouro *por* prata. – Desistir *do* intento. – Concordar *com* seus collegas. – Rebellar-se *contra* a patria. ...” (1864: 97). Mas a designação não é pacífica, como pode ver-se na seguinte observação de Augusto Epifânio da Silva Dias: “Rejeitamos a classificação vulgar dos complementos em *restrictivos, terminativos, objectivos, e circumstanciaes* [é classificação de Jerónimo Soares Barbosa, 1807: 396 e ss.]. Effectivamente todo o complemento de uma expressão genérica é, pela natureza das cousas, uma restricção, uma limitação da generalidade da ideia representada pela expressão completada. Se, por exemplo, em – observancia da lei – *da lei* é uma restricção em relação a *observancia*, egualmente o é em relação a *observante* na expressão – observante da lei – e em relação a *observar* na expressão – observar a lei. Pela mesma razão todo o complemento de uma expressão generica é terminativo ou limitativo, que tanto vale, da generalidade da expressão completada” (1870: 95, n.1).

distintos de verbos, segundo o seu regime: directos, indirectos, verbos com genitivo, ablativo (veja-se a gramática de Antoine Oudin, 1632 [1640]: 229 e ss.). Na exemplificação de Gonzalo Correas, enquanto os sintagmas do 1º grupo, *de noche, para comer, en verano, por la calle*, distinguidos entre si não por qualquer específica função gramatical, mas pela sua índole semântica, configuram o tipo de complementação circunstancial situada à margem da regência verbal, já a restante descrição de sintagmas preposicionais integra-a o Autor no quadro frásico do verbo: *à su padre*, forma do acusativo preposicionado, que nenhum gramático espanhol passou em branco³⁶, caracteriza o objecto de um verbo para o qual se estipulava uma predicação incompleta; *al mozo* preenche o lugar de dativo, previsto pelo uso típico de um verbo trivalente (sobre *dar* nas formulações da moderna gramática de dependências, vd. Vilela, 1992: 157 e ss.); *para el rrio* e *de Indias* constituem complementos da mesma natureza dos sintagmas do 1º grupo, com a diferença de que aparecem no âmbito da regência de verbos cujo valor prototípico comporta a expressão de um locativo (sobre a sintaxe de *ir* e *vir*, vd. Vilela, 1992: 185 e ss.). Não se pretende evidentemente deferir a chancela da transitividade verbal aos complementos *para el rrio* e *de Indias*, que, segundo as actuais orientações teóricas, ou são classificados como complementos relativos (cf. Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 419-421), ou como adverbiais exigidos pela valência do lexema verbal (cf. Vilela, 1995: 274). Mas a circunstância de já terem sido ensaiadas aproximações entre estes verbos específicos e os transitivos (cf. Vilela, 1992: 183), além de outras razões de ordem sintáctica, atesta o facto conhecido de que a relação semântica (e sintáctica) de *agente-paciente* configurada *a priori* para o objecto dito ‘directo’, está longe de realizar todas as construções possíveis da transitividade. Sabe-se, por outro lado, quão equívocas são as distinções dos complementos devidas à ausência / presença de preposição na ligação directa / indirecta ao verbo, porque não existe relação unívoca nem entre objecto directo e ligação directa, nem entre adjunto adverbial e ligação indirecta. Perceberam-no alguns dos gramáticos em apreço, levando-

³⁶ Tem o facto fácil explicação no predomínio dessa construção, comum ao português, durante os séculos XVI e XVII (cf. Lapesa, 1964: 77), relativamente à ocorrência da variante contextual de acusativo simples. Eis a interpretação de Gonzalo Correas: “ponese [preposição *a*] para demostrar i señalar mas espresamente la persona i cosa à quien pasa el verbo: *mató à su padre* ò *persighió à su enemigo*, *libertó à su patria*; sin à tambien dezimos, *venzió la batalla*, *descubrió las Indias*; con à o sin à, *venzió à los enemigos*, *venzió los enemigos*, *prendió à los capitanes*, *prendió los capitanes*. Distinghiráse i conozéráse ser acusativo en que puede faltar del la *à*, i en que se pone con la cosa i persona à quien pasa, i en que carga la sinificazion i transizion del verbo” (1625: 149). A necessidade de esclarecer o modo de identificar este acusativo preposicional é consequência directa de, em geral, se encontrarem as duas variantes de acusativo em distribuição complementar, por um lado, e, por outro, de haver, neste caso, identidade formal com o objecto indirecto.

o em conta se não na definição da transitividade, pelo menos nos exemplos apresentados. Leiam-se Amaro de Roboredo e Gonzalo Correas, na linha do qual se posiciona Juan Villar³⁷:

“Dos verbos activos, hũs traspasão sua actividade em varios accusativos, dos quaes, se se não declarar algum, logo a significação destes verbos suspende a orelha, ou o entendimento, como hũa oração imperfeita: exemplos saõ, *Amo, Movo, Defendo*, etc. porque importa acrescentar a cousa, que amo, a cousa que movo, a que defendo. Estes verbos se podem chamar activos incertos, ou varios. Outros infundem sua actividade em hum soo accusativo tam certo, que dentro de si o incluem. Donde ainda que o tal accusativo se não declare, não suspende a orelha, ou entendimento sua significação: porque he facil de entender seu accusativo: como, *Curro, Vivo*, etc. pois sta claro, que o que se corre he a carreira; o que se vive, a vida. Porem se quisermos declarar o accusativo qualificado com adjectivo bem o admite a orelha: como, *Brevem currimus cursum: Miseram vivimus vitam*. Estes verbos, que muitos chamão neutros, se podem dizer activos certos, por amor da certeza de seu accusativo” (Roboredo, 1619: 69).

“Los verbos en quanto el modo de sinificar son en dos maneras, unos que pasan en otra cosa, I se llaman transitivos, ò pasadores, ò pasadizos, I sirven como de puente para pasar la azion de la la persona que haze al acusativo de la cosa que se dize, i llama persona que padece. Io llamaria à estes verbos de media è inperfeta sinificazion, porque no hazen orazion cunplida hasta que se dize el acusativo, ò el caso que los acaba de determinar, como *io amo las virtudes, io escribo los libros, mando à mis criados, sirvo à mi señor, acuerdome de mi padre*. Si dixera solamente *amo, acuerdome*, sin añedir mas, no cunplia con la rrazon, i quedara poco informado el oiente hasta acabarla. Otros verbos no pasan en otra cosa, porque en si contiene todo lo que se quiere dezir, i los llaman ausolutos ò neutros; io los llamara verbos de entera i cunplida sinificazion, como diziendo: *io bivo, io muero, io duermo, io descanso, io me acuesto, io madrugo, io rreposito, io entro, io salgo, io subo, io baxo*, aunque tambien estos suelen à vezes hazerse transitivos, como *io bivo vida trabaxada, tu duermes sueño pesado*. Ansi que muchos de ellos hazen à dos manos, como *io siento el dolor* es transitivo, mas diziendo *io me siento, tu te sientes, aquel se siente de fulano*, está ausoluto; i ansi *io buelbo los oxos* es transitivo, *io buelbo aca* ausoluto; *io ando el camino, io no ando*” (Correas, 1625: 370).

Ultrapassado o critério formal da classificação dos verbos (a voz como acidente do verbo que opunha as terminações activas *-o* às passivas *-or* do latim) e secundarizado o critério lógico/semântico da significação ‘activa’ (verbos activos são os que “sinifican hazer alguna cosa”, diz Gonzalo Correas; cf. a última nota), os gramáticos

³⁷ As fontes de que os dois gramáticos se serviram foram as mesmas, Nebrija e, mais para o primeiro, Francisco Sanchez. Não diverge, por isso, a ideia de que todos os verbos são activos, posto que se classifiquem em classes consoante as respectivas construções. Para Gonzalo Correas: “Los verbos de la lengua kastellana, ò española todos son de un xenero, activos, que sinifican hazer alguna cosa”, dividindo-os em: a) “activos que pasan en la cosa que dizen, i declaran como *leo los libros, oigo las liziones, pido merzed*” e b) “activos ausolutos, i cunplidos, que en latin llaman neutros, porque ni bien son activos, ni pasivos, que ni hazen, ni padezen, los quales no pasan en otra cosa, antes en si mesmos se queda, i cunple su sinificazion entera, i llena como *duermo, velo, despierto, huelgo, rrio, bivo, nazco, muero*” (1625: 244). Juan Villar expressa concepção idêntica: “no ay verbo algun, q̄ puesto en la oraciõ, no denote acciõ, todos será activos: portãto no ay para que dividir a el verbo en activo y neutro; o otra qualquiera especie q̄ se distinga cõtra el verbo activo. Lo qual aun tiene mas fuerça en nuestra lengua Española, pues en ella no solamente a los activos, q̄ llaman *cognata significationis* se da acusativo, sino tãbien a el verbo sustãtivo, i a otro qualquiera neutro” (1651: 27).

comprometeram-se sobretudo com empregos sintácticos e menos com o estabelecimento de paradigmas verbais pertencentes ao sistema da língua. O padrão que o gramático português teve presente chama-se Francisco Sanchez. A doutrina expendida tem a sua matriz no passo da *Minerva* “Activa omnia vel in varios transire accusativos; ut, *facere verba, fidem, finem*: vel in unicum tantum, id est, in suum; ut, *vivere vitam; mori mortem; egere egestatem; furere furorem*” (Sanchez, 1587: 288), agora repensado dentro de outras condições de funcionamento sintáctico. Construções tais *vivere vitam, servire servitatem*, que ilustram o fenómeno gramatical chamado *objecto interno* ou *figura etymologia*, adequam-se ao princípio do objecto subentendido ou da expressão pleonástica (*vivere vitam beatam*), mas adaptam-se mal à concepção dicotómica dos géneros verbais *activo/neutro*. O facto foi sentido na *Grammaire* de Port-Royal: “dans toutes les langues nouvelles, on évite, comme une faute, de joindre le nom à son verbe, et l’on ne dit pas, par exemple, *combattre un grand combat*” (Arnauld/Lancelot, 1660: 130)³⁸. Escusado seria, portanto, manter o conceito de objecto interno quando as relações frásicas com verbos como *dîner, souper* (*Id., ib.*: 131) não eram mais do que predicativas. Para o gramático português, é pelo lado da significação que vêm actualizadas as características distintivas de verbos transitivos / verbos neutros. O recurso insistente à oposição entre ‘verbos que suspendem a orelha com a significação’ e ‘verbos que não suspendem a orelha com a significação, porque encerram o acusativo’ (cf. Roboredo, 1619: 50, 204) acaba por operacionalizar mais a transitividade do que a herança de Francisco Sanchez. Sendo todos os verbos activos (cf. nota 37), segundo o princípio de que significam ‘acção’, a sua transitividade decorre do comportamento sintáctico: são “activos incertos” (ou transitivos) os verbos que “traspasão sua actividade”, como *amar, mover, depender*; são “activos certos” (neutros ou intransitivos), como *correr e viver*, aqueles cuja sintaxe dispensa a expressão do objecto que lhes é interno. Em Gonzalo Correas o assunto não difere em termos de concepção, senão de terminologia. Os verbos activos, pelo seu significado, podem ser, pelo seu

³⁸ Otto Jespersen retoma o assunto: “Nous pouvons maintenant aborder avec une vision plus claire le phénomène grammatical que l’on nomme parfois ‘objet interne’. Nous ne pouvons pas l’expliquer entièrement à partir d’exemples comme *I dreamed a dream*, ‘J’ai rêvé un rêve’, (...) ou *servitatem servire*, ‘subir l’esclavage’, car il s’agit là de combinaisons qui sont pour le moins extrêmement rares dans la langue parlée, pour la simple raison que la présence de l’objet est inepte et n’ajoute rien à ce qu’exprime le verbe. Ce que l’on rencontre effectivement est du type des exemples suivants: *I would faine dye a dry death* ‘J’aimerais mieux mourir d’une mort sèche’ (Shakespeare); *I never saw a man die a violent death* ‘Je n’ai jamais vu mourir un homme de mort violente’ (Ruskin); (...). Ces exemples montrent clairement que le substantif nexal n’est introduit que pour permettre la mention d’un trait descriptif sous la forme d’un adjectif qu’il serait difficile ou même impossible d’ajouter au verbe sous la forme d’un élément de rang 3 [forma de “subjoint”]” (1924: 186-187).

comportamento sintáctico, “transitivos, ò pasadores, ò pasadizos” e “ausolutos ò neutros”. Note-se que, no lugar da concepção primitiva e semântica de ‘verbo activo’, com que operam estes gramáticos, Jiménez Patón e já Nebrija haviam actualizado a noção sintáctica de transitividade. Diz Patón que são neutros os verbos “que no dicen transicion como *Viuo, Duermo, Ando*. Los actiuos los que la dicen, como *Leo, Amo, Escribo*. Aunque *Viuo* algunas veces se hace actiuo, como *Viuo vida triste*” (1614: 19v)³⁹.

Há, porém, algo de comum a todas as doutrinas, algo que, depois de uma longa tradição modelar, constitui um dos sinais do tempo marcado pela disciplina gramatical dos vernáculos: a concepção de que não existem categorias paradigmáticas de verbos activos (aqueles cuja acção transitava para um nome acusativo) e neutros (os que constituíam a *oratio perfecta*)⁴⁰ definidas a partir da regência sintagmática, porquanto as estruturas sintácticas de uns e de outros podem coincidir, desde que o valor lexical do verbo o permita. Uma vez apresentados os tipos de verbos, todos os gramáticos chegavam ao mesmo ponto, que “no es inconueniente vn verbo ser de dos generos por diferentes vsos, ò en diferentes tiempos, ò en diferentes tierras, como este verbo *Entrar* en España siempre auia sido neutro y ya muchas veces le hacen actiuo diciendo *entra ese recado, entra esas cosas*” (Patón, 1614: 19v; cf. também Villar, 1651: 27). O mesmo é dizer que *activo* e *neutro* não servem para caracterizar subclasses paradigmáticas de verbos, mas tão-somente analisar os seus usos discursivos. O facto é

³⁹ Coteje-se com estes textos citados o seguinte do gramático andaluz: “Los verbos personales, o pasan en otra cosa, o no pasan. Los que pasan en otra cosa, llaman se transitivos, como diciendo: *io amo a Dios, amo* es verbo transitivo, por que su significación passa en *Dios*. Los que no pasan en otra cosa, llámanse absolutos, como diciendo: *io bivo, bivo* es verbo absoluto, por que su significación no passa en otra cosa. Los que pasan en otra cosa, o pasan en el segundo caso, cuales son éstos: *recuerdo me de ti, olvido me de Dios; maravillo me de tus obras; gozo me de tus cosas; carezco de libros; uso de los bienes*. Otros pasan en dativo, ...” (Nebrija, 1989: 219). Entre Nebrija e os seus conterrâneos da centúria seguinte, talvez seja Cristóbal de Villalón o depositário mais fiel das concepções dos gramáticos latinos (vd. Villalón, 1558: 39-44; sobre os tipos de verbos em Prisciano, vd. Chevalier, 1968: 35 e ss.).

⁴⁰ Quanto à terceira categoria dos *genera verbi* da gramática latina, a dos verbos passivos, construídos com o verbo substantivo *ser*, aparece sempre em seu lugar uma reflexão sintáctica: “La lengua castellana no tiene en sus verbos pasiva, i ansi todos sus verbos son activos, como la tiene la latina, i griega, i la hebrea i otras, con que dicen lo contrario, i al revves de la activa: pero suplela con rrodeo del verbo *ser, soi, eres, i de aver, é, as, i los partizipios de pasado, i hecho, ò pasivos de cada verbo*” (Correas, 1625: 240). Em Amaro de Roboredo, o mesmo assunto é tratado em diversos momentos. Assim ao descrever as partes da oração do português e do latim (livro I da 1ª parte), e quando entra na exposição das características universais das línguas vulgares (livro III da 1ª parte) lá vem a observação contrastiva com as “linguas scholasticas”: “Nas linguas scholasticas divide-se o verbo em activo, & passivo. Activo he o verbo que de si lança actividade para algum accusativo: como, *Amo literas: Ars imitatur naturam*. Passivo he o verbo, que não tem actividade algũa: antes padece o nominativo, que concorda com elle; como, *literae amantur*. Nas linguas vulgares, de que temos noticia, não ha verbos passivos: mas ha participios passivos, com os quaes, & com o verbo sustãtivo *sum*, se suprem as vozes passivas; como em português *Amado*, ajuntase ao verbo, *sou, assi; sou amado; fui amado: serei amado*” (1619: 13, 69).

amplamente reconhecido e registam-no todos os gramáticos desde o início do século. Charles Maupas documenta-o com o exemplo “*Le soleil mollit la cire, et durcit la fange. La cire mollit, ou s’amollit au soleil. Et la fange y durcit, ou s’y endurecit*”, depois de afirmar que “nous avons bon nombre de verbes qui nous servent d’actifs transitifs, reciproques, & neutres de sens, selon la diverse conjugaison & syntaxe que l’on leur applique” (1607: 127v-128v). Entenderam os gramáticos que, porque os verbos “hazen à dos manos”, a transitividade é um facto do discurso, da fala, não do sistema, sendo a dicotomia da distinção formal mantida pela norma. Até aqui não se detectam linhas de fractura e mais não se adiantará no aprofundamento dos chamados ‘géneros’ de verbos (uma síntese do assunto para os gramáticos espanhóis poderá ler-se em Gómez Asencio, 1985: 131 e ss.).

Onde há algo a indagar, sem o dogmatismo, porém, de critérios de certeza, é na confusão de níveis de análise, enredadas considerações formais e semânticas, pois as definições apresentadas tropeçam com as dificuldades inerentes ao facto de a regência dos verbos ser governada pelos traços semânticos destes. Está evidentemente muito certa a noção de que a semântica dita a regência, não fosse o caso de se considerar depois o valor lexical como suporte de funções gramaticais. Se nada, a não ser o semantismo do verbo, “el modo de sinificar”, recorrendo de novo ao texto de Gonzalo Correas, impede a realização transitiva de um verbo tido por neutro e vice-versa, então o critério da norma linguística é de natureza semântico-referencial. A questão colocava-se em termos nocionais, de obrigatoriedade de um caso oblíquo, o acusativo normalmente, para concretizar o significado de um verbo transitivo, sempre mais abstracto que o intransitivo. A *Grammaire générale et raisonnée* difunde o conceito de acção que ‘tombe sur un sujet ou un objet différent de celui qui agit’ (cf. Arnauld/Lancelot, 1660: 128-131), diferença formalmente assinalada pela posição e deduzida das figuras conceptuais *agente + acção + paciente*. Em lugar de ‘acusativo’, aparecem então as designações sinónimas de ‘sujeito’ (tomado no sentido etimológico de *subjectus*) e ‘objecto’ para o complemento directo. Mesmo sem exprimir uma função determinada, mas assinalando apenas um tipo de relação, conforme entende Jean-Claude Chevalier a noção de objecto (cf. 1968: 521), reservam-na os Autores da *Grammaire* para a articulação gramatical do verbo com o “terme où passe son action”, vale dizer, relação frásica objectiva distinta da que ocorre entre o verbo e o dativo, “cas d’attribution, à laquelle l’action du verbe avait rapport” (Arnauld/Lancelot, 1660: 159). Aos dois complementos, a *Encyclopédie* chamará, respectivamente, “complément objectif

primitif”, “celui qui est immédiat & sans préposition”, e “complément objectif secondaire”, “celui qui est amené par une préposition”, ambos actualizados em *donner l’aumone à un pauvre* (Du Marsais/Beauzée, 1782-1786: I, 443). Ora, quando se vincula o complemento objecto ao carácter semanticamente ‘incompleto’ de um verbo transitivo, ou à predicação ‘incompleta’, o que vai dar ao mesmo, dificilmente se evita a circularidade das caracterizações nocionais onde o objecto é definido pela transitividade verbal e esta pela complementação de um objecto. A montante desta armadilha, cai-se na inconsequência de postular uma predicação ‘incompleta’ no quadro estrito da regência directa, sem se reconhecerem outros complementos nocionalmente directos, isto é, o facto de o valor nocional atribuído ao objecto directo valer igualmente para outros complementos além dos passíveis de pronominalização e conversão passiva⁴¹. A visão mais comum é a que perpassa no texto citado de Amaro de Roboredo sobre a construção activa, sintetizada no preceito nº 8 do capítulo “Das regras que o principiante deve guardar, para compor sem solecismo”, a saber, “Não uses de verbo, cuja significação não meças primeiro pela orelha, se a suspende, para lhe assinares seu accusativo: & se a não suspende de ordinario traz preposição da lingua materna depois de si, que te mostrará o caso de que has de usar” (1619: 78). A regra convém do ponto de vista pedagógico, pela arrumação, a um lado, do complemento de acusativo, a outro, dos introduzidos por preposição, mas não procede, porquanto claudica ante usos que o próprio Gonzalo Correias descreve. E não são excepcionais usos como *acuerdome de mi*

⁴¹ As objecções que Epifânio da Silva Dias levanta às caracterizações semânticas e formais do complemento directo têm todo o fundamento, mas a alternativa proposta - o recurso ao dicionário para descobrir relações etimológicas - também não convence de que haja nesse processo grande capacidade operatória. Acompanhando a história da língua, documenta-se que os verbos mudam de uso (cf. relativamente ao século XVII, “verbes transitifs directs devenus intransitifs”, “verbes transitifs directs devenus transitifs indirects”, “transitifs indirects devenus transitifs directs”, etc., em Spillebout, 1985: 255 e ss.). Além do mais, aquele procedimento inscreve-se numa perspectiva diacrónica, de que metodologicamente é possível abstrair quando se observa a dinâmica do funcionamento sintáctico. Diz o gramático, na sua primeira gramática do português, que “Só consultando os dicionarios é que se pode saber se um verbo é transitivo ou intransitivo, e, no primeiro caso, se tem complemento directo. É também só pelo dicionario que se pode conhecer o modo de usar os complementos especiaes tanto dos verbos transitivos como dos intransitivos”, acrescentando em nota: “As regras que se costumam estabelecer para que, dado um verbo, se conheça se é intransitivo ou transitivo e, n’este caso, se tem complemento directo, ou são simples puerilidades, como a que manda fazer perguntas ao verbo, ou são apenas uma substituição da dificuldade, como a que diz que um verbo tem complemento directo, quando se pode mudar para a passiva. Estabelecer regras baseadas na significação, é impossível. Com effeito, qualquer pensamento, para se exprimir, é revestido pela imaginação d’uma forma sensível. Diz-se v. g.: *cahir em erro* como se diz: *cahir n’um abysmo*. A imagem, a metaphora é, não como rhetoricos superficiaes dizem, um mero adorno da linguagem, mas sim a propria condição da manifestação do pensamento. (...) Ora podendo uma mesma concepção ser representada por variadas imagens, e dependendo primitivamente da natureza da imagem a syntaxe do verbo, segue-se que olhando simplesmente á significação de um verbo, não se lhe pode determinar a syntaxe. (...) Vê-se, pois, que

padre, que o gramático espanhol põe ao lado de *io amo las virtudes* ou *mando à mis criados* para ilustrar o comportamento dos chamados “verbos transitivos, ò pasadores, ò pasadizos”, concluindo “Si dixera solamente *amo*, *acuerdome*, sin añadir mas, no cunplia con la rrazon, i quedara poco informado el oiente hasta acabarla” (1625: 370). A questão é ainda de definição (ou indefinição) da predicação ‘incompleta’ ou ‘semanticamente plena’, questão que, a atermo-nos ao plano lexical, se mantém em aberto mesmo recorrendo a um critério linguístico formal como é o do ‘apagamento das expansões’ (cf. Mounin, 1984: 36), para identificar o carácter de marginalidade e de independência do predicado, tal o concebido por André Martinet no plano gramatical⁴².

Mas ao contrário do registado em Amaro de Roboredo, a concepção do gramático espanhol resolve os casos, que qualquer análise casuística da língua atesta, de realizações de genitivo e ablativo com o mesmo enquadramento sintáctico do acusativo. Note-se que no texto de Gonzalo Correas acima citado, o conceito de “verbos de media è imperfeta sinificazion, porque no hazen orazion cunplida hasta que se dize el acusativo, ò el caso que los acaba de determinar” (1625: 370) contempla isso mesmo, isto é, admite o emprego de sintagmas preposicionais para completar a predicação. Uma análise consequente a esta equidade de casos (de alguns casos, bem entendido) configura o tipo de complemento que diversos linguistas espanhóis têm designado por “suplemento” (cf. Alarcos Llorach, 1970: 156 e ss.) ou “objeto preposicional” (Alarcos Llorach, 1994: 283 e ss.), no quadro de uma conceptualização que arranca da transitividade verbal para lograr redimensionar o painel dos complementos preposicionais. Coincidências formais como *Hablan de música* e *Hablan de memoria* não devem fazer supor, segundo Alarcos Llorach, a identidade funcional dos complementos, que se distinguem sintacticamente pelo facto de o primeiro cumprir “respecto del núcleo de la oración una relación semántica análoga a la del objeto direto”, enquanto o segundo, porque comuta com uma escolha adverbial (*Hablan así*), entre outras razões, apresenta o comportamento próprio dos adjuntos adverbiais (Alarcos Llorach, 1994: 283-284). A concepção, sobre ser uma forma de distinguir os complementos tradicionalmente arrumados no grupo dos complementos circunstanciais,

com razão dizemos que é necesario recorrer ao diccionario para saber a syntaxe especial de cada verbo” (1870: 137-138).

⁴² É à luz dos dois planos de análise, lexical e gramatical, que se resolve a aparente contradição da sintaxe de orientação funcionalista entre o carácter independente do predicado - “le noyau à partir duquel l’expansion peut se produire (...), l’élément irréductible d’un énoncé” (Martinet, 1965: 230-231) - e a classificação do objecto directo e do indirecto como funções específicas (cf. Martinet, 1985: 182-183).

põe de manifesto o fenómeno da ‘transitividade preposicional’ que Cano Aguilar (1987: 359 e ss.), na mesma linha teórica de Alarcos, formulou de modo coerente, para as construções onde a preposição indica, não tanto o valor adverbial da(s) unidade(s) por si regida(s), mas uma relação sintáctica com o verbo idêntica à que o acusativo marca enquanto índice morfológico da relação *verbo-objecto*⁴³. Nestes termos, a relação funcional da transitividade verbal repartir-se-ia entre a construção ‘directa’ e a ‘preposicional’, aquela em que o verbo exige preposição para reger um objecto nocionalmente directo, diferenciadas as duas construções mais formal do que sintacticamente. Do grupo das unidades que realizam estas estruturas transitivas preposicionais no espanhol, Cano Aguilar menciona *a, de, en* e *con*, na actual sincronia (cf. 1987: 368), mas só *de* é destacada pelo gramático seiscentista: “Algunos de los [verbos] que pasan en otra cosa quieren genitivo, como son estos: *Acuerdome de ti, olvidaste de mi, marauillome de tus obras, gozome de tus cosas, gozo de mis biens*” (Correas, 1625: 371).

Em abono desta interpretação de uma transitividade preposicional, que extravasa o quadro dos casos tipificados de objecto directo preposicionado (cf. Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 418-419), urge deduzir algumas razões formais, que se avenham com a convicção de que “la relación significativa entre verbo y complemento [preposicional] parece idéntica a la existente entre los verbos transitivos y sus objetos” (Cano Aguilar, 1987: 359). A propósito do complemento relativo, a sua identidade funcional com o complemento directo, que lhes atribui Evanildo Bechara com base no argumento de que ambos são “termos funcionais argumentais do predicado complexo”, explica, para o mesmo linguista, quer a frequente impossibilidade de ‘co-presença’ dos dois complementos com o mesmo verbo, quer a alternância de construções como *ajudar a missa/ajudar à missa, presidir a sessão/presidir à sessão*⁴⁴, *satisfazer o pedido/satisfazer ao pedido* (1961 [ed. de 1999]: 420). Ora, se o critério dos “termos argumentais” (cf. *id., ib.*: 412) não pode ser senão subsidiário da concepção de uma

Admitindo-se esta especificidade, deverá entender-se, na mesma linha de análise, que ambos os complementos são uma determinação não obrigatória do predicado.

⁴³ O conceito de uma transitividade indirecta remonta ao estudo de Andreas Blinkenberg, *Le problème de la transivité en français moderne* (Copenhague, 1960). Logo nas primeiras páginas, o Autor situa o problema: “Que l’objet soit relié directement au mot transitif ou que la transition se fasse au moyen d’une préposition à sens plus ou moins réduit, dans les deux cas nous avons les mêmes forces en jeu, les mêmes groupements de termes interdépendants” (1960: 20).

⁴⁴ A visão aqui apresentada distancia-se da expressa em *Lições de português pela análise sintática*, onde os complementos de “Tu presidiste a reunião” e “Tu presidiste à reunião”, são classificados em objecto directo e objecto indirecto, respectivamente (Bechara, 1960: 60).

transitividade preposicional, pela mesma razão que se deu ao objecto directo o carácter de determinante não obrigatório do verbo, já os outros factos relevados são suficientes para justificar a interpretação de alguns dos chamados complementos relativos como objectos preposicionados, com o estatuto próprio do objecto directo. À possibilidade de alternarem os complementos, alie-se o princípio da idêntica relação significativa, formulado por Cano Aguilar, fazendo valer o facto de produzir-se uma diferença na expressão incapaz de afectar o conteúdo a ponto de o perceberem os utentes da língua em situações correntes de comunicação⁴⁵. É certo que, quanto aos exemplos apresentados, a construção de *ajudar* oscila entre o acusativo e o dativo desde o latim (cf. *adjutare aliquem* e *adjutare alicui*), e o mesmo vale para *presidir*, *satisfazer* e tantos outros verbos que admitem as formas pronominais de cada um dos casos. Tal não objecta, porém, a que, em determinados contextos, seja actualizado um objecto preposicionado com características de acusativo e dativo, servindo-lhe também de caução o facto de tais verbos, como *ajudar* e *presidir*, dificilmente admitirem a co-presença desses mesmos complementos de causativo e dativo (*ajuda-o* e *ajuda-lhe*, mas não **ajuda-lho*; *preside-o* e *preside-lhe*, mas não **preside-lho*). Deste modo, um primeiro argumento linguístico formal aduzido a favor da identidade funcional das construções transitivas directa e preposicional é a quase nula frequência de coexistirem os dois complementos como determinantes do mesmo verbo. Segue-se a este o argumento de poderem alternar entre si, mantendo-se o valor linguístico, nos termos em que Vaugelas descreve os regimes de *échapper*: “Ce verbe a trois régimes différents pour une même signification, on dit *échapper d’un grand danger*, et *échapper un grand danger*, qui est plus élégant que d’autre, et l’on dit aussi *échapper aux ennemis*, *échapper aux embûches*, qui est encore une fort belle façon de parler” (1647: 196). Recorrendo ao exemplo de Gonzalo Correas, notar-se-ia que, na sincronia do espanhol clássico, a escolha de *acordarse algo* e *acordarse de algo* não tinha implicações axiológicas. Desde a época medieval, onde estão atestadas as duas construções *me non acuerdo el nombre* e *me acuerdo de aquel tiempo*, “el significado básico de este verbo [*acordarse*] ante nombre com DE o sin preposición es el de ‘recordar’” (Serradilla Castaño, 1996: 18). Outro tanto registou Rufino J. Cuervo, no *Diccionario de*

⁴⁵ É isso mesmo visível nos dicionários de regências. Consulte-se, por exemplo, o *Dicionário de verbos e regimes*, de Francisco Fernandes: sobre *ajudar*, diz o Autor que “Pode dizer-se AJUDAR alguém A FAZER ALGUMA COISA, ou AJUDAR a alguém A FAZER ALGUMA COISA”, sempre com o significado “Prestar ajuda a, auxiliar”; para *presidir* atesta emprego “*Transitivo* – Dirigir como presidente” e “*Relativo* – PRESIDIR a,

construcción y régimen de la lengua castellana, sobre os regimes dos pares *abdicó el imperio* (ou *abdicar mi corona en mi heredero*) e *abdicó de los principios, abjuró la herejía* (ou *abjuraba sus errores*) e *abjure de la maldita secta poética* (ou *sin abjurar de sus creencias*), sem repercussões no plano do conteúdo (Cuervo, 1886: I, 43-44). Passe-se para o português. Variantes sintácticas análogas têm por si escritores de maior autoridade:

- registam-se as construções de acusativo e logo, *arrancando a espada, esgrime com ella* (P^o. Manuel Bernardes), e *tirando a espada manda que cortem cabeças* (P^o. António Vieira), a par do uso da preposição *de* com o nome complemento, *não puxando da sua espada, senão da de seu amo morto* (P^o. Manuel Bernardes), *E logo, tirando de huma faca ... foi descobrindo terra* (P^o. Manuel Bernardes) (cf. Ali, 1921: 165-166);

- “há manifesta identidade de sentido” (*Id., ib.:* 170) entre *hũu dia aquelle asno o encontrou no caminho* (*Livro de Esopo*) e a construção preposicionada *hũa vez hũu asno encontrou com hũu porco montez* (*Livro de Esopo*), e *tomando eu nas mãos o livro do mais diligente, abri e o primeiro passo com que encontrei foy este* (P^o. António Vieira);

- “data de longe a dicção *cumprir com* (...), alternando com frases onde o mesmo verbo aparece sem a partícula” (*Id., ib.:* 170), como *Não via o modo de cumprir com essa obrigação* (P^o. Manuel Bernardes), *Como quem tinha cumprido com seu officio* (P^o. António Vieira), *cumprir com a minha obrigação* (Alexandre Herculano), *Costumo cumprir as minhas promessas* (Alexandre Herculano);

- o verbo *apontar* (“mostrar com o dedo”) “usa-se acompanhado de nome, algumas vêzes directamente, mas em geral mediante a preposição *para*” (*Id., ib.:* 171), assim *E apontando para a Africa, para a Asia* (P^o. António Vieira), *apontando para os enfermos* (P^o. Manuel Bernardes), *apontou el-rei um que era rebellão* (P^o. Manuel Bernardes);

- a par da construção de acusativo do verbo *dar*, na acepção de “bater”, Manuel Said Ali documenta esse mesmo sentido enunciado por intermédio da preposição *de*, em dois grandes mestres da língua, P^o. António Vieira, *Estimulando minha própria carne, se rebella contra mim, e me dá de bofetadas* e D. Francisco Manuel de Melo, *Dando-lhe de punhaladas* (*Id., ib.:* 206-207).

dirigir como presidente”; quanto a *satisfazer*, admite no seu uso transitivo o mesmo significado “Agradar, contentar” que atribui a empregos relativos como “SATISFAZER a todos o seu modo de proceder”.

Ainda que Said Ali distinga o objecto directo da expressão preposicionada que denomina “objecto indirecto circunstancial”, dada “alguma semelhança com as circunstâncias expressas pelos advérbios” (*Id., ib.:* 165), as diferenças formais que atesta, reconhecendo em algumas a identidade significativa, não parece serem pertinentes na estrutura do sistema sintáctico. Enquanto foi praticada a alternância das construções *arrancar a espada/arrancar da espada, cumprir a promessa/cumprir com a promessa, dar bofetadas/dar de bofetadas*, etc., pouco importa se relevante ou não na actual sincronia, é legítimo considerar que constituíam variantes sintácticas da realização transitiva, num caso objecto directo, noutro objecto preposicionado que nada tem da natureza dos circunstanciais. Repare-se na diferença entre *tirou da espada* e *tirou de rompante, cumpriu com a palavra* e *cumpriu com desdém, deu de bofetadas* e *deu de graça*. A aplicar-se um dos critérios que Alarcos Llorach utiliza para distinguir estes complementos, ver-se-ia que eles não se excluem mutuamente - *tirou da espada de rompante, cumpriu com a palavra com desdém* -, o que prova a diferença da sua natureza funcional (cf. Alarcos Llorach, 1994: 284). Acresce que tem-se vindo a considerar a possibilidade de o objecto preposicionado comutar com o directo, constituindo ambos variantes livres de um mesmo esquema sintáctico. Espera-se de variantes a alternância da expressão sem implicações axiológicas, o que sucede nos casos apresentados e vale sempre que as escolhas de uma ou outra construções são meramente estilísticas. Talvez assim se resolvam muitos dos embaraços da análise sintáctica, decorrentes de se instar numa classificação formal de complementos que não encaixam no cânone gramatical da ligação directa/indirecta ao verbo. O nosso gramático Francisco Júlio Martins Sequeira apercebeu-se da situação ao incluir, no âmbito das excepções à regra do objecto directo, algumas chamadas “dições idiomáticas”, cujo objecto se liga indirectamente ao verbo, como “*Chamou pela criada; Arrancam das espadas de aço fino; Esperar por alguém, Pegar no lápis; Crer em Deus; Cumprir com o seu dever; Puxei-lhe pelo casaco*” (Sequeira, 1938: 249)⁴⁶. A haver idiotismo nestas formas de dizer, o processo de formação subjacente prende-se com o emprego das preposições *por, de, em, com*, em relação às quais impõe-se a sua valoração ao nível do significado, mas também a consciência sintáctica de que os contextos onde ocorrem

⁴⁶ Admite-se excluir do âmbito do comportamento descrito o enunciado *Puxei-lhe pelo casaco*, em se considerando a natureza adverbial do complemento *pelo casaco*, como fez Mário Vilela em relação a *agarrar pelos cabelos, levar pela mão*: ‘a preposição introduz nome designativo de instrumento’ (1995: 276). Mas atendendo a que *lhe* tem valor de dativo ético (cf. Gutiérrez Ordóñez, 1997^a: 141-174; do

correspondem exactamente à definição de objecto da gramática tradicional ('pessoa ou coisa sobre que recai a acção verbal'). Por isso, facilmente alternam com a sua ausência nos mesmos contextos, sendo a natureza sintáctica dos complementos a mesma se preenchida com sintagma substantival ou pronome: *chamar a criada, chamá-la; arrancam as espadas, arrancam-nas; esperar alguém, esperá-lo; crer Deus, crê-lo*⁴⁷; *cumprir o dever, cumpri-lo*⁴⁸.

Não se queira, porém, deduzir da identidade funcional a perda do conteúdo significativo da preposição, que Cano Aguilar inflige à "transitividad de régimen preposicional": "el criterio fundamental para se hablar de transitividad (...) es que la preposición no tenga ningún significado propio" e mais adiante repete, em versão algo modificada agora pelo realce da noção de prejuízo em vez da de perda, que ocorre "transferencia del valor semántico de la preposición al verbo: la preposición se reduce a zero, y el verbo toma nuevamente um carácter 'incompleto', lo cual está en la base de la transitividad" (1987: 360, 362)⁴⁹. Mas notar-se-á que, no exemplo *dar de bofetadas* de Said Ali, detectou muito bem o filólogo brasileiro ser o emprego de *de* relevante para acentuar o sentido instrumental que o valor linguístico de *dar* permite actualizar; *apontar para* destaca a especificidade sémica de direcção, que distingue *para* de outras preposições de movimento; em *pegar no lápis* a preposição indica a mudança de situação subjacente ao sentido "agarrar" do verbo *pegar*; e outros mais sentidos menciona Evanildo Bechara para o chamado *posvérbio* na terminologia gramatical brasileira. isto é, preposição que, depois de certos verbos, "mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses mesmos verbos" (1961: 419). Se se admitisse, com o gramático F. J. Martins Sequeira, que

mesmo Autor, cf. Bosque Muñoz/Demonte Barreto, 1999: 1855 e ss.), o complemento *pelo casaco* evidencia comportamento de acusativo.

⁴⁷ Por rara que seja esta construção, face à do acusativo preposicionado *crer a Deus*, autoriza-a o P.^o António Vieira, na célebre distinção que fez entre *crer em Cristo* e *crer a Cristo*, jogando com o valor das preposições: "Cristo não se queixa de não crerem n'Ele: queixa-se de O não crerem a Ele. (...) crer em Cristo é crer n'Ele; crer a Cristo é crê-Lo a Ele. (...) Eram já seus discípulos, porque criam a sua doutrina; mas ainda não criam n'Ele, porque não conheciam a sua divindade. Criam-No a Ele, mas não criam n'Ele: criam-No a Ele como Mestre; mas não criam n'Ele como Deus" (Vieira, 1679-1748: IV, 122-124).

⁴⁸ Exclui-se desta operação de comutação *Pegar no lápis*, porque o sentido 'agarrar, segurar' do verbo *pegar* exige construção com a preposição *em*, pronominalizável por *lhe* (*pegar-lhe, pegar nele*). Leia-se de Epifânio da Silva Dias: "Em algumas locuções que se constroem com *em* (v. g.: *dar uma bofetada*, etc., *em alguém*) substitue-se sempre a preposição acompanhada de um pron. pessoal pelas formas do compl. indirecto dos pron. pessoais (v. g.: *dei-lhe uma bofetada*). Outro tanto acontece com os verbos intransitivos *mexer, bolir, pegar, tocar*" (Dias, A., 1918: 116). E já na *Grammatica portuguesa elementar* enunciara a mesma regra (cf. 1876: 101).

⁴⁹ O Autor segue neste ponto Andreas Blinkenberg, para quem *de*, à "et éventuellement d'autres prépositions, tendent vers la valeur sémantique zéro, c'est-à-dire vers la simple fonction d'un terme de liaison à l'usage de la transitivité" (1960: 20).

frases como “Arrancam das espadas” e “Cumprir com o seu dever” são idiomáticas, seria legítimo considerar que não diferem destes os significados de *arrancam as espadas* e *cumprir o seu dever*, a não ser por matizes de sentido que, do foro dos idiotismos, a semântica linguística tem dificuldades em explicar. De forma mais simples, e uma vez assente que “pour les prépositions, même les plus abstraites (...), on peut poser comme une loi qu’elles ont toujours une définition [no sentido de significação] tout à fait précise” (Brøndal, 1940: 22), dir-se-ia que, sendo a preposição dependente de determinada aceção verbal, ocorre transferência (em vez de perda) de alguns dos seus traços de significado para o verbo, sem implicações, porém, no valor linguístico desta unidade. O que se verifica normalmente é que às questões de índole semântica sobrepõe-se a natureza transitiva da relação sintáctica. Assim, ao invés das descrições do tipo “*De (...)* significa i declara el dueño cuio es algo (...); significa tambien modo i tiempo” (Correas, 1625: 148), é a predicação ‘incompleta’ que prende a atenção de Gonzalo Correas quando a preposição introduz um complemento nocional directo, não cabendo caracterizá-la do ponto de vista dos valores que cobre, senão atribui-lhe a função de marca formal de uma recção transitiva. Estando em causa factos que relevavam da economia do sistema das preposições, isto é, aquilo que, aos olhos de Antoine Arnauld e Claude Lancelot constituía uma pecha maior no racionalismo gramatical - “qu’un rapport ne fût marqué que par une préposition, et qu’une même préposition ne marquât qu’un seul rapport” (1660: 104) -, então, sim, eram privilegiados o valor da preposição e a natureza semântica da relação por ela estabelecida. Em contextos funcionalmente idênticos, as possíveis escolhas paradigmáticas de *de*, *a*, *em*, *por*, etc., para exprimir uma ou mais relações, são evidentes da oposição existente entre os respectivos valores linguísticos. A mesma investigadora do espanhol medieval que acima citámos a propósito da alternância *acordarse algo/acordarse de algo*, atesta também que em *acordarse en* (do enunciado “Todos cuantos allí eran *se acordaron en aquel consejo*”), *acordarse a* (do enunciado “E ellos *se acordaron á este consejo todos*”), e *acordarse con* (de “mio Çid Roy Diaz *con los sos se acordando*”), “las alternancias de valores siguen presentes incluso en textos tardíos” (Serradilla Castaño, 1996: 18), donde se imponha considerar a actualização do significado da preposição e bem assim de certos traços do seu significado que passam para o valor lexical do verbo.

Mas a tendência para marginalizar os efeitos significativos da preposição, ou mesmo considerá-la desprovida de valor nos casos de transitividade, é também muito

comum nos verbos ditos prepositivos, como *carecer de*, *depende de*, assim chamados pela sua natureza sintemática, pela unidade semântica do complexo *verbo + preposição*, à parte a contiguidade e a ordem fixa dos seus elementos (cf. “Assim que robustecem, já têm brios de seu, já *do* homem não *carecem*”, Fernandes, 1941: 136). Embora não haja indícios, nas gramáticas em estudo, de que tais complexos fossem distinguidos das ocorrências onde a preposição depende da valência verbal, trazem-se à colação para se sugerir, não sem reservas face à codificação gramatical, um segundo tipo de transitividade preposicional, aquele em que se faria depender o complemento (com estatuto de directo) da escolha única do sintema *verbo + preposição*, já que a preposição não é objecto de escolha independente da do verbo. O caso é diferente do acima apresentado. Ali, cabe observar o segundo princípio que serve de base à “transitividad de régimen preposicional” de Cano Aguilar, nomeadamente “se crea una cohesión entre los en principio autónomos verbo y sintagma preposicional” (1987: 362), sendo que este pode comutar com outros complementos preposicionais, a que será concomitante a mudança de função; mas nos casos do tipo *carecer de polidas razões* (Fernandes, 1941: 136), a preposição está implicada na escolha do verbo e acompanha-o no desempenho da função predicativa, em consequência do que o comportamento sintáctico do complemento *polidas razones* coincide com o dos objectos directos. A concepção aqui presente é parte do edifício teórico avançado por Jorge Morais Barbosa ao considerar que a preposição é “parte do próprio verbo” e “os complementos em causa terão o estatuto próprio do complemento directo” (1998: 249) em verbos sintemáticos do tipo *queixar-se de*, *arrepender-se de*, que, salvo na variante de uso intransitivo *queixar-se*, *arrepender-se*, são formados por monemas conjuntos cuja unidade não permite comutar *de* com outras escolhas do paradigma. À luz desta interpretação, os verbos prepositivos, resultado de uma escolha única, seriam portanto determinados pela função sintáctica de objecto directo, e a esse favor joga o uso plenamente transitivo de alguns deles nas construções em que, seguidos de infinitivo, a preposição passa a facultativa: *carecer de razones polidas*, se o verbo é determinado nominalmente⁵⁰, e *carece (de) ser apoiado*, *carece (de) duplicar*, tendo por complemento um verbo no infinitivo.

Sobre o problema do regime e das suas marcas governadas pelo semantismo do verbo, a pesquisa é menos consequente nas gramáticas de Charles Maupas e Antoine

⁵⁰ Winfried Busse regista, neste mesmo contexto, “*Carece (de) uma explicação o prisioneiro ter sido condenado à pena máxima estipulada para esse delito; Carece (de) explicação que ela não tenha aceite a nossa proposta*” (1994: 97).

Oudin, em parte porque a matéria escapa a discussões de maior no capítulo do verbo, enquanto, por outro lado, é sujeita a uma descrição casuística que não tem a contrapartida metodológica de teorização de dados. Ao contrário de Gonzalo Correias, que teve na mira o estudo da complementação ao visar a oposição entre verbos activos e verbos neutros, os dois franceses ficaram pela fase do inventário das construções verbais em genitivo, ablativo e dativo. O refundidor da *Syntaxe* de Maupas fez apriorismo dos tipos de verbos activos, passivos e neutros, cujas definições, construídas *ex professo*, foram tomadas implicitamente, detendo-se, sim, no tipo de construção tido por “le plus esloigné des raisons ordinaires”, que vem a ser o dos verbos construídos com complementos preposicionais, etiquetados com os rótulos genitivo/ablativo (os precedidos de *de*) e dativo (os precedidos de *a*) (Oudin, 1632 [1640]: 229). Seguem-se, com base em Charles Maupas, as listas actualizadas de verbos que “regissent au genitif: par exemple, *vous m’accusez de negligence, vous me soupçonnez d’un tel crime, vous me louez de ma constance, ie vous excuse de votre folie*”; verbos que “regissent le sujet [sinónimo de complemento verbal] au genitif ou à l’ablatif: *s’adviser* de quelque chose: *s’abstenir* de viande: *s’amouracher* d’une femme: *s’asseurer* de quelque chose, *creuer* de rire ou de despit, ...”; finalmente, “d’autres qui regissent au datif: *Aboutir* à un lieu: *s’attacher* à un sujet: *s’amuser* à un discours: *s’arrester* à ce qu’un autre dit: *attenter* à la personne d’un Grand, ...” (*Id., ib.*: 229-230 da 2ª ed.). Se evitamos aqui falar em regência para estas construções é porque a maior parte dos presentes e restantes contextos exemplificativos respeita a verbos de usos transitivo, intransitivo e pronominal⁵¹, que, recebem uma determinação não obrigatória de objecto directo preenchido, na maior parte dos casos, por pronome oblíquo, além de outras expansões de tipo adverbial, pese algumas combinações de *verbo + preposição* se afigurem de tipo sintemático (*attenter à*), esbatendo a natureza acessória do sintagma. *Accuser, soupçonner, louer, excuser*, por exemplo, a primeira lista de verbos a que o Autor chama regentes de genitivo, são acompanhados de objecto pronominal, em conformidade com a sua classificação de transitivos na nomenclatura de verbos

⁵¹ Entram comumente nesta designação genérica verbos com comportamento sintáctico muito diferente. Como mostrou Jorge Morais Barbosa no estudo “Sobre os chamados verbos reflexos e pronominais” (1998: 245-250), importa distinguir os primeiros, isto é, aqueles cujo complemento directo ou indirecto pode coincidir com o sujeito, dos chamados verbos pronominais tal *queixar-se, arrepende-se*, que constituem escolhas únicas como *estudar* ou *comer*, com a diferença de que possuem uma segunda marca formal do sujeito nos segmentos *se, te, ou me*. Ao contrário da conjugação reflexa, esses segmentos não deverão portanto ser interpretados como pronome em função de objecto directo ou indirecto. Diz Evanildo Bechara, na mesma linha de pensamento, que o *se* é “parte integrante do verbo, sem

franceses, mais um sintagma autónomo que não se considera necessário à valência, sintáctica ou semanticamente.

No baluarte do bom uso que foi a obra *Remarques sur la langue française* (Paris, 1647), ressalta a minúcia e preocupação de normalização com que Vaugelas se deteve na descrição diacrónica e sincrónica de regimes verbais. Porque são os traços semânticos do verbo que prevêem ou seleccionam determinada preposição, uma vez alterados os traços, forçoso é que se altere a regência, o que vale tanto para o estudo da evolução das regências, por ‘deriva’ de sentidos, quanto para o do seu funcionamento, por oposições de significado. A dupla perspectiva de análise fê-lo comparar:

- regimes verbais arcaizantes com os que então lhes correspondiam

“Avant que la particule *és*, pour *aux*, fût bannie du beau langage, on disait *tomber és mains*, depuis on a dit *tomber aux mains*, mais ni l’un ni l’autre valent rien et il faut toujours dire *tomber entre les mains de quelqu’un*. L’usage moderne le veut ainsi”; “*de se réconcilier à personne*, il faut dire *avec personne*. *Prier aux dieux*, autrefois on le disait, il faut dire maintenant *prier les dieux*. *S’acquitter aux grands* pour dire *s’acquitter envers les grands*. *S’offenser de quelqu’un* au lieu de dire *s’offenser contre quelqu’un*”; “*Servir* régit maintenant l’accusatif et non pas le datif comme il faisait autrefois, et comme s’en sert ordinairement Amyot et les anciens écrivains; par exemple ils disaient *il faut servir à son roi et à sa patrie* pour dire *il faut servir son roi et sa patrie*⁵²” e um último exemplo “Je remarque trois régimes en ce verbe [*se fier*]. Il régit le datif, comme quand on dit *on ne sait à qui si fier*, l’accusatif avec la préposition *sur*, comme *se fier sur son mérite*. L’ablatif avec la préposition *en*, comme *je me fie en vous*, et le même avec *de*, et je crois que c’est une façon de parler ancienne, ne l’ayant jamais entendu dire qu’à des gens fort vieux; (...) plusieurs croient que sa vraie construction est en l’ablatif avec la préposition *en*, et qu’encore que l’on dise fort bien *on ne sait à qui se fier*, néanmoins la vraie et ancienne construction est de dire *on ne sait en qui se fier*” (Vaugelas, 1647: 128, 237, 270, 318);

- usos socialmente diversos, nomeadamente a língua rústica com a língua de corte

“pour bien parler français, il faut dire, par exemple, *il commence à se mieux porter* et non pas *il commence de se mieux porter*, et cela est tellement vrai que même au prétérit défini, à la troisième personne singulière *commença*, il faut dire *à après* et non pas *de*, comme disent les Gascons et plusieurs provinciaux et même quelques Parisiens”; “Tant de gens disent et écrivent, et dans les provinces et dans la cour même, *il est en cour*, *il est allé en cour*, *il est bien en cour*, au lieu de dire *il est à la cour*, *il est allé à la cour*, *il est bien à la cour*⁵³ (...). De même il faut

classificação especial” (1961: 178) O exposto nos pontos 1.1. a 2.3. do mencionado artigo de Moraes Barbosa vale nos mesmos termos para os verbos franceses *s’abstenir* e *s’amouracher*.

⁵² Fiel ao pensamento de Malherbe, admite, porém, as duas construções, de dativo e acusativo, com os sentidos respectivos de “être propre, convenable” e “rendre service, assister”: “Monsieur de Malherbe a encore retenu ce datif, comme quelques autres phrases du vieux temps. *Le médecin*, dit-il, *sert aux malades*, au lieu de dire *sert les malades*; car ici *servir* ne signifie pas *être propre et convenable*, auquel cas il régirait le datif, comme cela sert à plusieurs choses, mais signifie *rendre service et assister*” (Vaugelas, 1647: 270).

⁵³ Já no fim do século, F. de Callières, que teria sob os olhos a obra de Vaugelas, volta a corrigir a mesma construção: “Il en est à peu près de mesme, poursuiuit le Commandeur, de ces autres façons de parler; Monsieur un tel est *en Ville*, il est allé *en Ville*, il est *en Cour*, il est allé *en Cour*, il est bien *en Cour*; il faut dire Monsieur un tel est à la Ville, il est à la Cour, il est bien à la Cour, & *en Cour* est une façon de parler qui n’a plus guères d’usage parmy ceux qui parlent bien” (1693: 72-73).

dire *avocat au Parlement, procureur au Parlement* et non pas *avocat en Parlement* ni *procureur en Parlement*, comme l'on dit et comme l'on écrit tous les jours" (*Id., ib.:* 242, 258-259);

- diferentes sentidos, consoante a regência e a natureza do complemento verbal

"Ce verbe [*approcher*] régit élégamment l'accusatif pour les personnes, mais non pas pour les choses. Exemple, Monsieur de Malherbe: *Vous avez l'honneur d'approcher la reine de si près*. Toute la cour et tous les auteurs parlent ainsi, *approcher la personne du roi, approcher la personne du prince*. Mais ce serait très mal dit *approcher la ville, approcher le feu*. Il faut dire *s'approcher de la ville, s'approcher du feu*. Néanmoins, on dit *approchez-vous de moi, il s'est approché du roi pour lui faire la révérence*, et ce serait fort mal dit *approchez-moi, il a approché le roi pour lui faire la révérence (...)*. Au premier sens [mouvement corporel] il faut dire *s'approcher du roi*, et au seconde [habitude] *approcher le roi*, de sorte qu'*approcher* en cette dernière façon signifie *être en faveur et en considération auprès du roi*" (*Id., ib.:* 121).

Note-se que, nesta recomendação ostensiva do bom uso, não está em causa distinguir entre complementos de objecto e adjuntos adverbiais, problema que pressuporia uma delineação teórica, mas apenas escolher, na base de um empirismo gramatical, a preposição cujos traços significativos melhor combinem com os do verbo.

CAPÍTULO IV

ARTES DE GRAMÁTICA DE LÍNGUAS ORIENTAIS

No quadro da gramaticografia das línguas orientais de moldura seiscentista, além de escassas as saídas dos prelos, a documentação disponível, correspondente a uma parte dos manuais de gramática de que há notícia, favorece apenas o destaque dos dois jesuítas João Rodrigues e Tomás Estevão, os únicos autores que lograram ver difundidas em reedições as suas gramáticas de japonês e de concani, respectivamente. Se bem que desde a segunda metade do século XVI estivessem estabelecidas oficinas tipográficas, quer em Goa, quer no Japão, a actividade editorial do japonês parece ter conhecido maior fortuna no tocante ao fundo documental de impressos, enquanto o património bibliográfico do concani, sendo mais rico, é também maioritariamente manuscrito, sobretudo o de autoria dos franciscanos, que o quinhão dos jesuítas, à indústria dos quais se deveram as tipografias de Salcete, Macau e Nagasaqui, chegou até nós em letra de forma. Mesmo sabendo-se quão comum era a circulação manuscrita de textos, é de crer que a publicação, em 1640, da *Arte da lingoa canarim*, de Tomás Estevão, tenha propiciado, quer a difusão, quer o êxito da obra, num contexto bibliográfico onde concorriam não mais do que gramáticas manuscritas, poucas das quais chegaram aos nossos dias. Segundo se sabe, o concani foi o primeiro de todos os vernáculos da Índia a possuir uma gramática impressa no século XVII, do dialecto de Goa propriamente dito, e outra do dialecto do Norte, influenciado pelo marata, publicada dois séculos mais tarde, ambas em caracteres romanos. Depois da centúria de Seiscentos, a divulgação destas gramáticas e o favorecimento do seu uso entre os educadores locais, ficou a dever-se aos bons officios e muito saber de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, quando secretário-geral do Governo da Índia, desde o ano de 1855. No quadro da campanha em que então se lançou pelo estudo e investigação da língua concani, empreendeu a reedição da *Arte da lingoa canarim* (Nova-Goa, 1857), do P^e. Tomás Estevão, e, entre outras publicações de manuscritos de antigos missionários, fez sair em 1858 a *Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte, composta no século XVII* (Nova-Goa, 1858), de um missionário português de nome desconhecido. Mais ainda, é do tempo e foi iniciativa do secretário-geral Cunha Rivara a inclusão destas duas gramáticas nos planos de instrução

em língua concani, como instrumento de ensino do português, estabelecida por Portaria de 28.10.1859⁵⁴.

Quanto às duas célebres gramáticas de língua japonesa do P^o João Rodrigues, a *Arte da lingua de Iapam* (Nagasaki, 1604) e a *Arte breve da lingua iapoa* (Amacau, 1620), consideradas preciosidades bibliográficas, elas pertencem a um contexto editorial que, iniciado nos últimos anos do século XVI, se prolongará por um período de três décadas, até ao dobre de finados que foi a expulsão dos jesuítas e cristãos do arquipélago japonês. O destaque que sempre se concede à primeira das gramáticas do P^o João Rodrigues oscila entre o mérito e o ineditismo da publicação, ou acentua a sua originalidade no contexto dos demais manuais gramaticais da língua japonesa, que lhe teriam servido de fonte de informação. Que outras gramáticas tiveram garantidamente curso anterior à *Arte* de 1604, são palavras do próprio Autor: “no que me ajudey de algũas annotações, que acerca desta materia alguns Padres nossos tinham feito, e andavão escritas de mão” (*apud* Boxer: 1950: 348). Não vem ao ponto amiudar informações sobre manuais anteriores a Seiscentos. Mas procede esclarecer em poucas linhas a informação do P^o João Rodrigues, que nos conduz à gramática de Manuel Álvares. É bem possível que entre esses “alguns Padres” estivessem os nomes de João Fernandez e Duarte da Silva, português este, aquele espanhol, companheiros de missão de S. Francisco Xavier na evangelização dos habitantes do Japão, a quem Jordão de Freitas, no seu erudito estudo “Subsídios para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da língua do Japão”, atribui a autoria de gramáticas da língua japonesa (1904: 763-768; 1905: 115-128). Se estas saíram ou não de manuscritos, as fontes disponíveis não nos

⁵⁴ Dela transcrevem-se as seguintes disposições, incluídas nas “Advertências aos Professores das Escolas de Primeiras Letras sobre o ensino da Língua Concani” (*Apud* Saldanha, s.d.: 67 e ss.): “1. Se a primeira regra do método é caminhar das cousas conhecidas para as desconhecidas, o único meio de aprender uma língua estranha é compará-la com a nossa língua materna(...); 10. Conseguiu-se dar nova vida pela impressão à primitiva *Gramática*, já impressa, mas quase extinta, de que é autor o Padre Tomás Estevão, e adicionadores outros Padres da Companhia de Jesus; 11. Conseguiu-se pelo mesmo meio salvar de iminente perda a Gramática até agora inédita do dialecto do Norte, composta também antigamente por um missionário Português, cujo nome se ignora; 12. Conseguiu-se finalmente dar a lume e salvar igualmente do risco de perder-se a moderna Gramática do Missionário Italiano [P. Francisco Xavier]; 13. Os Professores já têm nas suas escolas assim a antiga Gramática do Padre Tomás Estevão, como a moderna do Padre Italiano; 14. Por meio destas duas bem elaboradas Gramáticas, e ainda com o auxílio da outra do Dialecto do Norte, facilmente os Professores juntarão ao conhecimento prático, que têm da língua, o conhecimento teórico e metódico das suas regras e índole; 15. Suposto isto, devem os Professores ao mesmo tempo que fizerem entrar os alunos no estudo da Gramática Portuguesa, fazê-los também entrar no estudo da Gramática Concani; 16. Para isso convem servir-se com preferência da do Padre Italiano, consultando os Professores, além desta, a do Padre Tomás Estevão, e a do Dialecto do Norte, das quais, confrontadas entre si, tirarão em muitos casos úteis ilustrações”.

parecem concludentes. Afora as referências mais ou menos encomiásticas⁵⁵, cruzam-se as informações sobre os títulos, sem qualquer dado acerca da forma de circulação, o que poderá ser indicador de registo manuscrito. Acontece com o testemunho do P^e Luís Fróis, que, na sua *História de Japam*, associa o nome do missionário espanhol às primeiras publicações conhecidas de língua japonesa: “começou o Padre a fazer com o Irmão João Fernandes huma traça da primeira arte que se fez em Japão, ordenando suas conjugações e syntaxis, e hum pedaço de vocabulario, mas como ainda era novo na terra e tinha tão pouca noticia da lingua, não foi mais que huma previa despozissão, que depois podesse dar luz à Arte e vocabulario, que se fez dahi a perto de vinte annos” (1976: I, 356). Quais fossem “a Arte e vocabulario” não diz ele, mas é fácil deduzir tratarem-se do já atrás apresentado *Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm* (Amacusa, 1595) e da chamada gramática japonesa do P^e Manuel Álvares, com um título ampliado da sua gramática latina, *De institvtione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica* (Amacusa, 1594). Dá-se, assim, por certo que, para além das obras “escritas de mão”, a que se refere João Rodrigues, foram estampadas gramáticas em tipografias do Japão antes do fechar do século, e diz-se ‘gramáticas’ não seja o caso de a edição japonesa da gramática do P^e Manuel Álvares secundar outras publicações anteriores⁵⁶. O exclusivismo da gramática latina alvaresiana como livro único seguido nos colégios dos jesuítas, aquém e além fronteiras da Europa, justifica que uma sua versão ampliada com a declaração japonesa tivesse surgido da parte de um ou de vários religiosos do colégio de Amacusa. Desta raríssima obra, cujos únicos dois exemplares conhecidos pertencem à Biblioteca Angélica de Roma e à

⁵⁵ No *Oriente conquistado*, o P^e Francisco de Sousa escreveu acerca de João Fernandez que “soube com tanta eminecia a lingua, & caracteres Japoneses, que traduzio alguns livros, & compoz hũa Grãmatica, & dous Vocabularios, & foy sêpre o Mestre dos nossos Missionarios em quãto viveo” (1710: 1154); e sobre Duarte da Silva: “veyo a comprehender as letras de Japão, & as da China, que saõ muy difficultosas. Ele compoz a Arte de Japão, & fez Vocabularios da lingua muy copiosos” (*Id., ib.*: 1120).

⁵⁶ Certas passagens de documentos da época dão azo a se cuidar que talvez a gramática japonesa de Manuel Álvares não fosse a primeira publicada. A tão conhecida *Apologia en laqual se responde a diversas calumnias, q̃ se escrivieran contra los PP. de la Compañia de Japon, y de la China*, manuscrito datado de 1598, da autoria do P^e Alexandre Valignano, deixa no ar algumas interrogações a esse respeito. Este visitador da Companhia nas Índias Orientais, enviado de Roma para organizar a missão do Japão, escreveu, contra as acusações dos frades franciscanos: “quando bolvieron [los frayles descalzos] el año 93, con titulo de Embaxadores, desembarcando en firando, luego el P^e. V. Prov^{al}. los embio a vizitar p. vn P^e. nuestro (...) los Pes. q̃ alli estavan [ciudad de Miacò] (...) les deron el arte, y vocabulario de la lengoa Japonica, y otros libros impressos en la misma lengoa” (fls. 117r-117v) e, mais adiante, “los quales los nuestros haviam compuesto, juntandose lo q̃ mas sabian della con los q̃ meyor la sabian delos hermanos Japones, poniendo en esto grande delig^{ca}” (fl. 134v). Fica a dúvida de saber se os referentes da expressão “libros impressos” abrangem a arte e vocabulário mencionados, caso em que deverá fazer-se remontar a época anterior a publicação de gramáticas de língua japonesa.

Biblioteca Pública de Évora, as notícias dão-na, ou apenas como mais uma edição da gramática latina do P^o Manuel Álvares, ou como a sua edição japonesa, embora a tradução se restrinja à conjugação verbal. A obra parece corresponder ao desejo de pôr ao alcance do leitor, reunidos num só volume manuseável, as regras da gramática latina, que por metonímia passou para os três livros *De Etymologia*, *De Syntaxi* e *De Prosodia* da arte de Manuel Álvares, e princípios da gramática japonesa, no caso, “De verborvm conivgatione” (1594: 12v), a partir da tradução de parte da matéria relativa à etimologia⁵⁷. No âmbito da conjuntura editorial que a gramática do célebre jesuíta da Madeira alimentou durante vários séculos, é esta obra uma das suas versões produzida fora da Europa, com ampliação dos paradigmas das várias conjugações latina e portuguesa em uma terceira coluna para a tradução japonesa. Quanto ao mais, quadro das declinações, conjunto da sintaxe intransitiva, transitiva e figurada, e toda a parte da prosódia, os missionários jesuítas ativeram-se à obra do seu correligionário, mas não sem lhe introduzirem algumas originalidades. Cotejando as duas obras, salta à vista que os 171 fólios da gramática japonesa, graficamente pouco densos, constituem uma edição parcial do original, uma versão abreviada a que se poderia chamar escolar, uma vez reduzido o manancial de informações teóricas com que Manuel Álvares (e depois António Velez, sobretudo) fundamentou a sua esquematização gramatical, em favor dessa mesma práxis gramatical, propriamente dita. Não há que estranhar o exercício de simplificação. Todos os comentadores, glosadores e reformuladores do mesmo texto o fizeram, sob a forma de anotações, advertências e prontuários. Em relação aos missionários do Japão, sobram as razões de tal procedimento. Se o P^o Álvares investiu no seu tratado toda uma elaboração teórica cuja pertinência didáctica foi depois discutida por quem dela tirou lição, já os educadores do Japão, que tinham por desbravar o vasto campo do ensino elementar, visavam estritamente à exercitação gramatical, para o que se impunham, como instrumentos de alfabetização, manuais esquemáticos, mnemónicos e de fácil manuseamento por parte dos alunos. Assim, no que respeita à flexão verbal, quase uma centena de páginas da gramática japonesa é totalmente preenchida por uma sucessão de quadros sinópticos das várias conjugações, que permitem uma leitura global

⁵⁷ Depois do prefácio, uma “Admonitio” esclarece a necessidade de, por forma a encorajar o estudo da língua lusitana, apor a conjugação verbal japonesa aos paradigmas latino e português da gramática de Manuel Álvares: “Cvm ijs in Iapponia, latino idiomati operam impendunt Patris Emmanuelis Aluari Grammatica institutio necessaria sit in eaque verborum coniugationes Lusitana lingua huius insulae hominibus ignota vertatur, ne tyrones in ipso limine peregrini sermonis imperitiae taedio animum desponderent superioribus visum est, vt (ordine quo liber ab auctore editus est, nihi inmatuto) verborum coniugationibus Iapponicae voces apponeretur”.

e mnemónica, só interrompida quando algumas observações sobre tempos e modos se intercalam entre os paradigmas flexionais. Veja-se o esquema seguido pelo início da primeira conjugação do tradicional verbo “amo” (1594: 17v):

Indicatiui modi tempus praesens

<i>Amo,</i>	<i>Vare</i>	Eu amo.
<i>Amas,</i>	<i>Nangi</i>	Tu amas.
<i>Amat,</i>	<i>Are</i>	Elle ama.
<i>Amamus,</i>	<i>Varera</i>	Nos amamos.
<i>Amatis,</i>	<i>Nangira</i>	Vos amais.
<i>Amant,</i>	<i>Arera</i>	Elles amão.

Esta estruturação metodológica, onde a esquematização e hierarquização gramaticais vão a par da simplificação teórica, não é ocasional, antes parece corresponder a uma tendência manifestada em outros compêndios gramaticais de línguas orientais, também marcados por uma forte vertente prática. A este respeito, é significativo que, já entrado o século XVII, o P.^o João Rodrigues, dezasseis anos depois de publicar a *Arte da lingoa de Iapam* (Nagasaqui, 1604), igualmente conhecida pelo nome de *Arte grande*, lance aos prelos uma sua cuidadosa sinopse, com menos de metade do número de folhas, à qual presidiu uma concepção estritamente didáctica: *Arte breve da lingoa iapoa tirada da Arte grande da mesma lingoa pera os que começam a aprender os primeiros principios della* (Amacau, 1620), assim intitidou o pequeno volume in-4^o, de 96 folhas. Porque na *Arte grande*, destinada a mestres e a “pessoas de idade, & ordinariamente exercitadas no estudo das letras”, admite ter sido “algum tanto extenso na declaração de muitas cousas”, pretendeu orientar a *Arte breve* para a aprendizagem escolar: “porque aos que começam a aprender esta lingoa pode causar confusam a variedade de preceitos, & regras, que ali [*Arte grande*] se dam, pareceo necessario (...) fazer este breue extracto da arte grande, que sirua aos principiantes como de introduçam pera a mesma arte”, diz o Autor num prólogo “Ao leitor”. Embora não seja possível estabelecer comparações entre as duas gramáticas, já que da *Arte grande* só se encontrou o fac-símile de uma tradução japonesa de 1955, algumas diferenças na organização das matérias deixam aperceber-se a partir das páginas preliminares. A divisão da *Arte grande* em três livros, correspondentes à etimologia, à sintaxe e ao “estilo de falar da escritura de Iapam”, por esta ordem, manteve-a o Autor na gramática de 1620, mas dedicou larga atenção à ortografia e prosódia da língua antes do estudo das declinações, conjugações e partes da

oração, dando mostras, logo nos capítulos iniciais do primeiro livro, de uma demorada ponderação sobre as estratégias da prática educativa. Ao longo de sete páginas, muitos dos princípios que expõe acerca “Do modo que parece mais acomodado pera aprender & ensinar esta lingua” (Rodrigues, J., 1620: 2v) mereceriam honras de axiomas da actual pedagogia do ensino de línguas. Na escolha criteriosa dos agentes de ensino, dos instrumentos de trabalho e das metodologias de aprendizagem assentava a trave mestra da edificação escolar que propunha. Tríplice aliança, donde os primeiros haviam de ser “Iapoens naturaes (...) & nam Europeos como ateagora correo, por mais que saibam a lingua” e os instrumentos de trabalho “liuros (...) do estillo da escritura, & de autores classicos antigos estimados entre os Iapões por seu elegante estillo” (*Id., ib.:* 3r-4r). Combina-se com estes factores a recomendação de um método de ensino situado entre o reconhecido princípio do bom uso e o estudo da gramática entendida como arte, tratada e ensinada por bons mestres. Dois modos, diz o Autor, de aprender a língua:

“com o vso, & trato quotidiano com os mesmos naturaes, notando com diligencia varias frases, & modos de falar em diuersas materias” e “por via de arte, & preceitos de grammatica com bons mestres ouuindo a liçam dos liuros, em que a pura, & elegante lingua esta encerrada, comondo & fazendo outros exercicios accommodados, ao modo dos que aprendem Latim, Grego, ou Hebraico” (*Id., ib.:* 2v).

A estratégia era conhecida e encontra-se nos gramáticos do Renascimento, latinos e vernáculos. É a perspectiva do Humanismo gramatical que veicula a concepção de um ensino aferido pelo modelo do uso dos melhores autores e baseado na autoridade de uma gramática prescritiva. Mas extrapolados os conceitos para além do campo das três línguas eruditas, ganha novo vigor o método de falar e escrever correctamente de acordo com o uso e autoridade, dispensados por uma civilização tão distinta da nossa que o Autor chega a desaconselhar a utilização de traduções no ensino da língua, “por ser a frase impropria acomodada aos nossos conceitos”. Recomendados são o “vso comũ Iaponico” e “liuros propriamente da lingua Iapoa”, que destaca selectivamente, por graus de dificuldade, em extenso e variado rol. (*Id., ib.:* 4v-5r). Engenhoso processo este de, por analogia com a correcção do uso latino (ou clássico), legitimar fora do seu campo de validade o mesmo critério do *usus* na construção gramatical da língua japonesa - “o vso quotidiano ensinara” é verba que ocorre amiúde e sempre que, neste como noutros textos gramaticais, os excessivos desvios da regra geral aconselhavam os autores a deixar em suspenso a sua pormenorização, em nome da funcionalidade didáctica dos seus textos. Ao abonar-se com o uso comum ou quotidiano, afigura-se que o conceito de *usus* actualizado por este gramático, comporta um cambiante digno de

menção relativamente à concepção herdada da tradição humanística e que servira de rumo aos gramáticos do Renascimento. Nestes, quer latinos, quer portugueses, era a difusão do modelo humanista, baseado num interesse pelos textos e autores da Antiguidade, que consubstanciava as descrições e as regras do bom uso, não só do latim, mas também do vernáculo. Quanto ao magistério dos gramáticos missionários em terras das Descobertas, se, por um lado, lhe estava subjacente essa mesma concepção humanista - e expô-la o P^c João Rodrigues quando afirmou, a título de exemplo para os estudos japoneses, que “nenhum he bom, & perfeito latino, se so aprender por liuros de autores modernos por elegantes que sejam, se o nam beber nas fontes dos autores antigos, aquem era aquella lingua natural” (*Id., ib.:* 5r) - se assim dominou a visão humanística, dizia-se, por outro lado, ela representava um *ne plus ultra* que, na aferição gramatical das línguas exóticas, apenas carecia de ser beneficiado pelo ‘uso comum’. Portanto, sobre reconhecerem o prestígio dos autores antigos, os gramáticos fizeram da própria vivência linguística lição e barómetro da norma gramatical.

1. Estrutura morfológica: quadro das classes de palavras de relação

Assim designado este ponto, “Estrutura morfológica: quadro das classes de palavras de relação”, e dando-lhe sequência com “Estrutura sintáctica: comportamento das classes de palavras de relação”, algo se deixa perceber sobre a formulação gramatical destes compêndios, nomeadamente quanto ao modo como neles estão distribuídas as matérias e é organizada a informação gramatical de cada uma das subdisciplinas da morfologia e da sintaxe. Em geral, as gramáticas apresentam uma organização das matérias pelo sistema da divisão em partes, cada uma concebida em função das unidades que lhes são afectas, letras e sílabas, de um lado, palavras (e grupos de palavras) do lado das partes da gramática que maior atenção mereceram aos autores. O peso da tradição gramatical sente-se logo nos termos com que tanto Tomás Estevão como o autor anónimo da gramática concani do dialecto do Norte (menos afortunado editorialmente), abrem as suas obras, reconhecendo explicitamente a divisão em partes, a ortografia/prosódia, a etimologia e a sintaxe:

Esta Arte se diuide em tres partes principaes. A primeira trata do Alphabeto, & das nossas letras q̃ respondẽ aos characteres da terra, & dos accentos, & pronunciação. A segunda comprehende as oito partes da oraçãõ. A terceira conthem a syntaxis.

Tomás Estevão, 1640: 1

Esta Arte se divide em tres partes principaes. A primeira trata das letras, das advertencias, dos accentos, e pronunciação. A segunda comprehende as oito partes da oraçãõ. A terceira ensina a syntaxis, e a compôr a oraçãõ.

Grammatica, 1858: 1

Note-se que a gramática do dialecto do Norte, tendo sido composta no século XVII, segundo Cunha Rivara, é, sem dúvida, cronologicamente posterior à gramática do P^e Tomás Estevão. Esta, além de nomeada e mais do que uma vez, serviu de fonte de informação quando comparados o dialecto do Norte com o de Goa, e dela o autor não apenas transcreveu regras gerais, como copiou o plano, o desenvolvimento de cada uma das partes e o tratamento das matérias.

Pelo ângulo desta estruturação tradicional, a *Arte breve* do P^e João Rodrigues constitui um caso à parte e a singularidade não é pontual, mesmo se o seu Autor compartilha da estratégia dos demais gramáticos ao seguir as linhas da pauta gramatical latina para sobre ela decalcar a gramática japonesa, com um grande sentido pragmático. Sem alusões às partes da gramática, uma vez que formalmente a obra é constituída por livros, o Autor dividiu toda a informação gramatical em três livros, cujos assuntos menciona à abertura de cada um: no primeiro “se tratam algvmas aduertencias geraes desta lingua, & dos Nominativos, conjugações dos verbos, e rudimenta das partes da

Oraçam” (Rodrigues, J., 1620: 1r); no segundo “se trata da Rudimenta, & partiçãõ das partes da Oraçam, & da Sintaxi breue pera começar a compor” (*Id., ib.:* 52r); finalmente o terceiro “trata do estillo da escritura, & sua variedade, & de outras cousas proueitosas pera entender os liuros Sinicos, & Iaponicos” (*Id., ib.:* 67r), que eram muitos⁵⁸. Vejam-se as razões desta organização, à margem do comum procedimento gramatical da época. De quanto se citou, comece por registrar-se que a particularidade do último livro não é senão a resposta de uma descrição gramatical adequada à realidade da língua japonesa, cuja especificidade o Autor avança nos capítulos iniciais do primeiro livro, as designadas “aduertencias geraes desta lingoa”, alusivas aos motivos por que a sua escrita e fala formam dois sistemas quase independentes.

Sabe-se que embora os japoneses possuam uma escrita própria, essencialmente silábica, receberam, como muitos outros povos do Extremo-Oriente, a escrita ideográfica dos chineses (ou logográfica, segundo alguns), cujos caracteres, chamados *kanji*, empregam a par dos seus dois alfabetos silábicos (também considerados duas versões de um só silabário) de 45 caracteres mais alguns diacríticos: o *hiragana*, propriamente japonês, e o *katakana*, de influências estrangeiras (cf. *Id., ib.:* 1r-8r). Razões sociológicas, que se prendem com a tradição milenar do sistema ideográfico chinês, mais do que imperativos de natureza linguística, estão na origem da manutenção destes três sistemas de escrita. Na verdade, os caracteres chineses não são suficientes para, por si só, representarem a estrutura polissilábica e aglutinante do japonês, enquanto com o conjunto de signos silábicos do *hiragana* e *katakana* pode ser escrita qualquer a palavra japonesa⁵⁹. De qualquer forma, o contacto teve como consequência a formação de uma variedade linguística onde se combinam elementos diferentes das duas línguas em presença. Mas outro facto resultou desta interferência linguística unilateral. Em consequência do domínio do sistema de escrita chinês, formaram-se dois registos de

⁵⁸ Como os narradores da época põem em destaque, a cultura nipo-chinesa atingira graus elevados. Vale a pena arquivar as seguintes palavras dos padres Luís Fróis e do italiano João Baptista: “Neste reino de Búngo na cidade de Funây, na igreja que ali temos, q̄ he a mais antiga de Iapão residẽ ao presente quatro padres (...), extraordinariamente se aproueitaõ este anno na lingoa, a qual como he copiosa, & tem grande abundancia de vocabulos, & outros additamẽtos, q̄ de necessidade se hão de saber, não se deixa penetrar cõ tanta facilidade como as outras” (Garcia, 1598: I, 416 v); “Depois da missa repetem meninos a doutrina, os irmãos se ocupaõ parte do tẽpo em ensinar aos Christãos, & em estudar a lingoa [japonesa], & tresladar os liuros, q̄ estão feitos na mesma lingoa, que são muitos” (*Id., ib.:* I, 198 r). A religião mostrava-se estabelecida em igreja; a Universidade, constituída e organizada; quanto à língua, quer a japonesa, quer a chinesa apresentavam já uma antiguidade documentada em abundante tradição literária.

⁵⁹ Informações sobre a linguística chinesa e japonesa pode obter-se em Hiroshi Miyaji (1967), André Włodarczyk (1982) e Sylvain Auroux (1992: I [1989]: 431-464), onde não faltam menções às obras do P^c. João Rodrigues nem à actividade gramatical dos missionários portugueses de Seiscentos.

línguas tão distintos que João Rodrigues refere-se-lhes em termos de ‘duas sortes de línguas’, ditas *Yomi* e *Coye*: a primeira, que terá nascido das necessidades de comunicação, circulava sobretudo nos registos interlocutórios - ‘falar ordinário’, ‘uso comum’, ‘poesia’, ‘livros de brando e suave estilo’ -, formada pelo contacto da escrita ideográfica com a língua japonesa falada pelos autóctones; a segunda era a variedade dos registos baseados no sistema de escrita chinês, monopólio cultural de uma classe de letrados, e cujo conhecimento se adquiria por um ensino severo dos textos védicos. À casta de intelectuais que dominava a comunicação linguística está, portanto, associado o registo escrito e este, por sua vez, ao estilo do “pregar, & praticas graues”, servindo principalmente os sacerdotes⁶⁰. E as diferenças de registo apontadas não eram apenas estilísticas. Tanto quanto se distinguiam o “puro *Yomi*” e o “puro *Coye*”, lexical⁶¹ e gramaticalmente, assim diferia a natureza linguística dos registos onde aqueles idiomas ocorriam em predomínio singular ou em condomínio: considerou-os o Autor “mui diferentes entre si na frase, nas terminaçoens das vozes, dos tempos, & modos dos verbos, & em muita variedade de particulas hũas de ã somente vsam no estilo da escritura, & outras no fallar comum” (*Id., ib.*; 1v). Se alguma precocidade há na distinção das formas escrita e oral que a linguística do nosso século sublinhou, é no quadro dos fenómenos de interferência linguística que se situa a descrição dos dois registos de língua, o mais conservador, que manteve vivo e presente o modelo da escrita chinesa, e aquele onde esse modelo foi sendo modificado pelo contacto com o idioma japonês.

A configuração material da obra reflecte este contexto. A descrição gramatical do terceiro livro é estilística, entenda-se, compósita de regras morfológicas, nomeadamente

⁶⁰ Já em meados do século XVI, os padres Francisco Xavier e Baltasar Gago, missionários no Oriente, haviam dado conhecimento das duas variedades linguísticas, caracterizadas por critérios sócio-culturais. Em cartas escritas de Cochim e Firando, respectivamente, aludiram à grafia chinesa “kanji” e ao uso popular da escrita silábica “kana”.:” He cousa muito para notar, que os Chins & Iapões não se entendẽ quando falão, por serem as lingoas mui diferentes, mas os Iapões que sabem a letra da China, entendemse per escrito, & não quando falão. Esta letra da China ensinase nas Vniuersidades, & os Bonzos que a sabem, os tem a outra gente por letrados” (Garcia, 1598: I, 22v); “Estas letras de Iapaõ primeiras, tem duas significações, & algũas dellas mais, como esta primeira de riba, ã quer dizer alma, tambem quer dizer demonio. São estas letras que se prezão os principaes de saber, estoutras a baixo saõ letras que mais cõmummente se sabem, & não tem, nem soaõ mais que a primeira singificação, & nestas escreuemos os liuros” (*Id., ib.*: I, 41r).

⁶¹ As diferenças lexicais conduziram os autores do *Vocabvlario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues* (Nagasaki, 1603) a adoptar a seguinte estratégia lexicográfica: “Não se poẽ em todas as palauras aque chamão Coyes, seus Yomis, parte por se não saberẽ todos, & parte por não respõderem ao sentido da palaura: qñ he proprio Yomi, ou declaração, que responde à letra China escreuese

esquemas das flexões verbais, e figuras da textura sintáctica, em vista da sua aplicação normativa na arte epistolar e na escrita, em geral; o primeiro livro é de introdução ao estudo da gramática nipónica, com esclarecimentos sobre a ortografia (o ensino do silabário) e a prosódia, ao nível fonológico, e, do lado das unidades significativas, informações sobre a indeclinação dos nomes e o esquema flexional do complexo sistema verbal; finalmente o segundo livro, dos três o mais sintético, é também o mais tributário do modelo da gramática latina, sendo que o tributo entra no quadro da visão contrastiva. De facto, o modelo da gramática latina é utilizado não para decalque gramatical, mas para ponto de referência das semelhanças e diferenças gramaticais encontradas no japonês. Em termos de estrutura, já se viu que a obra segue um plano especificamente adaptado às características da língua. Também na descrição morfológica, não é a análise apriorística de uma gramática encaixada nos moldes greco-latinos a que se apresenta, mas sim uma análise que, sendo sistematicamente referenciada pelo contraste com o latim, sintetiza elementos de duas tradições gramaticais diferentes, a clássica greco-latina e a japonesa, intimamente ligada à poética e retórica. A classificação das palavras em classes é exemplo desta síntese. A abrir o segundo livro, depois de distinguir as três classes *nome* (“na”), *verbo* (“kotoba”), e *partícula* (“tenifa”), herdadas dos tratados japoneses de arte poética⁶², o Autor invoca o sistema das partes do discurso da gramática grega, filtrado por Prisciano, para, por força da especificidade da língua e atenção à eficácia gramatical, propor uma divisão das palavras em *nome*, *pronome*, *verbo*, *particípio*, *posposição*, *advérbio*, *interjeição*, *conjunção*, *artigo* e *partícula* (*Id., ib.:* 52v). Algumas inovações relativamente à concepção latina das oito classes de palavras e terminologia diferenciada da tradição clássica é o que sobressai deste sistema de dez partes do discurso. E sobressai também de outros sistemas apresentados. Nas duas gramáticas do concani, os Autores seriam *nome* (*substantivo e adjectivo*), *pronome*, *verbo*, *particípio*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição* em sistema donde está

simplesmête: mas qñ he synonymo, ou paraphrasi, que explica mais o sentido do vocabulo, ajuntaselhe hū idest (...)” (“Prologo”).

⁶² O desenvolvimento da linguística japonesa fez alterar este sistema tripartido no sentido de uma especialização de unidades que, por um lado, não eram de natureza verbal nem nominal e, por outro, “ne pouvaient être considérées comme des *tenioha* [ou *tenifa*], ni sur le plan notionnel (c’est-à-dire dans le sens relationnel), ni sur le plan graphique (elles diffèrent fondamentalement des *tenioha* par le fait qu’elles ne sont pas reliées à d’autres mots); ce sont, en termes modernes, des *jiritsugo* (mots indépendants), soit, dans la classification actuelle: *fukushi* (adverbes), *setsuzokushi* (conjonctions), *rentaishi* (déterminatifs)” (Maës, 1982: 24). Quanto à gramática de João Rodrigues, que cobre um período de transição da língua japonesa, a estratégia adoptada não se ressentiu do problema da identificação destes paradigmas, uma vez que as categorias da gramática latina permitiram individualizar os advérbios,

ausente o artigo e no qual a distinção entre as classes de palavras variáveis e as de palavras invariáveis se reconhece pela distribuição dos advérbios, conjunções e preposições em listas de unidades organizadas segundo a significação.

De modo semelhante às adaptações a que foi submetido o quadro latino das partes da oração nas gramáticas vulgares, com ajustes nomeadamente quanto à recuperação do artigo, também no processo de gramaticalização das línguas orientais a análise contrastiva originou uma doutrina adequada às especificidades de cada uma e nem sempre conforme com a tradição das línguas indo-europeias. A novidade da categoria morfológica do artigo na *Arte breve*, embora em segunda mão através das gramáticas vulgares, não deixa de o ser relativamente ao modelo formal da gramática latina, que presidia à elaboração gramatical. Assim se explica também, além do reconhecimento do artigo, a formação de um grupo de unidades da língua japonesa, as “partículas”, não desconhecido dos clássicos e dos gramáticos vulgares como categoria independente e distinta em termos de função das respectivas unidades, cujas condições de emprego variam tanto quanto difere a sua natureza. Segundo a definição apresentada em “Da partícula, 9. Parte da oraçam” (Rodrigues, J., 1620: 59r) e as considerações sintáticas a seguir feitas, trata-se de uma classe muito heterogénea, com compatibilidades sintáticas variadas:

“Tem esta lingoa muita variedade de particulas, hūas articulares, outras de honra somente, outras que seruem na composiçam dos verbos, & nomes, hūas por causa de honra, outras pera a bater, outras pera dar mais força, & energia aos verbos; outras que alteram a sinificaçam do verbo, outras q̄ constituem tempos, & modos juntos aos verbos, outras negatiuas, outras, que separadas, ou sam aduerbios, ou conjunçoens, ou nomes, que tem força de verbo” (*Id., ib.:* 59r).

São unidades de estatuto paradigmático diferente, que se combinam sintacticamente com nomes e verbos, ou em composição, a título de partículas afixais, ou como elementos independentes, podendo então assumir os valores de advérbios, conjunções e nomes. Em qualquer um dos casos, é possível o seu desempenho sintático de simples determinantes ou de elementos de relação. Não existindo nenhum elemento formal que diferencie as classes, são maximizados os recursos da posição respectiva das unidades para distinguir os seus empregos: quando as unidades entram na composição de nomes e verbos, ou são determinantes antepostos do género dos pronomes de tratamento, utilizam-se para estratificar os tipos de tratamento social e matizar os respectivos registos estilísticos; mas “separadas, ou sam aduerbios, ou conjunçoens, ou nomes, que tem força de verbo”

as conjunções e as preposições das demais classes do sistema japonês, mantendo no entanto a especificidade da classe das partículas.

(Rodrigues, J., 1620: 59r). De facto, ademais da significação lógica, segundo a qual estas unidades denotam tipos de relacionamento social, a identificação da classe e a classificação da “partícula” são sintáticas; só a ordem das unidades no enunciado tem valor morfológico e sintático, uma vez que cada uma destas unidades pode, consoante o contexto, comutar com outras escolhas lexicais, como nomes e advérbios, ou gramaticais, como conjunções, e assim assumir diferentes funções sintáticas. É visível o parentesco com outras línguas isolantes da família indochinesa, como o chinês e o anamita, que se valem do posicionamento das unidades para imprimir relações sintáticas, ou, quando isso não basta, de partículas auxiliares, muitas vezes em forma de afixos. O chinês, que foi perdendo a sua característica de língua monossilábica exactamente pelo desenvolvimento do processo de afixação de tais partículas, não apresenta nenhuma diferenciação formal entre as classes, se é que se pode nesta língua falar de classes, socorrendo-se do contexto, da ordem das unidades no enunciado e muito secundariamente dos elementos designados por “palavras vazias” (Auroux, 1992: I [1989]: 453) para estabelecer relações sintáticas. Na introdução gramatical do *Dictionarivm anamiticvm lusitanvm et latinvm* (Roma, 1651), Alexandre de Rhodes apresenta à cabeça dos “Praecepta quaedam ad syntaxim pertinentia” a regra da identificação sintáctica do sujeito e predicado: “Nominatiuus debet praecedere verbum, alioquim si subsequatur iam non est nominatiuus illius verbi” (1651: 29). E para exemplificar os efeitos da inversão, *mây cuòì* “tu rides” / *cuòì mây* “rident te”, em que o pronome sujeito de *tu ris* passa a complemento verbal no enunciado *riem de ti*. Há outras unidades igualmente plurifuncionais, cuja posição é distintiva de empregos predicativos ou preposicionais: *wàn* “ir, ad”, *yeù* “ter, com, a”. Veja-se que outros elementos gramaticais de tipo relacional apresentam João Rodrigues e os Autores das gramáticas de língua concani.

Já atrás se disse ao nomearem-se as unidades da lista das partes da oração pelos mesmos consideradas, que a distinção da preposição (ou posposição) e conjunção como classes não ofereceu dúvidas, no sentido em que desde a mais antiga tradição gramatical e lógica indo-europeia se reconheceu existirem classes de elementos ‘conjuntivos’, fosse de palavras, ou de coisas e ideias, que se opunham a palavras ‘concretas’ como os nomes. Se está fora de questão qualquer juízo de universalidade destas unidades,

sabendo-se que elas são desconhecidas em grande número de línguas⁶³, o que talvez seja de assinalar no plano da descrição linguística, é que a economia deste processo de relação gramatical e lógica abre a possibilidade de o emprego das unidades ditas ‘conjuntivas’ estar generalizado a muitas línguas. A hipótese vem de André Martinet: unidades, “don’t on ne pose pas l’existence obligatoire dans toute langue, mais que le fonctionnement économique de la communication linguistique a toute chance d’imposer un peu partout” (1985: 120). Nas gramáticas em estudo, foi esta classe uma das que maior atenção suscitou aos autores, não em termos de definição, sempre rara de encontrar se por definição se entender algo mais do que a apresentação da classe *in extenso*, mas de descrição latinizante dos casos por ela regidos, para que os leitores pudessem utilizar a língua com correcção. Excluindo-se a classificação casual, resta, como critério delimitador desta parte da oração, o sintáctico da posição das unidades. A apresentação de uma classe de posposições na lista das partes da oração da *Arte breve* é mais um sinal de realismo linguístico perante os factos gramaticais e, desde logo, índice de uma estrutura sintáctica que, não sendo estranha à gramática latina, é aferida por contraste com o modelo da sequência *preposição + regência*. Assim, recorrendo ao mesmo critério etimológico que servira para justificar o emprego da preposição antes da sua regência, João Rodrigues define a natureza da posposição pela sua relação com um objecto preposto: “Nam tem preposiçoens, mas em seu lugar vsam de posposições, por que se pospoem aos nomes, & em seu significado respondem as nossas preposiçoens” (1620: 58r). Não é diferente a gramática do concani. Mas se da análise dos factos da língua resulta a observação de que “nesta lingoa não ha, senão postposições q̃ se postpoẽ as partes da oraçaõ” (Estevão, 1640: 73r), no que é seguido pelo autor da gramática do dialecto do Norte (1858: 130), é uma concepção apriorística da gramática que leva estes Autores a classificar as unidades de *preposições*, contra a evidência do seu emprego pospositivo, que não tinha o carácter ocasional das anástrofes latinas. Morfologicamente, a natureza invariável das unidades não é considerada em termos de

⁶³ Segundo Viggo Brøndal, “les vraies prépositions semblent manquer dans la grande majorité des langues du monde. Ainsi en Amérique, en Océanie, et en Australie. Ainsi en Afrique chez les Bushmen, les Hottentots et la plupart des peuples bantous. Ainsi aussi en protoindien (dravidien et Khervarien), en paléoasiatique, en turk, en mongol et dans les langues finno-ougriennes” (1940: 18-19). Note-se que por “vraies prépositions” entende Brøndal o paradigma de unidades donde estão ausentes os prefixos, locuções como “à cause de”, compostos do tipo “mal-gré” e “mots d’autres classes” (substantivos, adjectivos e advérbios) (cf. *id.*, *ib.*: 13). Quanto às conjunções, sabe-se que na língua de determinadas comunidades índias do Chile, o encadeamento discursivo ocorre à margem da relação conjuncional, dada a escassez de elementos coordenativos e ausência total dos subordinativos.

definição, ou é-o apenas tacitamente na forma de apresentação da classe, sendo enumeradas todas as unidades, sem variação formal, em lista fechada. Na sua caracterização intervém, sim, sob a presença tutelar dos gramáticos romanos, o critério sintáctico colocacional, com alusão, da parte de João Rodrigues, à sua capacidade significativa, ainda que confinada ao exercício da tradução portuguesa. Do critério sintáctico resulta a prerrogativa da regência casual: as unidades pospositivas seguem as “partes da oração e o seu caso” (*Grammatica*, 1858: 130) que elas regem, segundo esta formulação ou a mais específica de regência de “nomes” (Rodrigues, J., 1620: 58r). Em qualquer uma das descrições, sempre a presença da posposição pressupõe um determinado caso na cadeia linear. A posposição é, portanto, como a preposição latina, uma palavra regente de casos e por isso a classificação casual é considerada dentro dos critérios de definição das unidades. Guiados por este modelo formal e latinizante de gramática, no que toca, quer às variações casuais, quer à concepção de uma sintaxe baseada na chamada ordem lógica das palavras, sobre que se fundamenta a noção de regência, os gramáticos missionários seguiram o procedimento de apresentação de uma lista de posposições, agrupadas segundo o caso que regiam. Assim enumeraram as posposições e classificaram-nas conforme os casos, independentemente, note-se, da sua correspondência com as preposições latinas: no concani, todas regem ablativo; no japonês, encontram-se posposições de genitivo, dativo e ablativo. Ilustra-se com a seguinte exemplificação (Estevão, 1640: 73r-75v; Rodrigues, J., 1620: 58r-58v):

a) concani

Posposições de ablativo: *Vairi* “Supra”; *Qhatira* “Propter”; *Guèri* “Apud”; *Chèna* “Per”.

b) japonês

Posposições de genitivo: *Vye* “Em cima”; *Xita* “Em baixo”; *Vchi* “Dentro”; *Naca* “no meio”. Posposições de dativo: *Taixite* “Por causa”; *Tçuki* “A cerca”; *Toteua* “Quanto”; Posposições de ablativo: *Yori* “Ex, a”; *Cara* “ab”; *Ni* “Em”; *Nite* “Com, instrumental”.

Só na *Grammatica* concani do dialecto do Norte os equivalentes semânticos das posposições são exclusivamente apresentados em português, preposições e locuções variadas que alternam com correspondentes preposições latinas nas outras gramáticas. As várias locuções do português apresentadas na tradução, são significativas da instabilidade crónica que caracteriza o paradigma das preposições quando se passa da definição teórica à enumeração das suas unidades, em virtude de factos sintácticos que se cruzam com a morfologia da língua. Também nestas gramáticas, algumas observações de João Rodrigues e Tomás Estevão deixam perceber que não eram claros

nem inequívocos os limites precisos entre as posposições e outras classes de palavras, independentemente dos inventários apresentados e do quadro das respectivas traduções portuguesas, que inclui preposições, advérbios, adjetivos e diversas locuções. Sobre o japonês, lê-se que “algũas [posposições] sam propriamente nomes substantivos, ã admitem todos os artigos, como os de mais nomes. Vt, *Vye, Xita*. Outras sam participios de verbos, que regem os casos de seus verbos. Vt, *Taixite, Tçuite*. Outras sam puramente particulas. Vt, *Yori, Cara*” (Rodrigues, J., 1620: 58r). Mesmo sem valorizar os equivalentes de tradução, é curioso que as designadas *partículas* sejam justamente as equivalentes às preposições *ex, a* e *ab*, enquanto às restantes unidades, substantivos e participios, correspondem locuções adverbiais do português. São exactamente estas - nomes substantivos e participios - as duas partes da oração afectadas pela delimitação do paradigma das posposições, dado o fenómeno da pluricategorização, que explica a transferência de posposições para as duas classes lexicais. Não se registam considerações de ordem diacrónica, que pudessem fazer valer a eventual origem nominal e verbal de certas posposições. O ponto de vista do Autor sobre a natureza do fenómeno de transferência é sintáctico, assente na análise dos contextos onde as unidades podem figurar. E são três esses contextos: a compatibilidade com uma modalidade de tipo artigo, que caracteriza o nome substantivo; a possibilidade de uso predicativo, atribuída ao participio quando conserva o regime do verbo; a possibilidade de emprego conectivo, caso em que as unidades regem elementos antepostos. Releva assim da sintaxe e não da morfologia a classificação das posposições, que, consoante sejam determinadas por artigos ou rejam um complemento de natureza verbal, assim se afectarão às classes do nome substantivo ou do participio.

Quanto ao concani, Tomás Estevão incluiu na classe das preposições uma lista de “Adiectiuos que tem força de Postposições, & regẽ antes de sy Ablatiuo”, especificando que “estes adiectiuos as mais das vezes se poẽ no genero neutro & entã saõ como puras postposições, & as vezes advérbios” (1640: 75r-75v). A delimitação da classe ocorre agora por relação ao adjectivo e advérbio, em termos análogos aos considerados na tradição gramatical latina. Por um lado, converter adjectivos em advérbios por meios sintácticos é um procedimento comum a muitas línguas, cuja produtividade vem do latim; por outro lado, a concepção de que o advérbio pode passar a preposição quando rege um caso, que o mesmo é dizer, se torna conector, sugere a transitividade da relação para o adjectivo. Assim, algumas unidades que Tomás Estevão

mencionara nas posposições repetem-se na lista dos “Adjectiuos que tem força de Postposições”, com algumas diferenças formais que decorrerão da regência casual:

- posposições: Lipatē “as escondidas”; Sobhauãtē “Ao redor”; Phuddaleana “Diante”; Sariqhē “semelhante”.

- Adjectivos com valor de posposição: Lipato “couza escondida”; Sobhauãto “couza que esta ao redor”; Phuddalo “couza ã he dantes doutra”; Sariqho “igoal semelhante”.

Note-se que a origem adjectiva da posposição é assinalada pelo emprego determinativo e predicativo das unidades: “couza escondida”; “couza que esta ao redor”; “couza ã he dantes doutra”.

Uma das formas mais simples e frequentes nestas gramáticas de definir uma classe consiste em seguir o método taxionómico de enumerar as unidades que a integram e classificá-las em subclasses, sem nada adiantar sobre a sua caracterização. Quando se delimita a classe ou subclasses é que ocorre ocasionalmente a justificação fazer as vezes da definição. A noção de conjunção passou em silêncio nas gramáticas do concani e japonês, talvez por se ter tornado convencional a fórmula que com variantes mínimas se repetia na tradição gramatical, greco-latina e renascentista, de definir as conjunções como partículas de união entre palavras ou orações; talvez também porque, por razões práticas de tipo pedagógico, fosse mais produtiva a metodologia pragmática e memorística de distinguir categorias de conjunções do que desenvolver concepções sintáctico-semânticas sobre a sua natureza, o que, aliás, é válido para outras classes de unidades. O Autor anónimo da *Grammatica da lingua Concani no dialecto do Norte* mais não fez do que apresentar, na considerada “ultima parte da oração”, uma lista de treze conjunções, agrupadas, segundo um critério semântico, nas espécies “Copulativas” (*e*), “Disjunctivas” (*ou*), “Adversativas” (*se*), “Illativas” (*pois, mas, porém*) (1858: 138). Não havendo nenhuns outros elementos informativos, nem do ponto de vista do desenvolvimento sintáctico - as poucas linhas que acrescem na terceira parte, dedicada à sintaxe, nada adiantam - , qualquer ilação sintáctica que se queira tirar desta classificação essencialmente semântica é pouco segura. Embora seja tentador ver nela um indício de distinção entre conjunções que coordenam e conjunções que subordinam, já que nenhuma dúvida parece haver sobre a inclusão de *e* e *ou* nas primeiras, não é líquido que daí resulte a concepção de que as espécies “adversativas” e “illativas” introduziam sempre um verbo subordinado, mesmo porque a linha de demarcação entre umas e outras nem sempre existe. Dá-se é o caso de a conjunção copulativa (*e* de certo modo também a disjuntiva) ser a única definida sintacticamente, por coincidir a sua

definição de unidade conexiva com o próprio conceito de conjunção, donde fosse comum e estivesse generalizado a todos os gramáticos estabelecer tacitamente uma oposição entre ela e as conjunções das demais subclasses. A obra do P^e. Tomás Estevão, que terá servido de fonte de informação para a gramática do dialecto do Norte, é ainda mais lacónica, na medida em que as conjunções não são classificadas. O ponto de partida é o mesmo, isto é, apresentação de um elenco de unidades, com as respectivas traduções portuguesas, dispostas, aparentemente, de forma ocasional: “se”, “pois”, “mas”, “por isso que” (ou “por que”), “por tanto”, “o mesmo”, “ou” (1640: 76r). Note-se, neste caso, que a presença da partícula *que* nas perífrases causais “por isso que” e “por que” das traduções, é um índice básico da subordinação oracional, que se porventura não chegou para estabelecer diferenças entre dois tipos de elementos conexivos, tornou claro, ao menos, que nas estruturas *verbo - por isso que - verbo* ocorria uma relação de dependência do segundo para o primeiro verbo, por força da marca formal da locução. No único e breve momento do capítulo da sintaxe em que a matéria da conjunção é afluída, o Autor enunciará algumas unidades que “nesta lingua ligão a oraçãõ”, como *panna* “mas” e *tari* “pois” (1640: 107r). O procedimento seguido na *Arte breve* de João Rodrigues difere quanto à ordenação e estruturação didáctica, que ressaltam com evidência em virtude de dois factores. É que à classificação das conjunções conforme os valores de *adição*, *oposição*, *conclusão*, etc., acresce uma especificação destes agrupamentos, devida a características de uso. O Autor enumera-os, ainda que sem esgotar a lista: “Tem diuersas conjunçoens hūas copulatiuas, outras aduersatiuas, outras causaes, outras collectiuas, outras inceptiuas da oraçam, outras ã seruem de encher a oraçam, outras condicionaes, outras subjuntiuas; de cuja variedade se pode ver na rudimenta da arte grande” (1620: 58v). Mesmo não sendo todas enumeradas, a classificação apresenta distinções interessantes, nomeadamente a das quatro conjunções “inceptiuas”, todas elas traduzidas pelo “Itaque” quando introduz uma frase. Regista-se também uma distinção clara das conjunções formadas da partícula *que*. A esquematização é elucidativa:

Aduersatiuas	}	<i>Domo.</i>		Collectiuas	}	<i>Coreni yotte.</i>	
		<i>To iyedomo.</i>	Porem.			<i>Soreni yotte.</i>	Por tanto.
		<i>Saredomo.</i>	Mas.			<i>Carugayuyeni.</i>	Por isso.
		<i>Xicaredomo.</i>	Toda via			<i>Xicareba.</i>	
		<i>Tomo.</i>					

<i>To yutome.</i>	Mas que.
<i>Rebatore.</i>	A inda que.
<i>Mamayo.</i>	Dou lhe que.
<i>Tomamayo.</i>	

<i>Xitaruni.</i>	Assi que.
<i>Xicarú tocoroni.</i>	

A julgar pelas subdivisões, estava definido o papel subordinativo de *que* e reconhecido que a sua presença em locuções criava empregos sintáticos diferentes dos de outras unidades da mesma espécie, desde logo porque umas são sempre conjuncionais de orações, enquanto outras podem conectar palavras dependentes de um mesmo verbo. O que pretendia o Autor era diferenciar empregos sintáticos da mesma espécie de conjunção, *que*, consoante fosse ou não formada de *que*, assim seria índice ou de dependência sintática entre orações ou apenas de ligação de orações/palavras. No quadro da relação opositiva, as adversativas *mas*, *porém*, *todavia* comportam o valor concessivo da locução *ainda que*, usada em orações cuja dependência sintática relativamente a um antecedente (ou conseqüente, conforme a ordem) é análoga à que ocorre entre os termos de uma relação marcada por uma preposição. Em relação às designadas conjunções “collectivas”, o mesmo se diga para “*assi que*”: estabelece com um elemento anterior uma relação de tipo regencial, que possui o valor conclusivo de *portanto*, *por isso*, em virtude da sua acepção modal.

2. Estrutura sintáctica: comportamento das classes de palavras de relação

Já atrás se disse que as duas gramáticas seiscentistas do concani, a de Tomás Estevão, de 1640, e a anónima do dialecto do Norte estão ordenadas pelo mesmo plano. Se são complementares quanto ao estudo da língua, pois as descrições revelam evidentes variedades geográficas na morfologia e na sintaxe, já em termos formais e também conceptuais nenhuma novidade a gramática do dialecto do Norte introduziu relativamente à sua fonte principal, nem metodologicamente mudou a estratégia de uma descrição donde estão ausentes considerações de natureza teórica. A terceira parte destas gramáticas, sobre a qual apenas o Autor anónimo fará a lacónica observação de que “ensina a compôr a oração” (*Grammatica*, 1858: 1), é de âmbito estritamente normativo e a matéria sintáctica, que recebeu um tratamento uniforme por parte de ambos os Autores, segue o esquema herdado da tradição gramatical ocidental. Sem nenhuma discussão teórica, mas dado *a priori* que a sintaxe trata da ordem e correspondência que devem guardar entre si as partes da oração, os Autores retomam a morfologia das classes de palavras para se ocuparem agora do seu desempenho sintáctico, segundo o valor etimológico de ordenação e disposição de grupos de palavras. Por outro lado, assumiram também, da mesma forma implícita e unânime, a concepção de que, para combinar as palavras em sequências lineares, todas as línguas disporiam de instrumentos gramaticais de concordância e de regência, capazes de, quaisquer que fossem, adequar as palavras dependentes à palavra por que eram regidas. Assim, embora sem a tradicional divisão bipartida em factos de concordância e factos de regime, por inadequada a uma língua onde essa distinção não é assim praticada, a terceira parte das gramáticas foi dividida em nome, verbo e posposição (mais advérbio, interjeição e conjunção na gramática do dialecto do Norte) e, para cada uma das classes, estudados os fenómenos de concordância em concani e descrita a sintaxe de regência, centrada na dependência casual. Sobre a definição dos conceitos, nenhuma palavra; apenas são ordenadas por parágrafos, uma a uma, detalhadas regras de uso e colocação de cada classe de palavras, o nome e o verbo levando vantagem, com a descrição de factos de concordância e de regência, em número muito superior aos tradicionalmente consideradas no âmbito dos dois fenómenos de dependência sintáctica. A abrir o estudo do nome e do verbo, encontram-se as três regras gerais da concordância sintáctica:

O Adjectiuo concorda cõ o substantiuo ã cazo. & genero & numero vt *baro mannussu*. bom homẽ...

O Relatiuo concorda cõ o Antecedente em genero. & numero...

Todo o verbo pessoal de modo finito antes desy nominatiuo expresso, ou occulto, vt *hãua magatã*. Eu peço...

Estevão, 1640: 77v-78r, 92v

O nome adjectivo concorda com o seu substantivo em genero, numero, e caso: como, *bhõla mannussõ*, homem brando...

O Nome relativo concorda com o seu correlativo em genero, numero, e quasi sempre em caso...

Todo verbo pessoal de modo finito tem antes de si nominativo, com quem concorda numero e pessoa, como *mẽ sodhitẽ*, eu busco...

Grammatica, 1858: 138, 150

Para cada um destes tipos tradicionais de relações são particularizadas regras específicas, quanto ao emprego do relativo e à concordância em género e número do adjectivo com o substantivo composto, por exemplo, e ampliadas as modalidades de concordância a relações que cabem entre os fenómenos de regência: a concordância de um substantivo com outro (“Pregaçãõ de Deos”), e variantes desta relação (“perseguidor do pomo”); a concordância em caso da resposta com a pergunta (Estevão, 1640: 77v-79r; *Grammatica*. 1858: 138-140). Sabe-se quais as unidades que realizam a concordância sintáctica: o género (com uma forma neutra), número, caso e a pessoa são os *acidentes* da conveniência formal. Mas, no estudo do nome, nem sempre é líquida a distinção entre o que é concordância e o que é regime, porque os conceitos também nunca foram inequívocos, nem houve concerto entre os nossos gramáticos sobre o campo, se o do acordo ou regime, onde incluir uma relação sintáctica como a de *substantivo* (nominativo) - *verbo*. No que respeita às gramáticas do concani, o problema não é apenas de indefinição de conceitos ou de falta de clareza quanto aos critérios utilizados; sempre se percebe que os Autores fazem valer alternadamente a noção de conformidade de um determinante aos ‘acidentes’ de uma palavra determinada, ou a noção de dependência casual (ainda não era tempo do conceito de complemento), esta livre de implicações formais. Dá-se é o caso de estes dois fenómenos apresentarem manifestações diferentes das que se encontravam realizadas na gramática latina, por existirem construções sintácticas que realizam em simultâneo o acordo e o regime. Na relação de dependência entre dois substantivos, há regência casual de genitivo, realizada por meio de partículas que são pospostas ao complemento determinativo e concordam em género, número e caso com a palavra determinada, substantivo ou adjectivo com esse valor. A expressão da posse, em sentido amplo, ilustra esta construção: as formas “cho, chy, chẽ”, respectivamente do masculino, feminino e neutro, são variantes de

significante de uma unidade designativa de posse (ou de agente/autor), que alternam entre si consoante a forma do objecto possuído⁶⁴. É o que se pode verificar em:

- *Paramesparachē* xastra “Pregação de Deos”; *Paramesparacho* Putru “o filho de Deos”; *Paramesparachy* sumurti “A ley de Deos”; *mannussachē* ghõrõ “casa do homem”; *põrõmesuõrachē* ghõrõ “casa de Deos”⁶⁵.

As referidas partículas, a que os Autores chamam “sinal de genituiu” (Estevão, 1640: 15v; *Grammatica*, 1858: 11), são exactamente unidades do tipo das desinências casuais latinas, com a diferença de nelas ser segmentável uma marca de género que, imposta pela palavra determinada, se manifesta de forma descontínua em vários pontos do sintagma por força da concordância. Ao mesmo tempo, são um meio de que dispõe o *concani* para marcar um tipo de relação, isto é, têm, na relação nominal de genitivo, o mesmo officio das desinências casuais e das posposições em construções de nomes e verbos regentes dos casos acusativo, dativo e ablativo, com ou sem posposição. Apresentem-se exemplos destas construções, ressaltando que, embora consideradas no âmbito do nome, algumas pertencem, em rigor, ao domínio da regência verbal (Estevão, 1640: 86v-92v; *Grammatica*, 1858: 144-150):

- nomes de dano ou proveito regem dativo;
- nomes que expressam “medida” regem ablativo;
- para a expressão do tempo são utilizados ablativo ou acusativo, com ou sem posposição;
- as noções de instrumento e causa vêm expressas por ablativo, com ou sem posposição;
- nomes de louvor ou vitupério regem ablativo, com ou sem posposição;
- em “cousas de comprar e vender”, “como o preço se põe em ablativo ordinariamente, também a reposta se põe no mesmo caso”;
- a “quietação em algum lugar” ou as circunstâncias de *lugar para onde* e *lugar donde* vêm em ablativo, com ou sem posposição.

⁶⁴ Cita-se a regra: “Todas as vezes que na oração se põe dous nomes substantiuos juntos pertencentes a diuersas couzas sã conjunção hũ delles se poe em genituiu, & sera aquelle de quẽ he a couza de que se trata na oração, vt *Paramesparachē* xastra. Pregação de Deos, cho, chy, chẽ, vem cõ o segundo cazo, & o faz genituiu, & se declina como adiectiuo, ficando o segundo cazo immudauel, & concorda ã cazo, genero, & numero cõ o nome, que o a companha, & que o faz ser genituiu” (Estevão, 1640: 78r-78v). Cf. a mesma regra em *Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte*, 1858: 11, 139.

⁶⁵ Os dois últimos exemplos estão registados na *Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte*, cujo editor adoptou o character “õ” para representar o “a” breve. Tomás Estevão seguiu a norma atrás referida de usar o itálico para a vogal breve: “este, *a*, primeiro se chama, *a*, breue, porq̃ cõmũmente assy he, & tẽ a pronũciação mea entre *a*, e, o, ainda q̃ as vezes tẽ accentu lõgo. O segundo, *a*, se chama, *a*, longo, porque assy he; E tẽ a pronũciação de nosso, *a*, longo” (Estevão, 1640: 2r).

Percebe-se que, estando confundidas diferentes modalidades de regime (nominal, verbal e “posposicional”), é apenas questão fornecer um quadro de empregos possíveis de casos que podem ser regidos de posposições, a fim de especificar a relação. O quadro fica completo com a descrição da regência verbal de acusativo:

Todo o verbo pessoal de modo infinito antes desy nominativo expresso, ou oculto, vt hãua magatã. Eu peço, & depois de sy accusativo senaõ for neutro ou passiuo, vt hãua vdaca magatã. Eu peço agoa.

Estevão, 1640: 52v

Quando o verbo he activo, alem do seu nominativo, tem depois de si accusativo, como *dogõ guru hendu boly mala sikõuitãtõ*, dous mestres me ensinarão a lingua Canarim.

Grammatica, 1858: 150

Não é difícil identificar neste inventário de empregos dos casos, os mesmos três tipos de regência que gramáticos renascentistas encontraram para o sistema casual latino (cf. Serbat, 1981: 39-51): o genitivo regido por nome; o acusativo por verbo; e o ablativo por posposição (quanto ao dativo, atribui-se-lhe independência dos fenómenos de recção; cf. Rubio, 1966: 142-148). O estatuto da posposição não seria apenas o de instrumento auxiliar da declinação. Frente a um caso plurifuncional que nem o ablativo (e lembre-se que no concani este é o único caso regido por posposição, salvo raras excepções), que cobre, se outras não fossem, as relações instrumental, locativa e ablativa propriamente dita do indo-europeu, o recurso às posposições teria por efeito eliminar sincretismos, ou seja, assinalar diferentes tipos de relação, que a desinência casual, por si só, não deixa perceber. No capítulo do verbo, a estratégia seguida pelos Autores é, como se nota pela descrição do regime de acusativo, a de associar o estudo do verbo ao do regime, introduzindo uma classificação verbal que é o ponto de partida para o estudo da regência, mediada ou não por posposição. A começar, uma dupla distinção dos verbos activos relativamente aos verbos passivos e neutros. Se para os primeiros é clara a definição de que regem acusativo, ou dativo em caso de “pronome, ou nome proprio de homem, ou mulher” (*Grammatica*, 1858: 151), já o critério complementar que é a possibilidade de converter este regime em sujeito de um verbo passivo nada aproveita aos Autores, que sobre as construções passivas mais não adiantam do que o secundário emprego de um “agente em Ablatiuo cõ a postposiçaõ” (Estevão, 1640: 93v). De facto, porque a forma passiva não depende do regime de agente, entende-se que a referência a este tipo de construção, tributária do regime de acusativo, vem a ser apenas uma forma de melhor caracterizar as propriedades do verbo activo. Quanto aos verbos neutros, tomam-se por dedução daqueles, de acordo com o conceito de intransitividade, a que, porém, os Autores só aludem indirectamente, na medida em que os verbos são definidos

não pela ausência de um regime de acusativo, mas pela sua natureza monovalente, donde se entenda o destaque da relação de concordância com o sujeito: “verbos neutros vão pello contrario do ã os actiuos por que concordaõ sempre cõ o agente” (*Id., ib.:* 95r, 96r). Para além destas duas classes de verbos, os de regime acusativo e os que, sem ele, podem vir acompanhados de toda a sorte de casos, a pormenorizada descrição sintáctica leva os Autores a estabelecer outras categorias de verbos, incluídas naquelas classes ou paralelas a elas:

a) os verbos substantivos, que “regẽ antes & de pois desy nominativo, vt hãua baro assa. Eu estou bem, hãua baro zaina. Eu me farej bom, hãua choru nhoe. Eu não sou ladraõ” (*Id., ib.:* 93r);

b) os verbos impessoais como “fazer Trouoĩs”, “fazer nublado”, “Chouiscar”, “fazerse tarde”, em relação aos quais “nunca se poẽ expressamente o nominatiuo do a gente” (*Id., ib.:* 93r);

c) os chamados verbos reflexivos como “entortarse”, “inclinarse”, “abaixarse”, que, dizem os Autores, regem dativo e têm “modo de conjugar neutro” (*Id., ib.:* 93r);

d) os verbos “causativos, e mandativos, os quaes se formão dos activos, e neutros” e exprimem-se, no dialecto do Norte, em construções perifrásticas com o verbo *mandar* + infinito - “v.g. *Kõritẽ*, significa fazer; o seu causativo he *Kõrõuitẽ* que significa mandar fazer; (...) estes assim formados alem do seu caso, querem dativo da pessoa” (*Grammatica*, 1858: 156);

e) os verbos defectivos, usados, no dialecto do Norte, como auxiliares de verbos activos e neutros, e, por isso, “não tem outro caso, senão do verbo, com que se ajunta, ou de alguma postposição, como (...) Pedro quer casar com Maria” (*Id., ib.:* 157).

A distinção destas classes é de ordem sintáctica e o agrupamento retoma, quer as características do regime directo e indirecto dos verbos activos, quer os traços próprios das construções neutras. Mas a análise torna-se predominantemente semântica quando os Autores passam a ilustrar os tipos de verbos que respondem a estas estruturas. A indicação dos casos que acompanham os verbos neutros e dos que são regidos por verbos activos, é feita de modo casuístico, verbo a verbo, mas dentro de uma certa sistematicidade, enumerados, ora os sentidos e respectivos regimes, ora a natureza de circunstâncias como a causa, o instrumento, tempo, lugar, algumas já antecipadas no capítulo do nome, outras apresentadas a propósito da posposição. A determinação adverbial de lugar, por exemplo, é descrita com algum detalhe, chegando o Autor da

gramática do dialecto do Norte a reservar-lhe um lugar à parte (“Regimento de lugar”) nas observações concernentes à sintaxe do advérbio (cf. *Grammatica*, 1858: 176-180). O emprego de advérbios de lugar e de ablativo regido por diversas posposições exprimem o lugar *onde*, o espaço *por onde*, a meta *para onde*, a origem *donde*, e em cada um destes complementos pode haver variação da posposição e mudança de ablativo para dativo, consoante a natureza do espaço, do limite e da origem do movimento, que o mesmo é dizer, consoante a natureza dos elementos da experiência: se o “lugar for Reino, Prouincia, Cidade, Aldea (...) se responde de ordinario por Ablatiuo cõ a postposição antu”; mas se se trata de “hir alguma parte pera algũa couza ou negocio, a tal couza, ou negocio, pera que se vay se pora em Datiuo”; e ainda “se ouuer de responder que alguẽ ueo de lugares altos, & eminetes entã se vza de velo, y, ã, que fica regêdo antes de sy Ablatiuo, vt *paruatauelo ailo, veyo de cima do oiteiro cangareauelo ddeuilo deceo das ameas*” (Estevão, 1640: 103v-105r). Para os esquemas de regência, a análise dos verbos é pontual e parte de dados semânticos, como já se disse, cada verbo descrito quanto ao número e tipo de constituintes que os seus vários sentidos prevêm, de regra, registados um por um: “O verbo *chucõte*, assim como tem varios sentidos, assim tambem tem varios regimentos...” (*Grammatica*, 1858: 155). Detecta-se, ainda assim, uma tentativa de agrupar os verbos segundo particularidades comuns, formando-se classes semântica e pragmaticamente motivadas. O significado lexical do verbo e as condições do seu uso valem para definir tipos de verbos que apresentam os mesmos condicionamentos sintácticos. Alguns exemplos (Estevão, 1640: 95v-105v; *Grammatica*, 1858: 153 e ss.): - “Os verbos de pedir, pedẽ sempre seu cazo da couza que se pede, & de pois Ablatiuo cõ apostposiçaõ lagui da pessoa aque se pede”;

- “O verbo ditã, quando quer dizer entregar rege Ablatiuo da pessoa aquẽ se entrega cõ apostposiçaõ laguy, & quando quer dizer da rege de pois de sy Datiuo da pessoa aquẽ se da, & isto alem do seu cazo”;
- “Todos os verbos de dar, ou Reçeber, ou ã trazem dano ou proueito a alguẽ, de pois de seu cazo regẽ Datiuo”;
- “O verbo, *marita*, quando significa matar rege cõmũmente Accusativo (...) & quando significa dar pancadas, ou ferir rege Datiuo”;

- “Todo o verbo que significa movimento para lugar rege de pois de *sy Ablatiuo*, em certas frases sem postposição, e outras com apostosição”.

O elenco de verbos apresentado em ambas as gramáticas é bastante mais extenso, assim como mais pormenorizado o contexto sintático de cada classe de verbos. Esta estratégia de enunciar diferentes empregos das unidades mantém-se quando os Autores, sobretudo o da gramática do dialecto do Norte, que maior atenção dá ao assunto, passam a analisar os sentidos das posições, retomando a descrição de tipos de circunstanciais. Tomás Estevão afirmou que as posições “variam na oração por varios modos de fallar”, mas ficaram por desenvolver tais empregos com o argumento de que “o *vzo insinara*” (1640: 108r-108v). Na gramática do dialecto do Norte, depois de um breve apontamento sobre a obrigatoriedade de “*ssy*” nas formas do pronome pessoal *mẽ* “eu” e *tũ* “tu” (e respectivas do plural) em função de dativo (“Pedro se afasta de mim”), segue-se o registo de diversos matizes significativos das posições em diferentes contextos. À maneira dos estudos tradicionais sobre as preposições, é questão de, utilizando as palavras de Augusto Epifânio da Silva Dias (1918: 102, n.2), ‘falar do emprego que elas têm’, isto é, elencar as múltiplas acepções que resultam dos empregos discursivos de um número reduzido de unidades. Faça-se uma rápida relação desses empregos (*Grammatica*, 1858: 170 e ss.):

- A posição “*ssy*”, além do emprego dativo, rege ablativo com função comitativa em *Pedrussy’ guela* “foi com o Pedro”, e com sentido de lugar em *Pedru ghõrassy’ aila* “Pedro veio de casa”. Logo se observará haver diferenças de conteúdo sem contrapartida na expressão, porquanto as funções comitativa e locativa dos contextos estão formalmente confundidas no significante “*ssy*”, em homonímia ou sincretismo - não é o momento de discutir estes conceitos -, de efeitos elimináveis pelo emprego de outras unidades, nos exemplos, as formas verbais e os dois substantivos regidos *Pedru* “Pedro” e *ghõra* “casa”, respectivamente. Já que acima se exemplificou a função dativa de “*ssy*”, note-se que o objecto indirecto exprime um ‘movimento relativo a um limite’, coincidente com a base significativa de “*ssy*” locativo. Mas há uma diferença gramatical que distingue funcionalmente estes empregos. É que no caso de dativo, a unidade “*ssy*” posposta às formas tónicas do pronome pessoal “*mẽ*” e “*tũ*” indica uma função específica: *Pedru madõrassy’ zate* “Pedro se afasta de mim”; *Pedru amãdarassy’*

zate “Pedro se aparta de nós”; *tudõrssy*’ “aparta-se de ti”; *tumãdõrssy*’ *zate* “aparta-se de vós”.

- Distingue-se da função comitativa a marcada pela posposição *cõrõ* “com”, que, com o mesmo significado de “ssy” comitativo, induziria a classificar as unidades de sinónimas não fosse a peremptória afirmação de que “não significa companhia, nem se toma em tal sentido, senão quando se falla por instrumento, como, *ddolleãcõrõ dequilẽ*, vio com os olhos”. Oportuna observação para leitores a quem o uso ensinara serem formalmente idênticas as funções comitativa e instrumental de *com*.

- O valor espacial da posposição “antõ” apresenta vários efeitos de sentido, manifestados no plano discursivo: o sentido de ‘interioridade’ de *em* em *gharãtõ hae* “está em casa”; o de ‘posição marcada por limites’ de *entre* no contexto *mannussãtõ* “entre os homens”; e o de ‘situação com destaque do lugar pontual’ em *bhattãtõ kaddila* “foi para a horta/dentro da horta”.

- Ocorrem também empregos de posposições correspondentes àquilo a que María Luisa López chama “oposiciones facultativas” (1970: 147 e ss.) e que ressumam do fenómeno da sinonímia: “*tõuarõ*, *pauarõ* que significação *alem* (...) regem ablativo, como, *Kadditõuarõ ddhorẽ khate*, está pastando o gado além do rio”. Embora os elementos informativos não passem daqui, diríamos que o emprego de *tõuarõ/pauarõ* apresenta carácter facultativo na expressão adverbial de lugar. A ser assim, tornar-se-ia possível, não mais do que em alguns contextos, bem entendido, comutar as duas unidades, isto é, produzir uma mudança estilística na expressão (*kaddipauarõ* por *kadditõuarõ*), sem provocar concomitantemente uma diferença de conteúdo. Corresponde o fenómeno à neutralização pontual de uma oposição significativa. A sinonímia parcial, aceite como princípio de funcionamento das unidades do paradigma, é válida apenas em termos casuísticos, quando se verifica existirem, em determinados contextos, empregos alternativos, devido a elementos de conteúdo comuns a duas ou mais unidades.

Sempre os estudos destas unidades contemplam dois comportamentos que deverão considerar-se a síntese do funcionamento dos elementos posposicionais: o processo de exprimir diferentes relações por meio da mesma unidade a par do de usar unidades alternativas para exprimir uma só relação, como se registou em *tõuarõ* e *pauarõ*, a que o Autor atribuiu os significados respectivos de “além” e “para lá”, quando

estudou o advérbio nas partes da oração (*Grammatica*, 1858: 132). Anote-se ainda a referência ao emprego de outras unidades, posposições e advérbios com esse valor, de sentido espacial e temporal (*Id., ib.:* 172):

- *laguẽ* “até” rege ablativo, “como, *gollea laguẽ, panny laguei*, chegava a agoa até á garganta”;

- a “postposição *upõrantẽ*, que quer dizer *depois*, se ajunta com os verbos no pretérito; v.g. *zẽuolea upõrãtẽ*, depois de jantar”.

Determinações adverbiais deste tipo - lugar, tempo, instrumento, causa - foram também estudadas por João Rodrigues para a língua japonesa, mas sob uma perspectiva diferente, porque foi também diferente a forma como o Autor estruturou a matéria sintáctica e outro o método de abordagem. Na *Arte breve*, a parte relativa à sintaxe, incluída no mesmo segundo livro da etimologia, está configurada de acordo com o modelo da gramática latina de Manuel Álvares: exposição em artigos ou *preceitos* de regras “geraes pera começar a compor”, cada um seguido de *appendices* que particularizam a regra enunciada (Rodrigues, J., 1620: 59v-66v). O carácter genérico destas regras e o modo sumário como são tratadas respondem a uma deliberada intenção de simplificar o texto gramatical, que o Autor justificou com o facto de o assunto estar desenvolvido na *Arte grande*, deixando ao leitor a tarefa de aí completar a informação em falta. Antes de iniciar o conjunto dos quinze preceitos, algumas breves definições enquadram a análise no tipo de estruturação sintáctica do tempo: a sintaxe “he a composição certa, & determinada das partes da oraçam entre si”, o que significa estarem estas no número, caso e lugar que lhes convém; a sintaxe divide-se em intransitiva, “quando as partes da oraçam não tem casos dessemelhantes dos precedentes”, e transitiva, “quando regem casos dessemelhantes aos precedentes”; cada uma “se diuide em justa, & figurada”, conceitos tratados na *Arte grande*, para a qual o Autor remete (*Id., ib.:* 59v-60r). Incluir na sintaxe, em plano de igualdade de tratamento, o estudo gramatical da construção e o metagramatical, este a meio caminho entre a gramática e a retórica, onde nasceu, é porventura a diferença formal maior, subordinada a razões linguísticas, que se regista relativamente à descrição sintáctica de línguas ameríndias. Outros factos não houvesse, bastaria esse para marcar a estrutura sintáctica de uma língua cujo estudo se aproveita do aval literário de fontes clássicas. Poderiam acumular-se textos de missionários abonatórios dos elevados padrões civilizacionais. Alguns

poucos, no entanto, valem por todos: As palavras que o P^e. Lourenço Mexia dirigiu ao reitor do Colégio de Coimbra são muito expressivas:

“A lingoa [japonesa] he a mais graue, & copiosa q̄ creio ha, porq̄ em muitas cousas excede a grega, & latina, tẽ infinidade de vocabulos, & modos pera declarar a mesma cousa, & tẽ tâto que fazer em se aprêder. q̄ não somente os nossos q̄ ha mais de vinte annos que la andão, mas os naturaes aprendem cousas nouas. Tem outra cousa (q̄ creio se não acha em nenhũa lingoa) q̄ se aprende a Reithorica, & boa criação cõ ella. Não pode ninguem saber Iapão, q̄ não saiba logo como ha de falar aos grandes, & aos pequenos, altos, & baixos, & o decoro q̄ se ha de guardar cõ todos, & tẽ particulares verbos, & nomes, & modos de falar pera hũs, e outros. Ia os nossos tẽ feito a arte da Gramatica, & Calepino, ou Vocabulario, e começarão o Nifolio ou tesouro. A lingoagẽ da escritura he mui differente da pratica & asi hũa, como a outra he mui varia, e abundãte & cõ ser taõ abundãte em poucas palauras cõprendẽ muito. A letra he cousa infinita, nem se acha pessoa q̄ a saiba toda, porq̄ tẽ duas maneiras de A b c, & cada hũ de mais de corenta letras, e cada letra tẽ muitas figuras: & alem disto tẽ letra de figuras como os Chins, q̄ he cousa q̄ nũca se acaba de aprender. E afora estas figuras tẽ outras proprias pera as mesmas cousas. Tẽ no escrever muito engenho, & artificio porque o q̄ se não pode explicar na lingoa se declara na letra. Nas cartas q̄ escreuem saõ grauissimos, porq̄ não poem letra, nẽ palaura, q̄ não vã cõ muita cõsideração, e tẽto pera q̄ não sejão notados de imprudentes” (Garcia, 1598: II, 123v).

Compensam em esclarecimentos os custos da longa citação.

Considerada a oposição entre “sintaxi justa” e “sintaxi figurada”, é à primeira que se deverá fazer corresponder o que o Autor entende por “composição certa, & determinada das partes da oraçam”, logo ilustrada no tratamento da ordem das palavras em japonês (“Preceito primeiro”). Sabe-se que, iniciada a codificação gramatical das línguas vulgares, o embrionário estudo da ordem das palavras passou a acompanhar regularmente os fenómenos de concordância e de regime, apresentando-se estes como corolário de uma ordem chamada *lógica* e *natural*, segundo a qual o substantivo (normalmente escolhido para elemento de referência) seguia a palavra regente e precedia aquela a que impunha os seus *acidentes* gramaticais. Os gramáticos renascentistas, perseverando embora na aplicação da sintaxe latina às línguas vernaculares, não deixaram de focar aspectos da colocação do pronome e do adjectivo, ou da posição do sujeito face ao predicado (cf. Kukenheim, 1932: 160-163). Na gramática de João Rodrigues, a matéria ocupa um lugar de destaque e apresenta características reveladoras de que se há uma ordem *lógica* na expressão baseada no modo como as ideias se sucedem no pensamento, não existe uma ordem *natural* válida para todas as línguas. A propósito do “Nominatiuo com verbo”, o Autor registou o lugar dos elementos frásicos: “O Nominatiuo comumente se poem no primeiro lugar aperte, ou occultè: no segundo

os casos do verbo; & no vltimo o verbo”; sobre o nome adjectivo, vem a referênciã ao seu lugar na determinaçã nominal: “sempre se antepoem aos nomes substantiuos”; quanto ao pronome relativo *qui, quae, quod*, inexistente em japonês, entende-se “pello modo de colloçãm do antecedente, & verbo, do qual se rege o relatiuo, pospondo sempre o antecedente ao verbo, do qual se rege o relatiuo, que occultamente se entende (Rodrigues, J., 1620: 60v-63r). Note-se que este assunto da ordem das palavras, que domina grande parte da análise sintáctica, estende-se ao tratamento de factos e regras que a tradiçã concebera entre os fenómenos de concordância, aqui perspectivados não sob o ângulo da conformidade formal das unidades, mas segundo a sua posiçã relativa. A análise prossegue com a descriçã da regênciã dos verbos activos, factivos e passivos. O primeiro tipo “rege Accusatiuo paciẽte”, o segundo “quer Accusatiuo de cousa, que se faz, & Datiuo, *Ni*, da pessoa a quem se faz fazer a cousa” e o terceiro “rege Nominatiuo paciente, & Ablatiuo agente com a particula, *Yori, Cara*” (*Id., ib.:* 64r). As designadas *partículas* são elementos posposicionais que acompanham os casos, nomeadamente o dativo e ablativo. Tal qual se assinalou para as gramáticas do concani, as regênciãs casuais correspondem às clássicas de acusativo para o verbo, ablativo para a posposiçã e genitivo para o nome (cf. “Preceito, 9. do nome substantiuo com Genitiuo”). O dativo e o ablativo, ambos considerados independentes do verbo, são apresentados no contexto “da construiçãm comum a todos os verbos” (“Preceito, 13”). É que qualquer verbo, *lato sensu*, é susceptível de levar um *casus dandi* (“Todo o verbo admite Datiuo comum com a particula *Tame*, ou, *Tameni*, junta com a pessoa, sobre quem cayẽ algũ proueito”), e bem assim uma determinaçã em ablativo, com posposições diferentes para a expressã do tempo (“quandiu, & quando”), instrumento, causa e preço (cf. *id., ib.:* 64v). Para a determinaçã adverbial de lugar, o Autor apresenta o conjunto de posposições que respondem às questões *vbi, vnde, qua, quo*, segundo o esquema: “Quando fallamos polla primeira questaõ de estar em lugar, o tal lugar se poem com *Ni, Nite, De, Ni voite*. Vt, *Nipponni giûsuru*, Moro em Iapam”; “Quando se trata de mouimento de hum lugar pera outro, o nome do lugar donde se vem, ou parte, se poem com a particula, *Yori, Cara*. Vt, *Miyacoyori cudaru*, venho da corte”; e o mesmo tipo de descriçã relativamente às posposições que denotam o movimento *por onde* e *para onde* (*Id., ib.:* 65r). Encerra a matéria sintáctica e o segundo livro da *Arte breue*, o estudo das “partículas de honra”, em composiçã de nomes e verbos, respeitantes a tipos de tratamento social.

CAPÍTULO V

ARTES DE GRAMÁTICA DE LÍNGUAS AMERÍNDIAS

Entre a primeira gramática do tupi, da autoria de José de Anchieta, e a sua congénere do alentejano Luís Figueira, saída nas primícias do governo de Filipe IV, o intervalo cronológico de vinte e seis anos (ou mais se se considerar a circulação manuscrita daquela) é igualmente mensurável em distância epistemológica. Não que se rompa o silêncio sobre informações metalinguísticas ou questões de teorização gramatical. Mantém-se a situação de contraste, já vista em relação às artes de línguas orientais e que atingiu também as vernaculares, entre os procedimentos gramaticais do humanista de gabinete, para quem interessava dilucidar “*Quid est nomen?*”, e os dos gramáticos missionários cujo objectivo era, não fazer ciência linguística, mas facilitar rapidez de aprendizagem e aprendizagem do fundamental⁶⁶. O diferencial de cerebrações que se considera aqui no período de tempo de Anchieta aos gramáticos seiscentistas é da ordem das concepções metodológicas que orientam as suas artes. Presente a máxima horaciana do *dimidium facti, qui bene coepit habet* para o gramático que começou a percorrer caminhos nunca antes trilhados, de uma à outra obra vai, porém, a distância do empirismo gramatical - fácil de detectar em ressalvas do tipo “como a língoa do Brasil não está em escrito, senão no continuo vso do falar, o mesmo vso, & viua voz ensinará melhor as muitas variedades que tẽ, porque no escreuer, & accentuar cada hum fará como lhe melhor parecer” (Anchieta, 1595: 9) -, à descrição da língua por “fundamentos, & regras” (Figueira, 1621: “Prologo ao leitor”), com uma base metodologicamente firme. As diferenças quantitativas e qualitativas da análise linguística são as que separam a miscelânea gramatical da *arte* sistematizada conforme o modelo clássico do género. Não sofrem dúvidas os termos em que o Superior Manuel Cardoso assina a “Aprovaçam” da gramática de Luís Figueira: “& se deve ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta lingua brasilica costumaõ ter: naõ obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou muy diminuta, & confusa, como todos experimentamos” (Figueira, 1621). “Diminuta” em conteúdos, por omissão de secções tradicionais da gramática; “confusa”

⁶⁶ Exceptuam-se evidentemente as raras reflexões teóricas oriundas de prólogos, dedicatórias e outros textos de natureza prefacial, os quais, também no tocante a outras artes do trívio escolástico, parecem ter sido, ao longo do século XVII, o lugar por excelência das problematizações teóricas. Para o campo da literatura, vd. Lepecki, 1980: 7-30.

na arrumação das matérias, face à hierarquização mais antiga da *littera, syllaba, dictio e octo partium orationis, e constructio*. Há a consciência de tergiversações de magistério e uma valoração positiva do paradigma gramatical instituído. Boa razão assistia a Maria Leonor Buescu quando afirmava que “a Gramática de Anchieta segue, mais uma vez, rigorosamente, o modelo universal: a gramática clássica” (Buescu, 1983: 74); mas o entendimento de que “L’organisation de la grammaire suit (...) le plan classique des vieilles grammaires latines, en y ajoutant même, des réflexions stylistiques qui relèvent de la rhétorique classique” (Buescu, 1988: 278), é que já concita algumas dúvidas no contexto da ulterior gramaticografia missionária. E por várias razões.

Comece-se por uma generalidade indutiva sobre a gramática de Anchieta e as dos que o sucederam no século seguinte, nomeadamente as três únicas gramáticas escritas em português, hoje conhecidas: a *Arte de grammatica da lingua brasilica* (Lisboa, 1621), de Luís Figueira; a *Arte da lingua de Angola* (Lisboa, 1697), de Pedro Dias; e a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri* (Lisboa, 1699), de Luís Vincêncio Mamiani. A visão da *eloquentia perfecta* operada sobre a bitola dos valores linguísticos humanistas, que os gramáticos do japonês e do chinês colocaram num plano de essencialidade da construção, não procede para as línguas do Brasil, cujo estudo não se defrontava com os artifícios da literariedade. Desviaram-no dessa direcção tanto o zelo utilitário dos missionários, voltados para o saber técnico, que não propriamente a arte dos ingredientes formais da língua, como o facto de a língua descrita não carregar o lastro das autoridades e modelos a quem seguir, legado de que puderam beneficiar o P^e João Rodrigues ou os autores do *Vocabulario da lingoa de Iapam* (Nagasaki, 1603), entre os povos do Oriente. Este um diferencial evidente de métodos, preocupações e problemas, em face do qual, enquanto durou o século XVII, ficaram de remissa as *figurae constructionis* tratadas por um Nebrija ou Manuel Álvares em capítulo da “sintaxe figurada”. O cultivo do idioma só a prazo relativamente largo poderia surtir. No imediato, muito mais do que o problema da expressão estilística, a insuficiência da codificação linguística afectava o prescritivismo gramatical: faltavam regras esclarecidas para aplicação normativa na escrita e elocução, caso em que concorria o direito reconhecido do uso, e faltavam elementos de expressão lexical para veicular determinados conteúdos. Abra-se um parêntesis para citar, a respeito destas dificuldades, um típico lugar de *refutatio* que Mamiani utiliza no prólogo da sua gramática, ao jeito do tópico da captação de benevolência:

“Naõ duvido q̄ faltarãõ algumas propriedades mais secretas, & algũas regras mais recõditas, q̄ naõ se puderaõ ainda alcançar; mas parece-me q̄ nas regras geraes, q̄ aqui se apontaõ, não haverã erro. Porẽ quãdo o houvesse, não he para se estranhar em hũa lingua, (...) q̄ não tẽ livros, por onde se aprẽda” (1699: “Ao leytor”).

A inexistência de livros reflecte a não-normalização da língua, pecha maior do tempo de Anchieta, mas contra a qual já no dobrar do século XVII Luís Vincêncio Mamiani não tinha por que fazer grande reparo. De resto, a fortuna da corrente do *usus*, em face da *auctoritas*, tem parte no processo da gramaticalização que vai de Anchieta a Mamiani.

Examinado os progressos da adequação linguística, via codificação ortográfica, lexical e gramatical, verifica-se que se correspondem com o paulatino decréscimo do recurso ao uso, “la grande ressource des grammairiens en dérive” (Chevalier, 1968: 589), cada vez menos expediente para remediar as irregularidades gramaticais e permitir ajustamentos de conveniência. Conforme se ia constituindo uma identidade da língua, criava-se um *superavit* textual que permitia contrabalançar com o critério do uso a autoridade de uma base teórica de apoio, criada pela progressão do tupi na formulação gramatical dos vocabulários, catecismos e artes. O confronto das obras inclina a postular que o experiencialismo⁶⁷ do primeiro gramático do tupi se distingue do racionalismo (no sentido da *recta ratio*, a descrição da norma gramatical) dos subsequentes seiscentistas, e que o prescritivismo de regras e preceitos destes últimos não tem paralelo na fundamentação gramatical do uso que aquele oferece. “O vso de diuersas partes do Brasil sera o melhor mestre”, “o mais vniuersal vso (...) é ...”, “o vso insinarã”, “vsus docebit”, “outras maneiras ha tambem de (...) mas fique pera o vso” (Anchieta, 1595: 1v-2, 6v, 9v, 10v), são máximas de Anchieta que a cada passo lhe vêm ao bico da pena, mas cuja recorrência ulterior os gramáticos de Seiscentos souberam bem condicionar com parcimónia às novidades por si mesmos carreadas. E as novidades são vicejadoras de matérias sintácticas em secção que, como parte independente da gramática, está omissa na *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595), o que acontece também na *Arte do guarani* (Madrid, 1640), de Ruiz de Montoya. Uma

⁶⁷ O *usus* é sistema constituído pela experiência. Do ponto de vista linguístico, porém, o conceito não é unitário: para os nossos humanistas, o bom uso, quer do latim, quer do vernáculo, era a norma fixada pelos modelos literários clássicos; no francês do século XVII, o *usage de la cour*, isto é, de um meio socialmente localizado com precisão, constituía a referência da pureza linguística; no caso dos gramáticos de línguas ameríndias, imbuídos que estivessem dos valores humanistas, a questão era a da prevalência ou do uso linguístico como confirmação empírica de dados, ou de um conhecimento que começava com a experiência, mas não procedia dela, porque se sobrepunha o normativismo da gramática latina.

vez esmorecida a voz do *usus* (silenciada de todo em Ruiz de Montoya), o recenseamento das suas ocorrências não é demorado:

Figueira, 1621

- a propósito da formação de “nomes verbaes”: “A formação destes verbaes ensinará melhor o uso, mas com alguãs regras se darà noticia della” (pp.117-118); e no capítulo “*Da syntaxe; ou construção das partes da oração*”: “O uso ensinará a boa collocação das partes da oração entre si” (p. 165);

Dias, 1697

- sobre os “verbos imperfeitos” escreveu que “mais se aprendem com o uso, por serem anomalos” (p. 23); e já na secção da “*Syntaxe*”, “Os verbos, que significão, auxilio, proveito, &c. querem dativo, o qual se denota com as particulas A, O, I, & outras, que com o uso se aprenderão” (p. 41);

Mamiani, 1699

- na “Primeira parte da orthographia, pronunciação, declinação dos nomes, & conjugação dos verbos”, vem: “sirva de regra gèral, que as consoantes T, & P, pedem mais ordinariamente a aspiração do que as outras, como o uso, & a praxe ensinarà melhor” (p. 3) e sobre a declinação nominal, “do mesmo modo se declina algum nome semelhante, que a praxe ensinarà melhor” (p. 25); na “Parte segvnda da arte da lingua kiriri. *Da syntaxe, ou construção das oito partes da oração*”, a propósito da tendência aglutinante da língua, escreveu o gramático que “Naõ se póde dar regra certa para fórmr estes compostos [nomes e verbos]; mas o exercicio, & a praxe da lingua a ensinará, assim para conhecer os compostos de que já usão, como para saber fórmr outros de novo” (p. 77); e concluiu a sua obra com a afirmação “O modo de collocar as outras partes da oração, como participios, preposiçoens, interjeiçoens, & conjunçoens, já se declarou nos proprios capitulos de cada huma dellas; & o uso da mesma lingua serà a regra mais acertada de todas as outras regras desta Arte. *Usus te plura docebit*” (pp. 123-124).

Singularizam-se a referência ao uso com a restrição da norma gramatical (em Figueira) e a exploração do conceito de *praxis* (em Mamiani), que, diferindo daquele pelo seu próprio valor aristotélico de ciência (a *episteme praktikai* vs. o saber comum, ordinário e vulgar do uso), entra no discurso gramatical para referir a actividade enquanto execução de uma teoria, que é, afinal, a própria actividade normativa. Mas o triunvirato de gramáticos singulariza-se sobretudo pela salvaguarda da cláusula do uso no domínio da anomalia e irregularidade que constituía a syntaxe ou construção. É que, se aos ‘rudimentos’ gramaticais, compreendendo a flexão nominal e a verbal, quadrava a grelha das declinações e conjugações latinas, à syntaxe assacavam-se-lhe as limitações de um campo de ensaio para o qual era necessário encontrar uma fisionomia própria, por singela que fosse a índole da língua. Nem mesmo sobre o material já existente das línguas vernáculas era possível fixar algumas características sintácticas do tupi ou quimbundo. E a obra de Anchieta fornecia dados que, mais do que respostas, abriam a questão de adequar a estruturação das matérias à divisão tradicional das gramáticas em ortografia/ prosódia, etimologia e construção, herdada dos gregos. A cautelosa solução de compromisso criada entre uma regulamentação nova e a *constructio* latina é assim

descrita por Pedro Dias, com base no princípio, de inspiração modista, de que existem regras comuns a todas as línguas:

“Tratamos sómente das regras geraes, que pertencem a todas as linguas, & que se podem accõmodar à dos Ambundos, deixando as especiaes da lingua latina. Porem perei a primeira palavra da regra latina, & o exemplo da lingua angolana, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata” (1697: 33).

Em primeiro lugar, propõe a regra latina para depois a aplicar à estrutura frásica do quimbundo, e sempre aquela ministrando o meio para se conhecer esta. O texto latino, esse, designava por antonomásia o *De institvtione grammatica libri tres*, do P^e Manuel Álvares, de cujo Livro II é colhido e pela mesma ordem que aí apresenta. “Verbum personale finiti modi antecedit nominatiuus apertè, vel occultè”, “Prima, & secunda persona ferè non explicantur”, “Aut cum significamus, quam dicimus”, “Verbum infinitum interdum partes nominatiui agit”, “Voces copulatae saepe verbum plurale desiderant”, etc., é uma sequência de regras sintáticas do *corpus* alvaresiano (1572: 108r-109v), a que Pedro Dias se ateu estritamente, da forma acima explicada, isto é, enunciando o início da regra: “Regras do nominativo. Verbum personale, &c.”, “Prima, & secunda persona, &c.”, “Aut cum plus significamus, &c.”, “Verbum infinitum, &c.”, “Voces copulativae, &c.”, etc. (Dias, P., 1697: 33-35). Considerada uma parte da gramática para a sintaxe ou construção, facilmente se percebe que todos estes gramáticos organizaram os seus manuais à maneira da divisão tradicional da gramática em partes, em duas ou três secções⁶⁸, que não se vêem em Anchieta, nem têm correspondência integral com os vários capítulos da sua gramática. Veja-se, de forma breve e esquemática, a estrutura da *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595), para melhor se perceber a base dos procedimentos em que é legítimo radicar a diferença de concepções dos gramáticos:

- *nomes, pronomes, verbos e preposições* são as partes do discurso tratadas em treze dos dezasseis capítulos (os restantes para a ortografia, pronúnciação e acentuação);
- entre estas categorias, aparecem a focagem do *participio* e observações esparsas sobre o *advérbio*;
- quanto à matéria sintática, ter constituído, a seguir às sintaxes medievais (cf. Percival, 1975: 233 e ss.), a menor das secções gramaticais explicará aqui a sua não sistematização em parte autónoma da gramática, mas, ao contrário, o Autor interpolou-a

⁶⁸ Está fora desta alçada a gramática do guarani, do jesuíta espanhol Antonio Ruiz de Montoya. Obra do tipo lexico-gramatical, por ser *Arte, y vocabulario de la lengva gvarani*, é provável que, não fora a estrutura sintética da *arte*, deviesse culturalmente pesada, para além do possível risco editorial.

na análise das partes do discurso, em descrições sintéticas do tipo “outros aduerbios doutras sortes, facilmente mostram sua construção pello vso, com as mais partes da oração” (Anchieta, 1595: 10v), ou individualizadas em itens como “Construção destes pronomes”, “Construção mais particular dos pronomes, & nomes”, “Construção do infinitiuo. e seu uso” (*Id., ib.:* 11r, 12v, 27r).

Outro fôlego parece possuir a gramática da centúria seguinte. Dividida em duas ou três partes, tal modelo tem uma capacidade operatória que abona a sua validez em termos de rápido acesso ao domínio da língua. Luís Figueira classificou o método da sua gramática de “facil, bem ordenado, & breve: como era necessario, para ser fructuoso o estudo de hũa lingua suave si, & elegante; mas estranha, & copiosa” (1621: “Aos religiosos *da Companhia de Jesus da Provincia do Brasil*”); por sua banda, e na mesma ordem de valores, Mamiani sublinhou a índole didáctica da sua obra ao afirmar “tirar os fûdamentos, & regras mais certas, para q̄ cõ ellas se formasse hũa Arte facil, & clara, quanto bastasse para os nossos missionarios das aldeas dos kiriris aprêderẽ a lingua” (1699: “Ao leytor”). Ajustam-se cabalmente à configuração interna das gramáticas estes proémios externos. Sobre serem uma descrição do funcionamento da língua, as gramáticas eram instrumentos didácticos, tanto mais operatórios quanto mais desembaraçados os fios da complexidade das línguas, o que passa pela ordenação e sistematização dos temas em secções de *ortografia* ou *de litteris, prosódia* ou *de sillabis, etimologia* ou *de dictionibus e sintaxe* ou *de oratione*. Esta foi a metodologia dos gramáticos em apreço:

<u>Figueira</u> 1621	Ortografia (com princípios gerais das declinações e conjugações) (p.1).	“ <i>Das oito partes da oraçaõ. Nome, pronome, verbo, participio, preposiçaõ, adverbio, interjeiçaõ, conjunçaõ</i> ” (p. 68).	“ <i>Da sintaxe; ou construiçaõ das partes da oraçaõ</i> ” (p. 149).
<u>Dias</u> 1697	Ortografia (com princípios gerais das declinações e conjugações) (p.1).	“ <i>Rudimenta</i> ” “Em quanto à rudimenta, tem esta lingua todas as oito partes da oraçaõ, mas muito diminutas respeita da latina; por isso não trato algũas necessarias, por estarem declaradas na sintaxe” (p. 23).	“ <i>Syntaxe</i> ” (p. 33).
<u>Mamiani</u> 1699	“Primeira parte da orthographia, pronunciaçaõ, declinaçaõ dos nomes, & conjugaçaõ dos verbos” (p. 1).		“Parte segvnda da arte da lingva kiriri. <i>Da syntaxe, ou construiçaõ das oito partes da oraçaõ</i> ” (p. 50).

Note-se que é legítimo considerar a primeira gramática do tupi coeva das primeiras codificações do nosso vernáculo, sabendo-se que circulou bastante em manuscrito desde 1555. Enquanto o modelo de Anchieta foi o elenco de compêndios dos Pastrana, Nebrija, Estevão Cavaleiro, Cleonardo, Jerónimo Cardoso, Despautério (para só citar alguns de entre os maiores), que ocuparam o espaço escolar português da primeira metade do século XVI (cf. Verdelho, T., 1995: 55-123), os gramáticos missionários da era seguinte escreveram tendo à vista ou na memória, por um lado, aquela corrente do gramaticalismo humanístico e, por outro, a geração de textos gramaticais do último meio de Quinhentos, “que elaboram a síntese de uma intensa actividade gramaticográfica e de uma considerável experiência escolar” (*Id., ib.:* 79), e onde pontificou o vanguardismo do regimento latino de 1572, o *De institvione grammatica libri tres*. Daí o desembaraço com que tiraram lição da experiência gramatical, quer da mais próxima, a gramática renascentista, quer das tradicionais fontes latinas, os *grammatici antiqui*, em especial Prisciano e o seu predecessor Donato. As divisões apresentadas conduzem à estruturação das matérias em dois grandes blocos de informação gramatical: primo, a explicitação das unidades linguísticas *letra, sílaba e palavra*, com a sistematização ortográfica, algumas considerações sobre o sistema fónico e prosódico da língua (descrições articulatórias e de acentuação, no caso de Luís Vincêncio Mamiani), a enumeração das oito partes da oração e rudimentos da flexão nominal e verbal, incluindo o “*verbum substantivum*”; secundo, a *oratio* ou a construção da frase, o estudo sintáctico das partes da oração, aprofundamento de informações relativas à flexão nominal e verbal, com referências complementares ao infinitivo, gerúndio e participípio, e pronome relativo. É claro que, como já se fez ver para a *Arte* de Pedro Dias, todas estas gramáticas são forjadas em termos contrastivos não só com o latim e português, mas também com o grego e hebraico. A própria *Arte* do guarani, com “*las ocho partes de la oracion*”, com a “*Declinacion de los nombres*” ou a “*Declinacion de los pronombres*”, é talhada à feição da gramática latina (Ruiz de Montoya, 1640: 2, 4). A título ilustrativo, e antes de se passar ao desenvolvimento de alguns aspectos gramaticais, citem-se os seguintes excertos onde as três línguas nobres e o vernáculo servem de paradigma às nativas:

“Parecera barbaria, concordar terceira pessoa no singular, com a primeira do plural. Mas não he de estranhar, pois tambem na lingua grega elegantissima temos exemplo semelhante, porque comumente os nomes neutros no plural, pedem o verbo no plural” (Figueira, 1621: 99);

“Las posposiciones son (...). Las quales se yrán explicâdo, y reduziendo a las preposiciones latinas” (Ruiz de Montoya, 1640: 70-71);

“Compoem-se [os verbos] de algũas particulas, das quaes servem hũas para o singular, outras para o plurar, collocadas entre as particulas pessoas, & o verbo. Servem de accusativo, dativo, assim como no portuguez, eu te amei, eu o amei, eu te dei, eu lhe dei, &c.” (Dias, P., 1697: 29);

“O participio que no latim acaba em Ans, ou Ens, nesta lingua acaba em Ri, & tem significaçã activa com os neutros, ou naõ passivos, & significaçã passiva com os passivos” (Mamiani, 1699: 40-41).

“se houvesse quem podesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocabulos monosyllabos, q̃ servem de raizes para fórmar os compostos, como na lingua hebreã” (Mamiani, 1699: 76).

1. Estrutura morfológica: quadro das classes de palavras de relação

A objecção que Mattoso Câmara levanta aos estudos de linguística ameríndia feitos na base de uma filologia tupi dos textos jesuíticos é um singular indício da doutrina gramatical que estes mesmos textos exibem. É que a língua que estava presente nas gramáticas e catecismos, isto é, a língua trabalhada pelos missionários, aproximou o tupi das nossas línguas de civilização, ao mesmo tempo que ‘o afastou sensivelmente das línguas tupi naturais’, porque não era “exactamente aquêle que os indígenas exactamente falavam” (Câmara Jr., 1965: 101 e ss.). A aproximação e o afastamento são resultado de uma só ordem de factores: a teoria e formalização gramatical apegadas à tradição latina do agir linguístico conferem aos textos dos gramáticos missionários uma homogeneidade de pensamento ao qual Mattoso Câmara deu o nome de “tupí jesuítico” (*Id., ib.:* 104). Na formulação histórica do linguista brasileiro, por “tupí jesuítico” entende-se o processo de interpretação e disciplinização da língua (“prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito”, Câmara Jr., 1974: 146), cujo corpo doutrinal era o da didáctica do latim. Estão, assim, *a priori* definidas as ideias gramaticais em que se inscrevem as obras sobre o tupi e a analisada do guarani: são de matriz clássica, mas, acrescente-se, cunhadas também pelas novidades que a língua exhibia.

Orientada a sucessão das matérias dos paradigmas para os sintagmas (em termos estruturalistas), relativamente aos primeiros, é o sistema das partes do discurso que ocupa proporcionalmente a maior extensão das gramáticas, e as unidades chamadas *de relação*, aquelas que “significam siempre en compañía de las otras” (Díscolo, 1987: 79), aí figuram tratadas em sincretismo com a sintaxe, de forma que a sua retoma no estudo da construção não passa, as mais das vezes, de um apanhado ocasional e anódino de notas. Na linha da valorização da palavra desde a linguística medieval, não surpreende a atenção conferida aos paradigmas morfológicos, configurados segundo o sistema prisciano das oito classes de palavras. Para Figueira, Ruiz de Montoya e Mamiani sucedem-se os *nome, pronome, verbo, participio, preposição* (“posposicion”, especifica o jesuíta espanhol), *advérbio, interjeição, conjunção*; e Pedro Dias deixa também intacto o quadro clássico com uma generalização particularmente desfavorável para o tradicional grupo das partículas: “Em quanto à rudimenta, tem esta lingua todas as oito partes da oração, mas muito diminutas respeita da latina; por isso não trato algũas necessarias, por estarem declaradas na syntaxe” (1697: 23). Mas, ao mesmo tempo, a

gramática latina é ultrapassada pelo modelo que alguns romanos quiseram imitar, a *Sintaxis* de Apolônio Díscolo. Na análise das partes do discurso, não será de somenos distinguir as categorias verbais, em si mesmas, dos esquemas descritivos onde são representadas materialmente, segundo uma determinada ordem ou, utilizando as palavras do gramático alexandrino, sem que “se encuentren ordenadas al azar” (Díscolo, 1987: 81), concepção partilhada também pelos Modistas (cf. Rosier, 1983: 92-94). Aquelas colheram-nas os gramáticos missionários das que a gramática latina adaptou à doutrina fixada pelos alexandrinos; já para o esquema descrito ou ordem que seguiram na apresentação das mesmas categorias, a fonte foi a gramática grega, tal qual se verificou em alguns compêndios gramaticais de línguas orientais. A concepção de que “el orden de las partes de la oración exigirá también una razón de por qué el nombre va delante, le sigue el verbo y las restantes partes de la oración” (pela sequência *participio* [*metokhē*] / *artigo* [*áarthron*] / *pronome* [*antōnumía*] / *preposição* [*próthesis*] / *advérbio* [*epírrhēma*] / *conjunção* [*súndesmos*]) (*Id., ib.:* 80)⁶⁹, sabe-se ter oferecido um quadro que, se permaneceu imutável no tocante à organização bipolar entre *nome* e *verbo*, foi, na fixidez das restantes categorias verbais, sujeito a exercícios de adaptações e substituições. Restringindo o âmbito da questão, face ao esquema da sucessão *advérbio* (*adverbium*) / *participio* (*participium*) / *conjunção* (*coniunctio*) / *preposição* (*praepositio*), que a tradição latina difundiu, estes gramáticos missionários, como outros do espaço linguístico do Oriente, contrapuseram um contrário, *participio* / *preposição* / *advérbio* / *conjunção*, mais próximo do apresentado pelo Autor grego, com a *conjunção* no fim da lista e a *preposição* na dianteira das classes indeclináveis. Arguir-se-á de arbitrário este esquema que também gramáticos do latim e do vulgar fixaram do mesmo modo (cf., por exemplo, Figueiredo, 1756: 3 e Lobato, 1770: 7). Mas talvez não com a legitimidade reconhecida para as línguas em cuja estrutura intervém a natureza

⁶⁹ As razões vindicadas são de fundamentação lógica, além de que a dita ordem era uma imitação da oração perfeita. Sobre a preposição, “no se llamó así en virtud de dicho sentido etimológico, sino por anteponerse a las partes de la oración a que nos hemos referido [nome, verbo, participio, artigo, pronome], ya que, si no hubieran existido previamente, tampoco ella misma hubiera podido constituirse, igual que dijimos del participio. De ahí que tenga el lugar que tiene en la frase, pues unas veces va en composición y otras en aposición, antepuesta a las mencionadas partes de la oración; luego, por su origen, es posterior, aunque en la sintaxis sea anterior”; o advérbio “funciona sintácticamente como adjetivo del verbo, según testimonia su propio nombre, y del mismo modo que el verbo es segundo del nombre, también el adverbio es segundo de la preposición, la cual precede al nombre, sea en composición, sea en aposición”; quanto à *conjunção*, diz Apolônio Díscolo que “Detrás de todas las mencionadas partes de la oración se colocó la que las conecta, la *conjunção*, la cual nada podría significar sin la materia de las palabras, al igual que las ataduras de los cuerpos físicos de nada servirían si no existiesen los propios cuerpos que atan” (Díscolo, 1987: 87-88).

pospositiva da preposição - “Todas as preposições desta lingua, se podem melhor chamar posposições, porque sempre se poem depois do nome, que regem” (Figueira, 1621: 120-121) e “Dizense posposiciones, porque siempre se posponen” (Ruiz de Montoya, 1640: 3) -, contra a noção canónica de “an indeclinable element which is placed before all other elements either in construction (*appositione*) or in compounding” (Prisciano *apud* Lepschy, 1994: 42). Assim, em *Eracó cóbäe derûbape* “leva isto a teu pay” ou *Eracó nderûba çupé* “Leva a teu pay”, *pe* e *çupé* são posposições de dativo; em *Oçó xerûba xeçüi* “Apartouse meu pai de mim”, *çüi* equivale às preposições latinas “de”, “ex” (Figueira, 1621: 121-123); em *Ahá cherópe* “voy à mi casa”, *pe* “in” é posposição de ablativo (Ruiz de Montoya, 1640: 73).

Em muitas outras formulações gramaticais, o modelo latino é superado pela doutrina dos criadores da gramática das línguas modernas. No discurso de abertura sobre a definição do nome cabem algumas matérias altamente disputáveis, que constituem elos da arquitectura geral do saber gramatical, e pelas quais se tira a mira dos autores. Assim o conceito de declinações que caíam sobre as formas nominais (substantivos, adjectivos, pronomes) do latim, em cuja evolução românica permaneceram três agrupamentos, ainda presentes em muitas gramáticas do vulgar. Partindo desta lição antiga da gramaticografia de língua portuguesa, os gramáticos missionários apresentam agora um quadro conceptual diferente, mesmo que, como na *Arte* de Ruiz Montoya, nome e adjectivo levem ainda, na formalização, a marca do acidente da declinação (Ruiz de Montoya, 1640: 2-3):

N. Abaré	Sacerdote	N. Abaré mârângatú	Sacerdote bueno
G. Abarambaé	Cosa del Sacerdote	G. Abaré mârângatu mbaé	Cosa del Sacerdote bueno
D. Abare upé	Para el Sacerdote	D. Abaré mârângatu upé	Para el Sacerdote bueno
Ac. Abaré	Al Sacerdote	Ac. Abaré mârângatú	Sacerdote bueno
V. Abaré	Sacerdote	V. Abaré mârângatú	Sacerdote bueno
Ab. Abaregui, del Sacerdote. Abarepïpe, con el Sacerdote. Abarépe, en el Sacerdote. Abaréhé, por el Sacerdote		Ab. Abare mârângatu gui, pïpe, pe, reche, pïri	

O mesmo fizeram vários gramáticos do nosso vulgar, depois de afirmarem ou deixarem entrever ter sido o sistema casual substituído pela construção preposicional. O conceito de declinação esvazia-se de conteúdo, uma vez tomado à conta de elemento contrastivo, que marca a diferença de línguas onde a declinação como variação morfológica de número é rejeitada, por realismo gramatical, e se concede à declinação casual formalização sintáctica. “A mesma voz serve em ambos os numeros, & em todos os casos” é o ponto de chegada da fixação dos nomes na forma única de acusativo para

todas as funções sintáticas, que “se conhecem por algũas preposições; ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos” (Figueira, 1621: 3-4; vd. também Mamiani, 1699: 6-8). E é o ponto de partida para conceber o domínio da construção, da ordem das palavras, do desenrolar interior da frase, consumada a transformação do procedimento sintético em procedimento analítico: “Assi como na lingua portuguesa em lugar de casos ajuntamos algũas preposiçoens aos nomes. v. g. Pedro, De Pedro, A Pedro, Pera Pedro, Com Pedro, &c. Assi tambem nesta lingua qualquer nome sustantivo he governado, & varia com preposições” (Figueira, 1621: 5). Nestas circunstâncias, a atitude mental que dita a concepção do estudo do nome em termos de “*Declinação dos nomes por numeros, e casos*” (*Id., ib.:* 3) é, à parte a matéria de interpretação dos casos, fundamentalmente de pendor reverencial do legado gramatical. Mas resta outro sentido. Novos enquadramentos do conceito de declinação são também uma resultante da substituição sintática concluída. Esclarecido o desenvolvimento de um sistema preposicional em substituição do desinencial, parece paradoxo que Luís Vincêncio Mamiani individualize na sua gramática um “§ IV. *Das declinaçoens dos nomes, verbos, e preposiçoens pelos pronomes*”, que apresenta as regras das subseqüentes cinco declinações, tiradas, como as latinas, de características formais:

“A esta primeira declinação pertencem os nomes começados por I (...), & mais os nomes seguintes. Anhà, tia. Badzè, fumo ...”; “A esta segunda declinação pertencem os nomes seguintes. Anhi, alma. Ambè, paga. Ambù, tocaya. Ameprè, por culpa ...”; “A esta terceira declinação pertencem os nomes seguintes. Ebayà, unha. E cudù, juntas do corpo, Eyemè, balça ...”; “A esta quarta declinação pertencem todos os nomes derivados dos verbos passivos, & os derivados dos verbos neutros da quarta declinação, & mais estes dous nomes, Có, fogagem, & Dimy, nodoa”; “A esta quinta declinação pertencem todos os nomes começados em V, & os nomes seguintes. Andzè, pannos velhos. Babasità, espeto. Badi, ornato de pennas ...” (Mamiani, 1699: 18-23).

Guardou-se, porém, o Autor de lhe ser imputado o vício de moldar idioma sem flexão casual na forma da língua clássica:

“Chamo declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porq̃ são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural” (*Id., ib.:* 13).

Vale dizer, paradigmaticamente constantes, os nomes e os verbos traziam a marca dos diversos subsistemas de clíticos, que eram determinantes prefixais. Na base dos cinco agrupamentos formais, estavam, não a variação de desinências, mas as formas diversas dos pronomes substantivos e dos correspondentes adjectivos, de que nomes, verbos e preposições se compunham por prefixação. A concepção nova, de matriz cunhada no

idêntico e distinto relativamente à gramática latina, é a de que “elles [latinos] dão por regra a desinencia dos casos, & pessoas; & nós o começo das mesmas pessoas” (*Id., ib.:* 16), artigos e partículas divididos em cinco séries, e paralelos às formas do latim vulgar *ego (meus), tu (tuus), ille (suus)*. Contudo de âmbito mais vasto que o sistema dos pronomes pessoais e demonstrativos, a ponto de justificar o estudo destacado “*De algumas particulas, que se usão na lingua*” (*Id., ib.:* 113) ou, na gramática do tupi, “*De algũas dições, que sós per si não significãõ; mas juntas a outras partes da oraçaõ, lhes dã sentido diferente*” (Figueira, 1621: 138), como se de nova categoria se tratasse. No campo dos fundamentos, não difere deste o quadro conceptual da gramática de Pedro Dias. Reconhece-se o traço linguístico que Pierre Alexandre considera estrutural na morfologia das línguas bantas, nomeadamente o “des mots qui se forment presque tous par agglutination à partir de radicaux invariables” (1968: 1400), pese embora a metodologia do gramático missionário ilaqueada nas linhas da pauta gramatical latina. Nenhuma ponderação particular sobre o funcionamento das partículas, mas, em contrapartida, uma actualização sistemática de paradigmas de partículas, que, combinadas com uma síbala própria, se prefixam ou sufixam a um radical para formar categorias morfológicas e construir relações sintácticas. A título de exemplo, refira-se que a série de unidades *ri, v, i, qui, ca, cu, lu, tu* (do singular) e *a, i, gi, tu* (do plural) vale para a concordância em número do substantivo com o adjectivo (*nbata ri-nène* “casa grande” e *mabata a-nène* “casas grandes”, Dias, P., 1697: 2, 4); para o emprego típico do genitivo possessivo, com acréscimo da sílaba *a* (*ngina riâ-zambi* “nome de Deos”, *ngina riâ-tata* “nome do pay”, *Id., ib.:* 3, 40); para o “*relativum qui quae quod*”, com acréscimo da sílaba *o* (*oituxi-yò gabangue gariela-yo* “as culpas, que fiz, estou arrependido dellas”⁷⁰, *Id., ib.:* 3, 37-38); para as modalidades do tipo dos pronomes demonstrativos, combinados com *e, o* (*camba-eri* “este amigo”, *mulonga-ou* “esta palavra”, *milonga-ei* “estas palavras”, *Id., ib.:* 9). A este paradigma contrapõe-se o reduzido número de preposições, dispersas na matéria sintáctica e mal percebidas entre a confusão com o artigo (“Em lugar destas particulas portuguezas, o, os, ao, aos, aã, às,

⁷⁰ Note-se que “repetir a ideia contida no pronome relativo, quando funciona como complemento directo, por meio de uma forma de valor pronominal” é característica atestada por Rodrigo de Sá Nogueira também para o ronga, outra língua do grupo bantu. A propósito do uso de partículas na subordinação relativa e noutras relações sintácticas, é elucidativo do que aqui se refere a explicação veiculada pelo mesmo filólogo: “Em ronga, os pronomes relativos não existem a bem dizer. Se os exarmarmos de perto, verificamos que as formas correspondentes às nossas expressões indo-europeias ‘que, o qual’ são uma amálgama do pronome demonstrativo e do pronome pessoal, que poderíamos baptizar com o nome de ‘pronome composto’” (Nogueira, 1958: 23-24).

usaõ os abundos da vogal O”, *Id., ib.:* 33 e ss.) e os factos de uma sintaxe consubstanciada na plurifuncionalidade do paradigma atrás apresentado, frente às relações unifuncionais das preposições. Antepostas ou sufixadas ao nome regido, aparecem as preposições *mo*, com o valor das latinas “ab”, “in”, “sub”, *co* “ex”, *ne* “cum”, *bo* “de” (cf. *Id., ib.:* 43-44).

Nas duas línguas ameríndias, o paradigma das partículas afere-se a regras de sintaxe. Constituem-no unidades do tipo dos sufixos, de natureza adverbial, “que sós per si não significão, mas juntas aos verbos, & nomes, ou estendem o significado dos mesmos verbos, & nomes, ou lhes ajuntão alguma força, & elegancia”, definição de Mamiani (1699: 113) exacta à formulada por Luís Figueira (cf. 1621: 138). Um valor estilístico⁷¹, outras auxiliares de construções perifrásticas⁷², estas partículas são retomadas, um pouco por toda a gramática (do kiriri, do tupi, como do guarani, embora, neste caso, não sistematizadas em paradigma), ora na morfologia das classes de palavras, ora na incidência de factos sintácticos. Note-se que, deste paradigma, a partícula *icó* “he o mesmo que o nome Hic, haec, hoc”; *mã* e *ne* servem, respectivamente, à formação do optativo e futuro das duas conjugações verbais do tupi, e aí figuram como modalidades verbais; e *i*, mais um exemplo, “posto no principio do verbo, he relativo (...): posto no fim he diminutivo”, quer dizer, serve de conectivo subordinativo quando vale, como é dito noutra lugar, de *qui, quae, quod* (cf. Figueira, 1621: 140-143). No kiriri, distingue-se um grupo de partículas que, em tudo idênticas às demais, “pertencem a outras partes da oração [participios e preposições, além dos nomes e verbos]” (Mamiani, 1699: 115-116), nomeadamente formas clíticas de natureza pronominal, que expressam, por exemplo, a pessoa do possuidor, e que também aparecem prefixadas a preposições. Conforme à sua natureza de partículas, são formas presas que servem, ao mesmo tempo, de pronome pessoal e de possessivo, utilizado o mesmo significante para designar a pessoa gramatical e o possuidor de um objecto, segundo um esquema atestado em vários

⁷¹ A título de exemplo: “Chi, serve de elegancia aos verbos, & nomes de fallar, gritar, perguntar: ut, Sodechi, que diz?” (Mamiani, 1699: 114); “Ri, se ajunta às vezes por elegancia às perguntas: ut, Soderi icotò. Porque furtou?” (*Id., ib.:* 115); “A, com til, ã, dá energia a algũas palavras: ut Açóã, Eisme vou” (Figueira, 1621: 138).

⁷² Também a título de exemplo: “Niò. Esta dicção posta depois do verbo denota, que a acção significada pelo verbo já estava feita: ut, Býsaniò, Já estava quebrado” (Mamiani, 1699: 115); “Tò, he particula, que faz o verbo frequentativo: ut Metò, fallar muitas vezes. Crikietò, pedir muitas vezes” (*Id., ib.:* 115); “Çoára, Ndoára, Xoára: são a mesma cousa estas tres palavras (...). Com esta palavra se denota frequencia, ou continuação dalgũa acção, ut Bãe ybyboendoára, cousa que costuma estar no chaõ” (Figueira, 1621: 139); “Ia, lamurú, são o mesmo que dizer Aindabem, por vingança, folgando com o mal dalguem. Mas a primeira Ia, junta aos verbos neutros, significa costume na acção, ut Açóíá, costume a ir” (*Id., ib.:* 141).

crioulos e línguas africanas, como a descrita por Pedro Dias. Os pronomes pessoais do quimbundo *eme* “eu”, *ae* “ele”, *etu* “nós”, *enu* “vós”, *ao* “eles” são designativos do possuidor nos sufixos de *mutuü-ami* “pessoa minha” (literalmente, ‘pessoa eu’), *mubicaü-ae* “escravo seu”, *mubicaü-etu* “escravo nosso”, *mubicaü-enu* “escravo vosso”, *abic-aò* “escravos seus” (Dias, P., 1697: 8, 10). Ao invés de sufixos, a língua ameríndia descrita por Mamiani utiliza formas prefixadas. Vejam-se alguns exemplos (cf. Mamiani, 1699: 17 e ss.; para os verbos, pp. 28-33):

- *dzuwò* “meu cunhado” (de *dzu* “meu” prefixado a *uwò* “cunhado”, com contracção das vogais em hiato), *awò* “teu cunhado” (*a* “teu” + *uwò* “cunhado”), *suwò* “seu cunhado” (*su* “seu” + *uwò* “cunhado”) e *dzucà* “eu amo” (*dzu* “eu” + *vcà* “amar”), *acà* “tu amas” (*a* “tu” + *vcà* “amar”), *sucà* “elle ama” (*su* “ele” + *vcà* “amar”);

- de outra declinação, *ipadzù* “seu pay” (*i* “seu” + *padzù* “pai”) e *icotò* “elle furta” (*i* “ele” + *cotò* “furtar”);

- da 3ª declinação, *sebayà* “sua unha” (*se* “sua” + *ebayà* “unha”) e *seicò* “elle descansa” (*se* “ele” + *icò* “descansar”).

Não é só para o pronome sujeito e expressão da posse que se utiliza a forma única de determinante; outros casos do pronome pessoal são também praticados com as mesmas unidades combinadas com uma preposição. Mas a especificidade do sistema do kiriri radica na distinção dos nomes e verbos pelas declinações dos determinantes prefixais, que não na brecha conceptual do sistema de casos dos pronomes pessoais latinos e, durante largo tempo, portugueses, ainda que seja este um traço linguístico que os gramáticos sujeitam a observação contrastiva. Da língua africana que descreve, Pedro Dias diz que “naõ tem declinaçaõ, nem variedade de casos, como tem os pronomes latinos, & servem de nominativos, & dos mais casos sem variedade dos ditos pronomes” (1697: 8).

Novidade averbada por Mamiani é a inclusão da preposição no mesmo quadro das unidades nominais e verbais sujeitas à declinação dos pronomes:

“O que se disse dos nomes, & verbos, se hade entender tambem das preposições que fórmaõ os casos, & por isso concordaõ com os pronomes substantivos Ego, Tu, Ille; & por essa causa pedem sempre hum desses artigos, ou particulas, ou na primeira; ou na segunda, ou na terceira pessoa, conforme o pronome com que concordaõ, para significar aquelle sentido, que no portuguez se explica: v. g. comigo, a ti, por amor d'elle, &c.” (Mamiani, 1699: 13-14).

Que os nomes e verbos sejam, cada um dos paradigmas, agrupados diversamente consoante as partículas parece ser consequência de um fenómeno sintáctico de concordância, pelo qual a língua repete naquelas unidades as marcas dos determinantes,

conferindo assim unidade formal ao composto. Recorde-se apenas que nem todas as línguas realizam as concordâncias da mesma maneira. O que o Autor não diz, mas cumpre tirar da sua formulação gramatical, é qual a natureza da relação sintáctica entre as partículas em geral (incluindo pronomes pessoais, possessivos e até artigos), e as preposições. que justifica entre ambas uma espécie de atracção gramatical⁷³, pela qual as preposições são também divididas em cinco declinações. Poucos são os elementos de definição. A informação metalinguística está reduzida ao mínimo da constatação de invariabilidade, significação e identidade de uso com os casos: “Escusado he ensinar os casos das preposições; porque como os casos nesta lingua não se distinguem pela desinencia do nome, senão pelas mesmas preposições, facilmente cada hum poderá conhecer os casos pelo significado portuguez das mesmas preposições” (*Id., ib.:* 99). É a generalização referendada por todos os gramáticos, pela qual se pauta o estabelecimento de listas mais ou menos ordenadas e sistematizadas dos particularismos de sentido das preposições, a partir das equivalências latinas, minudentemente apontadas caso a caso. em simultâneo com as regências casuais. As descrições de Luís Figueira e de Ruiz Montoya (cf. 1640: 70-76) são um bom exemplo desta regra: “(Mo) significa o mesmo que In, no latim, com accusativo”; “(Pe) significa o mesmo In, com accusativo do lugar, com verbos de movimento”; “(Çüi) he o mesmo que Ex, De, preposiçãõ de ablativo”. “(Pupé) he o mesmo, que In, com ablativo”; “(Pýri) significa o mesmo que a preposiçãõ Ad, com accusativo de pessoa” (Figueira, 1621: 121-126). Mas volte-se ao que desponta de diverso na gramática de Mamiani quanto às preposições, cuja análise atomizadora, por vezes de excessiva casuística, não é mero decalque dos modelos apriorísticos. A concepção morfológica de palavras invariáveis logo choca com o facto de assumirem a declinação das partículas prefixais com que são usadas em composição, mas menos se problematiza, uma vez admitido que as preposições podem ser afectadas por acidentes morfológicos, sofrendo certas adaptações fonéticas. Assim, tem-se que *ibâbù* é a contracção da partícula *i* com a preposição *bâbù*; *hiamý* é o resultado da combinação da partícula *hi* com a preposição *amý*; em *samandi*, a partícula *s* agutina-se à preposição *mandi* com inserção de uma vogal parasitária. Nesta ordem de ideias, as preposições são classificadas por declinações (cf. *Id., ib.:* 99 e ss.):

⁷³ Embora não haja modificação morfológica, as preposições sofrem, do ponto de vista da sua classificação, a influência das partículas com as quais estão sintacticamente em relação. Esta a razão por que se toma de empréstimo o conceito que Epifânio da Silva Dias assim define: “Diz-se haver atracção grammatical, quando na syntaxe uma palavra se regula por uma outra, pela qual se não havia de regular” (1918: 334-335).

- é da 1ª declinação a preposição *bābù* (ou *betè*) “por, para”, uma vez contraída com o pronome *i* (3ª pessoa) dessa mesma declinação, como em *Todi ibābù dipopò* “Està ahi esperando por seu irmão”; é também da 1ª declinação a preposição *nò* “a, ab, propter”, que toma as formas *hinhà* “de mim”, *enà* “de ti”, *inhà* “dele”, em contracção com os pronomes da 1ª declinação *hi, e, i*;

- são da 2ª declinação as preposições *amÿ* “apud, versus”, *ai* “a, ao, contra”, *mandi* “com [modal]” – *amÿ* contrai-se com o pronome da 2ª declinação *hi* (1ª pessoa) em *Tçohò tayù hiamÿ* “Argentum apud me est”; *ai* é usada com os pronomes da 2ª declinação, fazendo *hiai* “contra mim”, *eyai* “contra ti”, *sai* “contra ele”; *mandi* emprega-se com a partícula da 2ª declinação *s* (3ª pessoa), como em *Tecri samandi cramenù* “Veyo com huma caixa”.

Comece-se pelas partículas que funcionam como pronomes pessoais. Exceptuando as formas do nominativo e genitivo, todas as demais exigem preposição posposta ou inserida na raiz, segundo o mecanismo gramatical dos infixos: *demboho* “consigo”, com o pronome *de* em posição proclítica, e *hiembohode* “connosco”, sendo *hi-de* o significante descontínuo de “nosco”. Corresponde o facto a duas marcas de caso do pronome e do nome em geral, distintivas da prática de uma sintaxe de posição e do relacionamento sintáctico por meio de preposições. Os *casos gramaticais*, assim chamados o nominativo e o genitivo por determinados linguistas modernos (cf. Jerzy Kurylowicz *apud* Serbat, 1981: 130-137; vd. também Ernout/Thomas, 1951: 10 e ss.), são expressos por certo número de regras sintácticas: “o nome, que se segue imediatamente ao verbo sem preposição, he nominativo; (...) & o nome que for imediatamente depois de outro nome sem ter preposição, he genitivo; ut Erà Tupã, casa de Deos”. Quanto aos outros casos, “todos se conhecem pelas preposições, porque nesta lingua não ha caso algum sem preposição fóra do nominativo, & genitivo” (Mamiani, 1699: 8) Falando-se dos pronomes, este quadro abarca a sua colocação relativa ao verbo e nome, e uma segunda situação, a da sua aglutinação, dependendo do paradigma de declinação, a determinada preposição subordinante. Em termos sintácticos, há uma distribuição das partículas em dois grupos, correspondentes, um ao emprego isolado de sujeito ou de determinativo do nome, o outro a construções de complementação verbal, do tipo *Dicri idiohò* (*i* “ele” + *diohò* “a”) “Deo a elle”; *Wicri iwobohò* (*i* “ele” + *wobohò* “atrás”) “foy atrás delle”, em que a forma pronominal é regida por uma “posposição”, que funciona sob a subordinação de um verbo. Sem que

alguma vez expressões como regência ou subordinação assomem ao discurso de Mamiani. cuja análise, já se disse, se perde num excessivo casuísmo, o gramático faz abstracção da noção expressa primitivamente pelo caso para se fixar no valor relacional da preposição, que liga o pronome complemento ao verbo. Cabe à “posposição” marcar a relação da partícula pronominal a que se pospõe com o enunciado, que o mesmo é dizer, indicar a função do pronome prefixado. A preposição *mò*, por exemplo, significa “in”, “ad”, “per” ou “super”, “confórme o verbo responde a hũa das perguntas Ubi, Quò, Quà” e “com os pronomes toma deste modo os artigos: Hidiomo, em mim; Edomo, em ti; Idiomò, nelle” (*Id., ib.:* 102-103). Outro tanto se dirá, *mutatis mutantis*, dos pronomes adjectivos, caso em que o composto formado pela partícula aglutinada à preposição indica a função do nome regido e ao mesmo tempo assinala o tipo de declinação. A par deste procedimento, realizado em *sembohò*, composto de *s* “seu” (3ª declinação) e *embohò* “com” (*Wicri sembohò dibÿrae* “Foy com seu irmão mais moço”), regista-se o atrás descrito, em que o pronome entra na composição do nome determinado. Assim em *Wicri bo hierà* “Foy-se de minha casa”, com a preposição *bo* “ex, de, propter” a anteceder o composto *hierà* “minha casa” (*hi* “minha”, da 1ª declinação, e o nome *erà* “casa”). Note-se, entretanto, que vir a preposição diante do nome regido não constitui norma, já que noutras situações segue a regra do tupi da posposição: acontece com *mÿ* “para a parte, versus”, que “naõ tem artigo, porque se compoem com o nome; & se póde chamar posposiçaõ, porque se usa no fim do nome: ut Bendomÿ, para a parte do outeiro” (*Id., ib.:* 102).

O que sobressai de diferente na gramática de Mamiani é, por um lado, o mecanismo da aglutinação, que o fenómeno da regência realizado analiticamente por preposição posposicionada, de tão comum em línguas exóticas, não oferece oscilações de interpretação; por outro lado, face ao uso das preposições firmado entre nós, é enunciador de quebra do sistema que a sua forme varie com a declinação a que pertence a partícula por ela regida. Se estranho ao modelo gramatical da regência preposicional, o fenómeno, que é resultado directo do funcionamento dos clíticos pronominais, convém à unidade formal do complemento. E mais do que a unidade sintagmática do complemento, leva a considerar a causa da natureza intranuclear das preposições, defendida por Lucien Tesnière na concepção dos translativos cuja acção “s’exerce directement sur les mots pleins, par conséquent à l’intérieur des nucléus que forment ces mots” (Tesnière, 1959: 82). Considerar que no sintagma *de Pierre*, “le translatif *de fait*

partie intégrante du même nucléus que *Pierre*” (*Id., ib.:* 371) é perspectiva com que se compagina a distribuição das preposições pelas declinações dos pronomes, sejam eles substantivos ou determinantes do nome. Sobre serem índice de relação entre o verbo e o pronome, e de subordinação do segundo ao primeiro, formam parte integrante do núcleo nominal, constituindo com as partículas um complexo de tipo sintemático, que modifica o verbo da mesma maneira que o faria um advérbio. Como é sabido, em Tesnière a “translation du substantif en adverbe par préposition ou postposition” (*Id., ib.:* 459) é de natureza estrutural, à luz do que nada distingue *hodie* de *in hoc die*, nem, segundo esse quadro teórico, relevam da sintaxe (e ainda menos da semântica, em determinadas circunstâncias discursivas) as diferenças entre o advérbio assim classificado por natureza e o sintagma *preposição + substantivo*, que se torna adverbial por translação. Cabe à preposição desempenhar o papel de tradutor, visto que permite transpor uma unidade de uma categoria para outra. As conclusões a que chegou o linguista contemporâneo pela via estrutural, retêm o princípio da equivalência semântica entre *sagement* e *avec sagesse* (Arnauld/Lancelot, 1660: 107), que já os portroyalinos e posteriores gramáticos filosóficos haviam percebido a título de característica accidental do advérbio.

É no sentido específico de que as preposições obrigam a um regime, que se julga entender, das abordagens dos gramáticos missionários, de âmbito teórico bastante limitado, o diferencial sintático da preposição relativamente às outras duas classes de palavras indeclináveis, o advérbio e a conjunção. Falar-se em diferencial sintático relativamente à estratégia dos gramáticos, é conceder numa análise afecta à *constructio*, mas com predominância da metodologia morfológica. A intenção primeira seria a de fornecer um paradigma de unidades de diversos espectros semânticos, quer no caso das conjunções, quer sobretudo no dos advérbios, categoria sempre classificada semanticamente; a tal paradigma de unidades subjaz um critério de classificação sintática, entendido não mais do que no sentido colocacional. Na gramática do kiriri, designado o capítulo VI por “*Da syntaxe dos adverbios*”, o temário é aparentemente morfológico, de economia muito simplificada, como convinha ao objectivo elementar da memorização. Não causa, assim, qualquer reparo que Ruiz de Montoya, sem dispensar uma lista de “*Adverbios de tiempo*”, outros “*De lugar*” e outros “*Particulares*” (1640: 76-80), remeta o leitor para a segunda parte da obra, a descrição lexicográfica. Com o habitual relevo dos valores que acrescem à significação centrada no verbo tem-se em Mamiani (1699: 106 e ss.):

- “Aempri, ou Pribae: Totalmente. Penitùs. E com o verbo negativo em Kie, significa, De nenhũa maneira: Nihil penitus. Ut, Dikiempri, De nenhũa maneira deo”;
- “Beipri: De subito, de repente. Subitò. Ut, Intrabeipri, Morreo de repente”;
- “Bendò: às escondidas. Clam. Ut, Mÿbendò, Levar às escondidas”.
- “Chè: Novamente, de novo. Noviter. Ut, Nioche, fazer-se de novo”;

Em Pedro Dias, sempre por contraste com o latim (1697: 46):

- “O adverbio cuema, val o mesmo que propter, no latim, & tambem significa, por causa, ou respeito”;
- “O adverbio, Quiavulu, significa muito, & usaõ delle tambem como os latinos do adverbio affatim”;
- “Usaõ os ambundos do adverbio Mazau, do mesmo modo que nõs usamos de pridie”;
- “Para dizerem ante hontem, dizem: Mazaurinha”.

E em Luís Figueira, segundo o enquadramento nas categorias “*de tempo*”, “*de lugar*”, “*interrogativos*”, “*negativos*”, “*demonstrativos*”, “*incitativos*”, “*prohibitivos*”, “*permissivos*”, “*laudativos*” (1621: 127-137):

- “Coecé, hontem. Coecé coecé, anteontem”;
- “Aépe, Ahi, ou lá aonde dizeis, ou estais”;
- “Pá, Sim, do homem somente” (“Hehẽ, Sim da molher, & tambem do homem”);
- “Aán, Aáni, Aáinhé, Aániracó, Naõ”;
- “Có, Eis aqui”;

Da mesma maneira que noutras matérias, sobreleva-se da feição didáctica da gramática, a listagem de teor lexicográfico, donde a preocupação em fixar valores significativos, anulados os tradicionais excursos onde cabiam as controvérsias sobre a distinção das categorias do advérbio e preposição. Que não havia limites precisos entre advérbio, preposição e também conjunção percebe-se, quer pelo cotejo dos paradigmas que os gramáticos formaram, realizando transferências de uma classe para outra consoante a análise de momento, quer pelas breves considerações que apenas por excepção se encontram, do género “Muitas conjunções se acharãõ atraz com nome de adverbios” (Figueira, 1621: 148), quer ainda por descrição de comportamentos das preposições que parecem equivalentes sintácticos e semânticos de advérbios: “Esta posposicion, y, añadida al verbo, significa perseuerancia. Ayerureí, pidolo con perseuerancia. (...) y significa diminucion, Cherãirí, mi hijuelo, denota compassion: Poriahubí, pobrecito” (Ruiz de Montoya, 1640: 73). Fora da discussão teórica, mas também, diga-se da gramática de Mamiani, fora da estafada homogeneidade das subclassificações semânticas do advérbio, está a incidência do seu comportamento na construção sintagmática de termos do enunciado, nomeadamente verbo e nomes (substantivos e adjectivos) e na própria construção sintáctica do enunciado, atendendo à forma pela qual

se realiza a actualização do advérbio. É que Luís Vincêncio Mamiani distribuiu os advérbios em classes segundo as respectivas características sintáticas de mobilidade na frase, o que, porém, na língua em questão, não é traço distintivo da categoria, uma vez que também as conjunções podem vir “adiante na oração” e “depois de algum nome, ou verbo, ou depois de toda a oração” (Mamiani, 1699: 119). Tem-se, pois, “*Adverbios da primeira classe*”, os que “se poem no principio da oração”; “*Adverbios da segunda classe*”, os que “fazem composiçam com os nomes, & verbos, no fim delles”; “*Adverbios da terceira classe*”, os que “não se usaõ no principio da oração, mas sempre lhes ha de preceder algũa palavra”; “*Adverbios da quarta classe*”, aqueles que “se usaõ indifferentemente na oração” (*Id., ib.:* 104-113). Não é uma arrumação por classes de significação, mas o agrupamento em tipos de compatibilidades sintáticas (cf. Martinet, 1985: 141-142), com base nas possibilidades de determinação. Virem os advérbios “no principio da oração”, “no fim de nomes, & verbos, com os quaes fazem composição”, ou “depois de alguma palavra da oração”, é uma descrição em forma de análise, cuja recomposição sintética se congutina na função de determinante e no princípio do emprego intransitivo do advérbio. Eis a base gramatical em que é legítimo assentar a distinção então estabelecida entre o advérbio e a preposição. O advérbio “naõ rege caso”, diz Luís Figueira numa das raras reflexões metalinguísticas, “mas serve de dar força, & efficacia com seu significado aos verbos, & nomes, para significarem com mais inergia: ut açõ ipó. i. vou resolutamente” (1621: 126), com *ipó* “por ventura, na verdade” em função de ‘modificador’ do verbo. Contra este emprego, a construção transitiva é o tipo de realização sintática que todos os gramáticos registam para as preposições, distinguindo-as da categoria adverbial pela obrigatoriedade de um elemento subordinado⁷⁴. À falta de definição e explicações teóricas por parte de Mamiani, colham-se informações nos empregos que apresenta de advérbios da segunda e terceira classes (e só destas) para ilustrar o seu funcionamento distintivo (Mamiani, 1699: 106-109):

Para a segunda classe de advérbios

“Barae: De fresco, recèm. Recenter. Ut, Niobarae, Começarse a fazer”;

Para a terceira classe de advérbios

“Kidè: Por ventura, talvez. Fortè. Este adverbio sempre se usa no fim da oração: ut,

⁷⁴ Note-se, a este respeito, a posição teórica de Viggo Brøndal: “Qu’une préposition régit ou est employée avec un régime, cela veut dire que – chose toute naturelle étant donné sa nature de relateur – elle vise (r) à un relatum (R). Autrement dit, cette fonction syntaxique implique et réclame un objet (r R) – tout à fait comme le verbe transitif (...). On comprend donc immédiatement qu’une préposition, tout comme le verbe transitif, gouverne le cas de l’objet, à savoir l’accusatif” (1940: 82). Esta concepção de uma transitividade preposicional é partilhada por outros linguistas. Para K. G. Ljunggren, “The close connection between the object of a transitive verb and the ‘object’ of a preposition is especially obvious in cases where historically the preposition is nothing but a petrified form of a verb” (1951: 8).

“Cri: Jà. Jam. Serve de preterito aos verbos: ut, Dicri, Deo jà”;
 “Dedi, ou Didi, ou Dedè: De perto, chegado. Propè. Ut, Mededi, fallar à orelha: Todidedi, chegar-se para alguém”;
 “Honè: Direitamente, a fio direito. Rectà. Ut, Wihonè, ir direitamente”;
 “Idadè: Continuamente, sempre. Assiduè, Jugiter. Ut, Nateidadè, trabalhar sempre”.

Moresità mo hierà kidè, Talvez que venha logo para minha casa”.

Esclarecer as possibilidades combinatórias do advérbio tem que assentar no levantamento das incidências sintáticas decorrentes da mobilidade. Neste enquadramento, e face aos dados disponíveis, uma incidência a considerar é a do envolvimento dos advérbios na construção sintática do enunciado, portanto delimitando a sua extensão significativa, caso em que pertencem à primeira, terceira ou quarta classes, embora não indiferentemente, como adiante se verá. É que entre as várias classes do advérbio e as da conjunção, também dividida em dois grupos colocacionais, há unidades que se correspondem de parte a parte. O chamado *advérbio de oração* corresponde ao nível de estruturação que o gramático aqui prevê para unidades tais “Modè: Aonde”, “Mori: Assim”, “Docohò: Então”, “Kidè: Por ventura, talvez”, “Berò: Certamente”, “Homodi: Embora”, com a mobilidade posicional característica dos advérbios ancorados no enunciado, de que são, pode dizer-se, um adjunto circunstancial. A sua especificidade dá expressão à categoria que Bernard Pottier classificou de “mots-phrases” e excluiu da classe dos advérbios (cf. 1962: 151-152). Diferentemente destes, os citados da segunda classe, *barae*, *cri*, *dedi*, *honè*, *idadè*, formam com verbos e nomes (substantivos e adjectivos) uma unidade coesa no plano sintático-semântico, mas sem interdependência sintagmática⁷⁵. É o nível da realização de uma adjectivação de base verbal, que justifica poderem determinar nomes, esquema combinatório diferenciado no tocante à tradição gramatical, que, porém, Mamiani deixa sem exemplário, da mesma sorte que cabe reconhecer a possibilidade de transposição do adjectivo em advérbio (“Além dos advérbios ordinários, (...) os adjectivos, servem de advérbios” [por prefixação de *qui*], Dias, P., 1697: 8, 45; “Los nombres adjectiuos

⁷⁵ Não atenta contra esta independência a natureza de determinante do advérbio. Pretende-se apenas acentuar que o facto de a relação verbo-advérbio estar fora do alcance das determinações específicas veiculadas pelo verbo, que o mesmo é dizer, não sujeita a fenómenos de concordância, configura o carácter de independência sintática do advérbio que G. Galichet defende como factor favorável à sua transposição a preposição: “Le caractère abstrait de l’adverbe, son indépendance relative à l’égard du verbe, le fait qu’il exprime des circonstances du procès, tout cela contribue à le faire passer facilement dans la famille des espèces de relation, en particulier dans celle des prépositions (Cf. le mot ‘derrière’ dans la phrase: ‘Les grands élèves marchaient *derrière*’ et dans la phrase: ‘Il marchait *derrière* la voiture’)” (1940: 44).

comunmente pueden ser adverbios”, Ruiz de Montoya, 1640: 80). Traços definidores fundamentais são, então, o envolvimento na construção sintagmática de verbos e nomes, e a determinação dessas mesmas categorias com que se compõem em sistema de sufixos verbais - *nio-barae*, *di-cri*, *me-dedi*, *wi-honè*, *nate-idadè* -, e nominais. Além disso, a tomarem-se os exemplos como norma, uns tantos sufixos adverbiais servem igualmente de expressão temporo-aspectual. São significantes da realização aspectual inceptiva *barae* (“Começarse a fazer”), ou *cri* (“Deo já”), para já não falar em instrumentos como “Chè: Novamente, de novo”, “Idadè: Continuadamente, sempre”, “Yò: Frequentemente, muitas vezes”, “Ronè: Continuadamente”, todos eles auxiliares do processo de gramaticalização de perífrases verbais. Coincidências entre este paradigma e o das preposições há-as também, com lugar à diferenciação sintáctica da presença ou ausência de complemento. Assim, *bendò* é advérbio em *Mýbendò* “levar às escondidas”, mas preposição em *Sobendò hipitè* “debaixo da minha rede”, dado o emprego transitivo – “the difference lies entirely in the nature of the complement” (Ljunggren, 1951: 9), o que é verdade também para as conjunções.

É significativo que Luís Figueira abra o estudo da “*Conjunção, oitava parte da oração*” com as palavras “Muitas conjunções se acharão atrás com o nome de adverbios, porque muitas vezes se põe adverbialmente”, acrescentando “nem vai de muito em confundir nomes de pouca entidade” (1621: 148). Que seja juízo *a priori* sobre a secundarização das *partículas*, não embaça, porém, a ideia, em nenhum dos outros gramáticos expressa com a mesma clareza, de que, no emprego das conjunções, “sempre fica já alguma oração atrás, que se atá com a de diante” (*Id., ib.*: 166). E quanto ao encargo de *atar*, uma constelação de advérbios e perífrases adverbiais, se não alguns na forma, todos na significação, dá foros de evidência à supracitada afirmação. Para a expressão copulativa, para a oposição, para a conclusão, o tupi faz uso conjuncional dos advérbios. A título de exemplo (*Id., ib.*: 148-149):

“Té, tené. Mas antes, finalmente”;
 “Aujé, Hora basta”;
 “Aeibé, Logo, da mesma maneira”;
 “Teipó, Finalmente”;
 “Coyté, Entaõ, depois disto”;
 “Nhó, Nhónhé, Nhóte, Sómente”;
 “Emonánamo, E por isso, & por tanto”.

Ao mesmo tempo, este paradigma dá de mão ao sistema habitual da divisão das conjunções segundo as noções complementares de “cópula”, “oposição”, “alternativa”,

“conclusão”, que Ruiz de Montoya (cf. 1640: 81-82) e Mamiani mantiveram. Veja-se a esquematização do último (1699: 118-119):

Copulativas	Disjuntiva	Causais	Adversativas	Ilativa
<i>bae</i> “e” <i>dehẽ</i> “e, também” <i>mori</i> “lat. cum... tum”	<i>bohò</i> “ou”	<i>nò</i> “porque” <i>bò</i> “para que” <i>nori</i> “lat. quoniam”	<i>Ibonò</i> “contudo” <i>Nerù</i> “mas” <i>Proh</i> “ainda que”	<i>Inarò</i> “por isso”

Mas também aqui há especialização de advérbios em conjunções, classificadas conforme os valores e, além disso, a posição relativa no enunciado. Umas vêm “adiante na oração”, chamadas “prepositivas”, e outras “depois de algum nome, ou verbo, ou depois de toda a oração”, as “subjuntivas” (*Id., ib.:* 119). Ora, os advérbios que participam das características da conjunção guardam posições idênticas no enunciado. Assim,

- os que estabelecem com o verbo uma relação mais frouxa, isto é, os colocados “no principio da oração”, funcionam, da mesma sorte, como conjunções “q̃ se poem adiante na oração”, como:

Advérbios	Conjunções
“Mori: Assim”	“Mori: Huns, & outros” (copulativa)
“Nò: Se. Si”	“Nò: Porque” (causal)
“Bò: O, do vocativo. O”	“Bò: Para que” (causal; no caso, relação menos clara)

- similarmente, o advérbio “Proh: Oxalà”, da classe dos que “não se usaõ no principio da oração, mas sempre lhes ha de preceder algũa palavra” (terceira classe), utiliza-se como a classificada conjunção adversativa, “Proh: Ainda que”, do grupo das que “se poem depois de algum nome, ou verbo, ou depois de toda a oração”.

Talvez que esta distinção não seja irrelevante do ponto de vista das marcas da coordenação e subordinação.

2. Estrutura sintáctica: quadro das classes de palavras de relação

Do exame do conteúdo da “*Syntaxe; ou construção das partes da oração*” (Figueira, 1621: 149), da “*Syntaxe, ou construção das oito partes da oração*” (Mamiani, 1699: 50) e da “*Syntaxe*” (Dias, P., 1697: 33) as analogias conceptuais e algumas diferenças de metodologia ressaltam ao paralelo mais simples. A matéria de sintaxe que Luís Figueira distribuiu nos três itens “*Das oito partes da oração. Nome, pronome, verbo, participio, preposição, adverbio, interjeição, conjunção*”, “*Syntaxe; ou construção das partes da oração*” e “*Da collocação das partes da oração entre si*” (Figueira, 1621: 68, 149, 165), concentrou-a Mamiani numa “*Parte segvnda da Arte*” (1699: 50). À vista dos conteúdos, o percurso de uma alargada análise das partes do discurso culmina em Luís Figueira com a síntese fundamental da construção frásica, subdividida em “*Syntaxe; ou construção das partes da oração*” e “*Da collocação das partes da oração entre si*”; em Mamiani, a mesma marcha, do método analítico para a síntese final que é a “*Syntaxe de todas as partes da oração entre si*” (1699: 120). Não reserva lugar à parte, e nisso diverge de Luís Figueira, para matérias a que aquele chamou *Da colocação*, enfoque algo redundante, considerando o seu enlace com o anterior capítulo sobre a construção da frase. Quanto ao mais, porém, há conformidade de estratégias e tópicos gramaticais. Além da minguagem de que desde sempre sofreu esta secção das gramáticas (cf. Kukenheim, 1932: 159), não se vislumbra que a sintaxe fosse mais do que os arranjos da construção frásica, ou que a escolha do termo *syntaxe*, em vez de *construção*, estivesse ao revés do procedimento de fixar as regras da ordem e correspondência que deviam guardar entre si as partes da oração. Os termos *syntaxe*, *construção*, *ordem* utilizaram-nos os gramáticos indistintamente para o mesmo estudo, nem sequer tergiversado pelos ‘desvios’ ou ‘excepções’ que nas línguas europeias configuravam outra norma, a da sintaxe figurada, marcada pela expressividade. São palavras de Luís Figueira: “Como nesta lingua não ha variedade de casos, nem de generos (...), fica mais facil a combinação dos verbos com os nomes” (1621: 149), combinação que é ordenação e organização da frase. Parece ainda incerto e distante no tempo o momento *a quo* da verificação de que *accepi litteras tuas e tuas accepi litteras* apresentavam a mesma sintaxe, posto que construções diferentes⁷⁶. Para estes

⁷⁶ Cf. o artigo “Construction” da *Encyclopédie*: “Cicéron a dit selon trois combinaisons différents, *accepi litteras tuas, tuas accepi litteras, & litteras accepi tuas*. Il y a là trois *Constructions*, puis qu’il y a trois différents arrangements de mots: cependant il n’y a qu’une *Syntaxe*; car dans chacune de ces

gramáticos missionários, ignorada a parte da construção atinente à retórica, era sob a égide da velha sintaxe regencial dos *antiqui* que se determinava o lugar ocupado pelo nominativo e acusativo relativamente ao verbo, ou fixava o dativo e ablativo governados por preposição com verbo neutro (ou não activo), não obstante o facto de esses casos ocorrerem muitas vezes na forma de prefixos e sufixos: *ajucá* “eu mato”, com *a-* forma pronominal; *Pedro xejucá* “Pedro me mata”, com *xe-* pronome oblíquo; *ocáribo* “em cima da mesa”, com a preposição *áribo* sufixada; *aiúri* “ao pescoço”, com a “posposição” *i* (cf. Figueira, 1621: 12, 123, 127, 151). Evidentemente que as lições gramaticais vinham da experiência da gramaticografia europeia e dela tiravam os mestres o saber teórico necessário para deferir a chancela das novidades linguísticas, até quando ajuizadas como linhas de fractura ou contradições do pensamento clássico. Deu-se outro tanto no campo da sintaxe ou construção, que, ensinava a tradição, “répond à une partition fondamentale entre concordance et régime, faits de concordance et faits de rection” (Chevalier, 1968: 86)⁷⁷. Relacionados uns e outros com o ‘modo de colocar as partes da oração’ (Mamiani, 1699: 123), utilizando uma expressão frequente no discurso dos gramáticos, os primeiros configuravam o princípio de que “les parties déclinales doivent être rassemblées selon des groupements obligatoires, de nombre, de cas” (Prisciano *apud* Chevalier, 1968: 31); os segundos manifestavam o apriorismo lógico-sintáctico da ordem natural das palavras na frase, ordem que era a do governo ou precedência sintáctica. E esta, a precedência sintáctica ou a ordem de dependências linguísticas, hierarquizada e sequencial, seria uma consequência da estrutura lógica do entendimento humano, ou de categorias comuns ao pensamento, verificáveis em qualquer idioma. Mas como o logicismo linguístico, a admitir-se, configura a construção de uma linguagem ideal⁷⁸, as línguas onde, por um lado, a palavra que vem

Constructions, il y a les mêmes signes des rapports que les mots ont entre eux” (Du Marsais/Beauzée, 1789: I, 479).

⁷⁷ A propósito da tradição destas duas relações sintácticas fundamentais, assinala-se que as estuda Alfonso Maierù em personalidades que determinaram a história da gramática na Idade Média, como, por exemplo, Pedro Helias e Robert Kilwardby (cf. Lepschy, 1994: 279 e ss.).

⁷⁸ Encontrar um pensamento lógico sob o qual figurem os precipitados gramaticais das experiências linguísticas é uma falácia do logicismo que Eugenio Coseriu denunciou: “acrescenta-se, amiúde, o [erro] de pretender encontrar as mesmas categorias – o mesmo ‘pensamento lógico’ – em todas as línguas. Este erro manifesta-se, no campo teórico, no postulado duma ‘língua lógica ideal’, de que as línguas históricas seriam cópias mais ou menos imperfeitas, e, às vezes, como identificação dessa ‘língua ideal’ com uma língua histórica determinada, por exemplo, a grega ou a latina. E no campo prático o mesmo erro manifesta-se na aplicação das categorias duma língua a outras línguas que têm categorias diferentes; é o que ocorre, por exemplo, quando se fala de ‘dativo’ ou ‘ablativo’ na gramática espanhola, ou quando se descreve o guarani segundo os esquemas da gramática latina. Mas a verdade é que não existem outras línguas senão as históricas (pois que as línguas são por definição objetos históricos) e que estas apresentam esquemas formais [e semânticos] diversos, e não são lógicas nem ilógicas” (1979: 181-182).

adiante nem sempre rege (e a que se pospõe nem sempre é regida), onde, por outro lado, o nome e o verbo não têm como ‘acidentes’ comuns o género, o número, o caso e a pessoa, essas línguas impunham adaptações. Exploradas ambas as relações, porque, mesmo reduzida a variação de concordância, seria lacuna deixar sem exame elementos de suposta manifestação formal na sequência linear de palavras, os gramáticos de idiomas ameríndios relativizaram, porém, a importância das mesmas em função da utilidade e boa adaptação aos factos gramaticais que as línguas evidenciavam.

No seguimento das gramáticas renascentistas, as codificações do português apresentam uma notável convergência e mesmo identidade de pontos de vista acerca do princípio da concordância. A despeito da terminologia flutuante, que oscila entre as designações de *correspondência*, *conveniência*, *conformidade*, *concerto*, *harmonia*, a homogeneidade é extensiva à moldura sintáctica das unidades afectadas pelos ‘acidentes gramaticais’ do número, género e pessoa. Erudita e ao mesmo tempo pragmaticamente, os gramáticos de línguas exóticas, percebendo que muitas não gramaticalizavam nenhuma noção de género, nem possuíam nada parecido ao número do indo-europeu, escreveram sobre a concordância à luz destas factuais linguísticas. Uma delas, a da invariabilidade do nome (substantivo e adjectivo) em género e número⁷⁹, exigiu-lhes explicações sintácticas conformes, no trilho do princípio da concordância do adjectivo com o substantivo, do nominativo (ou sujeito) com o verbo⁸⁰. Desta última relação, diz Luís Figueira (1621: 98):

“Ainda que o commum das línguas seja concordar o nome singular com o verbo no singular; & o da multidão com o verbo no plural, com tudo nesta lingua todas as vezes que se ajuntão dous nomes terceiras pessoas, hum dos quaes aja de ser nominativo, & outro accusativo, o que he nominativo do singular pôde ter o verbo na primeira pessoa inclusiva, do plural (...). Pera dizermos, Pedro matou hũa cobra, podemos dizer de duas maneiras. Pedro boia ojucá [o “ele” + *jucá* “matar”]; ou, Pedro boia, iajucá [*ia* “nós e vós” + *jucá* “matar”]”.

⁷⁹ “Os nomes nesta lingua, commumente, não tem distincão de numeros, singular, & plural; nem tambem de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, & em todos os casos. v. g. Oca, casa, ou casas. Apyába, homem, ou homens. Os numeros porem se distinguem com algũs nomes adjectivos, que servem somente de singular, ou de plural: ou não avendo estes, se entende do modo de fallar” (Figueira, 1621: 3-4); “El singular, y plural [dos nomes] son de vna misma manera, y porque este no tiene distintas notas del singular: vsan de la particula (Hetá) que dize muchos, ò de los nombres numerales” (Ruiz de Montoya, 1640: 2); “Os nomes nesta língua não tem propriamente distincão de generos, ou numeros, ou casos, mas o mesmo nome sem mudãça serve de ordinario ao genero masculino, & feminino, ao numero singular, & plural, & em todos os casos: v. g. este nome Cradzó, significa Vacca, & Boy, masculino, & feminino, & sem variaçãõ serve ao singular, & plural (...). Os numeros porẽm se distinguem, & entendem ou por algumas particulas, que significãõ multidãõ, ou pelos adjectivos numeraes, ou pelo sentido, & modo de fallar” (Mamiani, 1699: 6-7).

⁸⁰ Tem-se presente a noção de *regimen nominativi* adoptada por gramáticos para quem o verbo regia o sujeito em nominativo e o objecto em acusativo. Divergem, assim, em apresentar a relação *sujeito-predicado* entre as modalidades de regime.

Mas não fica por aqui o rechaço das tradicionais modalidades de concordância. Passando os informes dos livros pelo caminho da praxe linguística, também Mamiani varre a tese da concordância entre o relativo e o seu antecedente, com uma descrição se não à margem da pauta gramatical conhecida, pelo menos ao arripio da lição antiga da gramaticografia do português:

“O nome relativo he o que reduz à memoria o substantivo (...), como no latim Qui, Quae, Quod. Não há voz nesta lingua, que lhe corresponda; mas a oração que tiver estes nomes relativos no vulgar, se explica na lingua com os participios, ou cõ os verbaes, ou com mudar a oração: & pôdem servir para isso as regras seguintes” (Mamiani, 1699: 58).

Regras como:

- a da utilização do participio quando o pronome é sujeito ou objecto directo, tal qual em “Deos, que me ama a mim: Tupã ducari hidiohò”, sendo *ducari* composto verbal de *du* “pronome oblíquo” + *vcà* “amar” + *ri* “sufixo de participio” (*Id., ib.:* 58)⁸¹;
- ou a da transformação da subordinação relativa em estrutura de coordenação quando o pronome desempenha outras funções, assim o exemplificado em “O branco, com quem eu vim, he mao; divide-se a oração, & se diz: O branco he mao, com elle vim” (*Id., ib.:* 59).

São regras formuladas debaixo da sugestão dos conhecidos fenómenos da concordância e inclusive sujeitas à problemática por eles destilada. Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, porque as regras correspondam a reajustes de ideias gramaticais feitas e combinem o argumento da autoridade com um conhecimento que, além de empírico, era pessoal, o pensamento dos Autores é muito nítido e consequente do ponto de vista metodológico. De realizações gramaticais como as atrás apresentadas, tiraram Luís Figueira e Mamiani base legítima para silenciarem no âmbito da sintaxe quaisquer alusões a tais fenómenos. Esclarecida a invariabilidade do nome em género e número, dispensaram-se os Autores de justificar esse silêncio, consequente com o exposto acerca do nome. Já para Pedro Dias, a autoridade de Manuel Álvares constituiu por si só estímulo bastante para moldar o seu dizer na forma do clássico. E o seu dizer é um conjunto de especificidades linguísticas do quimbundo que o Autor vaza nos mesmos moldes em que aparece fundida a matéria *De syntaxi* da gramática alvaresiana. Assim, tem-se na sintaxe do quimbundo que (cf. Dias, P., 1697: 35-39):

- sobre *Voces copulativae*, “Muitos sustantivos juntos fazem ir o verbo ao plural”;

⁸¹ A mesma regra no tupi: “Todas as terceiras pessoas de quaesquer verbos do presente do indicativo, ajuntandolhe esta dicção, Bãe, ficaõ participios em Ans, ou Ens; ou tambem servem de relativo Qui,

- sobre *Nomina adjectiva*, “todos os adjectivos tem hũa fôrma só, porque naõ tem variedades de generos, nem casos, como a lingua latina; mas sómente concordaõ com os sustantivos no numero”;
- sobre o *Relativum qui, quae, quod*, “as particulas [*ri, v, i, qui, ca, cu, lu, tu e a, i, gi, tu*], acrescentandolhe a letra O, servem de relativo. v. g. üo, yô, riò, quiò, cao, cuò, luò, tuò. E assim mesmo as do plur. Ao, yò, gio, tuò”;
- sobre *Substantiva continuata*, “Os sustantivos continuados levaõ o verbo ao plural, como na lingua latina”.

Pode abreviar-se a descrição ao enunciado de dois tipos de relações de concordância ou regras gerais, considerando as línguas em foco: o acordo do nominativo com o verbo em número e o acordo do relativo com o seu antecedente também em número. Para lá do estudo morfológico, o tratamento formal que aqui recebem tais regras assinala características gramaticais do quimbundo não totalmente estranhas às que se acham na língua tomada por modelo. O facto mais digno de nota é o do pronome relativo apresentar, exactamento como em latim, formas diferenciadas para a expressão do número. Em parte, a colagem ao texto de Manuel Álvares é a contrapartida metodológica de afinidades gramaticais como esta.

Mas mais do que estes fenómenos, muitas vezes de ocorrência accidental, já que não tinham realização na língua, o que prendeu a atenção dos gramáticos foi uma outra relação sintáctica, a de dependência linguística em sentido estrito (contra o sentido lato que tinha a dependência de género, número e pessoa), manifestada formalmente no modo como eram ordenadas as palavras na frase. Das implicações formais da dependência hão-de reter-se, em primeiro lugar, a ordem das unidades, no sentido em que uma palavra rege ou governa outra, cuja forma determina; em segundo lugar, a presença de preposições, se bem que a regência casual venha frequentemente por conta do verbo, cabendo à preposição assegurar o regime indirecto⁸². Retenha-se, ainda no

Quae, Quod; ut Oiucábäe, o que mata, o qual mata. Oçóbäe, o que vai, ou o qual vai. Çopar-bäe, o que se perde” (Figueira, 1621: 115).

⁸² Uma das inovações introduzidas na gramática latina por Francisco Sanchez deve-se ao seu protesto contra a secundarização do papel da preposição na relação de regência: “La preposición es la más importante de las partículas por el hecho de regir casos, ya que las demás no pueden hacer esto, aunque parezca de otro modo a los gramáticos. Existe un argumento absurdo: que el verbo rij a algún caso estando de por medio una preposición, por ejemplo: *abstineo me a pecuniis* “me aparto de las riquezas”; como ya hemos dicho, es necesario que todo ablativo dependa de una preposición. Y en la oración *omnes ibi erant praeter Catonem* “todos estaban allí menos Catón” ¿ no sería un disparate decir que *Catonem* está regido por el verbo *erant*?” (1587: 283). Em síntese, cabe à preposição, não ao verbo, reger o caso. O que Francisco Sanchez assim expõe vale, *mutatis mutandis*, para outras relações sintácticas verbais. É que tal interpretação insere-se num quadro teórico mais amplo, que é o da rejeição do verbo como regente de

mesmo âmbito da dependência, a bipolarização aristotélica do nome e verbo. Se a frase tem de se cimentar em torno dos dois pilares que são o nome e o verbo, já em hegemonia no campo morfológico, será pela rede de dependências que cada um constrói e pelas posições relativas que cada um determina. Tal é a base teórica em que se entende assentar o plano de enfoque da *construção do nome*, por um lado, *construção do verbo*, por outro, e a rematar a síntese englobante da construção frásica, em poucas páginas. Em relação ao nome, o caso próprio do complemento determinativo que os gramáticos referem, isto é, da relação de dependência de um nome a outro, é genericamente o do genitivo latino⁸³ (cf. Benveniste, 1966: 148); já para o verbo, a regência de acusativo que os autores clássicos apontaram, claudica ante regras de regência diferenciadas e definições de subclasses de verbos construídas na base de vários critérios. Explicando os casos, Luís Figueira fornece uma definição de genitivo que se identifica com o nível sintático da regência nominal, mas não com o emprego do genitivo adnominal: “Qualquer nome substantivo posto com outro também substantivo, se estiver no primeiro lugar, fica sendo genitivo. v. g. itá coára, buraco da pedra; o nome itá he o genitivo” (1621: 6). São de natureza estrutural os dois traços sintáticos que relevam da definição. A marca de subordinação do vocábulo determinante ao seu determinado assente na posição das unidades, não oferece qualquer dúvida nos termos em que Mamiani formulou a regra, extensiva ao tupi, de que “Os casos se conhecem ou pela collocação do nome, ou pelas preposições” (1699: 8). Mas o que importa ver, por ser diferente, é a estrutura da construção analítica ou, às vezes, construção em aglutinação (*itaóca* “casa de pedra”, *guira-pepô* “asa do pássaro”). A sua estrutura gramatical faz vir ao de cima a dúvida sobre a *naturalidade* da sintaxe *natural* que o logicismo linguístico construiu para a relação de precedência do regente aos elementos

diversos complementos nominais. O princípio aplica-se a outras relações, além da estrutura de complementação verbal acima apontada: “El caso recto nunca es regido. En esta oración *Cato scripsit* ‘Catón escribió’, *Cato* no es regido por el verbo, ni tampoco *scripsit* depende de *Cato*, pero hay concordancia de nombre y verbo; *Catón* es sujeto, no es persona ni agente ni paciente, como sueñan los gramáticos” (Sanchez, 1587: 110); “El genitivo significa siempre el poseedor, se toma con sentido activo o passivo, como *amor patris* ‘amor al padre, del padre’, *uulnus Achillis* ‘herida hecha a Aquiles, que hizo Aquiles’, de donde resulta que no puede regirlo el verbo, pues el poseedor y la cosa poseída se hacen referencia (como dicen los dialécticos), no pudiendo entenderse la una sin la otra. Los verbos significarán poseer, pero nunca la posesión. Por ignorar esto los gramáticos, establecieron varias clases de verbos que regían genitivo: que, equivocadas, se han de rechezar una por una” (*Id., ib.*: 112).

⁸³ A razão da restrição representada por *genericamente* deve-se ao facto de os gramáticos incluírem na relação de determinação as construções correspondentes ao ablativo de matéria regido de *ex*, caso em que o português é tomado como paradigma gramatical: quando “o segundo nome, que sendo genitivo no nosso vulgar, he porêm matéria, ou quasi matéria do primeiro”, então “poemse com a preposição Dò: v. g. Prato de barro, Arribà do bunhà: Papas de milho, Burehè do masichi” (Mamiani, 1699: 51-52). Neste

regidos. Toma o lugar desta ordem lógica a construção do tupi e do guarani *regido-regente*, alterada a posição relativa dos elementos do sintagma, uma vez que o nome em genitivo, que indica o possuidor (*guirá* “pássaro”, do exemplo anterior), precede o objecto possuído (*pepô* “asa”), para usar da expressão de Ruiz de Montoya (“El genitio de possession se haze poniendo al principio lo que possue, y luego lo posseido”, 1640: 3) ou, separando deste exercício de pura lógica o campo da gramática, dir-se-á que a regência precede na cadeia falada a palavra regente. A distinção das construções é explicada por Mamiani, que opõe aquela, a “composição direita, como no latim *Paterfamilias*”, à também atestada no kiriri “composição inversa, como no latim *Jurisperitus*”, formada “tomando o que he genitivo, & pondo-o na primeira parte da composição, & o primeiro nome na segunda (...): v. g. Tçambúsebè, cobertura da cabeça, em lugar de Sebè itçambù” (1699: 52-53). A levar-se mais longe a analogia com o genitivo do composto latino *juris-peritus*⁸⁴, seria caso de aduzir também o processo de composição em uso nestas línguas para a relação de regência nominal, mesmo quando realizada por intermédio de uma partícula específica: aglutinação de nomes - “Havendo dous substantivos continuados, & sendo o segundo genitivo, às vezes se fórma hum nome sò composto de ambos” (*Id., ib.:* 52) -, ou prefixação de partículas que entram na composição de um nome, nada que, face à origem do sistema românico das preposições, seja contra corrente. No quimbundo *ngina riâtata* “nome do pai”, explica Pedro Dias, com a retaguarda da gramática alvaesiana, que o *genitivus post nomen* “está em ria, particula entre os dous nomes sustantivos *ngina*, & *tata*” (1697: 40). Seja qual for a classificação que se faça desta unidade *ria*, pertencente a um paradigma plurifuncional (vd. o capítulo anterior), seguramente é um elemento relacional quando assim se comporta, posto que funcione como modalidade prefixal noutros contextos. Não é estranho que assim aconteça e, de resto, sem ir mais longe, quantos prefixos do português não funcionam também como preposições! Já se citou Viggo Brøndal, para quem “les vraies prépositions [unidades distintas de outras, nomeadamente prefixos] semblent manquer dans la grande majorité des langues du monde” (1940: 18), entre elas

ponto, a acribia terminológica de Ruiz de Montoya é exemplar: “El ablatiuo de materia, es como el genitio de la cosa perteneciente. Abáyta reheguâra, hombre hecho de piedra” (1640: 3).

⁸⁴ Invocado para o emprego da “composição invertida”, o exemplo de *juris-peritus*, em que o genitivo determina uma unidade de natureza adjectiva, assinala a específica construção do *genitivo de transposição*, proveniente da transformação de uma regência verbal numa determinação nominal. Segundo o modelo de descrição de Émile Benveniste, o que confere especificidade a este “génitif de transposition” é o facto de fornecer “une ‘version’ nominale d’une construction verbal transitive; *fugiens laboris* provient de *fugere laborem*; *neglegens religionis* < *neglere religionem*; *cupiens nuptiarum* < *cupere nuptias*” (Benveniste, 1966: 146).

as línguas bantas. A análise sintáctica do quimbundo mostra que o pequeno paradigma de unidades a que Pedro Dias chamou preposições - *mo* “ab, in, sub”, *co* “ex”, *ne* “cum”, *bo* “de” - não deve ter-se por inventário fechado, atendendo a outras unidades que com aquelas poucas mantêm uma relação de virtual substituibilidade no mesmo quadro típico. Além de *ria*, atestam-se, por exemplo, as partículas *a*, *o*, *i* para a indicação de dativo (cf. Dias, P., 1697: 41-42).

Mas sendo a ordem a marca da subordinação, ao invés dos elementos relacionais, o procedimento analítico da relação de genitivo é a anteposição do determinante ao determinado, à razão dos mesmos motivos por que no tupi/guarani o sistema da regência preposicional é também pospositivo e no kiriri as posposições regentes alternam com empregos prepositivos. O exemplário (e não tanto as observações) que o gramático Luís Figueira reuniu para as preposições assinala isso mesmo, que mais não fosse a chamada de atenção “Notese que todas estas se pospoem aos nomes” (1621: 126). Para melhor avaliar das diferenças e identidades de estratégias dos dois gramáticos ameríndios, põem-se em paralelo as descrições feitas:

- . *pe* “significa o mesmo que In, no latim, com accusativo do lugar, com verbos de movimento (...). E tambem com ablativo com verbos de quietação (...). E com Dativo de pessoa” – *aço tâpe* “para casa”, *ocupe* “em casa”, *eraçó cóbãe derúbape* “leva isto a teu pai”;
- . *çupé* “rege dativo de pessoa, ou cousa, a que vem dano, ou proveito” – *eraçó nderüba çupé* “leva a teu pai”;
- . *bo* “significa o mesmo que, Per” – *ocubo* “pelas casas”, *cãábo* “pelos matos”;
- . *çocé* “significa o mesmo que Super, ou Supra, ou Plusquam” – *cabarú çocé* “sobre o cavalo”, *itá çocé* “sobre uma pedra”;
- . *çüi* “he o mesmo que Ex, De, preposição de ablativo” – *oçó xerüba xeçüi* “apartou-se meu pai de mim”;
- . *pabê* “he o mesmo que a de cima [junto de mim]; mas comumente quer o verbo no plural” – *tiaçó xepabê* “vamos ambos, tu comigo”;
- . *recé* “significa o mesmo que propter” – *Tupã recé* “por amor de Deus”;
- . *pupé* “he o mesmo, que In, com ablativo (...). Tambem significa Com, como com algũ instrumento fazer, ou obrar algũa cousa” – *xeróca pupé* “em minha

- . *aibê* “De , Do. Usa-se sòmente com o verbo, Eicò”;
- . *amê*, “o mesmo que Apud, ou Versus, com pessoa”;
- . *bò* “he o mesmo que Ex, De, Propter: tambem Por amor – *wicri bo hierà* “foi-se de minha casa”, *inhacri cubò* “morreu po amor de nós”;
- . *dò* “á, ás, o, os: preposição dos nomes, que na nossa lingua são accusativo dos verbos activos. E tambem significa, Para, De, Do, de proveito, materia, & instrumento”;
- . *mê* “Para a parte, versus” – *bendomê* “para a parte do outeiro”;
- . *mò* “he o mesmo que In, Ad, Per, Super: ut, *Mò erà*, Em casa, ou Para a casa, ou Pela casa, confôrme o verbo responde a hũa das perguntas Ubi, Quò, Quà” – *mò erà* “em casa”;
- . *nò* “he o mesmo que A, vel Ab,

casa”, *ainupã xeräyra ybyrá pupé* “açoutei meu filho com uma vara”;
. *pýri* “significa o mesmo que a preposição Ad, com acusativo de pessoa” – *aço xeruba pýri* “vou ter com meu pai”.

Figueira, 1621: 120-126

ou Propter, de causa”;
. *wobohò*, “Apòs, Atràs: Lat. Post”.

Mamiani, 1699: 100-103

Afigura-se que as duas análises comportam cambiantes dignos de menção. À exposição de Luís Figueira chamar-se-ia descrição contrastiva do tupi e do latim. E, embora sem divergências, neste ponto, de autores e textos gramaticais, não é só ao nível dos significados lexicais ou equivalentes de tradução, que o tratamento bilingue privilegia a língua clássica. Na descrição de Luís Figueira, a mesma focagem cobre o plano das realizações sintáticas, determinando o ângulo de análise que o gramático vai seguir no estudo da posposição e o seu consequente papel na relação de regência verbal. Considerados os significados, donde sai a relação de circunstâncias expressas pelas posposições, o segundo traço da sua realização sintáctica manifesta-se na regência de casos, de acordo com as respectivas correspondências semânticas do latim. Assim, *pýri* “ad” é posposição de acusativo, porque também o é a latina *ad*; *çüí* “ex, de” governa ablativo, porque também regem o mesmo caso *ex* e *de* do latim; *pe* “in” é posposição de acusativo, quando exprime movimento, e de ablativo, quando exprime quietação, porque também *in* tem esses empregos nas mesmas circunstâncias. Mais ainda: *pe* “in” usa-se também “com Dativo de pessoa”, da mesma maneira que as construções latinas de dativo e acusativo nem sempre se distinguem formalmente, tendo o dativo, “dans sa fonction même d’attribution”, ocupado parte do espaço que cabia às realizações de *ad* e *in* com acusativo (vd. Ernout/Thomas, 1951: 69-70). Por outro lado, nem a atenção posta na natureza pospositiva das preposições, nem a diferença de uma língua sem distinção de casos (cf. Figueira, 1621: 3) resistem a alguns pontos de vista apriorísticos em demasia. Afirmar que “Çupé rege dativo de pessoa” (*Id., ib.*: 121) é consequência de aplicar o princípio da ordem lógica das palavras, em que se consubstancia a noção de regime, a uma língua de diferente sintaxe regencial. Analogamente, considerar que as posposições seleccionam acusativo, ablativo ou dativo, é aplicar a metodologia de uma gramática formal criada para o latim, a uma língua sem flexão casual. Cumpre notar que, neste ponto, Ruiz de Montoya agiu mais conformemente aos factos da língua. Sem aludir a regências, o gramático do guarani ficou-se pelas significações latinas ou perífrases explicativas: “Pe. In, de mouimento, Ahá cherópe, voy à mi casa. In, de

quietud, Cherope aycó, estoy en mi casa (...). P̃iri. Ad, Ayu ndep̃iri, vengo à ti, adonde estàs. Simul, Yp̃iri acarú, como juntamente con el. Cum, Túpã top̃ita ndep̃iri, Dios quede contigo” (1640: 73-74).

Não se pode, porém, ficar por aqui no que respeita a traços linguísticos. Como o apriorismo das ideias gramaticais feitas não mina a construção normativa, para mais quando teorização e definições sobre o aparelho metalinguístico se vêem objecto de excisões em favor do enunciado de regras gramaticais, importa sublinhar o que delas ressuma de mais diferenciado. Além da regra geral, retomada em diversos pontos da gramática, de que “A preposição em quanto tal, sempre se pospõe; & por isso se disse, que melhor se chamariaõ posposições, que preposições (*Id., ib.:* 166), Luís Figueira abandonou de quando em vez a terminologia latinizante mais estrita das categorias casuais, para caracterizar a preposição em termos de elemento que liga um nome a um verbo. Por isso, escreveu: *pe* “significa o mesmo In (...), com verbos de movimento”, *pabê* “comummente quer o verbo no plural”, *i* “tambem he proposição algũas vezes, junta com nomes de parte, ou lugar” (*Id., ib.:* 121, 123, 125); registo idêntico ao de Mamiani, nomeadamente ao afirmar que *aibÿ* “usa-se sòmente com o verbo, Eicò”, *mÿ* “naõ tem artigo, porque se compoem com o nome”, *prodenhè* “usa-se sem artigos com os nomes” (1699: 100-103). Face a esta descrição, percebe-se que ao procederem, sobretudo Luís Figueira, por ajuste com o acusativo, ablativo e dativo latinos, os gramáticos fizeram abstracção da noção primitivamente expressa pelo caso. É que a preposição rege já não casos, mas nomes, ou ‘junta-se a nomes’, na linguagem própria da indecisão quando está em causa não a dependência de casos, antes a definição do estatuto gramatical da palavra subordinada⁸⁵. Assim é fixada a função relacional da preposição entre termos que, para ambos os Autores, eram actualizados por verbos e nomes. Considerar-se a preposição em termos de ligação entre verbo e nome deriva de maneira inequívoca da sua concepção como elemento de relação. Gramaticalmente, serve de nexa entre dois elementos sintácticos e, a proceder a análise para os critérios de classificação da posição e significado, forma com o nome regido preposto (o segundo

⁸⁵ A noção de subordinação reporta-se ao critério hjelmsleviano da recção: “El carácter esencial de la rección es la *dependencia*: un término es regido por un verbo o por una preposición, eso quiere decir, evidentemente, que ese término complementa la significación propia del verbo o de la preposición, es decir, que existe, desde el punto de vista de la significación, un vínculo más estrecho entre el verbo (la preposición) y ese término que entre el verbo (la preposición) y los demás términos de la misma serie” (Hjelmslev, 1928: 145).

termo da relação) uma expressão modificadora do verbo. De um lado, a relação entre o verbo e o nome (Figueira, 1621: 122):

<u>Anhëéng</u>	<u>nde rüba</u>	<u>çupe</u>	“pelejei com teu pay”
1º termo	2º termo	posposição	
“pelejei”	“teu pai”	“com”	

De outro, a relação de regência pospositiva para assinalar determinada circunstância expressa pelo verbo (*Id., ib.:* 122):

<u>ita</u>	<u>çocé</u>	“sobre hũa pedra”
regência	regente	pospositivo
“pedra”	“super”	

Mas o sintagma *preposição + nome* ou *nome + elemento posposição* é também considerado no quadro da regência verbal, caso em que se conferia ao verbo a função de reger o segundo termo da relação por intermédio da preposição. A classificação de Pedro Dias em *verba neutra*, *verba auferendi*, *verbum passivum*, *propria pagorum* (1697: 41-44) é o exemplo acabado da forma como o Autor perspectivou as construções preposicionais nos mesmos termos em que a gramática latina, e a de Manuel Álvares em particular, procederam para se conhecerem as preposições que eram regidas por determinados grupos de verbos, segundo os seus significados. Assim, escudado quanto possível no gramático latino, classificou os verbos em classes de valência:

- . *Verba neutra* - “Os verbos, que significão, auxilio, proveito, &c. querem dativo, o qual se denota com as particulas A, O, I, & outras” (cf. o mesmo em Álvares, 1572: 134r);
- . *Verba auferendi* - “Os verbos de tirar, attrahir, apartar, alienar, &c. tem além do acusativo ablativo, o qual ablativo se denota com hũa das proposições seguintes, Co, Bo, Mo; as quaes valem o mesmo que ex, de, ab” (cf. o mesmo em Álvares, 1572: 145r);
- . *Propria pagorum* - “Nesta lingua usaõ das preposições Bo, Co, Mo, em lugar das palavras, porque perguntamos: v. g. onde, de onde, para onde, perque parte. Com advertencia que as mesmas preposições se accõmodaõ à resposta de cada hũa destas perguntas conforme a significação dos verbos” (cf. o mesmo em Álvares, 1572: 149r).

Não difere desta a interpretação de Mamiani. Na solução propugnada para o problema da diversidade de sentidos da preposição, tem cabida a função determinante do núcleo verbal: *mò* significa “In, Ad, Per, Super: ut, Mò erà, Em casa, ou Para a casa, ou Pela casa, confôrme o verbo responde a hũa das perguntas Ubi, Quo, Quà” (1699: 102-103).

Não se eleva o gramático do detalhe gramatical à dúvida generalizada, mas está em causa a mesma ordem de ideias e problemas sobre o fenómeno da recção, cujas implicações no funcionamento da preposição não escaparam a Bernard Pottier. “La liaison établie par l’élément de relation entre le terme régissant A et le terme régi B est-elle symétrique? Peut-on le représenter par ‘A-R-B’?”, perguntas a que o linguista dá

respostas diferenciadas consoante as línguas (1960: 119), posto que talvez a interpretação da assimetria deva ser unívoca⁸⁶. Não será simplificar o problema da recção se se perspectivar a natureza centrífuga da preposição que introduz o complemento, cuja forma, mesmo sendo directa, é determinada pela regência verbal, e, ao mesmo tempo, o carácter autónomo de tais complementos, que, em parte, é consequência da economia deste meio de relação, verificável nas possibilidades significativas de cada preposição. Conscientes dos dois factos, os gramáticos das línguas em apreço examinaram os valores das preposições, ora a partir de sintagmas autónomos, do tipo *cãá-bo* “pelos matos”, *cabarú çocé* “sobre o cavalo” (Figueira, 1621: 122-123), ora de sintagmas predicativos, para acentuar a sua função relacional com o verbo, donde *wicri bo hierà* “foi-se de minha casa”, *natè idehò dipadzù* “trabalha com seu pai” (Mamiani, 1699: 101). Mas notar-se-á que, vista a preposição dentro das possíveis realizações da complementação verbal, emerge já deste enquadramento o esquema da construção da frase.

É esse o plano pelo qual se decidem os gramáticos à entrada do estudo sintáctico, descrevendo as duas relações básicas da sintaxe de um grande número de línguas: a construção do verbo com o nominativo, expressão do liame *sujeito/predicado* (não necessariamente por esta ordem), e, já com adição de valores, a construção do verbo com o acusativo, segundo características de acção/passividade verbais. Este domínio da essencialidade frásica vem assim espartilhado em Mamiani, que depois o distende em excepções e particularismos sintácticos: “De ordinario nesta lingua precede o verbo ao nominativo”; “Depois do verbo, & do nominativo se poem o caso proprio do verbo, & depois os outros casos, que houver na oraçam com as preposiçoens necessarias” (1699: 120-122). Foque-se o ângulo da construção verbal pelo prisma da sintaxe das preposições. Neste ponto, a estratégia dos gramáticos foi invariavelmente rastreada da classificação dos verbos nas subclasses herdadas da tradição ocidental

⁸⁶ Para o espanhol, que Bernard Pottier considera realizar o mecanismo da recção segundo o esquema (A-R)-B, são vários os autores que contrapõem exemplos da relação A-(R-B) apresentada como geral no francês. Assim Hernández Alonso, na sua *Gramática funcional del español*: “La palabra llamada ‘regente’ en pocos casos exige una determinada preposición y ni aun precisa llevar complemento prepositivo. Sólo en casos como *carecer de, privarse de, incidir en, atreverse a ...* puede hablarse de una verdadera rección del primer elemento, porque la exige. En ellos se puede aceptar la selección de preposiciones que sugiere Pottier para el español (A-R) (...). Mas esta relación en ningún modo supone que R (A-R-B) sea elemento funcional junto a A, sino que la preposición siempre lo es con B. Efectivamente es mucho más frecuente en nuestra lengua que no seleccione una preposición determinada”. E os exemplos: *Vivir en Madrid / para trabajar / por un ideal / del cuente / bien / con la familia / entre amigos* (Hernández Alonso, 1984: 509-510).

(verbos de acção, passividade, existência ou estado), que lhes merecem agora uma descrição sintagmática:

- para Luís Figueira, “Todo o verbo activo além do seu caso direito, a que chamamos accusativo, pode ter outro algum nome com algũa preposiçãõ” e “Os verbos neutros todos tem preposições com seus casos” (1621: 156);
- para Ruiz de Montoya, são verbos neutros “los que no tienen proprio acusativo de persona paciente, sino solo el caso de la posposicion”, são absolutos “los que no tienen caso alguno” e são activos aqueles que inclui em capítulo sobre “*la transicion del verbo actiuo*” (1640: 35, 82);
- para Pedro Dias, na *constructione verbi activi* [cf. a gramática de Álvares, 1974: 134v], “usaõ os ambundos do verbo activo com accusativo (...). O accusativo hade estar immediato ao verbo activo, excepto quãdo na oraçãõ ouver dativo, ou ablativo, & relativo de instrumento” (1697: 42);
- para Mamiani, “o caso proprio do verbo he o que corresponde ao nosso accusativo, se for neutro activo: ou aquelle caso, que na nossa lingua se poem em primeiro lugar depois do verbo, se for puro neutro” e “no verbo passivo o caso proprio que precede aos outros casos, he o ablativo do agente com a preposiçãõ Nò” (1699: 122).

Parte das concepções aqui formuladas confere com as da sintaxe regencial latina e já românica. Vale, com algumas reservas, a distinção entre os verbos activos e neutros consoante a presença ou ausência de regime; alinha pelo sistema casual latino a regência do acusativo (o “caso direito”) para o verbo e assim a do ablativo para a preposição. Também não causa surpresa a nomenclatura de acusativo, dativo e ablativo, decorrente da flexão casual, para designar as funções da complementação verbal, semelhantemente ao que se observa em todas as gramáticas até às inovações de Du Marsais e Beauzée na *Encyclopédie*: entretanto, a noção de regime tomava-se por *complementação* ou *construção* do verbo, porque equivalente às diferentes possibilidades de complementação verbal. Mas já não escapam a alguma discussão lances da construção frásica, nomeadamente formas de expressão sintáctica dos complementos, que, no caso do kiriri, levam sempre preposição. Comece por notar-se que se na exposição das preposições ou mesmo da “syntaxe das preposições” (Mamiani, 1699: 99) a didáctica se ateve aos elementos regentes e ao relacionamento indirecto *verbo-nome*, em se tratando da combinação das partes da oração, os gramáticos visaram o valor gramatical das formas preposicionais, que o mesmo é dizer, o seu papel de índices de função, para mais em línguas, como o kiriri, onde “naõ ha caso algum sem preposiçãõ fóra do nominativo, & genitivo” (*Id., ib.:* 8). Procede da distinção de Mamiani entre “*casos communs dos verbos*” e “*casos proprios dos verbos*” a destriça dos complementos existentes no kiriri; e como reconhecê-los dobra-se da afirmação de que “como os casos nesta lingua se distinguem sómente pelas preposiçoens, não se póde dar regra geral para os casos sem apontar a preposiçãõ conveniente a cada hum dos casos” (*Id., ib.:* 86, 91). Do facto

emerge a impossibilidade de se partir da ausência de preposição para classificar de acusativo os complementos que, *via remotiois*, não tinham emprego de dativo ou ablativo. Por outro lado, se o “caso direito [vem] com a preposição Dò” (*Id., ib.:* 92), afigura-se ser este indicador funcional um meio supletivo de distinguir o acusativo do nominativo, ambas as funções caracterizadas pela posposição ao verbo, segundo a ordem preferencial *verbo-nominativo-acusativo*:

Sucá inhurae do dipadzù “o filho ama a seu pay”
“ele ama” “filho” “ac.” “seu pai”

Aliás, no tupi e guarani impõe-se uma distinção análoga, com a diferença de que, em vez de preposição, o acusativo está morfologicamente marcado no verbo. Na língua geral, onde os acusativos se põem “absolutamente” (Figueira, 1621: 150) e a construção directa *nominativo-verbo-acusativo* não constitui regra, é obrigatória a presença de um elemento especificador do sentido de paciente. A não ser assim, alertam Luís Figueira e Ruiz de Montoya (como já fizera Anchieta) para a anfibologia, ou melhor, ambiguidade daí resultante:

“Quando o verbo activo està entre dous nomes terceiras pessoas, fica duvidoso qual dos nomes he accusativo, & qual nominativo, como se vé nesta oração: Boia ojucà cunhã. Naõ se entende bem se a cobra matou a molher, ou a molher a cobra; he necessario declarar com outro nome qual foi a morta. Boia ijucapyra, i. a cobra foi a morta” (Figueira, 1621: 8).

“Quando ay igualdad entre agente, y paciente, y se muda la colocacion dicha [agente, y luego la paciente, y luego el verbo], quedando el verbo en medio de ambas personas, siempre ay duda, vt Peru omboe Chua, dudase quien es el agente, acudase entonces a los participios, Hará y Pira, vt Peru ymboehará, Chua imboepira. Pedro es el que enseña, Iuan es el enseñado” (Ruiz de Montoya, 1640: 35).

Quer dizer que, não sendo a posição pertinente, nem relevante o concurso de elementos de significado (“las circunstancias, ò materia de que se trata”, especifica o espanhol, *Id., ib.:* 34), que, por princípio até devem estar arredados da análise sintáctica, em *boia ojucà cunhã* (“cobra” + “matou” + “mulher”) ou *Peru omboe Chua* (“Pedro” + “ensinar” + “João”) só uma unidade de valor “paciente” distinguirá as funções. Ao contrário de Ruiz de Montoya, que terá colhido lição de experiências anteriores, não diz Luís Figueira, talvez para desembaraço das “miudezas [que] se deixaõ por evitar confusaõ” (*Id., ib.:* 92), que o índice sintáctico de acusativo é a unidade *yra*, modalidade verbal de participio que identifica o sujeito da expressão passiva *ijupapyra* “foi morto”, donde *boia ijucapyra* “a cobra foi morta” e *boia ijucapyra cunhã* “a mulher matou a cobra”. Impor a este predicado a natureza de preposição seria peregrinismo linguístico insustentável. Já não, porém, admiti-lo como indicador de função. Os factos descritos

não apontam em direcção diferente da que André Martinet fixou doutrinadamente para os meios de relação linguística: que “Les fonctions sont des unités de la langue au même titre que les monèmes” (1985: 172) prova-o aqui a função de acusativo aparecer no monema *yra*, com valor de “particípio” e forma identificável por segmentação. Se assim se admite, está aberto o caminho para entrever o papel do verbo como indicador funcional, que fica confirmado na lição do linguista sobre o sistema de complementos atestado em algumas línguas crioulas; o qual sistema se baseia em “utilizar un verbo diferente para cada complemento, como si la acción misma fuera diferente, según que se enfocara desde el punto de vista del agente, del paciente o del beneficiario” (Martinet, 1975: 300). O mesmo por outras palavras será dizer que a expressão sintáctica dos complementos aparece em diferentes núcleos verbais, manifestando-se, por meio deles, as relações de agente – *man speaks* –, de paciente – *tells news* –, ou de beneficiário – *addresses boy* –, para realizar linguisticamente a experiência “the man tells a boy the news” (cf. *Id., ib.:* 302). O que no tupi deve relevar-se é o facto de o verbo, uma vez determinado pela modalidade de particípio, permitir identificar e acentuar, semelhantemente ao arquétipo da ergatividade semântica que se realiza em várias línguas da família tupi-guarani, a função semântica do paciente, isto é, o acusativo de construções transitivas. Neste sentido, o verbo equipara-se funcionalmente aos demais meios de relação.

Referidos o acusativo preposicionado do kiriri e o acusativo expresso pelo traço passivo em determinadas construções do tupi e do guarani, veja-se um terceiro instrumento linguístico de relação - a posição das unidades -, realizado no acusativo posicional do quimbundo: “O accusativo hade estar immediato ao verbo activo, excepto quando na oração ouver dativo, ou ablativo, & relativo de instrumento; porque estes estarão immediatamente depois do verbo, & depois o accusativo” (Dias, P., 1697: 42). A estas diferenças de expressão do complemento de acusativo, contrapõe-se a homogeneidade das formas de expressão sintáctica do dativo e ablativo, este engrossando a relação dos complementos indirectos, construídos com preposição, posposição ou outras partículas funcionais. Distingui-los de acordo com as regências verbais foi o intuito de todos estes gramáticos, bem avisados, pelo vezo da análise casuística dos regimes exigidos por cada verbo, da diversidade dos elementos que ‘serviam para completar a significação do verbo’. Contudo, o único esboço de formalização operado sobre a atomização sintagmática vem de Mamiani, que tentou o

nível paradigmático de estruturas de complementação, ao fixar a divisão entre *casos comuns* e *casos próprios* do verbo:

- “Chamo casos *communis* aquellos, que se pódem usar com todos os verbos quãdo o sentido da oraçãõ o pede” (Mamiani, 1699: 86);

- quanto aos “casos próprios”, diz o Autor que “Todos os verbos assim passivos como neutros pedem o nominat. & além do nominativo pedem outros casos depois de si, que se formaõ com diversas preposições conforme a diversidade dos verbos” (*Id., ib.:* 91).

Embora o critério semântico seja o denominador comum de todas as formulações da complementação verbal, esta distinção de Mamiani prevê as incidências sintáticas da dependência semântica, apontando para um tipo de estrutura frásica (bi- ou trimembre) que lida com a noção de valência verbal ou condicionamento de funções. O gramático separa, numa quase antecipação da moderna linguística, funções obrigatórias ou específicas de funções facultativas, enquadrando os casos num nível de análise que é já o da complementação. A nomenclatura casual cede lugar à especificação de tipos de relação, mesmo porque os casos oblíquos que a declinação oferecia eram insuficientes frente à extensa gama de relações permitidas por outras unidades, exactamente as que entravam nas designações dos “casos *communis*” e “casos próprios”, nomeadamente “*caso communis de causa, com a preposiçãõ Nò*”, ou “*caso com a preposiçãõ Dehò*”. *Casos próprios* e *casos comuns* correspondem às categorias semântico-sintáticas das relações de valência entre o verbo e os seus complementos, uns considerados de natureza obrigatória por força de restrições verbais, outros, livres de condicionamentos sintáticos, não configuram valências e, por isso, como diz o Autor, “pódem usar[-se] com todos os verbos”. Haver “casos próprios de alguns verbos”, além do nominativo, este próprio por antonomásia, significa que a ocorrência de determinados complementos está adstrita a realizações discursivas, enquanto a existência *in absentia* dos casos comuns é de actualização virtual em qualquer estrutura sintagmática, sem aqui se levar em linha de conta processos sintáticos com que opera a gramática de valências para distinguir destes (“circunstantes”) os primeiros (“actantes”) (cf. Vilela, 1986: 23 e ss.), que incluem várias categorias. Partindo da estrutura relacional dos verbos, Mamiani distingue, entre outros (cf. 1699: 92-97):

- o complemento agente da classe de verbos passivos, introduzido pela preposiçãõ *nò*;

“*Caso com a preposiçãõ Nò*. Todos os verbos passivos querem o ablativo do agente com a preposiçãõ *Nò*: ut *Pacri no dumarã, Foy morto do seu inimigo*”

- o caso próprio dos verbos que implicam o lugar de acusativo;

“Alguns verbos pedem depois de si o seu caso direito com a preposição Dò, & são estes. Bebà, afeição a criança. Bidzoncradà, ter enojo. Nhaehi, resgatar. Ubetè, reconhecer, ...”

- os casos acusativo e dativo dos verbos de estrutura relacional bivalente;

“*Dous casos com as preposições Dò, e Ai, ou Só.* Os verbos Ipabò, confessar, & Me, fallar, com todos os seus compostos, pedem dous casos; o primeiro da cousa com a preposição Dò; & o segundo da pessoa com a preposição Ai, ou Sò. Ut, Suipabò do dibuânghetè sò Warè: Confessa os seus peccados ao Padre”

- complementos preposicionais que constituem valências necessárias, designados, na gramática espanhola, *aditamentos imprescindibles* ou *suplementos* (cf. Hernández Alonso, 1995: 151-152);

“*Dous casos com as preposições Dò, e Nò.* Os verbos Nusi, tratar com alguém de alguma coisa, & Re, agastarse, pedem dous casos; o primeiro da pessoa com a preposição Dò, & o segundo da matéria com a preposição Nò. Ut, Dzunusi do Warè no hipiwonhè: Tratey com o Padre sobre o meu casamento”;

“*Caso com a preposição Dehò.* Os verbos que significação acção que naturalmente se faz cõ outro, pedem o caso da outra pessoa com a preposição Dehò. Ut, Cropobò, pelejar”.

Quanto aos casos comuns, a contrapartida do carácter sintáctico marginal é a sua carga semântica, marcados quanto ao conteúdo como nenhum dos casos próprios, cujo valor é subsidiário ao verbo. Não é por acaso, mas por possuírem traços de conteúdo inerentes à sua realização, que são descritos por Mamiani em referência à experiência que comunicam; tão pouco é fortuito que os atrás citados casos próprios apareçam classificados consoante a respectiva preposição. Vejam-se exemplos (Mamiani, 1699: 87-90):

“*Caso commum do lugar, Ubi, Quò, Quà, com a preposição Mò.* Todos os verbos que tem depois de si na oração o caso de lugar, que denota statum in loco, ou motum ad locum, ou motum per locum, & corresponde às perguntas Ubi, Quò, Quà, pedem o dito caso com a preposição Mò. Ut, Pide mo derà, Està em sua casa”;

“*Caso commum do lugar, Versus, com a preposição Mÿ.* Todos os verbos que tem depois de si o caso do lugar que no latim se explica com versus, pedem o dito caso com a preposição Mÿ, posposta ao mesmo nome com que faz composição: ut, Todi hiborowonhemÿ, Fica para a minha direita”;

“*Caso commum do lugar, Unde, com a preposição Bò.* Todos os verbos, do ã tem depois de si o caso do lugar, que responde à pergunta Unde, & denota motum de loco, pedem o dito caso com a preposição Bò: ut, Tecri bo derà, veyo de sua casa”;

“*Caso commum de commodo, incommodo, instrumento, e materia com a preposição Dò.* Todos, os verbos, que tem depois de si o caso que denota commodo, incommodo, instrumento, ou materia, pedem o dito caso com a preposição Dò: ut Burè dzó do ubumanà, A chuva he roim para as plantas. Pacri do udzà, Foy morto com huma faca”;

“*Caso commum de causa, com a preposição Nò.* Todos os verbos que tem depois de si hũ caso que denota causa da acção significada pelo verbo, pedem o dito caso com a preposição Nò: ut, Idzeyà no dibuânghetè, Affligese por causa de seus peccados”;

“*Caso commum de companhia, com a preposição Dehò, ou Embohò*. Todos os verbos que tem depois de si hũ caso, que significa companhia, querem o mesmo caso com a preposição Dehò, ou Embohò: ut, Wicri sembohò direndè, Foy com o seu camerada”.

Se é verdade que os valores de lugar, modo ou causa, com que o gramático define os casos comuns, não lhes são exclusivos nem, acrescente-se, deles se tira argumento bastante para a análise sintáctica, igualmente o é que tais traços de circunstancialidades são o melhor expediente didáctico de reconhecimento⁸⁷. Nisso estaria o gramático bem avisado, que, aliás, não deixa de alertar para coincidências parciais dos dois tipos de casos, em cujas realizações há identidade de valores circunstanciais. Nem poderia ser de outra forma, considerando o valor permanente das preposições, que, conforme o contexto de actualização, especializa determinada relação conceptual. Da variedade de empregos que a preposição *dò* parece ter, como se avalia dos casos citados, hão-de tirar-se certos significados que prevalecem sobre as especificidades semânticas inerentes a cada uso. Alguns outros exemplos: a preposição *nò* introduz um “caso commum de causa” em *Idzeyà no dibuânghetè* “Affligese por causa de seus peccados”, um caso próprio de matéria determinado pela semântica do verbo em *Dzunusi do Warè no hipiwonhè* “Tratey com o Padre sobre o meu casamento” e o caso próprio de agente da passiva em *Pacri no dumarã* “Foy morto do seu inimigo”, que, di-lo o gramático noutro momento, “se póde chamar mais propriamente ablativo de causa, do que ablativo do agente do verbo passivo” (*Id., ib.:* 76); *dehò* é preposição de “caso commum de companhia” em *Natè idehò dipadzù* “Trabalha com seu pay” e utiliza-se em função específica de verbos tais *cropobò* “pelejar”, *inhaehi* “fazer as pazes”, *piwonhè* “casar”, *wodicò* “brigar”; a preposição *bò* indica circunstância de lugar *unde* em *Tecri bo derà* “Veio de sua casa” e introduz complementos específicos de verbos “que significão exclusão de alguma coisa ou pessoa (...). Ut, Nabetçe, ser esquecido de alguem. Nembae, mudarse de lugar” (*Id., ib.:* 96). Quer nos casos comuns, quer nos próprios, os matices de sentido aí identificáveis são correlatos do valor da preposição, tanto mais marcado se fora da valência verbal, isto é, não sujeito ao condicionamento sintáctico da ocorrência. Considerar-se, com Hernández Alonso, que a valência é uma relação sintáctico-semântica, “pero no biunívoca ni paralelamente reflejada en los dos planos del signo” (1995: 140), tem implicações no comportamento da preposição, uma vez que,

⁸⁷ Cumpre a propósito lembrar que, ainda recentemente, dentro dos portões da Universidade, o linguista francês Fernand Bentolila trouxe à discussão o tema “Descrição linguística e didáctica: simplificar para compreender e fazer compreender (cf. Barbosa, J. M., 1999: 11-18), com a mais valia da experiência adquirida na sua *Grammaire fonctionnelle d’un parler berbère* (Paris, 1981).

sendo esse comportamento híbrido (sintático e semântico), compete-lhe, do lado do conteúdo, um significado cuja dependência com o contexto será menor quando realizado marginalmente à estrutura do predicado. Ao invés, o condicionamento sintático da preposição, realizada em função específica, implica descontinuidade na expressão do seu significado. Nesta moldura, parece suficientemente explicável a insistência nos valores denotados pelos casos comuns, frente à apresentação de preposições como distintivas dos casos próprios.

Como se sabe, as línguas conhecem, além do emprego das preposições, outras formas de expressão dos complementos. Em *Nateidadè* “Trabalhar sempre” e *Pà proh hietçã bo hikendete, ibonò hikendekie* “Ainda que me matem, não hey de dizer nada” (Mamiani, 1699: 107, 119), advérbio (*idadè*) e conjunção (*proh* “ainda que” correlacionada com *ibonò* “contudo”) em expansões adverbiais, são mecanismos gramaticais alternativos de complementação verbal, conquanto, a esse respeito, se alguma fugidia informação de âmbito metalinguístico emerge no discurso dos gramáticos, é a análise casuística dos factos da língua que a sustenta. Sabe-se da função conectiva que Pedro Dias atribui às conjunções pela explicitação do emprego de *ne* em *Mugina riâ Petolo, neria Paulo, neria Manino* “Em nome de Pedro, & de Paulo, & de Manuel”: “O exemplo está em *ne*, conjunção, ã ata todos estes nomes”, diz o Autor (1697: 47). De igual forma, sabe-se que esta ligação pode ser interfrásica, além de intersintagmática, graças à equivalência estabelecida com a conjunção latina subordinativa por excelência *ut*: “Para se explicar nesta lingua a particula *ut*, para que, usa-se do adverbio *Da*, que significa, para que. v. g. *Nzambi üabanga atu nda aye coülo. Deos fez os homens, para ã vão ao Ceo*” (*Id., ib.:* 47-48). Que neste caso a conjunção básica *que* seja um índice de dependência sintática entre sintagmas predicativos, e que a ela se contraponha o estatuto paratático da anterior *e*, já são hipóteses interpretativas que o texto gramatical não permite confirmar. Mas tacitamente há um enfoque algo empírico da relação de subordinação, uma vez que a particularização de “outros modos de explicar o mesmo sentido” (do veiculado por *da* “para que”) dobra-se de uma comparação sintática operada sobre os meios de realizar a subordinação, alternativos ao do emprego de conjunções: usar de gerúndio e de pronome relativo são, tal qual em português, alguns desses meios (cf. *Id., ib.:* 48). É também por deduções que se capta o sentido subordinativo de certas conjunções presentes na gramática do kiriri. A distinção formal entre conjunções prepositivas “ã se poem adiante na oração” e as “subjunctivas”

que que “se poem depois de algum nome, ou verbo, ou depois de toda a oraçãõ” (Mamiani, 1699: 119) corre parelhas com a noção de se caracterizarem as primeiras pela circunstância de só se aplicarem a orações. Nesta noção já substava uma relativa percepção da diferença entre hipotaxe e parataxe, na medida em que determinadas conjunções, exactamente as que o Autor chama “prepositivas”, ademais do officio de conectar (se se quiser manter a convencional ideia do *atar* ou *enlaçar* ⁸⁸), subordinavam orações: aquelas onde existe a marca da subordinação *que*, as causais *nò* “porque”, *bò* “para que”, *nori* “quoniam”, e também a “adversativa” *ibonò* “contudo” e a “collectiva ou illativa” *inarò* “por isso” desempenham junto às orações a função das preposições junto às palavras.

⁸⁸ Veja-se Peter Matthews: “conjunction was defined as an element ‘bilding together the elements of the sentence’” e, mais adiante, “The simplest definition of the conjunction is one give by various Roman grammarians: ‘an element of sentence tying together and ordering the sense’” (Lepschy, 1994: 34, 42-43).

CAPÍTULO VI

AS UNIDADES DE RELAÇÃO: GRAMÁTICA TEÓRICA

A epígrafe ‘gramática teórica’ constitui, ao lado de “gramática descritiva”, um dos dois parâmetros da investigação linguística que Ignacio Bosque seleccionou em revisão historiográfica da gramaticografia de língua espanhola, para caracterizar “la gramática orientada desde alguna teoría lingüística” (1997: 29). Operando-se aqui em plano reducionista às potencialidades da metodologia de tal “gramática teórica”, abrangente de formulações de escolas linguísticas, visam-se tão-só alguns aspectos da teoria das unidades de relação que ressarçam as descrições relativamente ateóricas das gramáticas normativas do século XVII, já que as normas são científicas por origem, mas a ciência da linguagem não é normativa, por definição. No âmbito desta ciência, o quadro da gramática teórica aqui traçado, servindo-lhe geneticamente de apoio o modelo da descrição funcionalista de André Martinet, sempre favorecerá os elementos que daquela gramática normativa são precursores de actuais procedimentos da análise linguística. A própria designação adoptada de ‘unidades de relação’⁸⁹, pese a sua alguma ambiguidade, que se discutirá, é talvez das que em modernas análises teóricas mais plenamente resgata a tradição portroyalina das concepções sobre a preposição. Embora a natureza relacional destas unidades constitua matéria discutível e disputada num conflito em que ora se considera estabelecida em termos relativos desde a matriz latina (cf. Osuna García, 1991: 20), ora se subalterniza a linha normativista, está-se com quantos entendem que o marco indicador de critérios definidores relacionais, que o mesmo é dizer sintácticos, se situa em redor da gramática de Port-Royal (cf. Brøndal, 1940: 5). Conceber as preposições em termos de elementos que marcam “les rapports que les choses ont les unes aux autres” (Arnauld/Lancelot, 1660: 103) é inverter a precedência do vocábulo sobre a frase, que estava na base dos critérios morfológicos de classificação das palavras invariáveis, conforme ao modelo greco-latino, onde “an adverb is a word which is indeclinable”, a preposição “an indeclinable element which is placed before all other elements” e a conjunção “an element of the sentence tying together and ordering

⁸⁹ Como, em matéria de terminologia, melhor é pedir-lhe pertinência funcional do que certificado de proveniência, não é de causar escrúpulos o uso de uma nomenclatura carreada por longa tradição gramatical. Para Pierre Cadiot “Au critère *positionnel* s’oppose un critère *fonctionnel*, reflété notamment dans la désignation allemande traditionnelle tombée en désuétude (*Verhältniswort* = [mot de relation]) en retenu en priorité dans les grammaires d’usage depuis fort longtemps” (1997: 17).

the sense” (Lepschy, 1994: 42-43). Além disso, em esboço da trajectória do conceito de preposição ou, mais genericamente, das palavras invariáveis, com a noção relacional de Port-Royal, que procedeu do racionalismo gramatical e progrediu para a gramática filosófica⁹⁰, fica afastada, sem embargo de posteriores ressurgimentos, a doutrina dos sincategoremas ou palavras consignantivas que a lógica medieval chamara às preposições, conjunções e advérbios, doutrina já em ruptura entre os modistas. No domínio da sintaxe lógica, a função de *colligamenta* dos sincategoremas era deduzida do seu estatuto subsidiário aos termos categoremáticos, o nome e o verbo, porque não tinham existência desvinculados destes ou, por outras palavras, fora do seu exercício conectivo: nome e verbo são “les deux parties nécessaires à la prédication”, por oposição “aux parties qui sont ‘plutôt des éléments de liaison et des compléments des parties de la phrase que des parties’” (Rosier, 1983: 81). Concorre para a mesma subsidiaridade a interpretação semântica. Os sincategoremas não significam em si mesmos, determinando apenas o modo de significação dos termos a que se ligam, porque a consignificação tem como pré-requisito a ausência de significação: “Ces mots [sincategoremas] ne prennent leur signification qu’en combinaison avec les parties du premier groupe [categoremas]; par exemple (...), la préposition *dans* de l’expression *dans la maison* permet au groupe de signifier la maison du point de vue de ce qui est contenu en elle” (*Id., ib.*: 80). Saltando para a *Grammaire générale et raisonnée* (Paris, 1660), incluída a preposição entre as partes do discurso que designam os objectos concebidos (“les objets des pensées”, paralelamente às que exprimem “la forme et la manière de nos pensées”), ela torna-se uma necessidade gramatical sintáctica, que não apenas lógica, para a construção da proposição, a operação classificada como *julgar*, isto é, “affirmer qu’une chose que nous concevons est telle, ou n’est pas telle” (Arnauld/Lancelot, 1660: 46, 47). Se intervém na construção do juízo, não é por pleonismo sintáctico que se lhe atribui natureza relacional, mesmo havendo outras formas de relacionamento sintáctico. Está-se pelas objecções de Bernard Pottier (cf. 1962: 246) ao discurso telegráfico que o linguista Lucien Tesnière cria para “(J’) arrive (à) Montpellier (par le) train (de) minuit”, no aprofundamento da sua pesquisa sobre a secundarização oracional dos “mots vides” ou “outils grammaticaux” como as preposições.

⁹⁰ Entre nós, veja-se Jerónimo Soares Barbosa: “A preposição porém não indica senão huma unica idea, e esta geral e simplicissima, qual he a relação de complemento, em que hum objecto está para com outro” (1807: 311). Quanto à *Gramática filosófica da linguagem portugûza* (Lisboa, 1818), conhece-se a fidelidade com que João Crisóstomo de Couto e Melo seguiu as obras de Port-Royal, a *Grammaire*

Ora, optar-se neste trabalho pela terminologia ‘elementos de relação’ corresponde a uma tentativa de estabelecer os nexos entre o uso que se vai fazendo deste conceito e a sua aplicação no discurso da tradição gramatical, de que aquele não pode eximir-se. Por outro lado, o inconveniente maior que é para Osuna García a natureza intrinsecamente sintáctica do conceito⁹¹ – “el mayor inconveniente que tiene el considerar que las preposiciones son elementos de relación es que se trata de una definición sintáctica” (1991: 25) –, devém aqui vantagem doutrinal e valor acrescido em termos de historiografia gramatical, postergada como costumava estar a análise sintáctica. Contra o desinteresse pela construção sintáctica que caracterizava a gramaticografia mais recente, no *Methodo grammatical para todas as lingvas* (Lisboa, 1619), ressalta, pela estrutura tripartida que já se viu, a precedência do conjunto sintáctico, do global textual sobre os elementos em que a análise os decompõe. Por sua vez, Gonzalo Correas reteve o estudo das preposições enquanto durou a morfologia e a construção natural da sua *Arte de la lengua española castellana* (Madrid, 1625), num quadro onde são analisadas como unidades sintagmáticas, a partir de um conceito claramente modificado, o de declinação casual (cf. Correas, 1625: caps. XIX, LXVII, LXXV). Também não é por acaso que Juan Villar guarda o desenvolvimento do estudo da preposição para a “Parte segvnda de la gramatica española”, dedicada à “*construcion de las partes de la oracion*”: rapidamente definidas e enumeradas as unidades do paradigma no “*Cap. XXIII. De la preposicion*” da secção que trata “*de las partes de la oraciõ, y sus accidentes*” (1651: 55), o jesuíta espanhol detém-se a seguir no tratamento “*De la construcion de las preposiciones*” (*Id., ib.:* 82), muito tributário da análise de sentidos.

O traço relacional que os teóricos de Port-Royal lhe atribuíram vale também do ponto de vista semântico. Matéria que, de um modo geral, acolheram todos os gramáticos da época foi a da componente semântica na identificação das classes, distinguidas as preposições por designarem ‘relação’, do mesmo modo que as experiências de ‘seres/coisas’ ‘qualidades’ e ‘acções/estados’ eram gramaticalmente

générale et raisonnée (Paris, 1660) e sobretudo a *La logique ou l’art de penser* (Paris, 1662), sendo esse aproveitamento mais volumoso no texto proemial “Arte de pensar” (Melo, J., 1818: 5-37).

⁹¹ Não se reputa de contrária a esta natureza a seguinte concepção de Jean Cervoni, que se inscreve no quadro teórico da psicomecânica linguística de Gustave Guillaume: “L’emploi d’un signe est nécessaire pour matérialiser cette relation [un intervalle entre deux termes]: c’est la préposition qui remplit cet office. Il en résulte que ce signe, qui n’est en fait que le nom donné à une relation est vu comme mot de relation entre deux termes à relier. Si l’on présente les choses ainsi, la faculté de relier, que l’on prête à la préposition elle-même, apparaît comme une conséquence de ce qu’est l’objet à quoi elle s’applique (une relation) plutôt que d’une propriété intrinsèque qu’elle posséderait” (Cervoni, 1991: 95).

interpretadas como substantivos, adjetivos e verbos. A diferença, porém, é que a ‘relação’ é intersintagmática, quer dizer, advém a modo de mediação entre os termos, donde lhe quadre plena actualidade de tratamento linguístico no âmbito dos valores significativos da preposição. Fala-se em valores significativos por se entender, com Denise François-Geiger, que, além do relacional, cada preposição tem “sa valeur intrinsèque: celle-ci apparaît bien lorsqu’on commute *dans, sur, sous...* - tous relationnels mais avec une signification différente” (1990: 122). Pelo viés dos empregos discursivos das preposições, este nível de abordagem foi o ponto forte das descrições dos gramáticos de Seiscentos, inclusive dos de línguas exóticas, avançando daí para concepções sintácticas mais alargadas. Descrições ao género da do humanista de Salamanca Gonzalo Correas –

- . *de* significa “el dueño cuio es algo”, “materia de que algo se haze, i lugar de donde se viene, ò se sale”;
- . *para* declara “la persona para quien es, i se da alguna cosa para su uso, i provecho, ù daño”, “movimiento para adonde se va, i dilazion de tiempo, i fin”;
- . *en* significa “lugar en que ò adonde algo está ò se pone, ò mete, i tienpo”;
- . *por* significa “causa i fin porque algo se haze”, “medio, personas, i terzeros, por medio de quien, i por cuia industria i manos i poder ò consexo se haze i negocia algo”, “lugar por donde se va, ò se viene, ò se anda” (1625: 148-151)

– são marcadas pela polivalência do emprego da preposição, o que, atendendo ao condicionamento sintáctico (a regra estrutural do antecedente e consequente), responsável pela diversidade de sentidos, só acentua o seu valor relacional. Retardou, é certo, a percepção da individualidade semântica da preposição face aos termos da relação sintáctica. As originalidades que Roland Donzé afectou à gramática de Port-Royal “d’avoir conçu la préposition comme un rapport indépendant du sens des deux termes entre lesquels l’esprit l’établit” (1967: 90), afiguram-se aportações emergentes na *Encyclopédie* (1786-1789), onde lograram formulação mais precisa por se distinguir o plano da língua do das realizações discursivas⁹², diferencial que talvez constitua a característica mais consensual no quadrante dos linguistas posteriores a Guillaume (1919), Brøndal (1940) e Pottier (1962). O princípio geral que Gustave Guillaume formulou em lição de 1948 – “une forme de langue a, dans la langue même, une valeur

⁹² Efectivamente, é na *Encyclopédie* que as preposições são definidas como “l’exposant d’un raport considéré d’une manière abstraite & générale, & indépendamment de tout terme antécédent & de tout terme conséquent. De là vient que l’on peut employer la même *préposition* avec différents mots” e, mais adiante, “les prépositions désignent avec indétermination de tout terme antécédent & conséquent. Ce n’est pas à dire que cette espèce de mot doive conserver dans le discours l’indétermination qui en fait le caractère; ce n’est qu’un moyen d’en rendre l’usage plus générale, par la liberté d’appliquer l’idée de chaque raport à tel terme, soit antécédent soit conséquent, qui peut convenir aux vûes de l’ennonciation” (Du Marsais/Beauzée, 1786: III, 200).

fondamentale, unique, don't un caractère est de permettre une grande diversité de valeurs d'emploi, qui, si différentes soient-elles, apparemment, ne sont pas en contradiction avec une valeur fondamentale existante" (1971: 78)⁹³ – é clara e condensada expressão das teses seguidas em 1919 no tratamento de *a, de, dans, en, pour*, etc., visando a distinção entre valores unitários e sentidos contextuais (cf. 1919: 255 e ss.). Daí em diante, os intentos de sistematizar a casuística semântica das preposições obviaram aos desacertos dos amontoados de usos, que limitavam a simplicidade gramatical com a complexidade do léxico. O encargo desta tinham-no os lexicógrafos, de que é justo dar como exemplo precoce na especialidade de regimes e construções, Rufino José Cuervo: sob a dupla viseira do gramático e do lexicógrafo, no *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana* o linguista hispano-americano distinguiu valores funcionais de usos discursivos das preposições, sem chegar a construir um esquema opositivo do sistema (mesmo porque não avançou além da letra D). Dê-se exemplo abreviado dos valores considerados para *ante* (por ser *de* o artigo mais conhecido e citado; cf. López, 1970: 94-101 e Folgar de la Calle, 1983: 183-190):

“Señala un punto en la línea que traza uno al moverse rectamente para llegar al frente de una persona ó cosa. Esta relación puede considerarse en el espacio, en el tiempo ó lógicamente, y de ahí sirve para expresar estos conceptos: con respecto á un objeto material, en frente de él; con respecto á un suceso, sin haber llegado ó alcanzado á él, antes de él; y en el orden de la ideas, con precedencia á otras cosas en razón de mayor importancia” (Cuervo, 1886: I, 479).

Que as preposições possuem valores semânticos determinados e específicos, de que é prova a impossibilidade de comutarem livremente entre si, foi regularização sistemática que o próprio caos significativo dos usos construiu, sendo a outra reacção daí decorrente a posição extrema das “palavras vazias”, em L. Tesnière⁹⁴ e Ch. de Boer, ou a mais atenuada dos partidários da distinção “*prépositions fortes*”/ “*prépositions faibles*”⁹⁵,

⁹³ Pela importância de que se reveste este passo da lição guillaumiana, cita-se, ainda, na continuação do mesmo excerto: “On a donc, si l'on adopte ce point de vue, pour chaque forme une valeur de langue première, et un éventail, pourrait-on dire, de valeurs d'emplois secondes, obtenues en discours et toutes réductibles à la valeur première de langue don't elles constituent une application permise par la valeur de langue première. Il reste à concevoir et à expliquer ce que peut être cette valeur qui se présente une dans la langue, mais diverse et multiple dans l'emploi qu'en fait le discours” (1971: 78-79).

⁹⁴ “Les mots *vides* sont ceux qui ne sont pas chargés d'une fonction sémantique. Ce sont de simples *outils grammaticaux* don't le rôle est uniquement d'indiquer, de préciser ou de transformer la catégorie des mots pleins et de régler leurs rapports entre eux” (Tesnière, 1959: 53). Note-se que nesta categoria incluiu o linguista preposições, conjunções, artigos, verbos auxiliares, pronomes relativos (cf. *Id.*, *ib.*: 80).

⁹⁵ A diferença entre umas e outras traduz-se no seguinte: “Il ya des *prépositions* qui représentent clairement une relation précise; soit en français: *parmi, derrière, contre*. Ces *prépositions* ont un sens bien à elles comme n'importe quel mot de la langue. On peut les appeler *fortes*. Mais il y a aussi des *prépositions faibles*, et entre ces deux types s'étend toute une échelle graduée comprenant des cas de transition. Une *préposition faible* [como *de, à, en*] est une *préposition* peu significative en elle-même, qui n'indique généralement que la relation pure ou une certaine nuance de relation. Ces *prépositions* sont susceptibles de revêtir des valeurs assez diverses” (Sechehayé, 1950: 77).

“prépositions pleines”/ “prépositions incolores” (cf. Pottier, 1962: 241 e ss.), actualmente renovada em estudos de semântica cognitiva. As “preposições abstractas” de Pierre Cadiot e de diversos linguistas, nomeadamente de escola francesa, abrangidos pela afirmação de que “Ce sont alors (...) les prépositions les moins concrètes (surtout à, **de** et **en**) qui ont retenu l’intérêt des chercheurs” (Cadiot, 1997: 9), são estratégias e técnicas de abordagem que acontecem mais uma vez, agora por ângulo diferente, já que “il est impossible de dire que les prépositions ‘n’ont pas’ de sens” (*Id., ib.:* 35). Tal o valimento desta tese, a concepção relacional da preposição é reduzido de muitas das reflexões teóricas de estruturalistas, transformacionalistas, funcionalistas e mesmo cognitivistas, mais interessados na significação⁹⁶. Mas “il manquerait quelque chose de fondamental à l’éclairage du phénomène prépositionnel si la préposition n’était pas envisagée en tant qu’élément de relation parmi d’autres” (Cervoni, 1991: 88). E tudo o que é relacional tem vestidura sintáctica. Sem disso terem plena consciência, gramáticos tais Amaro de Roboredo e Gonzalo Correas perceberam, porém, que o nível de descrição morfológica das preposições, tomando como critério os limites e não a forma da palavra, só podia apresentar garantia suficiente de exactidão por meio da sua inserção no sintagma ou frase. Nem mesmo a caracterização baseada na etimologia do termo – *prae-positio* “action de mettre avant” (Gaffiot, 1934) – podia ser esclarecedora. O gramático português, que pretendia um “Methodo vniversal” e sugeria reduzir “a lingua dos Barbaros, que se vão conquistando, ao mesmo Methodo” (1619: *a4v, b4*), saberia avonde que a posição relativa das unidades num enunciado, caucionada pela prestigiosa ‘ordem natural’, teria mais do que um tipo natural, e que o lugar preposicionado das unidades com tal nome estaria longe de ser o único possível. Como se viu, além das línguas em que existem simultaneamente preposições e posposições (o kiriri, por exemplo), se há algo comparável na sintaxe das línguas exóticas descritas pelos gramáticos missionários

⁹⁶ Desde a década de 80, tem-se perfilado no quadro teórico dos estudos sobre a preposição a perspetivação científica do cognitivismo, que considera os aspectos da correspondência entre a fenomenologia do conhecimento (que caracteriza a significação) e as formas linguísticas: “les cognitivistes ont fait de la motivation du sens un enjeu théorique contre le postulat d’autonomie de la syntaxe, et, comme cette motivation est d’ordre perceptuel, de l’espace – domaine du concret – une source essentielle de la catégorisation du sens” (Berthonneau/ Cadiot, 1993: 7). Donde a multiplicação de estudos de *dans, en, avant/après, sur/sous* (vd. também Amiot, 1999). Mas dentro desta orientação interessará sempre distinguir com a mesma equanimidade os domínios do cognitivismo e da linguística: “La linguistique ne saurait pas se confondre avec le cognitivisme. Elle a tout à gagner à distinguer les deux domaines, c’est-à-dire à prendre conscience de ce qui les rapproche et les sépare” (Martinet, A., 1994: 17). As especificidades de cada domínio terão, portanto, de ser deduzidas a partir da constatação de um lugar-comum, o de que a estrutura linguística, como instrumento de pensamento, é o dado inicial a que todo o conhecimento se conforma.

de Seiscentos, é o emprego posposicional de relacionais, onde a estrutura *nome determinante + nome determinado* predomina:

“Nam tem preposiçoens, mas em seu lugar vsam de posposições, por que se pospoem aos nomes” (Rodrigues, J., 1620: 58);

“Preposições nesta lingua não ha, senão postposições, q̄ se postpõe as partes da oraçãõ” (Estevão, 1640: 73);

“Nesta lingua não ha propriamente preposições, senão postposições; porque sempre se poem depois das outras partes da oraçãõ” (*Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte*, 1858: 130);

“Todas as preposições desta lingua, se podem melhor chamar posposições, porque sempre se poem depois do nome, que regem” (Figueira, 1621: 120-1221) e, já antes, Anchieta escrevera que “As praeposições são postposições, porque sempre se pospoem aos nomes” (1595: 40);

“Las posposiciones son (...). Llamanse estas posposiciones porque se posponem” (Ruiz de Montoya, 1640: 70-71);

“Todos os verbos que tem depois de si o caso do lugar (...), pedem o dito caso com a preposiçãõ M̃y. posposta ao mesmo nome com que faz composiçãõ: ut, Todi hiborowonhem̃y, Fica para a minha banda direita. As vezes se acrescenta tambem a preposiçãõ Mò, antes do nome, assim: Mo hiborowonhem̃y” (Mamiani, 1699: 87).

Embora conferindo-lhes o estatuto e o lugar de ‘posposições’, mantiveram muitos a designação de ‘preposições’, mais sugestiva da visualização sintáctica conectiva.

Caldeia-se neste modelo sintáctico, ou melhor sintáctico-semântico, o valor relacional com a função conectiva, pela qual os gramáticos alinham o comportamento das preposições e conjunções, dele desviando o dos advérbios. Atribuir-se àquelas unidades a função de associar, ligar ou unir, que Nebrija definia por “aiuntamiento” para a preposição (1492: 207) e ainda em 1751 o gramático filosófico James Harris mantinha⁹⁷, é uma consequência de serem definidas como a ordem de uma coisa relativamente a outra. A noção que sustenta o valor relacional de unidades linguísticas, susceptível de formalizar-se no mecanismo *A-relacional-B*, deu de si a substituição das definições formais, insuficientes para individualizar umas das outras as palavras não flexivas, pela prioridade das regras combinatórias, que manifestam, em termos hjelmslevianos, o processo da descrição linguística (cf. Hjelmslev, 1966: 191 e ss.). É esta a dimensão aqui em apreço, sob uma óptica, a da identificação funcional da categoria dos relacionais, que, por não ser afectada de eventuais divergências sintácticas

⁹⁷ Assim explicava, em *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, o seguinte processo de expansão da frase “le soleil brillant échauffe naturellement la terre fertile”: “supposons que nous voulussions ajouter d’autres substantifs, comme *air* ou *rayons*, comment pourroient-ils s’unir aux phrases précédentes, et sous quelle forme pourroient-ils y être introduits? Ce n’est ni comme nominatifs, ni comme accusatifs, car ces deux places sont déjà remplies, le nominatif par le substantif *soleil*, l’accusatif par le substantif *terre*; ce n’est pas comme attributs de ces derniers ou de quelque autre chose, car ils ne sont ni ne peuvent être attributs par leur nature. C’est donc ici que nous voyons l’origine et l’usage des prépositions: elles servent à lier aux propositions, des substantifs que sans elles ne pourroient pas s’y unir d’eux-mêmes” (1751: 251-252).

das unidades lexicais particulares, remove a objecção de princípio levantada por Osuna García ao “carácter metonímico, [porque] toman la parte por el todo” (1991: 25) das definições sintáticas. Tomar a parte pelo todo ou o todo pela parte, conforme se quiser ver o problema, é, no caso, uma ambiguidade que a falta de resposta inequívoca aos limites de paradigmas das classes e que as reservas em determinar quais as unidades caracterizadas pelos traços presentes na definição de elementos de relação, dificilmente resolvem. Se as unidades não possuem morfologia característica, no sentido de variações formais (salvo uns tantos advérbios), o estabelecimento de paradigmas pode ser, e é normalmente, resultado de pontos de vista sintáticos heterogéneos. Mesmo nas descrições dos gramáticos seiscentistas, que apresentam uma agradável convergência quanto à distinção das três partes do discurso preposições, conjunções e advérbios, há cambiantes de coordenadas metodológicas no estabelecimento *a posteriori* dos paradigmas. Como a relação e a conexão não podem ser pensadas sem os elementos componentes, o diferencial sintático dos advérbios subtrai-se ao comportamento das unidades (preposições e conjunções) para as quais os gramáticos definem os lugares de antecedente e conseqüente. O que fez Gonzalo Correias ao distinguir preposições “ausolutas i sueltas”, tais *ante, contra, entre, segun, tras*, que “se pueden tener por adverbios”, porque “no determinan claramente caso zierto, mas no inpide nada esta su indeterminazion al sentido de la orazion” (1625: 335), constituiu a síntese de uma formulação teórica que na generalidade dos gramáticos ficou pelo processo de análise de unidades pertencentes simultaneamente a dois paradigmas. Em se atentando nas coincidências, ‘não reger casos’ era a regra sintática, por vezes explicitamente formulada (cf. Roboredo, 1619: 70; Figueira, 1621: 126), que servia para justificar as transferências de unidades da classe definida pela regência casual à classe dos determinantes verbais. O passo seguinte para a explicitação da amálgama categorial deram-no Arnauld e Lancelot na *Grammaire générale et raisonnée*, com a concepção do advérbio como equivalente sintático (além de semântico) do sintagma *preposição + regime* (ou nome)⁹⁸; depois disto, a ideia de relação passou a constar das definições do advérbio de muitas gramáticas normativas⁹⁹ e daí veio a sua inclusão entre os elementos

⁹⁸ Assim a expuseram os Autores da *Grammaire*: “Le désir que les hommes ont d’abrèger le discours, est ce qui a donnée lieu aux adverbes, car la plupart de ces particules ne sont que pour signifier en un seul mot, ce qu’on ne pourrait marquer que par une préposition et un nom: comme *sapienter, sagement, pour cum sapientiâ, avec sagesse; hodiè, pour in hoc die, aujourd’hui*” (ou *nesse dia*, em registo de discurso indirecto) (Arnauld/Lancelot, 1660: 107).

⁹⁹ São disso exemplo dois terminantes testemunhos, os de Jerónimo Contador de Argote e António José dos Reis Lobato: “*Combate valerosamente*, a palavra *Valerosamente* he adverbio, porque junta com o

de relação (cf. Gómez Asencio, 1981: 222)¹⁰⁰. Serem assim classificados é sinal de que talvez não fosse tão importante o seu lugar exacto entre as ‘partículas’, quanto identificar sintacticamente o advérbio e a preposição *cerca* (cf. Villar, 1651: 89), a preposição *para* e a conjunção *para que* (*Id., ib.:* 56, 58), *aun* e *aunque* como advérbio e conjunção (cf. Correas, 1625: 344, 354), *como* advérbio e *como* conjunção (*Id., ib.:* 350, 354), finalmente, tentando uma regularidade mais sistemática, identificar o advérbio *antes* e reinterpretá-lo como preposição e conjunção nas locuções *antes de* e *antes que*. Em síntese do que resulta da ilusória estabilidade categorial, fica a constante sintáctica de ser o grupo do advérbio a alimentar os sistemas da preposição e da conjunção, se de sistemas se pode falar, por meio dos transpositores básicos *de* e *que*, e fica a variável da análise sintáctica como forma de resolver a tortura de muito escolar às voltas com a classificação da preposição ou conjunção *até*, do advérbio ou conjunção *como*.

Se se fala em ‘transpositores’, seguindo nomenclatura de Evanildo Bechara (cf. 1961: 319), é por giro de passagem para outra característica que em regra não deixa de aduzir-se à natureza relacional dos instrumentos tais *de* e *que*, nomeadamente o seu funcionamento subordinativo. A característica, derivada da teoria relacional e incontestável por quantos, partilhando dela ou não, passam ao crivo elementos da sintaxe preposicional (veja-se uma síntese de posições em Osuna García, 1991: 43-45), se tardou a manifestar-se na distinção dos dois tipos de conjunções coordenativas e subordinativas, não antes de Oitocentos¹⁰¹, emergiu dos conceitos mais antigos de relação e conexão que se interferiam a cada instante. Nas relações que a gramaticografia seiscentista evidencia entre as conjunções e as preposições, as primeiras ligando proposições (cf. Jiménez

verbo combater declara que se combate *Valerosamente*, isto he com valor” (Argote, 1721: 170); o gramático pombalino põe em rodapé a seguinte observação: “Algumas das sobreditas palavras, a que damos o nome de advérbio, o não são por sua natureza, mas são tidas por taes pelo officio, que fazem de declararem, como os verdadeiros advérbios, o modo da significação das palavras, a que se ajuntão, como v. gr. *Sem dúvida*, que na realidade não he advérbio, por se compôr da preposição *Sem*, e do nome *Dúvida*” (1770: 154).

¹⁰⁰ Da gramaticografia espanhola, veja-se a posição dos seguintes gramáticos já do século XIX, mas anteriores ao grande modelo da sua história moderna, Andrés Bello: de Gómez Hermosilla, “En muchas lenguas se omiten las preposiciones en ciertos casos, y van como embebidas en la palabra que enuncia el segundo término, la cual entonces se llama *advérbio*”; de Saqueniza, “Advérbio es una palabra que envuelve en sí misma la preposición y el segundo término de una relación”; de Noboa, “El advérbio es una palabra invariable que encierra en sí el sentido de una preposición con su segundo término” (*apud* Gómez Asencio, 1981: 222).

¹⁰¹ Que se saiba, a gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa foi a primeira entre nós a formalizar em dois grupos esta distinção: as *conjuncções homologas, ou similares* “são as que ligão proposições que estão na mesma rasão humas para as outras”; as *conjuncções anhomologas, ou dissimilares* “atão proposições que não estão humas para as outras na mesma rasão, mas em diferente (...). Todas estas especies de proposições são correlativas humas com outras, e guardão por consequencia entre si certa ordem e subordinação” (Barbosa, J. S., 1807: 350, 353).

Patón, 1614: 7v; Figueira, 1687: 166) ou, além disso, também partes da oração (cf. Roboredo, 1619: 70; Correias, 1625: 352; Villar, 1651: 57), e as segundas descritas pelo mecanismo da regência casual, dificilmente se destrinça o valor conectivo adstrito a união, “aiuntamiento”, atadura, enlace, da dependência entre unidades e funções sintáticas. O elo que prende dois constituintes por intermédio de uma daquelas categorias é visualizado em esquema de subordinação, isto é, funções sintáticas diferentes para constituintes, que podem muito bem ser palavras ou proposições, introduzidos por preposição e conjunção. Muito embora a parasitagem das descrições destas unidades por uma série de critérios sintacticamente laterais – o da forma, o da distribuição, consoante a ligação entre palavras ou orações, o da substância das unidades, base das classificações estandarizadas de *copulativas*, *disjuntivas*, *adversativas*, *causais*, *ilativas* –, não deixa de ser aduzida a concepção de que certas unidades governam formas regidas que dependem necessariamente da natureza daquelas. Entretanto, intercalam-se as exposições de exemplos tais “Mugina riã Petolo, neria Paulo, neria Manino. Em nome de Pedro, & de Paulo, & de Manoel. O exemplo está em ne, conjunção, ã ata todos estes nomes” (Dias, 1697: 47), notas da confusão entre relação e conexão, mas também, por outro lado, da percepção dos equívocos da designação ‘conjunção’, aplicada a unidades funcionalmente diferentes. É que, sabe-se hoje, “Las ‘conjunciones de subordinación’ tienen muy poco o nada de ‘conjunciones’. Función ‘conjuntiva’ tienen las conjunciones de coordinación, que, efectivamente, unen o ‘conjuntan’ elementos homofuncionales” (Rubio, 1966: 273). Mas as subordinativas, mais do unir, “lo que hacen es transformar una predicación autónoma en algo que ya no es predicación” (*Id.*, *ib.*: 274), isto é, algo que perdeu a característica de enunciado independente em virtude da subordinação a um núcleo predicativo. Nas descrições dos nossos gramáticos, o que se pode explorar é a regra elementar e o respectivo exemplário. Da simples alusão à simetria ou identidade de construções, posto que restritiva do paralelismo funcional, tira-se o falso parentesco sintático entre as conjunções coordenativas e as subordinativas, conquanto tais noções não cobrissem o mesmo campo a que hoje se aplicam: *e*, *também*, *ou* (copulativas e disjuntivas) marcavam o relacionamento de funções ou construções e formas idênticas, enquanto *para*, *porque*, *ainda que*, *contudo*, *mas*, *por isso* (causais, adversativas e ilativas) subordinavam elementos sintáticos. Seja como for, o importante é relevar que o conceito de subordinação tinha um suporte operatório, constituído pelas preposições e conjunções

subordinativas, de ambas distinguindo-se as conjunções coordenativas¹⁰², e uma base metodológica cujo princípio era a dependência sintáctica, sem dúvida dois vectores da análise linguística que hoje aprofunda a teoria relacional. E para o estabelecimento de inventários, decerto “uno de los aspectos más inconsistentes de la teoría general” (Lázaro Mora, 1985: 375), faz-se daquelas mesmas unidades uma espécie de núcleo difusor de outros elementos de relação, mormente prefixos, criados, como se sabe, de preposições e advérbios latinos e gregos.

No sentido de avançar na caracterização destas unidades, aluda-se, sem demora, ao diferencial dos conhecidos sistemas de Viggo Brøndal e Bernard Pottier, que fizeram ambos da noção relacional o ponto forte das suas teorias sobre a preposição: para o linguista dinamarquês, o sistema francês das “vraies prépositions” comporta as dezanove unidades *pour, par, devant, après, sur, sous, à, de, en, contre, vers, entre, dans, sans, dés, avant, selon, chez, avec*, excluídos *malgré, parmi, durant, pendant*, locuções prepositivas e prefixos (cf. 1940: 12 e ss., 135); na categoria dos elementos de relação de Bernard Pottier, encontram-se preposições, conjunções subordinativas, prefixos, alguns advérbios e casos (cf. 1962: 195 e ss., 291). Efectivamente, não são muitos os pontos em que as duas visões clássicas se tocam. O que da *Théorie des prépositions* constituiu notabilíssima aportação linguística foi o realce das preposições como unidades que: “ont un caractère relationnel particulièrement accusé”, são “le moyen le plus simple don’t la langue dispose pour exprimer la relation” e formam uma classe “de mots désignant des relations pures”, acerca da qual “il faudra donc définir chaque préposition particulière comme la somme de relations spéciales”, dada a “unité [semântica] derrière toute cette multiplicité, la formule unifiante qui seule peut expliquer pourquoi justement ces variations sont des variations d’une seule et même unité” (Brøndal, 1940: 8, 11, 13, 18,

¹⁰² A tão conhecida equivalência entre “He *and* his wife are coming” e “He *with* his wife are coming” (Jespersen, 1924: 110), e eventualmente outras do mesmo género, não comprometem a distinção feita. Note-se que o emprego coordenativo da preposição *com* em valor comitativo é sempre posto em relevo excepcional à distinção de coordenação e subordinação: já atestado com frequência no latim (cf. Santesson, 1921: 212), consideram-no amiúde as gramáticas românicas a propósito do acordo verbal com o sujeito, sem respostas inequívocas, porém. Um exemplo de dois gramáticos espanhóis coevos: Andrés Bello observou na sua *Gramática de la lengua castellana* que “Si un sustantivo está ligado inmediatamente a otro por medio de *con, como, tanto como, así como*, deben considerarse todos ellos como sujetos, y regir el plural del verbo: ‘La madre *con* el hijo’ o ‘*tanto* la madre *como* el hijo, *fuleron* arrojados a la llamas” (1847: I, 543); pelo contrário, Rufino José Cuervo, também ele autor daquela gramática, dá preferência à interpretação do sujeito singular, no seu *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana*: “Cuando un sust. en singular que sirve de suj. á un verbo va inmediatamente enlazado á otro sust. por esta prep. [*con*], el verbo debiera en rigor ir en singular, y de hecho se emplea este número sobre todo cuando el primer sust. domina en la frase; pero, apareciendo los

23). Mas que a classe esteja “suffisamment définie si on dit qu’elle exprime la relation en général” (*Id., ib.:* 11) é formulação que hipertrofia uma característica e subalterniza outras; e exacerbar de intromissões logicistas a classificação das relações em *simetria, transitividade, conexividade*, etc. (cf. *Id., ib.:* 34 e ss.), por extensão do simbolismo operatório algébrico à lógica¹⁰³, só atabafa os tipos de estrutura que se podem encontrar formalizados numa língua. Não vão noutro sentido as críticas de Bernard Pottier ao apriorismo daquelas concepções relacionais, emergentes dos tratados de lógica aristotélicos (cf. Pottier, 1962: 251-252). Se é certo que a lógica ou a ‘arte de pensar’, cada vez mais unida à filosofia da linguagem, é instrumento ou *organon* (segundo os textos do Estagirita) da expressão do pensamento, não é menos verdade que a organização da linguagem ou, mais claramente, a análise de uma frase em elementos sintácticos, nem sempre corresponde às relações entre ideias¹⁰⁴. E porque a ordem lógica do pensamento difere da expressão, às concepções de Brøndal ia suplantá-las o ponto de vista da análise linguística que praticaram Pottier e quantos o seguiram (vd., por exemplo, López, M., 1970 ou Hernández Alonso, 1984) no estudo dos chamados elementos de relação, que não esgotam os procedimentos sintácticos.

Como acabou de ser notado, dar especial realce ao aspecto relacional dos elementos assim designados, não traz o descaso de características sintácticas acrescidas, ou bem que se teria de denegar a existência de outros meios admitidos pelas línguas para o relacionamento sintáctico. Retomem-se descrições gramaticais do espanhol e do quimbundo, já atrás apresentadas, para apreciar outros factos linguísticos das preposições. Para Juan Villar (1651: 82-83, 85):

dos en pie de igualdad, tal que puedan mirarse como enlazados por y, se usa el verbo en plural” (1886: II, 296).

¹⁰³ O acolhimento deste sistema ressalta desde o prefácio da obra, em cuja primeira lauda o Autor considera ter-se o conceito de relação revelado “d’une importance de plus en plus fondamentale: comme catégorie philosophique, comme objet d’analyse logique, comme base de la théorie de la relativité”. Está definida a orientação que inspirou a Brøndal o tratamento das relações, assim sintetizada por Ljunggren: “In the *Prepositionernes Theori* Brøndal desires to give a general and universal account of the theory of prepositions which bears the closest connection with the description of the theory of relation given by logic, as well as by mathematics and physics, and the main part of this work is dedicated to the system of prepositions as such or, as it were, its internal affairs” (1951: 12).

¹⁰⁴ Pode ler-se a este respeito o artigo de Eric Buyssens “Le langage et la logique – le langage et la pensée”, publicado na obra dirigida por André Martinet *Le langage. Encyclopédie de la Pléide*. São curiosos os exemplos fornecidos debaixo da sugestão de que os sistemas da análise lógica e da análise sintáctica são correlativos e independentes: “il y a quantité de phrases qui heurtent la logique. Dans la phrase: ‘Mes aïeux furent tous amiraux’, la notion de pluriel est exprimée par chacun des cinq mots utilisés, alors qu’en réalité on ne peut compter que les aïeux. Nous disons ‘Le vent souffle’, mentionnant ainsi deux fois le même fait atmosphérique: une fois par le substantif ‘vent’, l’autre fois par le verbe ‘souffle’. Nous disons: ‘Un franc, c’est un franc’ pour souligner le fait que la valeur d’un franc n’est pas

- “siempre que el nombre haze en la oracion officio de persona q̄ póssee (que es lo mesmo que significar cuya es alguna cosa) á de tener la preposicion *de*”; “Tambien se da la preposicion *de* a el lugar de donde venimos, como *vengo de Roma*”; “Tambien se dan [*a e para*] a el nombre, que significa el lugar adõde vamos”.

Do quimbundo tem-se (Dias, 1697: 44):

- “Para nesta lingua se explicar a pessoa q̄ vai em companhia de outra, se lhe ajunta a preposiçãõ *ne*”; “Para o ablativo de preço usaõ os ambundos da mesma preposiçãõ *mo*. v. g. *Nagassumbo mubica ümoxi moginbomgo macuim ayari. Comprei hum escravo por vinte & dous dinheiros. O exemplo está em mo, preposiçãõ posta antes da palavra ginbomgo, q̄ hê o preço*”.

Estão em causa domínios nocionais que as preposições exprimem em combinação com unidades de natureza nominal. É fácil notar, no vezo da confusão entre conteúdos e funções sintáticas, um erro vulgar, mas de significado não despiciendo. Manusear usos e valores semânticos da preposição na análise da sua sintaxe contraprova como teoricamente os gramáticos se aproximavam da ideia de que a preposição era o significante de uma função sintática. A posse, o lugar, a companhia, o preço, correspondem a elementos da experiência que não possuem, é sabido, uma sintaxe gramatical permanente, e basta pensar nas possibilidades praticamente ilimitadas de exprimir uma das relações de mais segura existência nas línguas, a possessão, a começar pelo verbo *ter*. Ninguém ignora que o carácter global das experiências (cf. Barbosa, J. M., 1994: 6 e ss.) adquire formulação discursiva por meio de escolhas individuais de unidades linguísticas que, mantendo-se por natureza íntegras em funcionamentos diversos, têm a mais o valor relacional, também ele resultante de escolhas. As selecções são efectuadas tanto ao nível de unidades significativas como ao de relações que elas podem assumir. Note-se, entre parêntesis, que qualquer escrito literário de autor seiscentista mostra bem ser justamente este valor que renova formas de expressão e altera estruturas linguísticas só pelo uso tornadas aparentemente imóveis. No plano não linguístico, tal valor corresponde à relação de um elemento com o todo da experiência, relação que evidentemente condiciona o meio de expressão linguística através do qual se manifesta a função gramatical. Como escreveu André Martinet, “Las funciones gramaticales, elegidas de forma que correspondam a la relación entre un elemento y el resto, no vienen impuestas por la experiencia misma en su forma prelingüística, sino, en último análisis, por la elección de los monemas léxicos” (1975: 293-294). Considerando-se, portanto, todas as experiências como sínteses antepostas a uma análise por fazer, a

méprisable: nous disons: ‘Un franc n’est plus un franc’, alors que nous voulons dire que le pouvoir d’achat du franc a diminué” (1968: 85).

sua tradução em relações gramaticais não tem natureza permanente, embora a cada forma de representação assista um esquema fixo de expressão. É difícil imaginar funcionamento linguístico satisfatório de uma língua onde as noções que se conhecem por *agente, paciente, beneficiário, instrumento, tempo, lugar*, etc., fossem realizadas por palavras capazes de recebê-las sem outros meios, de forma que cada unidade lexical incluiria uma indicação sintáctica. Sejam quais forem as línguas, as categorias de palavras, substantivos, adjectivos, verbos, etc., que nelas não se encontram igualmente distribuídas – lembre-se a existência, no japonês, de uma categoria de partículas denotadoras de estatuto social –, assumem determinadas relações de maneira regular. Mais do que a individualização substantiva, é a relação funcional que, nas estruturas linguísticas, conduz à organização, logicamente arbitrária, de valores em torno de um núcleo identificável como tal, ou de sucessões hierarquizadas de determinado/determinante. Quer dizer que a própria relação corresponde a um elemento da experiência, nem mais nem menos abstracto do que qualquer unidade linguística, manifestando-se, muitas vezes, como aquelas, em formas identificáveis por segmentação. Em *James's car, o carro do João, Suamiyachē ghara* “a casa do Senhor” (Estevão, 1640: 15v) ou *erà Tupã* “a casa de Deus” (Mamiani, 1699: 8), a experiência da relação entre possuidor e possuído manifesta-se formalmente em *'s, de, chē* (que concorda com o objecto possuído *ghara*) e na ordem de sucessão determinado-determinante (*erà-Tupã*) em justaposição, como a restante experiência existe em dada forma. O princípio e a linha doutrinal são de André Martinet, que, com base no princípio de que “il faut, pour qu'on puisse identifier une fonction, qu'elle se manifeste de façon formellement perceptible” (1985: 172), apresenta os vectores que substancialmente concorrem na expressão linguística, isto é, a indicação conjunta de elementos da experiência e de relações específicas: “*village*, precedido, por supuesto, de algún artículo (...) podría emplearse para designar el lugar, o acaso sus habitantes como agentes de una acción; así, en *the village decided...* ‘la aldea decidió...’, o como objeto, como en *they saw the village* ‘vieron la aldea’ (...). En nuestro ejemplo [*in the village*], la circunstancia de que la aldea es el lugar donde sucedió algo es tratada como otro elemento de la experiencia cuyo reflexo es el monema *in* ‘en’” (1962: 65). Se pode utilizar-se *village* para comunicar várias experiências, como *the village decided, they saw the village, in the village*, isso apenas significa que a articulação discursiva veio a encontrar meios de combinar as unidades linguísticas e de lhes atribuir uma função,

enquanto contrapartida do relacionamento entre os diferentes elementos da experiência. Num caso, entram em linha de conta as posições do sintagma *the village* relativas ao lugar do verbo para definir as funções de sujeito e de complemento directo; noutro caso, é a preposição escolhida que participa da manifestação de função sintáctica. Mais precisamente, a indicação da função de *village* é assegurada pela adjunção da preposição *in*, exactamente como à pluralidade de relações *at the village, from the village, with the village* se faz corresponder a presença isolada de *at, from, with*, ideia base na separação de experiências e expressões linguísticas. As unidades que assim se comportam chamou-lhes André Martinet ‘indicateurs de fonction’ ou simplesmente ‘fonctionnels’ (cf. 1985: 166), conceito, o de ‘funcional’ ou ‘indicador de função’, que obriga a uma anotação suplementar agora que estão em causa funções gramaticais, algo difícil de definir de uma vez por todas (cf. Martinet, A., 1977: 3-14). Se se apresenta aqui a natureza funcional das unidades em apreço como característica acrescida ao seu valor relacional é por entender-se que os conceitos de ‘função’ e ‘relação sintáctica’ só ganham em ser abordados separadamente, ainda que as diferenças pressupostas nas definições não reapareçam nos resultados das análises. A relação sintáctica designa a ligação de unidades significativas por coordenação, por subordinação (dependência) ou por interdependência, enquanto a função é a natureza da relação entre unidades que podem relacionar-se de maneira diversa, como o verbo e o nome em português e em muitas outras línguas. No exemplo *Sucá inhurae do dipadzù* “o filho ama a seu pai” (Mamiani, 1999: 8), a natureza subordinada do sintagma *do dipadzù* “a seu pai” é indicada pela sintaxe das relações; mas cabe à sintaxe das funções determinar a função acusativa daquele sintagma dependente, no caso por via da preposição do kiriri *do*. Portanto, unidades do tipo das preposições e conjunções subordinativas consubstanciam a natureza dos dois fenómenos sintácticos, porque marcam uma relação de dependência, conforme à sua característica de subordinantes, e permitem identificar papéis de acusativo, dativo ou ablativo representados por um termo relativamente a outro. Daí a sua classificação de ‘indicadores de função’, designação¹⁰⁵ que, se não triunfou em matéria de terminologia,

¹⁰⁵ Face à geral bulimia terminológica das teorias de análise linguística, a saciedade da sintaxe de orientação funcionalista é mais moderada. Havendo reformulação de conceitos, André Martinet faz acompanhar a inovação terminológica, sempre de grande realismo gramatical, de uma nomenclatura tradicional, mais clássica e por isso menos transitória. Para os indicadores de função, sugere igualmente os termos “connecteurs”, “relateurs” ou “relationnels” (cf. 1985: 40, 102, 121, 140; e o original francês, 1989: 59), embora no caso de “conector” haja certa mudança de direcção do objectivo visado: “lorsqu’on constate que ces prétendus fonctionnels sont formellement caractérisés par le fait qu’ils réclament, pour apparaître, la présence de deux unités significatives qu’ils relient (*venir avec lui*) et que leur statut devient automatiquement adverbial dès qu’un de ces deux accompagnateurs disparaît (*faire avec*), on est amené à

foi de apropriação conceptual por parte de vários modelos teóricos: como para o valor relacional da preposição, Jean Cervoni escreveu que “une étude qui ne traiterait pas de la préposition como marquer de fonction serait sentie comme fâcheusement incomplète” (1991: 88).

Não deve avaliar-se, porém, sumariamente tal afirmação. É que, no respeitante à indicação da função, identificam-se diferentes concepções, conforme a relação é entendida no plano sintáctico, visado por Martinet, ou em termos de funções semânticas, de que pode dar-se como exemplo a *gramática de casos* de Charles Fillmore. O papel que nesta teoria cabe à preposição é o de exprimir funções semânticas ou “casos profundos” tais o *agentivo*, o *instrumental*, o *objectivo*, que são determinados pelo verbo, enquanto propriedades contextuais do seu valor, e veiculados por sintagmas nominais. Os traços configuram determinado quadro casual, presente nas entradas lexicais dos verbos. Da lista destes casos que interessam agora, tem-se (Busse/Vilela, 1986: 95-97):

- . instrumental – “Carlos trabalha *com a serra*”;
- . origem – “Carlos telefona *de casa* ao amigo”, “Carlos está zangado *por causa dos seus amigos*”;
- . meta – “Carlos vai *para Lisboa*”;
- . lugar – “Carlos vive *em Lisboa*”;
- . tempo – “*Amanhã* vou a Lisboa”;
- . beneficiário – “Carlos compra algo *a/para Maria*”.

Quer dizer, as categorias semânticas definem-se por regras gerais e específicas, onde se inclui a da presença das preposições *com* para “instrumento”, *de* e *por* para “origem”, *para* para “meta”, *em* para “lugar”, *a/para* para “beneficiário”. Por conseguinte, cabe às preposições exprimir a função casual ou a relação semântica existente entre o verbo e o sintagma portador de caso. Pode-se atribuir-lhes a característica de indicadores de função, mas, porque pontifica o enfoque semântico na base de uma epistemologia de universais linguísticos, com mudança radical das posições teóricas e prioridades metodológicas da abordagem funcional de André Martinet, cujos aspectos cardeais são a

préférer, pour les désigner, le terme de *connecteur* beaucoup plus spécifique” (Martinet, A., 1994: 12). Mas porque a conexão é característica por excelência das conjunções coordenativas, muito diferentes das suas homólogas subordinativas e das preposições, guardam-se algumas reservas acerca da proposta de Martinet. Sobre os conectores conjunções coordenativas, vd. Bechara, 1961: 319 e ss..

função sintáctica e a autonomia sintáctica observadas nas línguas particulares¹⁰⁶. Os dois conceitos andam a par no que respeita às preposições, uma vez que estas, marcando as relações de um elemento com o contexto, conferem-lhe autonomia sintáctica idêntica à que possui o marcador de caso *amanhã* do enunciado “*Amanhã* vou a Lisboa”, atrás citado. Do ponto de vista funcional, *amanhã* ou o sintagma “no dia seguinte” que se utilizaria em discurso indirecto, não dependem das posições ocupadas no enunciado, porque, no primeiro caso, o significado do advérbio especializou a relação que a preposição *em* assinala no sintagma “no dia seguinte”. No plano de uma sintaxe teórica, é o grau de autonomia que permite identificar diversos tipos de unidades significativas e respectivos comportamentos¹⁰⁷, destringendo-se claramente, e sobretudo para as preposições, o plano sintáctico das projecções dos valores significativos sobre ele reflectidas. Como se pormenorizará mais adiante, o nível sintáctico das preposições é o do relacionamento gramatical que ocorre entre os elementos do enunciado, no sentido da indicação e distinção de funções, tais as presentes em “il vient de Paris” e “il vient par Paris”; distinto deste é o nível axiológico ou o dos valores significativos das preposições, cujo estudo terá em vista justificar a possibilidade de se comutar *de* por *par* num enunciado do tipo “il est aimé de ses parents” (cf. Martinet, 1985: 174)¹⁰⁸. Nesta base, sem se fixarem limites às possibilidades estruturais das línguas, nem se universalizarem tratamentos formais dos participantes e circunstâncias de uma acção, tanto quanto a ordem, os indicadores de função constituem um processo a que todas as línguas recorrerão, segundo modalidades variáveis e preponderâncias diferentes, para indicar as relações entre os elementos do enunciado. O princípio é o de que “Nous stipulerons la possibilité dans toute langue, de l’existence de classes d’indicateurs de fonction”, mas “on se refusera à présenter les indicateurs de fonction comme un universal” (*Id., ib.:*

¹⁰⁶ A propósito do estudo “The case for case” de Charles J. Fillmore, veja-se o artigo “Cas ou fonctions” (1972), de André Martinet, reproduzido em 1975: 275-298.

¹⁰⁷ Segundo André Martinet, “Le critère de l’autonomie syntaxique permet (...) de distinguer, sur le plan de la linguistique générale et antérieurement à toute considération d’une langue particulière, entre des monèmes non autonomes du type de *voisin* [de *les amis des voisins sont arrivés*], des monèmes autonomes, du type d’*hier*, et des monèmes fonctionnels don’t l’adjonction confère l’autonomie à un monème non autonome” (1965: 183). Tendo já sido bem estudadas as implicações do critério da autonomia sintáctica na classificação funcional das unidades significativas, remete-se para a bibliografia específica: Denise François *in* Martinet, A., 1969^a: 17-22; Mahmoudian *in* Martinet, A., 1969^a: 153; Marçalo, 1992: 79-84.

¹⁰⁸ É o que explica muito claramente André Martinet quando, referindo-se genericamente às funções gramaticais, alerta para a necessidade de distinguir “– d’une part, la pure relation, distincte certes par son signifié et son signifiant d’autres relations du même type, mais envisageable, dans un premier temps, comme un *signe*, sans référence au détail de sa forme et de son sens, celle que nous devons retenir en syntaxe, et – d’autre part, les avatars de sa forme perceptible, son signifiant, et sa valeur sémantique, son signifié” (1977: 3-4).

121). Esta maneira de ver é assunção de que tal processo integra uma base comum a todas as línguas de organização das relações que exprimem conteúdos universais, conquanto variem de comunidade para comunidade as estruturas através das quais ele se manifesta, já que os próprios paradigmas de indicadores de função não são uniformes. É este um facto de inerência ao funcionamento sintáctico, e sob esta noção geral encontram-se razões heterogéneas.

Fixar uma ordem dominante de sequência das palavras na frase era, em geral, uma preocupação normativa no limiar de um domínio cuja fecundidade sintáctica se conhecia. Especificamente em relação aos gramáticos de línguas exóticas, manifestou-se tal preocupação em determinar uma ordenação gramatical característica, por referência a uma ordem tida como natural, de molde a obter-se um instrumento sintáctico operatório. Dispor as palavras de um enunciado segundo uma determinada estrutura linear, organizada em torno de um centro, interessava para fixar e usar rapidamente a língua, ainda que, em contraprova, o estudo gramatical revelasse variações dessa ordem. Embora o assunto seja abordado casuisticamente, intente-se uma síntese elucidativa de alguns pontos de vista:

“A lingoa puro, *Coye*, que propriamente he a Sinica, donde vieram as letras, he direita a nosso modo, & a lingoa do, *Yomi*, que he a propria, & natural de Iapam, tem contraria ordem no fallar, & proferir as mesmas partes; (...) O nominatiuo comumente se poem no primeiro lugar a parte, ou occultè: no segundo os casos do verbo; & no vltimo o verbo” (Rodrigues, J., 1620: 60-60v);

“O uso ensinarà a boa collocaçã das partes da oraçaõ entre si; mas apontaremos aqui algũas que pedem certos lugares (...). Primeiramente o nome, ou pronome em respeito ao verbo podem estar antes ou depois” (Figueira, 1687: 165); “Quando o verbo activo està entre dous nomes terceiras pessoas, fica duvidoso qual dos nomes he accusativo, & qual nominativo, como se vé nesta oraçaõ: Boia ojucã cunhã; he necessario declarar com outro nome qual foi a morta. Boia ijucapyra, i. a cobra foi a morta. (...) nos modos, em que os verbos perdem¹⁰⁹ os artigos, que são o conjuntivo, infinitivo, & dahi por diante (...), devem sempre os dous nomes terceiras pessoas estar antes do verbo, & o nome que lhe ficar immediatamente, esse serà o accusativo; Boia cunhã jucareme, se a cobra matar a molher; Cunhã he o accusativo” (*Id., ib.:* 8);

“Si la tercera persona es acusativo, y la primera, ò segunda la que haze no ay duda en la oracion, vt amboé Peru, enseñõ à Pedro (...). En las terceras personas ay duda entre si, y esta se quita por las circunstancias, ò materia de que se trata, vt Peru ou çoó Pedro comio carne, clararo es que Pedro, es nominatiuo de qualquiera manera que se ponga antes, ò despues, aunque lo ordinario es poner primero la persona agente, y luego la paciente, y luego el verbo, vt Peru çoó ou” (Ruiz de Montoya, 1640: 34-35);

“De ordinario nesta lingua precede o verbo ao nominativo (...). Depois do verbo e do nominativo se poem o caso proprio do verbo, & depois os outros casos, que houver na oraçam com as posiçoens necessarias” (Mamiani, 1699: 120-122).

¹⁰⁹ Segue-se, neste lugar, a edição de 1795 da *Arte da grammatica da lingua do Brasil*, por corrigir a lição “em que os verbos pedem os artigos” (da edição de 1687), inaceitável do ponto de vista gramatical, considerados os artigos formas rectas do pronome pessoal.

Há lições a tirar das explicações dadas. Sobre serem tipos de sequência diferentes da *rectus ordo*, as estruturas fixadas, nomeadamente *nominativo-acusativo-verbo* para o japonês, guarani e tupi (neste caso, não preferencial), e *verbo-nominativo-acusativo* para o kiriri, não são, elas mesmas, ordenações gramaticais uniformes. Mesmo deixando entre parêntesis o valor estético, o domínio do uso era o melhor regulador dos constrangimentos formais da ordem que a gramática procurava fixar. Ora, se determinada ordem das palavras pode mudar com bons resultados no domínio que por ela se julga regulado, isso significa que existirem variações de ordens é facto correlato das possibilidades limitadas oferecidas por tal método para exprimir os diversos aspectos da experiência humana, e ambos conexos com a exploração de outros meios de relacionamento sintáctico. A conclusão tira-se das explicações de Luís Figueira sobre a insuficiência sintáctica da posição verificada em contextos onde “o verbo activo está entre dous nomes terceiras pessoas”: em *boia* “cobra”, *ojuçà* “matou”, *cunhã* “mulher”, unidades ordenadas segundo a estrutura *nome + verbo + nome*, o meio particularmente económico de especificar as relações chamadas “sujeito” e “objecto” pela anteposição e posposição ao núcleo predicativo, respectivamente, não é aqui pertinente. Cumpre, então, em nome da pertinência comunicativa (cf. Martinet, A., 1994: 14) que interessa à realização de qualquer enunciado, recorrer a outro processo relacional capaz de indicar o agente ou o paciente; como afirma Luís Figueira, “declarar com outro nome qual foi a morta”, que o mesmo é dizer o paciente da acção, expresso pelo sufixo de participio *yra*, como se viu ao seu tempo. Não restam dúvidas que a identificação da função resulta da escolha de uma forma nominal do verbo e não de um indicador de função do tipo das preposições, maneira de ver concorde à sugestão de Martinet em distinguir “deux indications de fonction différentes, l’indication fondée sur la valeur des éléments en présence et celle qui réclame l’utilisation de connecteurs” (1985: 169). Mas isso, visto pelo ângulo da marcação de relação, não se afigura diferente, senão na manifestação formal, que, por princípio, deve subordinar-se à identidade funcional. Sabendo-se que os relacionais podem assumir formas variadas, sem ser necessariamente a de segmento isolável no enunciado, a questão é a dos tipos de categorias e espécies de regras especializadas em cada língua na indicação da função, não em proliferação anárquica, porque nem mesmo as línguas artificiais (cf. Eco, 1993: 295 e ss.) escapam ao pêndulo das variações regulares, mas dentro dos limites inerentes à estrutura das gramáticas naturais. Cada uma é caracterizada pelo número, natureza das unidades e tipos de

combinações que admite, no sentido em que, em se tratando de comportamentos conectivos, é necessária “la présence de deux autres unités entre lesquelles la relation s’établit” (Martinet, A., 1985: 166). O tratamento formal da unidade significativa *yra* é a combinação com o verbo usado na voz passiva, em empregos propriamente adjectivais¹¹⁰: *ijucapyra* “o que he morto”, *ijucápyroéra* “o que foi morto”, *ijucápyráma* “o que ha de ser morto”, *ijucápyramboéra* “o que ouvera de ser morto, mas não foi” (Figueira, 1687: 22). Ora, se estes empregos “designam uma qualidade subsistente no sujeito, sem relação alguma com o exercício da mesma” (F. E. Leoni *apud* Barbosa, J. M., 1994: 242, n. 30), deverá considerar-se que a unidade *yra* é escolhida com o fim de marcar a relação entre a acção e o participante sujeito, o único cuja presença é obrigatória quando o verbo tem forma passiva. É ele portanto que acompanha o relacional *yra* e adquire o desempenho sintáctico próprio da manifestação do participio na voz passiva. E uma vez que este se combina com o núcleo predicativo, não é de estranhar que o critério de autonomia presente nos sintagmas introduzidos por funcionais, perca operacionalidade em favor do de independência sintáctica, que caracteriza o predicado. Por outro lado, contra a objecção de se preterir a natureza de determinante verbal de *yra*, releva notar que a relação apresentada não é permanente, senão quando falham os requisitos da significação e de marcas pronominais. Para Ruiz de Montoya, “En las terceras personas ay duda entre si, y esta se quita por las circunstancias, ò materia de que se trata” (1640: 34), isto é, o contexto, a situação ou genericamente o conhecimento da realidade fenomenal orientarão a identificação funcional. Quanto às marcas pronominais, diz Luís Figueira que “Na conjunção, & concurso de algũas pessoas com outras, quando hũa he nominativo, & outra accusativo de algum verbo activo, se haõ de advertir as seguintes regras” (1687: 150), regras de concordância em número e pessoa. Além disso, a razão do valor determinante do participio não procede a admitirem-se “Les verbes comme impliquant les fonctions” (Martinet, A., 1985: 168), em que o sintagma predicativo, comportando a marca do sujeito gramatical passivo, se especializa na indicação de funções, em todo o caso por força da escolha do participio. Coisa semelhante se passa no japonês. Das unidades da

¹¹⁰ Prova disso foi a dificuldade sentida pelo Autor da *Arte de grammatica da lingua brasilica* em traduzir formas correspondentes ao participio presente, que desapareceu do quadro verbal do português: “Os verbos, que no presente do indicativo acabaõ em vogal, ou diphtongo sem til, acrescentaõ Pyra [para formar o participio]: como, Arecó, Cerecópyra, cousa, que se tem:.. Aiopói, sustento, ipóipyra. Os que tiverem til, recebem Byra: v. g. Açarõ, guardo, Çarõbyra. Aimoçaĩ, espalho, Imoçaĩbyra. Os acabados em Ng, M, N, tomaõ Imbyra. Açãáng, provo, Çãánghimbyra. Anhotym, enterro, Tymimbyra. Aixubán, chupo, Ixubanimbyra” (Figueira, 1687: 107).

classe da posposição, João Rodrigues diz que “algũas sam propriamente nomes substantivos, q̃ admitem todos os artigos, como os de mais nomes. Vt, *Vye, Xita*, etc. Outras sam participios de verbos, que regem os casos de seus verbos. Vt, *Taixite, Tçuitẽ*, etc. Outras sam propriamente particulas. Vt, *Yori, Cara*, etc.” (1620: 58). Além do participio, também substantivos são usados com valor de funcionais, embora porventura seja a frequência deste tipo lexical mais débil que a das particulas gramaticais. Seguramente, será processo menos económico, donde menos explorado, do que o recurso a unidades de inventário teoricamente limitado ou semi-aberto (cf. François, 1983: 6), o que não será difícil perceber por raciocínio analógico à irregularidade das gramáticas portuguesas no registo de formas participais como *salvo, durante, mediante, excepto*, entre as clássicas dezassete preposições.

Do exposto é bem de notar a variedade das línguas quanto ao grau de especialização das unidades indicadoras de função, em nenhum caso esgotando a lista de possibilidades “Puede tratarse de un caso, una preposición, una posposición, una conjunción de subordinación; son, generalmente, monemas, es decir, sucesiones de fonemas o de modificaciones tonales, o incluso, elementos lingüísticamente marginales, como pausas o movimientos de la curva de entonación” (Martinet, A., 1975: 79). Grupo¹¹¹ difícil de sintetizar em virtude da aposta na diversidade linguística, mas do qual se tiram as condições gerais de funcionamento sintático dos diversos elementos que o compõem, isto é, o estabelecimento de relações, a indicação de funções, a atribuição de autonomia e o comportamento de natureza centrífuga (cf. Martinet, A., 1960: 114), forma de exprimir a progressão sintática relativamente a um núcleo. Considerarem-se cumulativamente estas características cerceia qualquer margem de confusão entre este processo de relacionamento sintático e outros admitidos pela língua; por outro lado, são características sintáticas que, tal qual se viu para o tupi e japonês, não impedem ir mais longe na identificação de outras propriedades específicas dos relacionais, atinentes às formas variáveis em cada língua e para cada língua. Dá-se o caso de a formas diferentes, nomeadamente as de preposição, conjunção subordinativa e desinência casual, nas línguas mais conhecidas, poderem corresponder compatibilidades sintáticas também variáveis, sem embargo da identidade funcional da classe ou, se se quiser, do grupo. A

¹¹¹ A designação vem na linha do seu uso em linguística funcional, a propósito da tarefa de inventariar as classes gramaticais. Destas distinguir-se-á o *grupo* por ser “constitué par plusieurs classes proches. Ainsi, par exemple, les différentes classes des pronoms, dans la *GFF (Grammaire fonctionnelle du français, André Martinet, 1979)*, peuvent être considérées comme un ‘groupe des pronoms’” (Clairis, 1984: 9).

afirmação de que “les indicateurs de fonction s’identifient plutôt par l’autonomie qu’ils confèrent à un syntagme que par des compatibilités identiques” (Martinet, A., 1969^b: 151) tem por si o facto de preposições, conjunções subordinativas e inclusive o pronome relativo combinarem-se diferentemente com outras unidades, mas transporem-nas a um mesmo plano de desempenho sintáctico, a que adiante se dará maior atenção. Além da autonomia referida por André Martinet, para a qual nem sempre é fácil encontrar um critério operacional positivo, relevar-se-iam outras duas características, a expressão de uma relação de dependência, tão suficiente para a análise dos factos sintácticos quanto a ordem de sucessão das palavras, e a atribuição de função a segmentos compatíveis, que podem ser preenchidos por formas diferentes, complementos de natureza nominal ou estruturas oracionais. As razões linguísticas de Lisardo Rubio em favor da distinção formal entre casos e preposições, com sacrificio da sua identidade funcional, são as mesmas que André Martinet apresentara, mas em ordem inversa de prioridades. Num caso, há o reconhecimento do critério funcional, mas uma valoração positiva de características formais distintivas:

“casos y preposiciones coinciden en ser monemas funcionales”, “ambas categorías tienen en común su carácter de elementos funcionales; ambas sirven para indicar la relación del nombre (o pronombre) con el resto del enunciado”, mas “sería erróneo asimilar simplemente casos y preposiciones viendo exactamente la misma realidad lingüística cubierta, respectivamente, por un procedimiento sintético (= casos) y un procedimiento analítico (= preposiciones)” (Rubio, 1966: 166-168).

No caso de André Martinet, prioritário é o traço comum que estas unidades apresentam na sua diversidade; e o Autor começa pelas contingências da forma, relevando –

. a posição distintiva na cadeia falada, nomeadamente a expressão posposicionada das desinências casuais e a preposicionada da regência prepositiva;

. a natureza de formas presas das unidades casuais (*matr-is*), por oposição à individualidade da preposição no sintagma que autonomiza, verificável na possibilidade de se inserirem determinantes vários entre dois monemas livres do tipo *com certeza*;

. a manifestação descontínua do significante de caso em contextos de coordenação onde a preposição normalmente não se repetiria, salvo por ênfase;

–, após o que adverte: estas “razones no deben ser descartadas como puro prejuicio. Pero nunca debemos permitir que oscurezcan la identidad funcional de preposiciones y casos” (1962: 68-69). E o mesmo vale para as conjunções de subordinação: “On sait que prépositions et conjonctions de subordination ont, sur deux plans différents de la syntaxe, des fonctions analogues” (Martinet, A., 1969: 30). As páginas que O. Jespersen

dedicou às “sentence prepositions” (1924: 108-110), as observações de H. Frei ao “subordinatif” variável segundo a natureza do regime (1929: 177-180) e a teoria de B. Pottier sobre o “morphème préposition” que, consoante os contextos, adquire as formas *avant* ou *avant que* (1962: 195-198), mostram não ser de hoje o aprazimento conceptual à afinidade sintáctica de preposições e conjunções subordinativas, identificadas debaixo do denominador comum de ‘subordinantes’. É certo que os pontos de partida não são os mesmos: a posição do linguista dinamarquês é a de reunir advérbios, preposições e conjunções na classe das ‘partículas’ (cf. 1924: 106), resgatada da tradição gramatical; para o observador da ‘gramática dos erros’ o princípio geral (ou necessidade linguística) de invariabilidade (cf. 1929: 131) origina a “condensação” (*Id., ib.:* 175) de formas e estruturas diferentes mas funcionalmente idênticas, e daí que “Si la préposition, comme la conjonction, condense un verbe transitif, il en résulte qu’il n’y a pas au fond de différence catégorielle entre ces deux sortes de subordinatifs, de même qu’il n’y en a pas entre un verbe suivi d’un substantif (ex. J’attendrai *son départ*) et un verbe suivi d’une proposition (J’attendrai *qu’il parte*) (*Id., ib.:* 180); quanto ao linguista dos “elementos de relação”, a sistematização de factos da subordinação e dados de sentido estão na base da identidade que preposições, conjunções subordinativas e advérbios revelam em ‘construções directas’ e ‘construções indirectas’ (cf. 1962: 197). Como é que estas posições se articulam entre si e se articulam com outros princípios teóricos na sintaxe dos elementos de relação é o que se verá agora.

1. A relação e a indicação de função. Síntese conclusiva

Ao colher no enunciado retórico de todas as circunstâncias “*quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando?*” os termos para a explicação do artigo “complément” da *Encyclopédie*, a cada uma das perguntas respondendo os *loci a persona, a re, a loco, ab instrumento, a causa, a modo, a tempore*, Nicolas Beauzée lançou os germes de uma análise que, partindo da *compositio* retórica, terá longo futuro na gramática dos elementos de relação. À parte a operação do pensamento simbolizada por *quis*, que é excluído do âmbito dos complementos, as demais circunstâncias do hexâmetro de Quintiliano perspectivam-se semântica e sintacticamente no campo das unidades relacionais. Sustentada no método de, por meio das perguntas adequadas (idênticas ao perguntar socrático), identificar os *loci* de “coisa”, “lugar”, “instrumento”, “causa”, “modo”, “tempo”, a tese é a seguinte (Du Marsais/Beauzée, 1789: I, 443):

- . que *quid* “désigne le Complément qui exprime l’objet sur lequel tombe directement le rapport énoncé par le mot *complette*. Tel est le Complément immédiat de toute preposition; à moi, chez nous, envers Dieu (...): tel est encore le Complément immédiat de tout verbe actif relatif; *aimer la vertu, désirer les richesses*”;
- . que *ubi*, reunindo os lugares *unde, qua, quo*, se aplica a “quatre sortes de Compléments circonstanciels de lieu”, exemplificados em *vivre à Paris, partir de sa province, passer par la Champagne, aller en Afrique*;
- . que *quibus auxiliis* designa o “Complément qui exprime l’instrument & les moyens de l’action énoncée par le mot *complette*”, como *se conduire avec assez de précaution pour ne pas échouer*;
- . que *cur* corresponde a “tout Complément qui énonce une cause, soit efficiente, soit occasionnelle, soit finale: on le nomme Complément circonstanciel de cause. Exemples: *un tableau de Rubens, peint par Rubens; il a manqué le succès pour avoir négligé les moyens*”;
- . que *quomodo* indica “le Complément qui exprime une manière particulière d’être qu’il faut ajouter à l’idée principale du mot *complette*; & on peut le nommer Complément modificatif”, do tipo *vivre honnêtement, parler avec facilité*;
- . que *quando* designa “le Complément qui exprime une circonstance de temps”, em *Jésus naquit sous le règne d’Auguste, il a vécu trente-trois ans*.

Tudo concepções que se explicam a um tempo pela actualização gramatical da noção lógica de complemento, uma vez fixadas duas classes de complementação que, no tocante ao verbo, distinguem os elementos “directs & nécessaires”¹¹², porque na dependência directa do seu valor, dos elementos modificativos ou designativos de circunstâncias. ‘Modificativos’ no sentido em que, tais os determinantes adjetivo e advérbio, o sintagma formado por *preposição + nome* é particularização semântica de

¹¹² Eis a explicação de Beauzée: “Le rapport énoncé par plusieurs verbes relatifs exige souvent deux termes, comme *donner l’aumône à un pauvre*; ces deux Compléments sont également directs & nécessaires. & il faut les distinguer. Celui qui est immédiat & sans prépositions peut s’appeler Complément objectif primitif; comme *l’aumône*: celui qui est amené par une préposition, c’est le Complément objectif secondaire; comme *à un pauvre*” (Du Marsais/Beauzée, 1789: I, 443).

outras tantas classes de palavras¹¹³; e ‘designativos de circunstâncias’ levando-se em conta a equivalência com os advérbios, tradicionalmente incluídos em diferentes classes semânticas: dos exemplos apresentados, *parler avec facilité* e *vivre honnêtement* actualizam esta equivalência, que ocorre apenas no plano do significado. Quer dizer, levado exclusivamente pelo aspecto semântico, o Autor igualou complementos como *avec facilité. à Paris, de sa province, pour avoir négligé les moyens, sous le règne d’Auguste.* designado-os por modificativos e circunstanciais. São exactamente estes, que cobriam o valor dos casos concretos de acusativo e ablativo, cuja identificação as gramáticas das línguas vão manter escorada na matriz retórica dos *loci* ou operações do pensamento, uma vez feita a partir do critério da interrogação dos constituintes. O recurso a *onde?*, *como?*, *quando?*, etc., é em geral uma antecipação das classificações, porque serve para testar a adequação de respostas a perguntas que *de per se* caracterizam os complementos, tal a ideia contida na técnica mnemónica dos *loci*. Uma vez que estes cobrem domínios semânticos, as classificações gramaticais foram mantendo as etiquetas de “lugar”, “modo”, “tempo”, “causa”, etc., não só para grupos nominais preposicionais, mas também para orações, todos eles complementos designativos de circunstâncias correlativas dos valores dos elementos relacionais: donde, o plano dos valores locativos de *a, em, de, por*, em expressão de *ubi?*; ou, para *quando?*, o campo espacio-temporal de *sob, desde, quando, em*; ou ainda a dimensão nocional de *quomodo?* expressa por *com, sem, a, de*. tudo isto além do quadro da polissemia, para os portroyalinos a contingência *anti-ratio* dos elementos de relação¹¹⁴. O procedimento é herança das definições semânticas das unidades que relacionam partes do discurso ou proposições. Conquanto a tradição as incluía entre as ‘partículas’ e classifique como elementos gramaticais, sobressai das gramáticas seiscentistas a concepção de que aquelas etiquetas semânticas, aplicadas a vários complementos, como se tiveram eles a mesma sintaxe, resultavam das

¹¹³ Este valor modificativo dos diferentes grupos nominais preposicionais considerou-o Andrés Bello no estudo da preposição: “No es el adjetivo, aun prescindiendo del verbo, el único medio de modificar sustantivos. ni el adverbio el único medio de modificar adjetivos, verbos y adverbios. Tenemos una manera de modificación que sirve igualmente para todas las especies de palabras que acabamos de enumerar. (...) cuando decimos que alguien *escribe*, pueden ocurrir al entendimiento estas varias referencias: ¿ qué escribe? ¿ a quién escribe? ¿ dónde escribe? ¿ en qué material escribe? ¿ sobre qué asunto escribe? ¿ con qué instrumento escribe? etc.; y declaramos estas varias relaciones diciendo: *escribe una carta, escribe a su amigo, escribe en la oficina, escribe en vitela, escribe sobre la revolución de Francia, escribe con una pluma de acero*” (1847: 186).

¹¹⁴ Recorde-se a concepção de Arnauld e Lancelot sobre a forma ideal para a expressão das preposições: “on n’a suivi en aucune langue, sur le sujet des prépositions, ce que la raison aurait désiré, qui est qu’un rapport ne fût marqué que par une préposition, et qu’une même préposition ne marquât qu’un seul rapport” (1660: 104). E no quadro onde sistematizam os valores do sistema preposicional do francês, *en* e

relações de sentido introduzidas por preposições e conjunções no desempenho da sua função conexiva. Lembre-se que as conjunções eram definidas pelos seus valores ‘aditivo’, ‘alternativo’, ‘causal’, ‘ilativo’, etc.; e que para cada preposição era fornecida uma gama de sentidos resultantes da sua realização discursiva. Assim se alargava o domínio das descrições do ablativo e acusativo regidos por preposição, em visão analítica e microscópica de conteúdos de tempo, modo, instrumento, louvor, vitupério, preço, lugar, causa, matéria, comparação, excesso, passagem, distância (cf. Roboredo, 1619: 75), só com a chegada da *Encyclopédie* condensados na síntese “Il ne faut pas douter qu’une métaphysique pointilleuse ne trouvât encore d’autres *Compléments*, qu’elle désignerait par d’autres dénominations” (Du Marsais/Beauzée, 1789: I, 443). Síntese que é ditame da diferença entre conteúdos semânticos e comportamentos sintácticos, com o intermédio implícito da relatividade dos traços semânticos. E por isso o Autor acrescenta, em nota à sua análise dos *loci*, “C’est pourtant une nécessité indispensable de distinguer ces différentes sortes de *Compléments*, afin d’entendre plus nettement les lois que la syntaxe peut imposer à chaque espèce” (*Id., ib.:* I, 443). Afirmação, ainda tantas vezes hoje repetida, da subsidiaridade dos critérios semânticos para a sintaxe gramatical da complementação, ou melhor das expansões subordinativas, se se quiserem evitar as intromissões logicistas: dir-se-á, seguindo Hernández Alonso (cf. 1995: 111), que classificar de temporal a expansão *quando llegues*, de “Quando llegues, llámame”, ou de lugar a expansão *en Madrid*, de “Vivo en Madrid”, nem satisfaz a lógica e constitui um obstáculo à abstracção gramatical. Se é certo terem os matices significativos dos elementos de relação servido de suporte a uma sintaxe de larga tradição, também parece indiscutível que os gramáticos não ficaram por aí, avançando para análises sintácticas do seu comportamento, mesmo que sob a sugestão de aspectos semânticos.

Em relação ao kiriri, onde a preposição é índice de dependência de todos os complementos verbais registados por Beauzée, Luís Vincêncio Mamiani dividiu os casos dos verbos em comuns e próprios, os primeiros “aquelles que se pódem usar com todos os verbos, quando o sentido da oração o pede” e os segundos relativos a verbos que “além do nominativo pedem outros casos depois de si, que se formaõ com diversas preposições conforme a diversidade dos verbos” (1699: 86, 91). Assim, são descritos, entre outros (*Id., ib.:* 87-97):

à exprimem uma mesma relação (“Il est en Italie”, “Il est à Rome”), a par das diferenças de emprego que as distinguem funcionalmente (cf. *Id., ib.:* 103).

- . *Caso commum do lugar, Ubi, Quò, Quà, com a preposição Mò;*
- . *Caso commum do lugar, Versus, com a preposição Mý;*
- . *Caso commum de causa, com a preposição Nò;*
- . *Caso commum de commodo, incommodo, instrumento, e materia, com a preposição Dò;*
- . *Caso commum de companhia, com a preposição Dehò, ou Embohò;*
- . *Caso commum de espera, com Bábù, ou Betè;*
- . *Caso commum de medo, respeito, vergonha, e resguardo, com a preposição Dzene;*
- . *Caso commum de saudades, com a preposição Wobohò;*
- . *Caso [próprio] com a preposição Nò – “ut, Pacri dumarã, foy morto do seu inimigo”;*
- . *Caso [direito] com a preposição Dò;*
- . *Dous casos [próprios], ambos com as preposições Dò – “v. g. Sode a keicò do ebuânghetè do Warè: Porque encubris os peccados ao Padre”;*
- . *Dous casos [próprios] com as preposições Dò, e Nò – “Ut, Dzunusi do Warè no hipiwonhè: Tratey com o Padre sobre o meu casamento”.*

Face a estes enunciados de índices preposicionais, a validade do critério da presença ou ausência de preposição para distinguir os complementos é aqui posta à prova com resultados significativos da confusão que há muito habita o espaço da complementação em geral, e da verbal, em particular. Distinguir-se o caso recto do sujeito por ser apreposicional, quando a mais recente gramática do espanhol admite que “*desde... hasta...* pueden cumplir otras muchas funciones en la oración, incluso las que habitualmente no cumplen los sintagmas preposicionales, como son la función de sujeto o de objeto directo” (Bosque/Demonte, 1999: 596), não deve ser critério sintáctico, porque onde há excepções a falha é da regra¹¹⁵; e considerar que os complementos dos casos oblíquos, seja, segundo uma caracterização semântica, o paciente, o fim, o tempo ou outro qualquer podem apresentar ou não preposição, é, em si mesmo, expressão de ausência de regra, por haver acordo com várias normas gramaticais. Que se trata efectivamente de confusão entre formas e funções, põe de manifesto a análise gramatical de Mamiani em opondo ‘casos comuns’ e ‘casos próprios’ sem outra grelha ao nível da expressão que não seja a das preposições presentes para ambos. Tanto basta para dar de si qualquer tentativa de vincular a natureza comum e a característica da propriedade de cada um destes grupos de complementos à expressão distintiva da presença ou ausência de preposição, ou qualquer tentativa de distinguir o acusativo *via remotionis* dos complementos circunstanciais preposicionados, por longa tradição gramatical do

¹¹⁵ A problemática do sujeito com preposição não se esgota em “desde ... hasta” (Ex.: “Desde el botones hasta el director general estaban de acuerdo en eso”), que é talvez dos casos mais facilmente contestáveis, nem se restringe à sintaxe do espanhol, se com ela se comparar o funcionamento da nossa língua. Enunciados como “Llegaron entre una docena y una veintena de soldados” e “Basta con una palabra” (eventualmente alternativo a “Basta una palabra”), mereceriam entre nós uma reflexão do tipo da de Gutiérrez Ordóñez ao esquadriñar todos os casos de “sintagmas que cumplen los requisitos exigidos para ser considerados sujetos (...) y que, sin embargo, no presentan usos autónomos. En muchas ocasiones el elemento que precede al hipotético sujeto está incluido en la lista de las preposiciones” (1997^a: 97).

ablativo como *casus praepositionis*: o “‘caso sexto’ o ‘caso de la preposición’, porque siempre está regido por ella”, segundo Francisco Sanchez (1587: 128). De natureza essencialmente adverbial, os três casos do indo-europeu que se sintetizaram no ablativo latino – o ablativo propriamente dito, o instrumental ou o *casus sociatiuus* e o locativo –, sofreram idêntico fenómeno de sincretismo ao nível das respectivas noções de ‘separação’, ‘instrumento’ e ‘lugar’, de modo que o ablativo passou a indicar uma relação complexa, que Lisardo Rubio resumiu na fórmula “relación de contigüidad externa” por referência ao verbo (1966/76: 156). Frente à complexidade desta relação, entretanto onerada de outros empregos derivados, como a expressão da matéria, da causa, da origem, etc. (cf. Ernout/Thomas, 1951: 84 e ss.), o uso das preposições tornou-se instrumento auxiliar da sintaxe do ablativo para marcar sentidos contextuais que a desinência casual não distinguia. A partir do ablativo de origem (ablativo propriamente dito), as preposições *ab*, *de*, *ex* especificaram variantes de sentido de direcção, matéria, causa, modo; do *casus sociatiuus* desenvolveram-se o ablativo da circunstância concomitante, o ablativo de qualidade, o ablativo de meio e numerosas variantes de modo, preço, causa, com a preposição *cum* (por razões semânticas, *sine* integrou também as construções de ablativo); para o ablativo locativo, as preposições *in* e *sub* designavam noções genéricas de espaço e tempo, no plano de uma localização estática que se opunha à ideia de movimento expressa pelas preposições de acusativo.

Pode-se ficar por estes traços. São suficientes para ilustrar a forma como a língua clássica tratava as circunstâncias em que decorria a acção e como as línguas românicas assimilaram o padrão gramatical do conectivo preposicional usado com o nome numa função típica da categoria do advérbio. Desta função distinguiam-se as do acusativo e do dativo, casos de relação específica, o primeiro sem preposição e o segundo com sintaxe preposicional distinta do ablativo por escapar ao processo de escolha que caracteriza o caso circunstancial, como adiante se verá. Ambos, acusativo e dativo, casos que configuravam o quadro dos participantes da acção, em paralelo ao das circunstâncias em que ela decorria. O enquadramento da complementação foi assim fixado nos termos em que o apresentou Francisco Martins Sequeira: de um lado os “complementos objectivos”, que representavam ‘o objecto sobre que recaía, directa ou indirectamente, a acção do verbo’, de outro os complementos circunstanciais “que exprimem uma *circunstância* accidental da acção, qualidade ou estado”, expressos “por um substantivo regido de preposição, a qual só raras vezes se dispensa” (1938: 248, 250, 256). Quanto às respectivas formas, figuravam em ambos os grupos as necessárias excepções que só

confirmam a regra de que no português, como de resto noutras línguas, há complementos verbais de todo o tipo com variantes ao nível do uso da preposição. São nuns casos variantes livres, no sentido da alternatividade da preposição, por exemplo em certos contextos de objecto directo e de complementos circunstanciais, muito especialmente na expressão de tempo: vejam-se *ele chegou segunda-feira, esteve fora alguns meses, trabalhou todo o dia*, onde há variação livre com *em, por e durante*¹¹⁶; noutros casos são variantes em distribuição complementar, tais os contextos das formas oblíquas do pronome pessoal, as átonas nunca preposicionadas, enquanto as tónicas são obrigatoriamente preposicionadas. Nem sequer a construção do aqui chamado “caso directo”, indicado pelo funcional *dò*, para verbos tais *neyentà* “desejar”, *nhaehi* “resgatar”, *ubetè* “reconhecer”, *ubi* “ver”, *ucà* “amar”, *unà* “repartir”, *unè* “saber fazer” (Mamiani, 1699: 92), é estranha face às formas de acusativo preposicionado nas línguas românicas (cf. Rohlfs, 1971: 312-334): além do emprego corrente de *a* pessoal no português clássico, facto comumente aceite como efeito da impregnação espanhola, a transitividade preposicional de “*Chamou pela criada*”, “*Arrancam das espadas de aço fino*”, “*Esperar por alguém*” (Sequeira, 1938: 249) não tem, à luz das actuais concepções de “complemento relativo” (Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 419), ou da função de “suplemento” (cf. Alarcos Llorach, 1970: 156-157), o carácter de excepção que lhe atribuía o nosso gramático Martins Sequeira. Ora, no kiriri, a relação com o verbo é sempre indirecta, no sentido da intermediação da preposição, e se assim é estará por sua conta a indicação de todas as funções sintácticas da combinação predicativa, ou seja, ela marca, por si própria, a natureza da relação entre o complemento e o verbo. O sintagma *preposição + nome* pode portanto desempenhar uma gama variada de funções, a que a distinção de Mamiani confere natureza diferente consoante lhes quadrem as características de complementos ‘próprios’ ou ‘comuns’, tipologia onde se reconhecem

¹¹⁶ Do ponto de vista da indicação da função, não se confunda aqui a ausência de índice funcional com a autonomia característica das unidades que comportam no seu significado a relação com o resto do enunciado. Interprete-se antes a autonomia de *segunda-feira, alguns meses e todo o dia* por efeito de preposições cuja presença alterna nestes contextos com a sua ausência, ou, o que vai dar no mesmo, considerem-se aqueles sintagmas dependentes regidos de preposições implícitas, donde a escolha do locutor não tenha senão implicações estilísticas. Em relação ao francês, onde *il prend ses vacances le mois prochain* e *il prend ses vacances au mois d’Août* atestam idêntico fenómeno ao descrito para o português, Colette Feuillard-Aymard considera que “L’alternance entre la forme marquée et la forme non marquée, ou entre les divers monèmes exprimant une même fonction, correspond à des variantes combinatoires de cette fonction, comparables à celles des monèmes. Il en résulte que lorsqu’une fonction habituellement marquée ne l’est pas, l’absence de marque doit être analysée comme l’une des manifestations formelles de cette fonction” (1989: 156).

conceitos sintáctico-semânticos com que em regra se opera na análise das determinações verbais.

Considerar a especificidade e a não especificidade de complementos verbais, que é o que subjaz à classificação de Mamiani, está ligado à maneira como cada língua constrói a rede de relações regulares com um núcleo predicativo, e, a avaliar pelas gramáticas observadas, talvez as diferenças de comportamento dos complementos sejam o constrangimento sintáctico mais regular no quadro da diversidade das línguas. Não se pretende ir agora pelo caminho das classes de complementos, dos tipos de determinação quanto à expressão específica e não específica, que conduziria à inevitabilidade das variáveis semânticas dadas como explicação da presença de complementos exigidos pelo verbo, sejam actantes ou funções específicas, se se quiser aproximar o funcionalismo da valência tesnieriana (cf. 1959: 102) ao da especificidade das funções de Martinet (cf. 1985: 183). Algumas linhas serão debuxadas, mas partindo de edifício teórico já construído por muitos linguistas. Na qualidade de subordinantes, as unidades relacionais introduzem expansões que são determinações de um núcleo predicativo, podendo variar em graus de coesão (cf. François *apud* Martinet, 1968: 267), e cujas funções são condicionadas pela presença do elemento nuclear, o que implica funções sintácticas diferentes. Identificar o predicado como centro de determinação a partir do qual se singularizam, por diferenças, as restantes funções foi a abordagem sintáctica de mais larga recorrência:

“Todo o verbo pessoal de modo finito antes de sy nominatiuo expresso, ou oculto, vt hãua magrã. Eu peço, & depois de sy accusativo senão for neutro ou passivo” (Estevão, 1640: 92 v);
“O accusativo hade estar immediato ao verbo activo, excepto quãdo na oraçã ouver dativo, ou ablativo, & relativo de instrumento; porque estes estarão immediatamente depois do verbo, & depois o accusativo” (Dias, 1697: 42);
“Depois do verbo, & do nominatiuo se poem o caso proprio do verbo, & depois os outros casos, que houver na oraçam com as preposiçoens necessarias” (Mamiani, 1699: 121-122).

Estando em causa determinantes do verbo, exclui-se o sujeito em nominativo, que com aquele guarda relação de interdependência, e delimitam-se funções que se podem formalizar do seguinte modo, seguindo Hernández Alonso¹¹⁷:

¹¹⁷ Hernández Alonso estendeu a sua perquirição sintáctica a todas as expansões verbais. Tipos de complementos verbais, a sua estrutura e funcionamento em torno de um núcleo predicativo, foram fixados com base num critério de subíndices, que tem a vantagem de contornar o xadrez da terminologia: à parte o sujeito em Função 1 (F₁), distinguiu uma Função 2 (F₂) para os complementos de acusativo; uma Função 3 (F₃) coincidente basicamente com o complemento indirecto; uma Função 4 (F₄) que “ni se trata de los complementos circunstanciales, sino de una sola parte de ellos, ni coincide estrictamente con todos los ‘aditamentos’ que unos y otros aceptan”; e uma Função 5 (F₅) “que engloba a todos los atributos y complementos predicativos” (1995: 147 e ss., com revisão de alguns dos conceitos expostos em 1984: 69 e ss.).

. F₂ correspondente às expansões de objecto directo, que os gramáticos estabeleceram de forma paradigmático-semântica, quer dizer no sistema (paradigma) dos verbos cuja extensão semântica exige determinação (vd. a lista de verbos que fornece Mamiani no seguimento de “Alguns verbos pedem depois de si o seu caso direito com a preposição Dò, & são estes”, 1699: 92);

. F₃ para um genérico complemento de objecto indirecto, onde cabem todos os valores remanescentes de construções latinas dos ‘dativos de interesse’, a cuja sintaxe Mamiani atribuiu o valor de “*caso commum de commodo, incommodo, instrumento, e materia, com a preposição Dò*”, não sem a advertência de que “muitos casos propios de alguns verbos se pódem tirar das regras dos casos communs (...): v. g. para o verbo, Di, Ser dado, o caso da pessoa a quem se dá, que he proprio deste verbo, facilmente se tira do caso commum de commodo, que se fóрма com a preposição Do” (1699: 91);

. F₄, que se poderia designar por arquifunção, uma função de diversas classes de complementos circunstanciais ou uma função de várias funções nela compreendidas, que só são distintas na medida dos conteúdos das unidades lexicais, o que quer dizer que não há diferenças sintácticas, senão paradigmáticas, à luz das quais deverá interpretar-se a obrigatoriedade esporádica considerada por Hernández Alonso em *Mi hermano reside ahora en Burgos, El Pisuerga desemboca en el Duero cerca de Valladolid* (1995: 152)¹¹⁸.

Servata proportione, esta arquifunção estaria para a sintaxe como o arquifonema para a fonologia e o arquilexema para a lexicologia (ou semântica). Por um lado, representaria a entidade constituída pelas propriedades comuns à série de complementos circunstanciais de tempo, lugar, modo, causa, fim, meio, instrumento, etc., que, apresentando significantes e significados diferentes, mantêm com o verbo a mesma relação; por outro lado, enquanto F₂ e F₃ são valores saturáveis, isto é, não recorrentes, salvo por coordenação (e construções de ênfase sintáctica, cf. nota 125), porque o núcleo predicativo só admite uma determinação por complemento directo e outra por

¹¹⁸ Diametralmente oposta a esta concepção unitária de uma F₄ para os tradicionais complementos circunstanciais é a perspectiva de Salvador Gutiérrez Ordóñez: “Incurriríamos en grave error si en los aditamentos reconociésemos múltiples funciones semánticas pero una sola función sintáctica formal. Cada función semántica se acompaña de medios expresivos propios que sirven para diferenciarla de las demás. Es decir, forman una auténtica *relación signo*” (1997^a: 384). Observar-se-ia então procedimento análogo ao de André Martinet no estudo das funções não específicas do francês (cf. 1979: 172-194), descrição, por estirada que seja, cujos custos não resolvem o facto de que “Les fonctions présentées jusqu’ici n’épuisent nullement la liste des relations qu’on peut établir entre un nominal et le noyau prédicat ou prédicatoïde, de la proposition” (*Id., ib.*: 198).

complemento indirecto, a Arquifunção₄ não implica exclusões entre os complementos circunstanciais que abrange. Veja-se o seguinte exemplo forjado dos que apresenta Jerónimo Soares Barbosa (1807: 402): ‘*Em Coimbra, entreguei-me aos estudos das ciências naturais sob professores excelentes para instrução minha*’. O pronome átono *me* opõe-se à actualização de qualquer outra forma, seja directa ou preposicionada, na mesma posição de acusativo; o complemento indirecto *aos estudos* exclui a co-ocorrência de uma forma pronominal ou preposicional com a mesma função; mas estas oposições deixam de realizar-se na chamada arquifunção₄, que se manifesta sob diversas formas em vários pontos do enunciado, nos sintagmas *em Coimbra, sob professores excelentes, para instrução minha*. Não se fala em neutralização, porque as relações entre as funções sintácticas são de contraste e não de oposição, e porque os complementos circunstanciais respondem por unidades funcionalmente distintas, conquanto frequentes as neutralizações semânticas entre as preposições que os introduzem (vejam-se as ‘oposiciones facultativas A/ANTE, A/BAJO, A/CON, A/DE’, etc., em María Luisa López, 1970: 153 e ss.); mas, ao nível paradigmático, é legítimo considerar a oposição entre as formas capazes de figurar no lugar de acusativo e o mesmo para as actualizadas em dativo, diferentemente do que se regista em, por exemplo, “AVEC le plus grand sang-froid, il a improvisé un tourniquet AVEC un foulard” (Martinet, 1979: 177), onde os funcionais *com* e *a* introduzem complementos circunstanciais não coordenados. Casos há, e muitos, de coordenação destes complementos, quando as preposições apresentam traços de significado comuns que suspendem a pertinência de oposições significativas. Ocorre isso mesmo no enunciado criado por Jerónimo Soares Barbosa (1807: 402): “*Em Coimbra, desde aquella tempo até agora, sem interrupção alguma, com todo o ardor me entreguei, entre outros, aos estudos das sciencias naturaes sob Professores excellentes para instrucção minha, e em utilidade publica*”, onde a coordenação não é problemática em *desde ... até*, se vistas as preposições fora de unidade sintemática, entre *sem interrupção* e *com todo o ardor* (em ambos os casos, expressões de modo), entre *para instrucção minha* e *em utilidade publica*¹¹⁹. Mas não são as séries paratácticas que

¹¹⁹ O procedimento sintáctico da coordenação é aspecto crucial da sintaxe da prosa seiscentista, particularmente a de natureza oratória, que Dámaso Alonso caracterizou no esquema dos chamados “sintagmas no progresivos”: $A_1 A_2 A_3 \dots A_n$, em que a reiteração de *A* indica a identidade de função sintáctica e os subíndices (de 1 a *n*) a variação semântica dos membros (Alonso, 1951: 21-41). Se, como disse António José Saraiva acerca do discurso engenhoso do século XVII, “as únicas regras a que a palavra não pode fugir são as da gramática” (1980: 8), as relações sintácticas da ordem da não progressão constituíram uma licença gramatical que os barrocos transformaram em marca estilística, associada a outros processos de encadeamento paralelístico. Um exemplo excepcional, que os mais vulgares pululam a cada página dos autores barrocos – veja-se a pequena novela *Desafio Venturoso*, de António Barbosa

cumprir considerar na hipótese da Arquivunção₄ aqui em apreço. Relevam, sim, os sintagmas da ordem da progressão sintáctica (cf. nota anterior), a cargo de complementos circunstanciais diferenciados, não necessariamente ao nível formal, mas pelos valores de ‘lugar’, ‘tempo’, ‘companhia’, ‘fim’, como em “Se entrenó en la piscina el jueves con Juan para competir” (Gutiérrez Ordóñez, 1997^a: 385).

Esta característica tem outras implicações. Se ao nível da análise sintáctica sempre se relevam em visão analítica as Função₂ e Função₃, é por necessidade didáctica de descer da regra geral da expansão linguística a relações gramaticais não permanentes como as daquelas funções, que não são admitidas senão em determinados empregos verbais, enquanto a função circunstancial é permanente, porque livre de restrições de ocorrência. Este domínio de análise é o da classificação de funções específicas e funções não específicas (cf. Martinet, 1979: 159-161; 1985: 183), todas elas, porém, expansões ou elementos subordinados não necessários à indicação das relações no enunciado elementar. No plano da organização significativa, é provável que certas expansões em Função₂, Função₃ ou Função₄ sejam sempre ou quase sempre actualizadas, mesmo porque podem ser as mais informativas, identificando-se com o rema do enunciado. Mas daí não deve concluir-se que o carácter específico da expansão é efeito do predicado enquanto unidade sintáctica, antes do valor significativo da unidade que o actualiza¹²⁰. A restrição sintáctica imposta por este valor lexical significa que a função das unidades subordinadas pode ser seleccionada pelo elemento nuclear, caso em que a função se torna específica. Como a valência combinatória da teoria de Lucien Tesnière (cf. 1959: 238 e ss.), que varia segundo os verbos, a especificidade sintagmática das funções pertence à idiossincrasia de cada verbo. Quer dizer, “les subordinnés spécifiques sont ceux qui ne sont compatibles qu’avec certains éléments d’une classe (...), les subordinnés non spécifiques peuvent se joindre à la totalité des éléments de la classe”,

Bacelar, um dos Seiscentistas só fragmentariamente conhecido –, é o citado por Dámaso Alonso da *Fama póstuma a la vida y muerte ... de Lope de Vega* (Madrid, 1636): “La abundancia [de Lope] fuera increíble sin el testimonio de sus escritos, sin la fe pública de los teatros, en tantas ciudades, en tantos reinos (...), que en rocíos, tan blandos y tan suaves, en lluvias tan serenas, tan apacibles, en fuentes tan perennes y tan copiosas, en ríos tan caudales y tan corrientes, en piélagos tal vez hinchados y siempre inmensos, en Océanos ... se derrama pródiga” (sublinham-se apenas os sintagmas que importam de momento) (Alonso, 1951: 36).

¹²⁰ Nada que não tenha Epifânio Dias reconhecido e metodologicamente esboçado ao optar pelo estudo da complementação, não segundo o padrão ‘complementos de objecto’ e ‘complementos circunstanciais’, mas conforme com o emprego das preposições. Assim, primeiro a afirmação de que “Os complementos ou derivão da significação particular da expressão determinada, v. g. *ensinar uma cousa a alguém* (complementos especiaes, ou complementos em sentido rigoroso), ou não derivão da significação particular da expressão determinada, v. g. *ensinar alguma cousa a alguém com diligencia* (complementos

no que respeita a relações de determinação entre as classes do verbo e do nome (Feuillard-Aymard, 1989: 89-90). Talvez isso explique o procedimento de Juan Villar na descrição “*De la construccion de las preposiciones*”: fornecidas as regras de construção do dativo com *a* e *para*, e do acusativo com *a*, ficam de fora os demais complementos, sob o argumento de que “Quanto a las demas preposiciones, no se nos ofrece cosa alguna, que como particular se deba notar” (1651: 86). O que não é comum de todas as preposições, mas particular de algumas é a circunstância de introduzirem certos complementos que são seleccionados pelo conteúdo proposicional do verbo, sem que, porém, a especificidade funcional daí resultante esteja em relação unívoca com a expressão obrigatória da função. Está evidentemente muito certo que se tenham por sintacticamente indispensáveis as Função₄ de “*Mi hermano reside ahora en Burgos*”, a Função₂ de *Um pirómano incendiou a mata* ou o suplemento de “*Acabó con sus ahorros*” (Alarcos Llorach, 1994: 283), assim tais complementos sejam considerados obrigatórios *per accidens* e não *per se*. Ter por sintacticamente indispensável é uma como idiossincrasia entre o plano teórico da significação substantival do verbo e o plano da necessidade de exprimir, que obriga à complementação dos verbos daquelas frases, cuja sintaxe seria outra se no lugar de *residir* figurasse *estudar* e outro tanto para *incendiar* e *acabar*. Faz todo o sentido que Mamiani considere o ‘caso próprio’ com a preposição *no*, em se tratando de verbos passivos “que querem o ablativo do agente com a preposição *no*: ut, Pacri no dumarã, Foy morto do seu inimigo” (1699: 92). Abeira-se do critério justo pelo viés da interpretação semântica, donde, não tendo razão no conjunto da análise sintáctica dos ‘casos comuns’ e ‘casos próprios’, sejam de aceitar razões de pormenor. O agente da passiva é, na nossa gramática, tido por complemento de tipo “argumental não obrigatório” (Bechara, 1961: 434), querendo-se com isso significar uma especificidade funcional não necessária à interpretação sintáctica e semântica básica do enunciado. Considerar o ‘caso próprio’, que o mesmo é dizer a função específica, de complementos tais o do agente, vai ao encontro do quadro teórico hoje adoptado, de que a categoria seleccionada pelo verbo não está na razão directa de qualquer dependência estrutural, tal o expresso por Hernández Alonso sobre as expansões em F₂: “sintagmáticamente, en la estructura externa, pueden aparecer o no, según el interés del emisor en el mensaje. (Ejs.: *Hemos comido un pescado delicioso, Yo sólo como cuando tengo hambre*) (1995: 148). E não há por que supor a existência de

geraes)” (1876: 82); e a seguir vêm os “complementos que não tem preposição” (*Id., ib.:* 88 e ss.) e os “complementos regidos de preposição”, sem classificações distintivas (*Id., ib.:* 92 e ss.).

um objecto subentendido numa hipotética estrutura profunda, a que o estudo dos chamados ‘empregos verbais absolutos’ recorre como forma de explicar a licença da gramática para a ausência do complemento de acusativo (cf. Blinkenberg, 1960: 45 e ss.). Por princípio, todas as expansões são determinações não obrigatórias; as funções específicas e não específicas materializam sintacticamente, pelo critério das compatibilidades, aquilo que no plano semântico corresponde aos actantes e circunstâncias do processo verbal (cf. Tesnière, 1959: 102 e ss.); e cada um destes tipos de funções pode ser semanticamente obrigatório ou facultativo, pelas mesmas razões que os actantes são “parfois difficiles à distinguer des *circumstants*” (*Id., ib.:* 666)¹²¹. É evidente que, em tudo isto, como a própria linguista Colette Feuillard-Aymard acaba por reconhecer (cf. última nota), concorrem substancialmente vectores de ordem semântica, que a tentativa de controlar por meio do estabelecimento de relações possíveis ou impossíveis entre as unidades das classes do verbo e do nome, pode significar pouco, por precisada de generosa concessão do critério das compatibilidades sintácticas¹²². Compreende-se que, como fez Cano Aguilar no estudo das *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*, se privilegie a vertente semântica em se tratando de definir “Tipos de objeto (...) que pueden aparecer con ciertos verbos y con ciertos sujetos” (1981: 47): “Mi interés se ha centrado mucho más sobre el aspecto significativo de la transitividad: valor semántico de la relación sintáctica Verbo-Objeto (que puede ser muy variada), restricciones de co-aparición de ciertos sustantivos con ciertos verbos en función de la presencia o ausencia de ciertos rasgos semánticos” (*Id., ib.:* 12). Mas que haja restrições de combinatórias semânticas entre o verbo e o nome, é facto que o delirante conceptismo do século XVII mostra não ser da ordem das compatibilidades sintácticas presentes na relação de determinação que liga o nome em função de complemento ao verbo em função predicativa. Metáforas verbais que passam de

¹²¹ Cita-se Colette Feuillard-Aymard, que sintetiza esta interpretação: “Le critère sur lequel s’appuie la discrimination fonctions spécifiques, fonctions non spécifiques est donc de type relationnel et non sémantique, puisqu’il tient compte de la compatibilité ou de l’incompatibilité des subordonnés avec l’ensemble des éléments d’une classe, même si l’une et l’autre résultent en réalité de facteurs sémantiques. Cela empêche, en outre, d’assimiler fonctions spécifiques et fonctions nécessairement exprimées, fonctions non spécifiques et fonctions facultatives sur le plan sémantique; ces oppositions se recourent, mais ne se superposent pas: une fonction spécifique peut être sémantiquement obligatoire, cf. des assiettes: la serveuse empilait des assiettes, ou facultatives, cf. les feuilles de marronniers: un viel homme râtelait les feuilles de marronniers / un viel homme râtelait. De même une fonction non spécifiques peut être facultative, cf. devant sa tasse de café: il s’attarda devant sa tasse de café / il s’attarda, ou obligatoire, cf. vers les plages: les touristes se dirigeaient vers les plages” (1989: 90).

¹²² É que, em se operando com este critério, “il s’agit de compatibilités syntaxiques, de classes compatibles avec d’autres classes, et [que] les incompatibilités sémantiques qui peuvent se faire jour entre

boamente pela alfândega sintáctica dos gramáticos são o selo da época barroca, conquanto estranhas à tipologia de verbos transitivos apresentada por Cano Aguilar (cf. 1981: 46 e ss.). A colheita é fácil na poesia gongórica e na nossa lírica representada nos dois cancioneiros setecentistas *Fénix renascida* (Lisboa, 1761) e *Postilhão de Apolo* (Lisboa, 1761)¹²³: “[o dia] aljofaradas púrpuras vestía”; “[a noite] sombras arrasta y confusiones viste”; “luzes bebo, ares corto, escolhos gyro”; “a las furias de Aquilón sonoras / la nave montes de christales peina”; “vestir luz, lograis Céu, pizais estrellas”; “lágrimas tristes que los troncos sudan”; “[o raio] Ayre, Mar, Fuego y Tierra lame o chupa” (cf. Ares Monte, 1956: 261-276).

Nesta relação, falar-se de ‘nome’ em Função₂, Função₃ e Função₄ tem um valor hiperonímico que a análise sintáctica deve reduzir em extensão e aumentar em compreensão por meio da especificação das formas que podem assumir os complementos, nomeadamente os precedidos de relacionais, ponto de vista da definição dos contextos onde podem ocorrer. Por esse viés – emprego genérico de ‘nome’ no estabelecimento das regências preposicionais –, os gramáticos seiscentistas ignoraram o assunto, que ficou para a gramaticografia da primeira metade do século seguinte. Constituiu matéria do estudo da preposição na *Gramática de la lengua castellana*, de Andrés Bello (1847: 187):

- “El término de los complementos es ordinariamente un sustantivo”: *un libro de Iriarte*¹²⁴;
- “Pero además del sustantivo ejercen a veces esta función los adjetivos, sirviendo como de epítetos o predicados, v. gr., *se jacta de valiente, presume de hermosa, da en majadero*”;
- “Hay también complementos que tienen por términos un adverbio de lugar o de tiempo, v. gr., *desde lejos, desde arriba, hacia abajo, por aquí*”;
- “Y complementos también que tienen por término un complemento, como en *saltó por sobre la mesa, se escabulló por entre los dedos*”.

Estão em causa os contextos nominais a que os gramáticos do século XVII associavam, por simples observação empírica, dois tipos de unidades funcionais, as preposições e as desinências casuais, que podem coexistir num mesmo sistema, em redundância (*ex Lusitania*) ou oposição significativa (*in Lusitania e in Lusitaniam*). Um bom exemplo da forma como tais gramáticos trataram contrastivamente estes dois tipos de relacionais é o exercício proposto por Amaro de Roboredo na terceira parte do seu *Methodo*

une unité et une autre feront partie de l'étude du lexique sans que cela puisse affecter l'établissement des classes grammaticales” (Clairis, 1984: 6-7).

¹²³ O estudo mais pormenorizado que se conhece destes dois cancioneiros barrocos vem em Vítor Manuel Pires de Aguiar e Silva, 1971: 74-108.

¹²⁴ Em vez deste complemento, situado no nível das expansões não ligadas imediatamente ao verbo, veja-se “Desejo conocer a Sevilla”, “Llamar a la muerte”, “Recompensar al mérito”, no âmbito do acusativo preposicionado (Bello, 1847: 567-569).

grammatical para todas as lingvas, da prática de frases em português e em latim que respondem às nossas preposições *de* e *a* (1619: 206 e ss.):

Exemplo das frases, que respondem a esta preposição portuguesa, De.

16. Não duvido que saibas, que o máo costume mais difficulosamente se arranca, que frutta verde das arvores.

18. Quem rechaçou de si o aspero iugo da servidão, a si mesmo se torna de morte aa vida.

31. Tira a ira ao agastado, e tiralhe do animo, que não mate o inimigo.

33. Assi como tiras agua das fontes, assi tirarás as artes da filosofia.

Exemplum phrasium huic praepositioni lusitanae, De, respondentium.

16. Non dubito quin scias pravam consuetudinem difficilium, quam cruda poma ab, de, ex arboribus avelli abstrahi.

18. Qui a se iugum acerbissimum repulit servitutis, se ipsum, a, de, ex morte ad vitam revocavit.

31. Excandescenti iram tolle: & ex, e, de, ab animo tolle, ne inimicum de seu, e medio tollat.

33. A, ex, e, de, philosophia artes promes, depromes, tamquam a, ex, e, de fontibus aquam hauris.

Mas converte-se em experimentação o método que fixa as classes de palavras capazes de actualizar o segundo termo da relação estabelecida pela preposição: para o filólogo venezuelano acima citado, o complemento é a combinação de *preposição + substantivo* (nome ou equivalente pronominal) / *adjectivo* / *advérbio* / *sintagma*, combinação que representa as compatibilidades sintácticas da preposição no desempenho das funções referidas da determinação verbal. Com base num *corpus* seiscentista, as *Cartas familiares* (Lisboa, 1664), de D. Francisco Manuel de Melo, sistematizem-se alguns complementos nominais em funções de objecto directo, objecto indirecto e determinante circunstancial, atribuídas por preposição.

- Em **Função₂** tem-se o complemento construído com a preposição *a*:

“Mas eu, enquanto não vir a V. S. desta parte e segura a sua jornada”, “Ordeno a António Varela, meu criado, *busque a V. M.* e o informe”, “*Tomo ao Céu* por testemunha de minha causa (...) e tomará ele a V. M. por instrumento de meu remédio”, “Lá mandarei dia de Natal dormir este moço, que poderá (...) *conduzir a V. M.* a este castelo encantado” (Melo, D. Francisco, 1664: 185, 214, 219, 300).

Note-se que, tratando-se de textos epistolares, o emprego de *a* põe em evidência a pessoa do destinatário. Aliás, a construção sintáctica da fórmula de saudação “*guarde Deus V. S. como desejo*” (*Id., ib.*: 387) deverá considerar-se excepcional se comparada com a comum “fórmula linguística de fim de texto” (Vilela, 1995: 366), onde o acusativo vem precedido de *a*, de molde a encarecer a pessoa a quem se dirige a acção verbal: “*Guarde Deus a V. M. e o alegre com muitos anos de vida*”, “*Sobretudo guarde Nosso Senhor a V. M. como desejo*”, “*Nosso Senhor leve, guarde e traga a V. M.*”, “*guarde Deus sempre*

a *V. Excelência*” (*Id., ib.:* 99, 102, 296, 383). Mas não é este *a* pessoal a única preposição do complemento de acusativo, cada vez mais infiltrado no espaço tradicionalmente ocupado pela determinação circunstancial. Já Rufino José Cuervo, na introdução do seu *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana*, falava de verbos que vacilam entre a construção de acusativo e a estrutura de complemento preposicional – “Arrostar los peligros, *con* los peligros”, “Huir los halagos, *de* los halagos”, “Abreviar la partida, *con* la partida”, “Empezar una obra, *empezar á* hacer” (perífrase verbal, no caso) (Cuervo, 1886: I, v) –, sendo esta alternância sintáctica, ainda quando de natureza diacrónica, significativa da identidade funcional dos complementos, tal qual a variação livre hoje praticada entre *ajudar a missa / à missa, assistir os carentes / aos carentes, presidir a sessão / à sessão, tratar a doença / da doença* (cf. Alarcos Llorach, 1994: 285; Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 420). Mais problemáticos que estes, por não admitirem idêntica alternância de construções, são complementos do tipo de “gostar *de* debuxos”, atestado em D. Francisco Manuel de Melo (1664: 181), que entram também na categoria do complemento relativo (cf. Bechara, 1961 [ed. de 1999]: 419-421), correlata da função sintáctica de suplemento, equacionada por linguistas espanhóis na esteira de Alarcos Llorach (cf. 1970: 157). Traço tido por distintivo é ser a relação entre o verbo e o complemento marcada por uma preposição que o verbo rege (*gostar* rege *de* + nome / infinitivo), interpretação simples e imediata se acaso pudessem tais verbos ser considerados de natureza sintemática, isto é, verbos com os quais a preposição formaria núcleo, sem outras variantes, e cujo complemento teria o estatuto de acusativo. Mas repare-se que, a par de “que V. P., *gostando de meu serviço*, torne a mandar-me” (Melo, D. Francisco, 1664: 396), são também atestados “trabalham por *gostar a doçura* daquelas aparências” e “Quem *gostou* jamais *à glória* do mundo” (*Id., ib.:* 135, 405), o que implica o concurso de outros critérios de análise da transitividade preposicional. Formulou-os casuisticamente Gutiérrez Ordóñez (cf. 1997^a: 175-194), à cabeça de todos o traço [- marginalidade], que é outra forma de apresentar a especificidade que atrás se reconheceu no comportamento do objecto directo.

- Em **Função₃** tem-se:

“*Quero dar a V. M. a primeira hora de melhoria*”, “*para dizer a V. S. a nova obrigação*”, “*Sobre ter representado a V. S. minha pretensão, pouco me fica que dizer*”, “*Assi lhe enjeito eu a V. M. as minhas necessidades*”¹²⁵ (*Id., ib.:* 180, 183, 185, 202).

¹²⁵ Concorrerem os pronomes átonos com os nomes (ou pronome equivalente) em complemento indirecto, que Epifânio Dias considerou sintaxe enfática (cf. 1918: 73), registada em sermões do P.^o António Vieira, é das construções mais sistemáticas destas *Cartas familiares*, de D. Francisco Manuel de Melo: “decerto

São também de considerar os chamados ‘dativos livres’ ou “dativos superfluos” para Andrés Bello, que os distingue do complemento de objecto indirecto, por pertencerem estes “al régimen propio del verbo”, ao passo que os primeiros servem “sólo para indicar el interés que uno tiene en la acción significada por el verbo, o para un tono familiar y festivo a la oración” (Bello, 1847: 596-598), podendo ambos coexistir num enunciado (vd. Gutiérrez Ordóñez, 1997^a: 141-174 e, do mesmo Autor, o trabalho mais recente em Bosque Muñoz e Demonte Barreto, 1999: 1855-1930). Têm o valor de dativo ético, “Bem creio *me* continuará V. M. nessa parte”, “Peço a V. M. com todo o encarecimento *não me falte* com sua memória” (Melo, D. Francisco, 1664: 214, 230), e o do dativo de opinião, “Os grandes tiveram *para si* que era um acto e posse de soberania não haver quem lhes replicasse”, “há muitos dias que *para mi* os grandes são como manjeriço”, “Mas *para mi*, a alma e o coração é como é e não como havia de ser” (*Id., ib.:* 209, 220, 281).

- Em **Função₄** incluem-se complementos não específicos, diferentes quanto à natureza obrigatória ou facultativa da sua expressão:

“Deixo *para então* o que aqui falta”, “*Com grandíssima atenção e não pouco gosto*, li todo o capítulo”, “*A este fim* tenho procurado a intercessão da Rainha Regente de França”, “*Com as amizades de N.* folgo muito”, “Mas *para a história do Senhor Duque D. Teodósio* cito eu a atenção de V. M.”, “*Sem dúvida, peleja com armas de ventagem contra a fortuna* aquele...” (*Id., ib.:* 197, 183, 185, 190, 214, 226).

Além destes, encontram-se expansões que se poderiam integrar na valência verbal: “A direcção destas matérias deixo confiadissimamente *nas mãos de V. M.*”, “Tudo perdoou, porque não vai o tempo *para menos*”, “não haveria dificuldade em que se comute *ao Brasil* o desterro da Índia”, “Os dias vão *de romagem*” (*Id., ib.:* 180, 182, 185, 274).

A esta descrição das formas da complementação verbal introduzida por preposições, reconhece-se que só lhe falta o contexto do verbo em núcleo de uma oração, afecto este à conjunção, para cobrir as duas realidades linguísticas formalmente diversas, que hoje se designam sob o nome de complemento, sintagmas nominais e orações que podem

lhe serão a V. M. mais penosas as minhas desculpas”, “em tudo *lhe dê a V. M.* sua graça”, “Pouco *lhe custará a V. M.* mostrar-se”, “Faço escrúpulo de *lhe dar a V. M.*”, “sei *lhe não esquecerá a V. M.*”, “vestido que sempre *lhes está mal* ao rosto *a aqueles* que os têm à sua conta” (1664: 213, 219, 233, 235, 258, 298). São empregos pleonásticos, ao que parece característicos desta fase da língua, próximos de construções que Anne Sancier-Chateau assinalou no francês clássico: “Cette construction [l’emploi pléonastique du pronom complément] se rencontre rarement aujourd’hui, mais elle est fréquente tout au long du XVII^e siècle” (1993: II, 48).

substituí-los. Sobre serem amostragem disso, os seguintes passos de gramáticas de Epifânio Dias permitem aduzir outros elementos de análise:

- a) “Um complemento póde ou não constituir oração à parte, v. g.: – anunciaram *a chegada dos inimigos* –, ou formar de per si uma oração, v. g.: – anunciaram *que os inimigos chegaram*” (1870: 96);
- b) “Uma oração, assim como póde representar de sujeito de outra oração (“*Convêm que as cidades se não locupletem á custa das povoações campestinas*”) póde também fazer as vezes de complemento: O Brasil foi descoberto *quando reinava D. Manoel* = *no reinado de D. Manoel*” (1876: 82).
- c) na mesma *Grammatica portuguesa elementar* diz equivalerem “a um adjectivo, pelo qual podem muitas vezes ser substituídas” determinações relativas idênticas às dos enunciados “*A oliveira gosta pouco mais ou menos, dos terrenos que agradão á videira*” e “*O (= aquilo) que o presente admira, talvez aos olhos do futuro pareça bem pouco*” (*Id., ib.:* 118).

Em b) o sintagma “*quando reinava D. Manoel*” faz as vezes de “*no reinado de D. Manoel*”, porque *quando* e *em* introduzem um elemento subordinado, ligam-no a um subordinante verbal e são as marcas formais de uma relação de dependência entre o predicado e o complemento subordinado ao qual conferem a função de ablativo; em a) e c), *que*, também elemento de relação entre um termo subordinante e um subordinado, atribui ao sintagma predicativo “*os inimigos chegaram*” a função nominal que possui “*a chegada dos inimigos*”, e a “*agradão á videira*” ou a “*o presente admira*” o valor de determinante adjectival, que incide sobre a unidade *terrenos* em função de sujeito da oração relativa e, no segundo caso, sobre o pronome demonstrativo *o*, objecto directo de “*o presente admira*”. Abra-se um parêntesis a propósito de *o que* “com valor de *isto (e isto)*” referido por Epifânio Dias (1918: 269), para notar que tal conjunto deve analisar-se como uma sucessão de duas escolhas diferentes, isto é, o pronome demonstrativo e o funcional *que*, não raramente precedido de preposição na sincronia de Seiscentos. Assim, “*não saõ elles, os em que menos tem durado, a prosperidade militar, & política*” ou “*largando aos soldados, os de que elles necessitarem para seu sustento, & viagem*” (Melo, D. Francisco, 1660: 526, 532), contrariamente à regra do português actual de amalgamar a preposição na forma do antecedente pronominal *o (no que por o em que)*. Construção, por isso, estranha aos ouvidos hodiernos, mas mais genuína expressão da unidade gramatical das variantes contextuais *em que, de quem, a quem*, etc., do relativo funcional *que*, assunto adiante retomado. Dos exemplos de Epifânio Dias, a *que*, em determinação selectiva (cf. Barbosa, J., 1998^a: 15-20), e às conjunções *quando, que*, são os mesmos traços da sintaxe das preposições que lhes conferem a natureza de unidades funcionais, compatíveis agora não com nomes, mas verbos em função predicativa. Atribui-se-lhes em regra natureza algo diferenciada, a de “*monèmes fonctionnels*

propositionnels” (François-Geiger, 1990: 125), com base na estrutura oracional do complemento que introduzem; e atentando-se neste facto, classificam-se de ‘transpositores’, por assinalarem o processo linguístico da transposição da construção predicativa para a função do complemento nominal, por operarem, nas palavras de Gutiérrez Ordóñez, “un cambio categorial en el funtivo al que introducen” (1997^a: 17). Desde Lucien Tesnière que o mecanismo transpositor é elemento constitutivo do quadro de análise da subordinação oracional nas funções sintácticas próprias do substantivo, adjectivo e advérbio¹²⁶. No caso, há transposição substantival que degrada “*que os inimigos chegaram*” ao nível de acusativo do sintagma nominal “*a chegada dos inimigos*”, há adverbialização que degrada “*quando reinava D. Manoel*” à função circunstancial de “*no reinado de D. Manoel*” e há transposição de oração degradada ao nível do adjectivo, em “*agradão á videira*”. Mais ainda: porque sempre se impõe “um mecanismo transpositor formalmente determinado” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 155), as orações são transpostas por meio dos funcionais *quando*, marca correspondente à função do sintagma precedido de *em* (“*no reinado de D. Manoel*”), e *que*, índice da função não marcada do complemento nominal (“*a chegada dos inimigos*”)¹²⁷ e índice também da função não marcada de determinação adjectival. Esquemmatizando:

os inimigos chegaram

oração

que os inimigos chegaram

substantivação

anunciaram que os inimigos chegaram

obj. directo

reinava D. Manuel

oração

quando reinava D. Manuel

adverbialização

o Brasil foi descoberto quando reinava D. Manuel

função circunstancial

Particulariza-se a transposição adjectiva por amalgamar as funções relacional e pronominal na mesma unidade relativa *que*, afectada de grandes variações

¹²⁶ Do ponto de vista estrutural de L. Tesnière, a translação é de segundo grau em se tratando de oração subordinada que é transferida a substantivo, adjectivo ou advérbio, por meio de transpositores: “Le changement de niveau syntaxique qui intervient dans la translation du second degré est donc une descente dans la hiérarchie structurale, puisqu’il **dégrade** le noeud verbal pour le ramener à un degré inférieur en lui assignant le même rôle subordonné qu’à un des autres éléments de la phrase simple” (1959: 386).

¹²⁷ Como, aliás, os sintagmas predicativos em função de objecto directo não são necessariamente marcados por índices funcionais. O caso é muito flagrante na narrativa de teor historiográfico *Epanaphora trivnfante qvinta. Restavração de Pernambuco* (Lisboa, 1660), de D. Francisco Manuel de Melo. Tão frequentes são os casos de ausência do funcional *que* (“entendiaõ todos, *Era Dom Fradique o mais capaz...*; “que desejava chegassem descansados” [Melo, 1660: 493, 515]), quanto aqueles onde a expansão, à maneira de aposto, vem graficamente assinala: “lhes parecia: *Podiaõ reuindicarse...*”; “de quem se dis: *Perdeo antes a vida, q̃ a vitoria*”; “em quanto não acabou de entender: *Era obseruancia da paz, temperar os tumultos*” (*Id., ib.*: 484, 491, 499). Acresce ainda a frequência da mesma construção em contextos de formas infinitivas: “Muytos saõ os exemplos, que nos mostraõ ser a ventura, filha legitima da diligencia” (*Id., ib.*: 515). A “redução (ou desfinitização) das completivas” foi estudada por Casteleiro, 1981: 245 e ss..

morfológicas¹²⁸, muitas formalmente de tipo sintemático. Noutras posições que não a de sujeito, o funcional relativo apresenta significantes formados da combinação *preposição* + *pronome relativo*, que, mesmo sendo possível identificar um valor para cada segmento, deve considerar-se amálgama gramatical das funções de pronome e relacional. Assim, tem-se, por exemplo, no lugar de objecto indirecto “aquela licença que a natureza concede aos afligidos *a quem* nada de lícito reserva”, “tive muitos amigos neste exercício *a quem* servi” (Melo, D. Francisco, 1664: 191, 214); ou em Função₄, “Do negócio *sobre que* escrevi a V. M.”, “aquele bom ânimo *com que* V. M. se achava”, “O outro [livro] retenho porque neste *em que* escrevo, várias vezes me serve” (*Id., ib.:* 202, 219, 236).

Esta maneira de ver as conjunções subordinativas e o pronome relativo como transpositores não está fora da caracterização das unidades funcionais, simplesmente dobra-se da componente da indicação de função que lhes cabe; nem é marginal ao comportamento das preposições, apenas especializa a conversão de orações, aquilo que nas preposições não é sistemático. Além de se considerar, com Hernández Alonso e a generalidade dos linguistas, que “cuando hablamos de subordinación de determinadas proposiciones, lo hacemos en el mismo sentido que lo haríamos de cualquier sintagma nominal en relación con el conjunto de la oración” (1984: 236), cumpre lembrar a possibilidade gramatical de se comutar uma construção finita do tipo de *quando reinava D. Manuel* por correspondente estrutura infinitiva (ou em gerúndio), normalmente precedida de preposição. Aos contextos que Andrés Bello apresentou para as preposições, recorde-se *complemento = preposição + substantivo / adjetivo / advérbio / sintagma*, cumpre então aduzir a compatibilidade com o verbo em forma não finita, preenchendo da mesma maneira as Função₂, Função₃ e Função₄. São exemplos de F₂ “*prometo de fazer tudo o que puder*”, “O meu Theodosio *desejo assaz de fazer público*”, “Não quero tisonar as obras alheas e por isso *desejo de estremar as minhas*” (Melo, D. Francisco, 1664: 215, 237, 286); mas mais correntes são os complementos de *preposição + verbo* em função circunstancial (*Id., ib.:* 202, 211, 220, 234, 257, 265, 267, 275):

¹²⁸ É de notar que no português seiscentista as variantes formais do relativo apresentam uma distribuição nem sempre conforme ao que hoje é de regra (cf. Barbosa, J. M., 2000: 73-79). A ocorrência de *qual* em “Os quaes pontos satisfeitos, passou adiante o Tratado” (Melo, D. Francisco, 1660: 528) vai ao encontro da tendência, notada por Epifânio da Silva Dias, para o emprego dessa variante anafórica em ‘começo de cláusula, já substantivamente, com o valor do pronome *ele*, já adjectivamente, com o valor de um pronome demonstrativo (*este, aquele*)’ (1918: 269). Por outro lado, os exemplos seguintes mostram usos de *qual/quais* que ultrapassam largamente o contexto das chamadas *relativas extrapostas* (quando o relativo não segue imediatamente o seu antecedente), onde hoje o emprego daquela variante é mais

“Estas duas semanas de V. M. têm mais dúvidas que as Hebdómadas de Daniel, *para lhe ajustarmos a conta*”; “dais em devoto de freiras, *por terdes o mosteiro à porta*”; “eu dos meus [sucessos], vários e injustos, sempre darei a V. P. razão, assi *por obrigar a memória de V. P.*, como *por conseguir a lástima e consolação que...*”; “só *com ver a V. M. deles livres* [males], pudera aliviar-me”; “certo foi, que Deus com grande providência pôs aos virtuosos *por guardá-los e conservá-los* inteiros para si”; “os ignorantes e os poderosos, *por nos não agradecerem um bom conselho* ou ùa doutrina, foram ...”; “Muito me edificou vossa grande cortesia *em mandardes livros*”.

Dito sumariamente, tal como no campo de análise das conjunções subordinativas, há de necessidade transposição no alicerce do comportamento das preposições, elementos subordinativos “que insertan unidades de un sintagma nominal, y las relaciones que establecen son paralelas a las de cualquier transpositor” (Hernández Alonso, 1984: 508), admitindo-se que estruturalmente nada distingue *le livre de Pierre* de *le livre rouge* (cf. Tesnière, 1959: 364). Se Lucien Tesnière rejeitou a concepção da preposição como elemento de relação foi por fazer prevalecer a sua natureza de translativo intranuclear (cf. *Id.*, *ib.*: 82), isto é, integrante de um núcleo que Bernard Pottier representou por *A (R-B)*. Não se concebe o funcionamento das unidades funcionais sem o intermédio implícito da transposição, porque é o seu concurso que habilita uma oração a exercer o papel de substantivo (*Anunciaram que os inimigos chegaram*), a adverbialização de um nome, ainda quando o sintagma *preposição + nome* não permite comutação por advérbio (*O Brasil foi descoberto no reinado de D. Manuel*) ou a adjectivação de um sintagma predicativo (*A oliveira gosta dos terrenos que agradam à videira*). A função que a estas e outras expansões é atribuída pela conjunção, preposição e relativo corresponde a um valor sintáctico que se mantém para além da natureza das unidades capazes de recebê-las. Que formalmente se distingam, “c’est au fond un cas de conformisme grammatical: un seul et même signe est obligé de changer de forme et de catégorie grammaticale en fonction de son régime” (Frei, 1929: 180). Nestes termos, dir-se-ia que o traço caracterizador dos funcionais como subsistema sintáctico fundamenta-se primeiramente na consideração das funções e não das formas ou estruturas.

frequente: “subio a mais altos designios; os quaes deduzidos dos magistrados aos subditos...”, “recebeo os vencidos; os quaes remetendo-se ao General da Armada...” (Melo, D. Francisco, 1660: 485, 522).

ANEXO I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA TRADIÇÃO LINGÜÍSTICA SEISCENTISTA NO ESPAÇO PORTUGUÊS

1 – OBRAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

a) Ortografias/Prosódias

Correia, Afonso, *Prozodia*, Lisboa, 1635.

Barreto, João Franco, *Orthographia da lingua portvgveza*, na Officina Ioam da Costa, Lisboa, 1671¹.

B.N.L.: L 322/24 V

Luís, P^o. Manuel, *Arte de Orthografia*, manus. [meados do séc. XVII].

Pereira, P^o. Bento, *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina & portugueza, para se ajuntar à Prosodia*, por Domingos Carneiro, Lisboa, 1666².

B.N.L.: L 291/92 P

Pessoa, P^o. António, *Orthografia practica*, manus. [meados do séc. XVII]³.

Roboredo, Amaro de, *Regras da orthographia portugueza*, por António Álvares, Lisboa, 1615.

_____ *Regras da orthografia da lingoagem portugueza: recopiladas por Amaro de Roboredo. Expostas em forma de dialogo, novamente correctas: com a taboada exactissima de Andre do Avellar, lente de Mathematicas na Universidade de Coimbra: ampliada com algumas curiosidades pelo P. Bento da Victoria*, na Officina Joaquianna da Musica de Bernardo Fernandez Gayo, Lisboa Occidental, s.d. [1738]⁴.

A.C.: 11-arm.4.6.50

¹ Inclui *Regras geraes da ortografia portvgveza, per o Licenciado Duarte Nunez, cõ a reposta do Autor á margem*, pp. 230-264.

² Consta da folha de rosto a informação de que a obra divide-se em três partes: “a primeira he das regras commuas à lingua Latina, & Portugueza. A segunda he das tocantes só à Latina. A terceyra he das tocantes só à Portugueza”.

³ Segundo Barbosa Machado, “Entrou na Companhia de Jesus em Evora a 6. de Junho de 1617. onde estudou humanidades, e as sciencias escolasticas. Morreu no Collegio de Evora a 18. de Novembro de 1651” (1965: I, 349). Coincide com estes dados a informação, fornecida no *Sumário da biblioteca lusitana*, do paradeiro da obra: “estava no Collegio de Evora”.

⁴ É quase certo ser uma reimpressão das *Regras da orthographia portugueza* (Lisboa, 1615), de que não se conhece exemplar algum, publicada em 1738 (cf. Machado, D., 1965: I, 127), por indústria do P^o. Victorino José da Costa (sob o pseudónimo de Bento da Victoria; deste Autor e sua obra dá notícia Barbosa Machado [1965: III, 789-791], atribuindo-lhe a autoria de *Regras da orthografia da lingoagem portugueza: recopiladas por Amaro de Roboredo...*). As palavras prévias que o responsável pela edição dirige a D. Miguel Lúcio de Portugal confirmam a hipótese acima avançada: “Os dous Opusculos, Regras da Orthografia da Lingoagem Portugueza, recopiladas por Amaro de Roboredo, natural de Viseu, e a exactissima Taboada, que dispós o Lisbonense André do Avelar, Lente de Mathematicas na Universidade de Coimbra, que neste Reyno foram vulgarissimos pelas impressoens, que delles se fizeram: hoje, que se faziam estimaveis pela falta de copias, e pela veneraçam que se deve a seus Escritores, resolvi estampallos novamente, para os fazer respeitaveis com a protecção de V. Exc. de que neste mais que em outros tempos necessitam contra os importunos reparos de Criticoens modernos”. O nome “Costa” que Bernardo de Lima e Melo Bacelar cita na sua *Orthographia philosophica da lingua portugueza* (Lisboa, 1783), refere-se exactamente a este responsável pela reimpressão do tratado de Amaro de Roboredo.

Vera, Álvaro Ferreira de, *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa. Com hvm trattato de memoria artificial: outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina: Dirigido a Dom Manuel d'Eça*, por Mathias Rodriguez, Lisboa, 1631.

B.N.L.: H.G. 33.543 P

Xavier, D. Ignacia, *Arte de bem falar*, manus. [primeira metade do séc. XVII].

b) Apologias da língua

Faria, P^o Manuel Severim de, *Excellencias da lingoa Portugueza*, manus. [séc. XVII].

_____ *Discurso das partes que ha de hauer na linguagem pera ser perfeita, e como a portugueza as tem todas e algũas com eminencia de outras linguas vulgares.* A 18 de Agosto de 1622, manus.⁵

B.N.L.: Cod. 917

Mendes, Manuel, *Discurso em louvor da Arte de Grammatica accreentada pelo P. António Velez*, manus. [séc. XVII].

Vera, Álvaro Ferreira, *Breves lovvores da lingva portvgvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, Mathias Rodriguez, Lisboa, 1631 [de folhas 77 a 88]⁶.

B.N.L.: L 358 V

c) Vocabulários e Dicionários

Barbosa, Agostinho, *Dictionarivm Ivsitanicolatinvm ivxta seriem alphabeticam optimis, probatisq. doctissimorum Auctorem testimonijis perutili quadam expositione locupletarum, Cvm copiosissimo latini sermonis indice, necnon libello vno aliquarum regionum, ciuitatum, oppidorum, fluuiorum, montium, & lcorum, quibus veteres vti solebant. Omnia in studiosae iuuentutis gratiam, & vsum collecta*, Typis, & expensis Fructuosi Laurentij de Basto, Bracharae, 1611.

B.N.L.: L 3.126/27 A

Barreto, João Franco, *Micrologia em a qual se explicam todos os nomes proprios, istorias, fabulas, nomes peregrinos, e lugares escuros, conteudos em os Lusíadas de Luis de Camões, e em suas rimas primeira, segunda e terceira parte*, Prefácio de Aníbal Pinto de Castro, Leitura e integração do texto de Luís Fernando de Carvalho Dias e Fernando F. Portugal, INCM, Lisboa, 1982 [licenças de impressão de 1672].

Luz, Fr. Tomás da, *Amalthea sive hortvs onomasticvs in gemina diuisus florilegia, quorum quodlibet multigenas sub diuiditur in areolas, in quibus communiora nomina ad quotidianum linguae latialis vsum, & exercitationē spectantia continentur, cum indice titulorum ad limen apposito*, Excudebat Ioannes A Costa, Vlyssipone, 1673.

B.N.L.: L 4.215 V

⁵ Publicado em *Discursos varios politicos*, na impressão Regia, Lisboa, 1805 [conforme à 1ª edição 1624, Évora].

⁶ No seguimento de *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* (Lisboa, 1631).

Pereira, P^o. Bento, *Prosodia in vocabularivm trilingve latinvm, lvsitanicvm, et hispanicum digesta. In qva dictionvm significatio, et syllabarvm qvantias expenditvr*, Apud Emmanuelem Carualho Academiae Typographum, Eborae, 1634.

B.N.L.: L 2. 340 A (ed. de 1661)

_____ *Thesouro da lingua portugueza*, Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1647⁷.

B.N.L.: L. 2.846/47 A

_____ *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portugueza*, Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1655⁸.

A.C.: R. 99.2

Poiares, Fr. Pedro de, *Diccionario lvsitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias; cidades; villas; castellos; lugares; rios; mares; montes; fontes; ilhas; peninsulas; isthmos; &c. Com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem, pera boa intelligencia de liuros sagrados, e profanos*, na Officina de Ioam da Costa, Lisboa, 1667.

B.N.L.: H.G. 115 V

Roboredo, Amaro de, *Raizes da lingva latina mostradas em hum trattato, e diccionario: isto he, hvm compendio do Calepino com a composição, e derivação das palavras, com a ortografia, e frase dellas*, na officina de Pedro Craesbeek impressor delRei, Lisboa, 1621⁹.

B.N.L.: L 4.211 V

_____ *Porta de lingvas ov modo mvito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a portugueza, com numeros interliniaes, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesauo, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a portuguesa, e espanhola*, da officina de Pedro Craesbeek impressor delRei, Lisboa, 1623¹⁰.

B.N.L.: L. 4.213 V

d) Gramáticas

Correia, P^o. Manuel, *Principios de grammatica, e varias poesias*, manus. [séc. XVII]¹¹.

Faria, P^o. Basílio de, *Arte da lingua portugueza, a qual compara com as outras linguas*, manus. [séc. XVII]¹².

⁷ Foi incorporada à *Prosodia* em 1661 e passou a acompanhar todas as suas edições posteriores.

⁸ Incluída na edição de 1661 e posteriores da *Prosodia*, com os títulos das duas partes que a compõem: “Primeira parte das frases portvgvesas, a que correspondem as mais puras, & elegantes latinas: como tiradas de M. Tulio, & outros authores de primeira classe” e “Segvnda parte dos principaes adagios portvgveses, com seu latim prouerbial correspondente”.

⁹ Não se lhe conhecem outras reedições a não ser a publicação conjunta com *Porta de lingvas*, em 1623.

¹⁰ É uma tradução e adaptação para português da obra *Ianva lingvarvm* (Salamanca, 1611), compilada por jesuítas irlandeses. No exemplar L 4.212 V da B.N.L. vem seguida de *Raizes da lingva latina*, com folha de rosto e paginação próprias.

¹¹ Informa Barbosa Machado que “O original se conserva na Livraria dos Padres Theatinos desta Corte [Liv. de S. Caetano de Lisboa]” (1965: III, 232).

¹² Esta e outras muitas obras do Autor “se conservão na Livraria do Excellentissimo Conde do Vimieiro que foy do Chantre de Evora Manoel Severim de Faria Sobrinho do Author dellas” (Machado, D., 1965: I, 479-481).

Leão, Duarte Nunes de, *Origem da lingua portugueza. Dirigida a elrei D. Filipe de Portugal Nosso Senhor*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1606.

Roboredo, Amaro de, *Methodo grammatical para todas as lingvas. Consta de tres partes. 1ª Grammatica exemplificada na portuguesa, & latina; 2ª Copia de palavras exemplificadas nas latinas; 3ª Frase exemplificada na latina*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1619.

B.N.L.: L 273 V

_____ *Recopilaçam da gramática portugueza, e latina, pela qual com as 1141 sentenças insertas na arte se podem entender ambas as lingvas. Ao senhor D. Duarte de Castelbranco Coutinho, primogenito do S. D. Francisco de Castelbranco, cõnde do Sabugal, Meirinho Mõr nestes Reinos, e Senhorios de Portugal*, Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1619.

Pereira, P^o. Bento, *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda. Latino idiomate proponitur, in hoc libello, velut in quadam academiola diuisa in quinque classes, instructas subselliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam lusitanam. In gratiam italarum coniugationibus lusitanis italae correspondent*, Sumptibus Lavrentii Anisson, Lvgdvni, 1672¹³.

B.N.L.: L 16.812 P

2 – GRAMÁTICAS LATINAS

Araújo, Domingos de, *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começaõ aprender*, por Pedro Craesbeeck, Lisboa, 1627¹⁴.

B.N.L.: L 207 P

Chorro, Bartolomeu Rodrigues, *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposiçam do P. Manoel Alveres; em lingua portugueza*, Na Officina de Joam Antunes, Coimbra, 1693¹⁵.

C.L.U.L.: 806. 90-5 CHO

¹³ Já depois de extinta a Companhia de Jesus, safu nova edição desta gramática em Lisboa, em 1806, com o título ligeiramente alterado: *Grammatica lusitana latino idiomate proposita, et in quinque classes, instructas subselliis recto ordine distributes, divisa, ut ab omnibus tum domesticis tum exteris frequentari possint. In gratiam italarum conjugationibus lusitanis italae correspondent. Ad finem ponitur Orthographia, ut sicut Grammatica docet recte loqui, ita haec doceat recte scribere linguam lusitanam. Authore Benedicto Pereira, Portucallensi Borbano. Editio prima Olisiponensis juxta eam quae Lugduni anno MDCLXXII prodiit, exarata, ipsaque Lugdunensi correctior. Olisipone, ex regia typographia, anno MDCCCVI.*

¹⁴ Foi reimpressa em 1737 por António Félix Mendes, que acabou por refundi-la com o título *Grammatica portugueza da lingua latina para uso dos cavalheiros, e nobres, que tem mestre em suas casas; Com hum Methodo para governo do mestre que ensinar por ella; e hum Prologo apologetico, critico, e noticiosos aos leitores* (Lisboa, 1741).

¹⁵ É difícil seguir o percurso editorial desta obra, tal o número de edições documentadas nos dicionários bibliográficos e que se encontram em bibliotecas do País, mesmo bibliotecas universitárias. Barbosa Machado (1965: I, 477-478) e Inocêncio Francisco da Silva (1858: I, 337) referem edições de 1619 (Lisboa, por Jorge Rodrigues; supostamente a primeira), 1623 (Lisboa, por Jorge Rodrigues), 1631 (Lisboa, por Jorge Rodrigues; duvidosa), 1665 (Lisboa, por Antonio Craesbeeck), 1671 (Lisboa, por Antonio Alvares), 1675 (Lisboa, por Antonio Rodrigues de Abreu), 1677 (Lisboa, por João da Costa) e, durante o século XVII, 1710 (Lisboa, por Miguel Manescal), 1713 (Coimbra, por José Antunes da Silva), 1720 (Lisboa, por Miguel Manescal), 1736 (Lisboa, por Manuel Fernandes da Costa), 1750, 1752 (Lisboa, por Miguel Rodrigues; acrescentada e emendada por José Caetano), 1757.

Faria, P^e. Basílio, *Arte latina com preceitos breves para se aprender com mayor facilidade*, manus. [século XVII].

Franco, P^e. Antonio, *Promptuario de syntaxe. Dividido em duas partes; na primeira se contém a syntaxe pela mesma ordem da Arte; nos escolios se poem a significação do nome, ou verbo com o caso competente. Na segunda se tratam algũas noticias cõgruentes à mesma syntaxe, que se pòdem ver na pagina seguinte*, 3^a ed. acrescentada, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1709 [1^a ed. 1699]¹⁶.

B.N.L.: L 584 P

Freire, P^e. João Nunes, *Anotaçoens ao genero, et preteritos da Arte Nova*, Na Officina de Manoel dias Impressor da Universidade, Coimbra, 1656 [1^a ed. 1635].

B.N.L.: L. 164 V

_____ *Margens da syntaxe com a construiçam em portuguez posta na enterlinea do texto das regras della, pela Arte do Padre Manoel Alvres da Companhia de Jesus, para mayor declaraçãõ aos estudantes que começãõ*, Na Impressão da Viuva de Manoel de Carvalho Impressora da Universidade, Coimbra, 1676 [1^a ed. 1653]¹⁷.

B.N.L.: L 175 V

Paredes, Pedro Sanches de, *Arte de grammatica pera em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez. Com um breve vocabulario no cabo, e algumas phrases latinas. Dirigidas a João Gonçalves de Ataide, conde de Atouquia*, por Vicente Alvares, Lisboa, 1610.

Pereira, Fr. Frutuoso, *Arte de gramatica, latina, portugueza, benedictina*, de industria de Dom Ioam de Castel Branco, 3^a ed., Na officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1652¹⁸.

B.N.L.: L 362 P

Pinheiro, P^e. Luís Fernandes, *Arte de Grammatica* (3 tomos: 1. nominativos, linguagens, generos e preteritos; 2. syntaxe; 3. syllaba, orthographia, rhetorica), manus. [< 1699].

Roboredo, Amaro de, *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breve tempo, escripta na lingua portugueza, com muitos exemplos na latina*, Lisboa, por Pedro Craesbeek, 1615.

_____ *Grammatica latina mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, na Officina de Antonio Alvarez, Lisboa, 1625.

B.N.L.: L 66861 P

¹⁶ Conhecem-se as seguintes edições: 1713 (Lisboa, Oficina Real Deslenderiana), 1716 (Évora, Oficina da Universidade), 1723 (Lisboa, por Antonio Poderoso Galvão), 1730 (Évora, Oficina da Universidade), 1743 (Évora, Oficina da Universidade), 1750 (Évora, Oficina da Universidade).

¹⁷ A 1^a edição data de 1653, uma vez desconhecida dos bibliófilos a que Inocêncio Francisco da Silva documenta de 1643 (cf. 1858: III, 429).

¹⁸ Na dedicatória a D. João de Castelo-Branco, o Autor afirma: “A terceira edição desta Arte de Gramatica a q̃ V. S. deu os primeiros alêtos, ãtes toda a vida q̃ logra lhe offereço. O estillo na substancia he o mesmo que nas outras edições ainda que com algũa variedade nos accidentes. Todos os compostos naturaes de substancia e de accidentes constão aquella he permanente, estes cõ o tempo se varião” (1652: “Dedicatoria”). Fica claro, assim, que esta é a 3^a edição da *Arte de grammatica latina*, de D. João de Castelo-Branco. Segundo informação de Justino Mendes de Almeida, apenas “a 3^a edição saiu em nome de Fr. Frutuoso Pereira (que nas duas primeiras [1636 e 1643] fora mero editor, mas na 3^a foi autor, porque refundiu a antecedente)” (1977: 121).

Soares, P^o. José, *Explicationes in praecipvam partem totivs artis P. Emmanvelis Alvri quae syntaxim complectitur*, Typ. Ioannis a Costa, Ulyssipone, 1670.
B.N.L.: L 187 V

3 – GRAMATICOGRAFIA E LEXICOGRAFIA DE LÍNGUAS EXÓTICAS

Almeida, P^o. Miguel, *Vocabularium Benedicti Pereyra conversum in linguam concanicam et divisum in duas partes: altera explicat vocabula lusitana in lingua concanicam, altera explicat vocabula concanica in linguam lusitanicam*, manus.¹⁹

António, Fr. Boaventura de Santo, *Arte da lingua dos aroás*, manus. [século XVII].

_____ *Vocabulario do idioma sacaca* [com uma *Doutrina christã*], manus. [século XVII].

_____ *Arte da lingoa commua, a que chamaõ geral* [com um *Confessionario e Practicas varias*], manus. [século XVII]²⁰

Banha, Fr. Manuel, *Vocabulario da lingua concani*, manus.²¹

Barreto, P^o. Manuel, *Vocabulário portuguez japonico*, manus.²²

Barros, P^o. João de, *Vocabulário na lingua quiriri*, manus. [meados do século XVII]²³

Brás, Fr. Pedro de S., *Arte e Vocabulário* [da língua chingalá; título aproximativo], manus.²⁴

¹⁹ Para além desta obra, cuja única referência vem do P^o. Francisco Rodrigues (1917: 354), há notícia da colaboração do Autor no *Vocabulário da lingoa da terra (Canarim)*, de Diogo Ribeiro (Machado, D., 1965: I, 462). Como indica o próprio título da obra de Miguel de Almeida, a *Prosodia* de Bento Pereira terá servido de fonte para a elaboração da parte portuguesa.

²⁰ Desconhece-se o paradeiro de todos estes manuscritos do franciscano Boaventura de Santo António (1659-1697), que desde cedo passou ao Maranhão, onde “abriu huma escola para os meninos lerem, e escreverem, a qual ainda existe, e se instruiu nas linguas dos Sacacas, e Araós para mais facilmente os conduzir ao conhecimento do verdadeiro Deos” (Machado, D., 1965: IV, 80-81).

²¹ Da obra de Fr. Manuel Banha (...), religioso da Província da Madre de Deus da Índia, faz memória Fr. Jacinto de Deus no seu *Vergel de plantas*: “Frey Manoel Banha, fez hum Vocabulario da mesma lingua [concani], tam copioso, como necessario” (1690: 10).

²² Manuel Barreto (1564-1620) faz menção deste vocabulário no prólogo de um outro manuscrito, o *Vocabularium Lusitano Latinum*, obra que o próprio teria enviado, no ano de 1619, “ao Collegio de Lisboa para que o Mestre da primeira Classe a augmentasse de mayor numero de vocabulos” (Machado, D., 1965: III, 193-194).

²³ Rectifique-se que a obra *Catecismo e lingua dos tapuias* atribuída a este Autor, corresponde efectivamente a um *Vocabulário na lingua quiriri* e um *Catecismo na lingua quiriri*, manuscritos, hoje desconhecidos, que devem ter servido de base para as duas obras de Luís Vincêncio Mamiani, *Catecismo da doutrina christã na lingua brasilica da nação Kiriri* (Lisboa, 1698) e *Arte de grammatica da lingua brasilica da nação Kiriri* (Lisboa, 1699). Chamou Serafim Leite “apóstolo dos quiriris” ao P^o. João de Barros (ca. 1639-1691), graças ao seu trabalho de missão junto dos quiriris no interior da Baía (cf. Leite, 1940: 473-481).

²⁴ Não se obteve informação exacta sobre o título desta obra. A única notícia apurada a respeito da actividade missionária deste padre franciscano em terras de Ceilão, vem de Fr. Paulo da Trindade, que dedica quase todo o vol. III da sua *Conquista espiritual do Oriente* à história do apostolado franciscano em Ceilão: “o P. fr. Pedro de S. Brás, muito douto na lingua chingalá de Ceilão, compôs uma Arte e Vocabulário dela, e serviu muitos anos com muito aproveitamento dos naturais da cristandade daquela ilha” (1962: I, 353).

Castilho, P^e. Pero de, *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil, cõ primeiras, segundas, & terceiras pessoas & mais diferenças q̃ nelles ha; mujto necessarios aos confessores que se occupão no menisterio de ouuir confissões, pera mais facilmente se acharẽ, & saberẽ*; pello Padre Pero de Castilho da Companhia de Iesu. Anno de 1613, manus.²⁵

Collado, Fr. Diogo, *Ars grammaticae japonicae linguae*, composita a fr. Didaco Collado, ordinis praedicatorum per aliquot annos in praedicto regno fidei catholicae propagationis ministro. Romae, typis et impensis sacrae congregationis de Propaganda Fide. 1632.

_____ *Dictionarivm sive thesavri lingvae iaponicae compendivm*, Compositum, & Sacrae de Propaganda Fide Congregationi dicatum à Fratre Didaco Collado Ord. Praedicatorum Romae, anno 1632, Romae, typis & impensis Sacr. Congr. de Prop. Fide. MDCXXXII²⁶.

B.A.: 73-VII-42

Dias, P^e. Pedro, *Arte da lingva de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, mãy e senhora dos mesmos pretos*, Na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697.

B.N.L.: Res 229P

_____ *Vocabulario português-angolano*, manus.²⁷

Estevão, P^e. Tomás, *Arte da lingoa canarim composta pelo Padre Thomaz estevão da Companhia de IESVS & acrecentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Cõpanhia. E novamente reuista & emendada por outros quatro Padres da mesma Companhia*. Com licença da S. Inquisiçam & Ordinario em Rachol no Collegio de S. Ignacio da Companhia de IESV. Anno de 1640²⁸.

B.N.L.: Res. 408 P

Ferreira, P^e. Gaspar, *Diccionario da lingua chinense, e portugueza*, manus.²⁹

Ferreira, P^e. Manuel, *Diccionario lusitano-annamitico*, manus.³⁰

²⁵ Este manuscrito, que Plínio Airosa editou em 1937, com o título *Os “Nomes das partes do corpo humano pella lingua do Brasil” de Pero de Castilho, texto tupi-português e português-tupi do seculo XVII* é cópia da época do “Códice piratiningano de 1622” (cf. Vale, 1938), trasladada do original, de 1613, do jesuíta brasileiro Pero de Castilho (1572-1642).

²⁶ Segundo informação de Jacques-Charles Brunet, este dicionário e o pequeno texto da *Ars grammaticae* (in - 4^o de 75 pp.) “sont ordinairement reliés en un seul volume” (1965: II, 132). O exemplar da Biblioteca da Ajuda respeita, porém, apenas ao dicionário.

²⁷ Baseado em fontes epistolográficas, Serafim Leite nota que o P^e. Pedro Dias (1622-1700) redigia este vocabulário em 1694 e projectava a sua versão *uice-versa* (cf. Leite, 1938-50: VIII, 199-200).

²⁸ A obra foi reimpressa em Nova Goa por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, em 1857, com o título *Grammatica da lingua concani, composta pelo Padre Thomaz Estevão, e accrescentada por outros padres da Companhia de Jesus*. Segunda impressão, correcta e anotada: a que precede como introdução *A Memoria sobre a distribuição geographica, das principaes linguas da India*, por Sir Erskine Perry, e o *Ensaio historico da lingua concani* pelo editor. Nova Goa, Na Imprensa Nacional, 1857.

²⁹ O P^e. Gaspar Ferreira (1574-1649) compôs na língua chinesa diversas obras ascéticas que, como o dicionário, ficaram manuscritas.

³⁰ Acerca do P^e. Manuel Ferreira (1630-1699), as notícias biográficas dão-no como missionário no reino de Annam, actividade que lhe inspirou a obra *Notícias sumarias das perseguiçoens da missão da Cochinchina principiada, e continuada pelos Padres da Companhia de Jesus*. Lisboa, por Miguel Manescal Impressor do Santo Officio, impressa anónima.

Figueira, P^e. Luís, *Arte da lingua brasilica*, Por Manoel da Silva, Lisboa [1621]³¹.
B.N.L.: Res. 243 P

Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte, composta no seculo XVII por hum missionario portuguez; e agora pela primeira vez dada á estampa. Nova-Goa, Na Imprensa Nacional, 1858³².

B.N.L.: L 1.165 P

Jesus, Fr. Cristovão de, *Arte grammatical da lingua canarina*, manus. 1600³³

Mamiani, P^e. Luís Vincêncio, *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri*, Na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1699.

B.N.L.: Res. 5779P

_____ *Vocabulario kiriri*, manus.³⁴

Miguel, Fr. Gaspar de S., *Arte da lingua canarina*, manus. 1640³⁵

_____ *Diccionario da lingua canarina, e portugueza*, manus.

Proença, P^e. Antão, *Vocabulario tamlico com a significaçam portvgveza*. Composto pello P. Antam de Proença da Companhia de IESV missionario da missão de Madvrey, na Imprensa Tamulica da Prouíncia do Malabar, por Ignacio Aichamoni impressor della, Ambalacatta em 30 de Julho. 1679 annos³⁶.

B.N.L.: L 23.935 V

Rhodes, P^e. Alexandre de (P^e. Antonio Barbosa e P^e. Gaspar do Amaral)³⁷, *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm et latinvm* ope Sacrae Congregationes de Propaganda Fide, Societate

³¹ Embora o ano desta 1ª edição não venha indicado, dá-se, com verosimilhança, o de 1621, uma vez que a “Aprovacam” está datada de “Olynda & Dezembro 9. de 620”. São póstumadas todas as outras edições conhecidas, que saíram com títulos ligeiramente alterados: em 1687 (oficina de Miguel Deslandes, Lisboa); 1754 (oficina de Miguel Deslandes, Lisboa); 1795 (oficina Patriarcal, Lisboa); 1852 (tipografia de Manuel Feliciano Sepulveda, Baía); 1878 (oficina de W. Drugulin, Leipzig; fac-símile da ed. de 1687); 1880 (tipografia “a vapor de Lombaerts”, Rio de Janeiro) (cf. Leite, 1940^a: 77-82).

³² É uma edição de Cunha Rivara, que tem parte na apresentação formal do texto. Na “Prefação”, escreve Cunha Rivara o seguinte: “um feliz accidente nos trouxe á mão o manuscripto desta *Grammatica* da mesma Lingua [concani] no *Dialecto do Norte*, a qual nunca havia sido impressa, nem della havia noticia alguma. Não poderemos affirmar que este manuscripto seja o original; mas he certo que pelos seus caracteres extrinsecos, e dicção, se conhece haver sido escripto no seculo XVII. Quem fosse o seu auctor não nos foi dado até agora descobrir”.

³³ A obra está datada de 1600 na *Historiografia gramatical (1500-1920)*, de Simão Cardoso. Dela não se conhecem outros dados senão os que fornece Fr. Jacinto de Jesus no seu *Vergel de plantas*: “Frey Christovão de JESUS reduzio a lingua em arte Gramatical, para erudiçam dos outros Padres que aprendem antes de serem Parochos” (1690: 10).

³⁴ Sabe-se, por carta datada de 1696, que Luís Vincêncio Mamiani (1652-1730) tinha então em curso a conclusão deste vocabulário (cf. Leite, 1939-50: VIII, 351-353).

³⁵ Embora Simão Cardoso atribua ao manuscripto o ano de 1640 (1994: 233), apenas se conseguiu apurar que a obra foi dedicada a Filipe III de Portugal e escrita na época em que Fr. Paulo da Trindade compôs a *Conquista espiritual do Oriente*.

³⁶ Utilizou-se a edição facsimilada de Xavier S. Thani Nayagana, reproduzida de um exemplar impresso da Biblioteca Vaticana: *Antão de Proença's Tamil-Portuguese Dictionary*, Department of Indian Studies, University of Malaya, Kuala Lumpur, 1966.

³⁷ Os dois jesuítas portugueses, ambos da primeira metade do século XVII, são co-autores deste dicionário, na medida em que é-lhes atribuído um *Diccionario da lingua annamitica*, correspondente às versões portuguesa e anamítica do presente dicionário, a que o jesuíta francês Alexandre de Rhodes (1591-1660) acrescentou a parte latina. Colaborou também neste dicionário o P^e. Francisco de Pina (1588-1625), nomeado no prólogo e reconhecido mestre na língua: “o primeiro que prègou na lingua

IESV, eiusdemque Sacrae Congregationis Missionario Apostolico. Typis, & sumptibus eiusdem Sacr. Congreg., Romae, 1651.

B.N.L.: L 2.360 A

Ribeiro, P^o. Diogo, *Vocabulário da lingua da terra (canarim)* composto pello P^o. Diogo Ribeiro da Comp^a de IESV. Do uzo do P^o. Amaro de Azeuedo, tresladado a sua custa, 1626, manus.³⁸

B.A.: 46-VIII-36

Rodrigues, P^o. João³⁹, *Arte da lingua de Iapam*. Composta pello Padre João Rodriguez Portugues da Cõpanhia de IESV diuidida em tres livros. Com licença do Ordinario, e syperiores em Nangasaqui no Collegio de Iapão da Companhia de IESV. Anno. 1604.

B.N.L.: L 44.063P⁴⁰

_____ *Arte breve da lingua iapoa tirada da Arte grande da mesma lingua, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*. Pello padre Ioam Rodriguez da Companhia de Iesv Portugues do Bispado de Lamego. Diuidida em tres Livros. Com licença do Ordinario, & Superiores. Em Amacao no Collegio da Madre de Deos da Companhia de IESV. Anno 1620.

B.A.: 50-XI-3

Saldanha, P^o. António de, *Vocabulário da lingua concanica*, manus.⁴¹

Semedo, P^o. Álvaro, *Diccionario sinico-lusitano*, manus. [meados do século XVII].

_____ *Diccionario lusitano-sinico*, manus.⁴² [meados do século XVII].

Annamitica que aprendeo com grande disvelo para se fazer intelligivel aos seus naturaes” (Machado, D., 1965: II, 221).

³⁸ Cunha Rivara atribuiu ao P^o. Diogo Ribeiro um manuscrito intitulado “Vocabulário da lingua Canarim, feito pelos Padres da Companhia de Jesus, que residem na Christandade de Salcete, e novamente accrescentado com varios modos de fallar pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia. Anno de 1626 - MS.”, também registado por David Lopes (1969: 144-145), e acrescenta que “Deste *Vocabulário* apparecem copias tanto de lingua Canarim para Portuguez, como de Portuguez para lingua Canarim” (1858: 79). A observação leva a admitir a hipótese de este manuscrito e o que recenseámos na B.A., ambos datados de 1626 e atribuídos ao mesmo autor, serem cópias com títulos diferentes. Por outro lado, também não se incluiu nesta lista o *Vocabulário da lingua Canarina com versam Portugueza*, manuscrito anónimo do A.H.U., situado no século XVII, de que foi feita uma edição facsimilada pela Junta de Investigações do Ultramar (1973), na medida em que, pelas razões atrás aduzidas e porque se admite que a ele ande ligado o nome do P^o. Diogo Ribeiro, supõe-se ser uma cópia da segunda parte (versão canarim-português) do vocabulário que temos presente da B.A..

³⁹ Foi C. R. Boxer quem, com base nos trabalhos do historiador P^o. Georg Schurhammer, repôs o seu a seu dono, esclarecendo a confusão, que lavrava entre bibliógrafos e historiadores, sobre a identidade deste Autor e do seu contemporâneo e irmão de ofício P^o. João Rodrigues Girão: “our Padre João Rodríguez received the *sobriquet* of *Tçuzzu*, an old Japanese form of the term *Tsuji* or Interpreter, in order to distinguish him from his contemporary namesake, Padre João Rodríguez Giram, who had come to Japan in 1586, and who likewise attained a good knowledge of the language during his sojourn in the Island Empire” (1950: 340-341). Nenhuma obra gramatical consta, porém, da sua bibliografia (Machado, D., 1965: II, 738).

⁴⁰ É uma tradução japonesa do exemplar conservado na Biblioteca Bodleiana de Oxford, feita por Doi Tadao (Tóquio, 1955), especialista em estudos gramaticais de missionários europeus, sobretudo jesuítas.

⁴¹ A obra manuscrita foi recenseada por Barbosa Machado (1965: I, 382) e consta da “Bibliotheca concani” de Cunha Rivara (1858: 79). Bibliógrafos e historiadores apuraram o importante contributo deste Autor à causa das línguas indígenas (vd. Rodrigues, F., 1917: 353).

⁴² Da obra deste Autor (1586-1658) escreveu Francisco Rodrigues: “Dois Vocabulários copiosissimos um chinês-português e outro português-chinês compô-los o grande missionario Alvaro Semedo; mas nenhum delles, pela morte do auctor, logrou a boa sorte de vir á luz” (1917: 363).

Vale, Leonardo do, *Vocabulário na língua brasilica*, Manuscrito português-tupi do século XVI, coordenado e prefaciado por Plínio Airosa, Col. do Departamento de Cultura, Vol. XX, São Paulo, 1938⁴³.

Vocabulario da lingua brasilica, manus.
B.N.L.: Cod. 3144 [séculos XVI-XVII]⁴⁴

Vocabulario da lingua Brazil, manus.
B.N.L.: Cod. 3143⁴⁵

Vocalulario da lingoa canari. Começa polo alphabeto dos nomes da nossa lingoa pera que mais facil mente se achẽ os nomes que buscarmos, manus., séculos XVI-XVII.

B.N.L.: Cod. 3044

Vocabulario da lingua canarim, manus. [século XVII].
B.N.L.: Cod. 3195

Vocabulario da lingua de Iapam com adeclaração em portugues, feito por algvns Padres, e Irmãos da Companhia de IESV. Com licença do Ordinario, e Superiores em Nangasaqui no Collegio de Iapam da Companhia de IESVS. Anno 1603.

B.A.: 46-VIII-35 [exemplar manus.]

⁴³ Leonardo do Vale (1538-1591) é autor contemporâneo de José de Anchieta e seu companheiro de missão. Incluir-se neste repertório vocabulário cuja licença para se imprimir foi requerida, em vão, na última década de Quinhentos, justifica-se pela existência desta cópia manuscrita, feita em Piratininga nos anos de 1621-1622, e actualmente pertencente à Biblioteca Municipal de São Paulo, que serviu de base à presente edição de Plínio Airosa. Por outro lado, estando o vocabulário composto havia vários anos, natural é que sofresse a intervenção dos copistas que transformavam as cópias (há mais do que uma; veja-se a obra seguinte) em manuscrito de uso pessoal, com inclusão de vocábulos ou reformulações de significados. Tal teve lugar, embora pela negativa, nesta cópia, baptizada “códice piratiningano de 1622”, conforme detectou Plínio Airosa: “o Vocabulário (...) não passa de cópia, e muito mal feita, de um ótimo original provavelmente extraviado ou ainda mantido incógnito em arquivos ou bibliotecas. (...) A irregularidade com que aparece o *ig*, especial do tupi-guarani, a falta de acentuação dos vocábulos e a má representação de expressões formadas pela juxtaposição de vários termos, denunciam, flagrantemente, um copista pouco atencioso e, sem dúvida, desconhecedor perfeito do idioma ameríndio” (Vale, 1938: 68-69). Sobre o vocabulário do P.^o Leonardo do Vale, vejam-se os trabalhos de Leite, 1944 e 1946.

⁴⁴ Como a obra anterior, é uma cópia manuscrita (um vocabulário português-tupi), anónima, do vocabulário de Leonardo do Vale, por sinal mais cuidada e, talvez por isso, mais antiga, sem alguns dos erros que assinala Plínio Airosa no “códice piratiningano de 1622”. Confronte-se, por exemplo, o artigo “A. Datiuo. Çupê” (B.N.L.: Cod. 3144) com a deturpação “A datiuo. cupe” do “códice piratiningano de 1622”. De outras cópias manuscritas existentes no Brasil e em Londres, fornece Plínio Airosa abundante informação no estudo introdutório da sua edição (cf. Vale, 1938: 7-73). Este vocabulário da B.N.L. será provavelmente o manuscrito que Alfredo do Vale Cabral intitula *Dicionario da lingua geral do Brasil* e assim descreve: “cópia por letra do XVI seculo. Em portuguez e tupi ou guarani. Não traz nome de auctor, nem data, nem titulo. O original d’este vocabulario conserva-se na Bibliotheca Nacional de Lisboa” (Cabral, 1880: 203-204).

⁴⁵ Supõe-se ser uma cópia do século XVII. O tipo de letra coincide com a do catecismo manuscrito *Doutrina christã em lingoa geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingoa g [geral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (B.G.U.C.: Ms. 1089), que o seu Autor, João Filipe Bettendorff (1625-1698), publicou em 1687.

ANEXO II

Pièce d'éloquence dictée en partie par Amaro de Roboredo qui tend à apaiser les esprits des incrédules, et à détruire l'empire tyrannique que les Jésuites exerçoient sur la Jeunesse, ayant fait prévaloir leur Méthode en Portugal de telle sorte, que la plupart de leurs usages subsistent encore aujourd'hui; mal très-préjudiciable au crédit de la Réforme.

(B.N.L.: P.B.A. 683)

Discours adressé aux plus insignes Grammairiens de Portugal dans lequel M. Scribot Professeur Royal de la Langue Latine leur propose la Méthode d'Amaro de Roboredo enrichie de nouvelles remarques pour traduire élégamment le Portugais en Latin et le Latin en Portugais, sans expliquer les Auteurs mot à mot, comme on fait dans les Classes, étant une des principales causes de la décadence des Etudes.

La justice de ma cause m'a rendu courageux; je suis intrépide en ce jour critique, et je vous prens pour arbitres du différend, Vous qui dans ma profession tenez le premier rang. La discorde cette Mere du desordre, Fille de l'iniquité, avoit suffoqué ma voix; l'amour du bien public doit cimenter notre union. Qui de vous ne prendroit à coeur la réforme des Etudes, et refuseroit de m'aider à surmonter tant d'obstacles que la rigueur des temps a mis à l'exécution de mon Projet? Je vous sais bon gré de n'avoir point acquiescé sur le champ à mes propositions; la critique est le creuset des sciences. Vos doutes m'ont suggéré d'autres réflexions plus judicieuses que les précédentes; le motif de notre mesintelligence n'existe plus; nous avons rémedié à une partie de nos erreurs; la passion qui en étoit la source est étouffée. Je vais vous rendre compte des observations récemment faites sur l'art d'enseigner le Latin, je vous prie de faire un examen exact de mon Système, et comme un homme qu'on a condamné sans être écouté, je demande une revision des actes pour découvrir les fautes que l'amour propre nous aura cachées. Mon peu d'âge ne me permet point de me reposer sur mon propre jugement; bien au contraire, il m'inspire de la docilité, et des sentimens respectueux pour tous ceux qui me surpassent en âge, en maturité d'esprit, et en expérience. C'étoit à vous, et non pas au vulgaire, qu'il appartenoit de juger en dernier ressort la cause que j'expose; nos droits avoient été usurpés. Nous oublierons le passé, nous aurons des égards les uns pour les autres, et n'affecterons point de supériorité, il y a de la grandeur d'ame à obéir, quand on sait commander. Quiconque s'abandonne de plein gré au jugement d'autrui, et veut qu'en public on lise la sentence, se croit en état de se justifier.

Je sens un feu qui échauffe mon imagination, et donne de l'ame à mes pensées. La démangeaison de briller par des saillies d'esprit, m'avoit conduit à travers d'un précipice; mes intentions, quoique bonnes, furent mal interprétées; ce qui n'étoit que l'effet d'une noble passion, fut dépeint avec toute la noirceur d'un crime. Quels monstres n'enfante point l'Envie! Je dois ma conservation à mon Mécenés, et j'ai éprouvé que ce n'étoit pas assez d'avoir raison, qu'il falloit aussi de la protection, et que le mérite sans la faveur des Grands ne pouvoit s'élever. Pour vous persuader il eût suffi d'exposer une doctrine saine et solide sans tirer satisfaction des injures. Ceux qui liront l'Apologie d'Amaro de Roboredo pag. 307. 308. 309. du livre Porta de linguas, avoueront que j'ai traité mes adversaires avec beaucoup plus de modération. Mépriser les discours du peuple, c'est le parti qu'il me convenoit de prendre dès le commencement. Les esprits sont ici tellement infatués de la Méthode des Jésuites, et si addonnés à des Ouvrages de mauvais goût, que les plus grandes merveilles de l'art n'excitent point leur curiosité; chacun est insensible aux attraits du beau. Sans mes soins la Méthode de votre Compatriote [p. 2] auroit subi le même sort, que la perle dont il est parlé dans la Fable. Jusques à quand les Muses ramperont-elles sur les bords du Tage? Le Parnasse respire un air infecté; tout languit dans nos Classes; la doctrine du vieux Code Grammatical n'a pas encore cessé d'influer; vous prétendez l'anéantir, et vous n'en changez que le nom. On respecte certains usages que les Maîtres nos prédécesseurs pratiquoient; on hésite à les abolir; on craint même d'y

toucher. Ô fatal aveuglement! Nous avons lieu de craindre que les Critiques ne nous accusent d'être peu zelés, ou ne nous fassent d'autres reproches, étant chargés du soin des Etudes, et n'ayant point correspondu, comme nous devons, à l'intention de la Réforme que Sa Majesté fit publier l'an 1759. Despautere aussi bien qu'Alvares est habillé en ridicule. Anatheme au novateur, s'écrient quelques Grammairiens; je me bouche les oreilles, et les laisse crier.

La connaissance de la vérité, et la gloire de me rendre utile à la société par mon petit talent, sont mes deux points de vûe. Que le Ciel me confonde en votre présence, si vous jugez que mon intention soit de vous entraîner dans l'erreur! Je me soumetts à votre censure; il n'y a plus à balancer sur le parti que nous avons à prendre; chaque Grammairien décidera, et doit s'attendre à être censuré publiquement, au cas que sa décision ne soit pas juste. Le Manuscrit de mon Ouvrage est entre vos mains; vous peserez toutes mes façons de parler, et me direz celles qui vous déplaisent; je les effacerai, ou modifierai, avant que de les mettre au jour. N'est-ce pas là une grande marque de franchise, et même de complaisance? La conscience reprochera à un chacun ce que je n'ose reprocher. À Dieu ne plaise qu'il m'échappe une parole qui puisse vous choquer! Ce n'est point par une crainte servile que j'use d'une pareille circonspection; il seroit messéant, ayant à parler devant vous, d'employer des termes tels que mon coeur altier me les dicte. Tout mon Discours est proportionné au temps, au lieu, aux personnes; des choses qu'il m'a fallu taire, sont dites avec art; je mets chacune de mes expressions dans la balance, et je donne tel tour à chaque phrase, que la malignité sera contrainte de lacher prise. Il faut être sur mes gardes, ainsi qu'un Général d'armée environné de ses ennemis, ou assiégé dans ses retranchemens; mes Censeurs partout sont aux aguets pour me surprendre, et examinent jusqu'à mes Syllabes pour se faire un trophée de mes méprises. Vous savez les devoirs d'un Orateur; vous sentez combien il est difficile de s'en bien acquiter, surtout quand on a tant de monde à dos, comme je m'en suis attiré par une entreprise si hardie; mais vous me pardonnerez quelques imperfections d'autant plus volontiers, que cette production est le premier effort d'un génie qui ne commence qu'à éclore.

La resolution est l'ame des grandes entreprises; au premier abord tous désapprouverent la nouvelle Méthode; je m'étoit expliqué d'une maniere trop vague, fût-ce faute d'éloquence naturelle, fût-ce parce que mes idées n'étoient point alors tout-à-fait formées. À force de les considérer sous divers aspect elles se raffinent; mon esprit s'est développé, a passé les bornes de mes espérances, et n'a point encore atteint son plus haut point de perfection. Bien loin d'accuser les incrédules d'ignorance, je jette toute la faute de leur incrédulité sur moi même, ayant trop tardé à couper [p. 3] la racine au mal. Par prudence vous ne vouliez pas vous en rapporter à moi; mes promesses vous paroissoient exagérées; tout se déclaroit en votre faveur; l'autorité de plusieurs Savans vous soutenoit. Le grand nombre des incrédules ne m'épouvanta jamais, je me suis trouvé tout seul dans le champ de bataille, exposé aux railleries les plus piquantes, à la mauvaise humeur de chaque incrédule, ne sachant de quel coté me tourner. L'Astre qui m'éclaire, avoit disparu, et ne communiquoit ses influences que de loin. Ma Muse s'arma de pied en cap, fit face à tous mes ennemis, et hazarda tout. Les débats du vulgaire m'excitent à me roidir contre toutes les difficultés; plus une victoire coute de peine, plus elle est glorieuse. Quelques gens qui me déchiroient à belles dents, ont aiguillonné ma jeunesse, ont prêté du secours à mon génie, et me voyent aujourd'hui inébranlable au milieu de la tempête, tel qu'un Athlete qui voit couler son sang, en tire une nouvelle force, et s'acharne au combat. Ma patience est presque épuisée; j'ai passé des jours et des nuits entieres à méditer sur mon Système; malgré tant d'efforts que je fais pour ne point m'égarer du vrai chemin, peut-être me suis-je trompé; tout homme est sujet à l'erreur. Montrez moi en

quoi je me trompe, et corrigez moi. Vos rémontrances, pourvu qu'elles soient bien fondées, me tiendront lieu de loi. Un bon Critique a les mêmes obligations du Médecin qui cherche la cause de la maladie et la connoissant, y applique le remède; mais un mauvais Critique est semblable à un Médecin qui n'entendant rien à la maladie, ordonne des remèdes contraires. S'opposer aveuglément à une opinion, ce n'est pas le propre du Sage. Qu'on propose une autre Méthode plus courte, plus facile, et plus sûre, que la nouvelle, je me rends, et je serai tout prêt à me dédire de tout ce que j'aurai dit de déraisonnable. Un novateur qui tient ce langage, s'embarasse fort peu de la critique de certaines gens, et donne assez à entendre que son zèle ne se fonde point sur de folles conjectures ni sur des sentimens d'une simple vanité. Rendons hommage à la vérité et apprenons au vulgaire à fouler aux pieds ses idoles.

Il est question de choisir une Méthode, et de faire en sorte que le Public n'ait plus lieu de se plaindre de notre choix. Je propose le modèle d'une expérience qui avant ce siècle où nous sommes, n'a jamais été tentée dans une Classe publique avec autant d'autorité. Quantité de Méthodes ont eu la vogue; elles toutes, et même celles que le vulgaire juge approchantes de la nouvelle, n'en approchent point. Amaro de Roboredo et moi voulons tirer cet air hideux que les Méthodistes avoient donné à la Grammaire. En tout temps, l'Envie s'opposa aux novateurs, leur jeta du venin, et eut recours à la calomnie ou à la trahison. Quelles choses indignes de mon caractère ne dit-on pas? Je repousserai les outrages avec de nouvelles armes, et pour tenir en respect tous mes adversaires, je rendrai authentique ce plaidoyer sans y rien laisser que vous puissiez noter ou mal interpréter. Il y va du point d'honneur; toutes les mauvaises langues sont aux prises avec moi; on n'épargna rien pour me dégouter de l'entreprise; mes amis mêmes tacherent de m'intimider par le récit de quelques exemples funestes; il s'est répandu un bruit lourd; chacun est dans l'attente, et s'empresse à savoir quel fut le résultat de mes dernières démarches. Si j'eusse prévu tous les maux que j'ai soufferts, je me serais bien gardé d'entreprendre, et j'aurais mieux aimé rester coi, que d'acheter à ce prix l'honneur d'un triomphe. Le menu peuple a conservé tant d'amour pour les idoles, qu'il ne peut me souffrir, étant un des ressorts qu'une main toute puissante fait jouer dans la destruction du fanatisme. [p. 4] Il est temps de faire le dernier effort, de secouer le joug du préjugé, et d'imposer silence aux ignorans. Ma cause deviendra publique, et une cause commune entre tous les Grammairiens; le centre du monde littéraire va s'émouvoir. De toutes parts on lance des traits sur mon ombre; je soutiens l'attaque; j'arbore l'étendard de la réforme; je ne laisserai aucune excuse aux plus incrédules; ils sont tous sommés de se rendre, ou de défendre leur cause la plume à la main. Le nuage qui couvre les yeux du vulgaire, est sur le point de se dissiper; il n'y a de Méthode fixe en aucun endroit; dans les pays du Nord chaque Maître enseigne plutôt par caprice que par raison, et suit tels usages qu'il lui plaît; toute la jeunesse paye là comme ici un dur tribut aux Grammairiens; on passe bien des années dans les basses Classes, et à peine en sort-il un Ecolier qui sache le Latin.

Les Jésuites avoient fait un monopole des Etudes, s'étant réservé le droit de nommer les Maîtres, et emparé du domaine des Muses. Depuis que par une sage résolution les Chaires de Portugal ont été données à des Séculiers, le Public a de meilleurs Maîtres; et pourtant si nous examinons les écoliers de nos Classes, nous en trouverons fort peu qui nous fassent honneur. D'où vient ce mal, sinon de notre attachement à la routine des jésuites? On eut bien raison de proscrire leur Méthode (c'étoit le fléau de la Jeunesse) de condamner aux ténèbres leur Recueil intitulé Fasciculus ex Selectionibus etc ... et d'introduire dans les Classes celui de M. Chompré avec deux Grammaires très abrégées dont on a laissé le choix aux Maîtres; il n'y avoit pas moyen de mieux pourvoir à la sûreté des nouveaux établissemens, et on ne pouvoit tout d'un coup corriger tous les abus; tant les Jésuites en avoient introduits! Nous ne

souffrirons pas que la Jeunesse soit plus long temps la victime de l'ignorance; on exige des Enfans mille choses déraisonnables; ils apprennent par coeur les Déclinaisons, et les Conjugaisons avec bien du travail; une partie de l'éducation des Jésuites est en vigueur; on argumente sur mille minuties Grammaticales; rien de plus ridicule que cette maniere de faire argumenter les commençans sur les Déclinaisons et sur les Conjugaisons, comme je vois pratiquer en Portugal. On explique les Auteurs littéralement; la plûpart des leçons qu'on fait apprendre aux Enfans, n'ont ni rime, ni raison; on ne mesure point leurs forces; les chatîmens qu'ils reçoivent à cause de leurs leçons, sont le plus souvent injustes; on exerce avec tyrannie leur mémoire, et on ne les accoutume point à raisonner. Dans la maniere d'étudier qui prévalu jusqu'à present, il n'y a aucune proportion gardée, ni même aucun rapport entre les objets. Tous les exercices que nous faisons faire à nos Ecoliers, sont entierement opposés au premier Article des Instructions qui ont été dressées pour le reglement des Classes. Chaque Classe est remplie de confusion; les Ecoliers ne sont pas tous de la même portée; c'est-à-dire; L'un en est à Musa, ae, l'autre à Amo, as; celui ci apprend les regles des Genres, celui là celles des Prétérits; les uns étudient la Syntaxe, les autres la quantité des Syllabes; ceux-ci expliquent le premier tome de la collection, ceux-là le quatrieme, et d'autres le sixieme. Vous avouerez vous mêmes que de cette irrégularité naissent mille inconveniens; j'ai une extrême répugnance pour enseigner par une Méthode si peu praticable; c'est ramer entre vent et marée; quelques Ecoliers savent autant de Latin au bout d'un an, qu'ils en savoient au commencement; plainte que les Peres ne feront plus, si on me laisse mettre en usage la nouvelle Méthode; les Enfans les plus lourds profiteront, tous à proportion de leur assiduité en Classe, quand même ils n'étudieroient point à la maison.

Comment un Maître peut-il suffire dans une Classe arrangée, comme sont les nôtres, et peut-il demander compte de tant de leçons diverses? Il est contraint de [p. 5] laisser à des Ecoliers le soin de veiller sur les autres. Combien de fois ne sera-t-il pas trompé! S'il donne l'explication d'une regle à ses Ecoliers, elle ne sert qu'à un petit nombre; enfin suivant mon calcul de six heures que nous passons en Classe, il n'en faut pas compter une seule bien employée. Nous nous acquitons de nos fonctions par maniere d'acquit, et nous remplissons nos Chaires pour sauver les apparences. Tandis que les plus avancés répètent au Maître leur leçon, les moins avancés perdent leur temps, ou font semblant d'étudier, et troublent les autres. La première demie heure de la Classe, et quelquefois une heure entiere se passe à répéter des minuties Grammaticales; les Ecoliers sont distribués par Décuries et chacun récite sa leçon à son Décurion; chaque Décurion a la coutume d'examiner ceux qu'il a à sa charge, sur les leçons qu'ils ont déjà apprises, et de leur faire mille questions déplacées. Quoique je sente le ridicule de tous ces usages vulgaires, je les laisse en pied dans ma Classe, ayant payé trop cher la curiosité d'innover; de deux maux j'ai choisi le moindre; j'ai sacrifié ma liberté au point d'honneur; j'en passe par où on veut; et je déplore en secret le sort des Maîtres et des Ecoliers. Mon génie est emprisonné; des personnes de la première distinction m'ont cependant assuré que d'ici à quelque temps on acheveroit de délibérer sur le plan des Etudes, cette lueur d'espérance me fait prendre patience. Les plus sensibles douleurs sont muettes; ma réputation est naissante, et mon établissement incertain. Je conduis politiquement l'entreprise de la nouvelle Méthode; quand elle sera bien connue en Portugal, et en France, ceux qui veulent à présent l'abattre par esprit de contradiction, n'oseront plus souffler.

La Jeunesse de Portugal manque de bien des moyens pour s'avancer; et celle de France en manquoit aussi sous la direction des Jésuites. Au cas que les Colleges n'aient pas changé là de Méthode, ils ont besoin du même modele que nous suivrons ici. Amaro de Roboredo nous sert de guide, et va causer l'allarme à tous les Grammairiens entetés de

leur Méthode. Personne n'attendoit de Portugal un pareil coup de maître, ayant été depuis un grand nombre d'années un pays stérile en ouvrages originaux. Je n'imiterai point le charlatan qui dans les places publiques vante au peuple ses rémedes pour les mieux vendre, et s'enfuit avec l'argent, abandonnant tous les malades. C'est à nous, ô illustres Collegues, à resister au torrent de la coutume. Ce fut bien commencer la reforme que de ne point diviser les Classes en Sixieme, Cinquieme, Quatrieme etc ... Le même Maître qui est chargé d'enseigner la Grammaire, doit enseigner la langue, et conduire les Ecoliers jusqu'en Rhétorique; changement de Maître nuit à leur avancement. Il y a des gens qui disent qu'il devoit y avoir différens Maîtres, les uns pour l'étude des Déclinaisons, des Conjugaisons, des Genres, des Prétérits, et de la Syntaxe inclusivement; les autres pour l'étude de la Langue, ne recevant dans leurs Classes que ceux qui sauroient déjà la Grammaire; cet arbitre part d'un faux principe, comme je le démontrerai par l'expérience. La division des basses Classes faite à la maniere ancienne cause beaucoup plus de dépenses à l'Etat, et même plus de travail à chaque Maître, que n'en causera mon Plan.

Une des raisons qui engage les bons Politiques à faire prévaloir la Méthode proposée et à l'établir, c'est que, toute autre qu'on choisisse, elle ressemblera en quelque chose à celle des Jésuites; motif pour eux de se glorifier; au lieu que la nouvelle bien loin de lui ressembler elle¹ sappe les fondemens de leurs Colleges, et refond toute la Grammaire. Les Classes seront mieux réglées; les leçons se distribueront avec plus d'ordre; il y aura de l'uniformité dans tous les exercices. L'exemple persuade plus que [p. 6] toute autre autorité. Hésitez vous à souscrire à la nouvelle Méthode, si je vous montre en moins de deux ans les progrès les plus extraordinaires dans ma Classe, étant fréquentée d'un grand nombre de commençans, et si je vous présente des Ecoliers versés non seulement dans l'explication des Auteurs, mais aussi dans l'art de composer en prose et en vers. Il n'est pas étonnant que ceux qui sont sortis de ma Classe, brillent peu par leurs composition; vous rencontrerez ce même défaut dans vos Ecoliers. Ce n'est pas notre faute, nous n'avons ni Dictionnaire Portugais-Latin, ni d'autres livres non moins nécessaires; et par une dure nécessité nous nous sommes conformés aux usages établis, lesquels nous éloignent de notre but, quand ils devoient nous en approcher. Les compositions qu'on donne à faire aux Enfans avec chaque mot Latin dicté par le Maître, et écrit sur chaque mot Portugais, sans en tirer le sujet des Auteurs Latins, sont des fatras.

M. Pluche dans sa Mécanique des Langues parle très judicieusement sur cette matiere, et nous a prescrit des regles admirables. Plût à Dieu que nous les observassions avec exactitude! Plusieurs personnes qui m'ont nui par leurs conseils, rougiroient de soutenir en public leur opinion, comme ils la soutiennent en présence de leurs partisans. Avant que je ne me mette en devoir de prouver par un fait des plus notoires que le Latin est fort mal enseigné, il faut fournir tous les moyens de la maniere que vous allez entendre; sans ces moyens il n'y a pas lieu d'espérer bonne réussite. Dans mon entreprise j'ai autant besoin de politique, que de courage; le nouveau Système déplaît à plusieurs, parce qu'ils m'en croient l'auteur, et qu'ils ont de l'aversion pour tout ce qui vient d'un Etranger. Quel rémede apporter à ce préjugé? Le nom d'Amaro de Roboredo me couvrira d'un beau voile; j'aurai recours à son autorité, je marcherai sur ses traces, et je répéterai quelques unes de ses sentences afin d'appuier mes propositions; sa voix va reveiller votre attention; il vous parle sur ce ton contre la routine. Mais l'abus est si enraciné en Europe, qu'il faudra bien de la force et du temps pour l'arracher; car notre nature n'embrasse pas sur le champ le meilleur. Difficile est mutare animum, et siquid est penitus insitum, id subito evellere. Je souhaiterois du moins voir tel abus hors de ma Patrie, parce que je

¹ Entre ressembler e elle o copista deixou um espaço em branco sublinhado, cuja justificação não se conseguiu apurar.

voudrois que les autres Nations apprissent plutôt de la mienne, que la mienne des autres. Et cela pourroit un jour arriver, si les Portugais ne méprisoient pas quelquefois ce qui prend naissance chez eux. Cette admirable sentence se trouve dans le Prologue du livre intitulé Méthodo Grammatical (pag. 4) imprimé à Lisbonne l'an 1619. Ayant devant les yeux la meilleure des Méthodes est-il juste d'en suivre une autre dans les Classes? Toutes les Nations seront surprises de l'indifférence avec laquelle a été traité Amaro de Roboredo, et en sauront très-mauvais gré aux Maîtres nos prédécesseurs, puisqu'ils ont privé le Public d'une Méthode qui auroit facilité l'entrée des Sciences, et épargné bien des larmes aux Enfans. Il vous convient de laisser les Méthodes vulgaires pour adopter la nouvelle, ou sinon tous les Critiques vous accuseront d'opiniâtreté, et d'avoir manqué de discernement. Qu'avez vous à dire contre Amaro de Roboredo? Parlez et cherchez des raisons valables pour autoriser votre conduite. Est-il croyable que dans une affaire si intéressante chacun de vous s'intéresse si peu, et laisse trainer mon projet en longueur?

Votre illustre Compatriote fut le premier à innover dans la Grammaire, en réduisant les mots à un ingénieux artifice, et en mettant sur une Carte les élémens de la Grāmaire, les Déclinaisons, les Conjugaisons. Nous avons eu le malheur de perdre l'impression de la dite Méthode Grammaticale; on n'en trouve que très peu d'exemplaires; deux qui paroissent, n'ont point de Carte; mais à la page 78 qui est le propre lieu de la Carte, on voit les vestiges d'une feuille arrachée. Il est probable que les Maîtres de ce temps là craignant la ruine de leur Méthode, firent main basse sur Amaro de Roboredo. Un [p. 7] exemplaire avec la Carte étoit mis en dépôt dans la bibliotheque d'un Grand de Portugal, un de mes premiers bienfaiteurs, je veux dire, M. le Comte de Castelo Melhor. Je trouvai ce trésor par un pur hazard l'an 1761 au mois de Septembre, et je circonscie le fait à cause des doutes qui pourroient naître. Les Cartes Grammaticales n'étoient point connues ici, ou si on les connoissoit, aucun Grammairien n'en savoit faire usage. C'est aujourd'hui que votre Compatriote est tiré de l'obscurité; il n'avoit jamais eu chez vous le titre d'Inventeur; quelques Grammairiens, et même les Auteurs de l'ouvrage Bibliotheca Lusitana, quoiqu'ils aient fait mention d'Amaro de Roboredo, n'ont pas dit un mot de sa Carte, ni de l'exécution de la Méthode. Quelles consequences peut-on tirer du silence? Il n'a tenu qu'à moi de laisser croupir dans les ténèbres la Méthode Grammaticale; elle avoit échappé aux yeux des plus habiles du pays, ou plutôt personne n'en faisoit cas. Que la vérité a de la peine à percer, et quelles injures ne souffre-t-elle point parmi le vulgaire ignorant! Les Muses sont à plaindre dans les pays où les Jésuites ont laissé des traces de leur existence. Toute ma disgrâce c'est de rencontrer peu de gens connoisseurs; en ce siècle on vend cher les suffrages; il m'a fallu souvent plier, et attirer le monde dans mon parti par des condescendances, ou des actes d'humilité, voye très desagréable à un honnête homme, ennemi de la flatterie, et du mensonge. Je pourrois disputer à Amaro de Roboredo la gloire de l'invention des Cartes Grammaticales, cet avantage me flatte moins, que l'espérance d'illustrer votre Nation par la découverte d'un monument si précieux, et de donner par ce nouveau Plan un relief à la littérature Portugaise que les Jésuites avoient flétrie.

M. de Vaniere fit connoître en France les Cartes Grammaticales, ayant produit l'an 1759 un Cours de Latinité avec une Carte des Déclinaisons des Noms, une autre de celles des Pronoms, etc ... Cet Ouvrage me fut remis l'an 1761 au mois d'Avril, aussi-tôt que les premiers exemplaires arriverent à Lisbonne. J'ai oui dire que bien des particuliers se servoient de sa Méthode, mais que les Collèges la trouvoient impraticable; j'y ai retouché, et j'y ai même un peu ajouté du mien. Les partisans des Grammaires vulgaires vont se déchaîner contre nous. Quelle idée formerons nous de la Grammaire du Port Royal, de Scioppe, de Despautere, etc ... Le temps a rendu leur mémoire respectable; j'y trouve de quoi m'instruire, toutes les fois que je les lis; quant à la doctrine il n'y a rien à

critiquer; quant à la forme tout y est défectueux; car aucune n'est à la portée des enfans, et ne sert à la soulager. Une personne de bon sens m'a conseillé de réduire la Grammaire en six Cartes; dans la première on mettroit un abrégé des premiers principes; dans la seconde les Déclinaisons et les Conjugaisons avec les longues et les breves marquées sur chaque syllabe; dans la troisième les règles des Genres; dans la quatrième celles des Prétérits; dans la cinquième celles de la Syntaxe expliquées, et prouvées par des exemples; et dans la sixième celles de la quantité des syllabes. Aux Cartes qui auroient besoin d'être augmentées, nous ajouterions une plus petite, et chacune auroit des renvois pour les exceptions, pour tous les avertissemens que le Maître doit faire à ses Ecoliers. Une Grammaire ainsi composée serviroit aux Enfans et même à d'autres personnes; ils n'auroient pas la peine de feuilleter; tout se présenteroit à leurs yeux dans le même moment. Vous m'objectez que le volume d'une pareille Grammaire ne sera pas assez maniable, et que les Enfans ne pourront la porter en Classe. Laissez moi prendre mon compas, et disposer les matériaux; je ferai une Grammaire très-commode à laquelle rien ne manquera. Les feuilles des Cartes Grammaticales étant pliées par le [p. 8] milieu, et collées, et reliées ensemble feront un petit livre in 4^o; par conséquent votre objection n'est plus recevable.

Quelle raison assez forte avez vous, crie un incrédule, pour préférer le Système des Cartes Grammaticales aux autres Méthodes? C'est, lui répons-je, que la Grammaire de la langue Latine se peut enseigner à peu près, comme on enseigne la Géographie. Il n'est pas nécessaire que les Enfans débutent par apprendre par coeur ni les Déclinaisons, ni les Conjugaisons, ni les règles des Genres, ni celles des Prétérits, ni celles de la Syntaxe; nous leur épargnerons tout ce travail; le Maître commencera donc par les faire traduire, et à chaque mot qu'ils traduiront, il profitera de l'occasion pour leur donner de vive voix les notions les plus nécessaires de la Grammaire tant de la langue vulgaire que de la Latine. Pendant cet exercice la Carte des Déclinaisons et des Conjugaisons Latines sera mise sous leurs yeux; ils prendront chaque Nom, et chaque Verbe des phrases Latines; ils appliqueront le Nom sur la forme de sa déclinaison et le Verbe sur la forme de sa Conjugaison; de cette manière ils apprendront à décliner et à conjuguer parfaitement; toutes les espèces des terminaisons réunies sous un même point de vue, se placeront insensiblement et en bon ordre dans le cerveau. Il ne seroit pas mal à propos d'avoir aussi une autre Carte des Déclinaisons et des Conjugaisons de la langue vulgaire, qui gardât les mêmes dimensions que j'ai gardées dans celles de la Latine. À force de décliner chaque Nom, et de conjuguer chaque Verbe sur la Carte, un Enfant quelque lourd qu'il soit, au bout d'un certain temps saura infailliblement par coeur toutes les inflexions des Noms et des Verbes, comment se forment les Temps, toutes les terminaisons. L'expérience m'a assuré du fait; on pourroit même dans la Classe la plus nombreuse faire cette nouvelle manoeuvre, en attachant à la muraille une Carte faite en gros caractères. Vous tombez d'accord là dessus; il s'agit maintenant de montrer quelle est la véritable manière d'étudier les Genres, les Prétérits, etc ... Après que les Ecoliers auront traduit une page, ou une demie page de l'Auteur Latin, le Maître leur fera rendre compte des Genres de tous les Noms de la dite page, leur montrera dans la Carte des Genres chaque règle à laquelle chaque Genre se rapporte, la leur expliquera, la fera répéter tantôt à l'un, tantôt à l'autre, et leur fera fixer les yeux sur l'objet, et même toucher du bout du doigt chaque mot de la Carte, afin que l'application des sens tienne l'esprit en haleine, au moins distrait. La même chose se doit pratiquer à l'égard des Prétérits, et en réitérant cet exercice à chaque page qu'on traduira, les règles s'imprimeront dans la mémoire d'une manière bien plus sensible, que si on les apprenoit par la Méthode ordinaire. Les yeux, l'ouïe, et même le toucher, toutes les fibres du cerveau sont en mouvement dans cette

manoeuvre Grammaticale; tout ce qui se passe au dehors, est rapporté à l'ame par differens organes qui cooperent à la même impression.

Je me contente que les Enfans consacrent chaque jour une demie heure à l'étude de la Grammaire. Le Maître suivra l'ordre des Cartes, et commençant par la première, c'est-à-dire, par celle des premiers principes, il fera lire à ses Ecoliers ce qu'ils auront à apprendre, ensuite fera à chacun d'eux des questions sur ce qu'ils auront lu, leur donnera la liberté de répondre en recourant à la Carte, et n'obligera que les plus habiles à répondre sans y recourir; les obligera, dis-je, non par des châtimens, mais par des louanges, par l'espérance de quelque prix, ou d'une place plus distinguée. Donnons la première demie heure de la Classe du matin à ce genre d'exercice; le reste [p. 9] du temps se passera à entendre et à répéter des mots Latins, les sentences des Auteurs: Quorum sermone assuefacti qui erunt, ne cupientes quidem poterunt loqui nisi latiné. Cic. Avant que de continuer la démonstration de mon probleme, je vais faire un calcul. Combien de mots pensez vous qu'un Enfant pourra apprendre en une demie heure? Les mots étant détachés, on ne les retient pas si aisement; et étant liés dans une phrase, on les retient mieux. Un Enfant apprendra sans se beaucoup fatiguer deux douzaines de mots par demie heure. La première Carte Grammaticale renferme six cent mots; elle doit donc être sue en moins d'un mois. Pour celle des Genres, et celle des Prétérits, comme ce sont les plus étendues, je donne trois ou quatre mois. Achevez le calcul et tirez la preuve. Au cas qu'une demie heure par jour vous paroisse trop peu de temps, nous mettrons une autre demie heure, ou même une heure et demie, si vous voulez; tout revient au même; nous ne serons guere éloignés du compte. En moins d'un an toute la Grammaire sera sue.

Les Maîtres qui font appliquer les regles à un Enfant sans qu'il ait auparavant quelque connoissance de la Langue, le précipitent dans un abime ténébreux, et enseignent à rebours. Quoiqu'une phrase soit faite suivant les regles de la Grammaire, il ne s'en suit pas qu'elle soit bien faite; car un tour guindé, ou le sens altéré d'un mot perd toute la beauté d'une phrase. Que dirions nous d'un Etranger qui nous parleroit Portugais, observeroit toutes les regles de la Grammaire Portugaise, mais qui à chaque instant feroit un pot-pourri, choisiroit mal ses expressions, et ne se feroit qu'à demi entendre? Ce défaut-ci est bien moins excusable, que des fautes de Grammaire; cependant la plupart des Maîtres pardonnent plutôt une expression grossiere ou impropre, qu'un solécisme. Ô que leur tête est matérielle! Il importe de nous attacher non seulement à la Grammaire, mais encore au génie de la Langue; ces deux choses se touchent de fort près; c'est manquer de bon sens que de ne les pas faire envisager ensemble à un commençant; il n'en coutera pas plus au Maître à enseigner un bon Latin, que du Latin qui sent la poussiere de l'école. À mesure qu'on avance dans la langue, on peut avancer dans la Grammaire; sans la langue il n'y a point de Grammaire, celle-ci n'existe qu'après celle-là. Pourquoi donc commence-t-on par l'application des regles? Est-ce qu'il ne convient pas d'attendre que la mémoire soit fournie d'une certaine quantité de mots? Je suis d'avis qu'on fasse appliquer les regles très-fréquemment aux Enfans, en leur faisant redire en Latin les mêmes pensées des Auteurs Latins, et qu'on leur explique chaque regle dans le même instant qu'ils l'appliquent. Le fond principal d'une langue, et toute sa richesse sont les mots, et les façons de parler; plus on en fera apprendre, plus on verra de progrès. Nous ne pouvons nous passer de regles; les plus générales et les plus relatives à l'une et à l'autre langues, sont les premières qu'il faut inculquer. Les exceptions se garderont pour quand les Enfans auront déjà plus d'usage de la traduction, et qu'ils seront presque capables de faire des compositions.

Voici comment il me paroît qu'on pourroit regler les leçons d'un Commencant. Je lui fais lire en Portugais ce qu'il doit traduire du Latin; je lui fais connoître toutes les parties de l'oraison qui se trouvent dans chaque locution Portugaise, le Nom, le Verbe, la

Particule, etc ...; je lui explique chaque regle de sa Grammaire avant que d'en venir aux regles de la langue Latine. Le Commencant connoît-il avec quel art est tissue la phrase Portugaise? Je lui répète chaque mot Portugais séparément; je lui [p. 10] dis le mot Latin de l'original qui correspond au mot Portugais; si c'est un Nom, je le lui fais décliner sur la Carte; si c'est un Verbe, je le lui fais conjuguer; je lui rappelle les regles de chaque cas, et de la concordance, les éclaircissant tantôt d'une façon tantôt d'une autre jusqu'à ce qu'il les comprenne; j'appplanis les plus grandes difficultés; je le mets sur la route; je lui fais accorder l'Adjectif avec son Substantif, et le Verbe avec son Nominatif; au cas qu'il se trompe, je le redresse, et je me garde bien de lui apporter des définitions trop obscures, ou des raisons chimériques telles qu'en apportent quelques Grammairiens, fondées sur une regle douteuse et mal entendue. Ce genre d'exercice n'est qu'une répétition continuelle des sentences Latines, très fidèle et faite avec des observations sur la Grammaire et sur le génie des deux Langues. L'Enfant a-t-il mis en Latin une demie douzaine de phrases, étant ainsi guidé par le Maître? Je lui fais ouvrir son livre Latin qu'il tenoit fermé, lire les mêmes phrases Latines qu'il vient de dire, et traduire chacune d'elles en Portugais. Comme il conserve encore fraîche l'idée de chaque chose, il découvre bientôt l'ordre Grammatical de chaque phrase Latine, il confronte les mots, il va à la piste du bon sens; il apprend à raisonner; il médite sur chaque expression et à diverses reprises. Qu'on lui fasse après fermer son livre, et qu'on lui demande chaque phrase Portugaise et chaque mot Portugais à part; il dira tout en Latin, comme s'il eût lui même composé chaque phrase, et rendra raison de toutes les regles avec la même ponctualité du Maître. Cette maniere de faire répéter aux Enfans les sentences Latines, les dispose à composer dans la suite avec bon gout, et d'un style aisé; dans cet exercice tout coule de source; la mémoire et l'entendement agissent de concert, s'entraident, se communiquent les objets, en fortifient les especes, et les fixent.

Toutes les premières leçons étant réglées sur ce pied-là, le Commencant remplira sa mémoire de mille mots et de mille façons de parler; le Maître le conduira comme par la main, lui montrant ce qu'il doit éviter, et de temps en temps éprouvera s'il peut marcher tout seul dans le pays Latin, sans néanmoins jamais le perdre de vue, toujours prêt à le secourir dans tous les passages dangéreux ou scabreux. Sans exercice les regles ne servent de rien, et ne sont que des fantômes dont l'aspect épouvante. Nous ferions bien de ne les donner aux Enfans qu'à mesure qu'elles se présentent dans la² traduction du Portugais en Latin. Tel exercice ne peut avoir lieu sans qu'il y ait des traductions imprimées, au moins des Auteurs Latins les plus usuels; c'est ce qui nous manque en Portugal. N'est-il pas honteux pour les Maîtres nos prédécesseurs d'avoir négligé un point si important? Tous les pays où on s'applique sérieusement aux sciences, abondent en traductions. Je ne conseille pas de faire imprimer aucune traduction servile, quoiqu'il nous en faille user pour traduire le Portugais en Latin; nous n'en userons que de vive voix et que à poids et mesure; nous nous garderons bien d'obliger les Enfans à traduire des phrases Portugaises qui ne soient tirées des originaux Latins; mais nous leur suggérerons les mêmes mots Latins des Auteurs. Autrement, si le Latin est tiré de notre cru, il n'y a pas à s'y fier, et ce n'est souvent qu'un jargon très- ridicule. Le Maître prendra la peine d'accomoder chaque phrase Portugaise qu'il fera traduire à l'idiotisme et au caractere des expressions Latines, afin que l'Ecolier voye de la ressemblance entre l'une et l'autre langues, ou les objets rapprochés, et attrape plus vite la locution Latine; ce n'est qu'en ce cas que la traduction littérale doit être permise.

[p. 11] Je vous ai exposé la façon de diriger la marche de l'apprenti Latiniste dans le commencement de sa carrière. Est-il déjà exercé? Traduit-il le Portugais en Latin sans manquer aux regles de la Grammaire, et le Latin en Portugais passablement? Sait-il toute

² Entre dans e la o copista deixou um espaço em branco sublinhado com finalidade desconhecida.

la pratique des Cartes Grammaticales? A-t-il une parfaite connoissance de tous les principes de la Langue? S'est-il affermi sur les regles par l'habitude de les appliquer? A-t-il fait bonne provision de mots Latins, et montre-t-il de l'aisance à s'exprimer? Alors le Maître n'a plus besoin d'être si assidu auprès de son élève, et n'est plus qu'inspecteur de ses progrès; il lui fait traduire tantôt le Portugais en Latin sans lui suggérer les mots Latins, tantôt le Latin en Portugais; il l'oblige à apporter en classe des Versions et des compositions faites à la maison; il lui assigne pour theme quelques pages de la traduction d'un Auteur Latin, il corrige ce theme; il lui note toutes les fautes, et même les plus legeres; il combine ses façons de parler avec celles de l'original; il voit si elles en approchent, et enseigne à son élève l'art d'imiter les Auteurs Latins, il lui fait garder l'inversion Latine dans les phrases, lui forme le style, enfin le fait monter degré par degré au Parnasse Latin. La nouvelle Méthode a cela de singulier, que le Maître doit être non seulement bon Grâmaïrien, mais encore bon Latiniste. Ne connoissons nous pas mieux la qualité d'un drap, en le tournant tantôt à l'envers, tantôt à l'endroit? Les Maîtres n'ont donc pas raison de ne s'occuper que de la traduction du Latin en Portugais, et de ne point dresser leurs Ecoliers à traduire le Portugais en Latin. Quiconque seroit en état de remettre en Latin tous les Auteurs traduits en sa langue, entendroit sans doute les Originaux, et seroit bien plus avancé que s'il ne savoit que les expliquer ou interpréter. Cet exercice suppose seulement qu'on entend la langue; mais l'autre prouve outre cela que l'on possède le genie, les tours de phrases, l'éloquence même des Auteurs Latins.

Peut-être me blamerez vous d'insister tant sur l'exercice de traduire le Portugais en Latin; cette pratique rebute bien des gens, parcequ'ils n'en comprennent pas tout l'art, ni toute la délicatesse. Dans les Colleges l'usage le plus commun est de traduire le Latin en la langue vulgaire; ce seroit une folie de ma part, si j'insistais uniquement sur la traduction du Portugais en Latin, et si j'excluois celle du Latin en Portugais; ces deux exercices sont d'une nécessité indispensable; l'un ne doit jamais aller sans l'autre; chacun doit être pratiqué alternativement. Je préfere pourtant l'un à l'autre; car un Enfant qui traduit le Portugais en Latin, réfléchit plus attentivement sur chaque mot, ayant à le placer suivant les regles de l'art, et digere dans son esprit chaque reponse avec beaucoup de soin; cette même crainte qu'il a de faire un solécisme, ou quelque autre faute de Grammaire, le rend surveillant et prompt à saisir chaque mot; au lieu que son esprit reste dans une espece d'indolence, en traduisant le Latin en Portugais; il ne tache que d'attraper le sens de la phrase, et se met peu en peine de la structure des mots. La bonne Philosophie nous enseigne que nous devrions commencer par la traduction de la langue vulgaire en Latin. En quelque Langue que ce soit, chaque mot ne s'est formé qu'après que l'objet a été conçu. La nature demande que les objets, avant que de les nommer, soient vus, ou représentés, et qu'on les connoisse distinctement, avant que d'étudier les mots avec lesquels ils s'expriment en une autre langue. Quand la réflexion d'un objet précède l'usage du signe qui lui est attaché, le signe ou l'expression ne s'efface pas si tôt, que quand l'un ou l'autre paroît sans que l'objet soit connu. Ces principes sont enchaînés les uns avec les autres, et sont incontestables. Chaque mot Portugais qu'un Enfant entend, lui represente la chose, et l'idée en étant une fois formée, le terme Latin coute moins à rétenir. Par ce raisonnement il est clair qu'on fait mal de commencer par la traduction du Latin en Portugais. Il y a des Maîtres si peu raisonnables, qu'ils veulent [p. 12] que l'écolier encore neuf au métier débrouille lui même les phrases Latines, et en cherche les mots dans le Dictionnaire. Comment les trouvera-t-il, s'il n'en connoît pas la racine? Quelle fatigue! Et quel temps ne perd-t-il pas à chercher! Ne vaudroit-il pas mieux donner par écrit les significations des mots Latins, et préparer aux Ecoliers la tâche de telle sorte qu'ils n'eussent que la peine de recoudre chaque piece décousue des phrases Latines?

Comme je n'ai réservé par jour qu'une demie heure de la Classe pour l'étude de la Grammaire, qu'étudieront par coeur les Enfants à leur maison? me demande-t-on. Ils n'auront rien autre chose à apprendre que les phrases Latines déjà expliquées en Classe; Le Maître les questionnera sur chaque mot; et ne passera point d'une phrase à une autre sans en avoir fait remarquer les moindres minuties Grammaticales, sans tirer tous les doutes, sans tout éclaircir. Il nous faudroit un Cours de Latinité dont les leçons fussent mises en un bel ordre, une pour chaque jour de la semaine, et toutes proportionnées aux forces des Enfants, allant du plus facile au plus difficile. Je serois fort du sentiment qu'ils commencassent par Phedre, parce que les phrases en sont courtes, et que le Style en est familier, plus approchant de la prose, que du vers, au lieu que tout autre Auteur a des phrases qui font perdre haleine; je ne prétens point par cette déclaration empiéter sur les droits d'autrui, ni déterminer le choix d'aucun livre classique; je m'en rapporte au sentiment d'autres personnes plus versées que moi dans la Critique des Auteurs, et je respecte leurs décisions. Un bon Maître est à l'égard de ses Ecoliers comme une nourrice qui ne donne à son nourrisson des morceaux entiers, sans être mâchés, qu'après qu'elle a éprouvé si son estomac est en état de les digérer. Nous devons donc mettre dans la main d'un Commençant un livre classique des plus aisés; rien ne dégoûte davantage les apprentis Latiniste, que la construction des mots Latins qu'il faut démêler. Pour rendre facile cette opération je donnerai le plan d'une nouvelle édition de Phedre. La traduction Portugaise doit être mise à coté du Latin; et sur la fin du livre il doit y avoir un Recueil de tous les mots Latins du dit Phedre rangés sans inversion, ou du moins des 20 premières Fables. Au lieu de suivre cet ordre Aesopus autor quam materiam reperit, hanc ego polivi versibus senariis, on suivroit l'ordre de la langue vulgaire. Ego polivi versibus senariis hanc materiam quam Aesopus autor reperit. Chaque mot Latin de ce Recueil sera accompagné de certains caracteres distinctifs, de sorte qu'un Enfant qui une fois entendra les signes placés dans les espaces interlinéaires sur les Noms, sur les Verbes, sur les Particules, distinguera au premier coup d'oeil dans chaque phrase Latine ce qui est Nom, ce qui est Verbe, ce qui est Particule; si c'est un Nom Substantif ou Adjectif, de quelle Déclinaison il est, de quel Genre, en quel nombre, et en quel cas; si c'est un Verbe Actif, ou Passif, ou Neutre, ou Déponent; de quelle conjugaison il est, en quel Moeuf, en quel temps, en quel nombre et en quelle personne; quelle espece de Particule est celle-ci, ou celle-là, si c'est un Adverbe, ou une Conjonction, ou une Préposition, ou une Interjection; il y trouvera aussi la racine de chaque Nom, celle de chaque Verbe, et son Prétérit, et chaque page aura des notes relatives à la Grammaire, aux regles de la Syntaxe qui se rencontreront dans chaque phrase. Ne sera-ce pas là un grand soulagement pour le Maître et pour les Ecoliers? Leur besogne sera toute taillée; les morceaux seront si bien digérés, que la mémoire fera toutes ses fonctions avec l'aide de l'entendement, sans trouble, et sans altération. Il est inutile de donner cette même forme Méthodique aux autres livres Classiques; Phedre s'acquitera presque [p. 13] de tous les devoirs du Maître; le Maître ne sera chargé que de la répétition des leçons, ou de suppléer quelquefois par ses explications à l'obscurité d'un mot. Un Commençant s'étant exercé à répéter par coeur les mots Latins, en suivant le même ordre des mots Portugais, et ayant la clef de ce nouvel artifice Grammatical, viendra à bout d'expliquer Phedre en très peu de temps sans que l'inversion Latine lui serve d'obstacle, et aura la moitié du chemin fait pour l'intelligence des autres Auteurs Latins.

Ce plan du premier livre Classique que je viens de dresser, a quelque rapport avec celui d'Amaro de Roboredo, comme on peut voir dans les Centuries des Sentences; j'ai profité en partie de ses lumieres, j'ai rendu quelques idées plus claires, et je n'ai changé à sa Méthode que ce qui m'a paru censurable. M. de Vaniere s'est rencontré avec Amaro de Roboredo dans la même carrière; mais tous les deux se sont un peu égarés au milieu de

leur route; il manque à leurs Cartes la dernière main, ou un certain degré de l'art pour en faciliter la pratique; ce secret fut réservé à nous seuls. La Méthode Grammaticale, quoique ce soit un des plus estimables ouvrages du siècle passé, avoit bien besoin d'un coup de pinceau. L'Auteur dans son livre Porta de Linguas au Chapitre intitulé (Ao juiz deste artificio) avoue sincèrement les imperfections de son Plan, y ayant apporté leurs soins plusieurs années auparavant bien des Savans, et s'étant lui même épuisé comme une chandelle qui pour éclairer les autres, se consume. Voilà de la manière qu'il s'exprime. Malgré tout je dis que l'ouvrage n'est pas si parfait avec les efforts de tant de gens pendant tant d'années, qu'il ne puisse arriver à un autre point de perfection, et par d'autres voyes que Dieu auteur de toute perfection enseignera à qui bon lui semblera. Cependant quiconque voudra élever davantage l'édifice, quoiqu'il trouve ces fondemens jetés, aura bien de la peine. Les censeurs auront beau imputer des défauts à Amaro de Roboredo; aucun ne pourra nier qu'il ait été le premier inventeur de l'artifice, et des Cartes Grammaticales. Y a-t-il au monde une Carte Grammaticale plus ancienne que la sienne? Tout est pardonnable à un Inventeur; les meilleurs Ouvrages ont eu des commencemens très-médiocres, et ne se sont perfectionnés que peu à peu. J'espère qu'après moi il y aura quelqu'un d'un génie plus fécond, qui enchérira sur mes idées; sans avoir jamais vu, ni entendu parler de la Méthode de votre Compatriote, ni de celle de M. de Vaniere, je fis imprimer l'an 1761 au mois de Février une Carte des Déclinaisons et des Conjugaisons, et je tentai toutes sortes de voyes pour répandre de la clarté sur mon objet. Il me vint l'idée de distribuer les terminaisons en colonnes et en lignes numérotées; par les colonnes on connoît la Déclinaison, et le Genre de chaque Nom, la Conjugaison et le moeuf de chaque Verbe; par les lignes le nombre et le cas de chaque Nom, le temps, le nombre et la personne de chaque Verbe. Une des opérations qui met l'esprit des Enfans à la torture, c'est la concordance de l'Adjectif avec le Substantif; ils la feront avec la plus grande facilité du monde, le Maître les avertissant que l'Adjectif doit toujours se trouver dans une colonne du même Genre que le Substantif, et ne doit jamais sortir de la ligne où celui-ci se trouve. Eclaircissons cette difficulté par un exemple. Mulier qui appartient à la colonne 5.f., est le Substantif, et Sanctus, a, um qui appartient aux colonnes 1.m. 2.f. 3.n., est l'Adjectif; le commençant prendra dans la colonne 2.f., en répétera toutes les terminaisons et choisira celle de la ligne du Substantif. La règle de la Concordance par cet [p. 14] artifice est très exactement observée. J'ai aussi remarqué qu'en accoutumant les commençans à décliner chaque forme des Adjectifs à part, ils réussissoient mieux. L'autre manière de décliner les Adjectifs, confond les Genres, et fait qu'un Enfant se trompe souvent, quand il veut choisir la terminaison pour la concordance.

Quelques unes de mes observations vous paroissent étranges; sans le témoignage de l'expérience chacun auroit droit de ne pas ajouter foi à mon rapport. Vous vous souviendrez de mes premiers essais. L'événement ne surpassa-t-il pas votre attente? Par ordre du Roi je pris de différentes écoles des Enfans qui n'avoient eu aucuns principes, je me retirai avec eux dans une maison qui avoit appartenu aux Jésuites, et je commençai l'expérience de ma Méthode le 8. Mars de l'année 1761. En peu de jours ils apprirent un abrégé des premiers principes, commencèrent à traduire le premier tome de la Collection de M. Chompré, acheverent de l'expliquer en quatre mois et demi, firent un essai public le 8 Août de la même année, et rendirent compte de tout le dit tome. Ce fait est notoire; toute la Cour fut invitée à cet acte; M. Le Comte d'Oeyras et d'autres personnes très-distinguées y assisterent. Quiconque voulut examiner mes disciples, les examina, leur assigna la page, et même l'endroit de la page qu'il falloit expliquer. Chacun de ceux qui furent examinés, répondit à propos aux demandes qu'on fit sur la Syntaxe des phrases Latines. Tout l'auditoire témoigna de la surprise. C'est à ma Carte Grammaticale, et à l'exercice de la traduction du Portugais en Latin, que j'ai du cet avancement si rapide.

Avant que de traduire une page de l'Auteur Latin, ma coutume étoit de dire le sens de chaque phrase Latine de la dite page avec des expressions Portugaises les plus approchantes de l'idiotisme Latin, et puis de faire tourner chaque mot Portugais en Latin avec les mêmes mots de l'Original.

Quoique les progrès des premiers cinq mois de mon expérience aient été bien extraordinaires, et m'aient attiré l'estime des meilleurs Critiques, je n'en suis pas assez content; nous aurions pu encore bien mieux réussir; mes mesures n'avoient été prises qu'à la hâte, et qu'avec allarme, n'entendant autour de moi que des voix tremblantes; il y avoit à craindre de rébuter les esprits par trop de nouveautés, les occasions étoient peu favorables; les temps n'admettoient point de nouvelle doctrine. Je représentai mes raisons à M. Le Comte d'Oeyras de la maniere la plus pressante; je me rendis importun; je montrai autant de confiance que de hardiesse, je ne proposai d'abord que les choses les moins rébutantes, et je ne laissai voir le tableau que d'un côté, de peur qu'en le voyant tout entier et tout à coup, le vulgaire ne s'effarouchât. Les yeux qui ont toujours été fermés, et qui commencent à s'ouvrir, ne peuvent supporter l'éclat de la lumiere. Sans les nouveaux arrangemens que je prens, on auroit attribué à l'extravagance mon Projet, et ma Méthode eût fait naufrage. Il y eut dans mes premiers essais plusieurs défauts; ce ne fut qu'une légère ébauche en comparaison des autres progrès que je ferai; il s'en faut plus de la moitié, que mes Ecoliers ne soient parvenus à ce point où j'aurois voulu les conduire, et où je me fais fort de conduire les autres, pourvu qu'on me fournisse les moyens. Comme nous manquions de traductions, il me fallut admettre une partie des usages vulgaires, dicter des themes, et faire expliquer littéralement. Que cet usage est insipide! Les phrases Latines restent défigurées; on dépouille les pensées de toutes leurs graces; la plupart des mots étant rassemblés et combinés ne font qu'un sens grotesque; les Enfans s'accoutument ainsi à mal parler leur propre langue, et même à penser de travers; on les empêche de se former le goût par les mauvaises habitudes [p.15] qu'ils contractent, en s'expliquant servilement, ou d'une maniere rampante: Défaut que nous éviterions, si nous les accoutumions à expliquer noblement chaque phrase Latine sans en disloquer le texte. Pour cela il est bom, avant qu'ils n'expliquent l'Auteur Latin, de leur en faire lire une bonne traduction; il n'y a pas à douter qu'après l'avoir lue, y ayant surtout peu de temps d'intervalle, il restera dans leur mémoire quelques termes propres, et qu'ils auront bien moins de peine à traduire le Latin en bon Portugais.

Tout le monde en France tombe d'accord sur les traductions; ici certaines gens sont d'un avis bien contraire, conseillent de n'en point imprimer, et objectent qu'elles ne servent qu'à entretenir la négligence des Ecoliers, alleguant qu'en Angleterre les Maîtres qui les permettoient dans leurs Classes, ne fournissoient pas de si bons écoliers, que ceux qui les défendoient. Cette information ne doit point diminuer la bonne opinion que j'ai donnée des traductions; du bon, ou mauvais usage qu'on en fait, dépend l'avancement des Ecoliers. Là un Maître insistera sur les usages vulgaires, sur la traduction des Auteurs Latins telle quelle, et non pas sur celle de la langue vulgaire en Latin telle que je la préscris; ou s'il insiste, il ignorera de quelle façon il faut s'y prendre. Peu de personnes forment une idée assez juste de l'usage que je veux faire des Auteurs Latins traduits. Pour en juger sainement il faut être témoin oculaire; les premieres opérations n'ont aucune ressemblance avec celles de la Méthode vulgaire; il y a dans chaque exercice des formalités que les Méthodistes ont ignorées jusqu'aujourd'hui. Sans l'intelligence de ma Carte des Déclinaisons et des Conjugaisons, un Maître, quelque habile Grammairien qu'il soit, ne peut venir à bout de faire traduire à un Commençant la Langue vulgaire en Latin, ni le Latin en la langue vulgaire par principes raisonnés. Que les Grammairiens argumentent tant qu'ils voudront sur la pratique des Cartes Grammaticales; je répondrai à toutes leurs objections, et je couperai le noeuf gordien qui vous donne tant d'inquiétude.

Les incredules raisonnoient par un des principes de leur logique qui est un Enthimême d'un antecedent sous-entendu. Je ne comprends point cette Méthode, donc elle ne vaut rien. Ils supprimoient l'antecedent, parce qu'il les touchoit, et disoient hautement la consequence parce qu'elle portoit préjudice. Quelques Censeurs des défauts d'autrui cachent les leurs de cette maniere, en diminuant dans les autres ce qu'ils désirent en eux mêmes. Amaro de Roboredo pag. 4. Prol.

Quel obstacle y auroit-il pour que tout autre Maître ne mît point en pratique la nouvelle Méthode, après que j'aurai montré qu'elle est très-praticable non seulement avec un petit nombre d'Ecoliers, mais encore avec un grand nombre. C'est sur ce point que roulent à présent toutes vos disputes; vous ne me faites point d'autres objections. La mauvaise humeur avoit empêché plusieurs personnes respectables de faire un meilleur accueil à mon Projet. Plaise à mes Supérieurs de jeter les yeux sur l'état des Classes, de remédier aux abus, et d'ordonner que j'ouvre un Cours de Latinité sur le Plan qui est aujourd'hui présenté. Qu'il me soit permis de mettre les conditions suivantes pour assurer la réussite de mon entreprise. En premier lieu, les livres Latins dont mes Ecoliers se serviront, seront [p. 16] traduits, et surtout le premier sera ajusté au nouvel artifice Grammatical. En second lieu, il y aura un temps fixe pour l'entrée des Commencans, par exemple, de trois en trois mois, à cause de l'uniformité qui doit regner dans les leçons. En troisieme lieu, de six en six mois on fera des essais publics, et au bout d'un an et demi mes Ecoliers seront examinés en public de la maniere suivante; on prendra un des Auteurs traduits, ou même tout autre livre Portugais, on leur assignera la page, et on la leur fera mettre en Latin; on prendra aussi tel livre Latin qu'on voudra, on le leur fera expliquer; et on leur demandera compte de l'ordre Grammatical des phrases qui paroîtront les plus embrouillées. En quatrieme lieu, on confrontera mes Ecoliers avec ceux des autres Classes pour mieux connoître la différence des progrès. En cinquieme lieu, les Ecoliers qui auront commencé à étudier la Grammaire sous un autre Maître, et qui voudront fréquenter mon Cours de Latinité, seront réputés commençans. En voici la raison; il leur faudra desapprendre ce qu'ils auront appris; leur esprit sera plus engourdi; et leurs progres ne seront jamais comparables à ceux des autres.

Au bout des premiers six mois je m'oblige à faire expliquer à mes Ecoliers tout Phedre, et tout le premier tome de la Collection de M. Chompré, ou quelque autre livre équivalent; quelque page qu'on leur assigne, ils traduiront le Latin en Portugais, et le Portugais en Latin, diront le Genre de chaque Nom, le Prétérit de chaque Verbe, et toutes les regles, soit des Genres, soit des Prétérits, soit de la Syntaxe. Ne vous imaginez point que mes Ecoliers pour faire de si grands progrès, aient besoin de se harasser; il leur suffira d'étudier regulierement tous les jours trois heures le matin, et trois heures l'après-diner. Mon calcul est fait; j'ai mesuré le temps et la force des commençans; nous nous fatiguames extraordinairement dans l'experience de 1761, et nous employames les trois quarts de notre temps à des usages inutiles, n'ayant point encore pour lors découvert Amaro de Roboredo, ni M. de Vaniere; l'un et l'autre par leur invention ont contribué à l'embellissement de la mienne. Le grand usage de mon art acheva de m'affermir dans mes principes; je ne vais plus à tâtons comme avant l'expérience, je connois mieux le terrain, et j'attribue à l'ignorance le prétexte d'impossibilité avec lequel mes adversaires endorment leurs partisans. Il me semble voir un troupeau de moutons qui craint un danger au passage d'une porte, et s'arrête, mais si un ou deux passent tous les autres les suivent. (pag. 5. Amaro de Roboredo). Ma classe fût elle composée de cent Ecoliers, je les enseignerois tous ensemble avec beaucoup plus de facilité, que nous n'en enseignons une douzaine par la Méthode établie. Quel Grammairien en promet autant avec sa Méthode? Qu'il paroisse et qu'il me montre des progrès tels que j'ai commencé à en montrer. Vous vous étonnez de ma résolution; je compare les incredules à des malades qui, comme dit

Amaro de Roboredo sur la fin de son Prologue, reçoivent facilement la plus mauvaise nourriture, et rejettent la meilleure; parce que les sens amortis ne connoissent pas le bien pour le désirer; et ne sentent point les suites facheuses du mal pour les éviter.

BIBLIOGRAFIA *

1. Gramaticografia, lexicografia, ortografia, apologismo (impressos e manuscritos dos séculos XVI-XVIII)

- ALDRETE, Bernardo (1993) [1606] *Del origen y principio de la lengua castellana ò romance qui oi se usa en España*, Ed. de Lidio Nieto Jiménez, Visor Libros, Madrid.
- ÁLVARES, Manuel (1974) [1572] *Gramática latina*, Ed. fac-similada e introdução de Dr. José Pereira da Costa, Junta Nacional do Distrito Autónomo do Funchal, INCM.
- ____ (1594) *De institvione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica*, In Collegio Amacvsensi Societatis Iesv.
- ANCHIETA, José de (1933) [1595] *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro [veja-se também a reedição de 1874, de Julio Platzmann, Ofic. Tipográfica de B. G. Teubner, Leipzig].
- ARAÚJO, Domingos de (1627) *Grammatica latina. Novamente ordenada, e conuertida em portugues pera menos trabalho dos que começaõ aprender*, por Pedro Craesbeek, Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725) [1721] *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, 2ª ed., na Officina da Musica, Lisboa.
- ARNAULD, Antoine, Claude LANCELOT (1993) [1660] *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, Réimpression de l'édition de Paris, 1846, Slatkine Reprints, Genève [outras edições: 1969, préface Michel Foucault, Republications Paulet, Paris; 1997, présentation de Jean-Marc Mandosio, Ed. Allia, Paris].
- ARNAULD, Antoine, Pierre NICOLE (1970) [1662] *La logique ou l'art de penser, contenant, outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles, propres à former le jugement*, Introd. de Louis Marin, Flammarion, Paris.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1996) [1783] *Gramática filosófica da língua portuguesa*, Reprodução fac-similada, introdução e notas por Amadeu Torres, Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- BARBOSA, Agostinho (1611) *Dictionarivm Lvsitanicolatinvm iuxta seriem alphabeticam optimis, probatisq. doctissimorvm Auctorem testimonijs perutili quadam expositione locupletarum, Cvm copiosissimo latini sermonis indice, necnon libello vno aliquarum regionum, ciuitatum, oppidorum, fluuiorum, montium, & lcorum, quibus veteres vti solebant. Omnia in studiosae iuuentutis gratiam, & vsum collecta*, Typis, & expensis Fructuosi Laurentij de Basto, Bracharae.
- BARRETO, João Franco (1671) *Ortographia da lingva portvgveza*, na Officina Ioam da Costa, Lisboa.
- ____ (1982) [licenças de impressão de 1672] *Micrologia em a qual se explicam todos os nomes proprios, istorias, fabulas, nomes peregrinos, e lugares escuros, conteudos em os Lusíadas de Luis de Camões, e em suas rimas primeira, segunda e terceira parte*, Prefácio de Aníbal Pinto de Castro, Leitura e integração do texto de Luís Fernando de Carvalho Dias e Fernando F. Portugal, INCM, Lisboa.
- BARROS, João de (1971) [1540] *Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem, Diálogo da viciosa vergonha*, Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- BEAUZÉE, Nicolas (1767) *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*, 2 vols., de l'imprimerie de J. Barbou, Paris.

* Quando as edições consultadas não coincidem com a 1ª, vem esta indicada entre parêntesis rectos. Ao longo do trabalho, citam-se sempre a data da 1ª edição e a página da edição consultada. Ex.: Aldrete, 1606: 67; leia-se, 1ª edição e página 67 da edição consultada de 1993.

- BLUTEAU, Rafael (1712-1725) *Vocabulario portuguez e latino*, Off. de Pascoal da Sylva, Lisboa.
- CAETANO, José (1735) *Praxe syntaxista que com algumas observaçoens sobre o Promptuario do P. Antonio Franco & hũa syntaxe latino lusitânica, & hũa allegação a favor do relativo qui, quae, quod...*, na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, Lisboa.
- CALLIÈRES, F. de (1972) [1693] *Du bon, et du mauvais usage. Dans les manieres de s'exprimer. Des façons de parler bourgeoises. Et en quoy elles sont differentes de celles de la Cour* [suite *Des mots à la mode*], Réimpression de l'édition de Paris, 1693, Slatkine Reprints, Genève.
- CARDOSO, Jerónimo (1694) [1570] *Dictionariũ latino-lvsitanicvm, et lvsitanico-latinvm*, Editio novissima, Tip. Domingos Carneiro, Lisboa.
- CASTILHO, Pero de (1937) [manus. de 1613] *Nomes das partes do corpo humano, pella lingua do Brasil*, Texto tupi-português e português-tupi do século XVII, Prefácio e notas de Plínio Airoso, Col. do Departamento de Cultura, Vol. XIV, São Paulo.
- CHORRO, Bartolomeu Rodrigues (1963) [1619] *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposiçam do P. Manoel Alveres; em lingua portugueza*, Na Officina de Joam Antunes, Coimbra.
- COLLADO, Diogo (1632) *Dictionarivm sive thesavri lingvae Iaponicae compendivm, Compositum, & Sacrae de Propaganda Fide Congregationi dicatum à Fratre Didaco Collado Ord. Praedicatorum Romae, typis & impensis Sacr. Congr. de Prop. Fide.*
- CORREAS, Gonzalo (1954) [1625] *Arte de la lengua española castellana*, Ed. y prologo de Emilio Alarcos García, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Anejo LVI da Revista de Filología Española, Madrid.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastião de (1611) *Tesoro de la lengua castellana, o española*, por Luis Sanchez, impressor del Rey N. S., Madrid [veja-se também a edição de 1995, *Tesoro de la lengua castellana o española*, Edición de Felipe C. R. Maldonado, revisada por Manuel Camarero, 2ª ed. corregida, Nueva Biblioteca de Erudición y Crítica, Ed. Castalia, Madrid].
- DIAS, Pedro (1697) *Arte da lingua de Angola, oeferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, mãy, & senhora dos mesmos pretos*, na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa.
- Dicionario da lingua brasilica*, manus. [B.G.U.C.: Ms. 94].
- Dicionario da lingua geral do Brasil, que se falla em todas as villas, lugares, e aldeas deste vastissimo Estado. Escrito na Cidade do Pará. Anno de 1771*, manus. [B.G.U.C.: Ms. 81].
- Dicionário da lingua portuguesa*, publicado pela Academia das Ciências de Lisboa (1793), Reprodução fac-similada assinalando o II Centenário da Edição, Publ. do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1993.
- Dictionarivm latino lvsitanicvm, ac iaponicvm ex Ambrosii Calepini volumine depromptum*, Ed. fac-similada e estudo introdutório de Hirosato Iwai, Tóquio, 1953 [1ª ed. Amacusa, 1595].
- ESTEVÃO, Tomás (1640) *Arte da lingoa canarim composta pelo Padre Thomaz estevaõ da Companhia de IESVS & acrecentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Cõpanhia. E novamente reuista & emendada por outros quatro Padres da mesma Companhia*. Com licença da S. Inquisiçam & Ordinario em Rachol no Collegio de S. Ignacio da Companhia de IESV.
- ESTIENNE, Robert (1536) *Dictionarivm, sev latinae linguae thesaurus*, ex Officina Roberti Stephani, Paris.
- _____ (1972) *Traité de grammaire*, Fac-símile das edições de Paris de 1532, 1540, 1544, 1546 e 1557, Slatkine Reprints, Genève.
- FARIA, Manuel Severim de (1999) [1624] “Das partes que há-de haver na linguagem para ser perfeita, e como a portuguesa as tem todas e algũas com eminência de outras línguas”, *Discursos vários políticos*, Introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira, INCM, Lisboa, pp. 69-97 [veja-se também a edição de 1805, “Das partes que ha-de haver na lingoagem para ser perfeita, e como a portugueza as tem todas e algumas com eminencia de outras lingoas”, *Discvrsos varios politicos*, Nouamente

- reimpressos, e corrigidos segundo a edição feita em Euora no anno de 1624, na Impressão Regia, Lisboa, pp. 115-164].
- FIGUEIRA, Luís (1687) [1621] *Arte de grammatica da lingua brasilica*, na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa [veja-se também a edição de 1795, *Arte da grammatica da lingua do Brasil*, 4ª impressão, na Officina Patriarcal, Lisboa].
- FIGUEIREDO, António Pereira (1756) [1752] *Novo methodo da grammatica latina dividido em duas partes, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio*, 3ª impressãõ, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.
- FRANCO, António (1709) [1699] *Promptuario de syntaxe. Dividido em duas partes; na primeira se contém a syntaxe pela mesma ordem da Arte; nos escolios se poem a significação do nome, ou verbo com o caso competente. Na segunda se tratam algũas noticias cõgruentes à mesma syntaxe, que se pòdem ver na pagina seguinte*, 3ª ed. acrescentada, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa.
- FREIRE, João Nunes (1656) [1635] *Anotaçoens ao genero, et preteritos da Arte Nova*, na Officina de Manoel dias Impressor da Universidade, Coimbra.
- _____ (1676) [1653] *Margens da syntaxe com a construiçam em portuguez posta na enterlinea do texto das regras della, pela Arte do Padre Manoel Alvres da Companhia de Jesus, para mayor declaraçãõ aos estudantes que começãõ*, na Impressão da Viuva de Manoel de Carvalho Impressora da Universidade, Coimbra.
- Grãmatica da lingua geral do Brasil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzados para a intelligencia da dita lingua*, manus. [B.G.U.C.: Ms. 69].
- Grammatica da lingua concani no dialecto do Norte, composta no seculo XVII por hum missionario portuguez; e agora pela primeira vez dada á estampa*, Ed. de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1858.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães (1981) [1574] *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da lingua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma lingua*, Ed. fac-similada da 1ª ed., Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Biblioteca Nacional, Lisboa.
- HARRIS, James (1972) [1751] *Hermès ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, Traduction et remarques par François Thurot (1796), Edition, introduction et notes par André Joly, Lib. Droz, Genève/Paris.
- JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé (1614) *Institvcoes de la gramatica española*. Dirigidas al licenciado don Sebastian de Cobarrubias Orozco, capellan de su Magestad, maestro escuela, y canonigo de la santa Iglesia de Cuenca, y consultor del santo oficio de la Inquisicion, y autor del tesoro de la lengua española, Pedro de la Cuesta, Baeza.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983) [1576, 1606] *Ortografia e Origem da língua portuguesa*, Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu, INIC, Lisboa.
- LOBATO, António José dos Reis (1817) [1770] *Arte da grammatica da lingua portugueza*, composta e offerecida ao Ill^{mo}. e Exc^{mo}. Senhor Sebastião José Carvalho e Melo, 16ª impressão corrigida e acrescentada, Na Nova Impressão da Viuva Neves , e Filhos, Lisboa.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1991) [1619] *Corte na aldeia*, Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho, Ed. Presença, Lisboa.
- LUZ, Tomás da (1673) *Amalthea sive hortvs onomasticvs in gemina diuisus florilegia, quorum quodlibet multigenas sub diuiditur in areolas, in quibus communiora nomina ad quotidianum linguae latialis vsum, & exercitationē spectantia continentur, cum indice titulorum ad limen apposito*, Excudebat Ioannes A Costa, Vlyssipone.
- MACEDO, António de Sousa (1737) [1631] *Flores de España, excelencias de Portugal, en que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tiempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho, y curiosidad*, 1ª Parte, na Officina de Antonio Simoens Ferreyra, Coimbra.
- MAMIANI, Luís Vincêncio (1699) *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*, na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa.

- MAUPAS, Charles (1973) [1607] *Grammaire et syntaxe françoise, contenant reigles bien exactes & certaines de la prononciation, orthographe, construction & usage de nostre langue, en faueur des estrangiers qui en sont desireux*, Fac-simile da 2^a ed. [1618], Slatkine Reprints, Genève.
- MEIGRET, Louis (1972) [1542-1551] *Traités. Défenses. Réponses*, Réimpression des éditions de Paris. 1542-1551, Slatkine Reprints, Genève.
- MENDES, António Félix (1741) *Grammatica portugueza da lingua latina para uso dos cavalheiros, e nobres, que tem mestre em suas casas; Com hum Methodo para governo do mestre que ensinar por ella; e hum Prologo apologetico, critico, e noticioso aos leitores*, na Nova Officina Almeydiana, Lisboa.
- NICOT, Jean (1960) [1606] *Thresor de la langve françoise tant ancienne que moderne*, Ed. fac-similada da nova impressão de 1621, Ed. A. et J. Picard et C^{ie}, Paris.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000) [1536] *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*, Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa [veja-se também a edição de 1975, *A gramática da linguagem portuguesa*, Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Buescu, INCM, Lisboa].
- LOUDIN, Antoine (1972) [1632] *Grammaire françoise rapportée au langage du temps*, Fac-simile das edições de 1632 e 1640, Slatkine Reprints, Genève [seguem-se ambas as edições].
- PEREIRA, Bento (1661) [1634] *Prosodia in vocabularivm trilingve latinvm, lvsitanicvm, et hispanicum digesta. In qva dictionvm significatio, et syllabarvm quantias expenditur*, Apud Emmanuelem Carualho Academiae Typographum, Eborae.
- _____ (1647) *Thesovro da lingoa portvgvesa*, na Officina de Paulo Craesbeeck, Lisboa.
- _____ (1666) *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina & portugueza, para se ajuntar à Prosodia*, por Domingos Carneiro, Lisboa.
- _____ (1672) *Ars grammaticae pro lingva lvsitana addiscenda. Latino idiomate proponitur, in hoc libello, velut in quadam academiola diuisa in quinque classes, instructas subseliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint. Ad finem ponitur Orthographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam lusitanam. In gratiam italorum coniugationibus lusitanis italae correspondent*, Sumptibus Lavrentii Anisson, Lvgdvni.
- PEREIRA, Frutuoso (1652) *Arte de gramatica, latina, portugueza, benedictina*, de industria de Dom Ioam de Castel Branco, 3^a ed., na officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa.
- POIARES, Pedro de (1667) *Diccionario lvsitanico-latino de nomes proprios de regioens; reinos; prouincias; cidades; villas; castellos; lugares; rios; mares; montes; fontes; ilhas; peninsulas; isthmos; &c. Com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem. pera boa intelligencia de liuros sagrados, e profanos*, na Officina de Ioam da Costa, Lisboa.
- PROENÇA, Antão de (1966) [1679] *Vocabulario tamvlico com a significaçam portvgveza*, Ed. fac-similada e introdução de Xavier S. Thani Nayagam, Department of Indian Studies, University of Malaya, Kuala Lumpur.
- PURIFICAÇÃO, António (1642) *Chronica da antiqvissima provincia de Portvgal da ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipponia, & principal Doutor da Igreja*, Parte primeira, por Manoel da Sylva, Lisboa.
- RHODES, Alexandre (1651) *Dictionarivm annamiticvm lvsitanvm, et latinvm*, Societate IESV, eiusdemque Sacrae Congregationes Missionario Apostolico. Typis, & sumptibus eiusdem Sac. Congreg., Roma.
- RIBEIRO, Diogo (1626) *Vocabulario da lingoa da terra (canarim)*, manus. [B.A.: 46-VIII-36].
- ROBOREDO, Amaro de (1619) *Methodo grammatical para todas as lingvas. Consta de tres partes. 1^a Grammatica exemplificada na portuguesa, & latina; 2^a Copia de palavras exemplificadas nas latinas; 3^a Frase exemplificada na latina*, Pedro Craesbeeck, Lisboa.

- _____ (1621) *Raizes da lingua latina mostradas em hum trattato, e dictionario: isto he, hvm compendio do Calepino com a composiçõ, e derivaçõ das palavras, com a ortografia, e frase dellas*, na officina de Pedro Craesbeeck impressor delRei, Lisboa.
- _____ (1623) *Porta de lingvas ov modo muito accomodado para as entender publicado primeiro com a traduçõ Espanhola. Agora acrescentada a portugueza, com numeros interliniaes, pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejø a portugueza, e espanhola*, da officina de Pedro Craesbeeck impressor delRei, Lisboa.
- _____ (1625) *Grammatica latina, mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, na Officina de Antonio Alvarez, Lisboa.
- _____ (s.d. [1738]) *Regras da orthografia da lingoagem portugueza: recopiladas por Amaro de Roboredo. Expostas em forma de dialogo, novamente correctas: com a taboada exactissima de Andre do Avellar, lente de Mathematicas na Universidade de Coimbra: ampliada com algumas curiosidades pelo P. Bento da Victoria*, na Officina Joaquiniana da Musica de Bernardo Fernandez Gayo, Lisboa Occidental.
- RODRIGUES, João (1993) [1620] *Arte breve da lingoa Iapoa tirada da Arte grande da mesma lingoa, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*. Fac-símile do original existente na B.A., transcriçõ e traduçõ japonesa de Hino Hiroshi, Tóquio.
- RUIZ DE MONTROYA, Antonio (1640) *Arte, y bocabvlario de la lengua gvarani*, por Juan Sanchez, Madrid.
- SANCHEZ, Francisco (1976) [1587] *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*, Introducciõ y traduccion por Fernando Riveras Cárdenas, Ed. Cátedra, Madrid [veja-se também a traduçõ de 1995, *Minerva o de causis linguae latinae*, Ediciõ crítica y bilingüe por E. Sánchez Salor e C. Chaparro Gómez, Diputaciõ Provincial de Cáceres, Universidad de Extremadura, Cáceres; e a ediçõ de 1760, *Minerva, seu de causis linguae latinae, commentarius cui inserta sunt, uncis inclusa, quae addidit Gasp. Scioppius*, Editio Nova, Jussu Regis Fidelissimi Josephi, Lisboa].
- SCRIBOT, Aleixo Nicolau (1752) *Acordo engenheiro, que conduz a estabelecer paz entre os Alvaristas, Sanchistas, e todos os grammaticos de bom juizo, proposto como hum meyo efficaz para extinguir todas as contendas que ha em varias partes sobre o modo de ensinar a grammatica latina, e dado em resposta a quem falla contra o methodo ultimamête experimentado por Aleixo Nicolao Scribot, professor regio da lingua latina, e inventado no seculo passado por Amaro de Roboredo, &c.*, na Officina de Pedro Ferreira, Lisboa.
- _____ *Pièce d'éloquence dictée en partie par Amaro de Roboredo qui tend à appaiser les esprits des incrédules, et à détruire l'empire tyrannique que les Jésuites exerçoient sur la Jeunesse, ayant fait prévaloir leur Méthode en Portugal de telle sorte, que la plupart de leurs usages subsistent encore aujourd'hui; mal très-préjudiciable au crédit de la Réforme*, manus., séc. XVIII [B.N.L.: P.B.A. 683].
- SOARES, José (1670) *Explicationes in praecipvam partem totivs artis P. Emmanvelis Alvari quae syntaxim complectitur*, Typ. Ioannis a Costa, Ulyssipone.
- VALDÉS, Juan (1941) [c. 1535] *Diálogo de la lengua*, Col. Austral, Ed. Espasa-Calpe, Madrid.
- VALE, Leonardo do (1938) [finais do séc. XVI] *Vocabulario na lingua brasilica*, Manuscrito português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Airoso, Col. do Departamento de Cultura, Vol. XX, São Paulo.
- VAUGELAS, Claude Favre (1996) [1647] *Remarques sur la langue française utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire*, Ed. Ivrea, Paris.
- VERA, Álvaro Ferreira de (1631) *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa. Com hvm trattato de memoria artificial: outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina: Dirigido a Dom Manuel d'Eça, [seguida de] Breves lovvores da lingua portvgvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, Mathias Rodriguez, Lisboa.
- VERNEY, Luís António (1949-1952) [1746] *Verdadeiro método de estudar*, Vols. I-V, Ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior, Col. de Clássicos Sá da Costa, Lisboa.

- VILLALÓN, Cristóbal de (1971) [1558] *Gramática castellana*, Edición facsimilar y estudio de Constantino García, Col. Clásicos Hispánicos, CSIC, Madrid.
- VILLAR, Juan (1997) [1651] *Arte de gramática española*, Edición facsímil, Estudio introductorio de Manuel Peñalver Castillo, Diputación Provincial de Jaén, Jaén.
- Vocabolario degli Accademici della Crusca*, Ts. I-V, Impressione napoletana, secondo l'ultima di Firenze, Con la giunta di molte voci raccolte dagli autori approvati dalla stessa Accademia, nella stamperia di Giovanni di Simone, in Napoli, 1746-1748 [1ª ed. 1612].
- Vocabulario guarani do séc. XVI*, manus. [B.N.L.: Cod. 9614].
- Vocabulario da lingua brasilica*, manus., sécs. XVI-XVII [B.N.L.: Cod. 3144].
- Vocabulario da lingua Brazil*, manus. [B.N.L.: Cod. 3143].
- Vocabulario da lingua canarina com versam portugueza*, Reprodução fac-similada do manus. do século XVII, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1973.
- Vocabulario da lingua canari. Começa polo alphabeto dos nomes da nossa lingua pera que mais facil mente se achẽ os nomes que buscarmos*, manus., sécs. XVI-XVII [B.N.L.: Cod. 3044].
- Vocabulario da lingua canarim*, manus., séc. XVII [B.N.L.: Cod. 3195].
- Vocabulário da lingua de Iapam com a declaração em portuguez feito por algvns padres, e irmãos da Companhia de IESV*, Ed fac-similada, Japão, 1998 [1ª ed. Nagasaki, 1603].

2. Fontes impressas e manuscritas (biografia, história e literatura)

- ÁGUAS, Neves (1978) *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, Apresentação e notas de Neves Águas, Publ. Europa-América, Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Luís de (1884) *Cartas de Affonso de Albuquerque*, T. I, Direcção de Raimundo António de Bulhão Pato, Academia Real das Ciências, Lisboa.
- ARAÚJO, António de (1618) *Catecismo na lingua brasilica, no qual se contem a svmma da doctrina christã. Com tudo o que pertence aos mysterios de nossa sancta fê & bõs custumes. Composto a modo de dialogos por padres doctos, e bons lingoas da Companhia de IESV*, por Pedro Crasbeeck, Lisboa [veja-se também a 2ª ed. de 1686, do P.^o Bartolomeu de LEÃO, *Catecismo brasilico da doutrina christã, com o ceremonial dos sacramentos & mais actos parochiaes. Composto por padres doutos da Companhia de Jesus, aperfeiçoado, e dado a luz pelo Padre Antonio de Araujo da mesma Companhia. Emendado nesta segunda impressã pelo P. Bertholameu de Leam da mesma Companhia*, Na officina de Miguel Deslandes, Lisboa].
- ARISTÓTELES (1998) *Retórica*, Introd. de Manuel Alexandre Júnior, Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena, INCM, Lisboa.
- BARROS, João de (1988) [1552] *Ásia – Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Vols. I, II, III (1992), Ed. fac-similada, INCM, Lisboa.
- BETTENDORFF, João Filipe (1687) *Compendio da doutrina christam na lingua portugueza, e brasilica: em que se comprehendem os principaes mysterios de nossa santa fe catholica, e meios de nossa salvação: ordenada à maneira de dialogos, accomodados para o ensino dos indios, com duas breves instrucções: hũa para bautizar em caso de extrema necessidade, os que ainda são pagãos; e outra, para os ajudar a bem morrer, em falta de quem saiba fazerlhe esta charidade*, na officina de Miguel Deslandes, Lisboa [vd. o exemplar manuscrito *Doutrina christã em lingua geral dos indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo P. Philippe Bettendorff, traduzida em lingua g [geral] irregular, e vulgar uzada nestes tempos* [B.G.U.C.: Ms. 1089].
- ____ (1910) [ca. 1698] *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, in *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, T. LXXII, Parte I, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes (1943) [texto de 1618] *Diálogo das grandezas do Brasil*, segundo a edição da Academia Brasileira, corrigida e aumentada com numerosas notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão, Ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro.

- BRÁSIO, António (dir.) (1952-1965) *Monumenta missionaria africana*, Vols. I-X (Segunda Série, vols. I-VI, 1958-1991), Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- BRUNET, Jacques-Charles (1965-1966) *Manual du libraire et de l'amateur de livres*, Vols. I-VI, G.-P. Ed. Maisonneuve & Larose, Paris.
- CABRAL, Alfredo do Vale (1880) "Bibliographia das obras tanto impressas como manuscritas relativas á lingua tupi ou guarani tambem chamada lingua geral do Brazil", *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. 8, Typographia Nacional, Rio de Janeiro, pp. 143-214.
- CAMINHA, Pêro Vaz de (1967) *A carta de Pêro Vaz de Caminha*, Ed. de Jaime Cortesão, Portugália Editora, Lisboa.
- CARDIM, Fernão (1939) [textos de 1625 e 1847] *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, 2ª ed., Biblioteca Pedagógica Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo [veja-se também a edição de 1997, *Tratados da terra e gente do Brasil*, Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa].
- CARDOSO, Mateus (1624) *Dovtrina christã. Composta pelo P. Marcos Iorge da Companhia de IESV Doutor em theologia. Acrescentada pelo Padre Ignacio Martinz da mesma Companhia Doutor em theologo. De nouo traduzida na lingoa de Congo, por ordem do P. Matheus Cardoso theologo, da Companhia de IESV, natural da cidade de Lisboa*, Por Geraldo da Vinha, Lisboa.
- Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, Cúria Provincial da Companhia de Jesus, Livraria A. I., Braga, 1997.
- COUTO, António de (1642) *Gentio de Angola svfficientemente instruido nos mysterios de nossa sancta fé. Obra posthvma, composta pello Padre Francisco Pacconio da Companhia de IESV. Redvsida a methodo mais breve pello Padre Antonio de Couto da mesma Companhia*, Por Domingos Lopes Rosa, Lisboa.
- CUNHA, Xavier da (1895-1898) *Impressões deslandesianas. Divagações bibliographicas*, Vols. I e II, Imprensa Nacional, Lisboa.
- DESCARTES, René (1937) [1637] *Discurso do método*, Tradução, prefácio e notas pelo Prof. Newton de Matos, Col. de Clássicos Sá da Costa, Lisboa.
- DESLANDES, Venâncio (1988) *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Ed. fac-similada, INIC, Lisboa.
- DEUS, Jacinto de (1690) *Vergel de plantas, e flores da Provincia da Madre de Deos dos Capuchos Reformados*, na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva Dias (org) (s.d. [1888]) *Cartas selectas de Cícero anotadas para uso das escolas*, Liv. Universal de Magalhães & Moniz, Porto.
- DIDEROT, Denis, Jean le Rond ALEMBERT *et al.* (1751-1780) *Encyclopédie ou dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, 35 vols., chez Briasson, Paris.
- Estatutos da Universidade de Coimbra compilados debaixo da immediata e suprema inspecção del Rei D. José I*, Na Officina Typographica, Lisboa, 1773.
- ESTEVIÃO, Tomás (1945) [1622] *Doutrina cristã em língua concani*, 2ª ed. fac-similada, Introdução, notas e glossário por Mariano Saldanha, Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- FARIA, Manuel Severim de (1999) [1624] *Discursos vários políticos*, Introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira, INCM, Lisboa.
- ____ (1974) *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Ed. de Joaquim Veríssimo Serrão, Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- FRÓIS, Luís (1976-1984) *História de Japam*, Vols. I-V, Ed. anotada por José Wicki, Biblioteca Nacional, Lisboa.
- GARCIA, José Manuel (dir.) (1997) [1598] *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreuerão dos reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des de anno de 1549 até o de 1580*, Ed. fac-similada, 2 vols., Castoliva Editora, Maia.
- CARCÍA PERES, D. Domingo (1890) *Catalogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid.

- GÓIS, Damião de (1949) *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte I, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- JABOATÃO, António de Santa Maria (1761) *Orbe seráfico novo brasilico, descoberto, estabelecido, e cultivado a influxos da nova luz de Italia, estrella brilhante de Hespanha, luzido sol de Padua, astro mayor do ceo ...*, na Officina de Antonio Vicente da Silva, Lisboa.
- LEAL, António Henriques (1874) *Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil*, Ts. I-II, Liv. Popular de Magalhães & C^a, Lisboa.
- LUCENA, João de (1989) [1600] *História da vida do Padre Francisco de Xavier*, Vol. II, Direcção de Luís de Albuquerque, Publ. Alfa, Lisboa.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1965-1967) [1741-1759] *Bibliotheca lusitana*, Ts. I-IV, Atlântida Editora, Coimbra [reprod. da ed. *princeps*].
- MACHADO, José Pedro, Viriato CAMPOS (eds.) (1969) *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, Ed. crítica e leitura actualizada do relato anónimo da viagem, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- MAMIANI, Luís Vincêncio (1698) *Catecismo da doutrina christã na lingua brasilica da nação kiriri*, na Officina de Miguel Deslandes, Lisboa.
- MARTINS, Isaltina das Dores Figueiredo (1986) *Bibliografia do humanismo em Portugal no século XVI*, Coimbra.
- NÓBREGA, Manuel da (1955) *Cartas do Brasil e mais escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite S.I., Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.
- REGO, António da Silva (dir.) (1974-1982) *Documentos remetidos da Índia ou livros das monções*, Ts. VI-X, Col. de Monumentos Inéditos para a História das Conquistas dos Portugueses em África, Ásia e América, INCM, Lisboa.
- RIBEIRO, Diogo (1633) *Declaracam da dovtrina christam collegida do Cardeal Roberto Belarmino da Cõpanhia de IESV & outros autores, composta em lingoa bramana vulgar pello Padre Diogo Ribeiro da mesma Companhia*, Impresso no Collegio de Sancto Ignacio da Companhia de IESV, Rachol.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (1862) *Archivo portuguez oriental*, fasc. 4, Imprensa Nacional, Nova-Goa.
- _____ (1868) *Catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense*, T. II, na Imprensa Nacional, Lisboa.
- RUIZ DE MONTOYA, Antonio (1640) *Catecismo de la lengva gvarani*, Por Diego Diaz de la Carrera, Madrid.
- SAINTE-BEUVE, Charles Augustin (1953-1954) [1840-1859] *Port-Royal*, Ts. I-III, Bibl. de la Pléiade, Gallimard, Paris.
- SALVADOR, Vicente do (1931) [1858] *Historia do Brasil (1500-1627)*, 3^a ed., revista por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1858-1923) *Diccionario bibliographico portuguez*, na Imprensa Nacional, Lisboa.
- SOMMERVOGEL, Carlos (1890-1960) *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Ts. I-XII, Imprimerie Polleunis et Ceuterick, Bruxelas [vd. *Bibliographie*, “Belles-Lettres, Linguistiques”, T. X, 1909].
- SOUSA, Francisco de (1987) [1710] *Oriente conquistado a Jesus Cristo pelos padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Ed. Lello & Irmão, Porto.
- TRINDADE, Paulo da (1962) *Conquista espiritual do Oriente, em que se dá relação de algumas cousas mais notáveis que fizeram os Frades Menores da Santa Província de S. Tomé da Índia Oriental em a pregação da fé e conversão dos infiéis, em mais de trinta reinos, do Cabo Esperança até às remotíssimas Ilhas do Japão*, Vols. I, II (1964) e III (1967), Introdução e notas de F. Félix Lopes, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa.

- VALIGNANO, Alexandre (1598) *Apologia en laqual se responde a diversas calumnias, q̄ se escrivieran contra los PP. de la Compañia de Japon, y de la China*, manus. [B. A.: Ms. 49-IV-58]
- VASCONCELOS, Simão de (1864) [1663] *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil. E do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, 2ª ed., acrescentada com uma introdução e notas históricas e geográficas por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Typographia de João Ignacio da Silva, Rio de Janeiro.
- WICKI, José (1948-1988) *Documenta Indica*, Vols. I-XVIII, Monumenta Historica Societatis Iesu, Roma.

3. Dicionários e gramáticas (sintaxes) da língua

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1994) *Gramática de la lengua española*, Real Academia Española, Col. Nebrija y Bello, Ed. Espasa Calpe, Madrid.
- ALCINA FRANCH, Juan, José MANUEL BLECUA (1994) [1975] *Gramática española*, 9ª ed., Ed. Ariel, Barcelona.
- ALI, Manuel Said (1971) [1921] *Gramática histórica da língua portuguesa*, 7ª ed., Ed. Melhoramentos, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Domingos de (1918) *Grande dictionnaire contemporain français-portugais e Grand dictionnaire contemporain portugais-français*, 2 vols., 2ª ed., Prefaciado por Camilo Castelo Branco, Ed. Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1830) [1807] *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, 2ª ed., na typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- BECHARA, Evanildo (1988) [1960] *Lições de português pela análise sintática*, 14ª ed., Padrão Livraria Ed., Rio de Janeiro.
- _____ (1999) [1961] *Moderna gramática portuguesa*, 37ª ed. revista e ampliada, Ed. Lucerna, Rio de Janeiro.
- BELLO, Andrés (1988) [1847] *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, Con las notas de Rufino José Cuervo, Vols. I-II, Estudio y edición de Ramón Trujillo, Ed. Arco/Libros, Madrid.
- BENTOLILA, Fernand (1981) *Grammaire fonctionnelle d'un parler berbère*, Société d'Études Linguistiques et Anthropologiques de France, SELAF, Paris.
- BOSQUE MUÑOZ, Ignacio, Violeta DEMONTE BARRETO *et al.* (1999) *Gramática descriptiva de la lengua española*, 3 vols., Real Academia Española, Col. Nebrija y Bello, Ed. Espasa Calpe, Madrid.
- BUSSE, Winfried (coord.) (1994) *Dicionário sintático de verbos portugueses*, Liv. Almedina, Coimbra.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (s.d. [1974]) *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*, 4ª ed., J. Ozon Editor, Rio de Janeiro.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa, Maria Francisca XAVIER (1991) *Sintaxe e semântica do português*, Vols. 1 e 2 (textos complementares), Universidade Aberta, Lisboa.
- COROMINAS, Joan, José A. PASCUAL (1987-1991) [1980] *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 6 vols., Ed. Gredos, Madrid.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1962) [1938] *Pontos de gramática histórica*, 5ª ed. revista e aumentada, Liv. Acadêmica, Rio de Janeiro.
- CUERVO, Rufino José (1998) [1886, Vols. A-D] *Diccionario de construcción y régimen de la lengua castellana*, 8 vols., continuado y editado por Instituto Caro y Cuervo, Empresa Editorial Herder, Barcelona.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1978) *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, Prefácio-estudo de Antônio Houaiss, Ed. Melhoramentos, São Paulo.
- CUNHA, Celso (1969) *Gramática do português contemporâneo*, Ed. Bernardo Álvares S. A., Belo Horizonte.
- CUNHA, Celso, Luís F. Lindley CINTRA (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*, 2ª ed., Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

- DALGADO, Sebastião Rodolfo (1893) *Diccionario komkaní-portuguez, philologico-etymologico*, na Tip. do “Indu-Frakash”, Bombaim.
- ____ (1905) *Diccionario portuguez-komkaní*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- ____ (1919-1921) *Glossário luso-asiático*, Vols. I-II, Academia das Ciências de Lisboa, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- DELICADO, Antonio (1923) [1651] *Adagios portugueses reduzidos a lugares communs*, Nova ed. revista e prefaciada por Luís Chaves, Liv. Universal, Lisboa.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva (1870) *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*, Typographia do Jornal do Porto, Porto.
- ____ (1905) [1876] *Grammatica portuguesa elementar*, 12ª ed., Liv. Escolar de A. Ferreira Machado, Lisboa.
- ____ (1959) [1918] *Syntaxe histórica portuguesa*, 4ª ed., Liv. Clássica Editora, Lisboa.
- DÍSCOLO, Apolónio (1987) *Sintaxis*, Introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas, Biblioteca Clássica Gredos, Madrid.
- DU MARSAIS, César Chesneau, Nicolas BEAUZÉE *et al.* (1786-1789) *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*, 3 vols., chez Panckoucke, Paris.
- ERNOUT, Alfred, François THOMAS (1997) [1951] *Syntaxe latine*, 2ª ed., Ed. Klincksieck, Paris.
- Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*, 16ª reimpressão, Real Academia Española, Ed. Espasa Calpe, Madrid, 1996.
- FARIA, Eduardo de (1858) [1849] *Diccionario da lingua portugueza*, 4ª ed. refundida, correcta e augmentada com grande numero de termos antigos e modernos por D. José Maria D’Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda, no Escriptorio de Francisco Arthur da Silva, Lisboa.
- FERNANDES, Francisco (1993) [1941] *Dicionário de verbos e regimes*, 39ª ed., Ed. Globo, São Paulo.
- FOURNIER, Nathalie (1998) *Grammaire du français classique*, Col. Belin Sup-Lettres, Ed. Belin, Paris.
- GAFFIOT, F. (1995) [1934] *Dictionnaire latin-français*, Hachette, Paris.
- GILI GAYA, Samuel (1994) [1958] *Curso superior de sintaxis española*, 15ª ed., Ed. Bibliograf, Barcelona.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César (1992) [1984] *Gramática funcional del español*, 2ª ed. corregida y aumentada, Ed. Gredos, Madrid.
- ____ (1995) *Nueva sintaxis de la lengua española*, Biblioteca Filológica, Ed. Colegio de España, Salamanca.
- LOPES, Óscar (1972) *Gramática simbólica do português (um esboço)*, 2ª ed. corrigida, Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa.
- MACHADO, José Pedro (1977) [1952] *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 3ª ed., 5 vols., Livros Horizonte, Lisboa.
- ____ (1997) *O grande livro dos provérbios*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (1983) *Gramática da língua portuguesa*, Liv. Almedina, Coimbra.
- MARTINET, André (1979) *Grammaire fonctionnelle du français*, Ed. Didier, Paris.
- MELO, Gladstone Chaves de (1978) [1967] *Gramática fundamental da língua portuguesa*, 3ª ed., Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro.
- MELO, João Crisóstomo do Couto e (1818) *Gramática filosófica da linguagem portuguêsza*, na Impressão Régia, Lisboa.
- NEBRIJA, Antonio de (1989) [1492] *Gramática de la lengua castellana*, Estudio y edición de Antonio Quilis, 3ª ed., Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid.
- NUNES, José Joaquim (1989) [1919] *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, 9ª ed., Clássica Editora, Lisboa.
- OLIVEIRA, Bento José de (1889) [1864] *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores*, 19ª ed. melhorada, Liv. Orcel, Coimbra.

- ROQUETE, José Inácio, José da FONSECA (1878) *Diccionario dos synonymos poeticos e de epithetos da lingua portugueza*, J.-P. Aillaud, Guillard e C^a, Paris.
- SEQUEIRA, Francisco Júlio Martins (1938) *Gramática de português*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa.
- SERRADILLA CASTAÑO, Ana M^a (1996) *Diccionario sintáctico del español medieval – Verbos de entendimiento y lengua*, Ed. Gredos, Madrid.
- SILVA, António de Morais (1949-59) [1789] *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10^a ed. revista, corrigida, muito aumentada e actualizada, por Augusto Morano, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Ed. Confluência Lisboa.
- SPILEBOUT, Gabriel (1985) *Grammaire de la langue française du XVII^e siècle*, Col. Connaissance des Langues, Ed. Picard, Paris.
- VÁSQUEZ CUESTA, Pilar, Maria Albertina Mendes da LUZ (1983) *Gramática da língua portuguesa*, Edições 70, Lisboa.
- VILELA, Mário (1990) *Dicionário do português básico*, Ed. Asa, Rio Tinto.
- _____ (1995) *Gramática da língua portuguesa*, Liv. Almedina, Coimbra.
- WAGNER, R. L., J. PINCHON (1987) *Grammaire du français classique et moderne*, Ed. revue et corrigée, Hachette, Poitiers.
- YULE, Henry, Arthur Coke BURNELL (Hobson-Jobson) (1886) *A glossary of anglo-indian colloquial words and phrases, and of Kindred terms*, Jonh Murray, London.

4. Estudos

a) Linguística

- AGUD, Ana (1980) *Historia y teoría de los casos*, Ed. Gredos, Madrid.
- AIROSA, Plínio (1967) *Estudos tupinológicos*, Publ. do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo
- ALARCOS LLORACH, Emilio (1982) [1970] *Estudios de gramática funcional del español*, 3^a ed., Ed. Gredos, Madrid.
- ALEXANDRE, Pierre (1968) “Le bantu et ses limites”, vd. André MARTINET (dir.).
- AL-KASIMI, Ali M. (1975) “The interlingual/translation dictionary. Dictionaries for translation”, vd. R. R. K. HARTMANN (org.).
- _____ (1977) *Linguistics and bilingual dictionaries*, E. J. Brill, Leiden.
- ALMEIDA, Justino Mendes de (1959) “O primeiro lexicógrafo português da língua latina: Jerónimo Cardoso”, *Evphrosyne*, Vol. II, Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, pp. 137-152.
- _____ (1965) “Agostinho Barbosa: o segundo lexicógrafo português da língua latina”, *Revista de Guimarães*, Vol. LXXV, N^os. 1-4 (Janeiro-Dezembro), Barcelos, pp. 31-40.
- _____ (1967) “Lexicógrafos portugueses da língua latina”, *Revista de Guimarães*, Vol. LXXVII, N^os. 1-2 (Janeiro-Junho), Barcelos, pp. 5-17.
- _____ (1969) “Lexicógrafos da língua latina em Portugal”, *Revista de Guimarães*, Vol. LXXIX, N^os. 1-2 (Janeiro-Junho) e 3-4 (Junho-Dezembro), Barcelos, pp. 1-40, 193-226.
- _____ (1977) “Um catálogo setecentista de ‘Artes de gramática’”, *Evphrosyne*, Vol. VIII (Nova Série), Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, pp. 109-126.
- _____ (1982) “Missionação e difusão da língua portuguesa no mundo”, Sep. de *Presença de Portugal no mundo (Actas)*, Lisboa, pp. 549-554.
- ALONSO, Amado (1967) *De la pronunciación medieval a la moderna en español*, Ts. I e II (1969), Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1982) “Substratum y superstratum”, *Estudios lingüísticos. Temas españoles*, Ed. Gredos, pp. 259-271.
- ALVAR EZQUERRA, Manuel (1992) “Lexicografía”, in Günter Holtus, Michael Metzeltin, Christian Schmitt (eds.) *Lexikon der romanistischen linguistik*, Vol. VI, 1, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, pp. 636-651.

- AMIOT, Dany, Walter DE MULDER, Nelly FLAUX, Maria TENCHÉA (org.) (1999) *Fonctions syntaxiques et rôles sémantiques*, Cahiers Scientifiques de l'Université d'Artois, Artois Presses Université.
- ANDRADE, Nadja-Maria Cruz de (1965) "A propos du vocabulaire 'brésilien'", *Communications et rapports du Premier Congrès International de Dialectologie Générale* (Louvain, 1960), Fasc. IX, (3^a parte), Centre International de Dialectologie Générale de l'Université Catholique de Louvain, pp. 196-209.
- ARRIVÉ, Michel, Jean-Claude CHEVALIER (1970) *La grammaire*, Ed. Klincksieck, Paris.
- ASENSIO, Eugénio (1974) [1960] "La lengua compañera del Imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal", *Estudios portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, pp. 1-16.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa (1997) *Gramática e gramatologia*, Ed. APPACDM Distrital de Braga, Braga.
- AUROUX, Sylvain (dir.) (1992) *Histoire des idées linguistiques*, T. I (1989) e II, Mardaga, Liège.
- AYRES-BENNETT, W. (1991) "Observations et Remarques sur la langue française: histoire d'un genre", *La licorne*, N° 19, pp. 1-16.
- BAHNER, Werner (1966) *La lingüística española del siglo de oro. Aportaciones a la consciencia lingüística en la España de los siglos XVI y XVII*, Ed. Ciencia Nueva, Madrid.
- BARBOSA, Jorge Morais (1966) "Situação linguística em Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe", Sep. de *Cabo Verde, Guiné, São tomé e Príncipe*, Curso de Extensão Universitária, Ano lectivo 1965-1966, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, Lisboa.
- _____ (1967) "A língua portuguesa de Macau" Sep. de *Províncias portuguesas do Oriente*, Curso de Extensão Universitária, Ano lectivo 1966-1967, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, Lisboa.
- _____ (org.) (1967) *Estudos linguísticos. Crioulos*, Reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa.
- _____ (1969) *A língua portuguesa no mundo*, 2^a ed. revista, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa.
- _____ (1994) *Introdução ao estudo da fonologia e morfologia do português*, Liv. Almedina, Coimbra.
- _____ (1998) "Sobre os chamados verbos reflexos e pronominais", in Martin Hummel, Christina Ossenkop (ed.) *Lusitania et romanica: festschrift für Dieter Woll*, Buske, Hamburg, pp. 245-250.
- _____ (1998^a) "Détermination épithétique et détermination prédicative", *La linguistique*, Vol. 34, Fasc. 2, PUF, Paris, pp. 15-20.
- _____ et al. (org) (1999) *Gramática e ensino das línguas*, Actas do I Colóquio sobre Gramática, Maio de 1998, Liv. Almedina, Coimbra.
- _____ (1999) "Sintaxe e topicalização n'Os Lusíadas", Academia Internacional da Cultura Portuguesa, *Boletim*, N° 26, Lisboa, pp. 249-261.
- _____ (2000) "Sintaxe camoniana: 'Na qual quando imagina'", *Brasil – 500 anos de língua portuguesa* (Congresso Internacional), Ed. Agora da Ilha, Rio de Janeiro, pp. 73-79
- BARRETO, Manuel Saraiva (1979-80) "Gramatologia grega: dois temas da história da linguística", Sep. de *Hvmanitas*, Vols. 31-32, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- _____ (1988) "Antecedentes medievais da gramática renascentista", *O humanismo português, 1500-1600*, II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, pp. 163-175.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes (1994) "Os intérpretes jesuítas e a gramática tupi no Brasil [século XVI]", *Cadernos ciências humanas*, N° 4, Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Ciências Humanas, Belém-Pará.
- _____ (2000) "Política da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII)" Comunicação apresentada no *Congresso Internacional "500 anos da língua portuguesa no Brasil"*, Universidade de Évora, Évora, 18 páginas.

- BECHARA, Evanildo (1999) “Padre António Vieira e a língua do seu tempo”, *Actas – Terceiro centenário da morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional*, Vol. III, Col. Memorabilia Christiana, Universidade Católica Portuguesa / Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Braga, pp. 1541-1549.
- BENĚŠ, Eduard (1979) “Acerca do problema do léxico fundamental no ensino do alemão”, vd. Mário VILELA (ed.).
- BENVENISTE, Émile (1990) [1966] *Problèmes de linguistique générale*, Vols. 1 e 2 (1991), Ed. Gallimard, Paris.
- BERTHONNEAU, Anne-Marie, Pierre CADIOT (org.) (1991) *Prépositions, représentations, référence, Langue française*, N° 91, Larousse, Paris.
- _____ (org.) (1993) *Les prépositions: méthodes d'analyse*, Presses Universitaires de Lille.
- BLINKENBERG, Andreas (1960) *Le problème de la transitivité en français moderne. Essai syntacto-sémantique*, Historisk-filosofiske, Ejnar Munksgaard, Copenhague.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1974) *Estudos de linguística portuguesa e românica*, Ts. I e II (1975), Universidade de Coimbra, Coimbra.
- BOSQUE, Ignacio (1993) [1989] *Las categorías gramaticales*, Ed. Síntesis, Madrid.
- _____ (1997) “La investigación gramatical sobre el español. Tradición y actualidad”, vd. Maria do Carmo HENRÍQUEZ, Miguel Ángel ESPARZA (eds.).
- BOXER, Charles Ralph (1950) “Padre João Rodrigues Tçuzu S. J. and his japanese grammars of 1604 and 1620”, *Boletim de filologia*, T. XI, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 338-363.
- BRANDON, Edgar Ewing (1967) [1904] *Robert Estienne et le dictionnaire français du XVI^e siècle*, Slatkine Reprints, Genève.
- BREA, Mercedes (1985) “Las preposiciones, del latín a las lenguas románicas”, *Verba*, Anuario Galego de Filoxía, Vol. 12, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 147-182.
- BREVA-CLARAMONTE, Manuel (1994) *La didáctica de las lenguas en el Renacimiento: Juan Luis Vives y Pedro Simón Abril. Con selección de textos*, Universidad de Deusto, Bilbao.
- BRITO, Ana Maria Barros de (1991) *A sintaxe das orações relativas em português*, INIC, Porto.
- BRØNDAL, Viggo (1950) [1940] *Théorie des prépositions. Introduction à une sémantique rationnelle*, Trad. par Pierre Naert, Ejnar Munksgaard, Copenhague.
- BRUNOT, Ferdinand (1930) [1922] *Histoire de la langue française des origines à 1990*, Ts. III (partes I, II) e IV (partes I, II), Lib. Armand Colin, Paris.
- _____ (1937) *Précis de grammaire historique de la langue française*, Masson et C^{ie}, éditeurs, Paris.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1964) “Dois ortografistas do séc. XVI”, *Boletim de filologia*, T. XXII, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 33-42.
- _____ (1978) *Gramáticos portugueses do século XVI*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa.
- _____ (1983) *O estudo das línguas exóticas no século XVI*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa.
- _____ (1982) “A gramaticalização das línguas exóticas no quadro cultural da Europa do século XVI”, *Revista de história económica e social*, N° 10 (Julho/Dezembro), Liv. Sá da Costa, Lisboa, pp. 15-28.
- _____ (1984) *A língua portuguesa, espaço de comunicação*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa.
- _____ (1984^a) *Historiografia da língua portuguesa*, Liv. Sá da Costa, Lisboa.
- _____ (1984^b) *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, INCM, Lisboa.
- _____ (1988) “Le paradigme grammatical medievo-latin dans la grammaire portugaise de la Renaissance”, vd. Irène ROSIER (dir.).
- _____ (1992) “Para uma gramática universal”, vd. António Augusto TAVARES (dir.).
- _____ (1992^a) *A galáxia das línguas na época da expansão*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- BUREAU, Conrad (1976) *Linguistique fonctionnelle et stylistique objective*, PUF, Paris.
- BUSSE, Winfried, Mário VILELA (1986) *Gramática de valências*, Liv. Almedina, Coimbra.
- CADIOT, Pierre (1991) *De la grammaire à la cognition: la préposition pour*, Ed. CNRS, Paris.
- _____ (1997) *Les prépositions abstraites en français*, Armand Colin, Paris.

- CALERO VAQUERA, María Luisa (1986) *Historia de la gramática española (1847-1920)*, Ed. Gredos, Madrid.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1962) “Da natureza das línguas indígenas”, Sep. de *Revista de letras*, Vol. III, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.
- _____ (1965) *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, 2ª ed. revista, Liv. Acadêmica, Rio de Janeiro.
- CANO AGUILAR, Rafael (1987) [1981] *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*, Ed. Gredos, Madrid.
- CARDOSO, Simão (1988) “O genitivo em português (contributos para uma sintaxe e semântica da preposição *de*)”, *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e literaturas”*, Universidade do Porto, Vol. V, T. I, Porto, pp. 19-100.
- _____ (1994) *Historiografia gramatical (1500-1920)*, Anexo VII da Revista da Faculdade de Letras do Porto, Porto.
- CARVALHO, José G. Herculano de (1984) [1964] *Estudos linguísticos*, 3 vols., Coimbra Editora, Coimbra.
- CARVALHO, José G. Herculano de, Jürgen SCHMIDT-RADEFELDT (org.) (1984) *Estudos de linguística portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra.
- CASTELEIRO, João Malaca (1981) *Sintaxe transformacional do adjectivo – regência das construções completivas*, INIC, Lisboa.
- _____ (1981) “Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII”, *Boletim de Filologia*, T. XXVI, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 101-110.
- CASTRO, Ivo (1996) “Para uma história do português clássico”, vd. Inês DUARTE, Isabel LEIRIA (orgs.).
- _____ (ed.) (1997) *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 2 vols., Ed Colibri, Lisboa.
- _____ et al. (1991) *Curso de história da língua portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CASTRO, Ivo, Inês DUARTE, Isabel LEIRIA (coord.) (1987) *A demanda da ortografia portuguesa*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- CERVONI, Jean (1991) *La préposition. Étude sémantique et pragmatique*, Ed. Duculot, Paris.
- CHAURAND, Jacques (dir.) (1999) *Nouvelle histoire de la langue française*, Ed. du SEUIL, Paris.
- CHEVALIER, Jean-Claude (1967) “La grammaire générale de Port-Royal et la critique moderne”, *Langages – Linguistique française. Théories grammaticales*, N° 7, Larousse, Paris, pp. 16-33.
- _____ (1968) *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*, Librairie Droz, Genève.
- _____ (1996) *Histoire de la grammaire française*, 2^e éd., Col. “Que sais-je?”, PUF, Paris.
- CHOMSHY, Noam (1969) [1966] *La linguistique cartésienne - un chapitre de l'histoire de la pensée rationaliste* [suivi de *La nature formelle du langage*], Ed. du Seuil, Paris.
- CLAIRIS, Christos (1984) “Classes, groupes, ensembles”, *La linguistique*, Vol. 20, Fasc. 1, PUF, Paris, pp. 3-10.
- CLERICO, Geneviève (1977) “F. Sanctius: histoire d’une réhabilitation”, vd. André JOLY e Jean STÉFANINI (coord.)
- COELHO, Francisco Adolfo (1896) [1881] *A língua portuguesa. Noções de glottologia geral e especial portuguesa*, 3ª ed., Magalhães & Moniz Editores, Porto.
- COHEN, Marcel (1973) *Histoire d’une langue: le français*, 4ª ed., Ed. Sociales, Paris.
- COSERIU, Eugenio (1986) [1973] *Lecciones de lingüística general*, Trad. de José M^o Azáceta e García de Albéniz, Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1978) *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*, Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1979) “Logicismo e antilogicismo na gramática”, *Teoria da linguagem e lingüística geral – cinco estudos*, Col. Linguagem, Ed. da Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro, pp. 174-192.

- COXITO, Amândio A. (1977) "As proposições e o seu significado: a propósito de uma teoria do século XII", *Biblos*, Vol. LII, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 169-179.
- ____ (1981) *Lógica, semântica e conhecimento na escolástica peninsular pré-renascentista*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1981) *Língua portuguesa e realidade brasileira*, 8ª ed. atualizada, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo (1913) *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- DIETRICH, Wolf (1999) "A importância do tupi na formação do português do Brasil", vd. Eberhard GÄRTNER, Christine HUND, Axel SCHÖNBERGER (eds.).
- DIK, Simon C. (1981) [1978] *Functional grammar*, Foris Publications, Dordrecht-Holland/Cinnaminson, USA.
- DONZÉ, Roland (1971) [1967] *La grammaire générale et raisonnée de Port-Royal. Contribution à l'histoire des idées grammaticales en France*, 2^e éd., Ed. A. Francke, Berne.
- DUARTE, Inês, Isabel LEIRIA (orgs.) (1996) *Actas do Congresso Internacional sobre o português*, Vols. I-III, Ed. Colibri e Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa.
- ECO, Umberto (1996) [1993] *A procura da língua perfeita*, Trad. de Miguel Serras Perreira, Col. Construir da Europa, Ed. Presença, Lisboa.
- ELIA, Sílvio (s.d. [1940]) *O problema da língua brasileira*, Ed. Pongetti, Rio de Janeiro.
- ____ (1963) *Ensaio de filologia*, Liv. Acadêmica, Rio de Janeiro.
- ____ (1987) "O Brasil e a língua portuguesa", *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo – Actas*, Vol. II, ICALP, Lisboa, pp. 203-221.
- ESPARZA, Miguel Ángel (1997) "Tareas de la historiografía lingüística", vd. Maria do Carmo HENRÍQUEZ, Miguel Ángel ESPARZA (eds.).
- FARIA, Isabel Hub (org.) (1999) *Lindley Cintra - homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996) *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*, Campinas, São Paulo.
- FERREIRA, José de Azevedo (1987) "A língua portuguesa no mundo: passado, presente e futuro", *Diacrítica*, N° 2, Revista do Centro de Estudos Portugueses, Universidade do Minho, Braga, pp. 31-56.
- FEUILLARD-AYMARD, Colette (1989) *La syntaxe fonctionnelle dans le cadre des théories linguistiques contemporaines*, Vols. I e II, Thèse pour l'obtention d'un Doctorat d'Etat ès Lettres et Sciences Humaines, Université "René Descartes", Paris V, Sorbonne.
- FOLGAR DE LA CALLE, José M^a (1983) "El análisis de las preposiciones en español: los sistemas de Cuervo y López", *Verba*, Anuario Galego de Filoloxía, Vol. 10, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 183-201.
- FONSECA, Joaquim da (1993) *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*, Col. Linguística, Porto Editora, Porto.
- ____ (1994) *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do português*, Col. Linguística, Porto Editora, Porto.
- FONSECA, Joaquim da, Clara BARROS (1998) *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o português*, Tomo I, Col. Linguística, Porto Editora, Porto.
- FORMIGARI, Lia (1988) *Language and experience in 17 th-century british philosophy*, Series III – Studies in the history of the language sciences, Vol. 48, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.
- FOUCAULT, Michel (1967) "La grammaire générale de Port-Royal", *Langages – Linguistique française. Théories grammaticales*, N° 7, Larousse, Paris, pp. 7-15.
- FRANÇOIS, Frédéric (1983) "Plurivocité du concept de phrase", *Journée d'Études*, N° 6, Centre de Recherche Linguistique, Sorbonne, pp. 5-16.
- FRANÇOIS, Denise (1974) *Français parlé. Analyse des unités phoniques et significatives d'un corpus enregistré dans la région parisienne*, Ts. I-II, Société d'Études Linguistiques et Anthropologiques de France, SELAF, Paris.

- FRANÇOIS-GEIGER, Denise (1990) *A la recherche du sens. Des ressources linguistiques aux fonctionnements langagiers*, PEETERS/SELAF, Paris.
- FREI, Henri (1982) [1929] *La grammaire des fautes*, Slatkine Reprints, Genève-Paris.
- GALICHET, Georges (1950) [1947] *Essai de grammaire psychologique du français moderne*, 2^a ed., PUF, Paris.
- GARCÍA YEBRA, Valentín (1984) *Teoría y práctica de la traducción*, Ts. I-II, 2^a ed., Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1988) *Claudicación en el uso de preposiciones*, Ed. Gredos, Madrid.
- GÄRTNER, Eberhard, Christine HUND, Axel SCHÖNBERGER (eds.) (1999) *Estudos de história da língua portuguesa*, Biblioteca Luso-Brasileira, TFM, Frankfurt am Main.
- GIVÓN, T. (1995) *Functionalism and grammar*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.
- GODDART, Cliff, Anna WIERZBICKA (eds.) (1994) *Semantic and lexical universals*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.
- GÓMEZ ASENCIO, José Jesus (1981) *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca.
- _____ (1985) *Subclasses de palabras en la tradición española (1771-1847)*, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca.
- GONÇALVES, Maria Filomena (1992) *Madureira Feijó, ortografista do século XVIII – Para uma história da ortografia portuguesa*, ICALP, Lisboa.
- _____ (1994) “Lexicografia e ortografia no *Dicionário da Academia* (1793)”, Sep. de *XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Gunther Narr Verlag, Tübingen.
- _____ (1995) “O ‘artigo’ e ‘as partes do discurso’ na antiga gramaticografia portuguesa”, *Actas do 4^o Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Lidel, Lisboa, pp. 117-129.
- _____ (1997) “As ideias lingüísticas em Portugal no século XVIII”, Sep. de *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa, N^o 14 – 2^o semestre, Rio de Janeiro.
- GOUGENHEIM, G. (1959) “Y a-t-il des prépositions vides en français?”, *Le français moderne*, T. 27, N^o 1, A. Dauzat et J. L. L. D’Artrey, Paris, pp. 1-25.
- GUILLAUME, Gustave (1975) [1919] *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*, Réédition avec préface de Roch Valin, Lib. A.-G. Nizet, Paris.
- _____ (1964) *Langage et science du langage*, Lib. A.-G. Nizet, Paris (Presses de l’Université Laval, Québec).
- _____ (1971, 1971^a, 1974, 1982) *Leçons de linguistique 1948-1949 (1949-1950)*, Séries A, B, C, publiées par Roch Valin, Lib. Klincksieck, Paris (Presses de l’Université Laval, Québec).
- _____ (1973) *Principes de linguistiques théorique*, sous la direction de Roch Valin, Lib. Klincksieck, Paris (Presses de l’Université Laval, Québec).
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador (1997) *Principios de sintaxis funcional*, Ed. Arco/Libros, Madrid.
- _____ (1997^a) *La oración y sus funciones*, Ed. Arco/Libros, Madrid.
- HAFF, Marianne Hobaek (1987) *Coordonnants et éléments coordonnés*, Ed. Didier Érudition, Oslo.
- HAGÈGE, Claude (1990) [1982] *La structure des langues*, 3^e éd., Col. “Que sais-je?”, PUF, Paris.
- _____ (1983) “Voies et destines de l’action humaine sur les langues”, in István Fodor e Claude Hagège (eds.) *Language reform. History and future*, Buske, Hamburg.
- _____ (1990) [1985] *O homem dialogal. Contribuição lingüística para as ciências humanas*, Ed. 70, Lisboa.
- HARNOIS, Guy (1928) *Les théories du langage en France de 1660 à 1821*, Col. Études Françaises, Les Belles Lettres, Paris.
- HARRELL, Richard S. (1975) “Some notes on bilingual lexicography”, vd. Fred W. HOUSEHOLDER, Sol SAPORTA (eds.).
- HARTMANN, R. R. K. (org.) (1983) *Lexicography: principles and practice*, Academic Press, London.

- HARTMANN, R. R. K., Gregory JAMES (1998) *Dictionary of lexicography*, Routledge, London/New York.
- HENRÍQUEZ, Maria do Carmo, Miguel Ángel ESPARZA (eds.) (1997) *Estudios de lingüística*, Departamento de Filología Española, Universidade de Vigo.
- HJELMSLEV, Louis (1976) [1928] *Principios de gramática general*, Trad. de Félix Piñero Torre, Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1978) [1935] *La categoría de los casos. Estudio de gramática general*, Trad. de Félix Piñero Torre, Ed. Gredos, Madrid.
- _____ (1984) [1966] *Prolégomènes à une théorie du langage*, Ed. de Minuit, Paris.
- HOUSEHOLDER, Fred W., Sol SAPORTA (eds.) (1975) [1967] *Problems in lexicography*, 3ª ed., Indiana University, Bloomington.
- HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio (1994) “Dois funcionalistas franceses em confronto”, *Alfa*, Revista de Lingüística, Vol. 38, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 97-107.
- JESPERSEN, Otto (1992) [1924] *La philosophie de la grammaire*, Trad. de Anne-Marie Léonard, Gallimard, Saint-Amand.
- _____ (1971) [1937] *La syntaxe analytique*, Trad. de Anne-Marie Léonard, Ed. de Minuit, Paris.
- JOLY, André, Jean STÉFANINI (coord.) (1977) *La grammaire générale. Des modistes aux idéologues*, Publications de l’Université de Lille III, Villeneuve-d’Ascq.
- JUSTO, José Miranda (org.) (1986) *Ergon ou energueia. Filosofia da linguagem na Alemanha – Sécs. XVIII e XIX*, Col. Materiais Críticos, Ed. Apáginastantas, Lisboa.
- KELLY, Louis G. (1977) “La Physique d’Aristote et la phrase simple dans les ouvrages de la grammaire speculative”, vd. André JOLY e Jean STÉFANINI (coord.).
- KOSSÁRIK, Marina (1997) “A doutrina linguística de Amaro de Roboredo”, vd. Ivo CASTRO (ed.).
- KUKENHEIM, Louis (1932) *Contributions à l’histoire de la grammaire italienne, espagnole et française à l’époque de la renaissance*, N. V. Noord-Hollandsche Uitgevers-Maatschappij, Amsterdão.
- _____ (1962) *Esquisse historique de la linguistique française et de ses rapports avec la linguistique générale*, Universitaire Pers, Leiden.
- LAKOFF, Robin (1969) “Grammaire générale et raisonnée” [recensão da ed. de Herbert H. Brekle da *Grammaire*, 1966], *Language*, Vol. 45, Nº 2, Waverly Press, U.S.A., pp. 343-364.
- LAPESA, Rafael (1964) “Los casos latinos: restos sintácticos y sustitutos en español”, *Boletín de la Real Academia Española*, T. XLIV, pp. 57-105.
- LÁZARO CARRETER, Fernando (1949) *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, Revista de Filología Española, Anejo XLVIII, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- _____ (1990) [1953] *Diccionario de términos filológicos*, 3ª ed. corregida, Ed. Gredos, Madrid.
- LÁZARO MORA, Fernando A. (1985) “Algunas notas sobre la preposicion”, *Philologia hispaniensia. In honorem Manuel Alvar*, T. II, Ed. Gredos, Madrid, pp. 375-389.
- LENZ, Rodolfo (1935) *La oración y sus partes. Estudios de gramática general y castellana*, 3ª ed., Publicaciones de la “Revista de Filología Española”, Centro de Estudios Históricos, Madrid.
- LEPSCHY, Giulio (ed.) (1994) *History of linguistics. Classical and medieval linguistics*, Longman Linguistics Library, London/New York.
- LEWANDOWSKI, Theodor (1992) [1978] *Diccionario de lingüística*, Trad. de Mª Luz García-Dendre Navarro e Enrique Bernárdez, 3ª ed., Ed. Cátedra, Madrid.
- LJUNGGREN, K. G. (1951) “Towards a definition of the concept of preposition”, *Studia linguistica*, Revue de Linguistique générale et comparée, Nº V, Einar Munksgaard, Copenhagen, pp. 7-20.
- LOPE BLANCH, Juan M. (1990) *Estudios de historia lingüística hispánica*, Ed. Arco/Libros, Madrid.

- LOPES, David (1969) [1936] *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, 2ª ed., Revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos, Portucalense Editora, Porto.
- LÓPEZ, María Luisa (1972) [1970] *Problemas y métodos en el análisis de preposiciones*, Reimpresión, Ed. Gredos, Madrid.
- LÓPEZ MARTÍNEZ, Mª Sol (1993) *O complemento directo con preposición a en galego*, Verba, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 36, Universidade de Santiago de Compostela.
- LOUKOTKA, Chestmír (1939) “Línguas indígenas do Brasil”, *Revista do Arquivo Municipal*, T. LIV, São Paulo, pp. 147-174.
- LOURO, José Inês (1952) “Origem e flexão dalguns nomes portugueses em -ão”, *Boletim de filologia*, T. XIII, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 37-65.
- LYONS, John (1992) [1968] *Introduction to theoretical linguistics*, Cambridge University Press, Grã-Bretanha.
- MAËS, Hubert (1982) “Les parties du discours dans la tradition grammaticale japonaise avant le XVIII^e siècle”, vd. André WLODARCZYK (dir.).
- MAHMOUDIAN, Mortéza (1974) “Syntaxe et linéarité”, vd. Jeanne MARTINET (dir.).
 _____ (dir.) (1979) *Linguistique fonctionnelle. Débats et perspectives*, PUF, Paris.
- MARÇALO, Maria João B. M. (1992) *Introdução à linguística funcional*, ICALP, Lisboa.
- MAROUZEAU, J. (1961) *Lexique de la terminologie linguistique*, 3ª ed., Lib. Orientaliste Paul Geuthner, Paris.
- MARQUILHAS, Rita (1987) “O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas”, vd. Ivo CASTRO, Inês DUARTE e Isabel LEIRIA (coord.).
 _____ (1991) *Norma gráfica setecentista. Do autógrafo ao impresso*, INIC, Lisboa.
 _____ (1996) *A Faculdade de Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Dissertação de doutoramento em linguística portuguesa, apresentada à Universidade de Lisboa.
- MARTIN, Samuel E. (1975) “Selection and presentation of ready equivalents in a translation dictionary”, vd. Fred. W. HOUSEHOLDER, Sol SAPORTA (ed.).
- MARTINET, André (1985) [1960] *Elementos de linguística geral*, 10ª ed. revista, Trad. de Jorge Morais Barbosa, Liv. Sá da Costa, Lisboa.
 _____ (1962) “Linguística estrutural”, in André Martinet, Louis Hjelmslev, Fritz Hintze, Svend Johansen, *Cuatro artículos de lingüística estructural*, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, pp. 11-30.
 _____ (1976) [1962] *El lenguaje desde el punto de vista funcional*, Trad. de Mª Rosa Lafuente de Vicuña, Ed. Gredos, Madrid.
 _____ (1974) [1965] *La linguistique synchronique. Études et recherches*, 4ª ed., Col. SUP, PUF, Vendôme.
 _____ (dir.) (1968) *Le langage*, Encyclopédie de la Pléiade, Ed. Gallimard, Paris.
 _____ (1969) *Le français sans fard*, PUF, Paris.
 _____ (dir.) (1976) [1969^a] *Conceitos fundamentais da linguística*, Trad. de Wanda Ramos, Ed. Presença, Lisboa.
 _____ (1969^b) “Analyse linguistique et présentation des langues”, *Annali della Facoltà di Magistero dell' Università di Palermo*, pp. 143-158.
 _____ (1978) [1975] *Estudios de sintaxis funcional*, Trad. de Esther Diamante, Ed. Gredos, Madrid.
 _____ (1977) “Les fonctions grammaticales”, in *La linguistique*, Vol. 13, Fasc. 2, PUF, Paris, pp. 3-14.
 _____ (1985) *Syntaxe générale*, Armand Colin, Paris.
 _____ (1995) [1989] *Função e dinâmica das línguas*, Trad. de Jorge Morais Barbosa e Maria Joana Vieira Santos, Liv. Almedina, Coimbra.
 _____ (1994) “Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?”, *Alfa*, Revista de Linguística, Vol. 38, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, pp. 11-18.
- MARTINET, Jeanne (dir.) (1974) [1972] *De la théorie linguistique à l'enseignement de la langue*, 2ª éd. revue, PUF, Paris,
- MATORE, Georges (1968) *Histoire des dictionnaires français*, Lib. Larousse, Paris.

- MEIER, Harri (1945) “O problema do acusativo preposicional no catalão”, *Boletim de filologia*, T. VIII, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 237-260.
- _____ (1950) “A génese do infinito flexionado português”, *Boletim de filologia*, T. XI, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 115-132.
- MEILLET, A., Marcel COHEN (dir.) (1952) [1924] *Les langues du monde*, Nouvelle édition, C.N.R.S., Paris.
- MELO, Gladstone Chaves de (1946) *A língua do Brasil*, Liv. Agir Editôra, Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Renato (1935) *A influência africana no português do Brasil*, 2ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- MERLAN, Aurélia (1999) “Sobre as chamadas ‘perífrases verbais paratáticas’ do tipo ‘pegar e + V2’ nas línguas românicas (com referência especial ao português e romeno)”, *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”*, Universidade do Porto, Vol. XVI, Porto, pp. 159-205.
- MESSNER, Dieter (1994-96) *Dicionário dos dicionários portugueses*, Vols. I-III (ABA-AC), Bibliotheca Hispano-Lusa, Institut für Romanistik der Universität Salzburg, Salzburg.
- _____ (1995) “Sobre dicionários portugueses antigos: uma inventariação I”, *Lusorama*, Vol. 28, pp. 65-85.
- MICHĂESCU, H. (1950) “O barbarismo, segundo os gramáticos latinos”, *Revista de Filologia*, Trad. de Manuel de Paiva Boléo e Victor Buescu, Anexo I, Bibliotheca de Linguística Românica, Coimbra.
- MIYAJI, Hiroshi (1967) “On the definition of japanese words and words classes”, *Word*, Journal of the International Linguistic Association, Vol. 23, 3ª Parte (“Non-Indo-European Linguistics”). Edited by Alphonse Juilland, pp. 228-244.
- MOUNIN, Georges (1990) [1963] *Les problèmes théoriques de la traduction*, Ed. Gallimard, Paris.
- _____ (1970) [1967] *História da linguística das origens ao século XX*, Trad. de F. J. Hopffer Rêgo, Col. “Humanitas”, Ed. Despertar, Porto.
- _____ (1974) “Le problème des critères d’analyse dans la description linguistique fonctionnelle: la coordination”, vd. Jeanne MARTINET (dir.).
- _____ (1984) “La notion de prédicat en linguistique fonctionnelle”, *Actes du 1^{er} Colloque International de Linguistique Fonctionnelle*, SILF, Paris, pp. 34-38.
- MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (1997) “Os dicionários de Bluteau, Morais e Vieira e sua importância na história da lexicografia portuguesa”, vd. Ivo CASTRO (ed.).
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, Maria Celeste RODRIGUES, José Bettencourt GONÇALVES (orgs.) (1996) *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 3 vols., Ed. Colibri, Lisboa.
- NETO, Serafim da Silva (1941) “O português quinhentista e o português brasileiro”, *Revista filológica*, Vol. 2, N.ºs. 10 e 12, Rio de Janeiro, pp. 61-65, 48-59.
- _____ (1986) [1950] *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 5ª ed., Col. Linguagem, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- _____ (1956) [1953] “Le portugais dans le Nouveau Monde”, *Ensaio de filologia portuguesa*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, pp. 39-68.
- _____ (1992) [1957] *História da língua portuguesa*, 6ª ed., Col. Linguagem, Presença/Dinalivro, Rio de Janeiro.
- _____ (1960) “A língua portuguesa no Brasil – Problemas”, Sep. de *Revista de Portugal*, Série A, “Língua portuguesa”, Vol. XXV, Lisboa.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1991) “O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português”, *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, T. II, Université de Trèves (Trier) 1986, publiés par Dieter Kremer, Tübingen, pp. 218-227.
- _____ (1997) *A gramática funcional*, Ed. Martins Fontes, São Paulo.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá (1958) *Temas de linguística banta. Da importância do estudo científico das línguas africanas*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

- Ó MATHÚNA, Seán P. (1986) *William Bathe, S. J., 1564-1614. A pioneer in linguistics*, Series III – Studies in the history of the language sciences, Vol. 37, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/ Philadelphia.
- OSUNA GARCÍA, Francisco (1991) *Función semántica y función sintáctica de las preposiciones*, Ed. Librería Ágora, Málaga.
- PADLEY, G. Arthur (1985) *Grammatical theory in Western Europe 1500-1700. Trends in vernacular grammar I*, Cambridge University Press, Grã-Bretanha.
- PAIVA, Maria Helena (1986) “Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas”, *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 375-397.
- PARIENTE, Jean-Claude (1985) *L'analyse du langage à Port-Royal. Six études logico-grammaticales*, Ed. de Minuit, Paris.
- PARRET, Herman (ed.) (1976) *History of linguistic thought and contemporary linguistics*, Walter de Gruyter, Berlim.
- PERCIVAL, W. Keith (1975) “The grammatical tradition and the rise of the vernaculars”, vd. Thomas A. SEBEEK (ed.).
- _____ (1994) “Nebrija and the medieval grammatical tradition”, vd. Carmen CODOÑER, Juan Antonio GONZÁLEZ IGLESIAS (eds.).
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1959) “La questione della lingua in Portogallo”, *Diálogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros, Società Tipografica Modenese, Modena.
- POTTIER, Bernard (1960) *Introduction à l'étude de la philologie hispanique. Morphosyntaxe espagnole (étude structurale)*, Fasc. II, 2ª ed., Ed. Hispano-Americanas, Paris.
- _____ (1962) *Systématique des éléments de relation. Étude de morphosyntaxe structurale romane*, Lib. Klincksieck, Paris.
- _____ (1976) [1968] *Linguística moderna y filología hispánica*, Trad. de Martín Blanco Álvarez, Ed. Gredos, Madrid.
- QUILIS, Antonio, Juan M. ROZAS (1965) “La originalidad de Jiménez Patón y su huella en el ‘Arte de la lengua’ del maestro Correas”, *Revista de filología española*, T. XLVI, Madrid, pp. 81-95.
- RAMAJO CAÑO, Antonio (1987) *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca.
- _____ (1993) “La norma lingüística y las autoridades de la lengua: de Nebrija a Correas” *Anuario de letras*, Vol. XXXI, Universidad Nacional Autónoma de México, México, pp. 333-377.
- RANCHHOD, Elisabete Marques (1990) *Sintaxe dos predicados nominais com Estar*, INIC, Lisboa.
- RIIHO, Timo (1979) *Por y para. Estudio sobre los orígenes y la evolución de una oposición prepositiva iberorrománica*, Societas Scientiarum Fennica, Helsingfors, Helsinki.
- RIVAS, Elena (1996) *Construcciones monoactanciales y transitivas biactanciales en castellano medieval. Sus empleos alternativos*, Verba, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 41, Universidade de Santiago de Compostela.
- RIVET, Paul, Chestmír LOUKOTKA (1952) “Langues de l’Amérique du Sud et des Antilles”, vd. A. MEILLET, Marcel COHEN (dir.).
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (1959) “Contribuição para a etimologia dos brasileirismos”, Sep. da *Revista portuguesa de filologia*, Vol. IX, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- _____ (1987) *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo.
- RODRIGUES, José Maria (1914) “O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. VIII, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 73-78.
- ROHLFS, Gerhard (1971) “Autour de l’acusatif prépositionnel dans les langues romanes (concordances et discordances)”, *Revue de Linguistique Romane*, T. 35, pp. 312-334.
- ROJO, Guillermo (1983) *Aspectos básicos de sintaxis funcional*, Ed. Librería Ágora, Málaga.

- ROSA, Maria Carlota (1999) “As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras”, vd. Eberhard GÄRTNER, Christine HUNDT, Axel SCHÖNBERGER (eds.).
- ROSENGREN, Inger (1979) “O léxico fundamental como problema teórico e prático”, vd. Mário VILELA (ed.).
- ROSIER, Irène (1983) *La grammaire spéculative des modistes*, Presses Universitaire de Lille, Lille.
- ____ (dir.) (1988) *L'héritage des grammairiens latins de l'antiquité aux lumières*, Actes du Colloque de Chantilly (septembre 1987), Bibliothèque de l'Information grammaticale, Ed. Peeters, Paris.
- RUBIO, Lisardo (1989) [1966/76] *Introducción a la sintaxis estructural del latín*, Ed. Ariel, Barcelona.
- SABIO PINILLA, José A., M^a Manuela FERNÁNDEZ SÁNCHEZ (1998) *O discurso sobre a tradução em Portugal*, Ed. Colibri, Lisboa.
- SALDANHA, Mariano (s.d.) *A língua concani - as suas conferências e a acção portuguesa na sua cultura*, Tip. Rangel, Goa.
- SAMPAIO, Teodoro (1955) [1901] *O tupi na geografia nacional*, Introd. e notas do Professor Frederico G. Edelweiss, 4^a ed., Câmara Municipal do Salvador.
- SANCIER-CHATEAU, Anne (1993) *Introduction à la langue du XVII^e siècle*, Ts. 1 (Vocabulaire) e 2 (Syntaxe), Ed. Nathan, Paris.
- SANTESSON, Carl Gustaf (1921) *La particule cum comme préposition dans les langues romanes*, Lib. Ancienne Honoré Champion, Paris.
- SANTOS, Camila Júlia Pereira dos (1958) *Os falares portugueses nos séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Maria José de Moura (1975) “Nota sobre o movimento quinhentista de ‘defesa e ilustração’ das línguas vulgares”, *Biblos*, Vol. LI, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 517-528.
- SCHÄFER, Barbara (1992) “La description de l'article dans les anciennes grammaires portugaises”, *Actas do 3^o Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, pp. 717-731.
- SCHÖNBERGER, Axel (1999) “Existia já em latim um infinitivo flexionado?”, vd. Eberhard GÄRTNER, Christine HUND, Axel SCHÖNBERGER (eds.).
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (1984) “Descrição semântica e funções semanfóricas do provérbio”, vd. José G. Herculano de CARVALHO e Jürgen SCHMIDT-RADEFELDT (org.).
- ŠČUR, Georgij (1978) [1974] *Le teorie del campo in linguistica*, Trad. de Erica Klein, Ed. Mursia, Milano.
- SEBEOK, Thomas A. (ed.) (1975) *Current trends in linguistics*, Vol. 13-Historiography of linguistics, Mouton, Paris.
- SECHEHAYE, Albert (1950) *Essai sur la structure logique de la phrase*, Lib. Ancienne Édouard Champion, Paris.
- SEGUIN, Jean-Pierre (1999) “La langue française aux XVII^e et XVIII^e”, vd. Jacques CHAURAND (dir.).
- SERBAT, Guy (1981) *Cas et fonctions*, PUF, Paris.
- ____ (1994) *Les structures du latin*, 4^e éd. revue et augmentée, Ed. Picard, Paris.
- SERRUS, Charles (1933) *Le parallélisme logico-grammatical*, Félix Alcan, Paris.
- SHAW, Patricia (1979) “Noticias y conocimientos acerca de la lengua española en la Inglaterra del siglo XVII”, *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, Vol. IV, Universidad de Oviedo, Oviedo, pp. 325-347.
- SILVEIRA, Sousa da (1951) *Sintaxe da preposição de*, Pub. do Centro de Estudos de Língua Portuguesa, Ed. da “Organização Simões”, Rio.
- SPERBER, Dan, Deidre WILSON (1989) [1986] *La pertinence. Communication et cognition*, Trad. de Abel Gerschenfeld e Dan Sperber, Ed. de Minuit, Paris.

- SPINA, Segismundo (1987) *História da língua portuguesa. III – Segunda metade do século XVI e século XVII*, Série Fundamentos, Ed. Ática, São Paulo.
- SPRINGHETTI, Emilio (1960-1961) “Storia e fortuna della grammatica di Emmanuele Alvares, S. J.”, *Hvmanitas*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 283-304.
- STATI, Sorin (1978) *Manuale di semantica descrittiva*, Lignori Editore, Napoli.
- STEN, H. (1952) “L’infinitivo impessoal et l’infinitivo pessoal en portugais moderne”, *Boletim de filologia*, T. XIII, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, pp. 83-142, 201-256.
- TAVANI, Giuseppe (1987) “Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa”, vd. Ivo CASTRO, Inês DUARTE e Isabel LEIRIA (coord.).
- TCHEKHOFF, Claude (1978) *Aux fondements de la syntaxe: l’ergatif*, PUF, Paris.
- TESNIÈRE, Lucien (1988) [1959] *Éléments de syntaxe structurale*, 2^e éd. revue et corrigée, Ed. Klincksieck, Paris.
- TEYSSIER, Paul (1984) [1980] *História da língua portuguesa*, Liv. Sá da Costa Editora, Lisboa.
- _____ (1990) *Études de littérature et de linguistique*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris.
- TOGEBY, Knud (1955) “L’énigmatique infinitif personnel en portugais”, *Studia neophilologica*, Vol. XXVII, Uppsala, pp. 211-218.
- TORRES, Amadeu (1986) “Gramática da língua e gramática da comunicação”, *Diacrítica*, N^o 1, Revista do Centro de Estudos Portugueses, Universidade do Minho, Braga, pp. 23-29.
- _____ (1989) “Humanismo inaciano e artes de gramática. Manuel Álvares entre a ‘ratio’ e o ‘usus’”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, Vol. 32, II Série, T. II, Lisboa, pp. 21-40.
- TORU, Maruyama (1996) *Selective bibliography concerning the jesuit press in the sixteenth and seventeenth centuries*, Department of Japanese Language and Literature, Nanzan University, Nagoya.
- TRABALZA, Ciro (1963) *Storia della grammatica italiana*, Ed. Arnaldo Forni, Bologna.
- TRUDEAU, Danielle (1992) *Les inventeurs du bon usage (1529-1647)*, Ed. de Minuit, Paris.
- TRUJILLO, Ramón (1971) “Notas para un estudio de las preposiciones españolas”, *Thesaurus*, Boletín del Instituto Caro y Cuervo, T. XXVI, N^o 2 (Mayo-Agosto), Bogotá, pp. 234-279.
- _____ (1988) *Introducción a la semántica española*, Ed. Arco/Libros, Madrid.
- ULRICH, Ammon (ed.) (1989) *Status and function of languages and language varieties*, Walter de Gruyter, Berlin/Nova York.
- VANDELOISE, Claude (org.) (1993) *La couleur des prépositions*, *Langages*, N^o 110, Larousse, Paris.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1920) “O imperfeito do conjuntivo e o infinitivo pessoal no português”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. XII, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 312-331.
- VASCONCELOS, Frazão de (1932) “Ortografistas portugueses dos séculos XVI a XVII”, *A língua portuguesa*, Vol. III, Lisboa, pp. 273-278.
- VASCONCELOS, José Leite de (1992) [1900] *Estudos de philologia mirandesa*, Vols. I e II (1993), 2^a ed. Comemorativa de cinquentenário da morte de José Leite de Vasconcelos, Ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- _____ (1987) [1901] *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, 3^a ed., INIC, Lisboa.
- _____ (1911) *Lições de philologia portuguesa*, Liv. Clássica Editora, Lisboa.
- _____ (1929), *Opúsculos*, Vol. IV, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- VÁSQUEZ CORREDOIRA, Fernando (1998) *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano*, Ed. Laivento, Santiago de Compostela.
- VÁSQUEZ CUESTA, Pilar (1988) *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Publ. Europa-América, Lisboa.
- VENDRYES, Joseph (1978) [1923] *Le langage. Introduction linguistique à l’histoire*, Ed. Albin Michel, Paris.
- VERDELHO, Evelina (1981) “Lexicografia sinonímica portuguesa: o *Vocabulário de synónimos*, e *phrases*, de Rafael Bluteau e o *Ensaio sobre alguns synonymos*, do Cardeal

- Saraiva”, *Biblos*, Vol. LVII, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 171-221.
- _____ (1994) “O emprego das maiúsculas, segundo as gramáticas, ortografias e reformas ortográficas da língua portuguesa”, *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 445-463.
- _____ (1997) “Sobre a língua portuguesa do século XVII. Estudos realizados e trabalhos em curso”, vd. Ivo CASTRO (ed.).
- VERDELHO, Telmo (1982) “Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal”, *Brigantia*, Vol. II, Nº 4 (Out.-Dez.), Bragança, pp. 347-383.
- _____ (1987) “Latinização na história da língua portuguesa. O testemunho dos dicionários”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XXIII, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa/Paris, pp.137-187.
- _____ (1995) *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, INIC, Aveiro.
- VILELA, Mário (ed.) (1979) *Problemas da lexicologia e lexicografia*, Liv. Civilização Editora, Porto.
- _____ (1992) *Gramática de valências: teoria e aplicação*, Liv. Almedina, Coimbra.
- _____ (1994) *Tradução e análise contrastiva: teoria e aplicação*, Caminho, Lisboa.
- _____ (1994^a) *Estudos de lexicologia do português*, Liv. Almedina, Coimbra.
- XAVIER, Maria Francisca (1989) *Argumentos preposicionados em construções verbais. Um estudo contrastivo das preposições a, de e to, from*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena Mira MATEUS (1990) *Dicionário de termos linguísticos*, Vols. I-II (1992), Ed. Cosmos, Lisboa.
- WALTER, Henriette (1985) “Sémantique et axiologie: une application pratique au lexique du français”, *La linguistique*, Vol. 21, PUF, Paris, pp. 275-295.
- _____ (1994) *L’aventure des langues en occident – leur origine, leur histoire, leur géographie*, Ed. Robert Laffont, Paris.
- WARTBURG, Walther von (1991) [1946] *Problemas y métodos de la lingüística*, Trad. de Dámaso Alonso e Emilio Lorenzo, 2ª ed., Col. Textos Universitarios, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- WEINREICH, Uriel (1989) *Languages in contact. Findings and problems*, Mouton, New York.
- WIERZBICKA, Anna (1995) *Lexicography and conceptual analysis*, Karoma Publishers, Inc., U.S.A..
- WILLIAMS, Edwin Bucher (1975) [1938] *Do latim ao português*, 3ª ed., Trad. de Antônio Houaiss, Biblioteca Tempo Universitário, Rio de Janeiro.
- WLODARCZYK, André (dir.) (1982) *La linguistique japonaise*, revista *Langage*, Nº 68, Larousse, Paris.
- WOOLDRIDGE, Terence Russon (1978) *Les débuts de la lexicologie française - Estienne, Nicot et le Thresor de la langue françoise (1606)*, Toronto.
- ZGUSTA, Ladislav et al. (1971) *Manual of lexicography*, Series Maior, 39, Mouton, Paris.

b) Literatura

- AA.VV. (1990) *Le baroque littéraire. Théorie et pratiques*. Actes du colloque. Paris, 12-14 Décembre 1989, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris.
- AA.VV. (1999) *Actas – Terceiro centenário da morte do Padre António Vieira. Congresso Internacional*, Vols. I-III, Col. Memorabilia Christiana, Universidade Católica Portuguesa / Província Portuguesa da Companhia de Jesus, Braga.
- ALONSO, Dámaso (1979) [1951] “Sintagmas no progresivos y pluralidades: tres calillas en la prosa castellana”, in Dámaso Alonso e Carlos Bousoño *Seis calas en la expresión literaria española*, 4ª ed., Ed. Gredos, Madrid, pp. 21-41.
- ARES MONTES, José (1956) *Góngora y la poesía portuguesa del siglo XVII*, Ed. Gredos, Madrid.

- ASENSIO, Eugénio (ed.) (1951) “Prologo”, *Comedia Eufrosina* de Jorge Ferrera de Vasconcelos, T. I, Madrid, pp. XL-LII.
- ____ (1974) “Espanha en la épica portuguesa del tiempo de los Felipes (1580-1640). Al margen de un libro de Hernâni Cidade”, *Estudios portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, pp. 455-493.
- BACELAR, António Barbosa (1991) *Desafio venturoso*, Organização e prefácio de Ana Hatherly, Assírio & Alvim, Lisboa.
- BARROS, João de (1955) [1532] *Ropicapnefma*, Reprod. fac-similada, leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah, Vol. II, Instituto de Alta Cultura, Lisboa.
- BRAGA, Teófilo (1984) [1916] *História da literatura portuguesa. Os Seiscentistas*, 3º Vol. INCM, Lisboa.
- CANTEL, Raymond (1959) *Les sermons de Vieira: étude de style*, Ediciones Hispano-Americanas, Paris.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1973) *Retórica e teorização literária em Portugal*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra.
- CIDADE, Hernâni (s.d. [1948]) *A literatura autonomista sob os Filipes*, Liv. Sá da Costa, Lisboa.
- ____ (1959) *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Vols. I e II, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra.
- CURTIUS, Ernest Robert (1955) [1948] *Literatura europea y Edad Media latina*, Vols. I-II, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.
- FREIRE, Francisco José (1815) [1746] *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas*, na Typografia Rollandiana, Lisboa.
- LAUSBERG, Heinrich (1982) [1967] *Elementos de retórica literária*, 3ª ed., Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- LEPECKI, Maria Lúcia (1980) “Sobre algumas formas de modernidade em textos prefaciais portugueses, de 1550 a 1650”, in Maria Lúcia Lepecki, Lucília Gonçalves Pires, Margarida Vieira Mendes *Para uma história das ideias literárias em Portugal*, INIC, Lisboa, pp. 7-30.
- LÓPEZ GRIGERA, Luisa (1995) *La retórica en la España del Siglo de Oro*, 2ª ed., Ediciones Universidad, Salamanca.
- MANUEL ROZAS, Juan (1983) “Siglo de oro: historia y mito”, in Francisco Rico (coord.) *Historia y crítica de la literatura española*, Ed. Crítica, Barcelona.
- MARAVALL, José Antonio (1990) [1975] *La cultura del barroco. Análisis de una estructura histórica*, 5ª ed., Ed. Ariel, Barcelona.
- MELO, D. Francisco Manuel de (1977) [1660] “Epanaphora trivnfante qvinta. Restavração de Pernambuco”, in *Epanáforas de vária história portuguesa*, Introdução e apêndice documental por Joel Serrão, Ed. facsimilada, INCM, Lisboa.
- ____ (1986) [1664] *Cartas familiares*, prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmiento, Bibl. de Autores Portugueses, INCM, Lisboa.
- MENDES, Margarida Vieira (1989) *A oratória barroca de Vieira*, Editorial Caminho, Lisboa.
- MENDES, Margarida Vieira, Maria Lucília Gonçalves PIRES, José da Costa MIRANDA (org.) (1997) *Vieira escritor*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1991) *La lengua castellana en el siglo XVII*, Colección Austral, Ed. Espasa-Calpe, Madrid.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva (1963) “No alvorocer do ‘Iluminismo’ em Portugal”, Sep. da *Revista de história literária de Portugal*, Vol. I, Coimbra.
- MOURA, José Vicente Gomes de (1823) *Noticia succinta dos monumentos da lingua latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*, na Real Imprensa da Universidade, Coimbra.
- MÚRIAS, Manuel (1923) *O Seiscentismo em Portugal*, Tip. da “Gazeta dos Caminhos de Ferro”, Lisboa.
- PALMA-FERREIRA, João (1982) *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, Biblioteca Nacional – Série Estudos e Ensaio, Lisboa.

- PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1980) *Para uma leitura intertextual de "Exercícios espirituais" do Padre Manuel Bernardes*, INIC, Lisboa.
- ____ (1980^a) "Prólogo e antiprólogo na época barroca", in Maria Lúcia Lepecki, Lucília Gonçalves Pires, Margarida Vieira Mendes *Para uma história das ideias literárias em Portugal*, INIC, Lisboa, pp. 31-59.
- ____ (1982) *A crítica camonianiana no séc. XVII*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa.
- ____ (1985) *Poetas do período barroco*, Col. Textos Literários, Ed. Comunicação, Lisboa.
- ____ (1996) *Xadez de palavras. Estudos de literatura barroca*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior (1953) *Frei António das Chagas – um homem e um estilo do séc. XVII*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa.
- ____ (1959) *Itinerário poético de Rodrigues Lobo*, Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- SANTO, Arnaldo do Espírito (1997) "A tradução da 'Clavis prophetarum'", vd. Margarida Vieira MENDES, Maria Lucília Gonçalves PIRES, José da Costa MIRANDA (org.).
- SANTOS, António Ribeiro dos (1812) *Memórias de litteratura portugueza*, T. VIII, Parte I, Academia Real das Ciências, Lisboa.
- SARAIVA, António José (1980) *O discurso engenhoso. Estudos sobre Vieira e outros autores barrocos*, Col. Debates, Ed. Perspectiva, São Paulo.
- SILVA, Vítor Manuel Pires de Aguiar e (1983) [1967] *Teoria da literatura*, 5^a ed., Liv. Almedina, Coimbra.
- ____ (1971) *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, Centro de Estudos Românicos, Coimbra.
- TODOROV, Tzvetan (1983) *A conquista da América. A questão do outro*, Liv. Martins Fontes, São Paulo.
- VASCONCELOS, José Leite de (1914) "Severim de Faria. Notas biográficas-literárias", *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. VIII, fasc. 2, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 235-266.
- VIEIRA, António (1959) [1679-1748] *Sermões*, Vols. I-XV, Prefácio e revisão pelo Rev. Padre Gonçalves Alves, Ed. Lello & Irmão, Porto.
- ____ (1997) [1735/1746] *António Vieira – Cartas*, Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Vols. I-III, INCM, Lisboa.

c) História e Cultura

- AA.VV. (1974), *Estudios portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris.
- AA.VV. (1988) *O humanismo português, 1500-1600*, II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- AA.VV. (1995) *Actas do Encontro português-língua de cultura*, Instituto Português do Oriente, Macau.
- AA.VV. (1996) *Oceanos - João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*, Nº 27 (Julho/Setembro), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- AA.VV. (1997) *Oceanos – Vieira (1697-1997)*, Nºs. 30/31 (Abril/Setembro), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- AA.VV. (1999) *Oceanos – O achamento do Brasil*, Nº 39 (Julho/Setembro), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- AA.VV. (1999) *Oceanos – A formação territorial do Brasil*, Nº 40 (Outubro/Dezembro), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- ABELLÁN, José Luis (1984-1991) *Historia crítica del pensamiento español*, Vols. I-VII, Espasa-Calpe, Madrid.
- ANDRADE, António Alberto Banha de (1946) *Vernei e a filosofia portuguesa*, Liv. Cruz, Braga.

- _____ (1972) *Mundos novos do mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos geográficos portugueses*, 2 vols., Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
- _____ (1981) *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, Vols. I (partes 1 e 2 [1984]) e II, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ANSELMO, António Joaquim (1926) *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Biblioteca Nacional, Lisboa.
- ANSELMO, Artur (1981) *Origens da imprensa em Portugal*, INIC, Lisboa.
- BRAGA, Jack M. (1965) *Primórdios da imprensa em Macau*, Ed. do Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, Macau.
- CARVALHO, Rómulo de (1996) [1988] “O uso da língua latina na redacção dos textos científicos portugueses”, *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*, Universidade de Évora, Évora, pp. 67-95.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1990) [1956] *Lisboa seiscentista*, 4ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.
- _____ (1971) “Cartilhas quinhentistas para ensinar a ler”, *Boletim bibliográfico e informativo*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 109-152.
- _____ (1972) “Portugal quinhentista visto através das cartilhas para ensinar a ler”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, Vol. 21, II Série, Lisboa, pp. 291-315.
- _____ (1988) “As cartilhas quinhentistas e o humanismo”, *O humanismo português, 1500-1600*, II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, pp. 309-323.
- CODOÑER, Carmen, Juan Antonio GONZÁLEZ IGLESIAS (eds.) (1994) *Antonio de Nebrija: Edad Media y Renacimiento*, Actas del coloquio celebrado em Salamanca, noviembre 1992, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca.
- COOPER, Michael (1994) *Rodrigues, o intérprete. Um jesuíta no Japão e na China*, Trad. de Tadeu Soares, Quetzal Editores, Lisboa.
- CORTESÃO, Jaime (1969) *A colonização do Brasil. Obras completas*, Vol. XVIII, Portugália Editora, Lisboa.
- COUTO, Jorge (1995) *A construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- CURTO, Diogo Ramada (1988) *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Col. Temas de Cultura Portuguesa, Universidade Aberta, Lisboa.
- DELGADO, Iva (1986) *Escritores políticos de Seiscentos*, Biblioteca Breve, ICLP, Lisboa.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1953) *Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra Editora, Coimbra.
- _____ (1969) *A política cultural da época de D. João III*, Vols. I e II, Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- _____ (1982) *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Ed. Presença, Lisboa.
- FLORES, Jorge Manuel (1995) “Comunicação, informação e propaganda: os ‘Jurubaças’ e o uso do português em Macau na primeira metade do século XVII”, *Actas do Encontro português-língua de cultura*, Instituto Português do Oriente, Macau, pp. 107-121.
- FOUCAULT, Michel (1985) [1966] *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, Trad. de Salma Tannus Muchail, 3ª ed., Martins Fontes, São Paulo.
- FREITAS, Jordão de (1905) “Subsidios para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da lingua do Japão”, *O Instituto*, Vols. 52 e 51 (1904), Imprensa da Universidade, Coimbra [artigo publicado por fascículos].
- GIARD, Luce, Louis de VAUCELLES (dir.) (1996) *Les jésuites à l’âge baroque (1540-1640)*, Ed. Jérôme Millon, Grenoble.
- HEIN, Jeanne H. (1977) “Father Henriques’ Grammar of spoken Tamil, 1548”, *Indian church history review*, Vol. XI, Nº 2, Ed. Church History Association of India, Calcutá.
- HERRERO-GARCIA, M. (1928) *Ideas de los españoles del siglo XVII*, Ed. Volvntad, Madrid.
- JULIA, Dominique (1996) “Généalogie de la ‘Ratio studiorum’”, vd. Luce GIARD, Louis de VAUCELLES (dir.).
- LE GOFF, Jacques (1997) “Documento/Monumento”, *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*, Vol. I, INCM, Lisboa, pp. 95-106.

- LEITE, Serafim (1938-1950) *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Ts. I-X, Liv. Portugal, Lisboa (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro).
- ____ (1940) “João de Barros, lisboeta, apóstolo dos Quiriris e Acarases. Episódios da conquista espiritual do sertão brasileiro no século XVII”, *Congresso do mundo português. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso luso-brasileiro de história*, Vol. IX, pp. 473-481.
- ____ (1940^a) *Luiz Figueira – a sua vida heróica e a sua obra literária*, Agência Geral das Colónias, Lisboa.
- ____ (1944) “Leonardo do Vale, autor do primeiro ‘Vocabulário na língua brasílica’ (1591)”, Sep. da revista *Verbvm*, T. I, Fasc. 1 (Junho), Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, pp. 17-28.
- ____ (1946) “Leonardo do Vale, mestre da língua tupi-guarani. O ‘Vocabulário na língua brasílica’”, Sep. de *Revista de Portugal*, Lisboa, pp. 179-190.
- ____ (1947) “Padre Pedro Dias, autor da ‘Arte da língua de Angola’, apóstolo dos negros no Brasil (Nota biobibliográfica)”, *Portugal em África. Revista de cultura missionária*, Vol. IV, 2ª Série, Ed. L.I.A.M., Lisboa, pp. 9-11.
- ____ (1993) [1965] *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil – 1549-1760*, Liv. Apostolado da Imprensa, Braga.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1983) [1972] *História de Portugal*, Vols. I (11ª ed.) e II (9ª ed.), Palas Editores, Lisboa.
- MARQUES, João Francisco (1986) *A parenética e a dominação filipina*, INIC, Porto.
- ____ (1989) *A parenética portuguesa e a restauração, 1640-1668*, Vols. I e II, INIC, Porto.
- MARTINS, José V. de Pina (1970) “Sobre o conceito de humanismo e alguns aspectos histórico-doutrinários da cultura renascentista”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. II, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris.
- ____ (1973) *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris.
- MATOS, Luís de (1952) *Les portugais en France au XVI^e siècle. Études et documents*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.
- ____ (1963) *História da expansão e cultura portuguesa no mundo*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa.
- ____ (1965) “L’humanisme portugais et ses relations avec l’Europe”, *Bulletin des études portugaises*, Pub. Institut Français au Portugal, Nova Série, T. XXVI, pp. 45-65.
- MOREAU, Pierre-François (1999) *Le stoïcisme au XVI^e et XVII^e siècle. Le retour des philosophies antiques à l’âge classique*, Ed. Albin Michel, Paris.
- PINTO, Américo Cortez (1948) *Da famosa arte da imprimissão*, Ed. “Ulisseia” Limitada, Lisboa.
- RAMALHO, Américo da Costa (1972) “A introdução do humanismo em Portugal”, *Hvmanitas*, Vols. XXIII- XXIV, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ____ (1980) *Estudos sobre o século XVI*, 2ª ed., INIC, Lisboa.
- RAMOS, João de Deus (1996) “Os dicionários luso-sínicos. Relance histórico-bibliográfico”, *Estudos luso-orientais (séculos XIII-XIX)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, pp. 42-47.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (1858) *Ensaio historico da lingua concani*, na Imprensa Nacional, Nova-Goa.
- RODRIGUES, Francisco (1917) *A formação intellectual do jesuita*, Liv. Magalhães & Moniz, Editora, Porto.
- ____ (1931-1950) *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*, Vols. I (4 tomos) e II (3 tomos) Liv. Apostolado da Imprensa, Porto.
- SÉRGIO, António (1972) [1929] *Ensaio*, T. II, Clássicos Sá da Costa, Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1978) *História de Portugal*, Vols. III-IV (1979), Ed. Verbo, Lisboa.
- TAVARES, António Augusto (dir.) (1992) *Estudos Orientais*, Instituto Oriental / Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Índice onomástico da bibliografia

- ABELLÁN, José Luis: 394
ÁGUAS, Neves: 375
AGUD, Ana: 380
AIROSA, Plínio: 380
ALARCOS LLORACH, Emilio: 378, 380
ALBUQUERQUE, Luís de: 375
ALCINA FRANCH, Juan: 378
ALDRETE, Bernardo: 370
ALEMBERT, Jean le Rond: 376
ALEXANDRE, Pierre: 380
ALI, Manuel Said: 378
AL-KASIMI, Ali M.: 380
ALMEIDA, J. Mendes de: 380
ALONSO, Amado: 380
ALONSO, Dámaso: 392
ALVAR EZQUERRA, M^{el}: 380
ÁLVARES, Manuel: 370
AMIOT, D.: 381
ANCHIETA, José de: 370
ANDRADE, An^{lo}. A. Banha de: 394
ANDRADE, Nadja-M^a Cruz de: 381
ANSELMO, António Joaquim: 395
ANSELMO, Artur: 395
ARAÚJO, António de: 375
ARAÚJO, Domingos de: 370
ARES MONTES, José: 392
ARGOTE, J. Contador de: 370
ARISTÓTELES: 375
ARNAULD, Antoine: 370
ARRIVÉ, Michel: 381
ASENSIO, Eugénio: 381, 393
ASSUNÇÃO, Carlos da Costa: 381
AUROUX, Sylvain: 381
AYRES-BENNETT, W.: 381
AZEVEDO, Domingos de: 378
BACELAR, An^{lo}. Barbosa: 393
BACELAR, Bernardo de L. e M.: 370
BAHNER, Werner: 381
BARBOSA, Agostinho: 370
BARBOSA, Jerónimo Soares: 378
BARBOSA, Jorge Morais: 381
BARRETO, João Franco: 370
BARRETO, M. Saraiva: 381
BARROS, Clara: 384
BARROS, João de: 370, 375, 393
BARROS, M^a Cândida D. M.: 381
BEAUZÉE, Nicolas: 370, 379
BECHARA, Evanildo: 378, 382
BELLO, Andrés: 378
BENTOLILA, Fernand: 378
BENVENISTE, Émile: 382
BENËS, Eduard: 382
BERTHONNEAU, A.-M.: 382
BETTENDORFF, João Filipe: 375
BLINKENBERG, Andreas: 382
BLUTEAU, Rafael: 371
BOLÉO, Manuel de Paiva: 382
BOSQUE MUÑOZ, Ignacio: 378, 382
BOXER, Charles Ralph: 382
BRAGA, Jack M.: 395
BRAGA, Teófilo: 393
BRANDÃO, Ambrósio Fernandes: 375
BRANDON, Edgar Ewing: 382
BRÁSIO, António: 376
BREA, Mercedes : 382
BREVA-CLARAMONTE, M.: 382
BRITO, Ana M^a Barros de: 382
BRØNDAL, Viggo: 382
BRUNET, Jacques-Charles: 376
BRUNOT, Ferdinand: 382
BUESCU, M^a L. Carvalhão: 382
BUREAU, Conrad: 382
BURNELL, Arthur C.: 380
BUSSE, Winfried: 378, 382
CABRAL, Alfredo do Vale: 376
CADIOT, Pierre: 382
CAETANO, José: 371
CALERO VAQUERA, M^a L.: 383
CALLIÈRES, F. de: 371
CÂMARA Jr., J. Mattoso: 378, 383
CAMINHA, Pero Vaz de: 376
CAMPOS, M^a H. Costa: 378
CAMPOS, Viriato: 377
CANO AGUILAR, Rafael: 383
CANTEL, Raymond: 393
CARDIM, Fernão: 376
CARDOSO, Jerónimo: 371
CARDOSO, Mateus: 376
CARDOSO, Simão: 383
CARVALHO, José G. H. de: 383, 390
CARVALHO, Romúlo de: 395
CARVALHO, João Malaca: 383
CASTELO-BRANCO, Fernando: 395
CASTILHO, Pero de: 371
CASTRO, Aníbal Pinto de: 393
CASTRO, Ivo: 383
CERVONI, Jean: 383



CHAURAND, Jacques: 383
 CHEVALIER, Jean-Claude: 381, 383
 CHOMSKY, Noam: 383
 CHORRO, Bartolomeu Rodrigues: 371
 CIDADE, Hernâni: 393
 CINTRA, Luís F. Lindley: 378
 CLAIRIS, Christos: 383
 CLERICO, Geneviève: 383
 CODONER, Carmen: 395
 COELHO, Francisco Adolfo: 383
 COHEN, Marcel: 383, 388, 389
 COLLADO, Diogo: 371
 COOPER, Michael: 395
 COROMINAS, Joan: 378
 CORREAS, Gonzalo: 371
 CORTESÃO, Jaime: 395
 COSERIU, Eugenio: 383
 COUTINHO, Ismael de Lima: 378
 COUTO, António de: 376
 COUTO, Jorge: 395
 COVARRUBIAS OROZCO, S. de: 371
 COXITO, Amândio A.: 384
 CUERVO, R. J.: 378
 CUNHA, António Geraldo da: 378
 CUNHA, Celso Ferreira da: 378, 384
 CUNHA, Xavier da: 376
 CURTIUS, Ernest Robert: 393
 CURTO, Diogo Ramada: 395
 DALGADO, Sebastião Rodolfo: 379, 384
 DELGADO, Iva: 395
 DELICADO, Antonio: 379
 DEMONTE BARRETO, V.: 378
 DE MULDER, W.: 381
 DESCARTES, René: 376
 DESLANDES, Venâncio: 376
 DEUS, Jacinto de: 376
 DIAS, A. Epifânio da Silva: 376, 379
 DIAS, José Sebastião da Silva: 395
 DIAS, Pedro: 371
 DIDEROT, Denis: 376
 DIETRICH, WOLF: 384
 DIK, S. C.: 384
 DÍSCOLO, Apolónio: 379
 DONZÉ, Roland: 384
 DUARTE, Inês: 383, 384
 DU MARSAIS, C. Chesneau: 379
 ECO, Umberto: 384
 ELIA, Sílvio: 384
 ERNOUT, Alfred: 379
 ESPARZA, M. Á.: 384, 386
 ESTEVÃO, Tomás: 371, 376
 ESTIENNE, Robert: 371
 FARIA, Eduardo de: 379
 FARIA, Isabel Hub: 384
 FARIA, M^{el}. Severim de: 371, 376
 FÁVERO, L. Lopes: 384
 FERNANDES, Francisco: 379
 FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, M^a: 390
 FERREIRA, José de Azevedo: 384
 FEUILLARD-AYMARD, Colette: 384
 FIGUEIRA, Luís: 372
 FIGUEIREDO, An^{to}. Pereira: 372
 FLAUX, N.: 381
 FLORES, Jorge Manuel: 395
 FOLGAR DE LA CALLE, J. M^a: 384
 FONSECA, Joaquim da: 384
 FONSECA, José da: 380
 FORMIGARI, Lia: 384
 FOUCAULT, Michel: 384, 395
 FOURNIER, Nathalie: 379
 FRANCO, António: 372
 FRANÇOIS, D.: 384
 FRANÇOIS, Frédéric: 384
 FRANÇOIS-GEIGER, D.: 385
 FREI, Henri: 385
 FREIRE, Francisco José: 393
 FREIRE, João Nunes: 372
 FREITAS, Jordão de: 395
 FRÓIS, Luís: 376
 GAFFIOT, F.: 379
 GALICHET, Georges: 385
 GÂNDAVO, Pêro de Magalhães: 372
 GARCIA, José Manuel: 376
 GARCÍA PERES, D. D.: 376
 GARCÍA YEBRA, Valentín: 385
 GÄRTNER, Eberhard: 384, 385, 390
 GIARD, Luce: 395
 GILI GAYA, Samuel: 379
 GIVÓN, T.: 385
 GODDARD, Cliff: 385
 GÓIS, Damião de: 377
 GÓMEZ ASECIO, José J.: 385
 GONÇALVES, José B.: 388
 GONÇALVES, M^a Filomena: 385
 GONZÁLEZ IGLESIAS, J.A.: 395
 GOUGENHEIM, G.: 385
 GUILLAUME, G.: 385
 GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, S.: 385
 HAFF, Marianne Hobaek: 385
 HAGÈGE, Claude: 385
 HARNOIS, Guy: 385
 HARRELL, Richard S.: 385
 HARRIS, James: 372
 HARTMANN, R. R. K.: 385, 386
 HEIN, Jeanne H.: 395
 HENRÍQUEZ, M^a do Carmo : 384, 386
 HERNÁNDEZ ALONSO, C.: 379
 HERRERO-GARCIA, M.: 395
 HJELMSLEV, Louis: 386
 HOUSEHOLDER, Fred W.: 386

HUNDT, Christine:
JABOATÃO, An^{to}. de S^{ta} M^a:
JAMES, Gregory:
JESPERSEN, Otto:
JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé:
JOLY, André:
JULIA, Dominique:
JUSTO, José Miranda:
KELLY, Louis G.:
KOSSÁRIK, Marina :
KUKENHEIM, Louis:
LAKOFF, Robin:
LANCELOT, Claude:
LAPESA, Rafael:
LAUSBERG, Heinrich:
LÁZARO CARRETER, Fernando:
LÁZARO MORA, Fernando A.:
LE GOFF, Jacques:
LEAL, António Henriques:
LEÃO, Bartolomeu de:
LEÃO, Duarte Nunes de:
LEIRIA, Isabel:
LEITE, Serafim:
LENZ Rodolfo:
LEPECKI, Maria Lúcia:
LEPSCHY, Giulio:
LEWANDOWSKI, T.:
LJUNGGREN, K. G.:
LOBATO, An^{to}. J. dos Reis:
LOBO, Francisco Rodrigues:
LOPE BLANCH, Juan M.:
LOPES, David:
LOPES, Óscar:
LÓPEZ GRIGERA, L.:
LÓPEZ MARTÍNEZ, M^a Sol:
LÓPEZ, María Luisa:
LOUKOTKA, Chestmír:
LOURO, José Inês:
LUCENA, João de:
LUZ, M^a Albertina Mendes da:
LUZ, Tomás da:
LYONS, John:
MACEDO, An^{to}. de Sousa:
MACHADO, Diogo Barbosa:
MACHADO, José Pedro:
MAËS, Hubert:
MAHMOUDIAN, Mortéza:
MAMIANI, Luís Vincêncio:
MANUEL BLECUA, José:
MANUEL ROZAS, Juan:
MARAVALL, José Antonio:
MARÇALO, M^a João B. M.:
MAROUZEAU, J.:
MARQUES, A. H. de Oliveira:
MARQUES, João Francisco:

MARQUILHAS, Rita:
MARTIN, Samuel E.:
MATEUS, M^a H. Mira:
MARTINET, André:
MARTINET, Jeanne:
MARTINS, I. das D. Figueiredo:
MARTINS, José V. de Pina:
MATORÉ, Georges:
MATOS, Luís de:
MAUPAS, Charles:
MEIER, Harri:
MEIGRET, Louis:
MEILLET, A.:
MELO, D. Francisco M^{el}. de :
MELO, Gladstone Chaves de:
MELO, J. C. do Couto e:
MENDES, An^{to}. Félix:
MENDES, Margarida Vieira:
MENDONÇA, Renato:
MENÉNDEZ PIDAL, Ramón:
MERLAN, Aurélia:
MESSNER, Dieter:
MICHĂESCU, H.:
MIRANDA, José da Costa:
MIYAJI, Hiroshi:
MONTEIRO, O. M. C. Paiva:
MOREAU, Pierre-François:
MOUNIN, Georges:
MOURA, J. V. Gomes de:
MÚRIAS, Manuel:
NASCIMENTO, M^a F. B. do:
NEBRIJA, Antonio de:
NETO, Serafim da Silva:
NEVES, M^a H. de Moura:
NICOLE, Pierre:
NICOT, Jean:
NÓBREGA, Manuel da:
NOGUEIRA, Rodrigo de Sá:
NUNES, José Joaquim:
Ó MATHÚNA, Séan P.
OLIVEIRA, Bento José de:
OLIVEIRA, Fernão de:
OSUNA GARCÍA, Francisco:
OUDIN, Antoine:
PADLEY, G. Arthur:
PAIVA, Maria Helena:
PALMA-FERREIRA, João:
PARIENTE, Jean-Claude:
PARRET, Herman:
PASCUAL, José A.:
PERCIVAL, W. Keith:
PEREIRA, Bento:
PEREIRA, Frutuoso:
PICCHIO, L. Stegagno:

PEREIRA, Frutuoso: 373
 PICCHIO, L. Stegagno: 389
 PINCHON, J.: 380
 PINTO, Américo Cortez: 396
 PIRES, M^a L. Gonçalves: 393, 394
 POIARES, Pedro de: 373
 PONTES, M^a de L. Belchior: 394
 POTTIER, Bernard: 389
 PROENÇA, Antão de: 373
 PURIFICAÇÃO, António: 373
 QUILIS, Antonio: 389
 RAMAJO CAÑO, Antonio: 389
 RAMALHO, Américo da C.: 396
 RAMOS, João de Deus: 396
 RANCHHOD, E. Marques: 389
 REGO, António da Silva: 377
 RHODES, Alexandre: 373
 RIBEIRO, Diogo: 373, 377
 RIIHO, Timo: 389
 RIVARA, Joaquim H. da Cunha: 377, 396
 RIVAS, Elena: 389
 RIVET, Paul: 389
 ROBOREDO, Amaro de: 373, 374
 RODRIGUES, A. Dall'Igna: 389
 RODRIGUES, Francisco: 396
 RODRIGUES, João: 374
 RODRIGUES, José Maria: 389
 RODRIGUES, M^a Celeste: 388
 ROHLFS, Gerhard: 389
 ROJO, Guillermo: 389
 ROQUETE, José Inácio: 380
 ROSA, Maria Carlota: 390
 ROSENGREN, Inger: 390
 ROSIER, Irène: 390
 ROZAS, Juan M.: 389, 393
 RUBIO, Lisardo: 390
 RUIZ DE MONTOYA, A.: 374, 377
 SABIO PINILLA, José A.: 390
 SAINTE-BEUVE, Ch. A.: 377
 SALDANHA, Mariano: 390
 SALVADOR, Vicente do: 377
 SAMPAIO, Teodoro: 390
 SANCHEZ, Francisco: 374
 SANCIER-CHATEAU, Anne: 390
 SANTESSON, C. G.: 390
 SANTO, Arnaldo do Espírito: 394
 SANTOS, An^{to}. Ribeiro dos: 394
 SANTOS, Camila J. Pereira dos: 390
 SANTOS, Maria José de Moura: 390
 SAPORTA, Sol: 386
 SARAIVA, António José: 394
 SCHÄFER, Barbara: 390
 SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen: 383, 390
 SCHÖNBERGER, Axel: 384, 385, 390
 SCRIBOT, Aleixo Nicolau: 374
 ŠČUR, Georgij: 390
 SEBEOK, Thomas A.: 390
 SECHEHAYE, Albert: 390
 SEGUIN, Jean-Pierre: 390
 SEQUEIRA, F. J. Martins: 380
 SERBAT, Guy: 390
 SÉRGIO, António: 396
 SERRADILLA CASTAÑO, A.M^a: 380
 SERRÃO, Joaquim Veríssimo: 396
 SERRUS, Charles: 390
 SHAW, Patricia: 390
 SILVA, An^{to}. de Morais: 380
 SILVA, Inocêncio Francisco da: 377
 SILVA, Vítor M^{el}. P. de Aguiar e: 394
 SILVEIRA, Sousa da: 390
 SOARES, José: 374
 SOMMERVOGEL, Carlos: 377
 SOUSA, Francisco de: 377
 SPERBER, Dan: 390
 SPILLEBOUT, Gabriel: 380
 SPINA, Segismundo: 391
 SPRINGHETTI, Emilio: 391
 STATI, Sorin: 391
 STÉFANINI, Jean: 383, 386
 STEN, H.: 391
 TAVANI, Giuseppe: 391
 TAVARES, An^{to}. Augusto: 396
 TCHEKHOFF, Claude: 391
 TENCHÉA, M.: 381
 TESNIÈRE, Lucien: 391
 TEYSSIER, Paul: 391
 THOMAS, François: 379
 TODOROV, Tzevetan: 394
 TOGEBY, Knud: 391
 TORRES, Amadeu: 391
 TORU, Maruyama: 391
 TRABALZA, Ciro: 391
 TRINDADE, Paulo da: 377
 TRUDEAU, Danielle: 391
 TRUJILLO, Ramón: 391
 ULRICH, Ammon: 391
 VALDÉS, Juan: 374
 VALE, Leonardo do: 374
 VALIGNANO, Alexandre: 378
 VANDELOISE, Claude: 391
 VASCONCELOS, C. Michaëlis de: 391
 VASCONCELOS, Frazão de: 391
 VASCONCELOS, J. Leite de: 391, 394
 VASCONCELOS, Simão de: 378
 VÁSQUEZ CORREDOIRA, F.: 391
 VÁSQUEZ CUESTA, Pilar: 380, 390
 VAUCELLES, Louis: 395
 VAUGELAS, Claude Favre: 374
 VENDRYES, Joseph: 391

VERA, Álvaro Ferreira de: 374
VERDELHO, Evelina: 391, 392
VERDELHO, Telmo: 392
VERNEY, Luís António: 374
VIEIRA, António: 394
VILELA, Mário: 380, 382, 392
VILLALÓN, Cristóbal de: 375
VILLAR, Juan: 375
WAGNER, R. L.: 380
WALTER, Henriette: 392
WARTBURG, W. von: 392
WEINREICH, Uriel: 392
WICKI, José: 378
WIERZBICKA, Anna: 385, 392
WILLIAMS, E. Bucher: 392
WILSON, Deidre: 390
WŁODARCZYK, André: 392
WOOLDRIDGE, T. Russon: 392
XAVIER, M^a Francisca: 378, 392
YULE, Henry: 380
ZGUSTA, Ladislav: 392